



VENEZUELA E MERCOSUL

CICLO DE DEBATES





SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Presidente: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

VENEZUELA E MERCOSUL: CICLO DE DEBATES

BRASÍLIA – 2010

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Presidente: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

Secretários: José Alexandre Girão Mota e Silva (até 27 de setembro de 2009) e Alexandre Bastos de Melo (a partir de outubro de 2009)

Servidores: Brigitte Adriana Kich, Daniel Márcio Fernandes Andrade, Danilo Fernandes de Carvalho, Donaldo Portela Rodrigues, Eduardo Carvalho, Emília Catarina Guimarães de Paulo, Lairton Pedro Kleinübing, Mellina Motta de Paula Bernardes, Pedro Paulo Mena Barreto Rezende, Rafael André Alves Torres, Reginaldo Gonçalves Lessa, Renata Tavares Henrique, Talita Kaczan de Freitas e Yulo Sasaki.

Estagiários: Diogo Souza Reis e Naiara Barbosa Roda.

SECRETARIA DAS COMISSÕES

Diretor: José Roberto Assumpção Cruz

SECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Diretor: Luiz Gonzaga Silva Filho

Editor: Pedro Paulo Rezende

Edição de textos: Eduardo Carvalho, Renata Henrique e Pedro Paulo Rezende

Editoração Eletrônica: Jackson Barbosa

Capa: Paulo Cervinho

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de
Relações Exteriores e Defesas Nacional.
Venezuela e Mercosul : ciclo de debates. -- Brasília :
Senado Federal, 2010.
324 p. : il.

1. Mercado Comum do Sul (Mercosul). 2. Integração
econômica, Venezuela, países do Mercosul. 3. Integração
regional, Venezuela, países do Mercosul. I. Título.

CDD 338.918

PREFÁCIO

Um requerimento do Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator da matéria, deu origem ao Ciclo de Debates sobre o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul. Polêmica por natureza, a questão foi discutida entre os meses de abril e outubro de 2009. Participaram das audiências, além do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, governadores, políticos, diplomatas, dirigentes de entidades e acadêmicos, de ambos países, fornecendo um amplo painel de opiniões sobre o processo.

Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), tive a honra de coordenar e dirigir os trabalhos, que se caracterizaram pela diversidade de pontos de vista, dentro do melhor espírito democrático. Foram cinco sessões, acredito que históricas, que criaram uma nova metodologia para o exame de acordos internacionais, transparente e aberta aos anseios da opinião pública.

A participação da Imprensa serviu para amplificar o teor dos debates, ao mesmo tempo em que destacava o trabalho das comissões, importante dentro da ação do Legislativo, mas pouco conhecida da população. O objetivo desta obra é facilitar a pesquisadores e interessados o teor das profícuas intervenções realizadas pelos 21 palestrantes, além das opiniões e questões emitidas por parlamentares durante os encontros, marcados pelo melhor espírito democrático.

Ao final do processo, a Adesão da Venezuela ao Mercosul foi aprovada pela CRE. O voto preparado pelo Senador Tasso Jereissati, contrário ao processo, foi derrotado por um voto em separado proposto pelo Senador Romero Jucá (PMDB-RR), Líder da Maioria no Senado. Caberá ao futuro dizer quem estava com a razão.

Senador Eduardo Azeredo

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE)

**Composição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
em 29 de Outubro de 2009, data da aprovação
do PDS nº 430, de 2008.**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo – PSDB/MG

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior – PMDB/AC

(19 Titulares E 19 Suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

EDUARDO SUPPLY (PT-SP)

ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP)

ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)

MARINA SILVA (PV-AC)

JOÃO RIBEIRO (PR-TO)

RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

JOÃO PEDRO (PT-AM)

MAGNO MALTA (PR-ES)

ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB)

AUGUSTO BOTELHO (PT-RR)

BLOCO DA MAIORIA

PEDRO SIMON (PMDB-RS)

ALMEIDA LIMA (PMDB-SE)

FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)

INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC)

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)

ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)

VALDIR RAUPP (PMDB-RO)

PAULO DUQUE (PMDB-RJ)

GILVAM BORGES (PMDB-AP)

BLOCO DA MINORIA

EFRAIM MORAIS (DEM-PB)

ADELMIR SANTANA (DEM-DF)

DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO)

ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

MARCO MACIEL (DEM-PE)

JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN)

HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)

ROMEU TUMA (PTB-SP)

JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL)

ALVARO DIAS (PSDB-PR)

EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

ARTHUR VIRGILIO (PSDB-AM)

FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)

PTB

FERNANDO COLLOR (AL)

MOZARILDO CAVALCANTI (RR)

PDT

FLÁVIO TORRES (CE)

CRISTOVAM BUARQUE (DF)

SUMÁRIO

DEBATES

Primeira Audiência Pública – 16 de abril de 2009..... 7

Embaixador Rubens Barbosa, Embaixador Sérgio Amaral, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e Sr. José Augusto Coelho Fernandes, Diretor Executivo da CNI.....

Segunda Audiência Pública – 30 de abril de 2009 45

Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. José de Anchieta Júnior, Governador do Estado de Roraima, Sr. Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI e Embaixador do Brasil na Venezuela, Sr. Antônio José Ferreira Simões.....

Terceira Audiência Pública – 09 de junho de 2009 85

Embaixador Celso Lafer, ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dr. Ives Gandra da Silva Martins, Jurista, Dr^a Maria Regina Soares de Lima, Pesquisadora e Professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro e Embaixador do Brasil na Venezuela, Sr. Antônio José Ferreira Simões

Quarta Audiência Pública – 09 de julho de 2009..... 129

Primeiro Painel: 131

Deputado Neudo Campos, Deputado Federal e ex-Governador do Estado de Roraima, Sr. Gustavo Tovar-Arroyo, Escritor, membro ativo dos direitos humanos e ideólogo do movimento estudantil venezuelano, Sr. Leopoldo López, ex-Prefeito do município de Chacao, na Região Metropolitana de Caracas e Sr. Darc Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul.....

Segundo Painel: 166

Sr. Carlos Pio, Professor da Universidade de Brasília, Embaixador Luiz Felipe Lampreia e Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Secretário-Geral das Relações Exteriores.....

Quinta Audiência Pública – 27 de outubro de 2009 193

Sr. Antonio Ledezma, Prefeito de Caracas e Embaixador Régis Arslanian, Representante Permanente do Brasil junto à Associação Latino-americana de Desenvolvimento e Integração.....

DECISÃO

Sessão de 1º de Outubro de 2009 225

Leitura do relatório preparado pelo Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e pedido de vista coletivo por parte da bancada do Governo.

Sessão de 29 de Outubro de 2009 251

Discussão e votação do relatório preparado pelo Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Discussão e votação do voto em separado preparado pelo Senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do Governo.

ANEXOS

1. Protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul.	293
2. Voto preparado pelo relator Tasso Jereissati (PSDB-CE).....	295
3. Voto preparado pelo líder do Governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR)	309
4. Voto em separado preparado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)	323

PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

16 DE ABRIL DE 2009





A primeira audiência pública sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul, Realizada às 10h26 do dia 16 de abril de 2009, reuniu diplomatas brasileiros com larga experiência, verdadeiros ícones da atividade do Itamaraty nos últimos 30 anos. O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima realizou diversas missões especiais. No final de agosto de 1990, conduziu negociações bem sucedidas para a libertação de cerca de quinhentos operários brasileiros residentes no Iraque. O Governo de Saddam Hussein, depois de invadir o Kuwait, ameaçava utilizá-los, durante a Guerra do Golfo como escudos humanos para evitar ataques a prédios estratégicos pela coalizão coordenada pelos Estados Unidos.

O Embaixador Rubens Barbosa possui mestrado da London School of Economics and Political Science (Escola Superior de Ciências Econômicas e Políticas de Londres) em 1971. Foi Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; Representante Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi); Subsecretário-Geral de Integração, Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores e Coordenador da Seção Brasileira do Grupo do Mercosul. Foi Embaixador do Brasil em Londres, de janeiro de 1994 a junho de 1999, e em Washington, de junho de 1999 a Março de 2004. Ocupou o cargo de Presidente da Associação dos Países Produtores de Café (APPC) em Londres, por cinco anos.

O Embaixador Sergio Amaral possui Diploma de Estudos Especializados em Ciência Política, de Doutorado e Certificado de Ciência Política pela Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Entre outras funções, foi Embaixador do Brasil em Londres e em Paris; representou o Brasil junto à OCDE, foi titular dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Comunicação Social durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ocupou as presidências do Conselho da Câmara do Comércio Exterior (CAMEX), e do Conselho do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Representou o Brasil junto ao GATT e serviu como Governador Alternado junto ao FMI e ao Banco Mundial.

Para representar a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Presidente da entidade, Deputado Federal Armando Monteiro, indicou seu Diretor-Executivo, o Senhor José Augusto Coelho Fernandes. As discussões se encerraram às 14h23.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Convido para compor a mesa os excelentíssimos senhores Embaixador Rubens Barbosa, Embaixador Sergio Amaral, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e o Senhor José Augusto Coelho Fernandes que representa a Confederação Nacional da Indústria.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Senhor Presidente, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Fernando Collor.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Gostaria de pedir a vossa excelência a atenção de me permitir fazer algumas considerações iniciais, mesmo antes da oitiva de suas excelências, os senhores embaixadores, já que estou presidindo outra Comissão, a de Infraestrutura. E não gostaria de deixar de fazer aqui algumas

colocações a respeito desta audiência pública que vossa excelência preside como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Ao se iniciarem nesta Comissão os debates sobre o Protocolo de Adesão para a inclusão da Venezuela no Mercosul como membro pleno, não posso deixar de recordar as palavras ofensivas do presidente venezuelano em relação ao Senado Brasileiro e ao Presidente desta Casa.

Aquelas aleivosias não condizem com o respeito devido à grandeza e à dimensão do Brasil e não coadunam com o nível de educação que devem pautar as relações diplomáticas. Foram palavras extremamente ofensivas, que melhor estariam se introduzidas em canal competente da liderança Venezuelana, e não dirigidas levianamente ao chefe de um dos Poderes da República.

Não se pode aqui analisar apenas números, as aparentes e duvidosas vantagens que teria o Mercosul com a entrada da Venezuela. Devemos discutir de forma mais ampla e profunda a oportunidade de se aceitar agora a Venezuela presidida por Chávez como membros plenos do Mercosul. Reitero minha preocupação com a grave situação política do entorno brasileiro, onde há sinais evidentes de crises potencialmente danosas aos nossos interesses. Repito, como já o fiz em várias outras oportunidades, que se desenha um arco de instabilidade em nosso entorno.

A Bolívia debate-se com movimento autonomista dos departamentos da Media Luna, Santa Cruz de la Sierra, Pando, Beni e Tarija. Há mesmo um risco de desagregação do país, onde há numerosa população brasileira. Recorde-se o ímpeto nacionalizante do Presidente Evo Morales em relação às refinarias da Petrobras. No Paraguai, além da atitude oficial de insuflar a população com a manipulação de sentimentos antibrasileiros, com a bandeira da renegociação do Tratado de Itaipu, assiste-se à provocação aos brasileiros lá estabelecidos e trabalhando há décadas no campo.

No caso da Colômbia temos o problema das FARC e a tendência ao aumento de suas incursões em território brasileiro, na medida em que forem mais acudadas pelas operações do Governo do seu país.

O Equador dedica-se a atitudes provocativas em relação a empresas e a um banco de desenvolvimento brasileiros em detrimento de normais e adequadas conversações diplomáticas.

A Argentina prima em adotar medidas protecionistas que são a antítese da integração. Há demais problemas latentes entre nossos vizinhos, com uma reivindicação da Venezuela em relação ao território de Essequibo, na Guiana. Cito também a disputa entre o Equador e o Peru, o ressentimento da Bolívia e do Peru contra o Chile forjado pela Guerra do Pacífico, quando o Peru perdeu o Tarapacá e a Bolívia perdeu Antofagasta, ficando sem saída para o mar. Mais recentemente, tivemos as desavenças do Uruguai e a Argentina sobre as usinas de papel na fronteira e o episódio Colômbia e Equador em relação às FARC.

Quando tive a honra de firmar o Tratado de Assunción em 1991, o mundo passava por profundas transformações. Terminava a Guerra Fria, e se afirmavam as forças da globalização. Delineavam-se ou consolidavam-se grandes espaços econômicos na América do Norte, Europa e Ásia. A forma de sobreviver e prosperar no novo mundo era a integração. A formação do Mercosul era um imperativo e a argamassa do novo bloco era, e continua sendo, a solidariedade, o respeito e a confiança. A paz era e é pressuposto essencial.

Assim, me pergunto: nas situações de potenciais conflitos como as agora lembradas. Como procederá Chávez? Seu comportamento

é belicoso, provocativo, divisivo. É evidente que se dedica a um projeto de poder que não coaduna com os interesses brasileiros. Procura aumentar a sua influência regional e, para isso, utiliza a renda do petróleo, que agora se desmilingue. Ele não atua como fator de união e integração, mas como elemento de discórdia. Foi nesse sentido que agiu no episódio das FARC, e é nesse sentido que busca interferir em assuntos bolivianos. Tomou a iniciativa de desligar-se da Comunidade Andina das Nações (CAN), com a qual a Venezuela tem natural afinidade, sob a alegação de que os tratados de livre comércio da Colômbia e do Peru com os Estados Unidos da América causavam dano irreparável à comunidade.

Num mundo como o que vivemos hoje, precisamos de parceiro que tenha o espírito da integração, que busque a conciliação, que procure compor os interesses dos membros do Mercosul e que jamais o utilize como palco ou plataforma de um projeto individual de poder. Era o que tinha a dizer e agradeço a vossa excelência, Senhor Presidente, pela deferência. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Fernando Collor, são muito importantes suas palavras como testemunha: como quem, no exercício da Presidência da República, assinou o Tratado inicial. Esse alerta é importante para todos os estudos que vamos fazer aqui, sob a orientação do Senador Tasso Jereissati, relator desse projeto apresentado pelo Governo, para a entrada da Venezuela no Mercosul. É importante a lembrança também de que ainda não houve explicação do Presidente Chávez à agressão feita ao Senado Brasileiro. Isso permanece em aberto. Quero registrar também a presença do Deputado Antonio Carlos Pannunzio, do PSDB de São Paulo. Passo a palavra, logo em seguida, ao senhor Embaixador Rubens Barbosa para que possa fazer a sua exposição. O tempo estimado é de dez minutos, mas esteja à vontade para o que for necessário.

Embaixador Rubens Barbosa: Bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite para comparecer aqui nesta audiência pública. A minha posição é mais fácil do que em outras ocasiões, porque tenho posições públicas a respeito desta questão, não só em artigos e entrevistas, como também contribuí para uma nota que saiu da Fiesp. Vou reiterar posições que defendo há quase dois anos. Pela limitação de tempo, concentrarei em três pontos: primeiro, o fato de que o Protocolo e a entrada na Venezuela é uma decisão política do Governo Brasileiro e dos Governos do Mercosul; segundo, que o Protocolo de Adesão deve ser examinado estritamente do ponto de vista técnico; e o terceiro ponto, que é a visão estratégica.

O primeiro ponto refere-se à questão da decisão política. O Protocolo de Adesão assinado em julho de 2006 fixou politicamente limites de tempo para Venezuela ajustar-se às regras e normas do Mercosul. Acentuo a palavra politicamente, porque houve uma

decisão política ao se fixarem prazos. O fato de a Venezuela ter ganhado um status, que não existe no Tratado, de membro pleno no processo de adesão, é outra decisão política, como também o é, antes de ter aprovado seu pedido de adesão, a participação plena da Venezuela de maneira plena das reuniões do Mercosul, sem voto, é verdade, mas com voz.

A forma como foi concebido e assinado o Protocolo também é original. Os países que querem entrar na União Europeia recebem uma lista de condições para entrar, e, enquanto não cumprem, eles não entram. Os últimos 17 países que aderiram levaram mais de cinco anos negociando essas condições. Não é, assim, que está acontecendo no Mercosul. Em terceiro lugar, como prova de que é uma decisão política, temos o empenho do Governo Brasileiro para aprovação desse protocolo, colocando toda sua força para a aprovação, tanto na Câmara como aqui no Senado. A decisão que os senhores tomarão aqui certamente irão influir no Congresso Paraguaio, onde o Governo não tem maioria.

O segundo ponto, que acho mais importante, é a questão do exame técnico do Protocolo. Em julho de 2009 completaremos três anos de negociação entre os Governos do Mercosul e a Venezuela. O acordo foi assinado em julho de 2006. Seis meses depois foi criado o grupo de trabalho para negociar os detalhes do processo de adesão. Em meados de 2007 esse grupo concluiu “inconclusivamente” os seus trabalhos. Há um relatório, aprovado pelos presidentes no Conselho do Mercosul, que deixa vários pontos pendentes. Tomou-se a decisão de se constituir um outro grupo de trabalho *ad hoc* que tinha mais um ano para concluir as negociações. Esse prazo terminou em maio de 2008. Que saiba, esse segundo grupo não preparou nenhum informe e, pelo que consta, as negociações continuam inconclusivas até agora, abril de 2009.

Pelas informações disponíveis, o Governo da Venezuela só quer negociar três pontos – os artigos 3, 4 e 5 – depois da entrada em vigor do Protocolo. Há, portanto, uma clara relutância da Venezuela em negociar, apesar do esforço do Governo Brasileiro e dos demais países do Mercosul. Essa preocupação é compartilhada pelo próprio Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que disse publicamente, quando da visita do Chanceler da Venezuela, que o Legislativo Brasileiro não aprovaria o acordo sem o compromisso venezuelano de liberalização de seu comércio. Em outras palavras, o Ministro Celso Amorim disse que se as negociações técnicas não forem concluídas, dificilmente o Congresso Nacional poderá aprovar o Protocolo. Isso não são palavras minhas, são palavras do Ministro Celso Amorim.

O que está sendo negociado no grupo de trabalho? Primeiro, os compromissos assumidos pela Venezuela no Protocolo e no primeiro relatório. No artigo 11º do documento preparado pelo grupo de

trabalho, os países do Mercosul deram um prazo de 180 dias para que quatro pontos, que mencionarei agora, fossem concluídos. Estamos já no terceiro ano e ainda não chegamos a uma conclusão.

O primeiro ponto dizia respeito ao cronograma de adesão ao acervo normativo do Mercosul – o artigo 3º do Protocolo de Adesão que os senhores estão examinando. O que é que quer dizer isso? A Venezuela se comprometeu a colocar um prazo para aderir às normas e regulamentos aprovados, ao longo dos últimos 15 anos, pelo Mercosul. Trata-se de um número muito grande de itens que precisam entrar no ordenamento jurídico da Venezuela.

O segundo ponto é o artigo 4º do Protocolo, que trata do cronograma de adesão à Tarifa Externa Comum (TEC), e a Nomenclatura Comercial do Mercosul (NCM). Foi definido um prazo, quatro anos, mas não a lista dos produtos que estarão em cada etapa, e nem o cronograma. Isso está pendente, e no relatório do grupo de trabalho se dava um prazo até dois de setembro de 2007 para aprovação desse item.

Então, o primeiro ponto é adesão ao acervo normativo, o segundo é a adesão à TEC e à nomenclatura comercial, e o terceiro é o cronograma para implementação do livre comércio entre os quatro países e a Venezuela. O grupo de trabalho não conseguiu concluir as negociações do cronograma de liberalização, exposto no artigo 5º do Protocolo. No caso de Brasil e Venezuela, vai até 2010. Da Venezuela para o Brasil até 2012, mas os produtos sensíveis vão até 2014.

E o último ponto é a questão da adesão aos acordos negociados com terceiros países. Toda a negociação comercial que o Mercosul teve com outros países. Não houve nenhuma definição e foi concedido um prazo adicional para a Venezuela.

O que fazer? Como vamos tratar esse assunto? A Comissão de Relações Exteriores do Senado, e, posteriormente, o plenário terão de analisar e se satisfazer plenamente que do ponto de vista técnico estão concluídos os quatro pontos que a Venezuela, livremente, concordou em negociar para aderir ao Mercosul.

A Comissão de Relações Exteriores, em minha opinião, deveria solicitar ao Itamaraty informação sobre o andamento das negociações, e se a Venezuela, pelas negociações, se dispõe a cumprir o que ficou acordado no Protocolo de 2007.

Na informação que me foi preparada pela Fiesp consta que o Senador José Agripino teria feito um pedido de informação nesse sentido para o Itamaraty. Segundo esses dados, que não sei se são verdadeiros – e o Senador Agripino não está aqui para conferirmos – esse requerimento, de 2007, não foi atendido. Somente depois de ter recebido e analisado as informações do Itamaraty o Congresso estará habilitado a decidir sobre a matéria. Se o Itamaraty responder que,



“A Venezuela não entregou a lista dos produtos a serem compreendidos por cada item da nomenclatura, ela não concluiu os programas e cronogramas relativos à liberalização com o Brasil e com a Argentina. Portanto, ela não concluiu o que seriam condições mínimas...”

(Embaixador Sergio Amaral)

efetivamente, todos os compromissos assumidos pela Venezuela foram cumpridos, estará preenchido o requisito técnico importante para que o Congresso possa se manifestar. Se o protocolo for aprovado antes da conclusão das negociações, a Venezuela se tornará um membro pleno do Mercosul, sem que estejam definidas as condições em que vai cumprir os compromissos aceitos no Protocolo, o contrário do processo que existe na União Europeia.

Finalmente, a visão estratégica. Vou ser muito breve: se analisarmos a questão da entrada da Venezuela a médio e longo prazo haveria algum mérito em se considerar essa possibilidade porque a Venezuela é o terceiro país do continente e tem um comércio muito grande e crescente com o Brasil. Além disso, a extensão territorial do Mercosul sairia da Terra do Fogo e iria até o Caribe. Então, sob o ponto de vista de estratégico de médio e longo prazo, seria interessante o exame do ingresso da Venezuela. O problema, como sabemos, é o curto prazo, e não se pode dissociar a figura do atual presidente dos compromissos que irá assumir no âmbito do Mercosul.

Então, teríamos que ter certeza de que a negociação avançou. Não há alternativa, porque não temos as informações sob o real avanço das negociações. Se o Itamaraty assegurar que as negociações avançaram e que o Governo Brasileiro está satisfeito com o andamento das conversações, fica cumprido esse requisito dentro dos interesses brasileiros, que efetivamente passam por compromissos para liberalizar o comércio e permitir o maior acesso dos produtos brasileiros no seu território. Muito obrigado, senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Rubens Barbosa. Vamos, agora, ouvir a palavra do Embaixador Sergio Amaral em nossa audiência pública.

Embaixador Sergio Amaral: Muito obrigado Senhor Presidente. Queria agradecer o convite para participar desta discussão de tema tão importante. Cumprimento os senhores senadores, Deputados, os membros da mesa e as senhoras e os senhores presentes.

Também no meu caso esse exame tem três questões que devem ser consideradas. A primeira delas é a relevância da Venezuela e das relações entre o Brasil e a Venezuela.

A segunda questão diz respeito ao processo de adesão às questões técnicas relativas aos requisitos estabelecidos pelos membros do Mercosul com a Venezuela para essa adesão, em que subscrevo os pontos levantados por meu colega Rubens Barbosa, o que vai permitir reduzir a minha apresentação. E o terceiro ponto, não menos relevante, é formado pelas implicações do ingresso da Venezuela para o Mercosul.

O primeiro ponto: não resta qualquer dúvida, de que a Venezuela é um importante país vizinho, que tem importantes relações com o Brasil. Possui uma população de 27 milhões com o quarto

PIB da América Latina e uma intensa e crescente relação comercial. Na medida em que o intercâmbio com os Estados Unidos se reduz, e cresce com o Brasil e a China, é evidente que se a Venezuela, efetivamente, ingressar no Mercosul, aumentam as nossas margens de preferência no mercado venezuelano, e, por conseguinte, a nossa capacidade de competir em boas condições com as exportações e mesmo com os investimentos chineses, desde que se reduzam as tarifas. É um mercado de importantes investimentos brasileiros e que oferece perspectivas ainda melhores de avanço.

Sob esse aspecto, não resta dúvida de que a Venezuela merece ingressar no Mercosul, e, na verdade, isso já deveria ter sido feito. Quando fui Ministro do Desenvolvimento, defendi a ideia de que se fizesse ou um Merconorte ou que a Venezuela ingressasse no Mercosul. Portanto, sob este quesito, se pudermos chamar, assim, a Venezuela oferece, certamente, um ponto positivo.

A segunda questão diz respeito ao processo de adesão, e as condições que foram negociadas para essa adesão. Como o Embaixador Rubens Barbosa disse muito bem, a Venezuela negociou e acordou com condições para a sua adesão. Não são, na verdade, condições substantivas, são requisitos processuais para o processo de negociação. É a fixação de programas e cronogramas para questões de incorporação do acervo do Mercosul e relativas à nomenclatura, isto é, à adoção por parte da Venezuela da nomenclatura que compreende todo o sistema tarifário e cronogramas relativos ao processo de liberalização da economia para os sócios do Mercosul.

O que surpreende é que a Venezuela não completou a negociação, nem mesmo das questões relativas a programas e cronogramas. São programas de negociação e cronogramas de negociação, e não negociações propriamente ditas. O grupo de trabalho, como foi mencionado, concluiu sua atividade sem resultados conclusivos. Criou-se um novo grupo e, até agora, não sabemos se houve algum resultado da segunda fase de negociação.

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): Quais países participam do grupo de trabalho?

Embaixador Sergio Amaral: Os países do Mercosul, os quatro sócios mais a Venezuela.

A Venezuela não entregou a lista dos produtos a serem compreendidos por cada item da nomenclatura, ela não concluiu os programas e cronogramas relativos à liberalização com o Brasil e com a Argentina, só em relação ao Paraguai e Uruguai. Portanto, ela não concluiu o que seriam condições mínimas, se compararmos com outros acordos comerciais ou com a prática internacional.

Gostaria de mencionar rapidamente o que dizem os critérios da União Europeia para adesão de novos membros, que vão muito além

da negociação de tarifas. A Declaração de Copenhague, de dezembro de 1993, estabelece que o país candidato precisa ter instituições estáveis que garantam a democracia e o Estado de Direito; tem que ter uma economia de mercado, de modo a fazer face à pressão da concorrência das forças de mercado, dos outros países membros; tem que ter capacidade de assumir as obrigações decorrentes do Estatuto de Estado-Membro. Depois, em 1995, a União Europeia estabeleceu ainda uma condição prévia: o país interessado no ingresso precisa promover a prévia adaptação de suas estruturas administrativas em conformidade com os padrões dos países-membros. Muito mais difícil é a adesão da Organização Mundial do Comércio (OMC), porque não só, previamente, tem que haver um processo de negociação, como esta negociação, além de regras gerais, terá um componente individual. Ou seja, o país candidato tem que negociar individualmente com outros países membros. Por exemplo, no caso da Rússia isso se estende há muitos anos e, até agora, a Rússia não conseguiu ser aceita no organismo.

No nosso caso, invertamos a ordem. Primeiro entra, ainda que sem voto, e depois negociamos. No momento em que os países assinaram o Protocolo, a Venezuela passou a ser membro do Mercosul.

O terceiro ponto, a meu ver igualmente relevante, diz respeito às implicações do ingresso da Venezuela para o Mercosul. Gostaria de lembrar que esse foi sempre um tema recorrente. É melhor alargar, ter novos membros, ou é melhor aprofundar e consolidar as instituições? E o Mercosul, prudentemente, optou sempre por consolidar as suas instituições em vez de alargar. O que é surpreendente é que esta decisão, sobre vários aspectos precipitada, se faz exatamente no momento em que o Mercosul apresenta maior fragilidade, inclusive, em suas instituições, num momento em que existe certo retrocesso.

O comércio no Mercosul cresceu, em termos absolutos, de forma muito expressiva, entre 2001 e 2006: cerca de 76%. É impressionante, mas se formos ver, esta é, mais ou menos, a cifra do crescimento do comércio brasileiro com o resto do mundo, portanto, a contribuição do Mercosul é praticamente inexistente. Se compararmos o crescimento no âmbito do Mercosul com o crescimento havido em outros acordos sub-regionais de comércio, o crescimento do Mercosul é menor: 76%, comparado com 100% no grupo andino. Entre 2001 e 2006, o comércio com o México cresceu 123%. Portanto, o Mercosul tem um desempenho que não justifica tanta liberalidade no que diz respeito a um entendimento das suas regras. A mesma coisa acontece se virmos o comércio intrarregional comparado com o comércio de certos grupos sub-regionais de outras partes do mundo.

No Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), 18% do comércio ocorrem entre os membros. Os 82% restantes são com o resto do mundo. No caso da Comunidade do Caribe (CARICOM)

é 14%, no caso do Mercosul é 13%, e, no caso da Comunidade Andina de Nações (CAN), é 10%. Isto se compara com o comércio intrarregional no âmbito do Nafta, de 53%, e no âmbito do Mercado Comum Europeu, superior a 60%. Em outras palavras, o Mercosul não está crescendo em termos relativos, mas esse não é o problema maior. O problema maior é que o Mercosul simplesmente não avança. Não avança em termos de livre comércio e não avança em termos de tarifa externa comum. Ele está parado, quando não apresenta um retrocesso, como o que estamos assistindo nas nossas relações com a Argentina, em que temos um número crescentes de licenças não automáticas, o uso abusivo do antidumping, e a falta de cumprimento com os termos de acordos, como é o caso do Acordo Automotivo, que deveria ter entrado na faixa do livre comércio e que continua como comércio administrado.

Em relação à Tarifa Externa Comum, temos setores inteiros que estão fora, como é o setor de bens de capital e bens de informática. Mais um ponto: o Mercosul crescentemente apresenta problemas de segurança jurídica. Uma empresa que exporta para a Argentina não sabe por quanto tempo poderá exportar, porque a todo o momento, poderão advir medidas protecionistas, quando não novas regras e instituições, como o Programa de Ajustamento Competitivo, uma forma disfarçada de subsídios inteiramente estranha a um acordo de livre comércio e a uma união aduaneira.

Certamente, o ingresso da Venezuela não tenderá a contribuir para mais segurança jurídica, uma vez que o Governo da Venezuela também tem incorrido numa série de medidas imprevistas, como é o caso, por exemplo, recentemente das restrições sobre as exportações de celulares para a Venezuela.

Pelo artigo nº 10 do Protocolo, no momento em que este Protocolo for ratificado, a Venezuela passa a ser um membro pleno com direitos iguais a todos os demais membros do Mercosul, sem, no entanto, ter cumprido ainda com os seus compromissos. E essa adesão suscita, a meu ver, duas questões relevantes que não têm diretamente a ver com o ingresso da Venezuela, mas que, a meu ver, deveriam ser discutidas toda vez em que o Mercosul pensar em ampliar o número de seus membros.

Quando um acordo de livre comércio passa a ser uma união aduaneira as condições se modificam. Quando um acordo de integração regional avança e deixa de ser apenas um acordo de tarifas ou um acordo de liberalização comercial, existem decisões que são muito mais sensíveis para os países membros. O Mercosul não poderá avançar se não fizer a coordenação de suas políticas econômicas. O processo de integração, como aconteceu na Europa, inevitavelmente, acende novas etapas do processo de entrosamento e de integração como, por exemplo, as decisões relativas à política externa. E é por esta razão que a União Europeia passou muitos

anos discutindo qual seria a sua estrutura jurídica para uma nova fase do alargamento, e um dos pontos centrais foi a ponderação de votos. Ponderação de votos que já havia antes, mas que foi reforçada com a adesão de dez novos membros.

Eu não acredito que seja possível avançar no processo de integração sem discutir esta questão central. Um país como o Brasil, que representa metade do PIB latino-americano, não pode aceitar que um país que representa 1%, 2%, 3%, 4% do seu produto tenha o mesmo peso na decisão. Da mesma forma não podemos aceitar que exista um poder de veto, como existe hoje, por uma simples decisão do Conselho de Ministros, em lugar de um compromisso internacional discutido publicamente e aprovado pelo Parlamento. Não é possível que se estabeleça uma regra de negociação conjunta quando não temos os pressupostos dessa negociação, formados por uma convergência da nossa economia e da nossa visão de processo de integração.

Portanto, existem duas questões que, a meu ver, são prévias, não apenas sobre a Venezuela, mas a tudo que se refira ao alargamento do Mercosul. Acho que tem que ser uma discussão pública e que passe pelo Parlamento, porque existem questões fundamentais que decorrem desses dois fatos. Será que vemos o processo de integração como um processo de votos iguais? E será que não poderemos negociar com mercados que são importantes para o país? Porque alguns dos nossos sócios têm uma visão diferente, não temos os mesmos amigos dos outros membros do Mercosul, ou da Venezuela que quer entrar. Será que essa questão não é relevante?

Então, para concluir, Senhor Presidente. Acho que a Venezuela é um país importante na América do Sul, sem qualquer dúvida. As relações com a Venezuela são importantes e tenderão a ficar ainda mais relevantes. Sob esse aspecto não há dúvida de que a Venezuela merece ter a aprovação do seu ingresso no Mercosul, mas nós, certamente, poderemos questionar a condução do processo de adesão. Isso aí, a meu ver, tem que levar à discussão do processo de ponderação de votos e de outras questões vinculadas. Acredito que se o Senado caminhar para a ratificação, na medida em que não me parece razoável que rejeite a entrada da Venezuela, deve-se impor que a Venezuela cumpra os requisitos assumidos na adesão. Além disso, é necessário que haja um esclarecimento, uma discussão e um acordo sobre duas questões básicas que são a ponderação dos votos e o processo de negociação conjunta, porque se não houver isto antes, acho que seria preciso pensar numa ratificação sob condições ou sob reserva. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito obrigado ao Embaixador e Ex-Ministro Sergio Amaral. Concedo a palavra agora ao Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, também para fazer a sua exposição.

Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima: Senhor Presidente, meu prezado amigo Eduardo Azeredo, senhores senadores, Senhor deputado, minhas senhoras, meus senhores. Essa questão da adesão da Venezuela é desafiadora, porque passou a ter um componente passional muito maior do que o normal no processo de ratificação de tratados pelo Senado, e justamente esse é o ponto que gostaria de enfatizar. Não podemos nos deixar levar pelo lado passional do problema. O Presidente Hugo Chávez é um homem que não gostaria que fosse presidente do Brasil, mas é sujeito passageiro, ele não é eterno.

Então, estamos aqui discutindo nossa vinculação a um país importante, cujo comércio com o Brasil cresceu 885% nos últimos dez anos. Não podemos perder de vista uma visão estratégica de nosso interesse e é por essa razão que exorto os senhores senadores a refletir sobre esse aspecto concreto e muito relevante.

Hoje, temos acesso ao mercado venezuelano, graça a uma herança de preferências que pertenciam ao pacto andino, que deixaram de vigor quando a Venezuela deixou o Pacto Andino e que nos garante um acesso privilegiado. Basta recordar o seguinte, se terminar essas preferências, que terminarão em 2011, os automóveis que exportamos, com 21% de encargos, passarão a pagar 35%. Ou seja, é um aumento quase proibitivo. Acho que isso tem que ser levado em conta. Peço que se olhe este aspecto estratégico, sem tanta ênfase no lado processual, que acredito ser importante como matéria de negociação.

Penso que o Presidente da Comissão pode fazer sentir ao Chanceler sua preocupação quanto à observância dos protocolos e dos procedimentos de adesão, para ver se, por acaso, a Venezuela pode oferecer algum tipo de garantia de que obedecerá as regras que lhe foram impostas. Quanto à qualidade do comércio, não preciso elaborar muito. Constitui-se, predominantemente, de manufaturados, inclusive feitos em Sete Lagoas. Presidente, O principal mercado da Fiat é justamente a Venezuela. Os caminhões Iveco são um componente importante da pauta de exportação para a Venezuela e estão gerando empregos em sua terra, Minas Gerais.

Não quero falar das empresas brasileiras que atuam lá. Sei que uma empreiteira tem contratos de quase US\$ 10 bilhões em execução, uma carteira que, no momento em que à míngua de recursos para financiar projetos de desenvolvimento, é uma oportunidade que não se pode desperdiçar. Sou sinceramente a favor da aprovação da entrada da Venezuela. Quanto aos fatos assinalados pelo Senador Collor sobre o comportamento errático do Presidente Chávez, acho que poderiam ser remediados por meio de uma negociação ou entendimento entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Hugo Chávez. Eles podem, perfeitamente, aproveitar a reunião de Trinidad e Tobago para esclarecer esses detalhes. Acho que foi um lapso lamentável do



“Motivado pelos interesses efetivos atuais e estratégicos do Brasil, sou francamente a favor da adesão da Venezuela. Temos que ter presente a importância do país e prescindir da figura de seu governante, uma figura transitória...”

(Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima)

Presidente Chávez e o próprio Presidente Lula já reprovou essas palavras infelizes.

Sou francamente a favor da adesão da Venezuela e motivado pelos interesses efetivos atuais e estratégicos do Brasil. Em minha visão, vamos evoluir na América Latina para um entendimento em torno de energia, e um entendimento em torno de energia passa por um diálogo com a Venezuela. Temos que ter presente a importância do país e prescindir da figura de seu governante, uma figura transitória.

Temos que olhar o interesse de longo prazo do Brasil, e, nesse caso, Presidente Eduardo Azeredo, acho que vossa excelência poderia fazer sentir ao Ministro Celso Amorim ou ao Presidente Lula, a conveniência de que eles esclareçam com o Presidente Chávez a impropriedade das observações feitas a respeito do Parlamento brasileiro, de maneira a se obter algum tipo de correção ou de desculpa que seja aceitável por nós. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado. Espero que os venezuelanos continuem comprando os caminhões da Iveco. Vamos ouvir agora, com a palavra, o Senhor José Augusto Coelho Fernandes, que representa a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Senhor José Augusto Coelho Fernandes: Obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Antes, porém, uma questão de ordem. Foi colocado pelo Embaixador Rubens Barbosa a questão do requerimento do Senador José Agripino, pedindo informações sobre o estágio do atendimento às questões do protocolo do grupo de trabalho em dezembro de 2007. A secretaria me informou que houve uma resposta do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, no mesmo, que será distribuída para os senadores. Já está defasado, foi há um ano e quatro meses. Aqui, numa leitura rápida, se vê que, pelo menos naquela época, os cronogramas com a Venezuela, com a Argentina e com o Brasil permaneciam pendentes de negociação, mas, evidentemente, essa informação é de dezembro de 2007.

Então, com a palavra o Doutor José Augusto.

Senhor José Augusto Coelho Fernandes: Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Relator, senhores senadores, minhas senhoras e meus senhores, e demais participantes desta mesa.

A Venezuela é um tema estratégico para a indústria brasileira o que se reflete nas repercussões que vão além do próprio acordo.

Vou concentrar minha apresentação em cinco pontos principais. Primeiro: mencionar sobre a ausência de regras e diretrizes para a ampliação do Mercosul. Essa é a primeira recomendação que faríamos ao Parlamento. Segundo: a falta de informação durante o

processo de negociação. Terceiro: as tendências que preocupam a indústria. Quarto: o significado econômico da adesão da Venezuela ao Mercosul. E, por último, as recomendações que faríamos ao Senado Federal sobre como conduzir esse tema.

Vamos iniciar sobre as ausências de regras. O Mercosul tem como base um princípio de reciprocidade de direitos, de obrigações entre os Estados-Partes. Quando firmamos o Tratado de Assunção todos os compromissos foram estabelecidos no Anexo I. Demandávamos algo parecido para a entrada da Venezuela ou de qualquer outro país dentro do processo de ampliação do Mercosul. A adesão da Venezuela é o primeiro movimento de ampliação do bloco. No entanto, há, claramente, a percepção de que faltam regras, faltam critérios e faltam prazos para o alargamento do bloco, como foi explorado, especialmente, pelo Embaixador Sergio Amaral.

Essa é uma recomendação que farei desde o início, não para a Venezuela, já está tarde em relação a esse ponto, mas para outras expansões que o Mercosul venha a desenvolver.

Falta informação sobre a negociação. Houve uma extraordinária evolução nos últimos dez, quinze anos na relação entre o setor privado e o Governo nas negociações internacionais. Recordo a passagem do Senador Francisco Dornelles no comando do Ministério da Indústria, quando discutíamos a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Aquele foi um momento marcante do processo de relacionamento do setor privado com o Governo.

Hoje, temos áreas extraordinárias de diálogo entre o setor privado e o Governo em negociações internacionais, como, por exemplo, na Organização Mundial do Comércio (OMC). O grau de alinhamento que mantemos nas negociações da OMC é muito elevado, por meio de presença em Genebra, troca de informações, produção de relatórios. Infelizmente, existe uma, assimetria em outras negociações, a exemplo do Mercosul. Então, claramente, identificamos, já há algum tempo, uma, assimetria de informação nas negociações com o Mercosul.

Como já foi mencionado, o Protocolo criou um grupo de trabalho para definir cronograma, programa de liberalização etc., e é sobre esses temas que o setor privado sempre teve expectativa de receber informações para orientar suas decisões empresariais. Ao longo do processo, enviamos cartas ao Itamaraty pedindo detalhes sobre a evolução dessa negociação. Diria que os canais argentinos foram até mais produtivos para recebermos informações sobre o estado da negociação.

Mais recentemente, há cerca de 15 dias, a CNI enviou uma carta ao Ministério das Relações Exteriores solicitando informações. Ontem à noite, recebemos uma carta do Itamaraty que tive a oportunidade de avaliar agora, pela manhã. Ela afirma que o grupo

de trabalho cumpriu as tarefas a ele atribuídas no prazo estabelecido, definiu cronogramas para adoção da Nomenclatura Comercial do Mercosul (NCM), da Tarifa Externa Comum (TEC) e do acervo normativo. No que se refere à liberalização comercial, as negociações entre Venezuela, Uruguai e Paraguai já foram concluídas. As negociações do Brasil com a Venezuela estão em fase final. Quanto ao relacionamento externo, foram acordadas as linhas de ação para nortear a consideração e a negociação da adesão pela Venezuela nos acordos pactados pelo Mercosul com terceiros.

Ora, se o grupo cumpriu as tarefas, a primeira tarefa do Senado seria discutir as conclusões desse grupo. Seria exatamente abrir afirmações contidas nessa carta, porque de posse dessas informações os senhores terão condições de avaliar a evolução das negociações que foram realizadas.

Quais são as pendências que preocupam a indústria? O Protocolo dava a arquitetura geral, no entanto, o problema é o detalhe, é o miolo. O primeiro problema é a indefinição de prazos para incorporação pela Venezuela de normas do Mercosul. O Embaixador Rubens Barbosa já mencionou a importância dessas normas, desses acordos normativos a exemplo na área de serviços, de compras governamentais, de reconhecimento de certificação etc. Então, nossas empresas nos indagam: como evoluíram essas negociações? Estão de acordo com as nossas expectativas? Não temos como informar as nossas empresas sobre como evoluíram esses prazos.

Da mesma forma há indefinição sobre os produtos que estarão cumprindo a TEC, a cada etapa do processo de adequação. Ora, no protocolo temos a indicação do cronograma, ou seja, X produtos estarão destravados no ano tal. Só que não sabemos quais são os produtos, essa é uma questão que também preocupa o setor privado.

Existe uma ausência de acordos sobre os cronogramas de implementação do livre comércio. Por último, há indefinição quanto à adesão da Venezuela aos acordos externos do Mercosul, que não tem muitos acordos. Lembro que firmamos um com Israel e estamos construindo outro com o Marrocos. Então, a pergunta é: qual foi a posição da Venezuela em relação a esses acordos e qual será sua implicação em futuros acordos com terceiros?

Os embaixadores, especialmente o Embaixador Paulo Tarso, mencionaram a importância econômica da adesão da Venezuela ao Mercosul. De fato, o comércio do Brasil cresceu extraordinariamente entre 1998 e 2008, período de “boom” da economia internacional. Nesse período nossas exportações multiplicaram, aproximadamente, quatro vezes. Em 1998, exportávamos US\$ 50 bilhões. Hoje, cerca de US\$ 200 bilhões, mas com a Venezuela a multiplicação não foi por quatro, foi por oito. Ou seja, de fato, o comércio com a Venezuela

teve um crescimento extraordinário nesse período. Isso são fatos que merecem ser registrados.

Da mesma forma a participação da Venezuela no comércio exterior brasileiro aumentou. Hoje, é em torno de 2,6% das nossas exportações, e a sua participação nas importações do Brasil, caiu ao longo desse período de forma, praticamente, sistemática, e, hoje, é em torno de 0,31. Então, de fato, o país, o terceiro da América do Sul, tem um peso relevante com um PIB de US\$ 300 bilhões. Temos, hoje, um conjunto expressivo de empresas, especialmente na área de construção pesada, que investe na Venezuela e tem projetos importantes, então isso é importante para se colocar nesse pano de fundo sobre o significado econômico da adesão.

No entanto, gostaria também de mencionar que o Protocolo de Adesão não representa, de fato, uma melhora substantiva nas condições de acesso dos produtos brasileiros ao mercado venezuelano. Em realidade, temos um acordo de livre comércio em desenvolvimento, entre o Brasil e a Venezuela, e a Comunidade Andina de Nações (CAN). Então, muito do que podemos conseguir com o acordo com a Venezuela, nós, de alguma forma, já conseguimos com a CAN. E aqui vale a pena mencionar uma avaliação que fizemos em 2004, ou seja, antes da discussão de entrada da Venezuela, sobre o acordo CAN-Mercosul.

Na época, dizíamos o seguinte: “O caso da Venezuela merece destaque, enquanto o Brasil outorga livre comércio para quase 81% das exportações daqueles países em um ano, então, hoje, já temos livre comércio com a Venezuela para 81% das exportações daquele país. A Venezuela só fará em dez anos a liberalização de 43,4% das exportações brasileiras. Até cinco anos a Venezuela abrirá o que corresponde a 16% das vendas brasileiras, e até 14 anos promoverá a liberalização de 63,6%, ou seja, temos já um processo de liberalização comercial em curso.”

Obviamente, os senhores podem avaliar a fragilidade, ou não, do arcabouço jurídico, porque qualquer país pode denunciar o acordo. A Venezuela pode denunciar esse acordo, da mesma forma que o Brasil, e isso tem que ser, obviamente, ponderado com uma avaliação política. Na ocasião, dizíamos, nessa avaliação, que os entendimentos com a Venezuela registravam resultados muito mais favoráveis àquele país, além de qualquer expectativa, mas isso é passado.

O ponto importante é que, hoje, temos um acordo de livre comércio com cronograma bem definido, com a Comunidade Andina, que é bastante superior, por exemplo, o que temos com o México, que inclui mais de oitocentos produtos. Sonhamos com a área de livre comércio, mas já temos um acordo mais importante.

Então, qual é a mudança principal do que estamos discutindo? É a adesão da Venezuela à TEC, e, portanto, sua participação na política

“A adesão da Venezuela é o primeiro movimento de ampliação do bloco. No entanto, há, claramente, a percepção de que faltam regras, faltam critérios e faltam prazos para o alargamento do bloco...”

(José Augusto Coelho Fernandes)



comercial do Mercosul. Essa é, de fato, a mudança importante que temos, e que o Embaixador Sergio Amaral explorou na sua apresentação.

Termino a minha apresentação com nossas recomendações. Não estamos sugerindo aos senhores a rejeição do acordo, mas estamos sugerindo que busquem as informações dos grupos de trabalho sobre o acervo normativo, o detalhamento dos cronogramas de adesão a TEC e livre comércio, para que os senhores tenham a melhor informação para a tomada de decisão.

Recomendamos também aos senhores a promoção de um debate sobre normas e diretrizes para incorporação de novos membros. Isso não terá impacto sobre a Venezuela, mas poderá ter impacto futuro na incorporação da Bolívia, Chile e outros países que, hoje, são associados do Mercosul. A terceira e última recomendação: refere-se a enfatizar a importância da transparência das negociações comerciais. A transparência que temos nas discussões com a Alca, União Europeia e OMC precisam também ser trasladadas para as negociações com o Mercosul. Obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Doutor José Augusto. Encerrada, portanto, a fase de exposições. Vamos continuar com o debate, e o primeiro orador é o Senador Tasso Jereissati, autor do requerimento. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Gostaria, primeiramente, de agradecer a presença dos embaixadores Paulo Tarso Flecha de Lima, Rubens Barbosa, Sergio Amaral e do representante José Augusto Fernandes da Confederação Nacional da Indústria que, realmente, têm uma contribuição fundamental a dar a nossa discussão. Garanto aos senhores que ela se dá do ponto de vista mais racional possível, e estamos aqui tentando e procurando, justamente, obter dados das pessoas que têm mais experiência e conhecimento, não só da própria formação do Mercosul – dos seus princípios, dos seus pré-requisitos, dos seus pilares do ponto de vista técnico e diplomático –, mas também daquelas pessoas que têm uma experiência maior em política internacional.

Tenho certeza que nosso objetivo aqui, e o espírito desta Comissão, é que essa solução seja absolutamente técnica, e que tenha, realmente, uma visão racional e desapaixonada do problema no intuito de construir aquilo que seja melhor para as nossas relações dentro do conserto sul-americano, latino-americano e para o nosso País.

A colocação básica que ouvi aqui para dar continuidade à conversa e ao debate é o consenso da importância da Venezuela como país, parceiro comercial e parceiro estratégico, mas, evidentemente, ao lado desse consenso da importância, existe uma preocupação muito grande em dois pontos. O primeiro é a própria negociação, que, aparentemente, ainda não terminou – e se terminou não temos as informações suficientes para fazer

o julgamento dela, e precisamos dessas informações. Então, o primeiro passo seria obter essas informações para debatê-las aqui. O segundo ponto refere-se à questão política que, a meu ver, é fundamental.

Nosso querido Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima deixou de ser patrimônio para tornar-se um ícone da diplomacia brasileira, mas, evidentemente, acho que não podemos deixar de discutir o aspecto político. Existe a cláusula democrática, que precisamos colocar na questão. Todos os dias recebemos informações de retrocessos na Venezuela. Hoje mesmo, os jornais trazem novas informações sobre leis não aprovadas que o Presidente Chávez colocou em vigor. A questão democrática, principalmente para a nossa geração, é fundamental. A meu ver, conforme disse o Senador Fernando Collor, há esse círculo de instabilidade que está se criando ao redor do país, e, a meu ver, de retrocesso democrático e até econômico, e que precisamos estar atentos no sentido de não estimulá-lo.

Então, dentro desse contexto, tentando ser objetivo, a pergunta que faço é: Tecnicamente é possível nesta Casa aprovar ou desaprovar com ressalvas condicionadas? Essa figura existe? Teriam, realmente, consequências essas ressalvas ou essas condicionantes? É esta a pergunta que gostaria de fazer, evidentemente, aos embaixadores e ao representante da CNI.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vou pedir ao Embaixador Sergio Amaral que também foi ministro, para responder.

Embaixador Sergio Amaral: Não sei se a qualificação de Ministro me ajuda a responder esta pergunta.

Existem, sim, possibilidades de estabelecer condições e qualificações. A questão da reserva precisa ser examinada. O Senador Tasso Jereissati resumiu muito bem o ponto de vista da mesa, unânime na avaliação de que não estamos discutindo a possibilidade de uma rejeição, mas também não nos sentimos à vontade de recomendar ou sugerir uma aprovação sem que tenham sido cumpridos os requisitos mínimos acordados no protocolo.

Existe a possibilidade de se condicionar a ratificação ao cumprimento desses requisitos. Se a última informação prestada pelo Itamaraty indica que houve avanços, é preciso conhecê-los para verificar se eles atendem objetivamente aos requisitos estabelecidos, mesmo quando consideramos que são muito pequenos. E aí estou de pleno acordo com o José Augusto, de que é necessário discutir. Acho que essa discussão sobre as condições e a ampliação do Mercosul tem que ser mais ampla, e, neste contexto, existe uma grande oportunidade para se discutir dois pontos fundamentais que são a ponderação de voto e a negociação conjunta.

Muito bem. Satisfeito este primeiro ponto, que é saber se a Venezuela cumpriu ou não com os requisitos que o Protocolo

estabeleceu, existem duas medidas que devem ser tomadas. O Senado precisa indicar que não estará disposto a considerar mais nenhuma adesão ou ampliação do Mercosul, enquanto essas questões não forem tratadas, isto é, regras mais amplas, e, a meu ver, discutir as condições da ponderação e as condições para a negociação conjunta.

A negociação conjunta, a meu ver, não sei se pode ser fundamentada, porque é exclusiva do Conselho de Ministros, sem qualquer consulta mais ampla à sociedade ou aprovação do Congresso. Trata-se de questão muito importante. Ela é uma decorrência natural da Tarifa Externa Comum, mas não encontra no Mercosul condições de maturidade para prevalecer. Tanto que foi o próprio Brasil, na OMC, que se dissociou da Argentina nas discussões finais na tentativa da conclusão da rodada de Doha.

Então, se o próprio Brasil reconhece que não foi possível convergir numa negociação comercial com seus parceiros do Mercosul e se dissociou deles, é o reconhecimento de que talvez essa cláusula seja prematura. De qualquer forma, acho que o País não pode ficar limitado no momento em que precisa ter novos acordos comerciais à possibilidade de veto dos seus sócios no Mercosul, situação que, evidentemente, se torna mais grave com a adesão deste novo membro.

Agora, acho que, a partir do momento em que as condições não foram satisfeitas, é inteiramente pertinente aprofundar o exame de uma reserva. A reserva é da praxe do processo de adesão ou ratificação dos tratados. Precisa ver com mais profundidade se o Tratado de Assunção permitiria o uso desse mecanismo. Se permitir, é inteiramente legítimo para tudo aquilo que o Senado considerar que não está suficientemente atendido.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado. Embaixador Rubens Barbosa.

Embaixador Rubens Barbosa: Queria fazer um comentário sobre esse ponto. Respondendo diretamente a pergunta do Senador Tasso Jereissati, e lembrando os meus tempos aqui de chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no Congresso, me parece que não é possível legalmente, mas aí a assessoria jurídica poderá confirmar. Tecnicamente, o Congresso aprova ou rejeita os acordos, não pode fazer ressalva. Houve casos, inclusive, acompanhei um ou dois deles, em que o Decreto Legislativo pode colocar ressalva, mas isso não tem efeito jurídico ou legal em relação ao Executivo.

Então, talvez o que se possa fazer é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que examina o assunto, comunicar-se com o Itamaraty e pedir essas informações e subordinar o exame final do Decreto Legislativo à resposta do MRE. Não cabe ao Congresso fazer ressalvas ao corpo do protocolo, mas, previamente, a comissão pode encaminhar ao Itamaraty um pedido dizendo que a

resposta do Itamaraty será levada em conta no exame final da matéria na comissão e no plenário.

O outro ponto discutido aqui se refere ao ingresso de outros países. O Tratado de Assunção é omissivo. Então, acho que caberia à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sugerir, mas não vincular esse caso, porque não se aplicará agora. Essa discussão seria muito demorada, e, certamente, o Executivo não poderia aceitar, mas acho que é um ponto importante. Haveria que ser feito um trabalho para definir as condições de ingresso, como existe na União Europeia. Em minha exposição fiz referência a isso. Os procedimentos aplicados ao Protocolo de Adesão são inversos aos aplicados pela União Europeia.

A União Europeia tem a Declaração de Copenhague, citada aqui, que é um modelo. Vamos adaptá-lo para as nossas circunstâncias, ter um protocolo, uma declaração do Mercosul, para que futuros países que queiram ingressar cumpram, inicialmente, os requisitos prévios e depois negociem, como é feito na União Europeia.

A questão do direito de voto é um ponto que bato há muitos anos. Fiquei preocupado, recentemente, e aí o assunto é de competência dos senhores, quando o Parlamento do Mercosul voltou à representação paritária, onde cada país tem o mesmo número de integrantes. O Brasil conseguira quebrar esse ponto e a representação seguia uma proporcionalidade, de acordo com o peso dos países, mas depois houve um recuo.

Como vai ficar agora? Porque parece que vai haver uma decisão do Parlamento agora, proximamente, sobre esse assunto. Houve um retrocesso na questão do direito do voto ponderado, que era muito importante como precedente para o Brasil, porque o princípio do voto igual que se traduz no voto de consenso nas decisões substantivas do Mercosul, iria ser quebrado, uma vez que os parlamentares brasileiros seriam mais numerosos do que os outros.

Voltando à pergunta, uma coisa é o exame da Venezuela, outra, os critérios para o ingresso de outros países. No caso da Venezuela, além disso, caberia plenamente um questionamento ao Itamaraty para que atualize a informação e para que, somente depois disso, o Congresso possa tomar uma decisão.

Sobre o Parlamento do Mercosul, hoje, realmente, cada país tem 18 membros, mas estamos avançando. O Brasil teria algo em torno de 50. Paraguai e Uruguai ficariam com 18. Houve um pequeno avanço.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, vamos à inscrição. Temos o Senador Fernando Collor, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Renato Casagrande. Vamos ouvir então o Senador Fernando Collor.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Obrigado, Presidente. Gostaria de remontar aos idos de 1980 e 1985, especificamente,



“Então, temos que fazer o dever de casa antes de pensar em ampliar aquilo que, ainda hoje, não existe. O Mercosul, de fato, ainda não existe. Houve poucos avanços dentro desse processo porque regras são quebradas...”

(Embaixador Rubens Barbosa)

quando foi assinado o primeiro Protocolo que falava objetivamente da integração do Cone Sul, assinado pelo Presidente Alfonsín da Argentina e o Presidente José Sarney. De lá, chegamos a 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção. Todo processo de integração econômica é um processo que se dá mediante uma decisão eminentemente política. É uma decisão de chefes de Estado que manifestam o interesse de poderem conviver harmonicamente e em paz.

Esse é o pressuposto do processo de integração econômica. Ele traz no seu bojo a manifestação intrínseca dos países que estão envolvidos de que querem viver em paz. O Tratado de Assunção era para ser concluído em 94, e até hoje, depois de 15 protocolos, projetos e acordos, não chegamos a nada. O Mercosul, hoje, está num ponto abaixo do que ele, de fato, iniciou. Precisamos voltar ao nosso benchmarking, e a partir daí tentarmos relançar o Mercosul.

Quando lançamos o processo, a primeira consequência de ordem prática, que não foi econômica, foi a de renunciarmos, Argentina e Brasil, à corrida armamentista com vistas à fabricação de artefatos nucleares, e o banimento de toda e qualquer pesquisa de armas de destruição em massa, bacteriológicas e químicas. Tínhamos uma grande preocupação pelas assimetrias dos países que estavam compondo aquele início do Mercosul: Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil. A idéia era que pudéssemos corrigir essas assimetrias, mediante uma coordenação macroeconômica que pudesse minimizar os efeitos que, naturalmente, aconteceram ao longo desses anos pela presença do Brasil, por sua dimensão geográfica, pela sua população, pelo seu PIB, e assim por diante.

Mantivemos, ao longo desses últimos anos, relações cordiais com os nossos parceiros do Mercosul. Hoje, temos dificuldades e problemas graves para serem resolvidos e não possuímos mais as condições políticas de avançar com o processo de integração do Cone Sul em função dos pontos de inflamação aqui citados. A questão da Argentina com as suas *retenciones* nada mais é do que um processo extremamente, altamente, nitidamente, protecionista que conflita, vai de encontro, bate de frente com o processo de integração.

Temos uma questão com o Paraguai. O Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, insiste na revisão do Tratado de Itaipu, rejeitando as compensações oferecidas pelo Governo Brasileiro – que escuta com paciência reivindicações absurdas e propõe financiar a linha de transmissão de Itaipu até Assunção. O Governo Paraguaio afirma que o Tratado impõe um preço de US\$ 15 por megawatt, enquanto o valor internacional é de US\$ 45, esquecendo que essa diferença se origina do fato de o Brasil ter investido 100% dos recursos exigidos para a construção de Itaipu. O que existe é o ressarcimento dos investimentos brasileiros. Há também questões com a Bolívia, que nos preocupa e assim por diante.

Então, temos que fazer o dever de casa antes de pensar em ampliar aquilo que ainda, hoje, não existe. O Mercosul, de fato, ainda não existe. Houve poucos avanços dentro desse processo porque regras são quebradas; posições individualistas são assumidas; medidas tomadas no campo macroeconômico e programas antiinflacionários desequilibram a relação entre países maiores e menores. Como queremos avançar? Trata-se de um salto no escuro, porque nem sequer temos as regras básicas ou as condições mínimas exigidas para formatar um acordo de integração.

Não podemos, absolutamente, cogitar analisar um processo de adesão de qualquer país sem que esses pré-requisitos sejam atendidos na sua forma mais ampla e profunda. O que não é o caso da Venezuela, e demos esse salto num momento em que o planeta atravessa uma crise violentíssima. Cresceu o intercâmbio comercial da Venezuela com o Brasil? Cresceu. Também cresceram por cinco as trocas comerciais venezuelanas com os Estados Unidos.

Também se ampliaram as trocas comerciais com a China, mas o que eles estão querendo é o que fazem com a Rússia: comprar armamentos. A Venezuela está se armando, resta saber para quê. Contra qual inimigo? Quem está ameaçando a Venezuela? Se o processo de integração é um processo que pressupõe a convivência pacífica e em paz com os parceiros, por que esse investimento desmesurado em mais de vinte submarinos, em 46 caças e não sei quantas corvetas. Para que isso? Para ficar brincando de batalha naval? Não é bem isso que imaginamos de um país do Mercosul. Queremos a entrada da Venezuela para fortalecê-lo, não para dividi-lo. Não podemos esquecer que, além de tudo, o Presidente Hugo Chávez nos estabeleceu um prazo para que o Senado da República Federativa do Brasil aprovasse a adesão do país.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O prazo era setembro, já passou e não respeitamos o prazo dele.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Pois é, não respeitamos isso.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): E aí nem precisa votar mais.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Não é esse o caso, é o fato dessa ousadia, essa exacerbação do seu protagonismo que chega ao paroxismo. Passou o tempo, ele esqueceu, não está cobrando mais, mas ele falou, ele falou, ele falou.

Então, nesse processo de integração acho que, primeiro, o Brasil deve tratar de consolidar o Mercosul. Vamos trabalhar fortemente. Temos problema com a Argentina, vamos ver como podemos estabelecer a tarifa comum, vamos ver como é que vamos estabelecer a união aduaneira, vamos ver como vamos avançar com

esse processo de integração com ela, depois ver a questão do Paraguai e do Uruguai. E aí, sim, tendo uma política coordenada dos quatro parceiros originais e dos países associados, vamos tratar dos outros países que manifestam interesse em se associar ao Mercosul.

Fundamentalmente, acredito que é muito importante que o Senado da República tenha ponderação, calma, muita reflexão para que não tenhamos que dar um passo maior do que as nossas pernas. A presença da Venezuela com o Senhor Chávez no âmbito do Mercosul, é extremamente danosa aos interesses nacionais e do nosso continente. Bastaria fazer uma pergunta: ele ingressando no Mercosul, havendo um problema do Brasil com o Presidente Lugo em relação a Itaipu. Como membro do Mercosul estaria ao lado do Brasil ou formaria fileiras com o Presidente Fernando Lugo para dizer que o tratado tem que ser revisto?

No momento em que os brasiguaios são expulsos por um processo de reforma agrária em andamento no Paraguai, o Chávez, ele vai ajudar o Brasil a mediar, de alguma forma, esse entendimento ou vai dizer que os brasileiros têm que ser expulsos de lá?

A mesma coisa em relação à Bolívia quanto à questão do gás, do qual somos extremamente dependentes. Quando fecharem as torneiras o Presidente Hugo Chávez vai ficar ao lado de quem? De Evo Morales ou do Brasil? Ele terá condições de coordenar uma saída honrosa para ambas as partes? Ou vai ser um fator desagregador e criará a dissidência em um mercado comum que já tem problemas sérios a serem resolvidos.

Senhor Presidente, me desculpe, me estendi um pouco, mas a mensagem que deixo aqui, para reflexão de todos, é que o primeiro passo talvez fosse consolidar o que já temos. Que todos os países que manifestarem interesse de se incorporar ao Mercosul, pelo menos, atendam rigorosamente os pré-requisitos que foram exigidos para todos os outros membros full do Mercosul. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Fernando Collor. Vamos agora ouvir então o Senador Suplicy. E quero, como são vários inscritos, quero pedir só aos senadores que a gente possa limitar em cinco minutos cada intervenção. Senador Suplicy, não é pela sua fama...[risos]

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): São 12h21. Pode medir, Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo.

Quero cumprimentar aos embaixadores Rubens Barbosa, Sergio Amaral, José Augusto Fernandes e ao Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Fiquei, agradavelmente, surpreso com a identidade com o ponto de vista, dessa vez, com o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. Acho que...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não entendo por que a surpresa?

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Porque não imaginava que ele falaria algo tão semelhante ao que penso. E dessa maneira...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): As pessoas evoluem.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): E quero, acho que é até interessante que possamos aqui respeitosa e democraticamente, até de forma amistosa divergir, porque desta vez divirjo bastante da concepção que acaba de formular o Senador Fernando Collor de Mello, em especial, porque estou observando, fundamentalmente, que tanto a Constituição Brasileira, que diz no Parágrafo Único do artigo 4º, que a República Federativa do Brasil buscará integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações. Trata-se de artigo que praticamente tem o mesmo sentido na Constituição da Venezuela, também é propósito da nação por decisão constitucional realizar a integração com os povos e as nações da América Latina. Aqui coloco no preâmbulo da Constituição da República Bolivariana do Brasil... Perdão, da Venezuela. Quer que leia em espanhol ou em português?

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Você é cidadão da Venezuela.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Tratando-se de união, não fique inconformado, não tem problema.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Está bem. É justamente a vontade de integrar. Pois está aqui com o fim supremo de refundar a república para estabelecer uma sociedade democrática, participativa, protagônica, multiétnica e pluricultural num estado de Justiça federal descentralizado que consolide os valores à liberdade, independência, paz, solidariedade, bem comum, integridade territorial, da convivência, o império da lei para essa e as futuras gerações.

“Assegura o direito à vida, ao trabalho, à cultura, à educação, à justiça social e a latino-americana de acordo com o princípio de não intervenção em autodeterminação...” Perdão, pulei a linha. “E há igualdade sem discriminação, nem subordinação alguma, promova a cooperação pacífica entre as nações e impulsione e consolide a integração latino-americana de acordo com o princípio de não-intervenção e autodeterminação dos povos a garantir a universal e indivisível dos direitos humanos, a democratização da sociedade internacional, desarme nuclear, o equilíbrio ecológico, os bens jurídicos ambientais com o patrimônio comum e não renunciável da humanidade.”

Eu não teria recomendado ao Presidente Chávez o direito de reeleição, fui contrário ao direito de reeleição aqui quando o Presidente

Fernando Henrique assim o propôs, mesmo de forma limitada. Mas foi uma decisão do povo da Venezuela referendar que ele tem esse direito, assim como respeitei o direito do Congresso Nacional em aprovar o direito de reeleição, quando nós do PT éramos contra. Mas o sentido maior que avalio como importante, é que uma coisa é o Presidente Chávez hoje, outra é o sentido maior da integração que é um desejo comum de ambos os povos, ambas as nações registradas em suas Constituições.

E meu caro Senador Fernando Collor de Mello, vossa excelência avalia que o Presidente Hugo Chávez poderá estimular os

direito da Venezuela de ser membro do Mercosul, aí, sim, estaríamos provocando uma ação do Presidente Hugo Chávez que, às vezes, mostra seu temperamento.

Lembro que não concordei com a observação dele de que o Congresso Nacional seria dominado por interesses norte-americanos. Inclusive, tive a oportunidade de informar pessoalmente ao presidente Hugo Chávez, quando lá estive, pouco depois daquela declaração. Numa cerimônia pública, pelo sistema de televisão da Venezuela, ele me deu a palavra em meio a um discurso, e eu disse: “No Congresso Nacional e no Senado brasileiros tivemos posicionamentos contrários



Presidentes Fernando Lugo e Evo Morales a terem posicionamentos muito difíceis para o Brasil, e, muitas vezes, contrários. Na verdade, tenho uma avaliação muito diferente. Se por acaso negarmos o

quando o Presidente dos Estados Unidos George Walker Bush iniciou a intervenção bélica no Iraque só para demonstrar a ele que no Senado do Brasil não obedecemos a diretrizes dos Estados Unidos.”

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Artigo 14, Presidente.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Mas, enfim, estou inteiramente favorável. Agora acho que as observações de informações que foram sugeridas pelos embaixadores Rubens Barbosa, Sergio Amaral e José Augusto Coelho Fernandes, são úteis e, sim, teremos a oportunidade de, na próxima semana, de receber do Itamaraty as informações precisas. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado. Senador Fernando Collor pelo artigo 14.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Senador Suplicy, ainda ontem conversávamos, por telefone, longamente sobre essa questão. E o problema não é a questão das bravatas do Chávez ou desse espalhafato que ele faz. Mas é, fundamentalmente, de cumprimento dos entendimentos do respeito que ele deve ter àqueles que estão fazendo parte desse bloco.

Em relação ao nosso entorno, Senador Suplicy, hoje se criou um sentimento antibrasileiro em todos esses países. Somos considerados aquilo que, lá atrás, considerávamos ser os Estados Unidos, e o eram: os imperialistas. Hoje, em nosso entorno, é brasileiro, é imperialista. O brasileiro toma a água de Itaipu, que é do Paraguai. Na fronteira, o brasileiro toma terras que são paraguaias e está tomando a terra que é dos bolivianos. O brasileiro paga um preço irrisório para o gás que consome. Enfim, esse sentimento é crescente no nosso entorno. É o Presidente da Venezuela não protagoniza um papel de arrefecer esse sentimento e esse ânimo. Ele o exalta, para quê? Porque quer ser o líder desta região. E ele só consegue ser líder desta região na medida em que ele puder submeter o Brasil e o Governo Brasileiro, o que ele jamais conseguirá, aos seus ditames.

Não devemos, salvo melhor juízo, estar aqui para cumprir as vontades do Presidente Chávez. A questão básica e, fundamental, é: Ele quer ingressar no Mercosul, que, hoje, padece de uma revitalização. Não é momento para a Venezuela, nem outro país qualquer, vir se integrar a nós enquanto não resolvermos os problemas intrínsecos do Mercosul. Em segundo lugar, ele não pode entrar pela janela, sem cumprir com os mínimos requisitos exigidos por todos aqueles...

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Senhor Presidente!

Senador Fernando Collor (PTB-AL): ...Que queiram fazer parte do Mercosul. Então, é somente isso que coloco, Senador Suplicy. Como uma consideração às afirmações que vossa excelência acaba de fazer. Obrigado, Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado. O Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Pela ordem. Só para já adiantar aos senadores que virão fazer outras questões. Estou encaminhando a vossa excelência um requerimento solicitando do Itamaraty todas essas informações, que são extremamente necessárias, colocando que não temos a condição, inclusive, de relatar esse projeto, enquanto essas informações não vierem a esta Comissão pelo Itamaraty. Pediria que vossa excelência colocasse em votação.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Colocamos em votação ainda hoje. Senador Renato Casagrande...

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): Muito obrigado, senhor Presidente, senhores senadores presentes, senhoras e senhores.

Senhor Presidente, primeiro, não sou um apaixonado pelo Presidente da Venezuela, mas o que estamos avaliando aqui, na verdade, não é se gostamos ou não do Presidente Hugo Chávez. Nós estamos avaliando a entrada de um país, de um Estado, que é a Venezuela. Acho que essa é a questão central.

A Venezuela não está, em minha avaliação, entrando pela janela. A Venezuela está desde 1995 com uma proposta, com um convite e com uma proposta de inclusão no Mercosul. Desde 1995 há um convite feito de forma objetiva e favorável pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ainda não existia Hugo Chávez. Se a Venezuela tivesse entrado naquele momento, iríamos tirá-la do Mercosul só porque Hugo Chávez se tornou Presidente daquele país?

Então, temos que fazer uma reflexão: a entrada da Venezuela é benéfica para o Brasil. Hoje, a relação bilateral é uma relação totalmente favorável ao nosso país. Temos que considerar isso. Se aprovarmos a inclusão da Venezuela, teremos uma situação econômica ainda melhor. É importante que a gente considere isso, porque o País precisa dessa relação. É lógico que não pode ficar tanto tempo em uma relação tão desigual como é hoje. Tem que buscar, com o tempo, uma relação também de compra de produtos, em maior quantidade, da Venezuela.

A outra questão que acho fundamental é que se o Brasil quer ser líder da América do Sul, se o Brasil quer ser líder da América Latina, e sou coordenador do grupo parlamentar do Parlamento Latino-Americano (Parlatino) no Congresso Nacional, temos que articular a integração; de ciscar para dentro, e não para fora. Pelo nosso tamanho, pela economia em termos comparativos com os outros países da América do Sul e da América Latina, é lógico que nos vejamos como imperialistas. E não tem diferença na relação quando questionamos os Estados Unidos. Não tem, porque são muito diferentes os tamanhos da economia brasileira e a da Venezuela. Então, é natural que as lideranças de lá chamem o Brasil de imperialista. Não vejo nada de anormal nisso, porque, muitas vezes, a economia brasileira que é pequena perante o mundo, mas é grande na América, acaba causando algumas distorções e alguns desvios.

Então, se o Brasil quiser ser líder, tem que parar com essa discussão limitada à política interna sobre a inclusão da Venezuela no Mercosul, porque o que se colocou, até este momento, no debate foi um embate entre oposição e Governo que não passa pelo interesse regional. Dizer que temos que esperar a solução de questões técnicas para aprovar a entrada da Venezuela implicaria em desmanchar o Mercosul, porque, até hoje, essas tarifas comuns dão problemas. Impostos cobrados aqui são cobrados no Uruguai, no Paraguai... Até hoje, temos problemas em relação a isso.

Mal comparando, é o mesmo que não expandir a universidade brasileira enquanto não tivermos uma qualidade educacional excelente. Não existe isso, a realidade é diferente disso. Temos que fazer a integração paulatina, gradativa, mas não podemos ter medo, não podemos ser conservadores nessa busca da integração do Mercosul, e, futuramente, do Parlatino da América Latina. Acho que é a oportunidade que o Brasil tem, nesse momento. Nos posicionamos bem no G20 – o G7 e o G8 já viraram G20. Temos que avançar na integração, senão o Brasil vai ter um duplo discurso, defendendo lá fora a integração e praticando o isolamento aqui dentro. Obrigado, Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Casagrande. Senador Heráclito Fortes e Senador Inácio Arruda, em seguida. Em primeiro, nosso ex-presidente o Senador Heráclito.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Senhor Presidente, o grande derrotado nesta audiência pública de vossa excelência fui, que não pude estar aqui durante todo o tempo. Compromissos administrativos desta Casa me tiraram o privilégio de receber essa aula proferida aqui, não só pelos quatro convidados, mas também pelo Senador Tasso, como relator, e pelos demais companheiros. Aliás, o mais louvável de tudo é essa vocação nata de vossa excelência para a diplomacia. Parafrazeando um seu conterrâneo, antevejo dentro de um futuro bem próximo, quem sabe um futuro Ministro das Relações Exteriores. Trabalhando para isso sei que vossa excelência está.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O assunto de hoje, estou achando que está ficando...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Não fique vermelho, não precisa, fique natural. Qualquer dificuldade a Embaixada...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Mas o assunto de hoje está ficando mais complicado, estou achando que está ficando mais complicado...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Mas à parte essa descontração, quero dizer que venho acompanhando essa discussão em torno do ingresso da Venezuela no Mercosul, e concordo plenamente que não poderemos, jamais, em momento algum,

misturar a Venezuela com o Presidente Hugo Chávez. Não temos o direito de penalizar a Venezuela pelo que o Chávez faz de mal ao nosso continente, mas não podemos nos esquecer que a Venezuela não quer o acesso ao Mercosul para defender seus interesses comerciais, e, sim, para transformá-lo em uma tribuna política. Temos que votar a favor da Venezuela conscientes dos problemas que o Brasil vai viver no dia seguinte. É o cenário ideal para o Senhor Chávez, e sabemos, nessa discussão, sobre a divisão de bancadas no Parlamento do Mercosul, aonde existe a representação proporcional, que o que fazem não é nada mais, nada menos, Senador Casagrande, do que contar na ponta do lápis as bancadas que têm para colocar o Brasil em posição inferior.

O atual Governo, de propósito, deixou dormir, por quase dois anos, o Acordo de Adesão nos escaninhos da burocracia da Câmara dos Deputados. Segurou o quanto quis, não sei a troca de que negociação, ou que tipo de pressão, e somente agora o assunto vem ao Senado. Outra coisa que prejudica muito, Embaixador Paulo Tarso, é que não sabemos quando se trata de América do Sul, de América Latina, quem fala pela diplomacia, se é o Ministro Celso Amorim, condutor legítimo da política externa, ou se é o Senhor Marco Aurélio Garcia, aprendiz de diplomata e useiro e vezeiro em criar condições, situações vexatórias para o nosso país. Infelizmente, as coisas funcionam assim.

Parece que, no último ano, entraram num acordo e estão convivendo até melhor, houve a diminuição dos atritos, mas temos tido, pela atuação desastrosa do assessor do Senhor Presidente da República, situações delicadas e vexatórias, como sua participação na expulsão dos atletas cubanos, pela sua maneira desastrosa, pela sua maneira desumana, como os fatos procederam.

Nós, hoje, temos a Colômbia dando sinais de que vai querer vir para o Mercosul. A partir de agora, se estou errado, e os senhores que estão na mesa têm mais condições de dizer, que afirmar, vamos ter um verdadeiro desfile de países querendo participar do Mercosul, talvez pela política de abertura anunciada e prometida pelo Presidente Obama, ou talvez, até porque a galinha dos ovos de ouro cercou o seu cesto, e vai se ter que procurar alternativas para sobreviver.

Se a intenção venezuelana fosse, eminentemente, comercial deveríamos aprovar, por aclamação, sem nenhuma dúvida, mas ela não é. É política, objetiva transformar o Mercosul numa tribuna de proselitismo bolivariano, no pior sentido. Daí porque acho que os senhores estão cumprindo aqui um papel importantíssimo pelos cargos que ocuparam, pela responsabilidade que têm perante a nação, e, acima de tudo, pela credibilidade da opinião de cada um. Pelo que dizem nas tribunas que frequentam, ou pelo que assinam nos jornais que colaboraram.

Temos um problema mais grave, e que é preciso, de antemão, que seja visto com mais seriedade: a qualidade da nossa representação futura no Mercosul. Somos displicentes com esse fato. Até tive a oportunidade de conversar, certa feita, com o Embaixador Rubens Barbosa e o Embaixador Sergio Amaral, sobre isso. Não vejo no Brasil ninguém trabalhar no sentido dessa qualidade, apenas se sabe que vai ter eleição no ano que vem, está se brigando pela questão da representação, a quantidade, o quantitativo, mas a questão da escolha dos nomes, essa não é preocupação de ninguém.

Se não tivermos cuidado ela poderá ser uma representação de milionários e de exóticos. Temos que ter um cuidado muito grande, Senador Tasso Jereissati, é um alerta que faço aqui, porque já se começa a ver as disputas em Estados por essas representações.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Não, Senador Heráclito, não há ainda essa definição. Está se discutindo até se vai ser por lista, se vai ser por escrito. O PSDB está defendendo, a priori, a questão da lista.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Não, estou me embasando num trabalho feito pelo ex-presidente do Mercosul, Deputado Rosinha que distribuiu, e nesse trabalho dele tem uma proposta, mas vamos admitir que sejam dez, se São Paulo não tiver, pela importância que representa, principalmente, na questão comercial, se não tiver uma representação altamente qualificada, de nada adiantou criar, porque vamos ser ridicularizados.

Eu queria fazer esse alerta exatamente para os senhores. O representante da Fiesp, que está aqui, terá muita responsabilidade nessa questão. Faço esse registro, Senhor Presidente, e agradeço a vossa excelência a paciência com relação ao tempo. Essa oportunidade para nós, para o Parlamento é da maior importância. Felicito vossa excelência pelo prestígio de trazê-los aqui, coisa que, durante dois anos, minha presidência não conseguiu. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O prestígio é do Senador Tasso Jereissati. Mas só complementando então, Senador Heráclito. Realmente, esse assunto precisa ser discutido rapidamente. Nós já abordamos isso em plenário. Tem que definir se vai ser por lista, se vai voto direto, se vai ser distrital. Isso não está discutido. Primeiro necessitamos decidir o número para depois decidir a forma. A Senadora Marisa Serrano, está discutindo pelo PSDB. Senador Inácio Arruda, com a palavra.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Acho tão importante que, por exemplo, o Senador Suplicy que tem mais quatro anos de Senador, poderia abrir mão dos quatro anos e ser o representante de São Paulo no Mercosul. Colocando lugar para suplente, haja visto a importância que acho...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Inácio Arruda.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, senhores convidados. Acho que a primeira grande observação que temos que frisar, que realçar, é a unanimidade a favor da ampliação da integração. Acho que todos defenderam que é importante a entrada da Venezuela.

Em segundo, estou de acordo com o Embaixador Paulo Tarso, temos que dissipar o passionalismo, porque a luta puramente ideológica e política não é o caminho mais acertado. Imaginem a Europa, no final da Segunda Guerra Mundial, discutindo a União Europeia, colocando na mesa só as questões políticas e ideológicas, porque eram bem distintas na Europa Ocidental. Ou imagina a Europa discutindo apenas as questões técnicas para o ingresso do Leste Europeu na União Europeia. Não tinha entrado nenhum ainda, porque duvido que um daqueles países tenha conseguido cumprir o conjunto de exigências para entrar no mercado comum.

Não é uma união aduaneira, é um mercado comum, um passo muito mais adiantado, com muito mais exigências do que uma área de livre comércio, do que uma união aduaneira. Trata-se do terceiro passo num salto gigantesco para cada uma dessas etapas. Então, vamos tirar a passionalismo. A sorte é que o nosso relator não é um homem passional, então não vai considerar esses aspectos, tenho certeza.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Cearense elogiando cearense. Parabéns!

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Temos que nos defender!

Em segundo, vamos examinar as questões técnicas. Quando fizemos o Tratado do Mercosul, todos os quesitos elencados foram estabelecidos para o futuro e fomos nos adequando. Se ficarmos apegados a esses aspectos, dou razão ao Senador Casagrande, teríamos que liquidar com o Mercosul, e essa é a pior atitude. Não seria correto para nós, o Brasil, o maior país, o que tem superávit primário, superávit com todas essas nações, com a possível exceção da Bolívia em virtude de nossas compras de gás. Então, não existem razões adequadas, políticas e econômicas que impeçam ou que possam dificultar o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Quanto ao Presidente Chávez, o pedido de ingresso da Venezuela foi feito durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso. O Chávez assumiu o Governo da Venezuela quando o Fernando Henrique ainda era Governo, e não me lembro de nenhuma reunião entre Fernando Henrique e Chávez, e foram inúmeras, que se colocasse empecilhos contra a entrada da Venezuela. Para resolver a crise que estamos vivendo, necessitamos mais unidade, mais

integração. Lá fora vai ressurgir o protecionismo. Então, arguir que pode ter protecionismo de A ou B no bloco, sinceramente, isso é no mundo todo, numa crise todo mundo busca se proteger. Então, acho que a gente teria que avançar um pouco mais.

Uma carta que foi dirigida à CNI levanta que talvez não fosse necessário arguir rigorosamente os cumprimentos técnicos. Essas questões estão avançadíssimas, esperando o quê? Esperando que a gente diga: estamos de acordo, vamos aprovar. Agora não dá para nenhuma nação, seja a Venezuela ou outra qualquer, dizer: cumprimos tudo, mas não temos, sequer, previsão de que dia vamos entrar. A OMC é tão rigorosa, mas a Venezuela é membro da OMC. Puxa vida, já é membro da OMC e tem dificuldade de entrar aqui? Todas as instruções técnicas foram cumpridas na OMC e terá dificuldade de cumprir as instruções técnicas para entrar no Mercosul.

Então, não vejo como a gente arguir tecnicamente para reforçar o argumento, na verdade, político de não ingresso da Venezuela no Mercosul. Acho que deveríamos ir por um caminho mais fácil. Como o Brasil pode facilitar? Porque interessa, substancialmente, ao Brasil, em todos os aspectos, do ponto de vista mais estratégico e geopolítico. Mesmo que chamem o Brasil de imperialista, não importa chamar ou não de imperialista não depende de nós. Temos um enorme território, a maior economia, a maior indústria, somos gigantes. Não devemos nos apegar a isso, em hipótese nenhuma. Sobre a crescente beligerância em torno do Brasil. Sinceramente, é ridículo, absolutamente ridículo. Minha opinião é contrária à posição do nosso ex-presidente em relação à questão dos tratados de não proliferação. Esse é um argumento sem nenhuma sustentação...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): vossa excelência me permite um aparte?

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Por isso, Senhor Presidente, acho que nenhuma preocupação deva deixar de ser considerada, sem que se transformem em empecilhos para a adesão. O Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, informou que poderia pedir a aceleração de sua adesão, porque todos, todos, exceto Suriname e Guiana, já são sócios. É a etapa inicial: dizer eu quero ser sócio. Se o Suriname disser: “Eu quero ser sócio”, vamos associá-lo. Todos já são sócios, devemos, então, transportar essa associação para o ingresso pleno. Se a Venezuela entrar, não poderemos considerar que seja negativo que outros peçam ingresso, seja a Colômbia, que acho muito importante porque significaria dar uma musculatura, um fortalecimento no bloco econômico e político. São questões que acho de muita importância...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): vossa excelência me permite um aparte antes dessa conclusão?

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): ...não devemos nos preocupar com o bolivarianismo, porque, então, deveríamos arguir

também o bonifacianismo, porque o José Bonifácio, lá atrás também defendeu a união da América do Sul. Não foi apenas Simon Bolívar. José Bonifácio também propôs a união do continente. Acho que, para o bem de Minas Gerais e de São Paulo talvez, fosse necessário arguir o bonifacianismo, porque aí acho que daria mais força aos nossos pontos...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Ele é da UDN, sou do PSDB...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): ... Acho que, pelo interesse do Brasil, devemos caminhar mais rapidamente no sentido da adesão da Venezuela.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): vossa excelência me permite um aparte?

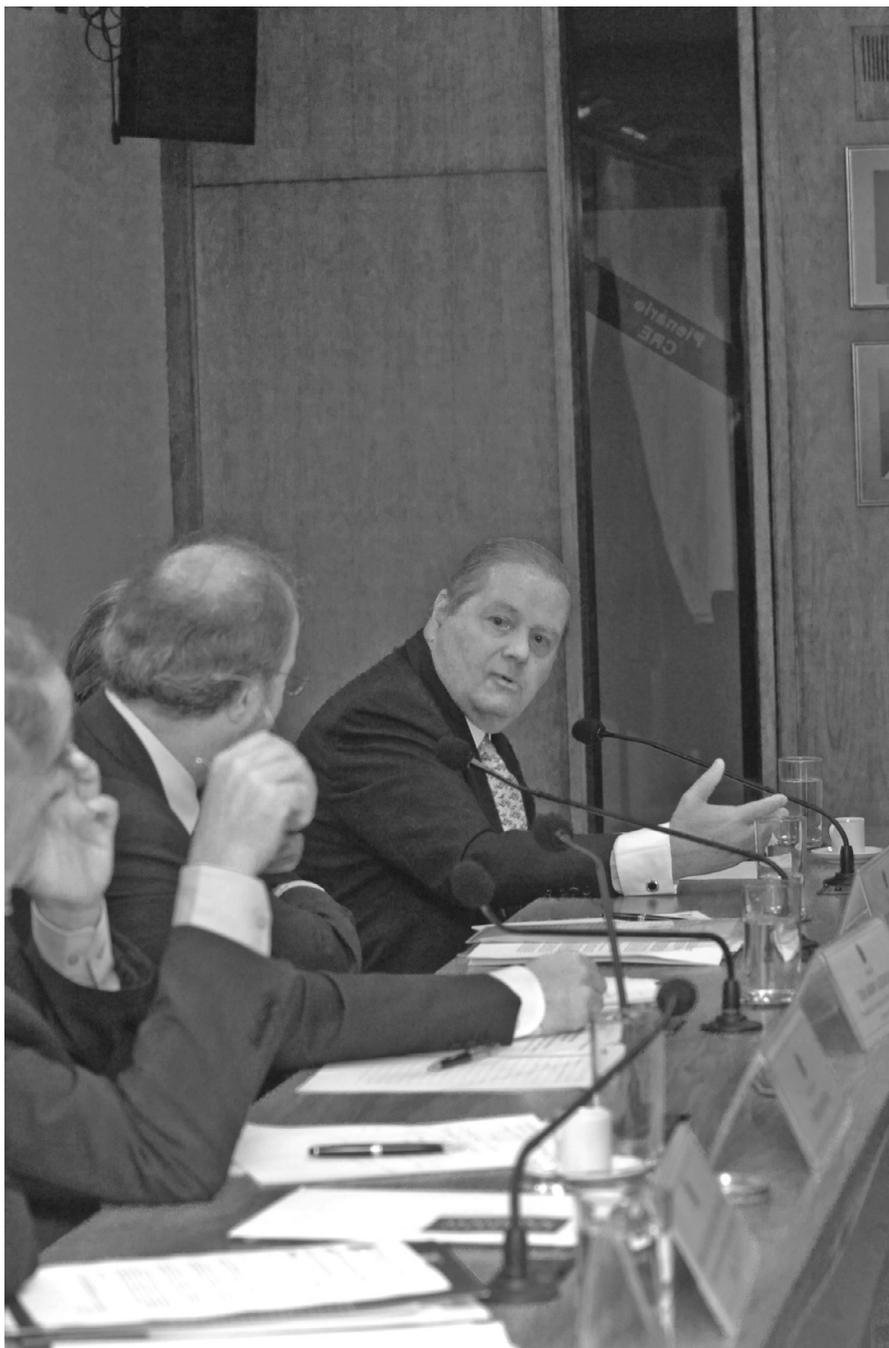
Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Claro. Não há dúvida.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Agradeço. Quero dizer ao Senador Inácio Arruda que compreendo essa vocação de alguns que compõem a base do Governo de ter como esporte preferido fazer comparações com o Governo Fernando Henrique, o que mostra que foi uma administração positiva. Agora quero dizer que no período do Governo Fernando Henrique, o Chávez que está aí era outro completamente diferente, a sua vocação terrorista ainda estava na puberdade...

Orador não identificado: Na infância...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Na infância. Exatamente. A vocação ditatorial dele começou quando o petróleo cresceu, quando ele começou a conviver com o petróleo a US\$ 100 o barril. O dinheiro começou a sobrar e ele a gastar mal, revelando-se como ditador. Naquela época ele vinha para Brasília e não trazia o aparato de segurança. Em uma recepção no Itamaraty, lembro-me muito bem, trouxe um coral de meninos, para alegrar os que estavam presentes ali. Era um Chávez completamente diferente, mas as pessoas mudam. A gente vê agora, por exemplo, aqueles que condenavam até a quinta geração os que defendiam o Fundo Monetário Nacional se vangloriarem de que agora emprestam dinheiro para o FMI. Agora, o azar é que o Chávez não pode mudar nesse sentido...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Agradeço o aparte de vossa excelência. Imaginei que vossa excelência fosse colocar que o Chávez teria se posto numa situação mais vigorosa a partir do golpe que deram lá para derrubá-lo. Acho que talvez fosse mais justo de vossa parte dizer isso. Há muita eleição na Venezuela. O processo democrático está se consolidando na Venezuela e em outros países aqui da América do Sul, porque há muitas eleições e Governos mais duradouros. Antes era o contrário, Senador. Quando uma força



democrática assumia, a pressão era violenta para dar golpe e derrubar, e o Chávez foi vítima disso também.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): O Mercosul acabou com os golpes.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Claro...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está bom. Vamos ouvir o Senador João Tenório.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): ...mas face à arguição do Senador Heráclito, acho devemos liquidar com o passionalismo, porque se for desse jeito, vamos acabar com o Mercosul. Penso que

não devemos caminhar nesse sentido. O Senador Heráclito, inclusive, tenho certeza, é a favor do ingresso da Venezuela. Devemos abstrair essa questão do Hugo Chávez...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Vou lhe explicar o porquê e vossa excelência vai entender...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): ...antes do Presidente Chávez as relações comerciais do Brasil com a Venezuela, sinceramente, eram precárias. Determinadas missões comerciais nem sequer eram recebidas. E, hoje, o interesse de integração é grande, porque diz respeito à relação e ao fortalecimento da geopolítica da nossa região. Interessa muito para o Brasil e interessa muito para a Venezuela, com Chávez ou sem Chávez. Esse que é o problema...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Concluindo meu raciocínio... Quero só concluir, é um depoimento importante...

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Questão de ordem, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, vamos só dar a palavra ao Senador Heráclito, e em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro, que pede pela ordem aqui...

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Questão de ordem, Presidente...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Questão de ordem? Então, o Senador Flexa fala primeiro.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Um dos pontos que mais incomoda aqui...

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): vossa excelência, Senador Azeredo, definiu ao início das perguntas dos senadores que vossa excelência iria estipular um tempo.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim, cinco minutos e a prorrogação de dois.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Cinco minutos para que cada Senador pudesse fazer suas arguições. Gostaria que vossa excelência cumprisse esse ritual, até para que todos possam intervir, porque estão sendo feitos discursos políticos e ideológicos...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, qual é a questão de ordem? Porque aí o senhor decide a questão de ordem e não fica sujeito a um novo discurso.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Estou com a palavra, Senador Inácio Arruda. Senador Inácio Arruda, vossa excelência...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): É que entrei com outra questão de ordem, Senador.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): ...então peça uma questão de ordem...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): vossa excelência está errado, Senador, porque estava com um aparte dado por ele, mas veja bem...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, o Senador Heráclito e em seguida o Senador João Tenório.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): O espírito chavista...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Interrompeu o...

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Não interrompi, não. Pedi e foi permitido pelo Presidente.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): O espírito chavista baixou no Senador Flexa Ribeiro, que sempre é um democrata e que cercar o direito dos companheiros, mas olha, quero deixar bem claro que a tentativa diplomática que a Venezuela faz aqui, e vamos deixar bem claro isso, não é uma tentativa habilidosa, é mandar empresas que têm interesse na Venezuela, ameaçar os senadores de que se não votar vai diminuir o comércio, vai deixar de fazer negociação com o Brasil, trocando-o pela China.

É uma diplomacia de baioneta. E não estamos vivendo nesse período. É de ameaça, é de chantagem. O Senhor Chávez não está procurando dialogar com o Parlamento, aliás, falou muito mal do Legislativo brasileiro que não tem o direito de esquecer isso. Separo a Venezuela do Senhor Chávez, agora o Senhor Chávez não contribui pelo que faz e pelo que diz para ter um tratamento ameno e cordial nesta Casa.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador João Tenório, com a palavra, finalmente, cinco minutos, prorrogável por mais dois, se for necessário.

Senador João Tenório (PSDB-AL): Discutir o ingresso da Venezuela ou qualquer outro país do Mercosul por questões de interesse econômico, é uma coisa, relativamente, ou, claramente, dispensável. Claro que é importante. É importante a adesão da Venezuela como de qualquer outro país, é importante, o estreitamento da relação com os países da América Latina e com o mundo todo. Isso é absolutamente óbvio. Não é isso que deve estar em discussão. Então, temos com a Venezuela um interesse de caráter econômico e comercial, que deve ser levado em consideração, mas não deve ser este fato que deve determinar, no momento, a avaliação mais correta pelo ingresso ou não da Venezuela.

Temos também, claramente, interesse de caráter geográfico pela proximidade e pela vizinhança, um fator que não precisa ser lembrado,

até porque, à semelhança dos demais países vizinhos, temos claramente o interesse de uma relação cordial. Agora, a sobrevivência de relações comerciais duradouras, econômicas e duradouras, a sustentabilidade dos acordos que já existem ou estão por vir, dependem, a meu modo de ver, do exercício democrático de cada país. Se o país não é capaz de fazer uma gestão democrática, não é capaz de fazer uma experiência democrática interna, acho muito pouco provável que ele exercite esse procedimento numa comunidade maior.

O exercício interno da democracia é importante para provar aos demais que na relação com os demais terá um comportamento idêntico, um comportamento similar.

Uma outra questão levantada aqui pelo Senador Collor, e acho que procede, é a corrida armamentista promovida pela Venezuela, não por ela em si, pelo que significa materialmente, mas pela demonstração de animosidade que representa. O Brasil é o país da paz, que adora o exercício dessa convivência pacífica com todo mundo. Quando se observa um companheiro que demonstra um gosto pela animosidade, acho que isso deve ser levado em consideração para admiti-lo ou não em nossa convivência, no caso específico do Mercosul.

Gostaria só de explicitar esse fato: não se discute a questão econômica, isso é uma questão rasa, é conveniente e é fundamental para a relação do Brasil com a Venezuela e com todos os países do mundo. Não tenho dúvida nenhuma. Acho que a falta de exercício democrático interno nos deixa com uma pulga atrás da orelha, que esse mesmo comportamento poderá acontecer nas relações com os demais sócios do Mercosul. Essa animosidade demonstrada demonstra uma certa, assimetria muito profunda com o espírito brasileiro, que é o espírito de buscar a paz, o espírito de conviver de uma maneira pacífica. Muito obrigado, Presidente. Eram essas as palavras que gostaria de dizer.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório. Vamos ouvir então agora o Senador Mozarildo Cavalcanti, em seguida, o Senador Cristovam Buarque, depois ainda tem o Flexa, o Simon e o Romero.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Fazer todos juntos.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está bem. Vamos seguindo. Então, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Senhor Presidente, senhores senadores, senhores embaixadores. Senhor representante da Confederação Nacional da Indústria. Tive o privilégio de ouvir os três embaixadores e o representante da CNI atentamente e, aqui, tenho uma particularidade, estou aqui como Senador de Roraima mais do que como Senador da República. E é só olhar o mapa ali e ver que Roraima entra na Venezuela.

Nossa economia é completamente ligada à Venezuela, inclusive, a energia elétrica que temos vem da Hidrelétrica de Guri. Agora, realmente, como disse o Senador João Tenório não há o que discutir. Como Senador de Roraima tenho que estar de acordo, aliás como os quatro depoentes, que estão de acordo com a entrada da Venezuela, mesmo com as ressalvas e recomendações. Agora, como Senador da República, acho que temos que ter cautelas aqui colocadas. E aí endosso o requerimento do Senador Tasso Jereissati de que solicitemos ao Itamaraty as informações complementares para que possamos ter, como recomendou o Embaixador Rubens Barbosa, a cautela e a altivez na hora de tomar uma decisão.

Aqui no Senado, diferentemente do que pensa o Presidente Chávez, temos realmente isenção. E aqui estou. Como Senador de Roraima sou completamente a favor, mas quero, como Senador da República, ser informado de todos os aspectos para poder dar um voto que represente, inclusive, uma sinalização para as futuras entradas de outros membros no bloco.

Portanto, quero deixar registrado esse ponto de vista e frisar, mais ainda, que também quero defender que o Mercosul, amanhã ao aceitar a Venezuela, não continue sendo o intercâmbio comercial entre Caracas e Minas Gerais; entre Caracas e São Paulo; passando por cima de Roraima e do Amazonas sem nada deixar.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Usou menos do que o tempo previsto. Está ótimo. Estou só aguardando o requerimento para gente poder colocar em votação. Está terminando. Vamos ouvir o Senador Cristovam Buarque.

Senador Cristovam Buarque (PDT-DF): Senhores embaixadores, fico surpreso como o nome Chávez aparece numa discussão entre Estados. O Senhor Chávez, como bem disse o Heráclito, pode mudar, ou pode perder, e, certamente, vai morrer e a Venezuela vai continuar com o Brasil. Temos que discutir aqui as relações entre Brasil e Venezuela, independente do Chávez.

No protocolo de criação do Mercosul tem referências ao marco democrático. Então, que venha aqui o Ministério das Relações Exteriores e diga: estão cumpridas as seguintes condicionantes. E aí vamos analisar se aceitamos ou não a análise do Governo. Agora, tem que cumprir as condições. Por mim, estabelecia outras condições. Tinha que exigir que, no máximo, fosse de 5% de analfabetismo. Tinha que exigir que o piso salarial fosse superior a US\$ 1 mil. Tinha que exigir que não se queime florestas naquele país. Tinha que ter uma porção de outras condições. Agora não existem essas outras condições, vamos lutar para colocá-los, enquanto as colocam, vamos analisar Venezuela à luz das condições existentes, independente do nome e gostos do seu presidente.

Eu gostaria de saber, Senhor Presidente, quando é que a gente pode ter aqui uma reunião como essa, com o convite talvez

até os mesmos embaixadores para que eles deem opinião sobre algum documento do Ministério das Relações Exteriores dizendo: a Venezuela cumpre todos os requisitos. Aí a gente vai analisar se é verdade ou não, se há interesses políticos por trás ou não.

Finalmente, sobre a fala do presidente Collor, do Senador Collor, quero dizer que, de fato, como parlamentar do Mercosul, sinto que estamos Tateando, mas a minha impressão é que a entrada de um país do porte da Venezuela dará uma ascensão ao Mercosul e não uma redução da importância. Vai trazer uma força nova, até pelas discussões que surgiram lá dentro sobre os erros e os acertos que a gente tem. Então, gostaria que a gente também cobrasse do Ministério das Relações Exteriores quais são as condições atuais que não foram cumpridas, qual é o prazo para cumpri-las, ou se todas foram cumpridas para que possamos votar. Desejo a entrada da Venezuela o mais rápido possível, cumprindo todos os compromissos que o Protocolo de Adesão deve prever.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado. Vamos agora ouvir o Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, o Senador Pedro Simon.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Só uma informação, pela ordem, ao Senador Cristovam. Que estamos, justamente, encaminhando um requerimento para que seja votado agora no sentido que o Itamaraty mande todas as informações necessárias para que possamos ter um esclarecimento sobre todos esses compromissos e pré-requisitos acertados.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Presidente, Senador Eduardo Azeredo. Senhores embaixadores Sergio Amaral, Rubens Barbosa e Paulo Tarso Flecha de Lima. Meu amigo José Augusto, representando a CNI. Senhores senadores. Quero aqui parabenizar o Senador Tasso Jereissati, relator do processo por solicitar as audiências públicas para que os senadores pudessem ter o conhecimento mais correto para usar no momento de exercer o seu voto.

Não estamos aqui discutindo tão somente a questão da entrada da Venezuela no Mercosul, não temos nada contra a Venezuela. Muito pelo contrário, é um país irmão, que tem que estar integrado na América do Sul, e que, lamentavelmente, está, hoje, sobre uma direção que demonstra de forma bastante importante a sua agressividade.

Parece a mim, que o presidente da Venezuela tem o objetivo maior de assumir a liderança política na América do Sul, e sabe que o único caminho que poderá seguir é por meio da força e não, lamentavelmente, da política. E se prepara para isso, já deu exemplos inúmeros, e, lamentavelmente, aqui na Comissão de Relações Exteriores, tivemos, várias vezes, que discutir a submissão do Brasil a questões com países da América do Sul.

Foi, assim, com a Bolívia, foi, assim, com a Venezuela, foi, assim, com a Argentina. Por trás disso sempre, lamentavelmente, estava o Senhor Hugo Chávez, sem que ele tivesse nada a ver com as questões que se discutiam. No caso do gás da Bolívia foi o Senhor Hugo Chávez que instrumentalizou o Presidente Evo Morales na ação contra o Brasil. Foi, assim, na Argentina, quando o Senhor Hugo Chávez foi à Buenos Aires criar condições de conflito com o Brasil, e, assim, é, lamentavelmente, em todas as suas ações.

O Presidente Fernando Collor tem toda razão nas colocações que ele fez aqui. Toda razão. E o Senador Tasso Jereissati acaba de colocar as minhas dúvidas no requerimento que ele encaminha ao Ministério das Relações Exteriores para saber oficialmente do Governo Brasileiro se a Venezuela cumpriu ou não os pré-requisitos para que possa fazer parte do Mercosul. A meu ver, pelo que tenho conhecimento, não o cumpriu.

Lamentavelmente, não tive a oportunidade de assistir as palestras de Vossas Senhorias, estava num compromisso externo no Ministério dos Transportes, mas as colocações aqui postas, agora mesmo pelo Senador Cristovam Buarque com relação à longevidade do Governo do Presidente Hugo Chávez, necessitam ser vistas sob o exemplo de Cuba, que está há 50 anos sob o Governo de Fidel Castro. Espero que a Venezuela não chegue a esse limite.

Acho que o caminho que temos que seguir, Senador Eduardo Azeredo, passa por uma resposta oficial do Governo Brasileiro sobre o cumprimento das exigências para a adesão da Venezuela no Mercosul. A inclusão dos países no Mercosul tem dois pilares: democracia e liberdade de comércio. Precisamos saber se existe isso na Venezuela. Nós temos que saber se a entrada da Venezuela no Mercosul não coloca em risco a própria identidade do bloco.

Foi dito aqui, Senador Tasso, que, lamentavelmente, o Mercosul não é, hoje, aquilo que deveria ser ao longo de todo esse tempo. Pelo contrário, vem regredindo, apresenta problemas sérios. Seria o caso de fortalecer, revitalizar o Mercosul para depois discutir a entrada de novos parceiros, e não admitir um parceiro que, pelo que se prevê, trará mais discórdia entre os países já membros.

Por último, gostaria de saber se a Venezuela foi admitida como membro pleno em processo de adesão antes, e não depois, de se adaptar às prescrições fiscais e aduaneiras do Mercosul. Ela se antecipou ao ser aceita como membro pleno em processo de adesão. Então, já demos um passo errado, não podemos cometer o segundo erro.

Aguardo a resposta do requerimento do Senador Tasso Jereissati para que possamos definir o voto ou mudar o voto, porque o meu voto, hoje, é transparente e claro, sou contra a entrada do Senhor Hugo Chávez no Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Senador Simon, podemos colocar o requerimento em votação primeiro? Vamos só colocar o requerimento em votação.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, peço então que inclua os dois requerimentos.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está ótimo.

Do Senador Tasso Jereissati.

Considerando as indefinições e desencontro de informações sobre estágio de implementação dos compromissos adotados no Protocolo de Adesão da Venezuela no Mercosul, objeto do Projeto de Decreto Legislativo em ordem de tramitação no CRE, há necessidade que o Congresso Nacional tenha informações conclusivas sobre o cumprimento pela Venezuela dos compromissos, condição indispensável para que possa deliberar com segurança sobre aprovação do Protocolo de Adesão, e considerando ainda que em resposta ao requerimento do Senador José Agripino de dezembro de 2007, o Ministro Celso Amorim respondeu constatando que restaram pendências na adoção das providências pela Venezuela no tocante a: apresentação das listas de INCM dos produtos a serem contidos em cada etapa do cronograma. Identificação dos produtos sensíveis do comércio entre Venezuela, Paraguai e Uruguai. Cronogramas de desgravação do comércio entre Venezuela, Brasil e Argentina, e ainda o posicionamento da Venezuela em relação aos acordos já negociados pelo Mercosul com terceiros países, requer o Senador Tasso, sejam solicitadas ao Ministro Celso Amorim das Relações Exteriores as seguintes informações, incluindo abordagens específicas a cada uma das pendências mencionadas acima.

No âmbito do grupo de trabalho criado pelo artigo 11 do Protocolo de Adesão foram acordados os cronogramas de desgravação para o comércio da Venezuela com o Paraguai e com o Araguaia e cronogramas de desgravação do comércio da Venezuela com o Brasil e a Argentina. Os primeiros não foram completados e os segundos ainda estão pendentes de negociação. Em que estágio encontra-se essa negociação? Qual o empecilho que pode representar a falta de finalização dessa negociação para a adesão da Venezuela?

Dois: no compromisso de adoção da tarifa externa comum a Venezuela ficou de complementar as tarefas em relação à apresentação de listas de produtos para cada etapa do cronograma. Em que estágio encontra-se esta obrigação da Venezuela de apresentar as listas? Qual a composição dessas listas?

Três: os compromissos de livre comércio entre a Venezuela e os países membros do Mercosul foram cumpridos? Restam-se pendências quais são elas? E quatro: em que estágio se encontra o

andamento das condições e custos de ação a serem negociados com terceiros países no tocante à adesão da Venezuela aos instrumentos internacionais e acordos celebrados com esses terceiros países.

Coloco, portanto, em discussão o requerimento.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senhor Presidente.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, quando for falar, solicitarei uma complementação do pedido de informações ao Ministério das Relações Exteriores.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Senhor Presidente, com todo respeito, sou contrário a esse requerimento. Acho que devia ser feito um convite para o Chanceler vir aqui para responder esses pontos, e não um requerimento por escrito, que ele vai responder por escrito. Acho que é coisa delicada que talvez não seja interessante sair por aí afora.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Tasso.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Senador Pedro Simon...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Acho que deveríamos tratar esses temas em uma reunião. Os assuntos são esses, vossa excelência leva em mão ao Chanceler, ele vem aqui e faz a exposição, mas acho que não tem que colocar no papel.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Senador Pedro Simon, o convite ao Chanceler Celso Amorim já foi feito, está marcado para o dia 30 a presença dele aqui juntamente com a presença do...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Do governador de Roraima, José Anchieta, e do Embaixador do Brasil...

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): ...do governador de Roraima e do Embaixador do Brasil na Venezuela. O que foi colocado aqui pelos diversos palestrantes é que tanto eles, quanto nós, não temos uma série de informações técnicas que precisam ser dadas. Como relator, ficaria até mais à vontade se na vinda do Chanceler ele falasse, mas que eu já tivesse algumas informações para poder debater com ele. Porque, no momento que receber as informações, voltarei a me aprofundar nas informações. Se ele me der preliminarmente, até aceito. Se ele colocar que vai dar essas informações no momento da sua vinda, tudo bem, mas vai demandar de mim mais tempo para poder estudá-las.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Porque acho que há perguntas que o Chanceler não deveria responder por escrito. Ele tinha que responder verbalmente. Não sei se é interessante botar no papel.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Por exemplo, podemos retirar, por exemplo...

Senador Cristovam Buarque (PDT-DF): Poderia ler outra vez as perguntas?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vou pedir que tire uma cópia e distribuir as cópias para os senadores é mais fácil.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, queria apenas colocar um adendo e mandarei por escrito a seguinte pergunta: se essas perguntas técnicas apresentadas são pré-requisitos para formalização do acordo em nível político pelos Congressos, e se já foi feito anteriormente qualquer outra formalização com qualquer país com pendências como essa.

A informação que tenho é que o ingresso do Uruguai e do Paraguai ocorreu com pendências técnicas desse nível. Então, gostaria de ter essa informação, efetivamente, para saber se houve ou não. Estou pedindo oficialmente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Tudo bem, mas sobre esse levantamento sobre o Paraguai e Uruguai, talvez os embaixadores pudessem responder.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Só para contraditar nosso líder.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Não estou contraditando nada.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): vossa excelência está dizendo que houve um erro ao serem aceitos os dois...

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Não, não, não.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): vossa excelência está dizendo que sim.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Nem estou dizendo que houve erro e nem estou pedindo para o Governo, o Congresso errarem agora. O que estou dizendo é que há um processo em andamento no qual existem questões, que são pré-requisitos e existem questões que não são...

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): E que não foram cumpridas.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Não sei se foram, estou perguntando se foram. E existem questões que não são pré-requisitos. Pode haver o ingresso e pode haver a complementação de dados, informações e andamento de procedimentos, como ocorre, hoje, em vários países que já fazem parte do Mercosul. O arcabouço jurídico, legal, fiscal não está montado, não está pronto, não está acabado. Então, quero saber o que é pré-requisito e o que não é pré-requisito.

E mais, se a gente quiser levar para essa linha, se a Argentina e o Uruguai, que apresentaram e aprovaram o ingresso da Venezuela no Mercosul, cumpriram esses pré-requisitos lá ou se houve um processo em andamento. Pela informação que tenho a Argentina e o Uruguai...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): O Brasil é soberano, companheiro.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Acho que não vamos nos submeter...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Entendi, mas enquanto se tira a cópia...

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Devemos fazer uma discussão técnica.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...mas enquanto se tiram cópias para poder discutir o requerimento, quero passar a palavra ao Embaixador Rubens Barbosa, que pode esclarecer essa questão da entrada do Uruguai e da Argentina. Agora, quero só dizer ao Senador Inácio Arruda: lá na Comunidade Europeia não é assim, não. Não é anarquia. Para entrar, tem que cumprir tudo.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Gostaria de ouvir a opinião dos embaixadores aqui presentes.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Exatamente. Vou passar a palavra agora para o Embaixador Rubens Barbosa.

Embaixador Rubens Barbosa: Uma questão levantada pelo Senador Jucá. Como disse na minha apresentação, o primeiro ponto que mencionei é que a entrada da Venezuela, do ponto de



vista dos países da região foi uma decisão política, acentuei isso, e depois fiz o contraponto com o exame técnico que a gente deve fazer. Os congressos do Uruguai e da Argentina aprovaram o Protocolo de Adesão na mesma semana, logo em seguida, da assinatura do Protocolo, eles não questionaram nada por quê?

Na época a Venezuela estava comprando títulos da Argentina, bilhões de dólares, e estava fornecendo energia, petróleo subsidiado, ao Uruguai. No caso do Paraguai não houve exame ainda, porque como o Governo não tem maioria, nem sei se foi remetido, ou se foi remetido e não foi examinado pelo plenário.

Então, esse assunto é altamente político nos Paramentos, da Argentina e do Uruguai. Agora, como foi dito aqui também, na União Europeia, em qualquer lugar em que haja um processo de integração, há condições que devem ser cumpridas, isso é que consta do Protocolo. O que estamos discutindo aqui é se os senhores aprovam o Protocolo sem a conclusão do processo. Na Europa, há uma lista de requisitos que os países precisam cumprir, mas como foi uma decisão política que incluiu a Venezuela como membro pleno, estamos agora com esse problema. Há necessidade do país que entra cumprir os requisitos que ele mesmo aprovou. Esse protocolo não é uma imposição do Mercosul é um documento negociado com a Venezuela.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Mas perguntaria o seguinte: no caso do ingresso do Uruguai e do Paraguai no Mercosul foi cumprido todo o Protocolo antes de se aprovar politicamente o ingresso ou ficaram pendências para que depois fossem cumpridas?

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, é que tem aqui o Protocolo, artigo 4º. Artigo 4º do Protocolo diz o seguinte...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vou pedir ao Embaixador Sergio Amaral para fazer o esclarecimento.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Mas é porque é esclarecedor até para ouvir a opinião dos embaixadores. “No mais tardar...” artigo 4º: “no mais tardar em quatro anos contados a partir da data da entrada em vigência do presente instrumento, a República Bolivariana da Venezuela adotará a nomenclatura comum do Mercosul e a tarifa externa comum para este fim. O grupo de trabalho criado no artigo 11 deste Protocolo estabelecerá o cronograma de adoção da TEC contemplando as eventuais exceções...” E por aí vai. Aí entra no artigo 5º.

Embaixador Sergio Amaral: Mas esse que é o ponto. Exatamente.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Então, quer dizer, mas lá diz o seguinte: “feito o acordo ingressa a Venezuela.” Tenho

quatro anos, que é isso que estou aprovando ou não é? É isso que o Senado vai aprovar ou não é?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vamos ouvir o Embaixador Sergio Amaral, então.

Embaixador Sergio Amaral: Obrigado, Presidente. Gostaria de fazer dois esclarecimentos: primeiro é que o Uruguai e o Paraguai são sócios originais, junto com o Brasil e com a Argentina. Ao longo desses anos esses quatro países foram construindo um acervo de decisões, um acervo de redução de tarifas, um acervo de acordos com os terceiros países. Então, qualquer país que queira pertencer ao Mercosul precisa incorporar esse acervo. Qual é o pressuposto do Mercosul? O pressuposto é que todos tenham regras iguais, porque não pode cada um ter uma tarifa diferente, não pode ter acordos diferentes. Então, estamos tratando de uma situação que é inteiramente nova.

Os quatro membros são originais, eles foram construindo esse acervo ao longo de mais de uma década. Na adesão o que é que se faz? Dá-se um tempo ao país que adere para cumprir. Não é isso que estamos questionando. O que estamos questionando é que há certas regras como este processo deve caminhar. Como é que deve ser feita a adesão da Venezuela? Ela vai ser feita ao longo de quatro anos, mas o que tem que discutir antes é exatamente o que vai ser negociado e qual é o cronograma, e é neste ponto que a Venezuela não está atendendo ao próprio protocolo...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Ela tem quatro anos.

Embaixador Sergio Amaral: Não para isso.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Claro. Mas é o que está escrito aqui no Protocolo de Adesão.

Embaixador Sergio Amaral: Não. A Venezuela assumiu um compromisso de, num prazo de 180 dias, o grupo de trabalho poder definir e acordar sobre como este processo vai funcionar ao longo de quatro anos, em outras palavras: são os programas de negociação o que vai se negociar e o prazo em que vai ser negociado.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Aqui não fala em prazo.

Embaixador Sergio Amaral: Fala sim.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Artigo 4º não trata.

Embaixador Sergio Amaral: A competência está no artigo 11 que são as competências do grupo de trabalho que foi criado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Seriam duas questões então.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Senhor Presidente, não tenho nada a opor. Retiro. Pode ser aprovada. Não tenho condição nenhuma. Retiro.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, continua em discussão. Mais alguém que queira discutir. Não querendo discutir. Coloco então em votação o requerimento do Senador Tasso, já foi distribuído. Então, os senhores senadores e senadoras que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Há ainda um outro requerimento aqui do Senador Inácio Arruda que requer uma audiência pública no dia 29 de abril, na véspera, portanto, da vinda do Ministro Celso Amorim, sobre a participação do Brasil na missão humanitária na Colômbia, tendo como convidada especial a Senadora colombiana Piedad Córdoba. Considerando as iniciativas que vêm sendo tomadas ao redor do mundo no sentido de garantir a paz na Colômbia, nada mais pertinente e oportuno para esta Casa do que promover a realização de audiência pública com a senadora ícone da defesa dos direitos humanos da Colômbia, Piedad Córdoba, que está no Brasil no período de 28 a 30 deste mês. Está assinado também pelo Senador Renato Casagrande, já que o Senador Inácio Arruda não é membro desta Comissão, poderia ser, mas o Senador Renato Casagrande também assina. Em discussão. Estão de acordo. Em votação. Estão todos de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Então, vamos agora continuar ouvindo o Senador Pedro Simon. Finalmente, Senador.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Apenas a obrigação de externar a minha posição, Senhor Presidente. Com todo respeito, sou totalmente favorável à criação do Mercosul, fruto do empenho do ex-Presidente, e agora Senador, José Sarney, ao lado do então Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín. Preciso destacar a ação do ex-presidente Fernando Collor ao lado de Carlos Menem. Ambos derrotaram seus predecessores nas urnas e havia uma expectativa de que anulariam os atos e voltariam atrás. De modo especial, o Presidente Collor, hoje nosso companheiro no Senado, fez questão de tomar posse num dia, e no dia seguinte, às 10h da manhã, viajou para assinar o convênio definitivo do Mercosul.

Eu confesso que acho esse debate um pouco estranho, Senhor Presidente. Essa integração, para nós, é tão natural, é tão espontânea, é tão importante que essas questões secundárias nem deveriam prender nossa atenção. Quem é Hugo Chávez? O que é que ele representa? Para onde vai Hugo Chávez? É piada, Senhor Presidente.

O que estamos vendo aqui é muito importante. A crise econômica foi diferente das anteriores em virtude do papel da União Européia, da China, da Índia e do próprio Brasil. Se há alguém interessado no processo sul-americano de integração, somos nós.

Não podemos ver a América do Sul como um cachorrinho que agrada os americanos, que fazem negociação direta com o Chile e com outros, sem que o continente tenha condição de crescer, desenvolver, de avançar.

Graças a Deus, o Brasil tem uma posição de grandeza. Nunca praticou uma política militar de ampliação territorial. Eles nos olham como imperialistas, mas, na verdade, no fundo eles têm respeito, e confiam na posição de liderança que o Brasil pode desempenhar. Estamos vivendo um momento novo na história da humanidade. Queira ou não queira, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, representa um fato novo, abrindo um caminho direto para conversar diretamente e refazer o diálogo com a Venezuela, com a Bolívia e com o Paraguai. Acho, com todo respeito, que o Lula mantém uma posição de categoria. Aqui, porque o Presidente Chávez deu uma declaração infeliz, dizendo que somos elementos que atendíamos o Governo americano e éramos...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Papagaios do Congresso americano.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Devíamos, por isso, romper com a Venezuela? Fui um dos que foi contrário. Romper com a Venezuela – um país! – por causa de um cidadão que não sei quantos dias e vai durar? Acho que estamos no caminho e o mais bonito de ver é Brasil e Argentina se entendendo. Com toda sinceridade, não fica bem para esta Comissão apegarmos-nos a picuinhas. Se fosse assim, a Europa nunca teria se unido. Como Inglaterra, Alemanha e França conseguem se entender? Nós não temos problema algum. Pelo amor de Deus, vamos acertar, tem que ser. Acho que o que está acontecendo hoje é altamente positivo. A saída da Venezuela é o início do fim para o Pacto Andino e para o surgimento de um único bloco no continente. Então, temos que ter grandeza e visão. O Brasil está na melhor fase da sua história e temos de caminhar adiante.

Eu quero felicitar a manifestação dos senhores, de modo especial, o companheiro Flecha de Lima... Meus cumprimentos. Você é uma pessoa fantástica. Muito obrigado, Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Então, vamos ao Senador Romero Jucá.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Quero saudar o Presidente da Comissão, o Senador Eduardo Azeredo; os embaixadores Rubens Barbosa, Paulo Tarso e Sergio Amaral e o Senhor José Augusto Coelho, representante da CNI. Falo aqui como Senador de Roraima e como líder do Governo. Primeiro, como Senador de Roraima dizendo que o ingresso da Venezuela no Mercosul, para meu estado, é determinante. Não só para Roraima, como também para a Amazônia Ocidental e o Brasil.



Faço minhas as palavras do Senador Pedro Simon. Vamos mudar o eixo. O Mercosul, que visava o sul do subcontinente, passa a ser um mercado da América do Sul. O ingresso da Venezuela trará a adesão da Colômbia, que consolidará, efetivamente, o bloco em toda a região. Para a gente é fundamental na questão logística. Roraima está muito mais próxima da Venezuela, da Guiana e do Caribe. Estamos ilhados do restante do Brasil. Temos uma Amazônia com todas as restrições ambientais, e, sem dúvida nenhuma, não dá para virar as costas para a Venezuela, que, hoje, é o maior parceiro econômico brasileiro em termos de superávit, cerca de US\$ 4,5 bilhões.

Como líder, quero registrar a importância que o Governo dá à presença da Venezuela no Mercosul. Vamos balizar as questões técnicas com responsabilidade. Vamos aprimorar as questões políticas. Não se trata de discutir questões internas da Venezuela.

Houve eleição lá? Houve, com observadores internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), da Fundação Carter e da Organização dos Estados Americanos (OEA). A questão política e democrática é fundamental. Concordo com o Senador Cristovam. Temos é que avançar. Ter IDH, ter PIB, uma espécie de pacto social, mas agregando, trazendo os países...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): O que não dá, por enquanto, porque o Brasil ficaria fora.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): ...para que possamos construir uma América do Sul forte. Agora, construir com inclusão, não com exclusão. Nem usando barreiras técnicas para fechar o caminho. Como vamos ampliar a democracia se isolarmos a Venezuela, como falou, muito bem, o Senador Pedro Simon.

Não quero me alongar, nem discutir questões técnicas e econômicas. Esta é uma discussão política. Agora, temos que ter a consciência da nossa posição na América do Sul dando o exemplo de tolerância, de responsabilidade, de integração. Não há economia de Roraima forte sem uma relação prioritária com a Venezuela e uma estrada para a Guiana que teremos de construir, abrindo, para o Caribe, uma saída para a Amazônia Ocidental.

Tudo isso é uma ação, um pacto, um discurso, um compromisso do Governo Brasileiro e do Presidente Lula com essa região. Um passo determinante para isso é, efetivamente, o ingresso da Venezuela no Mercosul. Sem o ingresso da Venezuela no Mercosul essa estratégia fracassa.

Quero, por um dever de ofício, discordar da avaliação feita pelo Senador Heráclito Fortes sobre o senhor Marco Aurélio Garcia. É um homem trabalhador, um importante assessor do Presidente Lula, que dá uma contribuição importante ao trabalho que o país e que o Governo tem feito nessas questões. Como quero registrar também, sem polemizar, que não houve expulsão de atletas cubanos.

Portanto, Senhor Presidente, espero, sinceramente, e vou atuar como Senador de Roraima, como líder do Governo para que a entrada da Venezuela no Mercosul seja aprovada. Isso, para nós, é vital. Não faço nenhum questionamento, respeito a posição de todos...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senhor Presidente.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): ...os embaixadores e todos os que interagem nessa discussão, mas a nossa posição é de buscar a aprovação, uma aprovação rápida. Claro, levando em conta as questões técnicas e fazendo cumprir o acordo firmado no Mercosul. Obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Heráclito.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senhor Presidente, quero dizer que o equívoco desta discussão é que alguns colegas já querem antecipar votos, é o que não está ocorrendo. Nós queremos é discutir. Até compreendo a impaciência do Senador Pedro Simon, a experiência, a vivência aqui na Casa permite isso, mas imagino como seria triste e monótono se não tivéssemos a oportunidade de discutir uma questão dessa importância na Comissão de Relações Exteriores. Para uns, pode parecer uma discussão boba, mas para outros não, é uma discussão importante. Até porque sofremos o trauma de viver num país onde, num determinado momento, rompemos relações com Cuba sem qualquer consulta ao Congresso. Senador Pedro Simon, não tivemos oportunidade, lá atrás, de discussões dessa natureza. O Senado tem todo direito de ter mágoas pela maneira descortês como foi tratado pelo Presidente Chávez, de propor rompimento de relações diplomáticas, jamais, mas de discutir, sim.

Imagine como seria triste, monótono e deixaria até razão de ser. Talvez começasse a compartilhar as preocupações do Senador Cristovam Buarque com relação à existência desta Casa. Agora, não podemos tapar o sol com a peneira. Por que é que está se discutindo Chávez e por que se compara o acesso de alguns países da União Europeia? Porque lá não tem ninguém com vocação para ditadura, não tem ninguém que tenha criado dissabores ao Congresso, não tem ninguém que tenha afrontado a Constituição.

A questão é outra. E temos que analisar essa questão por esse aspecto, até porque quem inspirou a criação do Mercosul – e aí se louva Sarney, Sanguinetti e Alfonsín – foi exatamente a democracia. Na época, a inspiração da criação do Mercosul foi a estabilidade democrática, não havia nenhuma pretensão de se formar aqui um grande bloco econômico para enfrentar os outros. Os americanos nos atrapalharam, durante muito tempo, porque temiam que se fizesse aqui um bloco que criasse dificuldades para os interesses daquela época. Hoje, o mundo é outro e temos que tirar partido da situação atual. Não podemos desperdiçar essa oportunidade depois que o Presidente Lula foi elogiado pelo presidente norte americano, virou o “cara.” Temos que aproveitar essa oportunidade de maneira positiva e não podemos, como congressistas, deixar de mostrar ao país que temos que ter cautela com a vocação ditatorial e armamentista do Senhor Chávez. A aprovação da Venezuela ao Mercosul é outro departamento.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito. Antes de ouvirmos então as considerações finais dos embaixadores e do Diretor da CNI, o Senador José Nery ainda pede a palavra. Com a palavra, Senador José Nery.

Senador José Nery (PSOL-PA): Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, ilustres convidados desta audiência pública, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Embaixador Rubens Barbosa, Embaixador Sergio Amaral, e o Senhor José Augusto aqui representando a CNI, senhores senadores, senhoras senadoras. Esse é um tema muito importante que deve, evidentemente, ser discutido exaustivamente por todos que têm interesse na integração dos países da América Latina, em especial, do Mercosul. Creio que temos motivo de sobra para participar, efetivamente, desse debate, para tirar a limpo as verdadeiras questões levantadas para criar dificuldades ao processo de adesão da Venezuela ao Mercosul.

Todo o processo segue o mais perfeito cumprimento das normas que orientaram a criação do Mercosul, todos esses procedimentos adotados do ponto de vista legislativo que demanda aprovação dos demais países membros do Mercosul, algo já consolidado no Uruguai e na Argentina, faltando ao Brasil e Paraguai essa definição. Creio que é preciso ressaltar as razões econômicas, ligadas a um comércio bilateral altamente favorável ao Brasil. Não vou repetir números e

informações relevantes que foram prestadas aqui nesta audiência. E diria que o único empecilho para o acolhimento da Venezuela no Mercosul, sobretudo, o que temos discutido no Brasil, é de natureza estritamente política. Não a política vista de forma mais geral, universal, mas aquela feita quando se quer desqualificar uma posição, orientada por um viés político e ideológico.

O que se observa em relação à adesão, ao acolhimento da Venezuela ao Mercosul não é outra coisa senão o viés político e ideológico partindo de certas compreensões, a meu ver, equivocadas, e até, certo ponto, atrasadas de que na Venezuela tem um regime ditatorial. Todos os fatos que conhecemos no período mais recente no processo político da Venezuela, nos autorizam a dizer que não há na América Latina país que tenha vivenciado um processo mais democrático do que aquele exercitado pela Venezuela, nem o Brasil que tem eleições diretas, Congresso e Judiciário funcionando.

Orador não identificado: Exceto Cuba.

Senador José Nery (PSOL-PA): Cuba também. Cada país tem o direito a sua autodeterminação para escolher seus caminhos. O Presidente Chávez governa a Venezuela de forma democrática, porque participou, desde 1998, de doze eleições e em apenas em uma delas suas proposições foram rechaçadas. Tive a oportunidade de participar como observador do Senado Federal do referendo constitucional de 2007 e pude constatar que muito do que se diz sobre a Venezuela não passa de convicção ideológica, que devemos respeitar.

Estamos tratando aqui da adesão da Venezuela, não estamos tratando aqui da adesão de Chávez ao Mercosul, é essa a questão que parece que não se quer perceber aqui. Se o povo da Venezuela escolheu um caminho institucional para escolher seu dirigentes, devemos respeitá-lo, porque na hora que esse caminho não mais responder às aspirações e ao interesse daquele povo, com certeza, tomarão outra direção.

O equívoco nesta Comissão e no Senado envolve, a meu ver, intolerância política, não ter a abertura, uma visão clara de que o processo que vive a Venezuela é de um protagonismo popular, inclusive, com a possibilidade de remoção de seus dirigentes. Tudo bem, o Congresso aprovou reeleições sucessivas, contra as quais me oponho, é a minha opinião, mas lá foi aprovado democraticamente. Na hora que o povo entender o contrário tem um instrumento, o da revogabilidade decorridos 50% do exercício do mandato presidencial, dos governadores e dos prefeitos.

Na Venezuela, um percentual da população, que corresponde em termos eleitorais a um milhão de pessoas, pode requerer o plebiscito revogatório para encerrar o mandato dos governantes. Então, os argumentos de ditadura não procedem, porque não correspondem à realidade. Do ponto de vista econômico as razões estão dadas...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador José Nery, para concluir, por favor...

Senador José Nery (PSOL-PA): ...pois não, Presidente, vou concluir. Para dizer que precisamos, realmente, discutir amplamente essa questão. É muito correta a proposição do Senador Tasso Jereissati, como relator do Protocolo de Adesão, desse ciclo de audiências públicas que contará, inclusive, com a presença do Ministro Celso Amorim. Creio que é um processo valoroso e importante para que tenhamos, justamente, a oportunidade de expressar aqui, cada um de nós, sua compreensão sobre o processo.

Eu diria que o único aspecto que tem se tornado impeditivo para esse acolhimento à adesão da Venezuela ao Mercosul, é o político-ideológico que, a meu ver, não pode ter supremacia na relação entre Estados independentes, entre Estados irmãos. Portanto, minha posição é absolutamente favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul, e até mesmo do ponto de vista político estarão submetidos às regras democráticas estabelecidas no Tratado de criação do Mercosul.

A presença da Venezuela é uma forma, Senhor Presidente, de exercer o controle e o acompanhamento de tudo que ocorre do ponto de vista social, econômico, político nos países do Mercosul. Agradeço a vossa excelência, e manifesto aqui a minha satisfação por saber da posição aqui defendida pelos senhores embaixadores, como representantes do Itamaraty, e da CNI com as reservas e com as pendências aqui apresentadas, mas tem uma posição, a meu ver, coerente: estamos discutindo a adesão da Venezuela, não estamos discutindo a adesão do Presidente Chávez ao Mercosul, embora, pessoalmente, tenha razões de sobra para reconhecer os avanços democráticos da Venezuela. O povo venezuelano começa a ser protagonista da sua própria história, e talvez seja isso que não queiramos compreender. Muito obrigado. Parabéns pela discussão. E faremos, aqui, as discussões que forem necessárias, exaustivamente, porque esse tema é muito importante. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Quero exatamente, nesse aspecto, só defender aqui a gestão do Senador Heráclito...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Presidente, só uma questão de ordem para um esclarecimento.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...E a questão aqui comigo também. Essa Comissão nunca foi intolerante Senador, por favor, ela não foi intolerante com o Senador Heráclito e não é intolerante conosco. Nós sempre tivemos aqui...

Senador José Nery (PSOL-PA): Nós falamos sobre intolerância política do ponto de vista da compreensão de cada um.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Exatamente. A Comissão sempre acatou diversas opiniões. Veja que, hoje mesmo, vossa excelência e o Senador Inácio, que não são membros da Comissão, puderam usar a palavra. Nunca houve intolerância política aqui. Senador Heráclito.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senhor Presidente, queria apenas, é questão de preservar os anais da Casa, da Comissão, lembrar ao Senador Nery que ninguém aqui representa o Itamaraty. Já representaram durante muito tempo, são diplomatas brilhantes, mas, no momento, são homens independentes. Vossa excelência falou como falaria pelo Itamaraty.

Senador José Nery (PSOL-PA): Eles são membros do Itamaraty?

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Não. Todos já deram a sua colaboração.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Todos têm mais de 60 anos.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Todos já têm mais de 60 anos e vossa excelência ainda não quis aprovar aquela lei...

Senador José Nery (PSOL-PA): Mas pela experiência da diplomacia brasileira...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): ...Agora o Senador Nery querer que esta Casa discuta algo que não seja político é duro...

Senador José Nery (PSOL-PA): Não falei isso...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): ...a discussão é política.

Senador José Nery (PSOL-PA): Ideológica!

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): vossa excelência pode até ideologizar a questão, não é o meu caso...

Senador José Nery (PSOL-PA): É ideológica.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): ...minha questão é pragmática, não é ideológica. Eu não tenho ideologia.

Senador José Nery (PSOL-PA): Puramente ideológica.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Eu não tenho ideologia.

Senador José Nery (PSOL-PA): O senhor é um cidadão desideologizado.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Não tenho ideologia. Se você me provar qual é a minha ideologia, me curvo. Não tenho ideologia.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Nós vamos ouvir então o Senador Arthur Virgílio que chega e quer a palavra como líder do nosso partido.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Não tem idade para tanto.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Aliás, Presidente, vejo a CNI representada muito qualificadamente pelo Doutor José Augusto. Eu sou testemunha ocular de que os três têm alguma experiência em política externa. Eu testemunhei isso.

Na verdade, e qualquer ironia à parte, estão aí três dos mais brilhantes embaixadores com que já contou uma casa emérita em produzir embaixadores brilhantes.

Eu não vim aqui para discutir a questão ideológica, de ouvir um Senador, não sei identificar a voz dele, foi muito rápida, elogiando o ditador da Coreia do Norte. Até acho que é um direito, se acha que expressar politicamente de maneira correta é ir por esse o caminho. Eu não estou aqui para discutir. Eu entendo que a Venezuela é perene, o Coronel Chávez não é. Não desconheço o valor da cláusula democrática que é essencial. Certa vez, o Governo passado acionou a cláusula democrática e impediu, junto com a Argentina e com o Uruguai, um golpe no Paraguai.

Eu me ateno, portanto, no tempo em que disponho, basicamente, à questão econômica. Eu sabia que seria esse o caminho trilhado pelo relator dessa matéria tão relevante, que é o Senador Tasso Jereissati. E aqui vai um elogio ao Governo Brasileiro.

A Venezuela, não fosse o petróleo, teria uma inflação galopante, que ameaça sair do controle e o Brasil mantém a inflação controlada. O Brasil tem feito, e agora vejo um certo desconforto fiscal, mas tem feito, ao longo de 15 anos, um esforço de estabilização econômica que rendeu bons frutos para o País. A Venezuela, não fosse o petróleo, viveria uma das situações econômicas mais graves dentre todos os países de que tenho notícia, e o preço do petróleo agora não está com preços tão atraentes para possibilitar que se troque petróleo por banana no Caribe, como na relação entre Venezuela e República Dominicana, por exemplo.

Eu entendo que temos que ver a resposta das questões técnicas colocadas pelo Senador Tasso Jereissati. Se voltasse a parte política, diria: não gostaria que o Mercosul virasse, com a presença do Coronel Chávez, um palco político, tipo uma UNE fora de moda, um palanque antiamericano. Não sinto que seja bom, sobretudo, numa hora que se estabelecem relações tão boas entre o Brasil e os Estados Unidos. Entendo que as questões devem ser, basicamente, econômicas e com o olho na política. O olho da política é esse, é a preocupação com a democracia. Eu me preocupo com os rumos que

a Venezuela toma sob o Coronel Chávez. Também não gostaria de imaginar um povo tão correto, como aquele, outra vez governado por um Pérez Jiménez da vida.

Percebi que alguns ideologizaram o debate pelo que ouvi no rádio e vi pela televisão, e não foi esse o caminho adotado pelo relator. O relator quer saber sobre tarifa comum. Se tivesse que apontar um defeito da nossa política externa, apontaria o desmantelamento do Mercosul, que não vive uma fase brilhante, vive uma fase bastante delicada.

Isso aí pode ser até um ingrediente complicador a mais, mas o próprio Mercosul, em si, ele perdeu a relevância, aquele sonho brilhante de construirmos um PIB maior do que o da Alemanha para negociarmos em posição de força com outros países, se desfez. Eu não vejo que um tento da política externa brasileira, o trabalho por ela exercida em relação ao Mercosul, mas vamos de maneira muito serena, nós do PSDB, seguir o Relator Tasso Jereissati. Vamos analisar tecnicamente as questões que serão postas, e vamos pesar de maneira muito fria o que é o interesse do País e o que é o interesse do Mercosul.

Eu gostaria que o Chanceler Celso Amorim, quando aqui viesse, falasse um pouco, inclusive, sobre o Mercosul. E tenho perguntas a lhe fazer sobre o Mercosul. Sinto que o Mercosul desandou, deixou de ser uma prioridade para o Governo Brasileiro, precisa voltar a ser uma prioridade. Estamos, então estendendo o braço um pouco mais e, sequer, consolidamos aquele núcleo inicial. Eu não estaria no mesmo clube do Coronel Chávez, mas não é clube. Vou ouvir e vamos decidir...

Orador não identificado: Tertúlias.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Um clube, tertúlias, enfim, não seria o meu companheiro para uma jornada dessas. Eu entendo que as questões técnicas têm que ser examinadas, e gostaria de saber as respostas do Governo Brasileiro para essa questão. Então, qual o compromisso efetivo da Venezuela e, por outro lado, o que pensa o Governo Brasileiro, sistematicamente, sobre o Mercosul? Porque o próximo seria então o Equador, hoje dirigido por estadista chamado Rafael Correa.

Vamos manter a serenidade e vamos discutir, sem emocionalismos. Das intervenções que vi e ouvi, eu, por exemplo, gostei muito do que disse o líder do Governo. Embora discordando de pontos centrais da preocupação do Senador Romero Jucá, ele procurou se ater à questão técnica. Vamos ver então quais são os argumentos mais fortes que cada lado pode exibir.

Eu, sinceramente, fiz muito passeata, inclusive, o Governo americano não deveria nem me conceder o visto, porque quebrei muito vidraça da Embaixada dos Estados Unidos quando funcionava

no Rio de Janeiro, mas passei dessa idade, e tudo que prego é que o Brasil tenha uma relação privilegiada com Washington. Sinto que esse é o caminho para o Brasil, relações privilegiadas com os Estados Unidos. Temos tudo para estabelecer isso agora com essa figura renovadora, essa figura talentosa que é o Presidente Obama que demonstrou, inclusive, muita simpatia e muito apreço pelo Presidente Lula, e, certamente, não vai deixar de conviver bem com o presidente que lhe vier a suceder no Brasil.

Olhando esse ângulo pesáramos, inclusive, o que pode acontecer, eventualmente, de danoso para o nosso convívio com nações democráticas e nações de enorme potencial de intercâmbio econômico conosco com a inclusão da Venezuela. E faço justiça, vejo o Presidente Lula muito afastado do Presidente Chávez, sinto que é um ponto de equilíbrio. Eu não gosto de ver Chávez, Evo Morales e Rafael Correa juntos. Falta apenas a companhia do presidente do Irã para tornar-se uma coisa muito exclusiva. Então, vejo que o Presidente Lula pode exercer um papel moderador muito importante, e até o exerce, e isso é importante.

Por outro lado, tem outro argumento do Presidente que é um argumento, aparentemente forte, mas que julgo claudicante: o intercâmbio de US\$ 6 bilhões. Tudo isso sem a Venezuela estar no Mercosul. Eu não vejo nenhuma razão para a Venezuela diminuir esse intercâmbio estando fora do Mercosul.

Se dissessem a relação de troca passaria de US\$ 1 bilhão para US\$ 6 bilhões, seria um argumento muito pesado. Por outro lado, já está nisso. Eu não vou vendo, sequer, que vá aumentar em função do próprio cenário mundial. Então, vamos agir muito serenamente, seguindo a orientação do relator, muito bem escolhido pelo Presidente Eduardo Azeredo. Vamos analisar os prós e os contras, e não cair nas esparrelas ideológicas. A época das passeatas não compõe com quem tem, pelo menos, 35 anos de idade, e o Tasso tem muito mais. Eu tenho só um pouco mais, mas a época das passeatas já não compõem com quem precisa ter, pelo menos, 35 anos de idade para virar Senador da República. Muito obrigado, Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Tasso.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Espero que se um dia a gente voltar a negociar a Alca esse argumento prevaleça aqui com as mesmas pessoas que estão discutindo e dando tanta ênfase e prioridade a esse argumento.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Permita-me, Presidente? Eu, por exemplo, sou a favor da Alca. É um direito que espero que os admiradores do ditador da Coreia não me neguem. O Brasil perdeu uma enorme chance, deveria ter feito um acordo pan-americano. E pergunto: a presença da Venezuela ajuda uma eventual ressurreição da Alca? Isso é comércio, não estou falando

em passeatas, não estou falando em ideologia, não estou falando em Governo popular, estou perguntando se ajuda. Vai ajudar? Se me disserem que ajuda digo: olha, que coisa boa. Agora, gostaria muito que na conversa entre Obama e Lula, daqui para frente, voltasse a florescer a ideia da Alca. Perdemos um gol com o goleiro batido e a trave à disposição do atacante...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Até porque ficamos sem um e nem outro. Não fizemos a Alca e não firmamos o acordo bilateral...

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Certa vez um colega nosso, querido amigo, enfim, debatendo comigo na outra Casa, quando éramos deputados, disse: “É um acordo do pescoço com o cutelo, nós que temos 6% do PIB das Américas, negociarmos com quem tem 60% do PIB.” Eu respondi: “Olha, acordo danoso mesmo seria negociar com quem não tem dinheiro para comprar o que possa produzir. Essa história de somar pobreza não leva ninguém à prosperidade. Sou a favor de nos qualificarmos para disputar o mercado americano e buscarmos condições vantajosas para penetrar naquele mercado e o mercado comum com ele nos daria essa oportunidade.”

É uma pergunta que o Senador Tasso ensejou para fazer aos senhores e, futuramente, ao Ministro Celso Amorim: Vai renascer a ideia da Alca? Eu sou a favor que renasça. Ajuda a reconstrução dessa ideia à presença da Venezuela? É uma pergunta que fica no ar.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado. O que estava só lembrando é que fizemos a Alca e nem firmamos outros acordos, bilaterais. Não saiu nenhum. Vamos, então, para as considerações finais, ouvir primeiro o Doutor José Augusto, que representa a CNI.

Senhor José Augusto Coelho Fernandes: Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Eu vou permitir então as minhas quatro últimas mensagens em função do debate aqui ocorrido nessa manhã.

Em primeiro lugar, gostaria de reenfatizar a importância das regras para comércio e investimentos. É isso que explica a nossa valorização, por exemplo, da OMC, porque, sem regras, estaremos submetidos ao critério do sujeito da alfândega ou à amizade do presidente ou do ministro de comércio de plantão. Felizmente, boa parte do comércio no mundo se define por meio de regras, e é, por isso, que insistimos em regras para comércio e investimento para as instituições do Mercosul. Acho que essa é a primeira mensagem.

A segunda mensagem é que, de fato, o setor privado tem um interesse estratégico no mercado da Venezuela. É um mercado importante para as nossas exportações, temos um superávit elevado e um conjunto expressivo de empresas que, hoje, investem na

Venezuela. Agora gostaria de apontar uma questão de expectativa que ainda não está completamente clara. Hoje, temos com a Venezuela o ACE-59 que é um acordo de livre comércio que tem um prazo para a conclusão de uma zona de livre comércio.

Ora, o impacto adicional da entrada da Venezuela como membro do Mercosul será pequeno para a geração de novas linhas de comércio. O principal impacto da Venezuela será na redução do prazo de quatro anos dos produtos sensíveis, esse que é o diferencial, mas existe uma outra dimensão que cabe aos senhores avaliar politicamente, que é a segurança política. Os senhores poderão avaliar e dizer o seguinte: “Olha, o ACE-59 tem uma segurança jurídica menor do que Mercosul, pode ser mais fácil de ser denunciado pelas partes.” Isso é questão de avaliação, inclusive, junto aos nossos diplomatas, mas gostaria de colocar isso como uma dimensão.

O terceiro ponto, e acho que os senhores tomaram a decisão mais apropriada, nesse momento, é solicitar as informações ao Itamaraty para que isso oriente a decisão dos senhores, é isso também que o setor privado gostaria de ter conhecimento, porque o setor privado não tem uma posição contra a entrada da Venezuela, mas quer que as regras sejam bem estabelecidas, e que possamos fazer uma boa avaliação custo/ benefício. Obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado pela sua presença e sua participação, Doutor José Augusto. E agradecemos a presença da CNI conosco. Embaixador Paulo Tarso para suas colocações e considerações finais.

Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima: Enfatizei muito o lado econômico desse relacionamento. E gostaria de acrescentar um argumento adicional. É que temos que garantir o nosso lugar lá, porque já há concorrentes muito ativos. A China, por exemplo, abriu uma linha de crédito com a Venezuela de US\$ 12 bilhões para consolidar sua posição, de modo que é importante que a gente consiga superar essa dificuldade para que cheguemos a um relacionamento normal com a Venezuela nesse assunto.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado pelas suas ponderações. Vamos agora ouvir o Embaixador Sergio Amaral.

Embaixador Sergio Amaral: Obrigado, Presidente. Eu vou ser muito rápido, porque acho que todas as ideias e questões relevantes já foram suscitadas. Fiquei muito satisfeito com o rumo que tomaram as discussões e a deliberação desta Comissão, que é o seguinte: não se trata aqui de discutir se a Venezuela deve ou não entrar, mas, sim, o processo de adesão, tal como ele foi conduzido que, a meu ver, foi precipitado e deveria ter sido precedido das discussões, das questões maiores da adesão no momento em que estamos discutindo a primeira adesão ao Mercosul.

Acho que o caminho correto é aquele de ter as informações adequadas para responder uma pergunta: os requisitos foram cumpridos? Se foram cumpridos, muito bem, se não forem essa decisão tem que ser adiada até que esses compromissos sejam cumpridos, mas penso que esta discussão suscita duas questões maiores que esta Comissão tem toda a pertinência e a importância para discutir, sem as quais, a ampliação do Mercosul é uma temeridade. Uma delas é saber se temos maturidade para a negociação conjunta, que dá a cada um dos parceiros do Mercosul poder de veto. A experiência recente de Doha mostra que tivemos que nos dissociar do nosso principal parceiro, a Argentina.

A outra questão, é da ponderação de votos. O Mercosul não pode pensar em aumentar o número de associados e tocar questões cada vez mais sensíveis sem discutir a ponderação de votos, e acho que essa é a discussão para o futuro, assim como a questão das regras que devam presidir essa adesão. Essas não são questões irrelevantes.

Eu me lembro que a União Europeia quando começou o processo de alargamento, disse com muita clareza: é preciso conciliar a adesão com a capacidade de avançar, porque se não conduzirmos bem esse processo perderemos a capacidade de avançar para patamares mais altos de integração. Por último, agradeço, Presidente, o privilégio de ter participado desse debate.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Nós é que agradecemos a sua participação, suas palavras, Embaixador Sergio Amaral. E agora ouvimos, portanto, o Embaixador Rubens Barbosa.

Embaixador Rubens Barbosa: Obrigado. Queria também agradecer a oportunidade que nos foi dada para debater esse assunto tão importante. E queria resumir em duas, três coisas. Primeiro, acho que esse debate mostrou que todos reconhecem a relevância do ingresso da Venezuela no Mercosul, inclusive, sob o ponto de vista estratégico. O fato de entrar para o bloco significa que ela vai ficar presa, porque não sabemos o que virá depois de Chávez, e se vier alguém antagônico, possivelmente, poderia retirar o país desses entendimentos.

Como os senhores sabem, dentro da Venezuela, não há consenso em torno do ingresso da Venezuela no Mercosul, pela

competitividade dos produtos brasileiros. Esse é um primeiro ponto. Todos à mesa reconheceram a relevância do ingresso da Venezuela. Em segundo lugar, também elogio o rumo dos debates e a decisão da Comissão de consultar o Itamaraty. Prevaleceu a discussão técnica, a análise isenta, do mérito da entrada da Venezuela, de acordo com o Protocolo de Adesão.

Até porque eu não quis entrar no debate político, e os senhores, certamente, leram também a cláusula democrática do Mercosul. A cláusula democrática do Mercosul não se refere à nada do que foi discutido aqui, a cláusula democrática do Mercosul se refere a um único aspecto que é a ruptura democrática. Foi o que aconteceu no Paraguai, que estava à beira de golpe de Estado.

Não se discute ruptura democrática na Venezuela. Então, essa outra discussão não é aplicável à cláusula democrática. Então, é uma discussão, realmente, que desvia do centro da atenção, que como o Sergio Amaral mencionou, é crucial: a questão das regras, o Sérgio também mencionou essa questão do cumprimento das regras.

E, finalmente, essa matéria é muito importante, porque é o precedente, é o primeiro caso. O que ficar aprovado aqui será invocado no futuro para outros casos. Se o Congresso Brasileiro resolvesse, como fez a Argentina e o Uruguai, aprovar o protocolo sem examinar os detalhes técnicos, a Venezuela entra para o Mercosul sem assumir nenhum compromisso, e qualquer outro país vai invocar a mesma coisa.

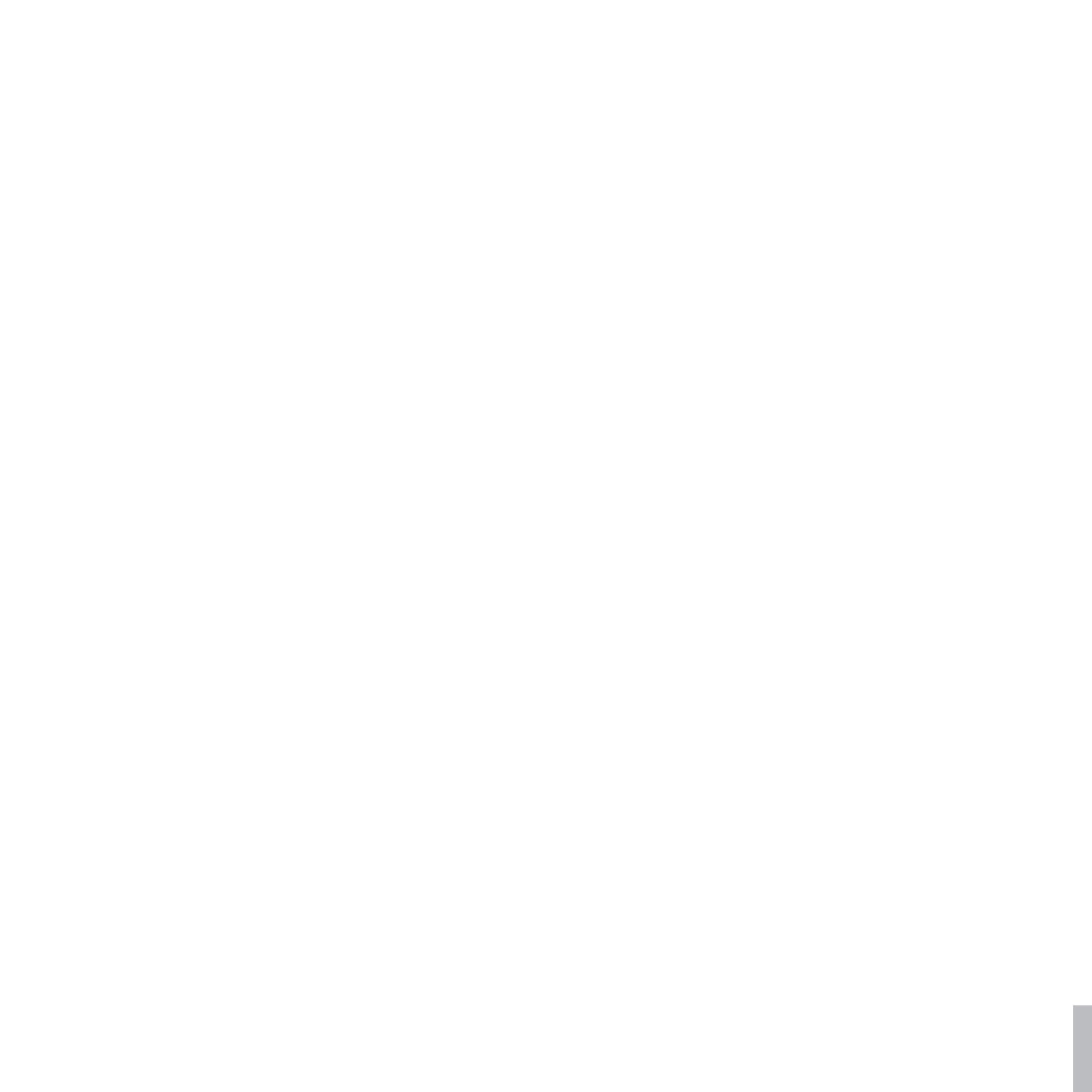
Então, é muito importante ter em mente que o que for discutido aqui é um precedente para os países que queira entrar no Mercosul. Os senhores se lembram que o Ministro Celso Amorim convidou publicamente a Bolívia para entrar no Mercosul. A Bolívia disse que não queria sair do Grupo Andino e não respondeu, mas se quiser entrar atendendo ao convite já feito, como ficam as regras? Esse é um ponto muito importante. Mais uma vez, Senador, muito obrigado pelo convite e a honra de estar presente. Obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Rubens Barbosa. Portanto, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão. Obrigado.

SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

30 DE ABRIL DE 2009





O Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, participou da audiência, iniciada às 10h21 do dia 30 de abril de 2009. Veterano da diplomacia brasileira, cineasta, ex-Presidente da Embrafilme, ocupou por duas vezes a chancelaria – no atual Governo e durante a Presidência de Itamar Franco – depois de bem sucedida carreira como negociador, que incluiu a criação do Mercosul e da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Em sua participação, procurou aclarar a situação atual dos compromissos assumidos pela Venezuela ao firmar o Protocolo de Adesão ao Mercosul.

A audiência contou com as presenças do governador do Estado de Roraima, Senhor José de Anchieta Júnior, do PSDB, que detalhou as interrelações existentes entre a unidade da Federação que governa e a República Bolivariana da Venezuela. Participaram, ainda, do debate o Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Senhor Reginaldo Braga Arcuri, e o então Embaixador do Brasil na Venezuela, Senhor Antônio José Ferreira Simões que, em seus depoimentos, destacaram o amplo intercâmbio comercial entre os dois países. A sessão foi encerrada às 14h17.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Teremos a presença do Ministro Celso Amorim, do Embaixador do Brasil na Venezuela, Antônio José Ferreira Simões, do governador do Estado de Roraima, José Anchieta Júnior e também do Senhor Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da ABDI.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo. Eu solicitaria a vossa excelência e à Presidência desta Comissão que me fosse dado uso da palavra, já que como Presidente da Comissão de Infraestrutura tenho uma reunião em andamento, por teleconferência, à qual devo comparecer; eu lhe agradeço.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Com a palavra.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, Senhor Ministro, Senhor governador, Senhor Embaixador, demais convidados. Em recente Audiência Pública nesta Comissão, Senhor Presidente, posicionei-me contra a oportunidade da aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Fundamentei minha visão no arco de instabilidade que existe em nosso entorno, agravado pela disseminação de manipulados sentimentos antibrasileiros. Hoje, desejo acrescentar àqueles argumentos razões mais específicas, que demonstram a necessidade de melhor e mais longamente estudarmos o tema.

Não se pode dissociar o país e sua liderança. O que ainda é mais verdadeiro quando se trata de um sistema presidencialista, em que não se separam as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Reitero que o Presidente venezuelano luta por um projeto político próprio, que vai frontalmente contra o perfil de situação externa do Brasil, que busca a paz e a integração, e não o confronto e o protagonismo.

À nossa busca de integração, a liderança da Venezuela contrapõe atitudes divisivas, cujos exemplos são de domínio público. É o que ocorreu no episódio do ataque a líder guerrilheiro das FARC no Equador, em que o Presidente da Venezuela, ao invés de procurar aproximar as partes, tomar alguma iniciativa conducente à paz, chegou a mobilizar tropas, unidades de blindados, e buscou acirrar os ânimos. Esse episódio não pertence aos livros de história, mas é recente. Ocorreu pouco mais de um ano atrás, em março de 2008. O que nos garante que diminuiu o ímpeto bélico do líder bolivariano?

Quando ocorreu a ocupação manu militari de refinarias da Petrobras na Bolívia, iniciativa firmemente por mim criticada da Tribuna desta Casa, que aliás já foi alvo dos ataques do Presidente da Venezuela, e ataques desairosos, o líder venezuelano tomou atitude provocativamente antibrasileira. Esse episódio, tampouco, se perde no tempo, pois se verificou em maio de 2006.

Registro também seus ataques ao projeto brasileiro de desenvolvimento da produção de etanol, justificadamente menina dos olhos do nosso Presidente. Em março de 2007, o mandatário venezuelano criticou acerbamente o memorando de entendimento firmado pelos Presidentes Lula e o seu contraparte americano para a promoção do etanol. Vejo aqui, Senhor Ministro, senhoras, Senhor Presidente, senhoras e senhores, *data venia*, uma flagrante contradição de nossa diplomacia, ao apoiar opositor de programa patrocinado de modo tão entusiasmado pelo Presidente do Brasil.

Registro, ademais, que a própria instituição do Mercosul é alvo de ataques do Presidente Hugo Chávez. Em data não tão remota, em julho de 2007, declarou ele que o Mercosul era mecanismo de integração velho, que estava afundando. Disse que a Comunidade Andina de Nações e o Mercosul nasceram dentro do neoliberalismo, e constituem integração de elite, de empresas e de transnacionais.

Nessa ocasião, chegou ao desprante de impor prazo de três meses, que graças ao nosso bom Deus ele não vem reiterando,



“A Venezuela foi responsável pelo maior superávit comercial do Brasil em 2008: US\$ 4,5 bilhões, um quinto do valor total...”

(Ministro Celso Amorim)

para que o nosso Congresso, bem como o do Paraguai, aprovasse o Protocolo de Adesão de seu país ao Mercosul.

A Venezuela rompeu com a Comunidade Andina de Nações, alegando não aceitar os acordos de livre comércio celebrados pela Colômbia e Peru com os Estados Unidos. Esses acordos, segundo ele, só serviriam às elites e às multinacionais.

Pergunto : procederia da mesma maneira se situação similar ocorresse no âmbito do Mercosul? O Chile, por exemplo, já possui um acordo desse tipo com os Estados Unidos.

Em outra vertente, a dos princípios democráticos, relembro que a própria ideia da integração Brasil-Argentina, semente de que se originou o Mercosul, foi lançada no terreno da redemocratização dos dois países. Os Presidentes Sarney, também atacado pelo líder venezuelano, e Alfonsín, sabiam ao assinar a Declaração de Iguazu em 1985, que a democracia era a base indispensável, a argamassa essencial para a construção da integração. O último parágrafo da Declaração já afirmava que o processo de democratização levaria à maior aproximação e integração.

Em 1998 os líderes do Mercosul firmaram o Protocolo de Ushuaia, que explicitou a pré-condição democrática da integração. Vemos, no entanto, que Hugo Chávez desafia, dia a dia, os princípios democráticos. Possibilidade de reeleições sem conta, para quem controla a máquina do Estado com mão de ferro, só pode ser considerada democrática por aqueles que têm uma visão apenas formal da democracia.

Citem-se, ademais, a Legislação do regime especial do Governo do Distrito Federal, que isola o Prefeito opositorista de Caracas, eleito pelo voto popular. Também, a Legislação de Ordenação Territorial. A perseguição a desafetos políticos. Tudo sob a capa protetora da formalidade jurídica.

Dizer que o canal de televisão RCTV não foi fechado, que a concessão é que não foi renovada, que o canal continua a operar por cabo, é desmerecer, Senhor Presidente, a inteligência, e não apenas visão formalista.

O fato de a Venezuela ser signatária desde julho de 2006 do protocolo de Ushuaia, não representa, *per se*, o cumprimento da cláusula democrática. A paulatina caminhada do mandatário da Venezuela rumo ao autoritarismo não coaduna com a letra e o espírito dos instrumentos que conformam o Mercosul.

Não posso concordar que a obediência à cláusula democrática deverá ser examinada apenas *ex-post facto*, com a Venezuela já integrada ao Mercosul, porque aí poderia ser tarde demais.

A alegada pujança do comércio da Venezuela configura argumento ilusório. As elevadas taxas de crescimento a partir de

2004, conforme documento apresentado por nosso Embaixador em Caracas, Embaixador brasileiro em Caracas, aqui presente, coincidem com o período de crescimento global da economia e com a elevação dos preços do petróleo.

A elevação do comércio com os Estados Unidos mostra o pragmatismo da liderança do Senhor Chávez, que busca combinar uma retórica anti-imperialista com a realidade do interesse comercial.

No documento citado, o Embaixador brasileiro em Caracas diz que a Venezuela trabalha com a hipótese de conflito com os Estados Unidos. Se assim é, qual é o sentido das maciças compras de armas convencionais? Pois, por maiores que sejam, nunca poderiam contrabalançar o poderio norte-americano.

Trata-se, portanto, de hipótese retórica. Mesmo se considerar que o conflito seria intermediado pela Colômbia, também segundo o documento entregue pelo Embaixador do Brasil em Caracas.

Há, portanto, a combinação de um projeto político Sul-Americano com o realismo da manutenção de fortes laços comerciais com o pretenso inimigo imperial.

Na verdade, não será a participação no Mercosul que norteará a política comercial do Presidente da Venezuela, e sim suas necessidades econômicas. O superávit brasileiro no comércio nos últimos anos coincidiu com os altos preços do petróleo, que permitiram uma agressiva política de compras externas, que se verificou também em relação a outros países, inclusive com a compra de títulos da dívida pública da Argentina.

A renda do petróleo explica, da parte venezuelana, a presença crescente de empresas brasileiras na Venezuela. Ou seja, para o Brasil, as relações comerciais com a Venezuela são interessantes, mas dependem muito mais de fatores econômicos e não justificam concessões políticas a um projeto que vai contra os nossos interesses, como já vimos.

O Protocolo de Adesão previa em seu artigo 11 a criação de Grupo de Trabalho para a sua implementação, para definir questões como o cronograma para a adoção do acervo normativo, o cronograma para a nomenclatura comum e para a Tarifa Externa Comum. O Grupo de Trabalho deveria especificar os requisitos a serem cumpridos pela Venezuela e apresentar suas conclusões.

O cumprimento dos requisitos é, naturalmente, condição *sine qua* para o próprio exame do ato internacional por esta Comissão. E a apresentação dos resultados foi objeto de requerimento do Senador, feito pelo Senador Tasso Jereissati, na nossa última reunião. Ou seja, para podermos julgar a matéria temos de saber, entre outras questões, se a Venezuela cumpriu in totum os seus compromissos.

Estamos em uma crise econômica mundial talvez sem precedentes, e da qual não se podem ainda vislumbrar completamente as consequências, assim, como todos os espaços econômicos o Mercosul está sendo duramente atingido, e encontra-se fragilizado. Não é hora, portanto, de discutir tema tão delicado, como o da aceitação de novo parceiro, que por seu procedimento possa vir a debilitá-lo e não a fortalecê-lo.

Finalmente, quero lembrar o que seria na prática a irreversibilidade de qualquer atitude sem a devida reflexão de nossa parte. Considero que podemos continuar a aprofundar nossas análises, pois a entrada da Venezuela no Mercosul, nas condições atuais, trará o risco de que o voluntarismo e a falta de comedimento do Presidente Chávez possam causar fissuras graves no edifício que, com dificuldades, estamos construindo. Uma vez aceita no Mercosul, seria praticamente impossível que a Venezuela dele saísse sem graves traumas.

Devemos ter cautela. O menor caminho entre dois pontos é sempre uma linha de menor resistência, que, rarissimamente, é uma reta.

Obrigado, Senhor Presidente. Era o que tinha a dizer.

Senador João Pedro (PT-AM): Senhor Presidente, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Sim, pela ordem.

Senador João Pedro (PT-AM): Senhor Presidente, primeiro para registrar que há uma quebra de procedimentos aqui. Há uma Audiência Pública para ouvirmos o governador do Estado de Roraima e o Chanceler Celso Amorim e quero contraditar a posição do Senador Fernando Collor. Para contraditar. Todos temos aqui ocupações.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Claro, claro. O Senador Fernando Collor pediu pela ordem, realmente foi um pouco mais longo do que o usual. Todos terão oportunidade de falar, mas vamos ouvir primeiro então o Ministro Celso Amorim e...

Senador João Pedro (PT-AM): Mas vossa excelência deveria adotar esse procedimento na fala do Senador Fernando Collor.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Uma questão que...

Senador João Pedro (PT-AM): Porque tem democracia na Venezuela. O Senador está dizendo que não tem democracia. Até a chegada do Presidente Chávez não tinha eleição para governador e prefeitos do país da Venezuela. Agora tem eleição, tem referendo...

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Presidente, pela ordem, artigo 14.

Senador João Pedro (PT-AM):...tem participação. Quer dizer, para mim tem democracia na Venezuela. Não estamos analisando aqui o Senhor Chávez, que é Presidente eleito. Nós temos que tomar uma posição aqui do Estado Brasileiro e analisar o Estado da Venezuela. Se a gente começar a trabalhar questões menores, acho que não ajuda ao fortalecimento dessa Casa e do Mercosul.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Pela ordem, Senhor Presidente, artigo 14.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Pela ordem Senador Fernando Collor, pelo artigo 14.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Eu não quero falar pelo artigo 14.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim. O artigo 14 foi o Senador Fernando Collor que pediu.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Porque o artigo 14 é para ser usado nestes termos.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Quando se é citado, pode-se arguir o artigo 14.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): O que quero arguir é que a Presidência, se for possível, dê a palavra à Mesa, aos convidados, e todas as perguntas que já foram anunciadas pelo Senador Collor sejam consideradas como perguntas para serem respondidas na fase de perguntas. Porque senão, pediríamos a prerrogativa também de todos nós perguntarmos e começarmos a Audiência Pública pelas perguntas e pelos questionamentos, aos que estão na Mesa. E não o inverso.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está bom.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Se os convidados considerarem, assim, considero-me atendido e acho que, assim, que devemos proceder.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Assim, faremos.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Cada um faz a sua exposição e as perguntas iniciais serão consideradas como pergunta para a fase de perguntas.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está bom. Vamos ouvir só o Senador Fernando Collor, pelo artigo 14, e depois o Senador Pedro Simon que pediu, mas podemos depois ouvir o Ministro.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Eu gostaria apenas de lembrar que não entendo, fora do ponto de vista formal, que possa ser considerado democrático um Governo que passa por cima

de um prefeito eleito pelo voto popular, o de Caracas, por meio de decreto que estabelece um Governo nomeado para a Grande Caracas, passando por cima da manifestação do desejo do voto popular. Eu não posso achar e concordar que seja um Governo democrático aquele que persegue seus desafetos políticos, sob a capa protetora da formalidade jurídica.

Esses são fatos concretos, demonstrando que os princípios básicos da democracia não são seguidos pelo Governo venezuelano; não interessa se é o senhor Chávez, ou o senhor Adonias, ou o Senhor Jonas. Interessa é que na Venezuela, no momento, isso não acontece. Lá atrás, é bom lembrar, que quando o Primeiro-Ministro britânico Neville Chamberlain se encontrou com o Ministro das Relações Exteriores alemão Joachim Von Ribbentrop e firmaram o Acordo de Munique, estava na Presidência um senhor, Adolf Hitler, que causou um profundo trauma na Humanidade. Num sistema presidencialista é indissociável a relação entre o Chefe de Estado e o seu país...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, Senhor Presidente, sinceramente é um abuso. Isso é um abuso. Já está na parte do abuso...

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Vice-Presidente Geraldo Mesquita.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Presidente, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Geraldo Mesquita, como Vice-Presidente da Comissão.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Pela ordem. Essa Comissão, essa Comissão tem uma tradição de ser polida e de receber muito bem seus convidados. Nós temos aqui Ministro, Embaixador, governador de um Estado... E precisamos ouvi-los. Agora, queria esclarecer, com todo respeito que tenho ao Senador Fernando Collor, que não estamos aqui tratando de um convênio de colégio de freira.

Quero lembrar aqui, Senador Collor, que o processo de integração que buscamos na América do Sul e na América Latina é muito complexo, muito difícil. Ainda hoje, no âmbito do Mercosul, temos problemas. A disputa entre o Uruguai e a Argentina, sobre as indústrias papeleiras no rio Uruguai. Sobre a questão democrática, Senador Fernando Collor, o Presidente Lula, que é um democrata, tentou expulsar um jornalista do território nacional. Então, precisamos tentar conciliar as nossas diferenças, precisamos enxergar o futuro. Queria deixar ditas essas palavras e pedir encarecidamente à nossa Comissão que mantenha a tradição. Sejamos polidos, sejamos

receptivos aos nossos convidados, e permitamos que eles possam proferir as suas falas.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Ótimo, assim, será feito, lhe agradeço, quero mais uma vez agradecer a presença do Ministro Celso Amorim e do governador...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Ministro terá que sair, ele tem um compromisso no Rio de Janeiro, de maneira que peço inclusive aos senadores, desculpas por não ter estabelecido algumas regras. Falta ainda o Senador Pedro Simon. Senador, me desculpe, mas vamos ter um tempo limitado para que todos possam ter a oportunidade de perguntar.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Em primeiro lugar, ilustre Senador do Amazonas, somos senadores. Agora, o Presidente Collor foi ex-Presidente da República. E na qualidade de ex-Presidente da República, ele foi o grande responsável pelo Mercosul. Quem criou, foi o ex-Presidente José Sarney, é verdade, mas na hora que o Presidente Collor assumiu, havia uma expectativa de que ele, eleito pela oposição no Brasil, e o ex-Presidente Carlos Menem, eleito pela oposição na Argentina, se manifestariam contrariamente ao processo.

No entanto, em primeiro ato de seu Governo, ele tomou posse, no dia seguinte, às 9h da manhã, estavam ele e o Presidente Carlos Menem, da Argentina, assinando o acordo de criação do Mercosul. Isso lhe dá autoridade. No entanto, discordo, com todo respeito, com todo carinho, do pensamento do Presidente Collor. Estou do outro lado. Acho que devemos defender o ingresso da Venezuela com a maior urgência, mas o Ministro Celso Amorim já podia estar falando há muito tempo se não estivéssemos nessa conversa. Inclusive eu. Obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está bom. Com a palavra o Chanceler Celso Amorim.

Senhor Ministro Celso Amorim: Obrigado, Senhor Presidente, senhores senadores. Vou resistir à tentação de tentar responder agora as questões colocadas pelo Presidente Collor, acho que algumas delas estarão respondidas na minha exposição, outras poderei me estender, mas não posso deixar de notar que tive a honra de ser o negociador do Tratado do Mercosul, que foi assinado pelo Presidente Collor e pelo então Ministro Rezek, mas foi antes rubricado por mim, como Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty.

E creio que todos nós naquela época tínhamos muito presente da necessidade do Mercosul, apesar das imperfeições, econômicas e políticas. O próprio Governo do Paraguai era fruto de processo recente

de redemocratização, muito frágil ainda. Todos tínhamos dúvidas sobre alguns pontos e foi em um ato de grande coragem, de grande arrojo que firmamos o acordo. Eu tive a honra de participar, de contribuir, como Chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, para a conclusão desse acordo, que depois então foi assinado pelo então Presidente Collor em um ato de grande importância, mas não gostaria de entrar nos detalhes. No entanto, não posso deixar de ilustrar com esse dado, digamos assim, pessoal, o fato de que há uma continuidade nas políticas externas, sempre com nuances, mas que é tangível.

Eu sou, naturalmente, Ministro do Presidente Lula, me orgulho muito de ser Ministro do Presidente Lula, mas sou também representante de uma Casa que é guardiã dessas tradições e que se inspira, nessa questão específica, no artigo 4º da Constituição, que vê na integração latino-americana um objetivo maior do Brasil.

Claro que os caminhos, Presidente Collor, se me permitir, não estou querendo responder, realmente vou passar rapidamente à minha explanação... Os caminhos às vezes são tortuosos. Eu não vou dizer que todos os caminhos são os mais simples. A política é complexa. E os outros países não são feitos à nossa imagem e semelhança, mas temos o objetivo de ter uma América Latina e um Caribe integrados, e a entrada da Venezuela no Mercosul poderá ajudar a dar uma vértebra a esse processo.

Eu me recordo ainda, que, quando assinamos o Tratado do Mercosul, ele tenha sido chamado de Mercado Comum do Sul, propositadamente, pensadamente. Na época, grande parte da nossa mídia e da opinião pública, e até diplomatas de outros países, chamavam o novo bloco de Mercado Comum do Conesul, como se estivéssemos abandonando o Norte e o Nordeste do Brasil.

Isso se tornou lugar comum, a tal ponto que, na época, ter-se aventado a hipótese de se criar um “Merconorte”, como se o Brasil pudesse ser dividido em duas partes. Foi diante dessa contradição aparente, mas de qualquer maneira contradição, que o Presidente Itamar Franco, a quem também tive a honra de servir como Chanceler, na reunião do Grupo do Rio, em 1993, lançou a ideia de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa). Por quê? Porque era a maneira que tínhamos, naquele momento, de mostrar que havia uma integração possível entre os países do subcontinente.

Na época, por motivos vários, a ideia não prosperou, até porque, digamos, grande parte das atenções estavam voltadas para os projetos norte-americanos. Não se falava da Alca ainda, mas especulava-se na expansão do Nafta e não havia, portanto, clima para levar adiante o projeto da Alcsa, mas a consciência que tínhamos desde então, Senador, era de que precisávamos fazer do Mercosul o motor da integração sul-americana e, indiretamente, da integração latino americana e caribenha.

Acho que há uma clareza muito grande no Itamaraty e há uma clareza muito grande do Presidente Lula de que trabalhamos aqui com vários núcleos. O núcleo principal, o motor da integração sul-americana e, portanto, latino-americana e caribenha é o Mercosul. Por quê? Porque na época, justamente, seguindo as iniciativas do Presidente Sarney e Alfonsín, houve a ousadia de fazer algo que parecia impossível.

Eu me lembro que, na ocasião, éramos muito criticados por parte do empresariado, porque estávamos entrando num projeto voluntarista. Ninguém achava que o Mercosul seria possível. E quando voltei depois, como Chanceler, para servir ao Presidente Itamar Franco e comecei a comentar com alguns empresários a ideia da Alcsa, a classe que antes criticara o Mercosul pelo seu voluntarismo – pelo que poderia significar de mudança de prioridade em relação a Estados Unidos, a União Europeia, ao Japão – essa mesma classe empresarial quando comecei a falar da Alcsa disse, assim,: “Bom, mas precisamos ter cuidado para não prejudicar o Mercosul.”

Foi talvez o momento de maior satisfação como negociador. Tive a honra de trabalhar nessa época sob seu Governo com um projeto sul-americano de grande importância, que era o projeto possível. Na época, se tentássemos falar da América do Sul como um todo, não teria encaminhamento, mas foi possível, portanto, chegarmos a esta conclusão.

Como disse, vou resistir à tentação de responder todas as suas perguntas. Creio que, ao longo da minha exposição, elas vão, de uma maneira ou de outra, aparecer, mas queria fazer essa observação inicial, de mostrar como o Mercosul é o núcleo dinâmico da integração sul-americana e como ao ter esse dinamismo, essa integração comprovada, acelera esse processo. Recordo-me que quando falávamos da Alcsa, ainda no Governo do Presidente Itamar, havia quem dissesse: “Estão cutucando a onça com vara curta”, porque isso não era permitido. Depois, o Presidente Fernando Henrique teve o grande mérito de convocar a primeira reunião de Presidentes da América do Sul e agora o Presidente Obama chama a Unasul como seu elemento de diálogo.

Tudo isso não se faria sem um esforço grande dentro do próprio Mercosul. A Venezuela é um país de grande importância, vou aqui entrar em maiores detalhes, e tem para nós o valor econômico, estratégico e simbólico de fazer do Mercosul núcleo da integração da América do Sul. Não se trata mais, apenas, da integração do Conesul, não apenas para nós que conhecemos o assunto em detalhe, mas para a opinião pública, inclusive do Norte e do Nordeste do país.

Bem, acompanhei, pelos relatos feitos pelos embaixadores e pela imprensa, as instruções da primeira Audiência Pública. Soube do requerimento que o Senador Tasso Jereissati. Senador, devo



dizer que antes mesmo de receber formalmente, porque há todos os procedimentos de votação, esse requerimento pedi que fosse feita uma resposta e que fosse entregue a vossa excelência, porque me parecia importante não usar nenhum argumento formal como escusa para deixar de dar as informações, mas achei também, senadores e Senhor Presidente, que era muito importante ter uma conversa em função mesmo da discussão que havíamos tido, das dúvidas, algumas de natureza política, outras de natureza técnica, achei que era muito importante visitar a Venezuela.

Como encontrei o Presidente Chávez nos corredores da Cúpula das Américas, pedi que marcasse uma hora para que eu o fosse ver, e ele o fez. Marcou para sábado passado, e lá estive. Fui recebido pelo Presidente Chávez, na casa de moradia, equivalente aqui à Granja do Torto ou o Alvorada, uma mistura das duas, em horas já avançadas. Conversamos entre 22h40 até 1h15 da manhã. Tivemos um diálogo muito profícuo, muito amplo, sobre muitos temas.

Eu queria apenas, para começar minha apresentação, ler uma declaração que o Presidente Chávez fez, ontem, durante um evento na Venezuela, em que ele tratou de muitos temas. Acho que

foi uma reunião do Conselho de Ministros. Vou ler em português adaptado, porque estou com o texto em espanhol e sei que não é regulamentar não ler em vernáculo: “Faz alguns dias nos reunimos com o Chanceler do Brasil, e estamos decididos a criar uma zona binacional de desenvolvimento, Venezuela, Mercosul, Caribe. Vão sair coisas muito importantes, quando falamos da incorporação da Venezuela ao Mercosul. Falamos de algo importante, estratégico, na conformação de um mundo pluripolar. A conversação que tivemos com o Chanceler Celso Amorim foi muito positiva, e esperamos que se concretize o ingresso da Venezuela ao Mercosul o mais cedo possível. Designou-se”, – estou ainda citando –, “Designou-se uma Comissão para fazer revisões técnicas a algumas coisas, e aspiramos ter essas coisas solucionadas antes da Cúpula da Bahia, com o Lula”, – estou citando como ele disse –, “no dia 26 de maio. Aspiramos que os requisitos se cumpram e a Venezuela se incorpore ao Mercosul e isso dará mais força à União do Sul.” E devo dizer que também, em paralelo, foi marcada para os dias 19 e 20 uma reunião técnica para tratarmos justamente dos assuntos pendentes, aos quais voltarei mais tarde.

Estou mencionando isso para demonstrar duas coisas sobre as quais houve dúvida: sobre o real interesse da Venezuela de entrar no Mercosul, e sobre a disposição de enfrentar o detalhe, porque muitas vezes os grandes líderes, os líderes em geral acham “bom, isso aqui são coisas tecnocráticas, não são importantes.” Eu acho que um dos objetivos da minha ida à Venezuela, nesse momento, foi mostrar ao Presidente Chávez que o detalhe, sim, é importante, que temos que resolver o detalhe. Claro, é sempre uma negociação. Não podemos impor, nem a Venezuela poderá nos impor, mas que, sim, há detalhes a resolver. Ele aceitou isso plenamente, vai enviar uma missão nos dias 19 e 20 ao Brasil.

Disse mais, que ele fazia questão de participar da reunião interna, prévia, que preparará essa reunião com a parte brasileira. A minha experiência, Presidente Collor, desde a época em que tive que tratar da integração no Mercosul, mostra que muitas vezes as dificuldades não estão com os líderes. Os probleminhas que temos no programa de desgravação é muito mais com os técnicos do que com a liderança.

Então, acho que essa participação ajudará a desbloquear esse problema e vou voltar à parte técnica um pouquinho, porque foi objeto de perguntas antes, mas digamos, o ânimo político é esse, e portanto é a expectativa que temos. Eu queria falar um pouquinho do Mercosul e da integração da região e, se me permitir, começaria pelo próprio significado econômico da Venezuela para o Brasil, significado político, é óbvio, é um país com o qual temos fronteira, um país que é rico em petróleo etc.

A Venezuela tem o terceiro PIB da América do Sul, US\$ 330 bilhões em 2008. Entre 2002 e 2008 sua economia cresceu, claro, impulsionada pelo petróleo, 62,65%. Comprovadamente, a Venezuela tem a sexta reserva de petróleo do mundo e a nona maior reserva de gás. Se o Presidente Chávez estivesse me ouvindo, nesse momento, ia me contraditar, porque diz: “Não, não tem a sexta, tem a primeira. Porque aí não está contada ainda a reserva do Orenoco.” Mas estou apenas me referindo às reservas já certificadas internacionalmente. Mesmo essas as situam em sexto lugar.

É grande importador de alimentos. A Venezuela importa 75% do que consome internamente em matéria de alimentos. Isso é atendido, portanto, por importações. É, também, importador de bens industriais. É um mercado cobiçado por grandes exportadores. Estados Unidos, União Europeia e China. A Venezuela quer diversificar seus fornecedores, o que abre espaço para a venda de bens e serviços brasileiros.

O Brasil já é o terceiro maior exportador para a Venezuela, atrás da Colômbia e dos Estados Unidos. Chegamos até a ultrapassar a Colômbia em determinado momento de dificuldades políticas entre os dois países, mas, se permite também um parêntese, essas dificuldades

estão solucionadas, estão encaminhadas. O Presidente Chávez e o Presidente Uribe têm se encontrado regularmente. Estiveram agora, poucos dias antes da Cúpula das Américas. Em 2008 a Venezuela foi o segundo destino das exportações brasileiras na América do Sul, perdendo apenas para a Argentina, e o sexto no mundo.

Eu quero frisar para também não haver nenhuma dúvida sobre o que estou dizendo, nas estatísticas aparece em sétimo, porque os Países Baixos aparecem na frente, mas as pessoas sabem que é uma falácia estatística. Os Países Baixos por causa do porto de Roterdã tem muitas exportações que na realidade vão para outros países da Europa Central, Europa Ocidental, etc.

Então, é o sexto importador do Brasil no mundo. Em 2008 as exportações brasileiras para a Venezuela chegaram a US\$ 5,1 bilhões, volume superior aos embarques para a Itália, para a França, para o Reino Unido ou para a Rússia. Não é pouca coisa. São US\$ 5,1 bilhões. De 2002 a 2008 nossas exportações para a Venezuela cresceram 550%. As exportações brasileiras para o mundo cresceram 227%. Portanto, uma evolução duas vezes superior do que o crescimento das nossas exportações para o mundo. Não em termos absolutos, mas em termos relativos.

A Venezuela foi responsável pelo maior superávit comercial do Brasil em 2008: US\$ 4,5 bilhões. Maior superávit individual do Brasil no mundo. Um aumento de quase 2.600% em relação a 2002, até porque as nossas importações, curiosamente, caíram porque também passamos a produzir mais petróleo.

Então, o nosso superávit é de US\$ 4,5 bilhões, o que corresponde a 20% do superávit comercial total do Brasil em 2008.

Quer dizer, um quinto de nosso superávit total foi resultado do comércio com a Venezuela. Contrariamente a outros parceiros, bons parceiros e amigos que estão sempre preocupados com o superávit do Brasil, o Presidente Chávez me disse agora: “Não estamos preocupados em que o Brasil tenha superávit. Porque entendemos, somos exportadores de petróleo, o Brasil não compra nosso petróleo, não precisa do nosso petróleo, pelo menos, nesse momento, e então vamos ter mesmo um déficit estrutural e isso não me preocupa.”

O que ele tem interesse, e está aqui o Presidente da ABDI, é industrializar a Venezuela, mas isso é um capítulo que vou entrar mais adiante.

Bem, neste ano, Presidente Collor, apesar da crise, houve uma queda, mas a queda das nossas exportações para a Venezuela foi apenas de 10%, enquanto com a Argentina foi superior a 40% e com os Estados Unidos de 38%. Além disso, continuamos a ter grande superávit com eles, de US\$ 800 milhões em três meses. Passamos a ter um déficit com os Estados Unidos, com quem éramos superavitários, de US\$ 1.8 bilhões.

Na realidade, a exportação brasileira para a Venezuela caiu apenas 7,5% se compararmos com o primeiro trimestre de 2009, tinha dito 10%, e é menor.

Outro aspecto que é importante, e acho que isso interessa a vários Estados aqui representados, é que a exportação brasileira para a Venezuela é muito diversificada. Carnes, por exemplo, 18,6% das nossas exportações; máquinas e aparelhos elétricos, 12,1%; automóveis, 10,2%; instrumentos mecânicos, 10%. Setenta por cento do total do que exportamos para a Venezuela foram manufaturas. E é muito importante que grande parte do que não é manufatura são alimentos que são importantes para o Brasil exportar.

Até aproveito também para fazer uma observação, porque não me cabe julgar a coerência do discurso dos líderes de outros países, mas o fato é que recentemente vendemos uma usina ultra moderna da Dedini para a produção de etanol na Venezuela. Então, na realidade o álcool não será usado provavelmente como substitutivo da gasolina, do combustível, mas será usado para substituir o chumbo tetraetila na gasolina. Então, bem ou mal, até nesse domínio do etanol estamos fazendo negócios interessantes.

A Venezuela foi o primeiro comprador de leite em pó brasileiro; o segundo de celulares, à frente dos Estados Unidos; o terceiro da carne de frango; o quarto de automóveis; o segundo de carne bovina, o terceiro de autopeças; o nono de veículos pesados e o sexto de motores e transformadores.

Então, em qualquer setor que olhamos, a Venezuela é um parceiro importante. Se formos olhar também meio superficialmente, não vou querer cansá-los, mas se formos olhar estado por estado, e desconsiderando inclusive essa questão que mencionei antes dos Países Baixos, porque aí não fizemos essa triagem, em alguns deles os Países Baixos vão entrar na frente de maneira artificial, de modo que talvez o resultado seja até melhor.

Mas a Venezuela é o quinto destino para as exportações de São Paulo. Mais de US\$ 2 bilhões em 2008. É o primeiro para Roraima: 35% das exportações de Roraima. Para o Amazonas, a Venezuela é o segundo destino das exportações. Para as exportações do Ceará, a Venezuela é o sexto destino.

É o oitavo destino para a Região Norte e décimo quarto na Região Nordeste. Mas mesmo quando é oitavo, parece pouco, mas oitavo é à frente do Canadá, à frente da Holanda, à frente da Espanha, à frente da Suíça, à frente do Reino Unido e à frente do México. Estou falando de grandes mercados. E quando digo que é o 14º para a região Nordeste, ainda assim, está à frente de Portugal, da Suíça, do Canadá, do Chile, da Suécia e da Dinamarca. É algo que não se pode desprezar.

A adesão da Venezuela vai fortalecer correntes de investimento de comércio e serviços com o Brasil. Empresas brasileiras já estão presentes no setor siderúrgico, na construção civil, em petroquímicos, estaleiros e alimentos. Além disso, naturalmente, a adesão da Venezuela irá impulsionar investimentos do país em outros países do Mercosul, porque há sempre uma interação entre as iniciativas plurilaterais, ou multilaterais, e bilaterais. Elas não são estranhas umas às outras. Embora sejam bilaterais e não se baseiem necessariamente em instrumentos, o convívio e a relação econômica estável ajudam nisso.

E temos, como no caso da Venezuela, como o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, pode falar mais sobre isso, não vou me estender, mas há um aspecto importante da infraestrutura que são a linha de transmissão de energia, linha um da Hidroelétrica de Guri, conexão de fibra ótica para internet, interconexão elétrica para aproveitamento de regime de chuvas, comércio e integração humana.

A BR-174 será um corredor natural para turistas entre o Norte do Brasil e o litoral venezuelano e o Caribe. Então, aqueles que estiverem procurando a Amazônia, descem. Os que estiverem procurando o Caribe sobem. De qualquer maneira, aí haverá também uma integração importante.

Eu queria dizer que, obviamente, o Mercosul, pelo cronograma de desgravação, vai tornar esses mercados ainda mais abertos. E queria dizer uma coisa muito importante e que talvez aqui, depois, poderá ser confirmada pelo Diretor da ABDI ou por nosso Embaixador em Caracas, Antônio José Ferreira Simões que conhecem mais detalhe. O espaço que o Brasil ocupou não prejudica a produção venezuelana, por isso, nossas exportações, apesar de terem aumentado enormemente, não encontram muita resistência. Tomamos espaço de outros grandes exportadores, Estados Unidos e Europa, entre eles. E é, por isso, que encontramos essa receptividade.

Eu não quero pensar nessa hipótese, mas uma eventual recusa, um retardamento que possa ter a entrada da Venezuela no Mercosul vai afetar inclusive as correntes que já existem, porque criará um clima político menos favorável. Eu queria fazer uma referência sobre isso porque, em muitos casos, o clima político para o comércio é tão ou mais importante do que o ritmo da desgravação, Senador. Quando fizemos o Mercosul, se formos analisar o cronograma de desgravação e o crescimento das exportações, nunca fiz uma correlação científica, mas o aumento do comércio foi muito mais rápido do que a desgravação, porque criou o clima político para se fazerem negócios.

Num caso que tenho e conheço, que é mais recente, acompanhei mais de perto também, nos acordos que fizemos com os países do Grupo Andino, nossas exportações aumentaram de maneira muito mais rápida do que o ritmo da desgravação tarifária poderia prever. Na realidade, a desgravação tarifária com a Comunidade Andina vai até 2018. No



entanto, nossas exportações para a Venezuela, Colômbia, Peru, e Equador aumentaram de maneira muito mais rápida do que poderia indicar o ritmo da desgravação. Nossos empresários olham para o Estado, veem o que está sendo feito e agem, também, dessa maneira.

Não quero aqui cansá-los com estatísticas, mas percebo isso como círculos concêntricos, Mercosul e América do Sul e uma interação entre os dois. A América do Sul, hoje, representa 20% das nossas exportações, 60% ou 70% a mais do que exportamos para os Estados Unidos. Não sabemos ainda como será neste ano, em função da crise, mas, enfim, 2008 foi assim.

Eu gostaria de mencionar também, rapidamente, que embora o cronograma (e me referi a ele agora) bilateral, ainda esteja sendo discutido, a Venezuela concluiu já a parte bilateral com o Paraguai e Uruguai. A Argentina ratificou mesmo sem ter ainda o cronograma acertado. Isso foi possível em parte porque a Venezuela levou em conta as assimetrias e favoreceu desgravações mais rápidas em favor do Uruguai e do Paraguai.

Então, quero dizer que a Venezuela vai ajudar um pouquinho também a, digamos, diminuir as assimetrias que existem no Mercosul. Na realidade ela vai ser, evidentemente, um contribuinte líquido para o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), como é o Brasil. A Venezuela, como todos os países (o Brasil inclusive) terá direito de pegar alguma coisinha no Focem, mas, obviamente, será um contribuinte líquido, o que vai ser útil, e se fará isso por meio da via multilateral, não bilateral. A regra estabelece que os projetos sejam aprovados por todos os países do Focem.

Bem, queria fazer uma referência, não quero ser muito prolixo, primeiro, para não tirar o tempo das perguntas; segundo, para não ser excessivamente detalhista, mas queria dizer que evidentemente o Brasil dá grande importância a duas coisas que estão em aberto: ao aspecto bilateral Brasil-Venezuela, que é o cronograma de desgravação, e ao aspecto multilateral, que diz respeito à Tarifa Externa Comum, a nomenclatura, são duas coisas bem ligadas, e a normativa Mercosul.

Deixe-me falar rapidamente sobre a parte multilateral. Houve um Grupo de Trabalho que se declarou encerrado, porque acertara alguns parâmetros gerais. Daí ficou de se criar um outro grupo, que não se reuniu até hoje, até porque houve uma concentração na parte bilateral, que deve terminar os pontos referentes à Tarifa Externa Comum, a nomenclatura e a normativa.

Com toda humildade, mas com a experiência de quem participou da negociação do Mercosul e de outras, na OMC e na Comunidade Andina, não vejo dificuldade conceitual de nenhuma espécie para que a Venezuela adote a Tarifa Externa Comum do Mercosul, para que adote a nomenclatura e para que adote a norma. Aliás, mais de 400 normas já foram aceitas. Falta colocar os produtos dentro de várias cestas para se adequarem à Tarifa Externa Comum. Se estivéssemos negociando nesse caso, digamos, com o Chile ou a Colômbia, que têm acordo de livre comércio com outros países, isso seria uma dificuldade. No caso da Venezuela, que não tem esses acordos, não vejo nenhuma dificuldade conceitual. Deixo claro que respeitaremos os compromissos de preferência assumidos entre a Venezuela e Comunidade Andina, até porque temos interesse em que isso seja mantido pois não queremos desintegrar a América do Sul.

Pode haver uma dificuldade num produto ou outro, como existe no Mercosul. A verdade é que o Mercosul previa muito poucas exceções, tanto para a liberalização interna quanto para a tarifa externa e, hoje, há várias. Por exemplo, na área automotiva. Até hoje não temos um regime de livre comércio no Mercosul, não vou entrar aqui, essa é uma outra discussão. O açúcar está fora também do Mercosul. Enfim, são fatos da vida.

O fato é que o nosso comércio aumentou enormemente. O Brasil, que representava 6% ou 7% do comércio argentino, hoje, representa mais de 20%. Inversamente, a Argentina que representava 3% ou 3,5% do nosso comércio, hoje representa entre 10% e 11%. Enfim, fomos avançando, apesar dessas imperfeições toleradas. A realidade se impõe, às vezes, ao desejo dos políticos e dos técnicos que gostariam de ver uma coisa mais perfeita, acabadinha.

Então, não vejo, no que diz respeito à Tarifa Externa Comum, nomenclatura ou normas do Mercosul, honestamente, dificuldades. O Grupo de Trabalho terá que voltar a se reunir, mas as dúvidas políticas que persistirem, a própria necessidade de chegarmos a um acordo sobre a desgravação, tornariam isso mais difícil.

Então, vamos concentrar um instantinho na desgravação. Houve quatro reuniões bilaterais há um ano e meio. Eu estive na Venezuela para começar esse processo. Os parâmetros básicos estão dados. A Venezuela quer uma lista de produtos sensíveis, que não é muito diferente do que teve, por exemplo, o Uruguai. O Uruguai teve 970 produtos, mais ou menos, quando da assinatura do Mercosul. A

Venezuela queria 1.500, propusemos 1 mil. Listamos 500 produtos que eram de especial interesse brasileiro, 370 eles já aceitaram, mas é preciso dizer que estão examinando mais 47, de modo que estamos nos aproximando, como em toda negociação.

Nesse meio tempo, fizemos uma outra coisa muito importante. A Venezuela tinha uma preocupação, que os outros países na época talvez não tivessem, que era a sua industrialização. A Venezuela é um país que tem muito petróleo, muito rica e que nunca foi capaz de transformar essa riqueza. Visitei a Venezuela em outra função, muitos anos atrás, 25, 30 anos atrás, e havia uma pequena favela em torno de Caracas. Hoje, a favela é imensa, uma das maiores favelas do mundo, provavelmente.

Quero ilustrar com isso que a riqueza do petróleo não filtrou. Então, há uma grande preocupação da Venezuela com a industrialização. E percebemos isso. Na visita que fiz há um ano e meio ao Presidente Chávez, a primeira vez que tive ocasião de conversar com ele em detalhe, disse: “Olha, Presidente, não temos interesse nem em desindustrializar a Venezuela e nem em impedir sua industrialização. Acho que o Brasil pode ser parceiro nesse processo.” Depois, o Presidente Lula resolveu enviar, para discutir projetos de complementação e desenvolvimento industrial, o Presidente da nossa Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, o Doutor Arcuri, que já lá esteve várias vezes e que poderá talvez, em algum momento, falar de maneira mais específica.

O Brasil, num país como a Venezuela, vai ser sempre um grande parceiro. Vamos dizer que a ABDI fez lá um projeto, não me lembro de todos, mas fez um projeto para o desenvolvimento da indústria de vidro, quem vai fornecer as máquinas? É o Brasil. Há um outro projeto para embalagens de alimentos. Quem vai fornecer as máquinas, a experiência, a tecnologia? É o Brasil.

Então, o que vemos, é uma perspectiva, inclusive, de contínuo aumento das nossas exportações, sem prejuízo de que a Venezuela passe a ter seu processo industrial. Eu acho que isso foi importante. Por quê? Porque dá uma certa sensação de que não estamos querendo arrasar o mercado, mas fazer uma coisa gradual, com o tipo de tolerância que temos no Mercosul. Há um provérbio latino, não sou nem jurista e nem latinista, mas que se diz *summum jus summa jura*, se fôssemos levar a ferro e fogo algumas coisas no Mercosul, teríamos, provavelmente, tido uma relação de rompimento, de queda de comércio, que seria prejudicial a todos. Então, há esse tipo de tolerância.

Em resumo diria que há princípios gerais que foram aceitos. Que o acordo da desgravação não deve significar, em linhas gerais, um retrocesso em relação ao ACE 59, que a Venezuela já assinou com o Brasil, pelo contrário, haverá uma aceleração da desgravação.

Não haverá produtos excetuados para sempre, ao contrário do que existe na ACE 59, e, portanto, acho que a expectativa sobre esse aspecto é positiva.

Sobre a decisão do Governo venezuelano, publicamente referendada pelo Presidente Chávez, de fazer essa reunião nos dias 19 e 20 para terminarmos com essa discussão, vamos ver, talvez não dê para terminar tudo, porque negociação comercial sei como é, por exemplo, na negociação com o Peru, Mercosul -Peru, o Peru foi o primeiro a começar a negociação, e foi o último a terminar. Enfim, são coisas que existem em qualquer negociação comercial.

Mas esperamos que, digamos, o grosso da nossa negociação esteja pronto nessa reunião entre 19 e 20, para que os Presidentes possam anunciar no dia 26, não é isso? 26, quando estarão juntos na Bahia.

Rapidamente sobre os outros temas, da Tarifa Externa Comum e da nomenclatura, diria que o Grupo de Trabalho, que foi mencionado aqui pelo Senador, já avançou bastante. É assunto que atinge todos os sócios do Mercosul, de modo que temos que negociar junto com eles. Há tarefas pendentes a serem executadas pelo grupo *ad hoc*, que não se reuniu ainda, mas acho que o momento agora será este. O Brasil está tomando as providências para reativar o grupo em breve, em coordenação com os parceiros do Mercosul, e não antevejo, como disse, maiores dificuldades.

Já existe um parâmetro estabelecido no que diz respeito à adesão às normas: uma primeira fase de seis meses, uma segunda fase de um ano... Enfim, a maior parte das normas já foi distribuída nas várias fases, que terminam em quatro anos. E a mesma coisa em relação à Tarifa Externa Comum. Então, diria que em relação a esses pontos não tenho muita preocupação.

Bom, acho que na parte econômico-comercial os pontos mais importantes seriam esses. Há uma preocupação que é sempre levantada por alguns empresários, que diz respeito às negociações externas do Mercosul, e quero também abordar porque acho que precisamos abordar tudo.

Em negociações já concluídas, a Venezuela terá apenas que dizer se entra ou não entra e não pode modificar nada. Um bom exemplo é o acordo entre o Mercosul e Israel, que já está fechado e a Venezuela apenas poderá dizer que entra ou não entra. Se ela não entrar, terá tratamento especial, e isso impõe algumas complexidades na parte da eliminação da dupla cobrança de tarifa externa, coisas técnicas, mas que são complexidades que já existem no Mercosul. Como existe um regime de exceção, por exemplo, para importação de bens de capital e de bens de informática pelo Uruguai e Paraguai, para dar um exemplo. Também pela Argentina, em parte, mas para o Uruguai e Paraguai em muitos itens.

Como já existem acordos, na realidade, separados com o México, porque foi a decisão que se tomou anos atrás, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, cada um faria a sua negociação. Enfim, há várias situações que nos obrigam a ter um tratamento que não é ideal para um tecnocrata, que olha para o quadro negro, mas que são perfeitamente com o Mercosul.

Nas negociações que estão em andamento, é perfeitamente viável chegar a um entendimento. Eu creio que a Venezuela não vai querer vetar uma negociação do Mercosul com a União Europeia. O máximo que ela pode querer é ficar de fora, se for o caso. Então, terá que se encontrar a mesma solução que vamos encontrar para o caso de Israel.

Sinceramente não vejo nenhuma dificuldade. Menciono isso apenas porque sei que alguns empresários têm essa preocupação. São dificuldades que, aliás, já existem no próprio Mercosul. Houve um momento em que o Uruguai queria fazer um acordo separado com os Estados Unidos e acharam que o Brasil estava atrapalhando.

Há momentos em que certos setores, não são todos, da indústria brasileira acham que o Mercosul atrapalha as negociações do Brasil. Mas essas coisas se resolvem com cronogramas diferenciados, hoje em dia, as negociações comerciais se revestem de pragmatismo e não creio que essas dificuldades, de maneira alguma, vão ser um empecilho para que avancemos.

Foram mencionadas aqui algumas questões de natureza política. Não me cabe servir de advogado ou promotor. Acho apenas que a democracia é um processo em andamento. Quando se assinou o Tratado de Ouro Preto, já no Governo do Presidente Itamar, o Paraguai era uma democracia muito frágil. O primeiro presidente, inclusive, era militar. Foi eleito, mas era um presidente militar. Havia muitas fragilidades e muitas dúvidas e de lá pra cá, enfim, o Paraguai tem se adequado. No momento em que houve uma tentativa de golpe no Paraguai o Mercosul agiu, agiu baseado no Protocolo de Ushuaia. Eu não quero fazer ameaça, mas o protocolo de Ushuaia prevê medidas e a Venezuela, como lembrou muito bem o Senador, a Venezuela assinou o Protocolo de Ushuaia, porque é uma condição, até para ser membro associado.

De modo que acho que essas questões terão que ser encaminhadas. Primeiro, queria dizer que a Venezuela, de 1998 para cá, promoveu doze eleições. Todas foram consideradas livres e legítimas por observadores internacionais, como o Centro Carter, a Organização das Nações Unidas (ONU) e Governos estrangeiros. Eu posso citar um exemplo em que o Brasil teve um papel especial. Claro que era algo já previsto na Constituição Venezuelana, nem vou dizer que a eleição foi convocada por nosso intermédio. Quando o Governo Lula chegou ao poder, havia uma crise muito forte na

Venezuela, havia embates constantes e quem dissesse que a Venezuela estava à beira da guerra civil. E havia quem pedisse um plebiscito imediato, e o Presidente Chávez dizia: “Não, esse plebiscito consultivo não está na Constituição, não vou fazer. Mas há algo, sim, previsto na Constituição que é o referendo revocatório na metade do mandato. Então, vou fazer.”

Ele nos prometeu isso soberanamente. Nesse tempo, havíamos criado um grupo de amigos da Venezuela, que incluía Estados Unidos, Portugal e Espanha, que na época eram Governos conservadores, além de Chile, México e Brasil. Houve o referendo revocatório, observado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), aliás, na época a missão foi dirigida pelo Embaixador brasileiro Valter Peçly, que trabalhou também no Governo anterior. Estavam lá o Centro Carter e vários observadores internacionais e o referendo foi considerado legítimo.

Eu dou esse exemplo porque trabalhamos ativamente em coordenação com outros países, esses que mencionei. Estados Unidos, Portugal, Espanha, Chile e México. E a eleição correu normalmente. Também quando houve o referendo mais recente, ele teve uma derrota por um percentual muito pequeno, creio que foi 1%, mais ou menos, e aceitou, e anunciou antes que aceitaria.

Um líder que estivesse desejoso de dar um golpe, de utilizar um pretexto, poderia ignorar uma derrota por margem tão estreita, mas o Presidente Chávez aceitou. Claro, não abandonou seu projeto, apresentou-o de novo, ganhou de outra forma.

Com relação à liberdade de expressão, estive na Venezuela agora. Peguei o jornal colocado na minha porta, não sei se foi o *Universal* ou o *Nacional*. Todas as páginas do diário, com a possível exceção da página de esportes, sobre a qual não me detive, até porque era mais beisebol e não entendo de beisebol, todas as páginas do jornal tinham críticas ao Presidente Chávez. Não vou dizer se justas ou injustas. Na penúltima página, que era uma página de opinião, havia três ou quatro artigos. Dois deles se referiam à presença do Presidente Chávez na cúpula de Trinidad e Tobago. Um deles era inteiramente dedicado ao fato de ele ter dado o livro *Veias Abertas da América Latina* para o Presidente Barack Obama. Afirmava que ele devia ter dado obra de autor venezuelano. Enfim, não vou discutir o mérito, mas, até por curiosidade, menciono que todas as páginas eram críticas.

Recentemente Teodoro Petkoff, crítico conhecido do Governo Chávez, até porque foi guerrilheiro, uma pessoa de esquerda que reviu sua posição, fez uma palestra em Miami. Na ocasião, disse que não se podia dizer que não houvesse liberdade de crítica e de expressão na Venezuela. Foi mais além, afirmou que nem havia prisioneiros políticos. Não sou eu quem está dizendo, mas é um homem que não tem nenhuma ligação com o Presidente Chávez.

Não entrarei no mérito da qualidade da democracia, mas as pessoas continuam vivendo de maneira normal, talvez o Embaixador possa falar mais. De maneira impressionística, sinto que é como se fossem dois países, um que está caminhando num sentido mais socialista, e outro que continua lá. No dia em que fui recebido, cheguei à 1h30. Tinha havido uma festa de casamento. Porsches e Maseratis se acumulavam na saída do hotel, as pessoas aparentemente não estavam com nenhum medo de serem apedrejadas. Eu digo isso como ilustração de uma situação, sem tentar responder em detalhe, mas são algumas das impressões que tive.

Queria fazer uma rápida observação também sobre o lado social, porque acho que é uma questão de justiça. O Governo do Presidente Chávez tem preocupações sociais fortes, claro, concordo Presidente Collor, o petróleo pode ter ajudado, só que antes não ajudava...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Já tinha petróleo antes.

Senhor Ministro Celso Amorim: Pois é, no Governo do Presidente Chávez, o IDH da Venezuela subiu 13 posições. Hoje, está em 61º lugar, que é já considerado elevado desenvolvimento humano. É o quarto maior IDH da América do Sul, atrás apenas da Argentina, do Chile e do Uruguai, países que tinham tradição de distribuição de renda, de instrução muito maior. A pobreza caiu de 50,4% para 31,5% da população. E a pobreza extrema, de 20,3% para 9,1%. A população com curso superior subiu de 2,8% para 7,9%. Enfim, estou apenas oferecendo esses dados como ilustração. Não acho que nenhum dado social justifique diminuição da democracia. Eu acho que a democracia tem que ser mantida. Sou de uma geração que antes dizia: “Ah, a democracia formal não interessa.” Depois do golpe militar, passamos a ver que sim, democracia formal também interessa, mas estou ilustrando um pouquinho com o conjunto de dados que disponho sobre a Venezuela.

Finalmente, queria aqui fazer um comentário sobre uma interrelação que existe entre a política internacional, a política regional e a política interna dos países. Eu acho que o Brasil tem também que confiar na sua capacidade de influência. Hoje, ficou comum uma expressão americana, o soft power, o poder de influência, de transmitir suas ideias... Por exemplo, o Presidente Chávez disse que não gosta do capitalismo, mas gosta dos capitalistas brasileiros. Quem sabe convivendo com os capitalistas brasileiros ele vai até gostar do capitalismo?

Acho que temos que ter confiança nas nossas instituições. Numa ocasião, tive uma longa conversa, uma longa conversa com o então Chanceler Ali Rodríguez, eu disse: “Ali, o Brasil é um país capitalista, e o Brasil vai continuar a ser um país capitalista.” Vamos ter mais reforma social, mas é um país capitalista. A Venezuela, ao

se integrar com o Brasil, pode aproveitar o que achar de bom nisso, e que não aproveite o que achar ruim, mas acho que nós, a nossa capacidade de influência é mais positiva.

Na política internacional, vou dar só três rápidos exemplos, se me permitirem. Aliás, um até já dei que foi todo esse processo do referendo revocatório, que foi cumprido à risca, com observação da OEA e do Centro Carter. Recentemente houve ameaça até de guerra civil na Bolívia, e a presença pacificadora do Brasil, do Presidente Lula, na reunião do Unasul possibilitou que se encontrasse uma solução de outra natureza. E o Presidente Chávez aceitou. Ele tinha a posição dele, mas aceitou. Mais recentemente na conferência de Trinidad e Tobago, todos estavam prevendo uma grande confrontação, que não houve, entre a América Latina e os Estados Unidos. Claro, muito se deve à personalidade do Presidente Obama, não vou colocar dúvida nisso, mas acho que também se deve à disposição do Presidente Chávez de ver com olhos novos uma realidade nova.

Ele teve aquela experiência com o Presidente Bush. Não me cabe julgar, os historiadores julgarão. Ele disse que os Estados Unidos participaram do golpe. Eu não sei se participaram ou não, o fato é que reconheceram rapidamente. Há muitas pessoas nos Estados Unidos que acham que sim. Então, criou-se ali uma animosidade intransponível entre o Presidente Chávez e o Presidente Bush, não vou entrar nas razões.

Hoje tem um presidente novo, Barack Obama. Qual foi a atitude da política externa do Presidente Lula? Procurar amenizar, apaziguar, aproximar. Deu certo. Agora, isso tudo não é estranho à entrada da Venezuela no Mercosul.

Então, diria, esse é um outro exemplo. E essa melhor relação com os Estados Unidos, estou seguro que isso vai se refletir também numa melhoria interna do clima entre a oposição e o Governo na Venezuela. Eu tenho certeza disso, porque vai contribuir para uma distensão dos ânimos. Eu dou esses exemplos porque acho que há uma dinâmica entre a política internacional, a política regional, que no caso é a entrada no Mercosul, a relação bilateral e até a política interna. Sem interferência de nenhuma espécie, há apenas o contágio, e, no caso, o contágio positivo.

Temos que acreditar que o Brasil é um país que tem uma grande presença, que tem uma grande força de atração. O poder do Brasil não está num poder armado espetacular, nada disso, temos as nossas Forças Armadas, mas está na pujança da nossa sociedade, nessa democracia vibrante que está, hoje, aqui sendo demonstrada. Eu acredito muito no poder dessa democracia vibrante e será bom para a Venezuela.

Obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado

Ministro Celso Amorim. Vamos ouvir o governador José Anchieta, do Estado de Roraima, que, junto com Amazonas, são os dois estados que fazem divisa com a Venezuela, e depois então teríamos as perguntas e também a participação do Embaixador e também do nosso Presidente da ABDI. Com a palavra o governador José Anchieta.

Governador José de Anchieta Júnior (PSDB-RR): Bom dia, Presidente, Ministro Celso Amorim, Embaixador Simões, Embaixador do Brasil na Venezuela, Doutor Reginaldo, Presidente da ABDI, senhores senadores.

O Mercosul tem quatro grandes desafios: a integração aduaneira, a integração trabalhista, a integração monetária e a integração dos parlamentos. Estamos há 14 anos tentando consolidar essa integração e sabemos que é um caminho longo, porque a comunidade europeia demorou 50 anos para consolidar. E estamos nessa marcha e precisamos de parceiros. É inevitável a presença e a inserção de bons parceiros. E aqui, consideramos a Venezuela importante.

Vou ser sucinto e rápido, bem porque alguns dados já foram mencionados pelo Ministro Celso Amorim. A capital, Boa Vista, está a 200 quilômetros da fronteira Brasil-Venezuela. É a fronteira da nossa cidade de Pacaraima, no Brasil com a cidade de Santa Helena do Uíarem, BV 8, Brasil-Venezuela Marco 8. Examinando o mapa geopolítico de Roraima, os senhores podem ver a implicação e a necessidade de se integrar o arco norte do nosso país. E aqui chamo atenção para a grande distância entre a capital, Boa Vista, e os grandes centros consumidores nacionais. Por outro lado, a posição do nosso estado nos integra aos mercados da Venezuela e da Guiana. Somos o portão de entrada desses países para o Brasil.

Outro ponto importante é nossa matriz energética. Hoje, o Estado de Roraima é abastecido pelo Complexo Hidrelétrico de Guri, na Venezuela, mas sabemos que há interesse do Governo Federal, por meio do sistema Eletrobrás, de interligar o Estado do Amazonas com a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. De lá, uma linha será interligada com Roraima, integrando as matrizes energéticas brasileira e venezuelana.

Hoje, compramos energia da Venezuela, mas no futuro próximo, quem sabe, poderemos reverter essa situação para exportar energia. Temos, aqui, um mercado consumidor da ordem de 30 milhões, que envolve a Guiana, a Venezuela e a cidade de Manaus. Estou aqui para chamar atenção para o potencial de Roraima e para a importância desse grande mercado consumidor que é a Venezuela. Nosso estado tem uma população de, aproximadamente, 400 mil habitantes. O índice de analfabetismo funcional é o menor do Norte, uma taxa de 5,89%. Temos o 13º IDH do Brasil e o segundo do Norte.

Alguns números importantes da Venezuela. Já foram citados, relembrando aqui, a população de quase 28 milhões, com um PIB de



“Nós vivemos ilhados. E daí a necessidade dessa integração social, cultural e econômica com os países do Caribe e principalmente com a Venezuela, daí o desejo dessa consolidação...”

(Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior)

US\$ 335 bilhões. A renda *per capita* é de US\$ 12,8 mil, e as exportações geraram em torno de US\$ 66 bilhões no ano de 2007. A pauta de exportação, logicamente, inclui petróleo, bauxita, alumínio, aço, produtos químicos, manufaturados leves. E o importante, que o destino das exportações são Estados Unidos – logicamente em função do petróleo –, as Antilhas Holandesas e a China.

Outros números importantes referem-se às importações. A Venezuela importou US\$ 45 bilhões, em 2007. A pauta inclui matérias-primas, máquinas, equipamentos de transporte, materiais de construção e, principalmente, produtos alimentícios. Quanto à origem dessas importações: Estados Unidos 30%, Colômbia 10% e o Brasil, ainda muito acanhado, com 9%. Avançamos. No início do Governo Chávez, em 1999, o Brasil exportou para a Venezuela US\$ 536 milhões, mas no ano passado, esse valor chegou a US\$ 5,15 bilhões.

Então, a Venezuela ocupa, hoje, a 7ª posição entre os principais destinos das exportações brasileiras. E na balança comercial representa o segundo maior superávit do Brasil entre todos os parceiros comerciais, US\$ 4,6 bilhões.

As exportações brasileiras, em 1993, eram US\$ 5,38 bilhões, com importações da ordem de US\$ 3,4 bilhões. Depois da criação do bloco, as exportações brasileiras ampliaram para quase US\$ 22 bilhões e as importações para quase US\$ 15 bilhões. Então, o aumento do fluxo comercial desse período foi superior a 300%, sendo gerado emprego e renda no Brasil e, logicamente, nos demais países envolvidos nesse processo.

Outros números importantes são que, em 1993, o Brasil exportou US\$ 3,65 bilhões e importou US\$ 2,7 bilhões da Argentina, mas, em 2008, com a criação do bloco, exportou US\$ 17,6 bilhões e importou US\$ 13 bilhões, correspondendo a um aumento de 380%, onde as importações e exportações se multiplicaram quase cinco vezes.

A maioria dos estados brasileiros participam do comércio com a Venezuela. Carnes de frango, bovina e suína, de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás. Leite de São Paulo e Rio Grande do Sul. Açúcar de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Aparelhos eletroeletrônicos do Pólo Industrial da Amazônia. Óleo de soja, tratores e veículos de São Paulo, Paraná, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais... E aí vai. De Roraima, importam soja e derivados. É importante lembrar



que as economias da Região Norte e Nordeste complementam as economias dos países andinos e caribenhos.

Nós vivemos – e aí os senadores de Amazonas podem complementar, tanto o Arthur Virgílio como nosso amigo João Pedro –, vivemos ilhados. E daí a necessidade dessa integração social, cultural e econômica com os países do Caribe e principalmente com a Venezuela, daí o desejo dessa consolidação.

Parece-me aqui, Senador Tasso Jereissati, que, a partir de todos os dados que foram apresentados pelo Ministro Celso Amorim, essa relação é imprescindível e importante. A inserção da Venezuela no Mercosul nada mais é do que a formalização de processo que já existe e é fundamental para ambos os países. Logicamente, queremos que a Região Norte seja o portal de integração desse Mercosul ampliado e que os negócios não se concentrem somente nos grandes centros, Caracas e São Paulo. É importante a integração do país como um todo.

Com a transferência de terras do Estado de Roraima e sua titulação, queremos mudar a matriz econômica do nosso Estado. Hoje, o Setor Público tem uma participação em torno de 70% do PIB e é impossível sobreviver dentro desse contexto econômico. Então, sem sombra de dúvida, a Venezuela, hoje, é uma grande opção para Roraima, para a Região Norte do Brasil e para o Brasil

como um todo.

A Venezuela, logicamente, ela está certificando novas descobertas de petróleo e gás, podendo se tornar o país com maior reserva mundial. Com o processo de reversão da crise, estabilizando o preço do barril a US\$ 80, ela restabelece sua capacidade de investimentos e de consumo, sem sombra de dúvida. Vivemos um momento importante na relação desses dois países. A afinidade entre o Presidente Chávez e o Presidente Lula e a cooperação de vários setores, e sejam eles governamentais ou da iniciativa privada comprovam isso. Resumi um pouco minha palestra, porque o Ministro Celso Amorim antecipou e enfatizou vários pontos que poderíamos ter frisado. Logicamente, respeitamos a opinião de quem diverge da política adotada atualmente na Venezuela, mas, na democracia, a maioria do povo decide. E as políticas públicas adotadas pelo Presidente Chávez estão respaldadas pelo marco constitucional daquele país.

O que queria chamar atenção aqui é que não está se discutindo a questão política interna. O que está se discutindo é a necessidade da integração dos povos, dos países da América do Sul para que a gente possa fortalecer e criar geração de renda e emprego aos que precisam. Então, Senhor Presidente, senhores senadores, essa é a minha participação. Evitar a inserção da Venezuela no Mercosul é um retrocesso e vai também, com certeza, inibir esse comércio crescente e que é uma necessidade do nosso país e que é uma necessidade da Venezuela.

Essas seriam minhas considerações. Eu queria agradecer o convite e a participação. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito obrigado, governador José Anchieta, que é nosso colega tucano e, hoje, governa Roraima.

Senador Tasso Jereissati, vamos então começar a parte de questões, quero só pedir a compreensão de todos os senadores porque temos um grande número de inscritos. Então, vamos ter que limitar as participações a três minutos. Está bem, assim, três minutos? Soando a campanha quanto faltar um. Está combinado, Senador Tasso?

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Eu vou ser breve, senadores. O Ministro Celso Amorim, primeiro agradecendo o atendimento ao nosso convite e pela sua imediata resposta aos nossos questionamentos. Agradeço também ao Senhor José de Anchieta Júnior, governador do Estado de Roraima; ao Senhor Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), e ao Embaixador do Brasil na Venezuela, Senhor Antônio José Ferreira Simões. Vou fazer duas perguntas de caráter geral.

Evidentemente, procuraremos fazer o nosso relatório da maneira mais técnica possível, evidentemente colocando a questão

política no seu devido lugar e como acessório dos nossos interesses estratégicos. A pergunta que faço ao chanceler é: primeiro, na verdade, como vossa excelência colocou, uma série de negociações ainda não foram terminadas, ficando pendente de dúvida as intenções da Venezuela de cumpri-las ou não. Dentro da linha de vossa excelência, o Congresso Nacional não aprovaria um acordo sem o compromisso da Venezuela de liberalização do comércio com o Brasil. Não seria mais sensato esperarmos a evolução das negociações que irão transcorrer nos dias 19 e 20, para tentar finalizar aquelas questões mais básicas, mais importantes?

A segunda pergunta é: não é perigoso para o Mercosul a questão do voto por unanimidade? Se isso vai continuar prevalecendo, podemos ter algumas questões de interesse do país conflitantes com os interesses do Presidente Chávez em relação aos Estados Unidos, por exemplo, ou à União Europeia. E aí, a presença da Venezuela no bloco dará visibilidade às posições do Presidente Chávez – e aí concordo com o Presidente Collor que é importante, sim, quem está na Presidência, quem está na liderança.

Não vamos ser a favor ou contrapor ser mais ou menos socialista, isso não nos interessa, cabe a cada país desenvolver o seu próprio sistema. O que nos interessa é ver a personalidade do comandante, porque Hitler provou isso na história. Não estou fazendo comparação, mas estou dizendo que se a Europa tivesse prestado mais atenção à personalidade de Hitler, talvez alguns desenganos e desencontros que afetaram a humanidade não tivessem ocorrido. Evidentemente, não estou comparando, estou dizendo que é importante a personalidade. Por exemplo, o Presidente Chávez já mandou buscar Embaixador nos Estados Unidos, no México, Colômbia e, se não me engano, no Peru, além de romper com o Pacto Andino. Então, evidentemente que esses detalhes da sua personalidade preocupam.

Numa circunstância comum, essas preocupações em relação à finalização dos acordos, se a personalidade do Presidente fosse outra, não seriam tão preocupantes como são agora. É isso que queria colocar e novamente deixo bem claro, para que não haja nenhum tipo de distorção, que não estou fazendo nenhuma comparação do Presidente Chávez com Hitler. Estou dizendo apenas como é importante prestar atenção na personalidade da liderança.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Eu proponho que possamos fazer naquele sistema que se usa, de três, e o Ministro responde. Sempre nesse prazo.

Então, o próximo é o Senador Fernando Collor, mas ele abre mão para mais à frente. Então, passamos ao Senador Geraldo Mesquita, o próximo inscrito aqui. Depois, o Senador João Pedro.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Senhor

Presidente, senhoras e senhores senadores, Senhor Ministro Celso Amorim, Embaixador Antônio Ferreira, governador José Anchieta, Doutor Reginaldo.

Eu não quero fazer nenhuma pergunta e justifico: sou membro do Parlamento do Mercosul, aliás participo desse fórum desde a Comissão Parlamentar Conjunta. Então, tenho o histórico claro do que ocorre no âmbito do Parlamento do Mercosul. Na última segunda e terça feira muitos dos que estão aqui participaram de uma sessão histórica no Parlamento do Mercosul. Depois de um longo período, mais de um ano, em que o Brasil tentava introduzir a discussão acerca da proporcionalidade, com uma resistência muito forte do Paraguai, por questões justas ou injustas, não importa, conseguimos um acordo por unanimidade das bancadas.

Quero dizer com isso que não é fácil mesmo a construção dessa integração que todos nos propomos. O Presidente Collor, e repito aqui que o respeito, tem todo direito de ter e de expressar sua opinião, mas, olhem, não estamos, e vou repetir, não estamos tratando aqui de reunir colégios de freira em torno de algum objetivo qualquer. É muito complicado esse processo de integração. Até mencionei aqui, sem qualquer propósito de desmerecê-lo, que o Presidente Lula tentou expulsar um correspondente estrangeiro do território brasileiro.

Por que me lembrei disso? Porque nossas democracias são de fato jovens. O Ministro Celso Amorim mencionou isso. Nossas democracias ainda não são perfeitas e vão continuar imperfeitas por muito tempo. Eu sou, e não é cegamente, é com muita consciência, absolutamente favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul., assim, como torço, Ministro, para que surjam, mais na frente, as condições econômicas, sociais, políticas, para que venham Bolívia e Peru, porque será extremamente importante para o Brasil e para o meu estado do Acre.

Não vejo outro caminho senão o da integração desse enorme continente, em que pesem as nossas diferenças. Considero que temos mais fatores que nos unem, que nos aproximam do que aqueles que nos separam. Portanto, precisamos nos agarrar a eles, administrar as nossas diferenças, que vão continuar a existir. Está aí a Argentina brigando com o Uruguai acerca das papeleiras, o Presidente Evo Morales nacionalizou indústrias petrolíferas. Temos problemas de toda sorte e vamos continuar a tê-los. Tenho certeza absoluta que o ingresso da Venezuela, além de fortalecer o Mercosul, será muito importante para a solução interna de muitos problemas da própria Venezuela, inclusive a questão democrática e a questão política.

Somos uma nação que sempre defendeu o princípio da não-intervenção. Temos que continuar pensando assim. É claro que nos preocupa, sobremaneira, algumas situações, não só na Venezuela, mas

nos demais países também. O Presidente do Equador expulsou de lá uma empreiteira brasileira. Vamos continuar tendo esses problemas. Agora, não podemos ser negativos a ponto de julgar que esses problemas são empecilhos definitivos para a construção do processo de integração da América Latina.

Era basicamente o que queria deixar registrado nessa sessão, dizendo do prazer de ter aqui a presença dos senhores aqui conosco nessa Comissão de Relações Exteriores. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado Senador Geraldo Mesquita, nosso Vice-Presidente. Com a palavra o Senador João Pedro.

Senador João Pedro (PT-AM): Senhor Presidente, senhores senadores, senhoras Senadoras. Na condição de Senador pelo estado do Amazonas, quero chamar atenção para um fato histórico. Porque será histórico o Estado Brasileiro admitir a participação da Venezuela no Mercosul. Vamos romper uma relação histórica do Estado Brasileiro com os países da Pan-Amazônia. Como é difícil, Chanceler Celso Amorim, uma relação mais profunda com os países irmãos do Norte. E esta é uma oportunidade do Brasil romper essa relação tímida com os países irmãos que compõem a Pan-Amazônia. Quero chamar atenção dos senhores senadores aqui, do relator Tasso Jereissati, qual é nossa relação profunda com a Bolívia, com a Colômbia, com o Peru, com o Suriname, com a Guiana, com a Venezuela?

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Permita-me apenas uma observação. Estamos tão atentos a isso que a política externa do Ceará já enviou um cearense para governar Roraima...

Senador João Pedro (PT-AM): Eu vou contar uma pequena história da relação do Brasil com a Venezuela. Estava com a minha família numa praia venezuelana, e comecei a querer exercitar o meu espanhol em um restaurante, Senador Tasso Jereissati. E aí, o rapaz me respondeu: “Olha, sou brasileiro do Ceará, de Fortaleza.” Ou seja, a integração já está ocorrendo. E o rapaz está lá há uns 10 anos. Pois bem, este é um ponto de debate que gostaria de chamar atenção. E não só pelos números da economia. Parece-me estranho que esse ponto tão relevante no Mercosul, que é o econômico, não seja analisado, com a magnitude de um PIB de US\$ 335 bilhões.

Pois bem, esse não é o único caminho. Precisamos usar o conhecimento para dominar a Amazônia. Para responder o debate internacional sobre a preservação da floresta precisamos estabelecer uma relação profunda no campo da pesquisa, da biologia, da geologia, com os países que compõem a Pan-Amazônia com o Norte do Brasil. E a Venezuela é fundamental, porque ocupa grande parte da Amazônia. Esse é o momento de darmos um grande passo histórico. O Brasil não pode ser só Conesul. E o organismo para essa mudança é o Mercosul por meio da Venezuela.

Presidente Azeredo. Evidentemente que tem gargalos, mas não podemos penalizar a Amazônia, o Brasil e a Venezuela. Nós precisamos construir, sem medo, uma relação profunda. Tenho confiança no povo da Venezuela. O petróleo não chegou com o Presidente Hugo Chávez. Está aqui o Senador Arthur Virgílio. Em 1986, participamos de sua campanha para governador. Não existia na Venezuela, até 1989, eleição para governadores e prefeitos. A eleição era presidencial, e só. Os números sociais aqui são relevantes, porque esse país rico penalizou parcela significativa do seu povo e impôs a miséria absoluta a boa parte da população, apesar da riqueza do petróleo.

É com Hugo Chávez que os índices sociais estão mudando. É preciso reconhecer isso, mas termino aqui apresentando os números da Zona Franca de Manaus, que mantém 100 mil empregos diretos: US\$ 400 milhões dos produtos vão para a Argentina; a Venezuela ocupa a segunda posição, com US\$ 280 milhões, e os Estados Unidos ocupam o terceiro lugar, com US\$ 200 milhões. A Venezuela joga um papel importante na região, pela importância geopolítica e econômica que esse país exerce na região. O governador José de Anchieta Júnior falou da importância da relação que já existe com Roraima. É preciso que o Estado Brasileiro dê esse passo importante na construção do Mercosul, com a Venezuela participando. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Pedro. Vamos ouvir então o Ministro Celso Amorim respondendo ao relator Tasso Jereissati, Senador Geraldo Mesquita e Senador João Pedro.

Senhor Ministro Celso Amorim: Presidente, se permitir, começo pelo relator, que na realidade foi quem fez as perguntas.

Por que não esperar o final das negociações? Senador, vou ser muito franco com o senhor. Podíamos ter adotado vários caminhos e, na realidade, no caso do Mercosul, também vivíamos uma outra época histórica em relação, digamos, a percepção da rapidez, da liberalização. A verdade é essa. Os países estavam envolvidos num processo de liberalização unilateral, muito mais rápida do que pretendiam estar hoje, por motivos vários da economia mundial que não me caberia agora comentar em detalhe.

Naquela época houve um grande voluntarismo que foi muito importante, audacioso. Permitiu concluir o Tratado do Mercosul, mas, depois, tivemos que adaptar. Já em 1994, antes do Protocolo de Ouro Preto, os cronogramas de gravação foram prorrogados, depois foram estabelecidas listas de exceções.

Até hoje, isso ocorre no dia-a-dia das nossas relações com o Uruguai e o Paraguai, que têm grande número de exceções, sobretudo na Tarifa Externa Comum para bens de capital e outros. E também com relação à Argentina. O dia-a-dia da nossa relação com a Argentina

é complexo. Positivo, na minha opinião, no conjunto, mas complexo. Então, nesse caso houve a percepção de que era possível terminar o acordo e levar as diferenças para diante. Houve um Grupo de Trabalho que avançou em parâmetros gerais, inclusive a data final para o termo da desgravação, que é 2014. Lembro até de um telefonema dado pelo Presidente Chávez, que é muito pessoal em suas relações. Um dia ele ligou e tentou falar com o Presidente Lula. Acabou falando com o nosso negociador que estava em Montevideu, que obviamente não quis responder, aí falou comigo.

A questão era o tempo de adaptação da Venezuela à Tarifa Externa Comum. E ali no telefone ele aceitou que fossem quatro anos. Conteí até uma parábola para ele, porque uma pessoa com a personalidade dele acha que a vontade política resolve os problemas.

E conteí para ele uma parábola: Um régulo de uma pequena cidade grega queria aprender geometria e perguntou quem era o melhor geômetra da Grécia. Disseram que era Euclides. E ele mandou chamá-lo. Euclides chegou e o rei falou:

– Olha, quero aprender geometria.

Euclides respondeu:

– Está, tudo bem – e pegou vários volumes com teoremas, postulados, axiomas etc. E pôs na mesa. Aí o rei disse:

– Não! Quero aprender geometria, mas sem passar por isso, só quero...

Euclides interrompeu e afirmou:

– Majestade, desculpe, mas não existe estrada real para a geometria.

E conteí essa brincadeira ao Presidente Chávez pelo telefone. E aí ele me respondeu: “Não, não, mas o ACE 53...” E, mudando de assunto, retrucou: “Vê, já estou aprendendo geometria.” Enfim, houve um primeiro momento de resistência, coisa técnica, tecnocrática, mas justamente essas duas conversas, com espaços de um ano e meio, resultaram em quatro reuniões que permitiram ter o arcabouço do que vai ser resolvido. E estou convencido de que nessa próxima reunião, nos dias 19 e 20, vamos ter boa parte dos questionamentos resolvidos.

Senador, mencionei ao senhor, que, quando assinamos os acordos com a Comunidade Andina, aconteceu algo parecido e não nos arrependemos. O esquema de liberalização com alguns países, inclusive o Peru com o qual não temos nenhum problema, só foi finalizado depois. As pessoas têm que acreditar no ânimo. Há nisso benefícios recíprocos. E se ele não nos der os benefícios que esperamos, também não vamos receber os nossos. Então, pode às vezes haver algum ajuste, mas dentro da normalidade.

Eu não me preocuparia excessivamente com isso, honestamente, mas como também não creio que seja um detalhe desprezível, concordamos que haverá essa reunião nos dias 19 e 20 para, na medida do possível, preencher essa lacuna a ser preenchida. A modalidade geral está aceita, a questão é colocar os produtos em cada cesta, dizer quantos produtos ficarão para o final.

Eu tenho prática de negociador. Por vezes, o negociador não aceita ideias muito generalizadas. Por exemplo, um dos problemas que tínhamos é que eles queriam, para alguns produtos, deixar a liberalização para o último ano. Isso, aliás, aconteceu com o Uruguai, Presidente Collor. O senhor não tomou conhecimento disso, porque era coisa que se passava na base. Eu dei o exemplo, usando a Torre Eiffel: “Olha, não é possível. Porque não é crível. Você não pode subi-la escalando um degrau no primeiro dia; No segundo dia dois degraus; no terceiro, três degraus, e vou subir 100 degraus no último dia.” Isso não existe. Conte essa história, e os negociadores entenderam perfeitamente.

Agora, é sempre um processo negociador. De modo que acho que o fato de terem marcado a reunião, depois que o Presidente Chávez fez uma reunião interna no qual fez pronunciamento público, deixando claro que é preciso resolver os pontos técnicos, nos dá confiança de que isso vai ser resolvido. Se houver alguma diferença, vamos negociar, como temos negociado, aliás, no Mercosul permanentemente. Permanentemente, porque volta e meia o Paraguai, Uruguai diz “Ah, não, mas há uma, assimetria, não podemos continuar a importar esse produto com tarifa que senão vamos perder.” E vamos acomodando no conjunto porque todos estão de acordo que o Mercosul é uma coisa boa para o Brasil.

Sobre a questão da pessoalidade, também não estaríamos negociando se pensássemos que era um Hitler ou um Stalin...

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Não estou dizendo que era um Hitler, o que estou dizendo é que a personalidade importa.

Senhor Ministro Celso Amorim: Não há a menor dúvida que personalidade conta, aliás é um velho dito, francês, se não me engano: o estilo é o homem. E o estilo do Presidente Chávez é o estilo do Presidente Collor. Não me cabe discuti-lo, mas diria que, no conjunto, os interesses brasileiros são bem tratados. Pode ter havido um ou outro deslize, Presidente Collor. Pode ter havido um ou outro caso que não gostamos do que ele fez. E isso lhe foi comunicado nos pontos que se relacionam com o Brasil. Houve as adaptações necessárias, não no dia, porque como os senhores sabem, em política às vezes não é possível obter um desmentido, mas numa mudança de comportamento dias depois.

E diria, somos muito ouvidos. Por exemplo, foi mencionada aqui a questão da Colômbia. Eu acho que a ação do Brasil para acalmar os ânimos entre Venezuela e Colômbia foi muito positiva, e

semanas depois desses incidentes que vossa excelência mencionou, do deslocamento de tropas, o Presidente Chávez estendeu a mão ao Presidente Uribe em São Domingos, eu estava presente.

Com relação aos Estados Unidos, ele está disposto a um novo começo. O Presidente Chávez, além de dar o livro *As Vêias Abertas da América Latina*, terminou sua intervenção em plenário dizendo: “Quero ser seu amigo.” E ainda repetiu em inglês: “I want to be your friend.” Parecia até uma canção dos Beatles, um momento de grande amizade.

Levando em conta o estilo, as pessoas não são iguais. Nós já tivemos personalidades diferentes em vários momentos da vida histórica do Brasil, mas acho que ele ouve. Fez o referendo revocatório, respeitou o resultado, chamou observadores internacionais, se recompôs com a Colômbia e ele está disposto, creio eu, a se recompor com os Estados Unidos.

Em casos muito específicos em que recebi pedidos, eu, às vezes, tomei a liberdade de falar com ele, e ele atendeu. Situações específicas de pessoas que estavam enfrentando dificuldades diversas.

Bem, então temos essa expectativa. Com relação a intervenções do Senador Geraldo Mesquita e do Senador João Pedro, queria fazer duas ou três observações. Primeiro felicitar todos os parlamentares, se me permitem, humildemente, que estiveram envolvidos na discussão sobre a distribuição de assentos no Parlamento do Mercosul. Isso é uma grande vitória. Eu, outro dia, conversava com o Senador Mercadante e achava praticamente impossível resolver esse problema, de modo que credito aos parlamentares brasileiros, vários que estão aqui, inclusive vossa excelência, Geraldo Mesquita e o Deputado Rosinha, uma grande vitória.

E é uma vitória espetacular, porque é uma vitória também do bom senso, de ver que as coisas não podem ser como cada um quer. É uma negociação. Nem é a representação matemática exata da nossa população, e nem corresponde ao princípio estrito da igualdade entre os Estados, como talvez desejassem outros. Acho uma grande vitória, um sinal de que vamos avançar efetivamente no Mercosul.

Eu queria fazer um comentário sobre a integração amazônica. É muito comum ouvirmos, hoje, elogios ao Brasil no exterior. É claro que, como membro do Governo, não me cabe fazer propaganda, mas está aí, é capa do *Newsweek*, é artigo do *Wall Street Journal*, na palavra do Presidente Obama... Isso está relacionado a muitas coisas. Tem a ver com a política macro-econômica sólida que seguimos, com o aprofundamento da democracia, com as medidas de natureza social que tomamos para reduzir a desigualdade, sempre nosso grande flagelo.

Tem a ver com o nosso avanço também em temas que, antes, considerávamos tabu, como meio ambiente. O Presidente Collor sabe disso, porque coube a ele tomar uma iniciativa muito importante



ao presidir a Conferência Rio 92, mas que levamos adiante, com o Fundo Amazônia. Tem a ver com o carisma do Presidente Lula, indiscutivelmente, mas também com nossa capacidade de lidar com os problemas sul-americanos e com nossa capacidade de manter a região em relativa paz.

E mesmo quando tivemos problemas, e há problemas, a condução do processo foi tranquila, mesmo quando tivemos um contencioso com a Bolívia por ocasião da nacionalização das refinarias da Petrobras. Não gostamos de algumas atitudes, mas a verdade é que não faltou uma gota de gás boliviano no Brasil. É só compararmos com o que aconteceu na Europa, entre Rússia, Ucrânia e União Europeia, para perceber que a nossa diplomacia não agiu tão mal.

Muitas vezes as pessoas pensam que a política externa é desligada do que estamos fazendo aqui na América do Sul. Não é. O Brasil só pode se projetar no mundo porque tem uma política sólida na América do Sul e porque tem a força de estar integrado nos outros países do subcontinente. No caso da Amazônia, Senador, além de tudo o que vossa excelência já disse, que estou de acordo, daria apenas uma boa notícia: depois de dois anos de luta ingente, conseguimos finalmente

nomear... Um secretário-geral para a Comunidade Amazônica, é um embaixador peruano. Decidimos pelo sistema do sorteio, que é o mais democrático de todos, já diziam os gregos, e ele foi escolhido.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Ministro. Então, vamos para o segundo bloco.

Senador Aloizio Mercadante (PT-SP): Presidente, pela ordem, Presidente. Eu queria fazer uma sugestão, dado o adiantado da hora, proporia se todos os senadores poderiam falar e... Enfim, a Mesa poderia fazer sua intervenção final. Eu acho que é mais objetivo, mais eficiente e não vejo outra possibilidade.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito bem. Está ótimo. Senador Cristovam Buarque.

Senador Cristovam Buarque (PDT-DF): Bom dia Ministro, bom dia todos que estão participando, Senhor Presidente. Eu tenho a impressão que o que a gente tem que fazer aqui é discutir como estadistas, olhando o futuro do país e do continente. Eu tenho insistido que, nesse ponto, o Ministro Celso Amorim tem dado um grande exemplo a todo o Brasil. Ele cuida das coisas como estadista,

e não está preocupado apenas na política imediata e mesmo em beneficiar pessoas ou grupos. Claro que para isso ele conta com o Presidente Lula, sem o qual nada teria feito, e também devemos reconhecer, com seus antecessores, ministros que começaram a dar uma nova orientação às relações internacionais do Brasil.

O Governo Lula está dando de fato uma inflexão na política externa e seria impossível sem a colaboração dos quadros do Ministério e, com toda franqueza, essa entidade hoje, que se chama Lula-Amorim, tem conseguido implementar essa nova visão. Classifico a Venezuela nesse aspecto. Não podemos ficar presos apenas ao Presidente Chávez. Ainda que não tivesse feito tantas eleições e tudo mais. Os países da América Latina não romperam relações comerciais com o Brasil quando aqui havia um regime militar, porque perceberam a diferença entre os interesses do Estado e os interesses políticos. Às vezes tem que se relacionar economicamente com países cujo Governo você discorda radicalmente. Obviamente tem limites: se cometer genocídios, se começar a ter crimes contra a humanidade.

No caso da Venezuela, não entendo essa resistência por tê-la conosco nesse projeto, nessa grande aventura de integração. Até porque o Presidente Chávez, mesmo que fosse tudo que se diz dele, vai durar mais o quê? 20, 30, 50 anos? Cinquenta, acho que já não chega. Talvez nem de vida. Quanto mais no poder. E a Venezuela vai estar aí, juntinho da gente, pelos próximos séculos, por isso, queria fazer um apelo para que entendêssemos, com a visão mais aberta possível, de estadistas, e percebêssemos a importância de aprovarmos, de uma vez por todas, o ingresso da Venezuela. Isso vai trazer um novo alento.

Como parlamentar do Mercosul sinto que faz uma profunda falta termos parlamentares da Venezuela junto conosco.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Cristovam. Com a palavra o Senador Inácio Arruda, esse bravo cearense.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Bom, Senhor Presidente, acho que os cearenses já deram uma contribuição para a Região Norte, do Brasil e da América do Sul. Eu não sei se a gente poderia agradecer Napoleão Bonaparte, responsável pela vinda da família real veio para o Brasil. Foi um ditador feroz, com quem todos tiveram que negociar uma certa época. Ou ao Império Britânico, que deu salvaguardas aos reis portugueses. Também era um império que se expandiu pelo mundo com as crueldades conhecidas. Ou mais recentemente se quiséssemos falar de política, será que deveríamos firmar o acordo Mercosul-Israel, diante do massacre de palestinos e da ação agressiva do Estado de Israel, um país belicista, que inclusive tem ogivas nucleares, fato ignorado pela mídia.

Examinando desse ponto de vista, deveríamos considerar que o aspecto da política é o mais significativo. Não é a economia, não

é a desgravação que vêm na frente. O que vem na frente, querendo ou não, é a ação política dos líderes de cada nação. E desse ponto de vista, há uma concordância, porque todos esses líderes, do Brasil, dos demais países da América do Sul, cogitam já, face à entrada da Venezuela no Mercosul, pedir seus ingressos no bloco. Considero uma façanha, do ponto de vista histórico. Esse é um feito histórico do ponto de vista político, que tem consequências econômicas muito favoráveis para o Brasil.

Aqui veio o Embaixador Flecha de Lima. Alguns esperavam outra conversa dele, mas o certo é que o embaixador disse: “Bom, aqui está o meu Estado, Minas Gerais, já não sou mais embaixador, então posso falar das minhas preferências, digamos, mais localizadas. Está aqui o meu Estado de Minas Gerais. O mercado venezuelano é o principal mercado das exportações da Fiat. Queremos ou não. Interessa ou não.”

Vencida a questão política, porque os líderes estão de acordo, gostando ou não gostando das personalidades, a única questão que ficaria, seria a questão democrática. Mesmo que alguns não gostem possam achar que não é tão boa quanto aquela que desejava para aquele país, não podemos interferir, portanto, considero que superamos essa etapa. Então, fica o problema do entrelaçamento econômico.

O Ministro levantou aqui a idéia de que, mesmo antes de acertar os vários acordos para cada produto, a economia já avançou. O discurso tecnicista já foi liquidado na prática. Por quê? Porque Roraima já vende feijão para a Venezuela. Já vende banana. Já vende vários produtos. Independente se eles estão ou não estão inseridos formalmente no bloco. O avanço ocorre num ritmo muito veloz para os países da região.

Eu digo que para nós, do Ceará, e outros estados do Nordeste e do Norte, o Mercosul está limitado. Esse Mercosul está limitado. A entrada da Venezuela, pode acabar com essa distorção, como bem levantou o governador do Estado de Roraima. Outros países poderão entrar e o espaço para o Brasil é extraordinário. Para eles e para nós. Esse espaço é extraordinário.

O problema técnico que o chanceler levantou pode ser tão relevante que pudesse impedir a entrada da Venezuela no Mercosul? O senhor considera que um desses aspectos do ponto de vista da liberação comercial entre nós e Venezuela, entre Mercosul e Venezuela, tem tal significado que poderia ensejar aos senadores do Brasil criar um empecilho para a entrada da Venezuela? Acho que aqui que está o nó. Porque acho que as outras questões já foram vencidas.

Como a Chrysler acaba de anunciar a falência e Obama cogita estatizar a GM, então acho que essas outras questões políticas e ideológicas também ficam varridas do ponto de vista do capitalismo.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Fernando Collor.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, Senhor Ministro, Senhor Embaixador, Senhor governador do Estado de Roraima. Algumas considerações, Senhor Ministro, a respeito da sua fala.

Em primeiro lugar, em relação ao Mercosul, que foi um marco realmente importantíssimo para que pudéssemos dar início a esse processo de integração que, hoje, desemboca nessa discussão sobre a adesão ou não da Venezuela ao Mercosul.

É preciso lembrar que foi graças a essa integração propiciada pelo Mercosul que tivemos um ganho adicional extraordinário que foi o acordo assinado com a Argentina para não continuação das pesquisas com vistas à fabricação de artefatos nucleares, com fiscalização, tanto do Brasil em relação à Argentina e da Argentina em relação ao Brasil, criando a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), e também a nossa filiação à Agência Internacional de Energia (AIE), que espero esteja muito bem conduzida.

Sem dúvida a importância da integração é muito grande. Agora, a questão econômica em relação à Venezuela não é decisiva se a sua adesão não for, eventualmente, aprovada pelo Senado. No mundo de hoje, globalizado, são os interesses comerciais que prevalecem. A grande guerra é convencional, mas sim comercial. Os interesses comerciais se sobrepõem a qualquer coisa. Então, integrada ou não, a Venezuela estará tratando os Estados Unidos da mesma maneira que trata o Brasil, por ser interessante para ambos os países.

Em relação ao etanol, a usina da Dedini me causa estranheza e surpresa. Até duvido de que esse projeto possa ser levado adiante. Porque temos o exemplo da parceria da PDVSA para construir uma refinaria no Recife. O acordo foi assinado há mais de cinco anos pelo Presidente da Venezuela e até agora não saiu do papel, porque os venezuelanos não colocaram nenhum centavo naquela planta.

Há também a questão do estilo. O estilo é tão importante que conversávamos, há uns meses, no seu gabinete, sobre a perspectiva na eleição do Obama e o que isso significaria de mudanças para o nosso mundo. Veja como uma mudança de estilo foi importante. Permitiu até a aproximação do Presidente Chávez com o Presidente Obama, abrindo uma possibilidade enorme para que haja um reatamento das relações políticas entre a Venezuela e os Estados Unidos da América.

Era isso que gostaria de colocar para vossa excelência, mais uma vez reafirmando que é fundamental, indispensável e imprescindível o atendimento de todas as condições estabelecidas para a adesão a por

qualquer país que queira fazer parte do Mercosul, é importantíssimo. Nós não podemos deixar que certas cláusulas venham a ser tratadas depois do fato consumado. Porque talvez, como disse, seja tarde demais para tomarmos alguma atitude consequente a esse ato.

Muito obrigado a vossa excelência, muito obrigado Senhor Presidente.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Presidente, para tirar uma dúvida aqui sobre o que o que disse o Senador Collor...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim, Senador Tasso.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): O acordo com a refinaria de Pernambuco foi cumprido, está sendo cumprido?

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Não.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Na sequência.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Bom, se for uma coisa pontual. Sim ou não...

Senador Aloizio Mercadante (PT-SP): Só para fazer uma sugestão, Presidente. Deixa para o final...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, vamos continuar. Então, vou passar agora ao Senador Casagrande. Antes, queria registrar aqui a presença dos filhos do Senador Suplicy, do cantor Supla. Senador Casagrande.

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): Senhor Presidente, senhores Expositores, Senhor Ministro Celso Amorim, Senhor Embaixador, governador, Senhor Reginaldo... Eu tenho tido oportunidade de debater essa questão da inclusão da Venezuela no Mercosul, Senhor Presidente... Senhor Presidente quer anunciar alguma coisa?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Supla, pode sentar aqui ao lado do Senador Suplicy. Senador Casagrande com a palavra.

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): Bem, Senhor Presidente, a última sessão que tivemos aqui foi muito importante, porque fizemos um bom debate sobre este mesmo tema. E nós, hoje, temos clareza de que não restam dúvidas sob os benefícios do processo sob o aspecto econômico. Tanto para a Venezuela quanto para o Brasil. A Venezuela é o terceiro PIB do nosso subcontinente e o quarto país em população. Sua adesão terá importante impacto sobre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, especialmente para a Região Norte, que poderá se sentir contemplada no Mercosul.

Na questão econômica não há dúvidas. Na questão política, cada vez menos dúvidas. Porque esta integração é fundamental para nós e para qualquer outra região do mundo.

Então, a integração entre os países, a relação entre os países, a harmonia da nossa região, são muito importantes. Tinha dúvidas com relação ao estilo Chávez, com relação àquilo que está sendo implementado na política venezuelana, mas a cada debate que a gente desenvolve fica claro o seguinte: mesmo que nós não gostemos de seu estilo pessoal Chávez, mesmo que nós não gostemos do seu Governo, basta compará-lo com o passado da Venezuela e teremos a certeza de que estamos avançando. Então, isso é importante. Mesmo que, pessoalmente, não simpatize pelo Governo e pelo estilo. Via, nessa questão, uma ameaça ao debate aqui. E sinto que está amainando, está diminuindo. Tem ainda a tentativa da Oposição de vincular o Presidente Lula ao estilo do Presidente Chávez.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Desculpe-me, Senador, mas acho que não é entre Oposição e Governo. Com toda sinceridade, não sinto isso...

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): Respeito, com muita naturalidade e legitimidade a opinião de vossa excelência, mas vi aqui, Ministro e Senador Pedro Simon, vi aqui uma certa tentativa de classificar esse assunto como de interesse do Governo. Sinto que o Senado cumpre um papel importante ao aprofundar o debate. Estamos caminhando para uma posição madura. O que falta? Falta o Grupo de Trabalho caminhar na definição da tarifa, nas questões da relação entre os países, entre o Mercosul e a Venezuela. Temos questões a serem resolvidas com o Uruguai, com o Paraguai e com a Argentina. Até hoje. E vamos ter enquanto existir o Mercosul.

Isso não significa que tenhamos que aceitar uma total falta de compromisso, mas atendo-se aos acordos iniciais, acho que o Senador Tasso talvez possa avançar para o relatório, mesmo que todas as questões não estejam resolvidas. Porque se quisermos resolver todas as questões não vamos ter a aprovação do Protocolo aqui pelo Senado. Então, assim, desde que as questões mais importantes sejam acordadas e compromissadas, que a gente avance no sentido de buscar de fato esta integração, mesmo que não tenhamos resolvido todas as pendências.

Minha posição é essa, agradeço muito, Presidente, sabendo que o meu tempo foi tomado pela entrada dos dois filhos do Senador Eduardo Suplicy...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Depois descontamos...

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): E agradeço a sua paciência, porque a presença deles para nós é muito importante aqui no Senado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sejam bem-vindos. Nós vamos descontar no tempo do Senador Suplicy. Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Muito bem Presidente, Ministro Celso Amorim; prezado amigo, Embaixador Antônio José Ferreira Simões; prezado amigo e companheiro, governador Anchieta Júnior...

Senador João Pedro (PT-AM): Essa é uma fala do Itamaraty para o Itamaraty...

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): O Senador João Pedro...

Senador Aloizio Mercadante (PT-SP): E quando ele fala para o Itamaraty, ele baixa a voz, é mais elegante, mas ele perdeu toda essa cultura aqui no Plenário.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Você não sabe por que, Aloizio. Porque, se me portar mal, ele pega o pior posto e me destina para lá a qualquer hora dessa. Não tem pior posto? Pois é, e nessa ele me empurra para aquele que é o menos melhor.

Doutor Reginaldo, é um prazer tê-lo aqui.

Ministro, falarei na mesma linha do que... Não exatamente talvez com as mesmas posições, mas na mesma linha sobre o que foi exposto aqui pelo Senador João Pedro, sei que foi exposta pelo Senador Jereissati, e que vi ser exposta pelo Senador Renato Casagrande.

Mais perguntas, mais questionamentos para pensarmos, em conjunto, qual é a melhor solução para o país. Nada de ideologia, isso não está me interessando muito, o que me interessa muito é vermos se é bom ou não termos a Venezuela conosco no Mercosul. Eu começaria pelo fato de que vejo alguns argumentos a favor, que vou deixar até para o final, e vejo alguns argumentos em contrário.

Já se falou um pouco aqui na questão democrática, vou me deter muito pouco sobre ela. Estranho, 287 opositoristas venezuelanos exilados. Estranho esses arroubos, já teve problemas com o México, com o Presidente Allan Garcia... Eu estranho as parcerias, vivenciamos o Presidente Lula, brilhantemente, abrir uma parceria com o Presidente Obama, não sei por quanto tempo duraria essa lua de mel, ou se daria tempo do Presidente Obama ler e traduzir bem o livro do Galeano...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está em tempo. É porque são três minutos, toca sirene faltando um. Mas na qualidade de líder...

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Essa é uma homenagem ao nosso grande Supla, peço que estenda o tempo só para mim... Temos que levar em conta a relevância do debate que a gente aqui propõe.

A parceria do Presidente Chávez com o Irã me preocupa. Vejo algumas questões que são eminentemente técnicas. Na União Europeia há uma participação proporcional ao peso do país. A França e a Alemanha têm um peso maior do que um país de menor influência econômica, não é uma votação *one state one vote*, é uma votação proporcional.

Eu pergunto se vamos manter o direito de veto. Porque amanhã, o Mercosul precisa fazer um acordo com a União Europeia e ele pode vetar porque tem problemas com alguém do bloco. Vou dar outro exemplo, o acordo que está sendo muito bem preparado por vossa excelência, entre Brasil e Israel. Digamos que a Venezuela já estivesse no bloco e dissesse: “Veto. Não dá pra fazer porque não aceito, estou rompido com Israel.” São questões técnicas que estou pondo aqui.

O Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, outro dia, lembrou que a China faz uma concorrência predatória conosco. O acordo supostamente nos preservaria de uma concorrência com a China? Tenho sinceras dúvidas. Tenho restrições à forma como tratam a questão do câmbio. As empresas encontram muita dificuldade na burocracia da Venezuela para resolver essa questão, e não sei até que ponto é entrave, até que ponto é contornável.

Outro argumento que se poderia usar a favor é que, sinceramente, acredito que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um ponto de equilíbrio na relação continental, não só com quem está querendo entrar agora, como o Coronel Hugo Chávez, mas com o Presidente Evo Morales, da Bolívia... Sinceramente, prefiro, não sei se necessariamente dentro do Mercosul, o Presidente Lula perto deles do que longe. Acho que é vantajoso isso.

Por outro lado, o argumento que aparece com muita força, que já me foi exposto pelo próprio Presidente e é um argumento respeitável, é o argumento que diz que a relação comercial vai muito bem. Esse argumento é exposto por empresários do meu estado. A Zona Franca de Manaus não é um modelo basicamente exportador e o mundo não está importador, está retraído, mas o fato é que se vende muito para a Venezuela, assim como a Venezuela vende muito e compra muito dos Estados Unidos, e eles não têm relação política tão normal.

Não sei se o fato de não estar no Mercosul faria reduzir um volume de comércio tão privilegiado hoje. Isso se refere ao meu estado, o Amazonas, e se refere à Venezuela. Eu gostaria ainda de dizer que o fato de o Presidente Chávez negociar muito bem com os Estados

Unidos e de ter sido sempre alguém arrojadamente contra a Alca não diminuiu sua capacidade de comerciar com os Estados Unidos.

Pessoalmente, sou a favor da Alca, de integrarmos mercados. Negociando as condições de entrada, obviamente, e fico questionando muito, até que ponto, do jeito que a coisa está posta no Mercosul, *one state one vote*, se isso não é dar poder de veto a quem tem peso menor do que a economia brasileira.

São indagações, Ministro Celso Amorim, que faço, e questionamentos que coloco, na mesma linha de algumas exposições, que o Presidente Collor falou com muita propriedade. Das intervenções que vi, todas intervenções vão ao encontro do espírito do relatório que começa a ser esboçado pelo Senador Tasso Jereissati. A preocupação técnica, a preocupação com o país, disse bem o Senador Casagrande, estão acima da luta entre Governo e Oposição. Não é luta de convicções que deve colocar a economia em primeiro lugar, sem esquecer da questão política.

Vossa excelência tem muita razão quando diz que cada povo tem o seu estágio de democracia, aquele que lhe cabe. A pergunta que faço é se o processo está sendo evolutivo ou involutivo na Venezuela. Essa é a questão que faço. Eu tenho como referência também com o Petkoff, com quem tenho relação pessoal, muito bem referido por vossa excelência e a quem considero figura de muita lucidez na política do país vizinho.

Devo ressaltar, por questão de justiça, o trabalho feito pelo Embaixador Antônio Simões. Ele me consultou e falei: “Você deve falar com os senadores da Comissão, deve falar com os líderes das bancadas”, e ele fez uma coisa exagerada, pelo lado bom da competência dele, reconhecida por todos; ele foi a todos os 81 senadores. Visitou todos sem exceção. Eu cheguei a pensar que ele tinha sido eleito para esta Casa e queria ser Presidente no lugar do Senador José Sarney.

Fico honrado com a sua presença, Ministro, e acho que, para garantir não ser mandado para o pior posto, vou continuar nessa linha até o final porque entendo que temos que ter uma solução que seja boa para o Brasil. De preferência que seja uma solução que nasça de um consenso entre as partes que estão aqui. Muito obrigado de novo, muito honrado pela sua presença.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado Senador Arthur Virgílio. Senador Aloizio Mercadante.

Senador Aloizio Mercadante (PT-SP): Senhor Presidente, Ministro Celso Amorim, Embaixador Antônio Simões, Presidente da CNI, Reginaldo Braga, governador José Anchieta Júnior. Queria parabenizá-los pela qualidade da exposição e dialogar sobretudo com o relator, Senador Tasso Jereissati, que é uma segurança que essa relatoria será feita com rigor, mas aberta à racionalidade e aos argumentos.

Não acho que estamos e nem possamos discutir o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul a partir de uma avaliação do Governo venezuelano. Ainda que isso possa estar no marco das nossas preocupações, não é isso que estamos discutindo. Seguramente, o modelo de democracia da Venezuela não é o nosso e não será o nosso. Dou só um exemplo, para não falar de tantos outros que poderia mencionar: temos um Presidente com mais de 70% de apoio popular e não haverá terceiro mandato no Brasil. Aqui queremos alternância, pluralismo.

Temos um Governo que sofreu todo tipo de crítica da mídia e jamais agrediu qualquer veículo de comunicação, muito menos deixando de renovar concessão de uma rede de televisão. E quando o Senador Eduardo Azeredo propôs uma moção de crítica àquela atitude, pedindo a reconsideração do Governo venezuelano, votamos favoráveis. Inclusive escrevi um artigo defendendo a posição do Senado, como, há alguns anos, aprovamos uma moção, com o apoio da oposição, na época o Governo, contra o golpe de Estado na Venezuela.

Então, temos valores democráticos inegociáveis, seja com quem for, e construímos isso depois de uma história longa de autoritarismo e ditadura. Sabemos quais são os valores do pluralismo na democracia. O que devemos discutir aqui é o que queremos da América do Sul e o que significa o Mercosul como projeto histórico para o Brasil e para a região.

Acho que significa muito. Economicamente, é inquestionável. Tivemos um superávit comercial no ano passado de US\$ 14,4 bilhões, num total de US\$ 22 bilhões. Mais da metade do superávit do Brasil, hoje, é oriundo do Mercosul. Com a Venezuela, temos um comércio de US\$ 5 bilhões e 100 milhões e um superávit de US\$ 4,6 bilhões. Ora, quem tem que ter preocupação com a adesão não somos nós. A preocupação com a incorporação é da Venezuela, que é um país prisioneiro da doença holandesa. E que tem dificuldades imensas.

Inclusive o contrato da PDVSA com a Petrobras enfrenta dificuldades porque as empresas de petróleo sofrem com a queda do preço do petróleo e a PDVSA é a única das grandes empresas que não está investindo em petróleo, pela sobrecarga em outras tarefas assumidas para tentar contornar as dificuldades econômicas da economia venezuelana.

Em relação ao Mercosul, o que representa, do nosso ponto de vista, a entrada da Venezuela? Não é só o terceiro PIB da região. É o segundo maior comprador de celular do Brasil; é o quarto maior comprador de automóveis da indústria automobilística brasileira; é o nono maior comprador de veículos pesados. É o sexto maior de transformadores e motores. É o oitavo parceiro da Região Norte, é o 14º da Região Nordeste.

Ela tem um significado econômico estratégico. E estamos construindo a relação com a nação, com a sociedade, uma relação de longo prazo. Os Governos passarão e esses valores ficarão. E se tivermos a Venezuela dentro, teremos um bloco econômico com 270 milhões de habitantes, 70% da população da região, com um PIB que agrega, 80% do PIB do subcontinente. Será o passo decisivo para a Unasul.

O Pacto Andino terá que se fundir com o Mercosul, inclusive os parlamentos. E será um salto histórico, fundamental, temos que acelerar esse processo nessa crise. A resposta à crise é mais integração, é superar os obstáculos políticos que estão postos.

Por último, compartilho com aqueles que colocam preocupações em relação às dificuldades que poderemos ter. Temos dificuldades com a Argentina, que tomou medidas protecionistas dentro do bloco. A nossa resposta não foi retaliação. Nossa resposta foi aprofundar ainda mais o Mercosul. O Presidente Lula foi à Argentina oferecer uma linha dentro do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) de US\$ 1,5 bilhão, além da abertura mais linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Compreendemos as dificuldades da Argentina e criamos uma relação estratégica de longo prazo. E é isso que teremos que fazer nos momentos de dificuldades com a Venezuela, do ponto de vista político e do ponto de vista econômico.

Por último, qual é o melhor caminho de salvaguardas do Mercosul com a adesão da Venezuela? O melhor caminho é aprofundarmos as instituições multilaterais do Mercosul. A melhor herança que podemos deixar são instituições sólidas. O Jean Monnet, quando defendia a União Europeia dizia: “Nada se faz, nada de importante se fará sem as lideranças. Mas nada de importante permanecerá sem as instituições.”

Ontem, demos um passo muito importante, constituímos o Parlamento do Mercosul, ultrapassando as resistências do Paraguai, que eram muito profundas. Uruguai, Argentina e Brasil já tinham uma concordância em torno da proporcionalidade. Fomos ao Paraguai debater. Nós vamos ter 18 parlamentares do Paraguai e do Uruguai, 46 da Argentina, 75 do Brasil.

E, no primeiro período, estamos, nós e a Argentina, reduzindo a necessidade de parlamentares, vamos ter 37 e a Argentina 26. Apenas um terço a mais. Voluntariamente. Porque acreditamos no diálogo. Mesmo porque qualquer país, tirando o quorum, veta a decisão do Parlamento. Então, temos os nossos interesses nacionais preservados.

Agora, o Parlamento do Mercosul será uma expressão do pluralismo e do debate na discussão da incorporação. Nós estaremos lá fiscalizando os Governos, cobrando atitudes, questionando. No processo eleitoral, vamos mandar uma comissão para analisar e averiguar. Teremos uma comissão para a questão dos direitos

humanos, vamos convocar ministros. O Parlamento será a garantia da adesão em longo prazo.

Da mesma forma aprovamos que o Tribunal de Controvérsias tenha mais poderes, inclusive para medidas compensatórias. Queremos instrumentos eficazes de combater o protecionismo dentro do bloco. Isso é uma recomendação aprovada por unanimidade no Parlamento. E aprovamos também a necessidade de criar um Tribunal de Justiça para as questões comuns do Mercosul. E queremos dialogar com as Supremas Cortes a constituição do Tribunal de Justiça.

Ora, se avançarmos essas instituições no Parlamento, as garantias do ponto de vista da atitude dos Governos dentro do Mercosul estarão muito mais asseguradas, com instrumento supranacional de justiça e com o Parlamento, que terá o pluralismo, o debate e o controle.

O Senador Eduardo Azeredo tem tido uma participação muito importante na Comissão do Mercosul. Ao lado da Senadora Marisa Serrano e outros parlamentares não tivemos nenhuma divergência importante entre as forças partidárias no âmbito do Mercosul. Temos tido uma política de Estado, uma visão de longo prazo, uma visão muito construtiva. Terminei dizendo: é indispensável ao Mercosul, nesse momento, a adesão da Venezuela; se a rejeitarmos acirraremos conflitos e perderemos oportunidades.

E o Presidente Obama tem dado uma demonstração. Apesar de todas as retóricas de Governos e estilos, 30% das exportações venezuelanas vão para os Estados Unidos. Eles nunca mexeram nem nos contratos nem no abastecimento de petróleo. E essa era a cláusula pétrea da relação entre os dois países. Portanto sabemos o quanto é importante, nesse momento, consolidar o Mercosul, e a entrada da Venezuela, junto com as novas instituições, darão um salto de qualidade com muito mais garantias institucionais de construção da democracia e dos valores da integração do bloco, para uma convergência macroeconômica, por uma moeda única, para um futuro mais semelhante ao que a União Europeia construiu historicamente.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Pela ordem, Senhor Presidente. Pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Eu quero primeiro cumprimentar o Senador Mercadante, também por um artigo em nome de todo o grupo do Brasil, do Parlamento do Mercosul, foi encaminhado à imprensa defendendo exatamente a existência do Parlamento do Mercosul e a representação brasileira. Foi muito importante, não tive oportunidade de falar pessoalmente.

Senador Aloizio Mercadante (PT-SP): Queria agradecer, foi uma construção coletiva e agradecer à *Folha de São Paulo* que

publicou, hoje, o artigo mostrando o pluralismo do jornal e a abertura ao diálogo.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Perfeito. Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Senhor Presidente, é para registrar que considereei brilhante a exposição do Senador Mercadante, embora com muitos pontos de discordância, não me surpreende a renovação da sua fé democrática. Fiquei particularmente alegre por ele pregar a alternância de poder no Brasil.

Obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Perfeito. Isso está muito bem. Senador Eduardo Suplicy.

Senador Aloizio Mercadante (PT-SP): O que me impressiona é que eles ainda repitam esse tipo de discurso em relação a um partido e uma liderança que nasceu lutando contra a ditadura, pela democracia e pluralismo.

Por sinal, lá atrás em 78, quando Fernando Henrique Cardoso disputava o Senado, quem apoiou foi o Lula, exatamente porque naquela época tinha uma plataforma democrática mais radical, por isso, essa nossa identidade democrática é muito antiga e permanente.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Isso é verdade.

Eu só estranhei o fervor com que ele pregou a alternância. Mas ele achar natural alternância é uma coisa. Agora, o fervor que ele pregou me deixou particularmente cativo de sua excelência.

Senador Aloizio Mercadante (PT-SP): É verdade. Toda segurança na nossa candidata Dilma também.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Toda biografia do Presidente Fernando Henrique...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): ...Isso é garantia de um bom posto lá fora.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Toda biografia do Presidente Fernando Henrique se deve ao Presidente Lula. Quando o Montoro era o candidato tranquilo, natural, o Lula resolveu criar um grupo e foi com o Mario Covas à porta das fábricas, para as vilas operárias. Na verdade, foi ele quem criou a sublegenda que elegeu o nosso amigo Covas. Foi uma coisa até interessante. O Lula foi para a porta das fábricas com o Fernando Henrique, mas o Fernando Henrique ganhou em toda a classe média e alta. E o Montoro ganhou onde o Lula tinha andado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Senador Suplicy agora então.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Caro Ministro Celso Amorim, Embaixador Antônio José Ferreira Simões, governador José de Anchieta Júnior, Senhor Presidente da ABDI, Reginaldo Braga Arcuri. Quero agradecer, Senador Eduardo Azeredo, o seu carinho para com os meus filhos. Há poucos dias, diante de todo o noticiário das últimas semanas, meus filhos, como provavelmente os filhos de todos senadores perguntaram: “Pai, o que afinal vocês fazem no Senado, o que é o Senado?” E falei: “Olha, quem sabe vocês possam vir aqui um dia e saber como é que funcionamos, inclusive dialogar com alguns dos senadores.” É possível que eles formulem depois perguntas, mas é, por isso, que vieram aqui, para saber o que fazemos e quem sabe possam até transmitir ao povo brasileiro a seriedade do nosso trabalho, com a sua arte, a sua música...

E queria inclusive dizer que o Presidente Fernando Collor de Mello, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, promoveu uma audiência de extraordinária importância sobre a questão do Programa de Aceleração do Crescimento que, provavelmente, ainda está se desenrolando e fiquei preocupado. Achei que não iria assistir até o final. Felizmente ele está aqui.

Quero transmitir aqui agora ao Presidente Fernando Collor, hoje senador, e também aos senadores Tasso Jereissati, Arthur Virgílio e outros que manifestam dúvidas sobre o Mercosul, que pretendo persuadi-los a modificar seu ponto de vista. Gostaria de pontuar algumas questões ao querido Ministro Celso Amorim, que é testemunha do diálogo entre os presidentes das Américas, inclusive com o Presidente Barack Obama, em Trinidad e Tobago. Qual é as consequências da presença tão esperançosa do Presidente Barack Obama nessas relações entre nós, e para essa questão de conseguirmos aparar, superar as arestas que por vezes acontecem entre o Presidente Hugo Chávez e outros Governos aqui da América Latina?

Ao mesmo tempo, registro a interação entre o Presidente Barack Obama e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se já se dava bem com o Presidente George Walker Bush, em que pese as diferenças. Trata-se de uma relação harmoniosa e agradeceria muito ao chanceler se puder nos colocar um pouco mais sobre esse tema, porque, quando surgiram problemas políticos sérios, o Presidente Lula criou o Grupo dos Amigos da Venezuela, incluindo os Estados Unidos da América. Também gostaria de ouvir mais sobre os problema na Bolívia, com relação ao gás, ou na questão relativa ao Equador citados pelo e Senador Collor. Quanto aos desentendimentos entre Colômbia e Venezuela, acompanho os fatos de que a presença do Presidente Lula, do Ministro Celso Amorim, as suas iniciativas de apaziguar, de fazer superar os obstáculos são de extraordinária qualidade e com resultados positivos. Então, é nesse sentido que faço

um apelo aos contrários ao ingresso da Venezuela, para que possam retirar suas objeções.

Eu gostaria muito de aqui lhes perguntar também sobre a questão do Mercosul, em parte centralizada no livre comércio, mas que abrange questões relativas à livre circulação de pessoas. Gostaria de aproveitar e perguntar ao governador José de Anchieta Júnior, de Roraima, que aqui nos mostrou as fotos da fronteira Venezuela-Brasil, como está a circulação, até no que diz respeito às oportunidades de trabalho, de estudo, e assim por diante? Porque mais e mais a integração dos países latino-americanos se fortalecerá quando tivermos não apenas a livre circulação do capital, de bens e serviço, mas dos povos, como existe nos países da Europa.

Ao Presidente Reginaldo Braga Cury, gostaria muito de lhe perguntar do ponto de vista das consequências, se, porventura, o Senado Federal viesse a negar a autorização para a Venezuela. Quais seriam as consequências para as empresas brasileiras que estão, hoje, com a perspectiva de desenvolver ainda mais os seus investimentos e as suas relações de comércio com a Venezuela. O que é que poderia acontecer?

Eu gostaria de aproveitar, Ministro Celso Amorim, a sua presença, tendo em conta que vai acontecer algo de grande relevância internacional nos próximos dias, mas relacionado à questão Mercosul, Venezuela e Israel. Seria importante que possa nos expor a posição do Governo Brasileiro com respeito à visita próxima do Presidente Mahmoud Ahmadinejad, do Irã ao Brasil, tendo em conta a preocupação da comunidade israelita no Brasil. Inclusive, estive, domingo último, em uma caminhada que recordou o holocausto.

Aliás, vossa excelência, o Itamaraty e o Presidente Lula externaram a sua posição relativa às palavras do Presidente do Irã ali em Genebra há poucos dias, mas acredito que o Governo Brasileiro, que tem tanto se empenhado para a realização de paz ali no Oriente Médio, e temos como que uma vocação para estreitar, superar problemas, seja entre o Presidente Hugo Chávez e o Presidente Fernando Collor de Mello. Falei pessoalmente ao Presidente Hugo Chávez em cadeia nacional na televisão venezuelana, porque ele me deu o microfone numa palestra. Falei com respeito ao que o senhor falou sobre o Congresso brasileiro que poderia estar aqui sendo influenciado pelos Estados Unidos, eu quero lhe dizer: nós senadores e Deputados, praticamente todos, dissemos que éramos contrários, por exemplo, a que os Estados Unidos da América realizassem operação bélica no Iraque. Isso é um sinal de que não somos instrumentos do Governo dos Estados Unidos. E ele ouviu. E falei: “Mas aqui quero dizer, vou me empenhar para que a Venezuela possa, sim, ser membro do Mercosul, e quero lhe dizer isso, que se puder.”

Eu e o Senador Pedro Simon estávamos aqui na sessão de final de dezembro de 1992, quando votamos a suspensão dos direitos políticos do Presidente Collor por oito anos, mas no dia que ele aqui chegou, eleito pelo povo de Alagoas, disse: “Eu terei uma relação de respeito, de construção para com vossa excelência. Vossa excelência chegou aqui eleito diretamente pelo povo.” Ele me entendeu e temos, hoje, um excelente relacionamento. Senador Collor, quero persuadi-lo a votar a favor do ingresso da Venezuela no Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está ótimo. Obrigado, Senador Suplicy. Senador Pedro Simon e Senador Sérgio Guerra são os dois últimos senadores inscritos para encaminharmos para a parte final e concluir.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não tem mais ninguém?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Sérgio Guerra ainda, também.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): E como é que o senhor me colocou na frente dele? Desculpe, Guerra, desculpe.

Senhor Presidente, acho essa reunião muito mais importante do que a gente possa imaginar, e, às vezes, penso se há necessidade deste debate. Vejo pessoas a quem tenho o maior respeito, maior admiração, e que têm a maior credibilidade, inventando interrogações. É bom esse debate, é boa essa discussão, é boa essa demora, porque, cá entre nós, o Presidente venezuelano foi um pouco grosseiro com a gente. Esse comportamento corresponde ao que ele fez, mas com toda sinceridade, com todo respeito aos meus bravos colegas, não cogito a hipótese de rejeitarmos a entrada da Venezuela.

Acho que temos que analisar o contexto atual. A humanidade vive um momento novo. Repare essa crise, é a maior desde a última grande guerra. E a resposta diferente encontrada para enfrentá-la. Crises muito inferiores do que esta no Governo Bush, a do México, a da China, a da Argentina, tiveram um impacto muito maior. Porque hoje, os Estados Unidos continuam hegemônicos, têm força, mas não são mais o único centro de poder. A União Europeia é uma grande realidade. É fantástico aquele continente superar a herança de guerra e mais guerra. Quando vejo as discussões sobre a adesão da Venezuela, me pergunto como foram as negociações entre a França e a Alemanha na criação da Comunidade do Carvão e do Aço, gênese do atual bloco. Eram tantas divergências, tantos problemas, e, no entanto, se entenderam, se acertaram, e, hoje, a União Europeia é uma grande realidade.

Acho importante para o mundo que o diálogo dos Estados Unidos com a Europa passe pela União Europeia. É uma relação entre iguais. Vejam a China, com sua fantástica performance de desenvolvimento. E, nesse novo mundo, o Brasil se destaca, mas

temos que analisar essa posição dentro de um contexto. A América Latina não pode continuar nessa posição, me perdoe, ridícula, em que ela se encontra. Um continente sem credibilidade, sem respeito, sem a mínima integração por parte de seus países.

Concordo quando vejo o representante do Amazonas dizer “mas o Mercosul tem que ir lá para o Norte. Não pode ficar no Sul.” É verdade, mas temos que lembrar, e o Presidente Collor sabe disso, por que começou no sul. Porque a grande rivalidade na América do Sul era entre Brasil e Argentina. Achava-se, ao longo do tempo, que era inevitável uma guerra entre os dois países. E isso se repetia, se repetia, se repetia.

Sou lá do Rio Grande do Sul. Metade do Exército Brasileiro ao longo da história, estive na fronteira com a Argentina. Nós temos uma cidade, Alegrete, que tinha três quartéis do Exército. Uma cidade, como Santiago, tinha seis. Metade do contingente da Argentina e do Brasil estava na fronteira dos dois países. O trem, na maioria dos estados brasileiros, é de bitola larga. As ferrovias argentinas e uruguaias usam bitola larga. No Rio Grande do Sul é de bitola estreita, para evitar que eles usassem nossas linhas se invadissem o Brasil. Até hoje, o Rio Grande do Sul paga um preço muito caro. Aquela região, a mais rica do Rio Grande do Sul, uma das mais ricas do Brasil na região de fronteira, hoje vive triste, com a população reduzida pela metade.

Um gaúcho, o Presidente Getúlio Vargas, na década de 1930, proibiu a instalação de indústrias naquela região, e até, hoje, estão proibidas. Uruguaiana, que durante um século, foi a maior produtora de lã do mundo não podia nem fazer lavagem da sua lã. Enviava para São Paulo. Fazia parte do Governo, quando houve um debate para uma mudança, mas veio a Revolução de 1964 e a ditadura...

Não há dúvida que o Itamaraty funcionou muito bem na ditadura. Teve categoria, teve autoridade para ter sua vida própria. Aproximou-se da África, mas isso não se refletiu na América Latina. Durante aquele regime, o entendimento entre Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai, era feito por meio dos ministros militares promovendo a tortura e a violência. Quando o Presidente Sarney assumiu, começamos a olhar para a América Latina. Aí começamos o diálogo com a Argentina. Papel importante teve o Presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, porque ele fez o trabalho de ligação. O Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, era uma bela pessoa, mas muito seco, muito duro. O Chanceler Dante Caputo, então, meu Deus do céu.

Então, o Uruguai fez esse espetacular trabalho de ligação. E saiu o acordo que formou o Mercosul. Para nós era importante que viesse o Chile, e o Chile na sua vaidade, porque estávamos muito mal e eles tinham uma economia de padrão de primeiro mundo, não quis.

Preferiu fazer um acordo isolado com os Estados Unidos, que, digase de passagem, boicotou o bloco sul-americano desde o início.

Os Estados Unidos tentaram evitar que o novo bloco se consolidasse, por meio de acordos bilaterais com a Argentina, com o Uruguai... Até ontem estavam querendo fazer um acordo bilateral com o Uruguai, oferecendo mil vantagens nesse sentido. É o que pior poderia acontecer. Vamos falar claro. Olhemos para o território da América do Sul. Terras agricultáveis, a maior reserva do mundo. Água doce, a maior reserva do mundo. Um povo pacífico e que não radicaliza. No entanto, os piores padrões de vida estão em nosso subcontinente, e temos que mudar isso.

E graças a Deus o Brasil não pensa em mudar. Aliás, é lindo de ver, Embaixador, é lindo de ver o Brasil falar devagarzinho. Afirmam que somos imperialistas, enfrentando o companheiro Mercadante que tem uma brilhante atuação como Presidente da nossa delegação no Parlamento do Mercosul. Aliás, fez dois pronunciamentos de muita categoria em uma dessas reuniões em que delegação do Paraguai revezou representantes, um atrás do outro, demolindo o Brasil. Nós éramos os imperialistas, nós estávamos esmagando o Paraguai. E a delegação brasileira, com todos os partidos, procurando debater e dialogar.

Eu até falei: Sempre contra a construção da hidrelétrica de Itaipu. Se dependesse de mim ela não teria saído. Fiz vários pronunciamentos nesse sentido. Por que construí-la? Para ter um motivo para brigas? Vai ser uma guerra permanente entre Brasil e Paraguai. Era fácil imaginar que isso iria acontecer.

Gastamos praticamente o dobro do previsto, mas a ditadura militar queria fazer a maior hidrelétrica do mundo. Então, fizemos. Alagamos o dobro da área, metade do Paraguai, e podíamos ter construído, sem inundar as Cataratas de Sete Quedas, muito mais barato e do nosso jeito. Nós suportamos isso com grandeza. Não fui à reunião em Assunção porque não pude pagar a passagem da minha mulher. É, vocês riem da pobreza dos outros, mas não vejo graça. Parece que sou o pé-frio, porque aprovaram a integração e a criação do Mercosul. Agora, temos a obrigação de levá-lo adiante.

O Mercadante disse, com absoluta correção, que o Pacto Andino perdeu sua razão. Temos que integrar a América Latina, e parece que o Presidente Barack Obama tem uma grande visão nesse sentido, não é como o ex-Presidente George W. Bush, que tentava impor, de qualquer maneira, a Alca. E cumprimento o Governo Brasileiro que, com muita categoria decidiu: “Não, não aceitamos.” E acho que está certo. Vou falar com toda sinceridade. O Brasil vive o seu maior momento em nível internacional. A atuação de vossa excelência e do Presidente foi excepcional. Todo mundo sabe que foi graças ao trabalho de vossa excelência e do

Presidente Lula, conversando com o Presidente da Venezuela, que se superou aquela crise.

Agora, com todo respeito aos meus amigos do Senado, acho que está certo levantar essa questão, debater, discutir, cobrar para que o Presidente da Venezuela entenda que é importante. Agora, vou ser sincero, não me passa pela cabeça votarmos contra. Porque se votarmos contra, a integração implodirá.

A Venezuela vai querer ampliar o Pacto Bolivariano. Temos que fazer o que estamos fazendo, mas sou absolutamente favorável à integração. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Então, vamos ouvir o Senador Sérgio Guerra, que é o último Senador, para depois podermos ouvir o Ministro.

Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE): Presidente, vou falar rapidamente. Primeiro para destacar esta reunião presidida pelo Senador Eduardo Azeredo, com a presença do Ministro Celso Amorim, do Embaixador, do governador Anchieta, do Doutor Reginaldo. Nesse momento em que o Senado é visto diariamente de forma absolutamente negativa para as instituições, no plural, era importante que essa reunião tivesse um reconhecimento.

Finalmente, não estamos tratando de uma questão simples, estamos tratando questão complexa, necessariamente polêmica, e o tratamento se dá num padrão de elevada responsabilidade e competência. O trabalho das comissões é um pedaço grande da rotina do Congresso Brasileiro, e que não aparece. Esse tipo de atuação é muito importante no Senado e não se destaca. O importante é que ela tenha foco também. Que a imprensa tenha capacidade de divulgar com a devida relevância, porque é uma notícia: Congresso Brasileiro examina com o Ministro das Relações Exteriores a questão do ingresso da Venezuela no Mercosul.

Será que isso não devia ser relevante do ponto de vista público? Não devia estar nos jornais brasileiros de uma maneira geral e da forma como a discussão se dá aqui hoje? Isso faz parte das dificuldades que atravessamos aqui, de homens públicos e que, como homens públicos, têm que necessariamente estar submetidos à transparência, à divulgação de suas atividades, e que não aparece, ou aparece timidamente.

Isso equilibraria muito a visão que se tem do Congresso e fortaleceria muito as instituições. Porque não é apenas esta reunião, que fazemos hoje, que vale a pena. Fazemos várias reuniões como essas, e elas valem a pena e não ganham o devido reconhecimento.

Não é verdade que nós do PSDB tenhamos uma ação partidária nesse episódio. A questão está acima dos partidos, não quer dizer que



esteja acima da política, mas está acima dos partidos. E é, assim, que vemos essa questão do ingresso da Venezuela no Mercosul.

Temos preocupações de curto, médio e longo prazo. E que a discussão não seja apenas sobre a personalidade do Presidente da Venezuela – por mais longo e por mais Presidente que seja graças a mandatos sucessivos –, mas com a Venezuela, os interesses venezuelanos, interesses latino-americanos e os interesses brasileiros. Não vamos nos afastar disso.

Desde que recebemos a visita do Embaixador do Brasil na Venezuela, que essa posição foi afirmada por todos nós. E estará confirmada nesse aspecto pelo relatório do Senador Tasso Jereissati. É um relatório que será técnico, será prudente, será político, mas que estará seguramente muito acima de eventuais discordâncias partidárias.

E como a discussão de hoje, está acima dessas discordâncias. As questões do Mercosul demandam ampla discussão. Nossas relações com a Argentina não são fáceis. Nossos negócios vivem momentos turbulentos, e é preciso estabilidade no sentido mais

geral. É preciso tranquilidade, é preciso uma diplomacia no padrão a que se referiu o Senador Pedro Simon. Um padrão construtivo, discreto, necessariamente amplo, responsável, que não ceda à atração da notícia pela notícia, da propaganda pela propaganda, e que tenha a capacidade de impor de maneira absolutamente tranquila uma ação latino-americana e uma ação brasileira que seja vista como ação de equilíbrio, e que faça jus ao tamanho, à responsabilidade e ao valor dos brasileiros e da política do Brasil.

Eu tenho bastante preocupação com a Venezuela e com alguns episódios que envolvem essa relação, que é muito complexa, embora, evidentemente, bastante favorável ao Brasil. Eu próprio sou testemunha. Sou Senador por Pernambuco, e há muitos anos, fomos à Venezuela com o atual governador de hoje, Eduardo Campos, na expectativa de obter uma refinaria de petróleo para Pernambuco. Havia uma disputa aqui entre vários Estados do Nordeste, o Ceará era um deles, a Bahia também, outros estados que se colocavam, o Rio Grande do Norte.

E essa disputa nunca era resolvida. E desde aquele tempo que alguém teve a ideia de que a incorporação da PDVSA no episódio

podia representar uma vantagem relativa para o Estado que tivesse capacidade de fazê-lo. Nós fomos lá e encontramos uma empresa complexa, grande, enorme e de elevada competência.

Muito tempo depois, essa questão volta, já no mandato do Presidente Lula, e é anunciado um acordo de cooperação que envolve Petrobras e o Governo da Venezuela via PDVSA. O histórico desse episódio é deplorável. PDVSA “entrou” no projeto, entre aspas, “anunciou” o projeto, entre aspas, deu nome à refinaria. O Presidente Chávez esteve no seu lançamento, fez um longo discurso, e a Petrobras continuou sozinha, graças ao empenho do Presidente Lula.

Há cerca de um mês, estive na Petrobras para tratar de outros assuntos, mas ouvi de vários funcionários uma narrativa absolutamente negativa sobre o relacionamento com a PDVSA. Os compromissos não são honrados, os prazos são vencidos, exigências descabidas são lançadas, e o argumento que sempre sobra para a manutenção desse acordo – que tenho convicção, a Petrobras não deseja – é o argumento de que temos relações comerciais e políticas bastante boas com a Venezuela, e que, portanto, é preferível superar a turbulência gerada pelo projeto pernambucano.

Ora, o projeto pernambucano ganhou evidência por conta de uma operação da Polícia Federal e de relatórios do Tribunal de Contas da União. E não tem consistência do lado do Governo da Venezuela e da PDVSA. A PDVSA foi, e continua sendo, um parceiro negativo no desenvolvimento do projeto da refinaria de Pernambuco. Não sei se outras situações se apresentam da mesma forma, mas essa nós conhecemos objetivamente.

Temos depoimentos de gente da Petrobras que comprovam que a PDVSA perdeu a qualidade que tinha antes. A empresa está cada vez mais desorganizada, sofre influência política desagregadora, desestruturante e que perdeu eficácia. Esse é um episódio concreto da relação entre o Brasil e a Venezuela. A construção de uma refinaria no Nordeste do Brasil, que o Presidente Lula já inaugurou, e a Ministra Dilma já inaugurou, e o Presidente Lula já inaugurou, e a Ministra Dilma inaugurou de novo. Então, é um episódio que devia nos preocupar e que está relacionado com o que discutimos hoje.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Sérgio Guerra. Ministro Celso Amorim.

Senhor Ministro Celso Amorim: Obrigado, Presidente. Muito obrigado, senadores. Em primeiro lugar, queria dizer que para mim, ecoando um pouco as palavras iniciais do Senador Sérgio Guerra, é, para mim, uma honra muito especial participar deste debate.

Eu não acho que seja impossível – nosso Embaixador

poderá dizer melhor do que eu – que o Presidente Chávez esteja acompanhando todas as intervenções. Porque é hábito dele. Senão, o Chanceler fará um relato, porque, muitas vezes, ouvi dele referências a outros debates em que estive envolvido. E acho que é motivo de orgulho, para nós brasileiros, e orgulho para mim, que represento o Brasil, que haja um debate dessa natureza.

Eu anotei aqui que pelo menos doze senadores falaram (sem contar pequenas trocas de opiniões logo no início da sessão). Doze senadores falaram, além de todos que estiveram presentes. Falaram substantivamente. Acho que isso é de grande importância, demonstra como as ações de política externa são acompanhadas pelo Senado Brasileiro, pelo Congresso Brasileiro, como deve ser. Ao contrário do que alguns possam pensar, isso não é motivo de enfraquecimento, isso é motivo de força para quem representa o país no exterior, porque mostra claramente como são tomadas as decisões.

Um Governo mais autocrático, como durante o Regime Militar, as decisões eram rapidamente tomadas, mas não tinham a força da representatividade que têm as decisões que são fruto de um debate como este, do qual estou tendo a honra de participar.

Foram muitas intervenções, realmente. Às três primeiras, eu já me referi. Várias das que foram feitas depois, como as do Senador Cristovam Buarque e do Senador Inácio Arruda, tocaram pontos já mencionados. Cabe-me agradecer a contribuição que deu o Senador Mercadante, que, de certa maneira, nos trouxe elementos novos em relação à discussão no Parlamento do Mercosul, mas, de modo geral, foram argumentos na mesma linha dos anteriores.

Então, vou procurar responder, para não tomar tempo exagerado, aquelas que realmente me parecem indagações, algumas explícitas e outras implícitas, e tentar tratá-las sem, necessariamente, seguir uma ordem lógica. Vou tentar responder o máximo que puder. Se houver alguma coisa que esteja faltando, por favor, estarei pronto a elucidar.

A primeira pergunta que me ocorre, porque foi muito mencionada direta ou indiretamente, parte de uma constatação curiosa: de que a Venezuela é um importantíssimo parceiro para o Brasil, mas ela é muito importante e vai continuar a ser com Mercosul ou sem Mercosul. Eu não posso dizer com certeza quanto o Brasil vai ganhar com cada desgravação tarifária, mas certamente o Brasil perderá se não houver uma rápida, naturalmente refletida, aprovação do acordo com o Mercosul.

Até porque muitas decisões são tomadas, como já disse em outros casos, com presença de Estado, com presença de empresas estatais e um bom relacionamento com o Brasil vai ajudar a preservar o que existe de positivo. O total de negócios de empresas brasileiras, hoje, na Venezuela é muito grande. Apenas na área de construções, e

são várias, chega a US\$ 15 bilhões.

Calculamos em cerca de US\$ 3 bilhões o total de investimentos brasileiros. Não são dados de Banco Central, que sempre subestimam a realidade, até porque há investimentos feitos por empresas que já estão no exterior. Atuamos em diversos setores como, naturalmente, o de construção, siderurgia, alimentos e os investimentos brasileiros tenderão a se multiplicar na medida em que projetos da área industrial, que estão sendo levados pela ABDI venham a frutificar.

Pode-se perguntar: mas tudo isso não ocorreria sem Mercosul? Eu não sei dizer. Pela letra do Mercosul, você poderia até dizer que talvez sim, mas pelo espírito do Mercosul, não. E é o que vemos em relação ao comércio com outros países da América do Sul. Como disse no início dessa apresentação, o aumento do nosso comércio com os países da América do Sul, em geral, foi muito mais rápido do que o ritmo da desgravação poderia permitir imaginar. Até porque os empresários olham o que os Governos estão fazendo, onde terão apoio, e os empresários brasileiros não têm, em geral, tido queixas.

Eu aproveito para mencionar a questão mencionada, também pelo Senador e querido amigo Arthur Virgílio, sobre o câmbio. A única queixa que ouço dos empresários brasileiros em relação à Venezuela é que há lá um sistema de controle de câmbio centralizado. Em geral são pagos, mas há demoras etc.

Eu não sei posso assumir compromissos que não fazem parte do Mercosul no *stricto sensu*, mas não é impensável que, com o ingresso da Venezuela, possamos pleitear algo especial mesmo que se mantenha um sistema de câmbio favorecido. O próprio Presidente Chávez tem falado que quer aderir ao sistema de moeda local, como usamos com a Argentina. Isso naturalmente criará uma preferência para os países do Mercosul, ainda que não esteja escrito em nenhum lugar.

Há muitas coisas que vêm daí. O Mercosul não previa, Presidente Collor, que transacionássemos em moeda local, mas evoluiu para isso no caso da Argentina. Está evoluindo, porque está muito no começo ainda. Então, são coisas que decorrem do próprio convívio entre os países e da própria integração econômica.

O Presidente Collor mencionou a questão da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Também me honra, Presidente Collor, ter rubricado os acordos que resultaram no acordo que vossa excelência assinou em Viena. Se não me engano, eu já Embaixador em Genebra, mas rubriquei o acordo com a Argentina e me recordo de ter escrito o telegrama que dizia em estilo itamaratyano: “É com imensa satisfação que comunico a vossa excelência que concluímos a negociação para o acordo de contabilidade e controle de material nuclear”, que possibilitou nosso acordo com a agência atômica.

A Venezuela é membro de todos os tratados que dizem respeito à disseminação de armas de destruição em massa. E também aceitou a declaração de Ushuaia, que também trata do tema. Então, ter esses países no Mercosul é uma garantia adicional de que nada leviano ocorrerá nesse campo. É uma garantia adicional dada pela proximidade com o Mercosul.

Alguém falou – creio que foi o Senador Arthur Virgílio – sobre a proximidade do Presidente Chávez com o Presidente Lula. Eu seria mais amplo, eu diria a proximidade do Presidente Chávez com o Brasil, porque na minha última conversa com chefe de Estado venezuelano, eu não estou dizendo isso agora para influenciar ninguém, ele teve palavras muito simpáticas a respeito do Presidente Fernando Henrique, que o ajudou muito em momentos que ele se sentia...

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Permite, Ministro. Eu falava exatamente disso. Eu nomeiei o Presidente porque eu sinto que o Brasil, hoje, seria um ponto de equilíbrio.

Senhor Ministro Celso Amorim: Exatamente.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Vejo isso como relevante. Não é determinante para que eu me convença, mas eu vejo como ponto relevante.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): E o golpe que o derrubou foi durante o Governo Fernando Henrique.

Senhor Ministro Celso Amorim: E o Presidente Chávez é muito grato à ação do Brasil e do Presidente Fernando Henrique. Eu quero, tomando o que vossa excelência disse, ir mais longe. Sem dúvida, o Presidente Lula é um ponto de equilíbrio e tem atuado com persuasão, sem interferir em assuntos internos, o que é uma característica do Brasil. Isso continuará a ocorrer, quem quer que seja o futuro presidente do Brasil e quem quer que seja o futuro presidente da Venezuela.

E eu queria colocar um ponto mencionado, que eu acho de extrema importância, pelo Senador Pedro Simon e pelo Senador Mercadante. A resposta para a crise é a integração. O Brasil só é forte no mundo. Somos um país grande, naturalmente, mas ganhamos força no mundo porque somos capazes de integrar nossa região e de diluir conflitos.

Uma reportagem recente da revista *Newsweek* lembra que, quando há um conflito na região, o Brasil não manda tropas, envia sua equipe de diplomatas, seus advogados, seus políticos e consegue evitar que a situação difícil na Bolívia evoluísse para uma guerra civil. Consegue evitar que o problema entre a Colômbia, o Equador e a Venezuela descambasse de uma maneira muito grave. Em suma, é nesse processo de integração que temos trabalhado.

Tenho a percepção de que a integração da América Latina

tem que começar pela América do Sul, porque é a nossa região mais próxima, é onde temos mais capacidade de influência. Temos uma oportunidade única. Quando o Presidente Itamar Franco quis lançar a área de livre comércio sul-americana, não havia receptividade, porque todos os países da América do Sul estavam exclusivamente voltados para Estados Unidos e Europa.

Se agora temos a chance, devemos aproveitar, e, naturalmente, a entrada para o Mercosul é o ponto mais importante. O Senador Casagrande e o Senador Sérgio Guerra mencionaram a questão da refinaria. Bom, primeiro, quero dizer que essa é uma questão paralela, que independe da entrada ou não no Mercosul. Senador, as companhias de petróleo são muito poderosas e têm a sua lógica própria. Isso é verdade no Brasil, é verdade na Venezuela. Eu não creio, de qualquer maneira, que as tratativas com a Venezuela vão de qualquer forma impedir, dificultar ou mesmo atrasar a construção da refinaria em Pernambuco, à qual o Presidente Lula está muito comprometido.

Seria muito positivo para o futuro uma parceria com a Venezuela e com outros países na área de energia. A Petrobras tem se mostrado claramente a favor, de modo que isso não será um impedimento. Tenho consciência dessas dificuldades, claro. Quando você pergunta aos venezuelanos, eles contam uma história dizendo que a dificuldade vem de cá. Naturalmente, eu tendo a crer nos brasileiros, até porque sou brasileiro, mas isso não será um impedimento.

Eu creio que a Petrobras continua com interesse, por exemplo, em comprar gás na Venezuela, que é algo mais factível, mais viável em curto prazo, mas a refinaria não será afetada. Não há nenhuma doutrina política ou ideológica que vai nos afastar do que interessa mais ao Brasil. A própria integração com a Bolívia, iniciada em Governo anterior, não nos impede de procurar diversificar nossos fornecedores de gás, que é o que temos feito ultimamente. Então, acho que isso aí não há dúvida.

Se pudermos fazer uma parceria, será ótimo. Se não der certo, vamos esperar, no futuro, ver para onde essas coisas caminham e isso naturalmente tenderia a fortalecer a América do Sul, mas não faremos nada que contrarie o interesse do Brasil, e especificamente da Petrobras.

A questão que foi levantada, creio, pelo Senador Arthur Virgílio, sobre a busca de consenso para tomar decisões. A mudança na União Europeia ocorreu com o tempo. À medida que as organizações, que esses grupamentos crescem, seu processo de decisão vai mudando. Aliás, uma das dificuldades em relação à aprovação do Tratado de Lisboa é porque ele tem regras novas para a tomada de decisão.

Eu não sei ainda o que ocorrerá para o futuro. O fato é que não

antevejo uma situação em que a Venezuela possa querer vetar, porque tudo se baseia na realidade. Ninguém pode usar o poder formal de uma maneira totalmente desligada da realidade. Eu não antevejo uma situação em que a Venezuela pudesse vetar um acordo, por exemplo, entre o Mercosul e a União Europeia. O máximo que ela vai poder fazer é querer se colocar à margem.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Ministro, mas não é mais justo ter as regras? Por que... Aí com as regras independe das suposições.

Senhor Ministro Celso Amorim: Sim, evidentemente, agora, mudar a regra do consenso é algo que se poderá refletir. Há outras situações, no passado também, que países queriam fazer acordo de livre comércio separadamente e que não puderam fazer por causa da influência do Brasil e de outros. São questões delicadas que temos que examinar, mas acho que é uma questão que, seguramente, não causará empecilho.

Antes, foi feita uma observação com relação à saída da Venezuela da Comunidade Andina, e isso foi colocado de uma maneira crítica. Nosso ideal é fazer uma integração do Mercosul como um todo. Há diferenças, porque alguns países da Comunidade Andina já têm acordos de livre comércio com grandes potências e isso dificulta a adoção de Tarifa Externa Comum, por isso, inventamos a Unasul, uma maneira de ter acordo de livre comércio entre nós, reconhecendo que há diferenças por ora, pelo menos, de política comercial.

A saída da Venezuela da Comunidade Andina, na realidade, não vou justificar nem dizer que é certo nem errado, porque não me cabe, é decorrente de acordos de livre comércio assinados, pelos países integrantes, em separado com os Estados Unidos. Ela deixou de existir como união aduaneira. Persiste como projeto político e tem muitos méritos num processo de integração, foi a primeira a criar um Parlamento...

Senador Aloizio Mercadante (PT-SP): O Parlamento Andino tem 30 anos.

Senhor Ministro Celso Amorim: Pois é. Tem muitos méritos. Teve uma política industrial comum etc., mas não se pode atribuir só ao Presidente Chávez. Não foi uma veleidade, foi decorrência de uma discrepância de políticas comerciais muito grandes entre os países. Ele não queria fazer esse acordo, os outros resolveram fazer, a despeito de haver a Tarifa Externa Comum, então foi uma situação que se criou.

Alguém mencionou aqui a questão também dos avanços políticos na Venezuela e em relação ao passado. Eu, naturalmente, como Ministro do Exterior, não posso entrar em detalhes sobre certos assuntos, mas visitei a Venezuela em várias ocasiões, antes de integrar

o Governo Lula, em uma delas inclusive como Ministro. Numa ocasião, não era o Chávez que estava no poder, fiquei constrangido com uma conversa que ocorreu na nossa Embaixada. Até falei com o nosso Embaixador: “Vamos parar por aqui.” Era um grupo de empresários e, de repente, comecei a ouvir uma conspiração contra o Governo.

Havia uma atitude nada positiva em relação às instituições. O Senador Otávio Mangabeira dizia que a democracia é planta tenra, temos que regá-la todos os dias, e aí confio na opinião do Senador Arthur Virgílio: a proximidade do Mercosul nos ajudará a manter a democracia venezuelana.

Queria agradecer as palavras de outros senadores, não vou ser justo, porque não posso mencionar todos, mas agradeço as palavras entusiasmadas do Senador Pedro Simon e outros. Houve uma pergunta sobre dois outros temas diferentes, do Senador Suplicy, mas com a sua permissão vou ser relativamente rápido.

Com relação às atitudes do Presidente Obama, claro que elas representaram outro estilo. E dizia antes, o estilo é o homem. E o estilo acaba passando para o país, para a imagem externa do país. E a imagem que o Presidente Obama transmite é de abertura, de diálogo.

Eu diria até que algumas declarações do Presidente Obama me lembram algumas ideias do Presidente Lula, num outro estilo, uma vez que os *backgrounds* são diferentes. Existe seriedade de refletir diante do interlocutor. Não vem com respostinha pronta, aquilo que o Departamento de Estado ou o Departamento de Defesa preparou antes. Ele reflete, ele fala, ele interage. Testemunhei isso na reunião da Unasul com o Presidente Obama. É algo muito positivo e isso um fator fundamental. Agora, o fato de o Presidente Chávez ter percebido que há uma mudança, também é um fato positivo que temos que reconhecer e estimular.

O Brasil podia até ter uma atitude egoísta e dizer: “Não, nós não queremos que a Venezuela tenha boa relação com os Estados Unidos. Que enquanto isso eles ficam comprando aqui de nós em vez de comprar dos americanos.” Não, queremos que a Venezuela tenha uma boa relação com os Estados Unidos. Na medida em que os Estados Unidos também reciproquem, porque isso terá um reflexo de distensão na região e na própria Venezuela. E achamos que as coisas estão encaminhadas nesse sentido.

Na realidade, o único problema que a gente teve na nossa relação com a Venezuela durante esses anos não foram originados por ela. Não conseguimos vender aviões da Embraer para a Venezuela porque havia uma restrição dos Estados Unidos, porque eles contêm aviônicos avançados que não podem ser repassados para alguns países. Espero que a boa relação do Presidente Obama com o Presidente Chávez permita vencer esse obstáculo e que eles comprem Super

Tucanos em vez de buscar aviões em outras partes do mundo, mais longínquas. Quem sabe se alguém do Departamento de Estado alguém estiver ouvindo isso possa se transformar em realidade.

Então, é isso que desejamos, esse é o espírito que temos trabalhado e queria mais uma vez dizer que...

Senador Aloizio Mercadante (PT-SP): Pena que no Senado não haja...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Nessa área da aviação, mas em nas outras áreas a situação foi mais complicada.

Senhor Ministro Celso Amorim: Eu vou deixar esse debate aqui...

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): O Irã...

Senhor Ministro Celso Amorim: Muito bem. Com relação ao Irã, eu até me disponho, Senador, a vir aqui outra vez para conversarmos sobre Irã, Oriente Médio, porque isso é uma outra. Eu só queria dizer o seguinte, primeiro, temos que ter diálogo. Aliás, não é só o Brasil que sabe da necessidade de se dialogar com o Irã. Uma das primeiras coisas que o Presidente Obama fez foi mandar um vídeo para o povo da República Islâmica do Irã, propondo uma abertura, estendendo a mão etc. Não cabe ao Brasil ter atitudes mais rígidas.

Segundo, isso não nos impede de expressar a nossa opinião, crítica, às declarações do Presidente Ahmadinejad em Genebra. Isso foi feito por uma nota oficial do Itamaraty, em que não só relembramos nossa posição em relação ao holocausto, mas também dissemos que aproveitaríamos a visita para transmitir as nossas opiniões, não só sobre isso, mas sobre a questão dos dois Estados.

Agora, não quero falar de Oriente Médio aqui porque é uma situação muito complexa. Os dois lados precisam aceitar a ideia dos dois Estados, mas, claramente somos a favor da integridade do Estado de Israel. Que o Estado de Israel viva em segurança, mas que também dialogue e reconheça os palestinos, termine os assentamentos, enfim, tudo mais que vossa excelência conhece.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Está ótimo, muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito obrigado Ministro Celso Amorim. O Ministro tem que se retirar para uma viagem. O Embaixador ainda permanece enquanto ouvimos as palavras finais do governador José de Anchieta Júnior.

Governador José de Anchieta Júnior (PSDB-RR): Bom, respondendo ao Senador Suplicy, a integração existe na fronteira entre o Estado de Roraima e o Estado de Bolívar, muito mais pela vontade dos dois governadores, porque nos últimos três anos fizemos sete encontros, onde levamos secretários de Estado para discutirmos



essa situação. E no dia 8, teremos o 8º Encontro na cidade de Puerto Ordaz. Há um intercâmbio de conhecimento, na agricultura. A Embrapa, hoje, trabalha com consultoria na Venezuela. Existe integração de projetos na área de educação. Estamos buscando o reconhecimento de cursos ministrados na fronteira, para que jovens tenham reconhecimento profissional na Venezuela e no Brasil.

Na questão da segurança, militares da Venezuela realizam treinamentos na Academia de Polícia Integrada do Estado de Roraima. Nossos policiais militares vão à Venezuela para se inteirar das questões de segurança de fronteira. O turismo é o forte, mas ainda há alguns empecilhos em função da burocracia, e aí não depende de Roraima e Bolívar, depende de Brasília e Caracas, daí a necessidade dessa luta incansável. Idem também para a questão comercial.

Então, há uma integração que poderia aprimorar e crescer muito mais se houvesse a inserção da Venezuela no Mercosul. Queria agradecer o convite. Acredito que esse debate democrático foi muito bom. Saio daqui tranquilo pelo que ouvi e acho que a entrada da Venezuela no Mercosul será aprovada. Não teremos problema em

função dos pontos aqui tratados de maneira clara e objetiva. Concluo minhas palavras agradecendo e dizendo que Roraima não pode mais ser prejudicada em função de questões nacionais. Há um ano, começávamos uma luta em função da questão indígena. Hoje, dia 30 de abril, expira o prazo da retirada dos não índios da Reserva Raposa Serra do Sol.

Vou convocar, num futuro próximo, a imprensa e o Senado para que possam ver o zoológico humano que está sendo criado para aquelas comunidades indígenas. E tenho certeza que não é isso que a sociedade brasileira queria para os irmãos índios de Roraima. Hoje se expira o prazo, não teve resistência, a não ser a de um arrozeiro. O povo, pacificamente, está deixando a Raposa Serra do Sol. E não quero mais do que seis meses para que poder provar ao Brasil o crime que se cometeu contra o estado de Roraima e o Estado Brasileiro. Porque não acredito que demarcações daquela dimensão sejam salutares para o desenvolvimento do nosso país.

Obrigado, Presidente, são essas minhas considerações finais.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado governador José Anchieta. Eu quero só agradecer ao Doutor Reginaldo Arcuri, Presidente da ABDI, que teve a compreensão de entender a riqueza do debate, que não propiciou que pudéssemos ter uma explanação maior, tanto do Doutor Reginaldo quanto do Embaixador. Ele poderá levantar alguma questão mais relevante em suas palavras finais...

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Presidente, apenas um registro. Queria elogiar, na frente do Ministro Celso Amorim, a competência da atuação do Embaixador Antônio José Simões, a dedicação, a aplicação e a extrema competência com que ele argumentou a cada um dos senadores. Eu não podia deixar de fazer esse registro.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Conseguiu estar com todos os 81 senadores. Com a palavra, doutor Reginaldo...

Senhor Reginaldo Braga: Obrigado, Presidente. Queria aproveitar para responder a questão que foi colocada pelo Senador Suplicy. É claro que para investimentos o grau de segurança jurídica é determinante, não só para a decisão de fazê-los, mas principalmente para mantê-los e ampliá-los. No caso da Venezuela, sendo muito rápido, temos grandes investimentos sendo feitos: o grupo Gerdau comprou uma siderúrgica, o grupo Andrade Gutierrez está fazendo um estaleiro, o grupo Braskem está construindo um pólo petroquímico. Ao mesmo tempo, em função do projeto que a ABDI está envolvendo com a Venezuela, selecionamos por edital público 22 empresas brasileiras médias e pequenas para fornecer os equipamentos que o Ministro Celso Amorim mencionou, e quatro empresas que estão interessadas em se associar no projeto de construção de fábricas do Estado venezuelano.



“Se a Venezuela ingressar no Mercosul, aumenta o grau de segurança jurídica e isso fará com que as relações econômicas sejam baseadas numa interdependência baseada na produção...”

(Reginaldo Braga Arcuri, presidente da ABDI)

Portanto, se a Venezuela ingressar no Mercosul, aumenta muito o grau de segurança jurídica para os investidores brasileiros e amplia muito a capacidade que teremos de incentivar outros a irem à Venezuela. E isso gerará, espera-se, o objetivo final desse processo no qual estamos envolvidos: fazer com que as relações econômicas sejam baseadas não apenas no comércio, mas numa interdependência baseada na produção.

Obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Doutor Reginaldo, que foi Secretário de Indústria e Comércio de Minas, um grande secretário, que, agora, está emprestado ao Governo Federal. Embaixador Antônio Ferreira Simões.

Embaixador Antônio José Ferreira Simões: Meu caro Presidente, senhores senadores. Eu gostaria de mencionar duas coisas. Primeiro, ressaltar o exposto pelo Senador Sérgio Guerra. É extremamente importante um debate como este, dentro de suas funções constitucionais. É muito importante que a sociedade brasileira veja a discussão democrática dos diversos lados da matéria, ouvir os argumentos, discutir questões de Estado. Tenho orgulho de ser brasileiro e de estar aqui participando desse processo. Nessas quase três semanas que passei aqui, falando com os 81 senadores, um a um, pude oferecer um pouco de informação sobre a Venezuela. Há muita desinformação sobre o país.

Acompanho os jornais, mas nunca aparece escrito que o maior superávit da balança comercial brasileira é com a Venezuela. Isso não está no radar. O jornalista brasileiro está sintonizado às com outras preocupações. Não é culpa de ninguém, mas não aparece. Então, isso faz parte do papel de um embaixador, mostrar, não só o que há de interesse brasileiro, mas também o que está acontecendo no país. Aprendi muito nessas três semanas de conversas. O Senado é o Brasil real. Isso é muito importante.

Um representante do Brasil no exterior não pode apenas frequentar coquetel. Ele tem que ficar sintonizado com o país, e para ficar sintonizado com o país, necessita ter contato com os representantes do povo. Isso é uma coisa extremamente importante, foi uma missão que o Ministro me deu, mas foi uma missão que tive a sorte de ter, para estabelecer esse contato, o que fortalece minha missão na Venezuela. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado,

Embaixador. Quero, portanto, agradecer a todos que aqui compareceram. Foram 25 senhores senadores que estiveram presentes. Está encerrada a sessão.



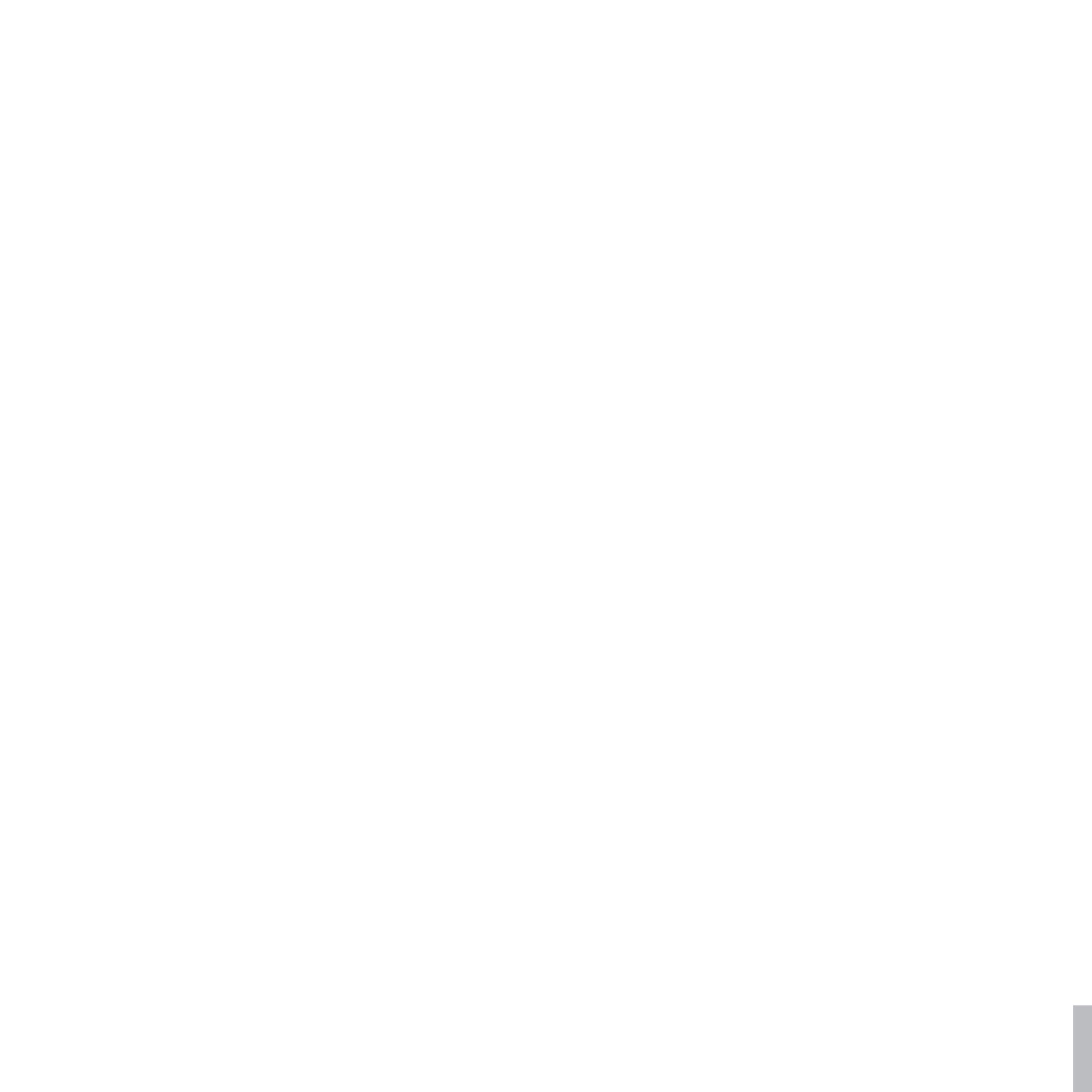
“Acompanho os jornais, mas nunca aparece que o maior superávit da balança comercial brasileira é com a Venezuela...”

(Embaixador Antônio José Ferreira Simões)

TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

09 DE JUNHO DE 2009





A terceira audiência de instrução contou com a presença de um ex-Ministro das Relações Exteriores, Doutor Celso Lafer, jurista e professor da Universidade de São Paulo (USP); de um dos maiores advogados constitucionalistas brasileiros, o Doutor Ives Gandra, Presidente do Centro de Extensão Universitária, professor emérito da Universidade Mackenzie e professor “honoris causa” do Centro Universitário FIEO; e da Professora Doutora Regina Soares de Lima, pesquisadora e professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj). A reunião foi realizada em 9 de junho de 2009, iniciou-se às 9h42 e terminou às 13h. Também integrou a mesa o então Embaixador do Brasil junto ao Governo da República Bolivariana da Venezuela, Antônio José Ferreira Simões.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Convido para compor a Mesa os senhores Doutor Celso Lafer, ex-Ministro de Relações Exteriores; o Doutor Ives Gandra da Silva Martins, jurista; a Doutora Maria Regina Soares de Lima, pesquisadora e professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj) e o Embaixador do Brasil na Venezuela, Antônio José Ferreira Simões.

Registro que recebi, nesta manhã, o encaminhamento de informações pelo Ministério das Relações Exteriores, atendendo antecipadamente o requerimento sobre informações da última reunião técnica realizada, nos últimos dias 19 e 20 de maio, entre os grupos técnicos do Brasil e da Venezuela, que encaminharei ao relator Tasso Jereissati e aos senhores membros da CRE. Concedo a palavra ao excelentíssimo Senhor Celso Lafer, para fazer sua exposição. Ministro, normalmente o prazo é de 10 minutos, mas, se houver necessidade, poderá ultrapassá-lo.

Doutor Celso Lafer: Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, senhores senadores. Quero, em primeiro lugar, dizer que é uma honra e uma satisfação comparecer à Comissão. Aqui estive pela primeira vez em 1995, quando da minha indicação pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para ser Embaixador do Brasil, em Genebra, junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e às Nações Unidas. Aqui estive muitas vezes, entre 2001 e 2002, como Ministro das Relações Exteriores, em construtivo contato com o saudoso Senador Jefferson Peres, que, na época, presidia a CRE.

Na época, esclareci posições do Governo em contenciosos com o Canadá, examinei as implicações dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos e para tratar da decisão norte-americana de adotar novas medidas de proteção do seu setor siderúrgico, prejudiciais à indústria brasileira. Tenho, portanto, a experiência vívida da qualidade e da relevância da discussão dos grandes temas da política externa no Senado. Agradeço sensibilizado o convite para comparecer como convidado a esta Audiência, generosa iniciativa do

Presidente Collor, signatário do tratado que criou o Mercosul e de quem tive o privilégio de ser, em 1992, Chanceler.

Gostaria, preliminarmente, de registrar meu compromisso com o projeto Mercosul, compromisso que lastreia e baseará o teor da minha exposição. É a do intelectual que desde 1973, em livro escrito em parceria com Félix Peña, defendeu a importância da aliança estratégica Brasil- Argentina, que está na origem do bloco. É a de quem no exercício de funções públicas sempre se empenhou em aprofundar e levar adiante o projeto. Lembro, em 1992, minha contribuição como Ministro das Relações Exteriores ao endosso do calendário de Las Leñas, voltado para acelerar o processo de integração.

Lembro também a discussão como Embaixador em Genebra, perante o Comitê de Acordos Regionais da OMC, e do meu empenho em criar novas regras de calibração, para assegurar o desempenho do Mercosul, e também, no plano institucional, para o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias, que tive a honra de assinar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em manifestação, como Ministro das Relações Exteriores, declarei que o projeto Alca era uma opção a ser estudada para ser aceita ou rejeitada. Contrastava, dizia eu na ocasião, com o Mercosul, que qualifiquei como destino. Qual a razão que me levou a esta qualificação?

O campo das relações internacionais pode ser, para efeitos analíticos, desdobrado em três: o estratégico, que é a situação limite paz e guerra que permeia a vida internacional; o econômico, que diz respeito ao que um país representa para outro como mercado, e o dos valores, das afinidades e discrepâncias das formas de conceber a vida em sociedade. O significado do Mercosul é o de promover a convergência dos três campos, por isso, é um destino a ser cuidado, pois, superiormente, traduz necessidades internas em novas possibilidades externas para os seus integrantes.

Com efeito, o Mercosul é relevante no campo estratégico, porque contribuiu para a paz, pois trouxe o término da corrida armamentista nuclear, um dos frutos da ação iniciada pelos presidentes Sarney e Alfonsín. Dela é um marco a declaração que criou o Sistema Compartilhado de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares,

assinada pelos presidentes Collor e Menem, em 1990, na cidade de Foz do Iguaçu.

No campo econômico, porque levou em conta que o mundo, na década de 90 como hoje, simultaneamente se regionaliza e se globaliza. Daí as vantagens de uma cooperação regional aprofundada, fruto da ação conjunta dos membros do Mercosul, baseada em normas lastreadas na conectividade econômica da vizinhança, voltada para acelerar o desenvolvimento com justiça social e lograr a competitividade para a adequada inserção internacional dos seus integrantes.

No campo dos valores, porque desde as suas origens o Mercosul tem como horizonte político, em função da penosa experiência dos regimes autoritários na região, a importância da consolidação democrática e da tutela dos Direitos Humanos. Em suas intervenções, o Presidente Collor chamou atenção para a sintonia dos três campos e a sua preservação. O que significa a adesão da Venezuela do Presidente Chávez, para a preservação ou corrosão da convergência dos três campos, que dão o sentido profundo do Mercosul? Nisto estará o teor da minha exposição.

Há um primeiro aspecto, que pode ser qualificado como técnico, exposto pelos embaixadores Rubens Barbosa, Sérgio Amaral e pelo Doutor José Augusto Coelho Fernandes, e que também foi tratado no voto em separado do Deputado Cláudio Diaz, da representação brasileira no Parlamento do Mercosul. O Mercosul é um exemplo de integração profunda. Não é um memorando de intenções. Envolve normas e compromissos. Há negociações relativas ao acervo normativo, à nomenclatura comum, à convergência para Tarifa Externa Comum e ao programa de liberalização no âmbito do Mercosul que não estão concluídos.

Aprovar o protocolo sem as conclusões dessas negociações significa dar um cheque em branco para a Venezuela. Não é uma postura razoável para um projeto de integração da envergadura do Mercosul. Daí a minha concordância com as exposições acima mencionadas e com as preocupações do Senador Tasso Jereissati para efeitos da elaboração do seu parecer como relator da matéria nesta Comissão.

O histórico das inconclusas negociações entre a PDVSA e a Petróbras, patrocinadas pelos presidentes Lula e Chávez, para a implantação da refinaria em Pernambuco, lembradas pelo Senador Sérgio Guerra, é uma confirmação do que não é razoável nesse salto no escuro, como disse o Presidente Collor.

O ingresso da Venezuela, sem a prévia conclusão das negociações do seu acesso, representa um alargamento tendencialmente comprometedor do aprofundamento do Mercosul e da sua identidade e não está em sintonia com os habituais cuidados do Brasil no trato e na preservação dos compromissos internacionais do nosso país. Diz o velho e sábio provérbio português: “Abre um olho para vender e

dois para comprar.” Cabe abrir os dois olhos para comprar o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Por não ter seguido esse conselho, o Congresso da República Argentina teve de dar um freio ao ingresso da Venezuela no Mercosul, conforme notícias publicadas pelo jornal *La Nación* em 30 de maio último. A esta questão, que diz respeito à inteireza do significado do Mercosul no campo econômico, cabe adicionar outros ingredientes que comprometem a convergência dos campos que acima mencionei.

A base da ideia-força do Mercosul é a de que a cooperação entre seus membros é vantajosa. Naturalmente, a cooperação por meio da integração econômica envolve conflitos a serem superados, há sempre, num processo de integração, deslocamentos de interesses que são atendidos e outros que se veem afetados. Esses conflitos, no âmbito do Mercosul, se inserem no horizonte de objetivos comuns a serem preservados. Conflitos de interesse se traduzem em contravérsias que são específicas e configuram um desacordo sobre um objeto suficientemente delimitado, que, por isso mesmo, se presta a um processo diplomático e jurídico para sua solução.

O Mercosul, em função da sintonia dos três campos, tem uma concepção comum. Basicamente, privilegiar a lógica da integração em detrimento de fragmentação; construir um espaço comum de estabilidade e democracia, compartilhando recursos e mercados, e buscando ampliar a inserção competitiva da região no mundo. Por isso, tem administrado com flexibilidade os inúmeros conflitos de interesse, por meio de regras de calibração, que vão ajustando o processo à evolução da conjuntura.

Tem outra característica: conflitos de concepção que exprimem a heterogeneidade de distintas visões a respeito de como promover interesses comuns. Conflitos de concepção provocam tensões quando confrontados com perspectivas de promoção de interesses comuns.

Faço essa distinção porque o projeto de integração da Venezuela do Presidente Chávez não coincide com o projeto do Mercosul. É fruto de uma visão que encara a política internacional e regional com uma relação amigo-inimigo, como se vê pela direção que imprimiu à condução da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba) que concebeu e criou. Pela proximidade que busca com o Irã, que também preocupa o Senador Arthur Virgílio, e pela dimensão militar da sua aproximação com a Rússia.

Em síntese, o projeto de integração do Presidente Chávez caracteriza-se pelo predomínio de sua perspectiva política, no âmbito do qual o econômico-comercial não é um caminho para o entendimento e a cooperação dentro e fora da América do Sul, mas sim, um meio para operar a dicotomia excludente amigo-inimigo. A intenção desse

projeto, como disse o Senador Heráclito Fortes, é política. É transformar o Mercosul numa tribuna de proselitismo bolivariano.

A consequência do ingresso da Venezuela no Mercosul, no momento atual, significará adicionar um substantivo conflito de concepção a respeito dos propósitos da integração, que tornarão ainda mais difícil encaminhar os múltiplos conflitos de interesse existentes na região e no âmbito do Mercosul. A presença desses conflitos de concepção adicionará tensões ao bloco, que enfrenta significativos conflitos de interesse entre seus membros, e comprometerá a eficiência e a identidade internacional do Mercosul como uma convergência fecunda entre os campos estratégico, econômico e dos valores.

A cláusula democrática, que é o próximo ponto que quero discutir, foi formalizada pelo Protocolo de Ushuaia, firmado em 24 de julho de 1998. Assinado pelo Presidente Fernando Henrique, corresponde à identidade do Mercosul tal como concebido desde as suas origens. O artigo primeiro do Protocolo enuncia que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração dos estados-partes. Acho pertinente, para análise desta cláusula, lembrar algumas observações de Bobbio em seu livro *Do fascismo à democracia*, recém-publicado no Brasil. Observa o grande estudioso italiano que o fascismo representou muito mais que uma oposição ao socialismo e ao marxismo: representou uma contestação à democracia. Aponta Bobbio que o aspecto mais visível dessa contestação é a delegação do Parlamento visto como uma instituição que leva ao regime da inércia e da impotência.

As críticas do Presidente Chávez ao Congresso Brasileiro – lembradas pelo Presidente Collor e pelo Senador Heráclito Fortes e que compõem o parecer do Deputado Cláudio Diaz – podem ser qualificadas como uma expressão do seu antidemocratismo. Bobbio aponta como uma das características do fascismo italiano o culto à política como vontade e poder. O primado da ação que substitui o racionalismo cartesiano do “*penso, logo existo*” pelo “*agitamos, logo somos*.” A estatolatria, o mito da criação de uma nova civilização, o viver perigosamente que levou ao bordão de Mussolini: “*Muitos inimigos, muita honra*”, que constituem o ideário do Estado-potência.

Difícil não ver afinidades e similitudes entre essas características e o projeto interno e internacional do regime bolivariano. Com efeito, trata-se de um regime voltado para o fortalecimento do Poder Executivo, empenhado no enfraquecimento do Judiciário e do Legislativo e dos vínculos de controles da sociedade, inclusive os meios de comunicação e as organizações não-governamentais. Um regime que fomenta a hiper personalização do poder do seu chefe, que adota a estratégia de buscar consenso em torno de fórmulas demagógicas neopopulistas e que se assume como uma “esquerda” voltada para as vítimas da globalização.

É uma autocracia eletiva e não uma democracia, como foi apontado também no relatório do Deputado Cláudio Diaz, que seguiu neste campo a lição de José Afonso da Silva. Está lastreada numa Constituição cesarista, que não é outorgada, mas tampouco é democrática, pois ainda que aprovada com participação popular, visa apenas a permanente ratificação da vontade do detentor do poder.

Em síntese, a Venezuela do Presidente Chávez não atende à letra e ao espírito da cláusula democrática do Mercosul, por isso, no meu entender, coloca substantivamente em questão a convergência dos campos que dão o significado do Projeto Mercosul. Conclusão: Manter uma boa cooperação econômica e política com um país vizinho como a Venezuela é obviamente do interesse do Brasil, isto foi abundantemente mencionado e realçado nesta Comissão e nas audiências públicas. A conectividade, os investimentos, tudo isso é importante, tudo isso deve ser cultivado e preservado. É o que busca, com toda razão, fazer o Governo do Presidente Lula, foi o que procurou fazer o Governo do Presidente Fernando Henrique, inclusive apoiando o Presidente Chávez no desmonte na tentativa de golpe que enfrentou em abril de 2002. Registro que, seguindo suas orientações e a minha visão, trabalhei nesse sentido na Reunião de Cúpula do Grupo do Rio na Costa Rica.

Em síntese, a importância dessa relação econômica e de um cuidado político com a vizinhança é indiscutível, porém, e este é meu ponto, incorporar, como membro pleno, a Venezuela do Presidente Chávez ao Mercosul é comprometer a identidade, a eficiência e o poder de atração do bloco como expressão de um regionalismo aberto. É colocar em questão a sintonia dos campos estratégico, econômico e de valores, que conferem ao Mercosul o seu significado profundo, na vida interna e internacional dos seus membros. É uma imprudência do ponto de vista do alcance dos compromissos requeridos para o funcionamento de uma união aduaneira, ainda que imperfeita, que almeja ser um mercado comum. É contribuir, se me permite uma metáfora, para uma aladificação do Mercosul. E desta maneira, tendencialmente condenar um inovador projeto de integração, uma das grandes metas da diplomacia brasileira pós-redemocratização, a irrelevância e no limite à dissolução. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Ministro Celso Lafer.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): O senhor me desculpe a interferência, mas gostaria de saber se o Presidente Fernando Henrique se identifica com o pensamento de sua excelência?



“As críticas do Presidente Chávez ao Congresso Brasileiro podem ser qualificadas como uma expressão do seu antidemocratismo...”

(Professor Celso Lafer)

Doutor Celso Lafer: O Presidente Fernando Henrique tem, naturalmente, sua própria leitura da realidade internacional. Eu já conversei com ele a respeito desse assunto e creio que tem uma preocupação na linha que expus. Ela terá, provavelmente, nuances e percepções próprias, como é natural por parte de alguém que tem pelo tema internacional um grande interesse, mas creio que conhece e está de acordo com essas linhas gerais. A ênfase maior ou menor, creio que é um ponto a ser esclarecido pessoalmente.

Senador João Pedro (PT-AM): Presidente, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Pela ordem, Senador João Pedro.

Senador João Pedro (PT-AM): O Senador Pedro Simon fez uma indagação, gostaria de contribuir na resposta. Há poucos dias o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve no programa Roda Viva, e defendeu de forma muito categórica, muito explícita, a Venezuela no Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vamos dar continuidade portanto às exposições, concedo a palavra ao Senhor Professor Ives Gandra da Silva Martins para fazer sua exposição. Antes, porém, tem também o pedido de ordem ainda do Senador Mozarildo.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Vamos ouvir todos os expositores para depois fazer indagações, é isso?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Exato. Foram só dois pedidos de ordem. Temos já inscritos o Senador e ex-Presidente Fernando Collor e também o Senador Eduardo Suplicy, que foram autores dos requerimentos. E o Senador João Pedro. Vamos ouvir os quatro expositores, em seguida teremos a fase de perguntas. Então, com a palavra o professor Ives Gandra.

Doutor Ives Gandra da Silva Martins: Presidente Eduardo Azeredo, eminentes senadores, é, para mim, mais uma vez, uma grande satisfação estar numa audiência pública dessa relevância, e, de certa forma, meu pensamento não é distinto daquele do Ministro Celso Lafer.

Eu vejo o entrosamento, a integração da Venezuela no Mercosul analisando sob quatro aspectos: o político, o econômico, o jurídico e o técnico. Em relação ao político, indiscutivelmente, temos todas essas preocupações apresentadas pelo Ministro Celso Lafer. Há três ou quatro meses, para um debate, estudei as constituições brasileira, venezuelana, boliviana e equatoriana. E uma das grandes características da Constituição Brasileira, que permitiu vivermos sem problema de qualquer espécie nos últimos 21 anos, é exatamente o equilíbrio dos poderes. Tivemos crises sérias, entre 1988 e agora, e nunca se falou em golpes de Estado ou em rupturas institucionais, porque a nossa Constituição, até porque formatada para um sistema parlamentar de

Governo, só no Plenário se transformou numa Constituição para um regime presidencial. De tal maneira, que esse equilíbrio de poderes faz com que a democracia brasileira seja estável. A Constituição venezuelana, que anotei em diversos dispositivos, é uma Constituição de rigor que apresenta dois poderes: o Poder Executivo e o povo. Aliás, formatada como a Constituição equatoriana e Bolivariana num grupo de estudos de constitucionalistas espanhóis do CEPS, Centro de Estudos de Problemas Sociais, na qual o povo é o detentor de todo poder democrático e o seu representante natural é o Presidente, é o Executivo, razão pela qual os plebiscitos, os referendos se multiplicam.

O Poder Legislativo e o Judiciário, que são poderes relevantes, perdem sua função dentro de um sistema semelhante, razão pela qual são Constituições de países que ainda vivem um aprendizado de democracia de um poder só. Porque sabemos perfeitamente que o povo se expressa por meio dos seus representantes e dificilmente o povo pode discutir os grandes temas em nível de plebiscitos e de referendos. Então, não temos, efetivamente, na Venezuela, um regime democrático propriamente dito, embora tenha uma Constituição com princípios muito bonitos. Isso traz preocupações.

Vê-se nas consultas sucessivas do Presidente Chávez posições efetivamente não-democráticas. No último plebiscito, inclusive, não se permitiu que a oposição ocupasse os mesmos espaços do Governo, para a defesa da reeleição e por mais de um mandato. Por outro lado, vimos manifestações do Presidente Chávez que, muitas vezes, não são próprias de um chefe de Estado, como quando atacou o Senado Brasileiro ou quando disse que as empresas são todas do Governo.

Vale dizer, a sociedade está representada pelo Executivo e o Executivo, que é o Presidente Chávez, faz aquilo que lhe parece o mais importante: colocar seu projeto socialista, seja em invasão de órgãos de comunicação, ao negar recursos aos Governos de oposição que ganharam as últimas eleições ou expropriando empresas. Esta é a razão pela qual concordo com o Ministro Celso Lafer, no sentido de que não temos propriamente uma democracia nos moldes propugnados pelo Tratado de Assunção. Essa é a razão pela qual, politicamente, deveríamos aguardar um pouco a evolução dos acontecimentos na Venezuela, para verificar se este modelo de Constituição de dois poderes, povo e Poder Executivo, e dois poderes acólitos, Judiciário e Legislativo, é um modelo propriamente democrático. Então, me parece que, nesse particular, creio que ainda não é o momento de a Venezuela entrar no Mercosul, muito embora seja extremamente relevante sua presença futura no bloco.

Do ponto de vista econômico, faria algumas considerações. Todo trabalho em torno do progresso das relações econômicas Brasil-Venezuela, de 2003 para cá, a rigor, aconteceram independentemente da participação do país vizinho no Mercosul. Em outras palavras, te-

mos um tratado, que prevalecerá até 2011, com o Pacto Andino. Por meio desse acordo, temos um superávit na balança comercial, muito embora, se analisarmos o que os outros países, principalmente os chineses, tiveram de aumento de exportação para a Venezuela, verificaremos que o Brasil ainda está atrás.

A Venezuela, de certa forma, vive uma monoeconomia, a monoeconomia do petróleo. O que leva, evidentemente, a uma situação que beneficia muito nossa balança comercial, mas que também agraciou outros países que chegaram a crescer 450%, contra os 250% de incremento em nossas relações econômicas. Eu não sou contra a entrada da Venezuela, mas entendo que temos que esperar até que se prove que é uma democracia e respeita contratos e direitos de propriedade. Podemos manter, até 2011, a garantia dos acordos comerciais que asseguram a projeção brasileira no que concerne as relações econômicas, comerciais e mercantis com a Venezuela.

Do ponto de vista jurídico, preocupa-me profundamente o direito de veto na Tarifa Externa Comum e nos acordos extra-Mercosul. O estilo histriônico do Presidente Chávez, que não se controla quando está perante o microfone e parece ter a síndrome do holofote, pode, efetivamente, trazer problemas seríssimos, de vetar relações que poderiam fortalecer o Mercosul. Isso também poderia atingir o Sistema de Solução de Controvérsias.

O eminente Professor João Grandino Rodas, membro titular, indicado pelo Brasil, do Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do Mercosul e companheiro do Ministro Celso Lafer na Universidade de São Paulo, declara que poderemos ter, com a entrada da Venezuela, problemas sérios em relação ao Tribunal Permanente de Recursos. Preocupa-se com a entrada da Venezuela. Conversamos longamente antes da minha vinda. Numa primeira fase, há necessidade de consenso para o exame das controvérsias e se a Venezuela não der, não é da tradição dos países o recurso ao Tribunal Permanente de Resoluções (TPR), o que poderá deixar sem solução inúmeras controvérsias. Então, sob o ponto de vista jurídico, parece-me prudente esperar antes de se admitir um país que não tem o perfil democrático que desejávamos e cujo presidente apresenta demonstrações histriônicas, inclusive desrespeitando o Senado brasileiro em suas manifestações.

Do ponto de vista técnico, esse me parece o aspecto mais relevante. O Embaixador Simões, em função do encontro de Salvador, poderá trazer novos dados, mas os dados são preocupantes. Na União Europeia há necessidade de adesão ao Acervo Normativo completo. Ora, em 169 das 783 normas não há indicação de prazo para definir a integração da Venezuela no Mercosul. Quer dizer, estaríamos permitindo o ingresso sem que ela definisse prazos suficientes no que diz respeito ao acervo normativo, em que o país que entra tem que aceitar e apenas diz o período de adequação.

Em relação à adesão à TEC, definiram-se prazos e percentuais, mas não se definiram os produtos e nem a lista de produtos. Ora, o que é mais relevante no TEC é saber efetivamente a lista de produtos. Quanto à implementação de livre comércio, não há conclusão do cronograma da liberalização entre Venezuela e Brasil. Ainda há gargalos sobre as negociações com terceiros países. Na proposta estão há mais de 270 dias sem qualquer manifestação venezuelana sobre as mesmas.

Entendo que a entrada da Venezuela é importante, mas não vejo necessidade de pressa para uma decisão, pois temos um acordo até 2011. A crise está levando o Presidente Chávez à expropriação de empresas e uma retórica contra a propriedade e a contratos estabelecidos, fundamentos de uma economia de mercado que lastreou inteiramente a formação dessa união aduaneira. Sou professor honorário da Universidade Austral, em Buenos Aires, e alguns professores da entidade, na área de Direito Constitucional, Direito Econômico, Direito Tributário, que advogam para empresas argentinas, estão profundamente preocupados. Três empresas argentinas foram expropriadas e qual seria a garantia de que outras não venham a ser expropriadas, uma vez que o Presidente declara que todas as empresas pertencem aos venezuelanos? Existe, em função disso, um movimento para que a Argentina reveja a adesão da Venezuela ao Mercosul.

Ora, se sabemos que a propriedade e o contrato são fundamentais. O Presidente Chávez prometeu ao Presidente Lula que não haveria desapropriação de empresas brasileiras, mas dois dias depois mandou um recado à Presidente da Argentina, Cristina Kirchner, dizendo que estava brincando com o Chefe de Estado brasileiro. Como acreditar em sua palavra se promete algo ao Presidente Lula e desmente para não ficar mal com a Presidente Kirchner?

O que mais me preocupa é o poder de veto na solução das controvérsias, nos acordos com outros países e nas próprias definições do Mercosul, porque não existem regras claríssimas que devem ser colocadas para a Venezuela. Então, sem a conclusão de todos esses aspectos técnicos, seria colocar o carro diante dos bois. Porque, na verdade, estaremos integrando a Venezuela antes de termos a conclusão, que era fundamental desde a formulação do protocolo, dos grupos de trabalho, inclusive do grupo ad hoc criado posteriormente para a adesão da Venezuela.

Então, devemos aguardar a conclusão desses grupos de trabalho antes de aprovar a entrada da Venezuela, senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Doutor Ives Gandra. Concedo a palavra a Sra. Maria Regina Soares Lima para fazer sua exposição.

Doutora Maria Regina Soares de Lima: Obrigada, Senhor Presidente, bom dia. Gostaria inicialmente de agradecer o convite



“A Constituição venezuelana apresenta dois poderes: o Poder Executivo e o povo. O povo é o detentor de todo poder democrático e o seu representante natural é o Presidente, é o Executivo, razão pela qual os plebiscitos, os referendos se multiplicam...”

(Doutor Ives Gandra)

aos senadores Eduardo Azeredo, Senador Suplicy e Fernando Collor. Acho que o trabalho de investigação profunda, o debate profundo, amplo e transparente sobre a adesão da Venezuela é um marco, é algo que está de acordo com o novo papel internacional do Brasil, onde acadêmicos e representantes do Estado brasileiro, do Executivo e do Parlamento, têm uma posição importantíssima. Muito me honra e até me emociona estar aqui presente, uma vez que sou apenas uma estudiosa da política externa.

Gostaria de colocar a questão da adesão da Venezuela no Mercosul num contexto mais amplo, não só da integração regional, mas também das condições hemisféricas atuais. A América do Sul vive, do ponto de vista político, um momento sem precedentes com a eleição de Barack Obama para a Presidência dos Estados Unidos. Iniciou-se um movimento de integração. Também acho que vivemos um momento de institucionalização das instâncias de coordenação na região, exemplificadas, por exemplo, com a criação da Unasul, do Conselho de Defesa, enfim. Esses dois movimentos são absolutamente inéditos na região. O Doutor Celso Lafer já mencionou aqui o papel fundamental desempenhado pelos presidentes Sarney, Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula na consolidação da integração regional. Gostaria de, inclusive, enfatizar o papel do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que no ano de 2000 realizou a primeira Reunião de Cúpula de Presidentes da América do Sul, aqui em Brasília. De certa forma, essa reunião está relacionada à ideia que deságua na Unasul.

O que gostaria de salientar aqui é que, do ponto de vista dos interesses brasileiros, o compromisso com a integração regional é suprapartidário, uma política de Estado e não de Governo. Gostaria apenas de enfatizar o sentido suprapartidário dessa discussão, especialmente no contexto atual em que o Brasil está mudando o seu patamar de inserção global. Devemos olhar para as questões internacionais com uma perspectiva de médio e longo prazo. As decisões, a meu ver, devem ser tomadas em função dessa visão estratégica.

A adesão da Venezuela ao Mercosul dá partida a um movimento de incorporação da sub-região andina e caribenha, além de integrar toda a região panamazônica. A inclusão da Venezuela ao Mercosul exemplifica associação positiva entre estabilidade política doméstica e integração regional. Em analogia com a experiência europeia, em que a expansão do processo de integração funcionou como uma solda das instituições políticas domésticas das ainda frágeis democracias que a ela se integraram tardiamente. Como é sabido, a União Europeia começou com seis membros e, hoje, tem 26 membros. Esse processo foi crucial sob o ponto de vista da consolidação das instituições políticas desses países.

Certamente, o marco da aproximação Brasil-Venezuela é o ano de 1994, com o Protocolo de Guzman, assinado pelos presidentes

Rafael Caldera e Presidente Itamar Franco. A Venezuela tradicionalmente estava muito mais voltada ao norte, aos Estados Unidos e ao Caribe, do que para o Mercosul. A partir desse momento, toma a decisão estratégica de se aproximar do Mercosul. Acho significativo que, já no Governo Itamar Franco e posteriormente no Governo Fernando Henrique Cardoso, a política externa já antevia a ampliação do Mercosul na direção da sub-região andina e o papel estratégico da Venezuela nesse movimento.

No plano político, cabe ressaltar o papel mediador desempenhado pelo Brasil em dois momentos de grave instabilidade institucional na Venezuela. O primeiro em 2002, quando o Presidente Fernando Henrique atendeu ao pedido venezuelano, enviando combustível num momento gravíssimo. Havia uma perspectiva de tentativa de golpe. Posteriormente, em janeiro de 2003, durante o mandato do Governo Lula, quando se criou o Grupo de Amigos da Venezuela, com a participação do Chile, Espanha, Estados Unidos, México e Portugal. O objetivo era auxiliar nas negociações a cargo do Secretário-Geral da OEA, para ajudar a resolver a crise venezuelana por meio de um acordo entre oposição e o Governo.

Gostaria de, novamente, ressaltar em minha exposição o compromisso suprapartidário do Brasil com a integração e com a expansão do bloco, por meio da adesão da Venezuela, na direção norte, o que representa uma oportunidade fantástica para os estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, que terão oportunidade, assim, de se integrar ao Mercosul, restrito, até esse momento, ao Cone Sul. Vou, no tempo que me resta, discutir três questões. Primeiro, falar dos benefícios da adesão da Venezuela. Alguns já foram mencionados, mas acho que traria alguns outros dados. Em seguida, discutirei as dúvidas levantadas, deixando as de natureza mais técnica para o Embaixador Simões. Finalmente, gostaria de encerrar a minha exposição com as consequências de uma eventual exclusão da Venezuela.

Do ponto de vista de benefícios, gostaria de seguir a sugestão metodológica do Ministro Celso Lafer e chamar a atenção para a convergência do ponto de vista econômico e político estratégico para o Brasil da adesão da Venezuela. Como todos sabem, desde 1994, quando o dinamismo dessa relação se inicia, o relacionamento bilateral e as relações econômicas só fizeram crescer. Na verdade, a Venezuela mudou seu patamar na relação econômica com o Brasil. Só a China teve um desempenho similar. Então, há algo de novo, algo de absolutamente dramático nessa mudança de patamar, o que é atestado pelo crescimento das exportações de mais de 800% no prazo de 10 anos. O saldo da balança comercial é de US\$ 4,6 bilhões, mas o mais importante é que, ao fazer a opção estratégica pelo Mercosul, as exportações brasileiras passaram a ocupar nichos de mercado que antes eram ocupados pelo México, pela Colômbia e pelos Estados Unidos. Hoje, o

Brasil ocupa a terceira posição nas compras venezuelanas, abaixo da Colômbia e Estados Unidos, que são parceiros tradicionais.

A pauta das exportações brasileiras tem altíssimo valor agregado na medida em que o Brasil exporta bens e serviços de alto conteúdo tecnológico, agregando valor adicional ao comércio com o país. O Brasil já é o segundo maior fornecedor venezuelano de automóveis, o segundo de eletrodomésticos, o terceiro de máquinas e equipamentos, o quinto de alimentos e o sexto no setor farmacêutico. O segundo ponto: não apenas ganharam nossos exportadores. Os investimentos brasileiros na Venezuela chegam a US\$ 5 bilhões, com US\$ 15 bilhões em contratos.

Sob o ponto de vista relativo, ganharam os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que por razões logísticas e de distâncias geográficas, não se beneficiaram tanto do Mercosul como os estados do Sul. Só para ter uma ideia, de 2004 a 2008, a taxa de crescimento das exportações do Distrito Federal para a Venezuela foi de 16.000%. Do Piauí, foi 2846%. A adesão da Venezuela também implica na criação de um corredor comercial em direção à Bacia do Caribe, que também é algo fundamental, do ponto de vista da ampliação do Mercosul na direção norte.

Desde os anos 2000, a Venezuela ocupa a posição de segundo maior comprador de produtos brasileiros na América do Sul, atrás apenas da Argentina, da mesma forma, esses dois países, especialmente a Venezuela, geraram saldos comerciais expressivos para o Brasil. No momento de crise financeira, enquanto as exportações brasileiras caíam 20%, a Venezuela foi responsável por 30% do saldo da balança comercial com o Brasil. O saldo comercial do Brasil com a Venezuela aumentou e já é duas vezes e meia maior que o saldo com os Estados Unidos.

Eu gostaria de enfatizar as consequências positivas do processo de adesão sob o ponto de vista da estabilidade política doméstica da Venezuela e da segurança regional. Por razões que não cabem aqui especificar, a Venezuela experimentou, ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, uma crise de governabilidade. A partir das eleições presidenciais de 1998, com a vitória de Hugo Chávez, o sistema político se estabilizou, mas o legado de fragilidade institucional não impediu a polarização entre situação e Governo. A polarização culminou com a tentativa de golpe de Estado em 2002. E esse evento, a meu ver, marcou profundamente a política venezuelana.

A adesão da Venezuela ao Mercosul implicará em garantias reais de que ameaças externas ou situações de risco institucional, como ocorreu na tentativa de golpe em 2002, serão repudiadas pelos demais membros, conforme prevê o Protocolo de Ushuaia. Cabe recordar aqui episódio semelhante que ocorreu com o Paraguai em 1996, quando uma tentativa de golpe foi abortada pela ação conjunta de

Brasil e Argentina. A vigência do protocolo garantirá à Venezuela a estabilidade das instituições políticas e a colocará a salvo de eventuais tentativas de interrupção do processo democrático na medida em que, tal como ocorreu no Paraguai, as demais lideranças do Mercosul responderão a qualquer tentativa de interrupção do processo constitucional democrático.

Passo agora, antes de terminar, a três questões aqui levantadas. A dúvida de natureza econômica e técnica, vou deixar ao Embaixador Simões, porque ele tem condições de responder. Quais são as três dúvidas? A questão da cláusula democrática, a unanimidade das decisões e a questão da segurança jurídica. O Protocolo de Ushuaia afirma em seu artigo primeiro a necessidade da plena vigência das instituições democráticas como condição necessária ao desenvolvimento dos processos de integração no Mercosul. O Protocolo não especifica quais são essas instituições, indicando que qualifica como instituições democráticas todas aquelas derivadas das diversas concepções de democracia, inclusive as de natureza participativa e plebiscitária, como é o caso do modelo venezuelano.

O sistema político venezuelano inclui as duas condições mínimas necessárias a qualquer modelo de democracia, isto é, a vigência do Estado de Direito e a legitimidade da vontade popular. A Carta Constitucional, gostaria de chamar a atenção sobre isso, Doutor Ives Gandra, inclui um mecanismo que aumenta consideravelmente a prestação de contas horizontal, como cientistas políticos gostam de dizer, e o controle popular dos regimes. Transcorrida a metade do mandato dos ocupantes de qualquer cargo eletivo, pode-se convocar a realização de referendo revogatório por solicitação de, pelo menos 20% dos eleitores inscritos.

O Presidente Hugo Chávez foi submetido a esse referendo em 2004 e 59.25% dos eleitores rejeitaram a revogação do seu mandato. O exercício da soberania popular é atestado pelas 14 eleições que ocorreram nos últimos dez anos, entre federais, nacionais, departamentais e paroquiais. Desde 2005, foi realizada pelo menos uma eleição a cada ano, tenho os dados aqui, todas certificadas pela OEA e pelo Instituto Carter. A competição eleitoral demonstra que existe oposição em condições de concorrer, um indicador que o sistema político é democrático. E é necessário que se diga que no referendo de 2007, a oposição modificou sua estratégia anterior, que era de abstenção eleitoral, concorreu e ganhou. E os resultados foram aceitos pelo Governo.

Gostaria também de trazer alguns dados sob o ponto de vista da liberdade de opinião. A Venezuela conta com pelo menos nove jornais diários de grande circulação. Dois deles, o *El Nacional* e o *El Universal*, são os principais jornais de referência, os mais influentes, de maior tradição. Ambos adotam perspectiva crítica ao atual Governo. O *El Nacional* é um jornal explicitamente de oposição. Seu Diretor



“A adesão da Venezuela ao Mercosul implicará em garantias reais de que ameaças externas ou situações de risco institucional, como ocorreu na tentativa de golpe em 2002, serão repudiadas pelos demais membros, conforme prevê o Protocolo de Ushuaia...”

(Doutora Maria Regina Soares de Lima)

Editorial, Miguel Henrique Otero, lançou, em 2008, o Movimento 2 D, de oposição. O *El Universal* também é crítico, mas atua de maneira mais moderada.

No caso das transmissões radiofônicas, o número de emissoras operando em AM não variou entre 2000 e 2006. Existia no país 143 emissoras privadas e 36 públicas. Já nas que operam na faixa FM, as alterações são significativas. Em 2000, havia 368 emissoras, das quais 365 eram privadas. Em 2006 as emissoras de rádio privado chegaram a 440, além de 167 públicas e 10 comunitárias. A maioria das emissoras privadas adota uma linha editorial crítica do Governo. Esses dados, a meu ver, mostram de forma cabal, a plena vigência da liberdade de imprensa e de opinião do país, bem como a pluralidade de pontos de vista veiculados por sua mídia escrita e falada.

Sobre a unanimidade nas decisões, permita-me aqui, Doutor Ives Gandra, fazer uma distinção conceitual entre unanimidade e poder de veto. Poder de veto não existe no Mercosul, poder de veto existe no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no sentido que, ao ser utilizado, a questão sai fora da agenda de discussão. No Mercosul existe unanimidade, portanto, é necessário o consenso. E este consenso, evidentemente, é possível. Então, não é possível nenhum país obstaculizar e impedir uma decisão, ele pode pedir mais tempo para se decidir.

A questão da segurança jurídica. Aqui, também, gostaria de enfatizar uma questão que me parece que talvez tenha certo equívoco de perspectiva. A insegurança jurídica independe da adesão da Venezuela. A insegurança jurídica dos investimentos depende do quê? Depende da existência de acordos de proteção aos investimentos. O Brasil já firmou alguns acordos, mas nenhum desses acordos foi ratificado pelo Congresso. Portanto, em princípio, todos os investimentos brasileiros, que são inúmeros na região, não estão sob essa proteção. A adesão da Venezuela faria com que a Venezuela, tal como os demais países do Mercosul, se submetessem às restrições e às regulamentações, tal como estabelecido no Protocolo de Olivos.

Perdoe-me se passei um pouco do tempo, mas a gente deixa o melhor do nosso argumento para o final. Eu me permito mencionar os riscos da exclusão da Venezuela. Se o Brasil recusar a adesão da Venezuela o status quo se modificaria, porque a recusa brasileira será vista pela sociedade e pelo Governo venezuelano como um ato hostil ao país.

Haveria uma reversão do cenário sob o ponto de vista econômico, com perdas para os exportadores, investidores e para os estados da Federação beneficiados pela relação com a Venezuela. Haveria a possibilidade de que outros países viessem ocupar o nicho de mercado aberto pelo Brasil, revertendo a decisão estratégica tomada pelo Governo venezuelano na década de 1990. Em 2011, no momento em

que acabassem as preferências tarifárias, outros exportadores iriam ocupar o espaço e, certamente, a China seria o principal deles.

A adesão também tem consequências diplomáticas porque Argentina e Uruguai já ratificaram sua decisão. Isso significa um risco enorme para o papel global do Brasil. O Brasil é respeitado no plano internacional por sua capacidade de articulação de consenso e de negociação, de impedir a polarização e a fragmentação. A exclusão da Venezuela significaria a perda de um ativo da diplomacia brasileira, a capacidade de integrar os demais países ao projeto de integração regional.

As políticas de exclusão provocam consequências catastróficas. É só olhar a história das relações internacionais. A decisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) de revogar a suspensão de Cuba marca, em definitivo, o enterro da Guerra Fria. Aliás, em 1962, o Brasil se absteve naquela decisão histórica. O Chanceler Santiago Dantas, com sua visão, antecipou a aproximação de Cuba com a União Soviética. O movimento de inclusão está nas mãos do Senado brasileiro. A integração da América do Sul é um imperativo político e econômico para o Brasil e depende de uma visão de longo prazo, de médio prazo dos interesses do país. Muito obrigada.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Agradeço à Professora Maria Regina Soares de Lima. Vamos ouvir então o último expositor, o Embaixador Antônio José Ferreira Simões, para, logo em seguida, passar à fase de questionamentos pelos senhores senadores. Com a palavra o Embaixador.

Embaixador Antônio José Ferreira Simões: Bom dia a todos. Gostaria, antes de tudo, de agradecer o convite ao Senado Federal. Estive aqui em outra audiência, acompanhando o Ministro Celso Amorim, e quero dizer que tenho muita satisfação de estar na presença do Ministro Lafer, com quem trabalhei numa questão extremamente delicada, a negociação da Alca, que tive a honra de coordenar, e na presença da professora Maria Regina, que foi, na verdade, uma orientadora informal da minha tese para o Instituto Rio Branco, justamente sobre as negociações da Alca. Gostaria também de saudar a presença do ilustre Professor Ives Gandra.

Achei que seria bom tratar da adesão da Venezuela não a partir de agora, mas em 1957, um ano antes do regime da Quarta República, que antecede o Presidente Chávez. A Venezuela era a economia subdesenvolvida de mais alto nível de produto per capita do mundo. Seu produto bruto territorial por habitante chegava ao montante de US\$ 650, comparável à renda de países altamente desenvolvidos, como Alemanha Ocidental, e superior ao dobro da média da América Latina.

O Professor Celso Furtado previu que, em 15 anos, a Venezuela seria o primeiro país tropical desenvolvido do mundo, graças aos

imensos recursos do petróleo. No final do século 20, US\$ 3 trilhões fluíram para a Venezuela em recursos do petróleo. Em 1989, houve uma crise social, uma revolta popular, com cerca de três mil mortos, pelas contas dos que manifestantes. Pelas contas do Exército e do regime da Quarta República foram mortas mil pessoas. Em 1998, a pobreza chegava a 50% da população, a miséria a 20% da população. Em 2008 a pobreza caiu para 20%, a miséria para 9%.

A Venezuela foi o país da América do Sul que sofreu, no século 20, a maior frustração. Porque, naquele momento, era, de acordo com Celso Furtado e outros economistas, o país com maiores possibilidades de chegar ao desenvolvimento. E o regime da Quarta República, formalizado em 1958 pelo Pacto da cidade de Ponto Fijo entre os três maiores partidos – a Ação Democrática, o COPEI e a União Republicana Democrática, teve 40 anos para fazer isso. E o que fez? Levou o país a 50% da população ao nível de pobreza. É dentro desse momento dramático, porque é uma reversão de expectativa brutal, que ocorre a eleição de Hugo Chávez. Essa enorme frustração popular levou a população a querer mudar radicalmente o sistema político.

A elite, que mandou durante os 40 anos do regime de Ponto Fijo, não quer, evidentemente, se confrontar com essa realidade. É muito mais fácil acusar Hugo Chávez, porque aí ninguém vai pensar em termos de apuração de responsabilidade, aonde foram parar os US\$ 3 trilhões. Acho que é importante também a gente notar o seguinte, no regime da Quarta República, apenas 20% dos eleitores votavam. O voto era obrigatório, mas era muito difícil tirar o título de eleitor. Outro aspecto importante é que, até 1989, ano dessa grande revolta popular, todos os governadores e todos os prefeitos eram escolhidos diretamente pelo Presidente da República. No caso, no momento era o Presidente Carlos Andrés Pérez. Todos, sem distinção.

Essa grande frustração da população levou o Presidente Hugo Chávez ao poder. Ele criou uma Constituição e um regime político que, até hoje, fez 12 eleições. Há, inclusive, a possibilidade de fazer referendos, e, inclusive, o referendo revogatório, já comentado aqui pela professora, a partir de 50% do mandato.

Outro aspecto importante é a questão da limpeza da votação. Na Venezuela, a pessoa apresenta um título de eleitor com fotografia. Ele usa um sistema biométrico, por meio da impressão digital em um computador, para comprovar sua identidade. A partir daí, ele vota. Além do voto eletrônico, há outro impresso, que cai na urna e que pode ser recontado caso haja alguma suspeita de fraude. No momento final, coloca o dedo numa tinta indelével para impedir que vote novamente. Em relação ao sistema brasileiro, que acho que é um modelo para o mundo, temos pelo menos três elementos de segurança adicional, que acho muito salutares, a começar pela foto no título de eleitor.

Outro aspecto importante é que, em verdade, os poderes da Constituição Venezuelana são cinco, não são apenas dois: Executivo, Legislativo, Judiciário, e dois poderes diferentes dos nossos, que são o Poder Eleitoral e o Poder Cidadão. No Poder Cidadão está o Ministério Público, a capacidade outorgada às comunidades de se autogerir, e de se convocar referendos e plebiscitos, inclusive o revogatório.

Em termos políticos, se fosse comparar, a realidade política da Venezuela lembra o Brasil dos anos 1950. De um lado havia um líder extremamente popular, o Presidente Getúlio Vargas, e do outro uma coleção de partidos de oposição, no caso do Brasil o principal deles era a UDN, que representavam um setor da população, mas que tinham uma grande dificuldade de chegar ao poder, pelo voto.

Bom, queria aqui trazer algumas mensagens que acho importante para os senhores senadores, e a primeira delas é o seguinte. Os parâmetros para examinar a adesão da Venezuela ao Mercosul devem levar em conta os interesses nacionais e os princípios das relações internacionais do Brasil. E nesse caso, acho que um elemento fundamental é o seguinte, a política externa em relação à Venezuela sempre foi suprapartidária.

A aproximação com a Venezuela começou no Governo do Presidente Itamar Franco, do qual o Senador Pedro Simon era líder. Foi naquele momento que o Chanceler Fernando Henrique Cardoso lançou as bases do que seria a aproximação com a Venezuela. Essa aproximação se consolidou no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e com a atuação do Presidente Chávez, porque antes a Venezuela não tinha interesse no Brasil. A Venezuela olhava para o norte, tinha interesse nos Estados Unidos.

As relações se aprofundaram no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e durante o Governo do Presidente Lula. Meus questionamentos em relação à Venezuela são: somos capazes de abrir mercados para as exportações brasileiras? Somos capazes de, com essa adesão, desconcentrar o poder mundial e favorecer a multipolaridade no mundo? Somos capazes de favorecer a conformação de um pólo de poder na América do Sul por meio de uma união de todos os países que permita um maior peso nas relações internacionais? Somos capazes de projetar o Mercosul? Somos capazes de apoiar a transnacionalização das empresas brasileiras?

Outro elemento que acho muito importante é o princípio da não ingerência em assuntos internos. Devemos considerar os aspectos do interesse nacional, mas temos que tomar muito cuidado para que não caiamos na tentação de passar a fazer julgamento sobre a forma como outro país se organiza, como outras nações o fazem. Já houve muita crítica quando fomos tratados dessa forma, críticas absolutamente corretas, pois temos direito de decidir como vamos nos organizar.

Bom, a segunda mensagem envolve o aumento do comércio do Brasil com a Venezuela, que supera em muito a média do aumento com o resto do mundo. De 2003 até agora, passamos de cerca de US\$ 1 bilhão para, superar os US\$ 5 bilhões de exportações. Há várias percepções equivocadas sobre a Venezuela que devemos desmistificar. A primeira é que esse crescimento foi, na verdade, um incremento de todas as exportações brasileiras e que a Venezuela apenas surfou sobre o aumento de vendas a outros países. Isso não é verdade. Entre 1999 e 2008 as exportações brasileiras para o mundo cresceram 300% e as exportações brasileiras para a Venezuela cresceram 850%.

Outra percepção equivocada é que as importações venezuelanas de produtos e serviços brasileiros não representaram aumento da participação do Brasil no mercado venezuelano. Representaram, sim, um aumento significativo. Outro ponto de visão equivocado é que esse superávit continua com ou sem a entrada da Venezuela no Mercosul. Nossas exportações para o mundo caíram 17% no primeiro quadrimestre. Para a Venezuela, caíram apenas 10%. A Venezuela gerou, nos primeiros quatro meses do ano, US\$ 1,2 bilhão de superávit para o Brasil.

Acho extremamente importante que se saiba disso, porque isso são empregos gerados no Brasil, de carteira assinada. A participação da Venezuela nas exportações brasileiras era de pouco mais de 1%. Hoje, chega a 2,5% das exportações brasileiras. A participação relativa da Venezuela também cresceu muito. O mercado brasileiro na Venezuela, que era 4%, em 1995, chegou a 10% do mercado venezuelano. Gostaria também de mencionar o seguinte: as empresas brasileiras na Venezuela têm contratos da ordem de US\$ 15 bilhões. Temos investimentos da ordem de US\$ 5 bilhões, investimentos que, claro, interessa ao Brasil proteger, e que a entrada no Mercosul dá efetivamente proteção, porque representam regras extremamente importantes para nós.

Essa dinâmica comercial não tem paralelo nos últimos 10 anos em termos de exportação e de superávit. O superávit é o que conta, posso ter um comércio cinco vezes maior com outro país, mas que não tem superávit para nós, sobretudo no momento em que faltam recursos por causa da crise econômica. Isso é uma decorrência direta do relacionamento político entre o Brasil e a Venezuela, não vieram da competitividade das empresas brasileiras, não vieram do ACE 59. É claro que tudo isso ajuda, mas elas decorreram sobretudo de uma decisão política: “Nuestro norte es el sur”, ou seja, o nosso norte é o sul.

Evidentemente, terminamos por deslocar outros países. E aí vem outro ponto que gostaria de mencionar, a missão que o Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim me encarregaram envolve uma experiência única em termos de diplomacia. Conto com uma equipe excelente e grande para o trabalho que visa uma diplomacia para o Brasil do futuro. Eu não trabalho com o Brasil que exporta minério

de ferro, soja em grão, suco de laranja, ótimos para venda. Trabalhamos em um sistema que não se resume à atuação da Embaixada.

Temos um consulado geral e escritórios da Embrapa, da ABDI e da Caixa Econômica Federal, de tal forma que as ações de cooperação incluem órgãos capazes de ações concretas. Essas ações concretas geram dois efeitos. Ajudam no desenvolvimento da indústria e da agricultura local. A Venezuela importa 70% do que come. Setenta e cinco por cento de todos os bens são importados e isso precisa diminuir, porque não há receita de petróleo que cubra isso.

Por que os US\$ 3 trilhões desapareceram? Foram gastos em consumo, em automóveis, apartamentos em Miami, bens importados, uísque... O maior consumidor per capita de uísque é a Venezuela. Eles querem diminuir essa dependência. Pelo nosso lado, pretendemos criar condições de que possamos vender não só a soja em grão, mas a semente; que a gente possa vender a maquinaria agrícola. No caso da Embrapa, por exemplo, não é importante apenas vender produtos agrícolas, não tenho nada contra produto agrícola, sou a favor, inclusive fui negociador agrícola na OMC. Agora, é importante a gente dar um salto, vender serviço agrícola.

O que a Embrapa vende lá é serviço agrícola. Quando a gente cobrir toda nossa fronteira agrícola, aonde vamos atuar com nossas empresas? Nós temos que buscar outros mercados. Nesse 18 meses que estou lá foram assinados 54 acordos. Acordos da maior relevância, desde interligação de fibra ótica para o Estado de Roraima, que é extremamente importante, até acordos que propiciam uma série de negócios e possibilidades para o Brasil. Isso tudo decorre de uma decisão política, de caminhar junto conosco.

Bom, agradeço a tolerância do Senhor Presidente, já vou terminar. Gostaria de dizer que o que garante a continuidade dos interesses brasileiros na Venezuela, que são muito amplos, como mencionei aqui, é a entrada no Mercosul. Isso é um elemento fundamental. É preciso que entendamos que, ainda sob o nível teórico, a opção do *status quo*, ela não existe, ela não se sustenta no mundo político.

Os senhores são mestres nesta área, os Diplomatas são aprendizes. Lidamos com a relação externa, mas posso dizer que, de acordo com a realidade local, isso não se sustenta. Finalmente, gostaria de mencionar uma última mensagem: há, para alguns, preocupações com aspectos internos à Venezuela, por isso, é muito importante este debate. É sinal de maturidade do Brasil, do Senado e da sociedade. Como Embaixador, sinto-me muito feliz de estar aqui, de poder conversar diretamente com todos os senadores individualmente.

Agora, para quem tem preocupação com aspectos internos da Venezuela, elas só podem ser atendidas dentro do Mercosul. Fora do Mercosul não há possibilidade de nenhuma cobrança, vamos ficar nas boas intenções. Como a professora Maria Regina Soares de Lima res-

saltou: toda política de isolamento só gera mais isolamento. É muito interessante mostrar que o próprio Presidente Obama, quando esteve com o Presidente Chávez na reunião de Trinidad e Tobago, deixou muito claro que a questão do isolamento não existe mais.

A secretária de Estado, Hillary Clinton, fez um mea culpa em relação à política americana anterior, considerando-a equivocada. A própria derrogação da resolução da OEA expulsando Cuba também é uma demonstração clara de mudança. Gostaria finalmente de agradecer e mencionar, finalmente, que o Ministro Amorim fez entregar aqui o documento que responde aos dois requerimentos do Senador Tasso Jereissati. O último, inclusive, relacionado com a reunião de Salvador, extremamente exitosa.

Cabe, aí, uma palavrinha final sobre a questão dos aspectos técnicos do Mercosul. Eles se dividem em duas partes: bilaterais, diretamente ligados ao Brasil, e plurilaterais, que envolvem outros parceiros. Na reunião de Salvador basicamente se fechou um pacote bilateral que delinea a desgravação tarifária da Venezuela dentro da sua adesão Mercosul, caso o Senado Brasileiro aprove essa adesão.

Em relação ao pacote plurilateral, que envolve a nomenclatura comum do Mercosul, da Tarifa Externa Comum (TEC) e a incorporação do acervo normativo, serão retomadas as reuniões do Grupo de Trabalho *ad hoc*, mas aí acho que é importante notar o seguinte, no artigo 3 e 4 do protocolo de adesão, já está explícito claramente qual é a regra que vai prevalecer e qual é a regra temporal. Para ficar bem claro que não há cheque em branco, a regra é a seguinte: a nomenclatura, a TEC e o acervo normativo vão entrar em vigor quatro anos contados a partir da entrada em vigência do protocolo.

Portanto, é preciso deixar claro que não existe a possibilidade de terminar isso antes da entrada em vigência, porque já foi assinado dessa maneira. Quer dizer, o passo que se requer agora é a continuação da consideração pelo Senado, e, se o Senado assim o decidir, a aprovação. A partir desse momento serão contados os quatro anos em que, dentro desse prazo, essas outras negociações deverão ser terminadas, mas já estão estabelecidos claramente quais são esses parâmetros, que não poderão ser alterados. Esses parâmetros, pelos elementos que tenho, dão segurança jurídica suficiente ao Brasil. Isso sem prejuízo, evidentemente, de algum outro esclarecimento que se queira.

Bom, queria agradecer muito a tolerância do Presidente Azeredo, pois acho que me estendi um pouco mais, mas são esclarecimentos importantes para a consideração do tema aqui na Comissão. Obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Antônio Simões. Realmente é um momento muito importante para essa Comissão e para o próprio Senado, essa discussão sobre a questão da entrada da Venezuela no Mercosul. Essa é a terceira Audi-

ência Pública. Elas têm sido conduzidas realmente num nível muito interessante, muito bom, e é um momento de reflexão sobre o papel do Brasil nas relações internacionais.

Eu agradeço a exposição dos quatro convidados. Temos sete senadores inscritos, pediria apenas que tivéssemos um pouco mais de síntese, para que todos possam usar a palavra. Há um oitavo, o Senador Mozarildo, que acaba de se inscrever. Bom, sejamos sintéticos para que todos possamos participar de um processo realmente contraditório.

Passo a palavra ao Senador Fernando Collor, autor do requerimento inicial.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores. Ilustres palestrantes. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não se trata de excluir a Venezuela do Mercosul. Quando muito, trata-se de sobrestarmos a discussão do ingresso pelos motivos aqui já elencados brilhantemente pelo Ministro Celso Lafer e pelo Doutor Ives Gandra. Não se trata também de isolarmos a Venezuela. Se alguém está se isolando de um mundo globalizado, é ela própria, por intermédio do seu chefe de Estado, distanciando-se da nova configuração planetária que surgiu depois da desintegração do império soviético e da queda do muro de Berlim.

Eu gostaria, Senhor Presidente, de formular minhas perguntas. Em primeiro lugar à Professora Maria Regina e ao Ministro Celso Lafer. É uma mesma pergunta, que pediria que fosse respondida pelos dois. Em primeiro lugar pela Professora Maria Regina. Tenho afirmado que a entrada da Venezuela no Mercosul agora é inoportuna e deve ser objeto de estudos mais aprofundados. Entre outras razões, o Presidente Chávez luta por projeto político próprio, contrário ao nosso perfil de atuação, que busca a paz e a integração. Em maio de 2006, apoiou a ocupação a mano militari das instalações da Petrobras na Bolívia. Em março de 2008, depois do ataque colombiano a uma base das FARC no Equador, não teve atitude conciliadora, de apaziguar os ânimos, mas chegou a mobilizar tropas, num procedimento divisivo e belicoso. O que nos garante que diminuiu esse ímpeto beligerante?

Temo que essa agressividade possa voltar-se contra o Brasil, em cenário de agravamento de algum problema com nossos parceiros do Mercosul, como no caso dos brasileiros estabelecidos em território boliviano, ou das absurdas demandas em relação ao tratado de Itaipu e às ameaças aos brasiguaios. Estou certo de que, nessas situações, o presidente venezuelano será um agente desestabilizador e corrosivo em detrimento dos interesses brasileiros.

O mandatário venezuelano tem caminhado no sentido do autoritarismo e do estatismo. As provas estão aí diariamente noticiadas pela imprensa. Os depoentes, no caso a Professora Maria Regina e o



“Devemos considerar os aspectos do interesse nacional, mas temos que tomar muito cuidado para que não caiamos na tentação de passar a fazer julgamento sobre a forma como outro país se organiza, como outras nações o fazem...”

(Embaixador Antônio José Ferreira Simões)

Ministro Celso Lafer, concordam que uma vez aceita a presença da Venezuela no Mercosul, seria praticamente irreversível e teríamos dentro do bloco um foco desagregador? Não seria melhor para o Brasil estudarmos a questão por mais tempo? Os eventuais benefícios comerciais são ilusórios comparados com o risco de destruição do próprio Mercosul.

A segunda pergunta, para a Professora Maria Regina e o Professor Ives Gandra. Tenho dito, em defesa da inadequação da entrada, agora, da Venezuela no Mercosul, que não podemos nos ater a uma visão meramente formal da democracia, o país está sendo levado celeremente para o autoritarismo. Os fatos que nos mostram essa situação são públicos e notórios, descritos por nossa imprensa cotidianamente. Os depoentes, Professora Maria Regina e Professor Ives Gandra, concordam que o cumprimento das cláusulas democráticas do protocolo de Ushuaia de 1998 deve ser verificado agora como pré-condição da adesão e não ex-post facto? Reitero que aí poderia ser tarde demais.

E, por último, uma pergunta ao Embaixador Simões. O senhor esteve aqui em Brasília recentemente e atuou junto a membros do Congresso Nacional em defesa dos interesses da Venezuela. Eu pergunto: não seria mais adequado que essa tarefa fosse exercida pela Embaixada da Venezuela? Eu indago se a sua missão configura procedimento normal da diplomacia brasileira, e a que título o senhor veio ao Brasil naquela oportunidade? Por último, solicitar ao Embaixador Simões que distribua aos membros desta Comissão o contrato assinado entre o Governo da Venezuela e a Companhia Dedini, para construção de uma fábrica de etanol, anunciado pelo Ministro Celso Amorim.

A Venezuela e o seu Presidente estavam frontalmente contra o programa do etanol brasileiro, que é a menina dos olhos do Presidente Lula, e o Ministro Celso Amorim nos informou que fora assinado já um contrato entre a Dedini e o Governo da Venezuela, para que se construísse lá uma planta de fabricação de álcool. Essas são as perguntas, Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Fernando Collor. Tinha anotado aqui, para uma futura intervenção minha, que não ouvi nenhum senador defender o isolamento da Venezuela. Passo a palavra portanto à Doutora Maria Regina, para a primeira pergunta, e em seguida ouviremos o Ministro Celso Lafer.

Doutora Maria Regina Soares de Lima: Muito obrigada, Senador Collor, pela pergunta, que me dá a chance de desenvolver um pouco mais minha exposição. A palavra exclusão talvez seja forte, mas adiar, nesse momento, significa excluir. O sentido político das palavras é o que vale. Em um processo que está em discussão há tan-

to tempo, seria um eufemismo para adiar sine qua non. A gente sabe que em política o significativo é diferente do significado jurídico, o senhor sabe disso. Claro, ninguém advoga o isolamento. O isolamento seria uma consequência.

O senhor me fez duas perguntas, e vou respondê-las. Primeiro, qualquer cenário e avaliação que se faça da política interna e da política externa da Venezuela tem que levar em conta um dado crucial: o golpe de Estado de 2002. Acho que isso criou um sentimento de insegurança para o Presidente Hugo Chávez. As relações Venezuela-Colômbia são tensas. E a Colômbia é o principal aliado dos Estados Unidos na região. Tudo isso ocorreu durante o Governo Bush, de certa forma responsável por criar um duplo dilema de segurança para a Venezuela, inclusive com risco de intervenção externa.

Não conhecemos o processo dos países andinos, muito diferente do nosso processo democrático. Conseguimos a inclusão política e social da população brasileira a partir dos anos 1930, isso não ocorreu na Venezuela. Lá havia um sistema que desmoronou, diante de um processo de democratização que é fruto do fim da guerra fria. Então, o entendimento desse processo criou uma avaliação extremamente apressada e equivocada dos observadores internacionais e da mídia. Os passos do Presidente Chávez estão ligados a esse sentimento de insegurança criado pela mídia, por observadores internacionais e pela tentativa de golpe de 2002.

Em minha opinião, essa insegurança interna e externa se dissolverá no momento em que a Venezuela entrar para o Mercosul. Como podemos tomar uma decisão com efeitos estruturais e de longo prazo a partir da discussão sobre a personalidade de uma pessoa? Não estamos discutindo a entrada do Presidente Hugo Chávez no Mercosul. E acho que a adesão da Venezuela terá forte impacto na política interna do país. É só examinar o que ocorreu no caso do Paraguai, o compromisso democrático fortaleceu o sistema político e governa um presidente da esquerda, da oposição. A integração ao bloco fortaleceu o sistema político e consolidou a democracia paraguaia. O mesmo ocorre nos países do Leste Europeu que estão entrando para a União Europeia.

A segunda observação se refere à adequação da Venezuela ao Protocolo de Ushuaia. Eu vou ler aqui o primeiro artigo do acordo: “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados-partes do presente protocolo”, ou seja, não está dito qual é o modelo de democracia. A democracia participativa, plebiscitária, é uma modalidade de democracia. Existe competição eleitoral. A oposição, quando não adota uma estratégia suicida de não-participação, pode até ganhar. O sistema não é exatamente igual ao nosso, mas é plenamente democrático e está inserido dentro de uma concepção mais participativa da democracia. Muito obrigada.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Duas observações somente, Presidente, em relação às respostas da professora. Primeiro, a questão da democracia, dentro de uma visão formalista da democracia, podemos dizer que há democracia, mas dentro da visão prática, pragmática e objetiva, a democracia não se constitui numa das grandes conquistas da República Bolivariana da Venezuela. Em segundo lugar, professora, data venia, há uma grande diferença sim, também no campo político, entre adiar e excluir. Por exemplo, estamos agora vivendo aqui no Senado o adiamento da instalação da CPI da Petrobras. Adiamento de matéria em pauta não é exclusão da matéria em pauta. E nesse campo político, o que se sugere é que esse adiamento, sem nenhum demérito para a Venezuela, seja feito para que melhor decantemos todas as dúvidas que existem sobre os efeitos nefastos ou benéficos que causaria a entrada da Venezuela no Mercosul.

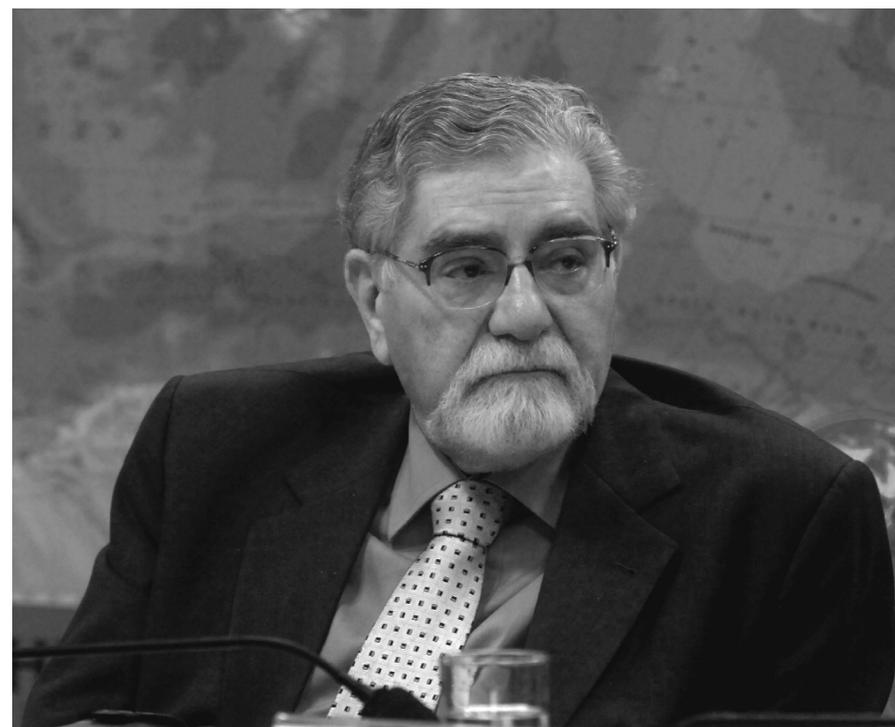
Obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Ministro Celso Lafer.

Doutor Celso Lafer: Eu agradeço a pergunta que me parece tão importante. Eu vou fazer duas ou três observações preliminares. Evidente que a Venezuela é um país vizinho, na América do Sul o relacionamento com nossos países vizinhos é algo fundamental do ponto de vista da política externa brasileira, ninguém quer nem deve excluir nenhum Estado do nosso entorno. O Governo do Presidente Lula promoveu a Unasul, que é, enfim, uma instituição concebida com o objetivo de inclusão, de maneira que há um instrumento que está em exame pelo Congresso Nacional, que oferece este mecanismo de participação.

Como foi lembrado em reuniões anteriores, inclusive pelo Presidente Collor, uma coisa é um país, com sua dimensão, outra é a personalidade de seu chefe de Estado. Os Estados Unidos do Presidente Bush eram uma coisa; os Estados Unidos do Presidente Obama são outra, inclusive do ponto de vista da inclusão e de visão das grandes tensões internacionais. Também não foi necessário estar a Venezuela integrada no Mercosul para que o Brasil, no Governo do Presidente Fernando Henrique, tivesse trabalhado ativamente para desmontar o Golpe de Estado que então se preparava. E foi justamente a iniciativa tomada no Grupo do Rio, em que representei o Presidente, que deu margem à convocação da Reunião da OEA onde justamente o capítulo da carta democrática foi invocado e teve o papel fundamental para desmontar essa tentativa de golpe.

Eu realcei, em minha exposição, que o projeto de integração do Presidente Chávez é distinto do projeto de integração do Mercosul. O projeto de integração do Mercosul combina os três campos, tem o objetivo de favorecer, por meio das relações econômicas, a paz e o entendimento. Está, assim, em perfeita consonância com que diz o pre-



âmbulo da nossa Constituição, que estabelece o compromisso com a solução pacífica de controvérsias – tanto no plano interno quanto no plano internacional –, e em matéria do artigo 4º da Constituição, que estabelece os princípios que regem as relações internacionais. Lembro que, entre esses princípios, estão a prevalência dos Direitos Humanos, no inciso II; a defesa da paz, no inciso VI, e a solução pacífica de conflitos, no VII. O Mercosul, como projeto, tem isto como meta.

Ninguém coloca em questão a importância do relacionamento com a Venezuela, que foi tão bem realçado. O que coloco é a ameaça que isso gera para a integridade do Mercosul como grande projeto diplomático do Brasil pós-redemocratização. Eu acho que esse é um dos dados que está em jogo. O Brasil procura atuar em prol da paz no plano internacional como terceiro elemento. Essa é a nossa característica. Receio, por conta da visão que o Presidente Chávez tem do mundo político interno e externo, limitada à relação amigo e inimigo, que ele seja um semeador da discórdia, e nesse sentido vejo com preocupação a entrada imediata do país, nesse momento, no Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Ministro. Com a palavra o Doutor Ives Gandra.

Doutor Ives Gandra da Silva Martins: O Ministro Celso Lafer é absolutamente coerente. O que é uma União aduaneira, Senador Fernando Collor? É um acordo superior a uma zona livre de comércio, em que não se discutem apenas tarifas aduaneiras, mas cria-se um mercado próprio. O interesse econômico é fundamental. Esse mercado próprio se faz à luz da criação de uma Tarifa Externa Comum. É um acordo de natureza econômica em que é fundamen-

tal a existência de regimes democráticos, não apenas formais, mas estruturais, porque de forma contrária, como há como se preservar o direito de cada parte. Para mim a necessidade de consenso representa que, se não houver consenso, uma das partes terminou por vetar.

Em direito internacional é interessante como se adotam expressões sinônimas. Tratado e acordo têm a mesma equivalência do ponto de vista jurídico. Consenso ou veto, de certa forma representam o mesmo resultado final, porque se não há consenso, é porque alguém vetou aquela ideia que iria gerar o consenso. Esta é a razão pela qual, na prática, a entrada de um país que estruturalmente não é uma democracia – e como disse a professora, existe insegurança jurídica na Venezuela – traria riscos ao processo de decisão. Não é porque a Venezuela vai entrar no Mercosul que essa insegurança deixará de existir.

Estamos discutindo a adesão de um país sem democracia estrutural, onde, Presidente Collor, a oposição não teve a possibilidade de realizar comícios nos mesmos lugares em que o Presidente Chávez fez. Em que o chefe de Estado faz declarações claras de que não dará nenhum apoio aos Governos de oposição. Onde o Governo persegue meios de comunicação, o que provocou críticas veementes das associações Brasileira e Internacional de Imprensa. Se toda a retórica para a inclusão da Venezuela decorre dos bons negócios, pergunto: por que a Confederação Nacional da Indústria tem restrições à entrada imediata? Porque a Confederação Nacional do Comércio, e presidido o Conselho Superior de Direito da entidade, temos restrições? Porque não sentimos que exista, na Venezuela, segurança jurídica. E a segurança jurídica é fundamental para que uma economia de mercado funcione, segundo dois ganhadores do Prêmio Nobel: Ronald Coase e Douglass North.

A insegurança decorre do autoritarismo que caracteriza o Presidente Chávez, que chega a dizer que há mais democracia em Cuba que nos Estados Unidos. Ele pretende exportar sua revolução bolivariana socialista para o mundo. Efetivamente estamos diante de um presidente que poderá trazer problemas sérios. O Brasil não é bem tratado pela Bolívia, pelo Equador, pelo Paraguai e pela própria Venezuela, o que traria para dentro do bloco um inimigo imediato das pretensões do Brasil de, efetivamente, liderar os países emergentes em todo o mundo. É uma característica própria daqueles que se sentem fragilizados procurar problemas externos, como aconteceu com o Presidente da Argentina, Leopoldo Galtieri, que invadiu as Ilhas Malvinas para mobilizar a opinião pública a seu favor quando sentiu que seu poder se enfraquecia.

Ora, de repente, o Presidente Chávez pode usar um artifício semelhante em função da crise de abastecimento que o país vive, uma vez que a Venezuela, uma monoeconomia, é obrigada a importar alimentos. O país é uma democracia formal. Os cinco poderes, a rigor,



se resumem a um só, porque o poder da cidadania, que é o poder do povo, aquele que é consultado permanentemente, é um poder facilmente manipulável, no momento em que todos os meios de comunicação oficial estão efetivamente em mãos do Presidente Chávez. Os outros são puramente de atuação.

Representando o Conselho Superior de Direito da Fecomercio no Conselho de Estudos Estratégicos, devo fazer uma exposição sobre o assunto, dia 29 de junho, no Conselho de Estudos Políticos e Estratégicos da Fiesp. Devemos aguardar os acontecimentos, porque é a melhor forma de ver como o futuro definirá os caminhos do Presidente Chávez. Nós não deveríamos sequer

discutir aqui antes da finalização do trabalho dos grupos técnicos que se arrastam desde 2005. Se eles se atrasaram quatro anos, porque temos que nos precipitar?

Devemos manter a ACE 59, o acordo que vence em 2011, que vai indo muito bem, mas só vamos dizer sim quando tivermos todos os elementos para poder decidir se a Venezuela é um bom parceiro. Por enquanto não temos elementos suficientes. Como brasileiro, sinto-me profundamente preocupado se tivermos palpitando e impedindo que o Brasil progrida em suas relações internacionais.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, professor. Então, para concluir as perguntas do Senador Collor, o Embaixador Antônio Simões.

Embaixador Antônio José Ferreira Simões: Obrigado, Senhor Presidente. Existe, no caso da Venezuela, uma grande diferença entre o discurso e a realidade. O escritor colombiano Garcia Marquez, e é bom lembrar que Colômbia e Venezuela já formaram um único país, diz que o realismo mágico é parte do cotidiano da região. O discurso, às vezes, aponta numa direção, enquanto a realidade mostra outra completamente diferente. Um exemplo disso é a mobilização das tropas depois do ataque da Força Aérea da Colômbia ao acampamento das FARC em território equatoriano, citada pelo Presidente Fernando Collor.

De fato, a mobilização foi anunciada pelo Presidente Chávez pela televisão. Eu me lembro que, naquela ocasião, liguei para o Chanceler. O correspondente da *Folha de S. Paulo* em Caracas me telefonou e disse que estava indo para a fronteira. Pedi a ele que, por favor, assim que chegasse e visse o que estava ocorrendo, me ligasse e me desse algumas informações. Ele chegou ao mesmo dia. Quatro dias depois, me telefonou dizendo que não havia chegado um único soldado, naquele momento havia falta de alimentos em Caracas e não houve efetivamente nenhum deslocamento de tropas. Então, há uma diferença entre o discurso e a realidade.

Em relação à questão dos portos e aeroportos, é semelhante. Na Constituição venezuelana, os portos e aeroportos pertencem à União. Aliás, como na Constituição brasileira, o Aeroporto de Brasília, que eu saiba, não é do governador José Arruda. Havia, de fato, uma possibilidade de que a administração de portos e aeroportos passasse para os estados. E essa possibilidade foi utilizada durante um tempo, foi revogada depois da eleição, uns dizem que por razões políticas, porque o Governo perdeu em alguns estados, outros dizem que as razões foram fiscais, porque Maracaibo é um porto extremamente rentável e o dinheiro fazia falta no caixa do Governo Federal.

Quando falta caixa, o Governo Federal toma certas atitudes, e isso não ocorre apenas na Venezuela. Em função das diferenças entre discurso e realidade, muito se fala do avanço da mídia pública e

das restrições à mídia privada. Em termos de audiência, o que vejo, e vejo muito televisão, porque muita coisa aparece na televisão, a audiência de todas as TVs públicas juntas é de apenas 15%. As TVs privadas agregam 85%. No Brasil deve ser igual. E aí está, senador, a razão pela qual o Chanceler me chamou a serviço, para que pudesse mostrar aspectos que não estivessem claros aos senhores. E sobretudo, e aí é o aspecto mais importante da minha vinda anterior, para chamar a atenção, muito claramente, de quais são os interesses brasileiros.

Eu fui muito claro em mostrar claramente quais são os interesses brasileiros na visita a todos os 81 senadores e em particular que dediquei ao senhor, e lhe agradeço muito por haver me recebido. Eu não defendi a Venezuela, sou Embaixador do Brasil, eu defendo o Brasil. O Senado é totalmente independente para tomar qualquer decisão: rejeitar ou aprovar. Agora, creio que é muito importante informar, sobretudo em um assunto em que as informações às vezes não são claras, e não são claras porque simplesmente, vamos ser sinceros, há outros aspectos mais charmosos para os jornais. Por exemplo, dificilmente leio que o maior superávit da balança comercial brasileiro é com a Venezuela. Dificilmente leio que as empresas brasileiras têm US\$ 15 bilhões de contratos na Venezuela.

Como temos liberdade de imprensa, uma coisa fantástica, acredito que isso decorre por ser menos charmoso. Às vezes é mais charmoso falar da China ou da Argentina. Há outras coisas mais prioritárias no imaginário da nossa população e da imprensa, então acho que é importante que a gente seja capaz de trazer algum tipo de informação para poder elucidar esses aspectos.

O contrato da Dedini. Eu vou verificar, não tenho certeza que seja um contrato direto entre a Dedini e a PDVSA, mas há um contrato para o fornecimento de uma grande usina de álcool, não sei se de compra direta ou de terceiros. A Embaixada normalmente não têm todos os contratos, mas não há importância, vamos atrás para descobrir e vamos enviar o que houver, para ajudar a consideração dos senadores.

Eu queria só dar uma última palavra em relação à questão de União Europeia. A União Europeia desenvolveu, em 1993, o consenso de Copenhague que estabelece critérios para a adesão, mas na primeira onda de adesão, não se pediu absolutamente nada. Para a segunda e a terceira, aí se estabeleceram os critérios técnicos, mas, mesmo assim, há critérios políticos que superam os critérios técnicos. Vou dar um exemplo concreto: o ingresso da Romênia. Ninguém tem dúvida que a Romênia dificilmente poderia preencher todos os critérios técnicos, mas no momento da adesão, como havia uma razão política superior, a União Europeia achou que isso era um fator determinante e seguiu adiante.



São esses os esclarecimentos que creio importantes.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. Senador Collor, só para uma réplica, e depois o Senador...

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Senhor Embaixador, em relação à movimentação das tropas, quando daquele entevero das FARC no território equatoriano, o movimento houve. Talvez o repórter em tela não tenha sido suficientemente diligente de estar no lugar certo no momento certo, mas houve a ordem e a determinação para que lá fossem mobilizados, enviados tanques e armamentos. Como também as movimentações que o Governo venezuelano faz na região de Essequibo, na divisa com a Guiana...

A Venezuela, até que com alguma razão, quer retomar Essequibo e realiza demonstrações de força na região.

Sobre discurso e realidade. Discurso e realidade. O discurso do Presidente Chávez para o Presidente Lula, em Salvador:

– Não, fique tranquilo porque não vamos nacionalizar empresas brasileiras. Estamos nacionalizando somente argentinas.

Esse é o discurso. A Presidente da Argentina, Cristina Kirchner liga e cobra:

– Vem cá, você falou isso?

Responde o Presidente Chávez:

– Não, foi uma brincadeira.

Então, qual é o ingrediente entre uma conversa com dois chefes de Estado de assuntos de tamanha importância e envergadura? Até que ponto vai a ficção, até que ponto vai a brincadeira e até que ponto vai a realidade?

Isso que acabou de ser dito pelo Doutor Ives Gandra Martins, que se o interesse econômico existisse na proporção que é propalada, a Federação das Indústrias e a Federação do Comércio seriam as primeiras a estarem mobilizadas, realizando conversas e promovendo encontros para demonstrar aos parlamentares, e especificamente, nesse momento, ao Senado da República, da importância do ingresso da Venezuela no Mercosul. A questão em relação ao chefe da Venezuela, é que ele nunca junta o discurso com a realidade. A realidade está muito distante do discurso que ele pratica no seu dia-a-dia.

Para concluir. Em relação à parceria comercial, não podemos nunca nos esquecer, Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, que o maior parceiro comercial da Venezuela são os Estados Unidos da América. Eles é que compram todo o petróleo, a despeito do Presidente Chávez ficar dizendo que ele é o demônio. Então, são essas considerações que gostaria de fazer, agradecendo ao Senhor Presidente e as senhoras e senhores senadores.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, pela ordem, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O próximo inscrito é o Senador Suplicy, que é autor do requerimento, mas então pela ordem o Senador Romero, líder do Governo.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, pedi a palavra pela ordem, vou precisar me retirar, mas queria em breves palavras, marcar duas posições. Primeiro, como líder do Governo, dizer que a prioridade do Governo realmente é votar essa matéria, é trabalhar pela inserção da Venezuela no Mercosul e temos feito isso abertamente, claramente, mas quero reafirmar minha posição como senador de Roraima. Ela é mais contundente do que como líder do Governo. Eu considero qualquer atraso nocivo para meu estado de Roraima. Independente de São Paulo. Respeito muito o Doutor Ives Gandra Martins, mas o que é bom para São Paulo pode não ser bom para Roraima. Nós queremos discutir e votar.

Já tivemos três Audiências Públicas, quero deixar aqui um requerimento para que possa se pautar na próxima sessão a votação dessa matéria. Quero votar e deixar meu voto contra qualquer outro requerimento de Audiência Pública. Acho que os senadores já estão bastante informados. Nós vamos usar desculpas técnicas para palavras que vão significar isolamento, adiamento, retardamento. Respeito a posição de todos, mas quero aqui, como senador de Roraima, defender a rápida votação dessa matéria. Para nós é determinante, vai definir o futuro da Amazônia Ocidental e o desenvolvimento da

região. Quero registrar o meu voto pedindo para que seja pautada a votação dessa matéria, mesmo que o relatório do Senador Tasso Jereissati seja contrário ou tenha algum tipo de restrição.

Peço a entrega do relatório e registro meu voto contrário a qualquer requerimento que venha postergar a decisão ou a qualquer outra audiência pública. Os assuntos já estão se repetindo. Muda a figura proeminente que vem aqui, mas existem posições políticas claras, contra e a favor. Existem questões técnicas que estão superadas ou que serão superadas. Portanto, se decidirmos aqui que vamos esperar quatro anos para que todos os procedimentos sejam tomados, estamos decidindo pelo isolamento.

Ou queremos a Venezuela no Mercosul ou não a queremos. Essa é a decisão que o Senado da República precisa tomar e como senador de Roraima, vou cobrar. Obrigado Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Romero, quero só esclarecer que recebemos pela manhã a informação do Itamaraty sobre a reunião técnica, foi objeto do requerimento. O Senador Tasso não apresentou ainda seu parecer, portanto não é possível fazer nenhuma marcação de pauta, o Senador Tasso esteve presente nas duas audiências anteriores, não pôde estar nessa...

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Então, fica o apelo para que o Senador Tasso Jereissati, por favor, apresente o relatório.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está ótimo. Eu vou passar a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que apresentou o requerimento para a nova audiência. Senador Romero, regimentalmente tenho que dar segmento a todo requerimento colocado. Cabe ao Governo, portanto, se posicionar em relação a novos requerimentos de audiência, como o que o Senador Mozarildo acabou de apresentar hoje. Temos reunião ordinária amanhã para a sabatina de embaixadores e para instaurar esse novo requerimento. Senador Mozarildo.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Senador Presidente, estou inscrito para fazer as indagações, mas em face da Questão de Ordem levantada pelo líder do Governo, quero dizer algumas coisas que me assustam. Esse Protocolo está aqui na Comissão de Relações Exteriores há apenas três meses. Ficou na Câmara por um ano. Aliás, permaneceu cerca de dois meses na Comissão do Mercosul. Então, não há motivo para essa sangria desatada. Sou senador de Roraima, nascido lá, e também tenho muito interesse na inclusão da Venezuela no Mercosul, mas concordo plenamente com o Doutor Ives Gandra e com o Embaixador Celso Lafer. O que interessa aqui é a questão de dosagem de tempo...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): vossa excelência está concordando só com os dois?

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Só, porque discordo do Embaixador Simões e da Doutora Maria Regina Soares de Lima. Eu apresentei o requerimento, que surpreendentemente nem foi lido, e já há manifestação contrária a ele. Requeri que seja ouvido quem? O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador do Amazonas.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado. Quero esclarecer que esse Projeto esteve na Câmara por cerca de um ano e meio. Portanto, não há atraso excessivo no Senado. O projeto chegou em março e temos procurado dar andamento. Agora, na Câmara, onde, Senador Jucá, o Governo tem maioria muito expressiva, ficou um ano e meio. Poderia ter andado mais rápido lá...

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, se ficou um ano na Câmara, não precisa, necessariamente, ficar um ano aqui. O processo foi formatado na Câmara. Historicamente, os projetos na Câmara demoram mais do que no Senado, todos os óbices, todas as questões já vieram esclarecidas no procedimento que veio da Câmara. Estamos fazendo um processo suplementar de informação, não começamos do zero. Agora, é bom que fiquem claras as posições divergentes. É bom que fique claro. Eu só peço que se vote, que se apresente o relatório, quem quiser votar contra, vote. Quem quiser votar a favor, vota a favor. Nós estamos numa democracia.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Senador Efraim tinha pedido a palavra.

Senador Efraim Morais (DEM-PB): Para contraditar. Só a questão de prazo... Eu nunca vi no regimento da Casa que se, na Câmara, passou um ano, aqui tem que ser menos. Até porque as Relações Exteriores são vistas com mais atenção pelo Senado Federal. Eu vou solicitar ao Senador Mozarildo que acrescente no requerimento o nome do jovem escritor venezuelano Gustavo Tovar-Arroyo, membro ativo dos direitos humanos e ideólogo do movimento estudantil venezuelano naquela.

Recentemente, o meu filho, que é deputado federal, esteve na Venezuela participando de um evento promovido pelo Centro de Divulgação do Conhecimento Econômico (Cedice). O reconhecido escritor Mario Vargas Llosa, ex-candidato à Presidência do Peru, convidado a participar do encontro, passou por um constrangimento horrível. Teve toda a sua bagagem revistada pela imigração do senhor Chávez. O agente aduaneiro foi claro. Disse que o objetivo era evitar que ele falasse de política na casa dos outros. E o que o Senhor Chávez faz aqui no Brasil? O que ele faz no mundo a não ser só falar de política? Meu filho era um dos debatedores e ficou sitiado pela polícia em um ambiente fechado, cheio de escutas e com agentes infiltrados. Vamos aceitar isso normalmente, sem discutir?

Então, não há pressa. É um direito nosso, é um direito do Senador Mozarildo apresentar sugestões, pedir audiências, como prentendo apresentar também. Precisamos trazer pessoas da oposição da Venezuela para discutir aqui mais claramente a situação do Presidente Chávez. Faço parte do Parlamento do Mercosul, vejo qual é o comportamento dos companheiros venezuelanos, que não têm direito a votos, mas que, mesmo assim, apresentam um comportamento estranho.

Nós somos maiores de idade, queremos esclarecimento e o que for bom para o nosso país.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Senador Flexa tinha pedido aqui pela ordem, mas precisamos dar segmento...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, desse jeito vira brincadeira. Porque cada um faz um discurso de posicionamento político, então... Eu também peço pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Flexa.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): O Senador Inácio Arruda fica muito nervoso quando as manifestações são contrárias à ideologia dele.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Eu nem falei. Como é que você sabe?

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Senador Inácio, estou com a palavra. Lastimo, a forma autoritária como o líder do Governo, Romero Jucá, se colocou. O clima da Venezuela baixou no Senador Jucá. Ele age como se estivéssemos aqui para fazer aquilo que o Governo quer. Somos um poder independente, o Senado tem todo o direito de discutir a matéria com cautela, com cuidado. Há dois ex-presidentes da República declaradamente contrários à entrada da Venezuela no Mercosul, o ex-Presidente José Sarney e o ex-Presidente Fernando Collor.

Quero parabenizar o Embaixador Antonio José Simões, ele permanece muito mais tempo no Brasil do que na Venezuela. Em minha opinião, acho que vossa excelência deveria estar lá tratando dos interesses brasileiros.

Quando interessa a eles, os senadores da base governista prendem um projeto por um ano, um ano e meio, dois anos, sem dar parecer. E atropelam quando têm interesse. Vamos discutir. Vou pedir mais uma audiência pública, eu ainda tenho dúvidas. Gostaria de atender aos anseios do embaixador, mas, hoje, sou contra a entrada da Venezuela no Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita, que é nosso Vice-Presidente, pediu a palavra pela ordem.

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): Pela ordem, Presidente. Pela ordem...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Nós temos que seguir a ordem dos pedidos.

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): ...mas é a primeira vez, pela ordem.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Pela ordem também, Senhor Presidente. Pela ordem também.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Senador Geraldo Mesquita pediu primeiro...

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Presidente, queria saber se vamos prosseguir com a nossa sessão, normalmente. Eu queria saber a ordem que estou inscrito.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O senhor é o quarto. Logo agora o Senador Suplicy, Senador João Pedro, e Senador Geraldo Mesquita.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): E queria sugerir blocos de três parlamentares fazendo questionamentos, pra que a gente dê celeridade a essa reunião. E o Senador Collor inaugurou aqui a réplica. Acho que tem 12 senadores inscritos. Se todos forem replicar, então é melhor a gente continuar a audiência durante a tarde.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está certo. Vamos passar a palavra ao Senhor Senador Valadares, que pediu pela ordem.

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): Presidente, acho que toda discussão leva à luz. Todo debate é importante. Notadamente, quando estamos em uma Comissão do Senado, que é uma instituição democrática, que deve ouvir todas as opiniões, todos os segmentos envolvidos. Participam do Mercosul, como sabe vossa excelência, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Seria a inclusão de mais um país da América Latina nesse fórum, que considero importante do ponto de vista econômico. Tem repercussões políticas, mas é fundamentalmente uma união de países com um objetivo econômico. Eu acho que o problema ideológico não vai influenciar o posicionamento do Brasil no Mercosul, porque já temos uma posição definida sob o ponto de vista constitucional. Somos uma democracia e não haverá nenhum contágio da Venezuela com relação à nossa disposição em continuar com a democracia construtiva, uma democracia que, hoje, é exemplo no mundo inteiro.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está ótimo. Muito obrigado. Vamos seguir então a lista de oradores. Senador Suplicy, e como foi proposto pelo Senador Mesquita, em seguida o Senador João Pedro e o Senador Geraldo Mesquita. Faremos então os três em

bloco. Logo em seguida tem os senadores Pedro Simon, eu próprio, Inácio Arruda, Mozarildo Cavalcanti, Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio. Senadora Rosalba pede aqui também a inscrição. Senador Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, acho que foi importante a iniciativa do Senador Fernando Collor de convidar o Doutor Ives Gandra da Silva Martins e o ex-Ministro Celso Lafer. Também avaliei que seria importante ouvirmos o Embaixador Antônio José Ferreira Simões e a Professora Maria Regina Soares de Lima.

Eu quero, primeiro, discordar da avaliação do Senador Fernando Collor ao afirmar que o Embaixador Antônio José Ferreira Simões estaria aqui defendendo o interesse da Venezuela. Acho que ele, com muita clareza, expressou que veio conversar conosco, os 81 senadores, para defender o interesse do Brasil. Eu estou de pleno acordo que os esclarecimentos que o senhor tem nos dado referem-se todos ao interesse maior de nossa nação.

Penso que deveríamos convidar o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Executivo do Itamaraty, que conhece muito o tema da adesão da Venezuela ao Mercosul. Foi o próprio Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães quem sugeriu que viesse o Embaixador Antônio José Ferreira Simões, que conforme nos demonstrou, está a par daquilo que acontece na Venezuela e das razões pelas quais o ingresso do país no Mercosul é de interesse maior da nação brasileira.

Eu acho muito importante que tenhamos ouvido aqui tanto do Embaixador Antônio José Ferreira Simões e da Professora Maria Regina Soares de Lima, que, diferentemente do que nos expuseram o Professor Celso Lafer e o Doutor Ives Gandra da Silva Martins, afirmaram que há avanços consideráveis nas instituições democráticas da Venezuela, ainda que possa haver alguns aspectos com os quais eu, por exemplo, não concordo.

Eu não teria sugerido ao Presidente Hugo Chávez o direito indefinido de reeleição. Noto que alguns senadores da oposição temem que o direito indefinido de reeleição venha a se propagar aqui, mas todos temos conhecimento público da firme intenção do Presidente Luís Inácio Lula da Silva de não se colocar a favor de uma terceira oportunidade de reeleição seguida. Portanto, não precisa ter este temor, mas é muito importante saber que, até há pouco, não havia na Venezuela eleições municipais para prefeitos e para governadores. Que esta é uma mudança proposta pelo Governo do Presidente Chávez. É muito importante também sabermos que antes o número de eleitores era limitado e que aumentou a participação da população da Venezuela nas eleições.

É importante sabermos que na Venezuela há avanços em relação ao Brasil. Por exemplo, tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal um projeto para introduzir a revogação de man-

dato, a exemplo do que existe na Venezuela e em alguns dos estados nos Estados Unidos, como na Califórnia.

O Doutor Ives Gandra e o ex-Ministro Celso Lafer são amigos de muitos anos. O Doutor Ives foi meu colega na Fundação Getúlio Vargas, mantenho com ele uma convivência de 40 anos. Em 1975, o Governo Brasileiro resolveu reconhecer o primeiro Governo de Angola, que era de natureza marxista. Estávamos em um regime militar, que tinha uma convicção completamente contrária ao marxismo, mas que desenvolveu uma forte aproximação com a África.

Gostaria aqui de fazer uma reflexão, tendo em conta que a professora Maria Regina e o Embaixador Simões enfatizaram a relevância da atitude do Presidente Barack Obama, de se abrir e de ter uma atitude de maior inclusão de todos os países das Américas e dos cinco continentes. Convidar o Senador Fernando Collor a analisar em que medida o bloqueio de Cuba pelos Estados Unidos dificultou a democratização das instituições cubanas?

Tenho a convicção de que, na medida em que se acabar com o bloqueio econômico, cultural e diplomático, Cuba terá um movimento acelerado de democratização das suas instituições, inclusive com maior número de visita de cidadãos americanos a Cuba e de cubanos indo aos Estados Unidos. Da mesma maneira, quero fazer um paralelo: se excluirmos ou adiarmos indefinidamente a inclusão da Venezuela no Mercosul, teremos um movimento reverso. Por outro lado, se aprovarmos o ingresso da Venezuela no Mercosul, estou convicto de que o exemplo positivo das instituições brasileiras irá se alastrar.

Quero inclusive expressar o testemunho do Presidente Maurício Funes, de El Salvador, que, na semana passada, em sua cerimônia de posse, perante 16 chefes de Estado, disse que tinha dois exemplos para espelhar: o Presidente Barack Obama, ali representado pela Secretária de Estado Hillary Clinton, e pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Com respeito à frase do Presidente Chávez sobre o Senado Brasileiro, prezado Doutor Ives, tive a oportunidade de retrucá-lo. Estava em Caracas, ao lado do Embaixador João Carlos Sousa Gomes, numa conferência do Presidente Hugo Chávez, quando ele me passou a palavra em transmissão direta pela TV Pública. E ressaltai: “Quero lhe dizer, Presidente Hugo Chávez, que o Senado Brasileiro não é submetido aos interesses do Governo dos Estados Unidos. Quando o Governo George Walker Bush decidiu intervir militarmente no Iraque, praticamente todo o Senado, independente de partido, criticou o ataque e respaldou a posição contrária do Governo Brasileiro.”

Mas gostaria de fazer algumas perguntas pontuais. Alguns empresários mencionaram uma eventual dificuldade de pagamentos às exportações brasileiras, e gostaria que o Embaixador nos esclarecesse



se essas dificuldades, do ponto de vista cambial, foram superadas e qual a atuação da Embaixada do Brasil para resolver estes problemas eventuais.

Gostaria de esclarecer ao Senador Fernando Collor que a Venezuela tem um gasto militar em relação ao PIB da ordem de 1,5%, que é um pouco menor do que a proporção investida pelo Brasil, e bem menor com os cerca de 3% que a Colômbia e o Chile aplicam. Então, não é um Estado que realiza gastos extraordinários. É importante lembrar que foi a Colômbia que invadiu o território do Equador e não a Venezuela.

O protocolo de Ushuaia prevê possível expulsão do Mercosul se houver ruptura da ordem democrática, mas será que há, de fato, uma ruptura de ordem democrática na Venezuela quando boa parte da mídia do país é extremamente crítica em relação ao Governo? Gostaria,

inclusive, de pedir ao Embaixador Antônio José Ferreira Simões, que possa nos contar sua versão sobre a visita do escritor Mário Vargas Llosa, porque repercutiu internacionalmente.

Em que pese o episódio havido no aeroporto, aqui mencionado pelo Senador Efraim, ele dialogou, fez palestras, foi entrevistado pela imprensa, enfim... Eu sei que o Presidente Hugo Chávez, depois de tê-lo convidado para um debate público na televisão, acabou desistindo da ideia. Em que medida pôde Mário Vargas Llosa se expressar com liberdade dentro do território venezuelano e como sua palestra foi divulgada pelos órgãos de imprensa?

Professor Ives Gandra da Silva Martins, o senhor relatou que conhece bem as constituições da Venezuela, do Equador e do Brasil. Há um ponto comum entre as Cartas Magnas do Brasil e da Venezuela. Ambas dizem querer e têm como objetivo fundamental da nação a

integração com os povos da América Latina. E em que medida devemos ter a perspectiva do longo prazo, a perspectiva da Constituição, e não apenas de Governo, porque este ponto é muito importante para a decisão que iremos tomar.

Muito obrigado.

O Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), assume o exercício da Presidência

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Artigo 14 por gentileza, Senhor Presidente. Fui citado pelo Senador Eduardo Suplicy. Apenas para alguns esclarecimentos, se vossa excelência permitir...

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência: Perfeito. Tem amparo regimental. Só gostaria que realmente fôssemos mais breves, porque há um esvaziamento da sessão...

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Será breve. Porque são pontos importantes. Em nenhum momento desmereci a presença do senhor Embaixador Simões aqui no Senado, em nossos encontros e nas nossas reuniões, apenas perguntei a ele se é da prática da Secretaria de Estado destacar um Embaixador do Brasil a vir ao Brasil defender os interesses de um determinado país, no caso a Venezuela. Perguntei se isso era uma prática comum da Secretaria de Estado, mas em nenhum momento desmereci. Ao contrário, acho que a presença de vossa excelência vem ajudando muito aos nossos debates.

Em segundo lugar, não disse que a Venezuela invadiu o território colombiano ou equatoriano. Eu disse, sim, o que é um fato comprovado, que houve a determinação de que tropas venezuelanas fossem mobilizadas rumo à fronteira, não somente na questão do episódio que houve entre o Equador e a Colômbia, mas também em relação à província de Essequibo, na Guiana.

Eram esses esclarecimentos que gostaria de dar, Senhor Presidente. Muito obrigado.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência: Quero agora dar a palavra ao Senador João Pedro.

Senador João Pedro (PT-AM): Senhores senadores, Senhor Presidente, senhoras senadoras, senhores convidados.

Primeiro, quero destacar o esforço da Comissão de Relações Exteriores em realizar esse debate. Eu medieei um encontro entre o Embaixador da Venezuela com o relator da matéria, o Senador Tasso Jereissati. Eu considero esta discussão muito importante, mas às vezes me questiono porque, quando se discute a adesão da Venezuela, ao Mercosul, acabamos reduzindo o debate para a relação Brasil-Venezuela. Não se discute a estratégia do Brasil no Mercosul e a importância da Venezuela no Mercosul.

Para mim é urgente a ampliação do Mercosul, principalmente pelo papel estratégico da Venezuela. A Professora Maria Regina apresentou uma série de aspectos importantes. Eu quero dar um exemplo do ponto de vista regional. A Zona Franca de Manaus, que tem um PIB de US\$ 34 bilhões, e que tem importante papel na preservação da floresta por conta da dinâmica econômica do parque industrial, tem a Venezuela como segundo maior mercado, logo depois da Argentina...

O Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), reassume o exercício da Presidência.

Senador João Pedro (PT-AM): ...a maioria dos celulares produzidos no Parque Industrial de Manaus é comprada pela Venezuela. A energia de Roraima vem da Venezuela. Enfim, precisamos olhar o papel estratégico do Mercosul. Considero a adesão da Venezuela ao Mercosul um marco, pois modifica a relação do Brasil com os países do norte da América do Sul, que compõem a Pan Amazônia. Precisamos quebrar isso. E quando discutimos a adesão da Venezuela, terminamos descambiando e o debate acaba em torno do Presidente Hugo Chávez, eleito democraticamente por seu povo.

Há 20 anos, um grande empresário brasileiro dizia que centenas de empresários saíam do Brasil em 1989 por conta da eleição do Presidente Lula. Lembro essa ocasião para questionar, com a maior tranquilidade, o eminente jurista Ives Gandra, quando afirma: “Vamos aguardar. Vamos aguardar.” A Venezuela não é do Presidente Chávez. Existe oposição, dinâmica e com audácia. Todos os dias, os jornais de Caracas confrontam as posições do Presidente Hugo Chávez. Todos os dias. É uma oposição forte. Pra mim isso mostra democracia, dinâmica, vitalidade.

Eu não posso deixar de destacar a diminuição dos índices de pobreza da Venezuela. Essa é a grande obra do Presidente Chávez. Há bem pouco tempo, esse país, que é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, tinha a maioria de sua população abaixo da linha da pobreza. E foi o Governo do Presidente Hugo Chávez que quebrou essa mazela, a imposição da pobreza absoluta a milhares de seres humanos.

O Mercosul precisa ampliar sua relação com os países do norte do subcontinente. Tenho milhares de divergências sobre a postura do Presidente Uribe, mas penso que a Colômbia deveria participar desse bloco por conta da sua população, de sua economia e de sua pujança. Da mesma forma o Peru. Estamos lentos na obra de ampliação do Mercosul. Precisamos ampliar as relações com os povos da Pan Amazônia, do ponto de vista cultural, científico e tecnológico.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado. Senador Mozarildo, pediria que assumisse novamente a Presidência por-

que o próximo da lista sou eu. Eu quero fazer uma pergunta. E depois o Senador Inácio Arruda.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência: Com muito prazer, vamos ouvir o Presidente, Senador Eduardo Azeredo.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Quero, primeiro, dizer que na verdade o meu partido, o PSDB, não tem uma posição tomada. Nós aguardamos mais informações, estamos discutindo, estamos levando em consideração os argumentos a favor e contra. Eu participei, há 15 dias, de uma reunião na Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), que contou com a presença de um representante do Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e com um representante da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE). E há unanimidade contrária em relação à entrada da Venezuela no Mercosul. Os argumentos comerciais, na verdade, são contrapostos por quem se interessa pelo comércio, que são as federações de indústria e comércio. Isso gera, realmente, uma dúvida, uma insegurança. Se quem está comercializando está com dúvida, por que não podemos ter dúvidas?

Embaixador, claro que podem ser questões eventuais, mas as vendas de automóveis estão zeradas em 2009. A Fiat Automóveis chegou a vender 20 mil veículos por ano para a Venezuela. Neste ano, vendeu zero. Ela está com um pedido de guia de importação desde setembro do ano passado. Estamos em junho desse ano. É esse o tipo de comércio que queremos? A Colômbia vendeu 10 mil veículos, mas foi preciso interferência direta do Presidente Uribe para possibilitar o negócio. Essas foram as informações repassadas durante a reunião da Federação das Indústrias de Minas Gerais.

A inadimplência, não dos compradores, mas do Governo da Venezuela, está entre quatro e seis meses. Os vendedores de carne do Brasil vendem, o comprador paga e o Banco Central da Venezuela segura o dinheiro. Os vendedores de aço brasileiro vendem, pagam e o Governo segura. Isso preocupa. O país quer entrar e está inadimplente tem burocracia emperrada para os processos de importação. Não me parece que seja o caminho mais adequado. A Usiminas tinha participação numa indústria siderúrgica, lá, que foi desapropriada, então, não é verdade que empresas brasileiras não foram afetadas. O único ponto positivo é que pagaram, mas as empresas brasileiras não estão imunes. Eu queria colocar esses pontos, que até me surpreenderam pelo temor dos representantes da indústria em relação ao conturbado processo do Mercosul, que já não anda bem, diga-se de passagem.

Eu também sou parlamentar do Mercosul, temos problemas com a Argentina, que passou por cima das regras do Mercosul. Os dados são claríssimos, o Brasil teve superávit com o Mercosul no ano passado. Neste ano, provavelmente, teremos déficit. A Argentina,

que era a principal responsável pelo superávit, substituiu o Brasil pela China. Ela não dá preferência ao Brasil, preferiu comprar da China. Essas eram algumas considerações que queria colocar. Estamos procurando mais informações para evitar dificuldades adicionais com a entrada de um novo país.

É importante, sim, que a Venezuela entre no Mercosul, mas reitero, não sei se esse é o momento. E só para fazer justiça, houve uma comparação entre os presidentes Chávez e Lula. É injusta. O Presidente Lula trabalha com os governadores de oposição, como trabalha com o governador do meu estado, Aécio Neves.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência: Em seguida, vamos ouvir o Senador Inácio Arruda.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores. Essa é a terceira audiência pública. E de fato há uma demarcação política, entre senadores e entre os convidados. Não está errado, acho bom que as posições políticas fiquem cada vez mais explícitas. Acho que isso ajuda a tomar decisões.

Aconteceram alterações substanciais na América do Sul sob o ponto de vista político, que podem não agradar a A, B, C ou D, mas aconteceram e elas são marcantes. A opção do povo venezuelano foi por um Governo popular. Esse é o problema central. É uma forma de Governo diferente, como aconteceu no Brasil. Querendo ou não, o Governo do Brasil também tem feição mais popular. Tivemos grandes mudanças sob o ponto de vista ideológico, marcado pela formação da República Bolivariana. É interessante observar que Bolívar não era socialista, era um liberal. Socialista era o General Abreu Lima, que combateu ao lado de Bolívar, autor dos primeiros livros sobre o tema na América Latina.

Observamos mudanças na Venezuela, no Brasil, na Bolívia, no Equador, no Paraguai. O mesmo pode ser visto na Argentina e no Uruguai. Na América Central também houve mudanças, que, na verdade, não formam o escopo da questão. O que discutimos aqui é a importância do Mercosul para o Brasil. Esse é um problema chave, não é um problema de Chávez, é um problema chave para o Brasil.

Chávez governa a Venezuela, mas qual é a importância disso para nós? Temos de discutir a entrada da Venezuela sob o ponto de vista estratégico e geopolítico. De preferência, o mais rápido possível. Porque a adesão da Venezuela é fator de atração para a Colômbia, governada pelo Presidente Álvaro Uribe, que não atrai manchetes negativas na imprensa brasileira, mas acaba de aprovar, no Parlamento colombiano, a discussão sobre o terceiro mandato.

Com Uribe ou sem Uribe, temos que atrair a Colômbia. Mesmo se ele conseguir disputar um terceiro mandato e ganhar. O papel do Brasil é atrair a Colômbia para o Mercosul. Acho que poderíamos ajudar mais, sob o ponto de vista de segurança continental e para a so-

lução da guerra civil que assola a Colômbia. O Mercosul decorre de uma decisão política. E é significativo sob os pontos de vista político, econômico, social e de consolidação da democracia na região. Acho que aqui está a questão central.

Eu não posso colocar a discussão ideológica na frente. Sou do Partido Comunista do Brasil e tenho uma opinião muito diferente de muitos dos senhores, mas levo em conta os interesses do nosso país. Sob o ponto de vista geopolítico o ingresso da Venezuela é importante para o Brasil.

Em relação à cláusula democrática, existe ou não democracia na Venezuela? Ela pode ser diferenciada da nossa, não precisa ser igual. A oposição tem direito de expressão ou não? Sinceramente, quem já pôde ver os debates produzidos pela televisão venezuelana fica assustado com o nível dos ataques. Senhor Presidente, Ministro Celso Lafer, Embaixador Antonio José Ferreira, os programas políticos produzem um embate brutal contra o Governo...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Isso é um elogio à oposição brasileira...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): ...É verdade. Vale como elogio. Na Venezuela, há um confronto brutal, direto e diário, senhores. Permanente. Devemos lembrar que o Presidente Hugo Chávez sofreu um golpe. Houve interferência direta dos Estados Unidos, todos sabemos disso. Hoje, a OEA reverteu o processo de expulsão e isolamento de Cuba porque as relações políticas se alteraram profundamente, não apenas porque o Presidente Obama mudou o caráter da democracia americana. Houve alteração substancial em toda a América Latina e é evidente que os norte-americanos não são bobos e preferiram não obstruir a decisão da OEA. Acho que esse que é o processo que estamos assistindo.

Estamos bem informados para que possamos opinar sobre a adesão da Venezuela no Mercosul.

O Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), reassume o exercício da Presidência

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Senhor Presidente. O Senador Romero Jucá fez questão, como líder do Governo, dizer que é senador por Roraima. Eu quero ressaltar que, além de senador de Roraima, nasci lá, meus pais nasceram lá, minha mulher nasceu lá, meus filhos nasceram lá. Fui inúmeras vezes à Venezuela. Visitei, inúmeras vezes, Isla Margarita, Puerto Ordaz e Caracas. Não conheço a Venezuela por ouvir dizer e, se pensasse só como Senador de Roraima, defenderia que votássemos, hoje, o processo de adesão, mesmo assim, questionaria alguns pontos. Foi apresentado aqui um gráfico com o superávit comercial do Brasil com a Venezuela. No entanto, a quem beneficia esse fluxo comercial? Quais estados? E o comércio com os estados da Amazônia? Eu requeri que se enviasse

um convite ao governador do Amazonas. Não sou pessoa de ideias preconcebidas. Eu quero me convencer.

Devemos trabalhar para incluir a Venezuela no Mercosul, mas aprendi na medicina que tudo é uma questão de tempo e de dosagem. Ninguém aqui rejeitou o processo de adesão, nem o Presidente Fernando Collor, que colocou ressalvas bem fortes. O que me assusta é a pressa. O Protocolo está aqui há três meses e passou um ano na Câmara dos Deputados. Aliás, a Venezuela deve informações desde 2005 e, até agora, não temos informações adequadas para instruir o processo. Conversei com o Senador Tasso Jereissati há poucos dias, ele ainda não tem as informações técnicas necessárias para preparar o relatório. Não estamos discutindo sob o ponto de vista ideológico.

A Venezuela não perde nada por esclarecermos todos os pontos políticos, técnicos e econômicos. Quero que saia dessa discussão um ponto: que o comércio bilateral não se resume aos eixos Caracas-São Paulo e Caracas-Minas Gerais, passando por cima de Roraima por avião ou ao largo, pelo mar. Digo isso para a população de Roraima. Da forma que o Senador Jucá colocou, ele é a favor e eu sou contra. Não, sou contra a pressa. Tudo o que é feito com pressa não tem perfeição.

Quero que o ingresso da Venezuela no Mercosul beneficie meu estado e o meu país. Só isso. E estranho a relutância dos maiores interessados nesse intercâmbio, as confederações do comércio e da indústria, que também mostram cautela. Eu espero que o assunto seja tratado realmente do ponto de vista econômico e técnico, mas também político. Por que não? O ingresso em um bloco é um ato político. Eu defendo o ingresso da Venezuela. Só acho que ninguém faz um parto antes que a gestante complete o tempo adequado de gestação.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Mozarildo Cavalcanti. Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Eu saúdo vossa excelência, o Ministro Celso Lafer, o Doutor Ives Gandra Martins, o Embaixador Antônio Simões e a Doutora Maria Regina Soares de Lima. E, antes de mais nada, me desobrigo, com muito prazer, de uma missão partidária. O Senador Tasso Jereissati, que chega daqui a pouco de uma viagem ao exterior, por meio do Senador Eduardo Azeredo, requereu, nos termos do artigo 216 do Regimento Interno, que fossem prestadas informações pelo Ministro Celso Amorim acerca das decisões e deliberações realizadas na reunião do Grupo de Trabalho, prevista pelo artigo 11 do protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul e realizada no último dia 19 de maio.

O relatório entregue pelo Ministro das Relações Exteriores, em leitura rápida da assessoria técnica do Senador Jereissati, não contempla informações sobre o posicionamento da Venezuela a respeito dos acordos do Mercosul com terceiros países, um dos pontos pendentes,

assim, provavelmente, o relator, Senador Tasso, quando for analisar a resposta, terá de pedir esclarecimentos adicionais.

O Senador Tasso é extremamente sóbrio, não se trata de um doivanas, está sendo absolutamente técnico. Enquanto tiver dúvidas, sua sobriedade vai exigir que ele se informe. Eu devo aqui, Ministro Lafer, louvar o papel que vem desempenhando o Embaixador Antônio Simões, que percorreu os gabinetes de todos os senadores, sem exceção de nenhum, para levar o ponto de vista do Governo Brasileiro. Revelou competência. Eu disse a ele: “Aconselho que procure os líderes e procure o Presidente da Comissão”, e ele respondeu: “Não, vou procurar todos”, e fez isso.

Tenho algumas considerações a fazer. Lamento ter perdido a palestra dos senhores, estava com um projeto de minha autoria e do interesse do meu estado. Foi um debate longo na Comissão de Assuntos Econômicos. Sei que perdi informações preciosas. Eu vou colocar a bola no chão. Não quero discutir à base da ideologia. Obviamente sinto-me desconfortável ao saber que um intelectual do porte de Vargas Llosa foi constrangido pela polícia política ao chegar à Venezuela para fazer uma palestra. Têm razão aqueles que dizem que Chávez não é perene, embora ele pense o contrário, e que a Venezuela permanecerá depois dele, mas temos que ver quais são os compromissos efetivos que o Governo venezuelano poderá assumir com o Mercosul em termos democráticos e de políticas macroeconômicas. Restam centenas de exigências técnicas. É uma angústia do Senador Jereissati e é uma curiosidade minha saber quantas dessas centenas de indagações já foram respondidas.

O Mercosul tem defeitos gravíssimos em sua formação. Um deles é o fato de não ter ponderação. Lá, todo mundo tem peso igual. Se entrar a Guiana, terá peso igual e poder de veto. A União Europeia dá um peso muito mais expressivo à Alemanha e à França do que à Hungria, por exemplo. E é mais do que natural. Então, essa figura do direito de veto também não existe. Fora disso, pergunto, o acordo com Israel seria vetado pelo Presidente Chávez, que rompeu relações com Israel? Se fosse, pergunto: que lucro teria o Brasil, Senadora Rosalba, em querer que isso acontecesse?

Meu prezado amigo Senador Inácio Arruda alega que já houve três audiências públicas. Acho pouco. As outras duas, uma visivelmente pró e outra visivelmente contra, foram as mais ricas audiências públicas de que participei ao longo de todo este ano no Congresso Nacional. Não perco por ouvir e não perco por ver estabelecido o contraditório.

A questão dos parceiros. Temos parceiros tradicionais. O Governo do Irã tem relações diplomáticas conosco, algo, para mim, perfeitamente plausível e tolerável. Agora, dizer que o Brasil vai montar uma política externa consolidada tendo como pilar sua relação com o

Irã é algo que não passa pela minha cabeça. Os parceiros tradicionais do Brasil são Estados Unidos e Europa. Mais até os Estados Unidos do que a Europa, porque se formos olhar a história econômica do Brasil, não teve nenhum aperto de caixa brasileiro que não fosse sofrido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), reflexo do que querem e pensam os Estados Unidos.

Quando o Presidente Fernando Henrique assinou o último acordo com o Fundo disse: “Olha, só assino, já que estou saindo, se todos os candidatos a presidente vierem ao palácio e disserem que aceitam.” E na época, a situação pedia isso, todos foram lá, inclusive o então candidato Lula da Silva.

Eu vou dizer algo a favor do Presidente Lula, até fiz questão de anotar. O Senador João Pedro lembrou que um grande empresário brasileiro dizia que centenas de empresas saíam do Brasil em 1989 por conta da eleição do Presidente Lula. Para romper esta desconfiança, ele fez uma carta aos brasileiros. Eu próprio dizia: “o que vai prevalecer? O discurso de toda uma vida, que levará o país para o buraco, ou o discurso da carta aos brasileiros, muito bem engendrado por essa figura preparada e competente que é o Ministro Antonio Palocci?”

A partir de sua posse, o Presidente Lula cumpriu os termos da carta aos brasileiros e ganhou credibilidade para impor uma política econômica que, a meu ver, deu certo. Critico a parte fiscal, mas foi bastante rigoroso, bastante duro na parte monetária até colocar as coisas em ordem. Muito bem. O Presidente Chávez, por sua vez, está cada dia mais distanciado do mundo, sustentado pelo petróleo. Se analisarmos a administração da PDVSA, constatamos que é desastrosa. Nem de leve se compara com a Petrobras, que não é intocável e tem que ser questionada. A Venezuela produz menos petróleo do que antes, tem poços que estão se deteriorando. Sua maquinaria está defasada tecnologicamente. O Presidente Chávez não aproveitou o boom do petróleo para mudar a feição econômica, a feição industrial e a feição social do seu país. As políticas que amenizam a questão da pobreza não apontam porta de saída e não melhoram o padrão educacional.

Então, não passa de populismo, mas não é isso que quero discutir. Precisamos receber do Itamaraty todas as informações requeridas pelo Senador Jereissati. E digo mais: aqui viemos, na primeira vez, com o intuito muito claro de marcar posição contrária do PSDB à aprovação do processo de adesão. Depois evoluímos, em reunião de bancada, para analisarmos se isso seria correto. Estamos meditando sobre isso com a maior seriedade.

Por outro lado, não posso condenar algo que não ouvi, mas não tenho a pressa de sua excelência, o líder do Governo, Romero Jucá. O assunto é irrelevante? É comprar picolé na esquina? Se o assunto é relevante, então é incoerente alguém dizer que três audiências públi-

cas são demais. Se for um assunto, Doutora Maria Regina, acima do picolé, então todo esforço deve ser feito. Aqui não se melindra quem quer que seja. Se não é o que penso, defendo o direito dessa pessoa dizer o que pensa. Por outro lado, quero colocar livremente meus pontos de vista.

Tenho um apreço pessoal imenso pelo Ministro Celso Lafer, meu dileto amigo. Reconheço muitos méritos na política externa do Governo Brasileiro, mas permanecem alguns defeitos que, quando surge ocasião, aponto. Agora, se tem algo que deploro é que o Mercosul não foi pra frente. Falamos de uma abstração. Se não tomarmos os cuidados devidos, jogaremos uma pá de cal no Mercosul, que se transformou em um mero palanque político para discussões ideológicas, quando deveria estabelecer metas econômicas para termos um Parlamento, uma moeda e um Banco Central comum.

Faço aqui uma previsão bastante dura, a Inglaterra não sobreviverá economicamente se ela não aderir ao euro. Lá a coisa foi bem feita. Vejo o Brasil, o Chile e até o Uruguai do Presidente Tabaré Vázquez caminhando na direção correta, com políticas macroeconômicas elogiadas pelo mundo e pela população desses países. Queria dar só mais um dado. O Presidente Lula entende que é importante a presença da Venezuela. Ele me disse, e tem um argumento que me sensibiliza mais: de que quanto mais perto ele estiver desses Governos, influenciados pelo Brasil, mais fácil será encontrar um ponto de equilíbrio.

Entendo que ele pode, perfeitamente, liderar esse momento. Foi bastante sutil, mas acho que compreendi o que ele quis dizer, é uma coisa respeitável.

Mudando o tema, não vejo problemas na área comercial com a Venezuela, uma vez que eles negociam com os Estados Unidos. Com toda a briga, toda discursão, jamais deixaram de comprar e de vender para os Estados Unidos.

Um querido amigo meu que participou de uma das audiências disse que se não aprovamos a adesão os chineses vão ocupar o mercado venezuelano. Os chineses entram aqui no Brasil e estão montando motocicletas no Amazonas. Não conseguimos impedir a entrada dos chineses em nenhum lugar e não seria a mera assinatura de um protocolo que iria impedir a invasão dos produtos chineses, que, aliás, já somam qualidade a baixo preço. Eles nem sempre serão os bondosos compradores das nossas commodities. Preparam-se para concorrer pesadamente nos produtos de maior agregação econômica e tecnológica.

O Presidente Lula é a favor da entrada da Venezuela. Agora, os presidentes Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique são contrários. São três Presidentes da República. Será que o Presidente Lula vale por três? Não, porque já pegamos o voto do Senador Collor para

oposição. O Presidente Fernando Collor é reconhecidamente uma pessoa obstinada, mas nunca vi tanta obstinação dele em um só tema, isso é pra ser levado em conta ou não?

Digo mais, se alguém fala em pressa, respondo: sim, mas uma pressa justa. Por que não trazemos os três ex-presidentes que são contra a adesão da Venezuela para apresentarem seus argumentos? Dois deles da base do Governo Lula. Quem sabe o Presidente Itamar não fosse o quarto? Não perguntei a ele, mas tenho lido e tenho ouvido a opinião dos outros três. Será que isso é irrelevante?

Eu vim dar minha contribuição, não tenho nenhuma pergunta a fazer, apenas cumprimentar cada um dos ilustres palestrantes, o Doutor Ministro Ives Gandra, o Ministro Celso Lafer, o Embaixador Antônio Simões, cuja competência louvo, e a Doutora Maria Regina, que discorda de minha posição. Perguntei ao Presidente Fernando Collor e ele me disse que a sua exposição foi brilhante, correta e com espírito público. Estamos discutindo de uma maneira democrática e todos aqui têm representatividade para expor o que acha melhor para o Brasil.

Nossa posição é de absoluta cautela. O Senador Tasso não tem nenhuma posição preconcebida. Tenta preparar o melhor relatório, mas da ajuda do Itamaraty. E aí meu amigo Celso Amorim precisa responder sem subterfúgio. Se há pressa, responda todas as perguntas do relator, porque ele não quer fazer um relatório em cima da perna. Quer fazer um relatório com substância e comprometido com o país.

Obrigado a todos, Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Os oradores são, na ordem, a Senadora Rosalba Ciarlini, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Heráclito, que chegou agora, e o Senador Simon.

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN): Vou ser muito rápida, porque entendo, pela fisionomia dos convidados, que estão na hora de seus voos.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Professor Ives Gandra pede desculpas porque vai ter que sair.

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN): Professor, quero dizer que sua explanação nos trouxe muitos subsídios, informações importantes para que possamos refletir. Parabéns. Vou ser rápida, porque muito do que a gente gostaria de dizer já foi aqui colocado. A princípio não sou contra mais participantes no Mercosul. Não penso exclusivamente no meu Rio Grande do Norte, mas no Brasil como um todo. Agora, o que temos de fazer é debruçarmos sobre as informações. O Senador Arthur Virgílio, com muita competência e inteligência, e o Senador Mozarildo nos trouxeram informações impor-

tantes para nossa avaliação. Brasil e Venezuela vão ficar para sempre. Os que hoje governam, passarão. Queremos pensar no futuro e fazer algo que realmente dê resultado.

Sou médica neonatologista. Quando o Senador Mozarildo falava em pediatria, falava em questão do parto prematuro, eu já dizia: “meu Deus do céu, todo parto tem que ser no seu tempo certo, na hora certa, não pode ser prematuro, porque, quanto mais prematuro, mais complicações a gente tem.”

Então, temos que analisar e pensar direitinho. Gostaria, senhor Embaixador, que o senhor me trouxesse mais informações sobre questões sociais, como a situação da mulher, a educação. O senhor me falou que lá não tem analfabetos, mas quero saber se o processo de ensino é profundo e funcional. Também gostaria de ter mais dados sobre o sistema de saúde. A questão da infância e da adolescência, como é o tratamento dado e as medidas tomadas para evitar violência contra meninas e meninos.

O Mercosul não se resume à questão comercial. Precisamos conhecer bem o parceiro, independente de sua ideologia. Sou democrata, mas meus maiores amigos são aqueles que mais confrontaram minhas ideias na escola, na faculdade e por toda a minha vida. No entanto, precisamos saber se teremos um bom sócio. É disso que o Brasil precisa.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senadora Rosalba. Quero passar a palavra ao professor Ives Gandra, que vai ter que se retirar, que ele tinha um compromisso às 13h15. É só sua despedida.

Doutor Ives Gandra da Silva Martins: Estou no limite do meu voo. Só para apenas dizer ao meu querido amigo Senador Eduardo Suplicy, realmente uma amizade de 40 anos. Quando o Brasil reconheceu Angola em 1975, houve um reconhecimento tranquilo, que se faz naturalmente para uma convergência e um consenso, independente do tipo de regimes. O Brasil tem relação com todos os países, qualquer que seja a ideologia. A diferença da união aduaneira do Mercosul é que o país que ingressar, poderá intervir diretamente nas relações econômicas externas do grupo, pelo direito do veto ou então, para utilizarmos a expressão da Professora Maria Regina, pela inexistência de consenso.

Nossa preocupação não se relaciona com a importância da Venezuela, basta dizer que temos excelentes relações econômicas, mas os próprios empresários estão preocupados com as limitações que poderão decorrer dessa entrada. Não se trata de reconhecimento de um país, como foi Angola. É aceitar alguém que poderá intervir diretamente dentro da economia do Brasil com seu veto a determinadas posições. Por outro lado, há uma diferença, Senador João Pedro, entre os presidentes Chávez e Lula.

Muitos tinham receio do Presidente Lula, ele entrou e demonstrou seu compromisso com a democracia. O Presidente Fernando Henrique me contou que quando o Brasil precisou daquele empréstimo e aval do Fundo Monetário Internacional que os nossos ministros queriam apenas US\$ 15 bilhões. Com um telefonema, sem que tivesse pedido nada, o Diretor do Fundo Monetário Internacional ofereceu US\$ 30 bilhões, tal era a confiabilidade do Brasil, naquele momento. Ele chamou os quatro candidatos à Presidência e todos concordaram com a importância, inclusive o Presidente Lula.

Estive recentemente em Portugal para receber um título numa universidade e as referências ao Presidente Lula foram extremamente favoráveis, classificando-o como o grande líder carismático do Terceiro Mundo. Agora, isso não representa que há uma semelhança entre o Presidente Lula e as medidas que o Presidente Chávez toma internamente. Porque internamente, aqui, as medidas sempre são de tolerância.

Aliás, Senadora Rosalba, Senador Mozarildo e Senador Inácio Arruda, não se trata de questão ideológica. O Mercosul é uma união aduaneira, uma questão mercantil. O Mercosul afeta a economia de cada um dos seus membros. Não estamos discutindo propriamente os regimes políticos, mas como eles podem afetar a vida dos outros países do bloco. Por essa razão, quanto mais informações o Senado tiver, melhor. Porque essas informações permitirão uma decisão serena. Estou absolutamente convencido, senadores Eduardo Suplicy e Inácio Arruda, que os senhores estão agindo corretamente. Ouvir o máximo, ter o máximo de dados para poder decidir. E se a Venezuela atrasou informações pedidas, porque temos que nos precipitar? Recebemos todas, e depois, com toda serenidade, vamos decidir.

Quero agradecer o convite, a companhia da Professora Maria Regina, do eminente Embaixador Simões, com quem mantive uma longa conversa telefônica ontem, e do meu querido colega e amigo Ministro Celso Lafer. Obrigado a todos os senhores que toleraram minha maneira de ser. Apesar dos 74 anos, não perco essa forma de falar quando estou convencido...

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): O aspecto do objetivo constitucional da nação brasileira e venezuelana...

Doutor Ives Gandra da Silva Martins: Eu li as três constituições. A Constituição da Venezuela, que é de 1999, é muito mais extensa do que a do Brasil na sua introdução. Agora, existe para nós constitucionalistas, os denominados princípios programáticos e os princípios tarefas – aqueles que não são aplicados de imediato, mas podem ser aplicados por um dia. Não discuto os princípios gerais. Aliás, há um grande constitucionalista alemão, Conrad Hesse, que o Professor Celso Lafer conhece em profundidade. Hesse diz que a necessidade não conhece princípios. E quando alguém tem a força,

como acontece com Chávez, nem sempre os princípios constitucionais são respeitados.

Esta preocupação, Senador Eduardo Suplicy, de termos todas as informações, é que me parece fundamental. Porque o acordo foi firmado em 2005, estamos em 2009 e ainda a Venezuela não respondeu todas as questões necessárias para o processo decisório. Eu lamento muitíssimo, gostaria de ficar até o final, mas quando foi marcada essa audiência, tinha um compromisso em São Paulo que joguei para o fim da tarde. Agora tenho que pegar o avião e correr. Muito obrigado a todos os senadores.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Agradecemos a presença e a colaboração do professor Ives Gandra. Passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): Senhor Presidente, senhores Convidados, Doutora Maria Regina e Doutor Antonio Ferreira, assim como o Doutor Celso Lafer e o Doutor Ives Gandra, que agora se retira para sua viagem.

A adesão a um bloco econômico deve obedecer a determinados critérios, a determinados parâmetros estabelecidos nos acordos entre os países participantes. Existe o protocolo de Ushuaia, de 1998. Nesse protocolo, se houver ruptura democrática, haverá uma sanção, inclusive a exclusão desse país do Mercosul. Ora, neste momento não há uma ditadura implantada na Venezuela. Os partidos políticos, como COPEI e Ação Democrática, têm plena liberdade de fazer oposição ao Presidente da República. O Senador Inácio Arruda foi peremptório ao dizer que existe uma campanha dura por parte da imprensa, com o apoio da oposição, contra o Presidente Hugo Chávez.

As condições naturais de uma democracia ali existem. A oposição tem o direito de dizer, tem o direito de falar, tem o direito de contestar. É verdade que a democracia ali reinante é diferente da nossa. Praticamente, é uma democracia direta, por meio de referendos que aprovam a Constituição e a renovação do mandato do Presidente da República. Enfim, é uma democracia diferente da nossa. Há uma radicalização interna dos grupos que constituem o Governo e que constituem a oposição. Não podemos comparar a democracia praticada na Venezuela com a democracia no Brasil, mas o próprio Ives Gandra foi sincero ao dizer que os princípios democráticos estabelecidos na Constituição merecem o respeito dele. Quer dizer, o que está estatuído na Constituição da Venezuela são princípios apoiados por todos os países democráticos. Então, não há ruptura da ordem democrática. Há uma preocupação de que isso possa vir a acontecer no futuro, é bem verdade.

Sob o ponto de vista econômico, que é outro critério a ser levado em conta, o Brasil teve uma queda no seu PIB em dois trimestres consecutivos. Quais são as condições para que possamos avaliar se um

país está ou não em recessão? Segundo economistas, se houver queda do PIB em dois trimestres consecutivos, há uma recessão. O Brasil precisa ter cuidado para manter um bom relacionamento comercial com as nações do mundo inteiro, principalmente com os vizinhos.

A produção, o consumo e o emprego são três fatores determinantes do crescimento econômico e do aumento do PIB. No Brasil, nesse momento, está há uma retração na produção, no consumo e uma queda no emprego. Ora, o setor industrial é o mais importante nas relações bilaterais entre o Brasil e Venezuela, e o setor industrial é aquele que tem o maior valor agregado e, conseqüentemente, a maior possibilidade da geração de emprego.

É importante que construamos uma fórmula para aumentar esse entrosamento econômico com a Venezuela, com quem temos um superávit da ordem de US\$ 4,6 bilhões, maior do que o saldo que mantemos com os Estados Unidos, de US\$ 1,8 bilhão, valores de 2008. Para que possamos comparar a importância estratégica desse bom relacionamento, o intercâmbio comercial com a União Europeia é da ordem de US\$ 10 bilhões. Apenas com a Venezuela chegamos a quase US\$ 5 bilhões em superávit, quase a metade da relação econômica que mantemos com toda a União Europeia.

Por outro lado, Senhor Presidente, temos exemplos de parceria entre o Brasil e a Venezuela, como a Refinaria Abreu Lima em Pernambuco, um investimento da ordem de R\$ 10 bilhões. O metrô de Caracas, que tem apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é outro exemplo de bom relacionamento entre o Brasil e a Venezuela. Aí, pergunto: A Argentina e o Uruguai já aprovaram o acordo. Então, o processo de adesão está



pendente de aprovação no Brasil e no Paraguai. Logicamente, o Paraguai deve estar esperando pelo Brasil.

Não vou menosprezar o Paraguai, mas não acho que o Brasil... O Senador Arthur Virgílio, deve estar esperando a aprovação paraguaia. Não posso levar isso em consideração, mesmo porque o Brasil é um país independente, é um país autônomo...

Orador não identificado: O que falta para o Senador Arthur Virgílio se posicionar?

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): ...vossa excelência me perguntou o que ele está esperando. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, do qual ele é amigo e foi um grande líder na Câmara dos Deputados é contra a presença da Venezuela...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador, o Presidente Fernando Henrique não tem posição...

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): Mas o Senador Arthur Virgílio colocou o Presidente Fernando Henrique Cardoso no rol dos que são contrários...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Eu sou do partido dele e estou aqui, nesse momento. O Presidente Fernando Henrique não está contra, ele tem críticas...

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): ...O Senador Arthur Virgílio não falou isso...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Ele tem posição crítica. É diferente de posição contrária...

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): ...Não, ele disse contra...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Sim, ele disse. Disse que os três Presidentes eram contra...

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): ...Citou o nome do Presidente Fernando Henrique e do Presidente Sarney...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Mas incorreu em um excesso. O Presidente Fernando Henrique é crítico...

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): ...Também citou o Presidente Collor. Então, três Presidentes seriam contra. Ele disse que está esperando o quarto. Agora, quem é a favor é o Presidente Lula. Por quê? Porque Lula é muito vivo. Lula é o maior Presidente que o Brasil já teve...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Aí vou ter que discordar, Juscelino Kubitschek foi o maior Presidente!

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): ...Eu não quero menosprezar os demais. O Presidente Lula tem espírito de

visão. A Venezuela é importante, todos os dados econômicos aconselham o Brasil a aprovar o Protocolo de Adesão. Isso significa desenvolvimento, emprego e mais investimento nos dois países. Principalmente a Venezuela, que conseguiu realizar uma grande política social internamente, salvando a vida de milhões de pobres e terá como investir no nosso país., por isso, sou favorável integralmente a este acordo. A democracia da Venezuela é a democracia da Venezuela. A nossa é uma democracia diferente. Na verdade, ambas têm o mesmo objetivo, que é atender a população. Principalmente a população mais pobre.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Heráclito Fortes, depois o último orador que é o Senador Pedro Simon.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senhor Presidente, seria passar um atestado de burrice à opinião pública nacional, nós que já não estamos bem com ela, abrir mão de um debate de nível como esse. Não entendo a pressa do Governo, que insiste em uma discussão sem sentido e atabalhoada. Quero lembrar que na Câmara, isso já foi dito aqui, só entre a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e a ida para Plenário, passaram-se sete meses. Por que o Governo aguardou esse período todo na Câmara e agora quer que o Senado da República, que é o responsável pelo acompanhamento da política externa do país, inclusive pela aprovação dos embaixadores, aprove de afogadilho?

Eu vi a exposição da Doutora Maria Regina e fiquei impressionado com seu preparo. Não assisti toda, infelizmente, em função de minhas atividades no Senado. Não tive a oportunidade de ouvir os outros convidados, mas agora li, cedido pelo Presidente Collor, o depoimento do nosso Ministro Celso Lafer que me surpreendeu. Não pelo talento, que conheço, mas pela profundidade. Ele não veio para cá cru. Estudou a matéria, foi aos anais dessa Comissão, e, por isso, quero parabenizá-lo. Poucas pessoas vêm aqui com o dever de casa feito, como vossa excelência fez. Infelizmente, não ouvi o Doutor Ives Gandra. Já conheço o pensamento do nosso querido Embaixador Simões, a sua posição e a sua luta como servidor da nossa diplomacia.

A questão da Venezuela no Mercosul é técnica. É inaceitável dispensá-la de cumprir a regra do jogo implantada pelos países fundadores do bloco. Aliás, quero destacar a questão democrática. A inspiração para formação do Mercosul, antes de ser econômica, foi no sentido da preservação democrática. Nós vivíamos um verdadeiro ziguezague de golpes de Estados e de ditaduras. E a ideia de Sarney, Alfonsín e Sanguinetti inspirou este continente a um regime de estabilidade política, o mais longo da nossa história. Estamos no Brasil há 30 anos com democracia plena. Lembrem-se do quase golpe no Paraguai e da intervenção do Presidente Fernando Henrique Cardo-

so, lembrando as consequências que aquele golpe poderia gerar nas relações regionais...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Se vossa excelência permite...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Pois não, Senador.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Interferência importante do Senador Fernando Henrique e que só pode ser válida porque o Paraguai pertencia ao Mercosul. O Senador Fernando Henrique e vossa excelência foram lá deixar claro que para continuarem no Mercosul, quem tinha de assumir era o vice-presidente. Se vocês depuserem o presidente e o vice vocês sairão do Mercosul. O bloco funcionou no sentido de garantir a democracia paraguaia.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): E funcionou agora na intermediação, embora não envolvesse um membro do Mercosul, entre Colômbia, Venezuela e Equador. E não podemos abrir mão desse instrumento.

Agora, temos que separar os interesses comerciais, até porque eles prescindem da presença da Venezuela no Mercosul. Aliás, Embaixador Simões, há muita queixa dos empresários brasileiros com os atrasos de pagamento pelo sistema de câmbio mantido pelo Governo da Venezuela, que recebe os recursos dos importadores e não repassa aos exportadores. O Governo retém o recurso. Há queixas gravíssimas vossa excelência deve saber disso bem mais do que eu. Poderia trazer mais detalhes, quais são as empresas, de quanto é a dívida, há quanto tempo isso vem ocorrendo. Sem falar na Refinaria de Abreu e Lima, que é uma balela. Um calote passado pelo Senhor Chávez no Governo Brasileiro.

A Venezuela não cumpriu uma vírgula do que prometeu, empurra o assunto com a barriga e tocamos a obra sozinhos. Agora, alega que a questão é preço internacional de petróleo. A cada momento usa uma desculpa diferente. Essa relação é boa para a Venezuela, porque é o nosso BNDES que está aí na eminência de financiar o metrô de Caracas. Sempre usam as relações comerciais como forma de chantagem: “Ah, porque se não votar imediatamente as negociações com a Venezuela vão azedar.”

Nós não queremos que azedem, mas não queremos submeter nossa soberania, as nossas decisões, a um jogo comercial. São duas coisas distintas. O Mercosul veio para ficar, o Senhor Chávez é transitório. Não quer ser, mas será, e não podemos, de maneira alguma, fechar os olhos para fechamento de jornais, para o encampamento de empresas, para agressões feitas ao Congresso Brasileiro, e não vi ninguém do Itamaraty defender o Parlamento. Uma omissão inaceitável.

O Senhor Chávez agrediu o Congresso Brasileiro de maneira gratuita, sem nenhum sentido, e não vi uma nota de protesto, mas não será isso que vai, de maneira alguma, dificultar a análise da adesão da Venezuela no Mercosul, até porque ela é técnica, e, como técnica, tem que ser analisada, meu caro Embaixador Simões.

Tenho a maior admiração por vossa excelência, pela sua capacidade de negociação, mas acho que o Itamaraty lhe transformou num contínuo da Venezuela, quando lhe colocou aqui, por duas semanas, percorrendo gabinetes para convencer os senadores brasileiros de que era importante votar a favor do processo de adesão. Quem tinha que fazer isso não era o Embaixador do Brasil na Venezuela, mas o Embaixador da Venezuela no Brasil. Cabia a ele, sim, ou então o diretor responsável pela política regional no Ministério das Relações Exteriores.

Tive pena de vossa excelência, um Embaixador brilhante, ainda vou vê-lo desempenhando funções fantásticas no Itamaraty, enfrentando salas de espera nos corredores e no cafezinho do Senado, cumprindo uma missão que não devia ser sua. Esse é o jogo em curso, politizando o processo sem necessidade.

E, Presidente Collor, por que os venezuelanos não respondem os questionários? É um fato técnico e não é uma questão política. Outro dia o Diretor do Departamento da América do Sul, Embaixador Enio, cantou em prosa e verso a democracia venezuelana durante uma exposição na Fiesp, criticando o Senado da República e enaltecendo a quantidade de eleições que a Venezuela faz. E o Congresso quer discutir os aspectos técnicos da questão. Não vamos politizar o assunto. Acho que essa questão precisa ser debatida com mais profundidade, temos que fazer mais algumas audiências públicas.

Tivemos um diplomata venezuelano, Senhor Presidente, o Senhor Milos Alcalay, que serviu no Brasil e foi Embaixador da Venezuela na ONU. Seria importante convidá-lo para ser ouvido nesta Comissão. Porque, além de diplomata, ele foi Diretor-Geral do Congresso venezuelano durante muito tempo e tem a visão dos dois lados.

No mais, quero me congratular com o Senador Suplicy. De vez em quando o Senador tira o ranço de antigamente, numa remissão dos pecados, pelo elogio que fez ao General Ernesto Geisel. Porque foi um ato corajoso, àquela época, pioneiramente, reconhecer o Governo de Angola. De forma que vejo que vossa excelência é um homem que não tem ranço e...

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Assim, como enalteci o restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, não hoje, mas já o fiz. Porque foi durante o Governo Geisel, isso foi positivo.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): vossa excelência é um homem justo. Faço esse registro para que fique nos anais da Casa, e lamentavelmente, não estava aqui na hora, senão teria feito em tempo real. Por isso, que vossa excelência é diferenciado dos demais. Muito obrigado...

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Mas também tive oportunidade de ressaltar que o Embaixador Simões esteve aqui trabalhando no interesse do Governo Brasileiro...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Ele é mais brilhante trabalhando pelos interesses do Brasil na Venezuela.

O Senador João Pedro (PT-AM), assume o exercício da Presidência.

Senador João Pedro (PT-AM), no exercício da Presidência: Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Com a palavra o Senador Pedro Simon, inscrito para arguição.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Em primeiro lugar, quero pedir uma explicação: por que o Embaixador do Brasil na Venezuela falou com todo mundo e até agora não me procurou. Estou em dúvida com relação ao que aconteceu.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Dizer que não lhe achou não vale, porque vossa excelência é o Senador mais achável da Casa...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Senhor Presidente, gostaria de colocar uma posição, com toda sinceridade. A minha posição é diferente do que foi exposto até agora. Todos têm razão. Não há dúvida que todos têm razão. Concordo com o Presidente Collor que não vamos votar a favor da Venezuela apenas porque os nossos negócios com a Venezuela estão crescendo. Claro que isso é importante, acho que nenhum país do mundo vai deixaria de analisar uma questão como essa.

Precisamos analisar um ponto. O Presidente Chávez tem suas rixas políticas com os norte-americanos, mas as exportações de petróleo venezuelano para os Estados Unidos vão muito bem, obrigado. Não há crise. É importante termos ótimas relações com a Venezuela? É. Ela é um bom parceiro? É. Oferece uma perspectiva positiva? Sim, mas não é, por isso, que acho que ela deva entrar no Mercosul.

Eu sou favorável à entrada da Venezuela porque vivemos um movimento de integração. É a continuidade do trabalho do Presidente Collor, um estadista, e que teve um papel imprescindível para a formação do Mercosul. Os presidentes Sarney e Alfonsín foram importantes, mas a gente, na época, e eu era ministro, tinha convicção absoluta de que estava relegado ao fracasso.

No momento em que candidatos de oposição ganharam as eleições no Brasil e na Argentina, os presidentes Collor e Menem, imagi-

namos que iriam encerrar o processo, como era tradicional nos países sul-americanos. Mas não, o primeiro ato internacional Presidente Collor, um ato de magnífica grandeza, foi às 10h00 da manhã do dia seguinte à posse, ratificar o acordo do Mercosul com o Presidente Carlos Menem. Então, vossa excelência foi o grande responsável pela consolidação do bloco.

O Brasil sempre se preocupou com a América do Sul. Não é uma visão à la americana, que roubou metade do México e um pedaço do Panamá. Não tivemos guerra de conquista, somos, assim, um país que é um continente, mas pacífico, ordeiro, e sempre quisemos o entendimento e o diálogo com os nossos vizinhos. É verdade que durante muito tempo não foi assim.

Eu sou lá do Rio Grande do Sul. A fronteira era a área mais desenvolvida do meu estado. Hoje, está uma miséria. Por quê? Porque durante 50 anos, metade do Exército Brasileiro se manteve na fronteira do Brasil com a Argentina. Cinco quartéis em Bagé, mais cinco no Alegrete, mais cinco em Santana do Livramento, porque se dizia que era inevitável a guerra do Brasil com a Argentina.

Trem bitola larga na Argentina e bitola larga de Santa Catarina pra cima. Bitola estreita no Rio Grande do Sul para dificultar o movimento dos possíveis invasores.

Quando as conversações sobre o Mercosul começaram, eu era Ministro da Agricultura. O chanceler era o senhor Olavo Setúbal. Eles me chamaram porque eu estava brigando para não deixar importar maçã e vinho da Argentina, na época da safra do Rio Grande do Sul. Respondi: “Presidente, posso liberar. Eu acho ridículo importar na época da safra. O senhor quer ser recebido como herói na Argentina? Volte a importar trigo.”

A Argentina foi sempre nosso grande fornecedor. Importávamos 2 milhões de toneladas de trigo. Numa época de crise, o preço duplicou e a Argentina não cumpriu os compromissos. Tivemos que racionar. Nós comprávamos seis milhões de toneladas de trigo do Canadá e dos Estados Unidos. O Presidente Sarney foi lá e prometeu: “Vamos importar dois milhões de toneladas de trigo argentino.” Foi recebido como Deus.

O Mercosul teve início no momento em que o Presidente Sarney disse para o Presidente Alfonsín que iríamos comprar dois milhões de toneladas de trigo. Passamos a importar petróleo argentino. Aí iniciou a integração da América Latina.

Cá entre nós, os Estados Unidos sempre nos boicotaram. Eles não querem ver a América Latina integrada. Então, Mercosul e Brasil se confundem. Está aquém do que imaginávamos. Pensávamos em unir o Mercosul com o Pacto Andino. Justiça seja feita, com o Governo Lula, conseguiu-se uma integração ao nível dos ministérios da de-

fesa sul-americanos. Vamos fazer justiça ao Presidente Lula, ele está tendo muita competência na condução de nossa política externa.

Na última reunião da OEA ele fez a ligação entre Venezuela e Estados Unidos, todo mundo sabe disso. Se formos analisar em termos de política externa, tem seu empenho na formação de um bloco entre Brasil, China, Índia e Rússia, os BRIC. São quatro grandes países emergentes que discutem uma política global alternativa. No entanto, a China está lá. Um regime ditatorial. E volto a repetir, o BRIC é 10 vezes mais importante que o Mercosul.

Então, sou a favor da adesão da Venezuela ao Mercosul, não porque é um grande parceiro comercial. Essa razão não me comove. Se não aprovarmos o ingresso da Venezuela vamos fazer um favor para o Chávez, que vai criar um bloco isolado com Equador e a Bolívia. Isso seria interessante para nós? Conversando com os representantes da Venezuela no Parlamento do Mercosul sabemos o grau da nossa influência. Temos condições melhores de influenciar a favor da democracia na Venezuela se ela estiver do nosso lado. Se a isolarmos, aí não saberemos para onde vai.

Antes do Mercosul, o Cone Sul estava entre os lugares mais reacionários, de maior desrespeito aos direitos humanos. Brasil, Uruguai, Chile, Argentina e Paraguai se viavam e assassinavam opositores, sob orientação dos Estados Unidos, que criaram a Escola das Américas na Zona do Canal para ensinar métodos científicos de tortura. Todos sabem que a Quarta Frota americana estava pronta a intervir se o Presidente João Goulart tivesse resistido ao Golpe de 1964.

O Collor, quando assinou o documento, era um Presidente da República eleito diretamente pelo povo. O Sarney, que assinou o documento que deu origem ao Mercosul, foi eleito por um Colégio Eleitoral. Foi legitimado, mas na verdade foi sem voto e sem povo. O mesmo colégio eleitoral que elegeu os generais Castello Branco, Costa e Silva, Medici, Geisel e Figueiredo elegeu Tancredo e Sarney. É verdade que o objetivo era implodir o sistema, mas a fórmula foi a mesma. De democracia não tinha nada.

Presidente Collor, sempre o tenho como inteligência privilegiada e acompanho sempre seus pronunciamentos. Vossa excelência, que é um estadista, com uma atuação tão importante, eu fico a me perguntar, porque será que não consigo entender? Será que os senhores são tão mais inteligentes que não consigo entender o alcance?

O mundo vive um momento diferente. É meio utopia? Pode ser, mas o Presidente Barack Obama foi ao Egito, na Universidade do Cairo, e propôs começar do zero um relacionamento entre o Islã e os Estados Unidos. No dia seguinte colocou flores no Museu do Holocausto em memória dos judeus trucidados pelos nazistas.

Acho que devemos discutir e analisar. Vamos debater! Também não sou de votar correndo. Agora, não me passa pela cabeça rejeitar a adesão da Venezuela ao Mercosul. Seria um passo muito negativo, uma barbaridade, que não somaria.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) reassume a Presidência.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Com o Senador Pedro Simon completamos 15 oradores. Já estamos com quase cinco horas de debate. Passo aos nossos convidados para que possam fazer suas considerações finais. Começando pela Doutora Maria Regina Soares de Lima, professora do Instituto Universitário do Rio de Janeiro.

Doutora Maria Regina Soares de Lima: Muito obrigada, Senhor Presidente. Teria quatro pontos a enfatizar. Primeiro, a implicação de se adiar essa decisão. Acho que tenho acompanhado a discussão e pelo que vi esta manhã, há duas razões. Uma de natureza técnica, totalmente legítima. Os senadores precisam saber o estado das negociações técnicas. A outra, refere-se à natureza do sistema político e econômico da Venezuela. Então, esperar que a Venezuela chegue a ser o país que cada um dos senadores deseja é adiar *ad infinitum*.

Dessa forma seria praticamente recusar a Venezuela, e aí é um ato político com graves consequências. Acho que esse é o ponto, ressaltado por vários senadores. Senador Pedro Simon, também acho que do ponto de vista político, a inclusão é mais importante. E é isso. A inclusão da Venezuela, a inclusão da Colômbia. O Mercosul vai se fortalecer, tornando-se, de fato, um espaço integrado para fazer face às intempéries e questões graves da conjuntura internacional.

Então, uma coisa é o conjunto de informações necessárias. A outra, que o Estado em consideração atenda as expectativas de todos. Isso seria adiar *ad infinitum*, um ato político hostil, e o Brasil seria majoritariamente responsável por essa decisão, na medida em que os congressos da Argentina e do Uruguai já se manifestaram.

A outra questão que me parece importante estaria ligada ao papel do Senado, que representa a Federação Brasileira. Desse ponto de vista, a adesão da Venezuela representa, de fato, a incorporação dos estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste ao Mercosul, não apenas do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista geoeconômico. Esses Estados não se beneficiaram da constituição do Mercosul por razões logísticas. O Mercosul estava restrito ao Cone Sul. A incorporação da Venezuela não apenas integra esses estados, e os dados de comércio, se não me engano o Senador Mozarildo disse que gostaria de obtê-los e posso repassá-los, são incríveis.

Entre os anos de 2000 e 2008 houve, para a região Norte, um aumento das exportações de 915%. Para a região Nordeste, no mesmo período, de 832%, e para a região Centro-Oeste de 4425%. Então, a integração abre um novo horizonte econômico para esses estados, ainda que o aumento, em termos absolutos, seja menor do que o apresentado por outras unidades da Federação. Isso significa a integração, de fato, do espaço brasileiro a um bloco comercial e, evidentemente, a integração na direção da região Sub-Andina.

Eu gostaria de fazer duas observações. Primeiro, com relação ao funcionamento da democracia venezuelana. E aí, vou seguir, Senador Collor, a sua sugestão, a sua metodologia. A ideia de ver do ponto de vista prático e pragmático. O sistema político venezuelano é competitivo. Passei minha exposição ao senhor. Existe uma oposição e a competição é muito equilibrada. Na verdade, cresceu em números absolutos.

É um sistema que conta com os dois principais jornais, que são de oposição. São os mais tradicionais. Então, sob o ponto de vista pragmático, do ponto de vista da prática, do exercício da democracia, existe um sistema que funciona, que é democrático, onde há competição eleitoral, ainda que seja modelo de democracia mais plebiscitário.

Eu gostaria apenas de uma pequena observação sobre a questão da insegurança jurídica, lembrada aqui pelo Doutor Ives Gandra. A insegurança jurídica, no sistema internacional, existe por natureza. Ela só é atenuada quando existem acordos e tratados. Os acordos de investimento que existem não foram ratificados, até onde eu tenho conhecimento. Então, US\$ 5 bilhões de investimento e US\$ 15 bilhões contratados foram para lá sem que existissem esses acordos, porque eles não foram ratificados. Evidentemente a segurança jurídica aumenta dentro do Mercosul.

Eu só queria chamar, reforçar um ponto que me parece muito importante. O Brasil, hoje, está num outro patamar no campo das relações internacionais, como o Senador Pedro Simon chamou atenção, e é crucial, que este papel de articulador de consenso, possa ser ampliado e institucionalizado. Fico satisfeita por estar aqui, de ter sido convidada, para mim é uma honra. Acho que é um exemplo do que é o debate de ideias numa discussão de tão grave consequência. E sou absolutamente favorável à adesão da Venezuela ao Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, professora Maria Regina Soares de Lima. O Senador Fernando Collor pede a palavra.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Somente em relação a um ponto tratado pela Doutora Maria Regina, em relação à questão da competitividade em termos de eleições. Realmente existe competição, existe a competição entre favoráveis ao Governo e aqueles que

são oposição ao Governo. Recentemente houve eleição para Prefeito de Caracas, foi eleito um candidato de oposição. Ato contínuo à eleição e posse do prefeito oposicionista, o Presidente da Venezuela baixou um ato criando a figura do governador de Caracas e região metropolitana. Então, na realidade, ele passou por cima do desejo da vontade popular, e por intermédio desse senhor, é que todos os recursos são repassados, usurpando o poder de um prefeito legitimamente eleito.

Outro ponto também que demonstra que a questão democrática não é bem seguida é o ordenamento territorial, que viola e violenta toda e qualquer estratégia de nação e de povo. No momento em que ele pode, como fizeram os vitoriosos na Segunda Grande Guerra, pegar o mapa do seu país e recortar da maneira que lhe parecer conveniente, mobilizando a população em função dos votos que lhes são favoráveis, isso é uma posição absolutamente antidemocrática.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Fernando Collor. Ministro Celso Lafer e, depois, o Embaixador Antônio Simões.

Doutor Celso Lafer: Presidente Fernando Collor, Senador Suplicy, caro amigo Senador Pedro Simon. Quero, em primeiro lugar, dizer que a experiência de ter participado dessa audiência é uma comprovação ainda mais eloquente da importância do debate, da discussão e do papel no Senado na fixação das grandes diretrizes da política externa do Brasil. Creio que tentando, enfim, organizar pontos importantes que foram aqui discutidos, acho que há dois aspectos. Há um tema político, que é a inclusão e exclusão e o que significa a inclusão e a exclusão, nesse momento, na vida política internacional, e o tema, vamos dizer assim, que é técnico, mas que é mais do que técnico que envolve o que é o papel do aprofundamento, e qual é o papel do alargamento do Mercosul. Em relação ao tema inclusão e exclusão, que foi um ponto inicialmente levantado pelo Senador Suplicy, lembro, por exemplo, a propósito de Cuba, que as instruções que recebi do Presidente Collor no trato de Cuba, foi a de me preocupar com a inclusão, de criar oportunidades. Lembro que estávamos discutindo o problema de uma possível colaboração da Petrobras com Cuba e a insistência do Presidente foi “*é preciso incluir, é preciso abrir.*” De maneira que eu creio que todos temos essa leitura da importância da inclusão para um país importante como é o Brasil.

Linguagem. A diplomacia é palavra. Ela tem a sua dimensão e ela é importante. Eu me lembro, quando eu estava presidindo o Conselho Geral da OMC, que o Embaixador de Cuba me procurou e disse: “Olha, vou fazer um discurso muito vigoroso a propósito da Helms-Burton, da ação unilateral dos Estados Unidos, vou dizer que isso é uma manifestação do imperialismo, que isso é inaceitável.”



vel.” Eu disse ao Embaixador de Cuba: “O senhor tem toda razão, mas se o senhor me permite, vou fazer outra sugestão: O senhor diga que esta organização é uma organização que segue regras, segue normas, esta ação é uma ação unilateral dos Estados Unidos, não está contemplada nas exceções previstas pelo GAT, de maneira que uma ação desse tipo dos Estados Unidos significa a vitória do unilateralismo em relação ao multilateralismo, e como tal é algo inaceitável. Tenho certeza que o senhor terá o apoio de todos os estados membros, e isso será mais eficaz para a sua posição do que uma manifestação de outra natureza.” Então, o capítulo diplomacia, palavra, é importante e é importante no trato dessas situações. A minha avaliação em matéria de inclusão e exclusão, que há outros mecanismos onde a inclusão da Venezuela se pode fazer com facilidade. Começando pela Unasul, que é uma iniciativa deste Governo, continuando por um tratado que existe, que é o Tratado da Co-

peração Amazônica, cuja Secretaria foi institucionalizada no final do Governo do Presidente Fernando Henrique, precisamente para criar condições de integração da região amazônica e de oportunidades de desenvolvimento sustentável para a região. Então, há outras alternativas pelas quais o trabalho de inclusão política da Venezuela pode ser feito. E pode ser feito no Grupo do Rio, pode ser feito na OEA, pode ser feito em múltiplas instâncias, e não só pode como deve ser feito. Acho que quanto a isso não tenho nenhuma dúvida.

Quanto à importância de um processo que inclua a América do Sul como um todo, claro que acho que é do interesse do Brasil, pela óbvia razão de que, exceção feita ao Equador e ao Chile, todos os demais países são nossos vizinhos. Então, a importância do relacionamento com os nossos vizinhos é importante e é importante inclusive do ponto de vista do equilíbrio federativo, porque evidentemente o Rio Grande do Sul se vê afetado pelos vizinhos que tem, Roraima



pelos que tem, o Mato Grosso porque tem, então, é importante essa dimensão., por isso, que é claro que não excluo entendimentos de cooperação econômica.

Qual é a preocupação que procurei transmitir aqui e que quero em conclusão reiterar? É que o projeto Mercosul é mais do que um memorando de intenções. É mais do que uma associação de livre comércio. É mais do que é um grupo informal, como o Grupo do Rio. É mais do que uma expectativa de cooperação do tipo Unasul. Envolve compromissos e envolve esta sintonia profunda do campo dos valores, do campo econômico e dessa dimensão da paz e da guerra., por isso, ele tem uma identidade. Receio, sinceramente, esta é a minha preocupação, de que se fizermos a Venezuela ingressar agora, sem uma reflexão apropriada por parte do Senado, estamos condenando o Mercosul à irrelevância. Quando falei em “aladificação”, é isto que quis fazer referência. A Aladi existe, presta os seus serviços, presta até hoje os seus serviços, mas alguém nesta Casa tem clareza de que a Aladi é uma prioridade da política externa brasileira? Não. É uma moldura conveniente com a qual trabalhamos e operamos. O meu receio é a “aladificação” do Mercosul, e com isso, enfim, colocar uma pá de cal no grande Projeto Brasileiro, da diplomacia brasileira pós redemocratização, porque esteve ligado à junção desses três fatores.

Eu não vou ingressar nessa ampla discussão sobre a democracia, que foi aqui muito bem apontada e o Presidente Collor acabou de dar um bom exemplo, mas vou trazer um depoimento de uma figura importante na política venezuelana, que é Teodoro Petkoff, que veio do campo da esquerda, e que, consistentemente, se opôs a todas

essas imensas dificuldades pelas quais a Venezuela e a sua população passou. Cito. Diz ele: “Chávez não é fascista. Porém, tem elementos fascistóides. O culto ao líder providencial, à violência, à manipulação da história para fins políticos, o desconhecimento da legalidade das formas republicanas em nome da voz popular, uma presença permanente e opressiva dele nos meios de comunicação, o discurso brutal e agressivo contra o adversário que, se não é nazista, provém claramente de Carl Smith, nazista para quem, como eu, lembrei a equação fundamental da política era a relação amigo/inimigo. Chávez, para os inimigos, nem pão nem água.” Além do que ao contrário do Presidente Lula, como o Presidente Lula lembrou infinitas vezes, ele é um homem de formação militar, com a visão da relação amigo/inimigo pela sua própria formação. Ao contrário, o Presidente Lula foi alguém que fez a sua carreira no debate da discussão, primeiro no capítulo sindical, depois no capítulo político. É outra a formação do Presidente Lula e faço como todo mundo que pode com objetividade dizer, é outro tipo de cabeça, é outro tipo de mentalidade, é outro tipo de experiência. Acho que é um dado para meditarmos.

Concluo. Falamos aí sobre nascimento, prematuro ou não... Enfim, há uma observação que fazem os médicos, que a diferença entre o veneno e o remédio é a dosagem. Então, tenho uma preocupação com a dosagem, e acho importante que esta Comissão que tanto e tão grandemente contribui para a discussão dos temas de política externa, tenha a condição de refletir abrangentemente sobre os assuntos objeto dessa nossa Audiência.

Obrigado, Senador.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito obrigado, Ministro Celso Lafer, pela sua presença e pelas suas palavras aqui conosco hoje. Então, encerrando, passo a palavra ao Embaixador Antonio Ferreira Simões, que vem pela segunda vez aqui e que também atendendo ao nosso convite.

Embaixador Antônio José Ferreira Simões: Obrigado, Senhor Presidente, senhores senadores. Gostaria antes de mais nada de agradecer aqui o gentil convite por estar aqui e também agradecer as palavras afetuosas do Senador Suplicy e do Senador Arthur Virgílio.

Eu gostaria de aproveitar para responder algumas das perguntas que foram formuladas aqui, a mim, em outro momento. Primeiro, o senhor mesmo havia se referido à questão da inadimplência. De fato, o que está ocorrendo no momento na Venezuela para que se compreenda, é o seguinte, na Venezuela existe centralização de câmbio, como existiu já no Brasil. Essa centralização de câmbio faz com que todos os pagamentos tenham que ser no final aprovados por uma Comissão de divisas chamada Cadiv. O que está ocorrendo não é uma inadimplência, não é que as empresas com as quais o Brasil está vendendo produtos não estejam pagando. Eles têm, di-

gamos assim, um numerário para pagar. Mas isso há uma liberação tardia na Cadiv. Por que isso está demorando? Qual é o problema? Uma razão muito simples, a Venezuela é um país que depende da exportação de petróleo e o petróleo, nos últimos meses, caiu muito, chegou ao nível de US\$ 30, então, qual foi a forma que usou o Governo venezuelano para encarar a questão da crise? Com esse mecanismo da centralização bancária e como é uma economia de consumo, basicamente ela evitou as importações. Por um mecanismo como no Brasil foi feito antes do Presidente Collor. O Presidente Collor, quando chegou, me lembro, na época trabalhava na delegação do Brasil em Genebra, ele acabou com isso. Ele acabou com a Cacex, ele acabou com o Anexo C, que era a lista dos produtos aos quais a importação estava suspensa, quer dizer, a gente não dizia proibido, dizia que eram os pedidos sobre os quais a importação estava suspensa, me lembro muito bem disso, o senhor acabou com tudo isso, Presidente. Mas isso é a realidade da Venezuela hoje, e na verdade, o que foi feito lá, foi feito de tal forma que como é uma economia no caso muito mais grave do que no Brasil no seu tempo, porque importávamos uma parte do que consumíamos e produzíamos outra. Lá, 75% de tudo que se consome é importado. Então, o impacto é muito grande nas divisas. Então, eles nessa centralização eles basicamente interromperam as exportações de muitos bens, inclusive de automóveis. O mercado venezuelano de automóveis, ele se restringiu esse ano em 50%, afetando não só as importações do Brasil, mas praticamente todos os países. Existe de fato essa cota de 10 mil carros para a Colômbia, já estamos conversando para ver a situação dos carros brasileiros, e inclusive e agora de uma forma mais geral, essa situação deve melhorar nos próximos meses. Por quê? Porque o petróleo já está a 70. Acontece que com o petróleo a 90 dias, eles, hoje, estão recebendo o petróleo de três meses atrás, que estava US\$ 30, US\$ 35. E em agosto vão chegar ao nível de US\$ 60, US\$ 65, a cesta venezuelana é mais baixa que o petróleo Brent, mas vão chegar a esse nível. Então, essa é uma situação que tende a melhorar, não está bem. Agora, é um tema também que estamos levantando já com as autoridades venezuelanas. Empresários brasileiros visitam-me todas as semanas pedindo para tratarmos dessas questões. Já fizemos alguns pedidos à própria Cadiv.

Outro ponto que foi levantado foi a questão da refinaria, e nesse caso se usou a palavra calote, que a Venezuela teria dado um calote. Acho difícil ela dar um calote se o contrato nunca foi assinado, quer dizer, há uma discussão de um contrato entre a PDVSA e a Petrobras, esse contrato, há um acordo de associação, depois desse contrato de associação tem que se fazer um contrato e essas discussões seguem... São discussões muito difíceis porque elas envolvem duas empresas que se acostumaram a trabalhar só, que não são empresas que trabalham normalmente com grandes sócios. Isso é uma realidade, é um

fato da vida, que a gente tem que entender. Então, é mais difícil, mas, essa discussão prossegue.

Na última reunião presidencial o próprio Presidente Chávez manifestou até, diria, indignação, porque ele disse que não entendia por que esse acordo não saía e ofereceu para receber o Presidente Gabrielli lá para que pudesse conversar sobre esse aspecto, o Presidente Gabrielli ia à semana passada, ocorre que, pelos eventos que estão se desenvolvendo aqui no Congresso, a questão da CPI e tudo, ele não pôde ir, irá proximamente e espero que com essa visita lá, é muito importante, porque segundo a Petrobras, vários aspectos das negociações não terem evoluído decorre de uma posição da PDVSA. E posição essa que o Presidente Chávez agora manifestou interesse em verificar e quem sabe até alterar, então acho muito importante a presença dele lá.

Outro aspecto que foi comentado aqui pelo próprio Senador Azeredo foi a questão da SIDOR e da nacionalização da SIDOR e a Usiminas, de fato, ela era sócia de uma empresa, que era a Techint, que era a dona da SIDOR, ela tinha uma participação no final pequena, era cerca de 9% a participação, mas de qualquer forma era um capital brasileiro. A participação da Usiminas lá era sobretudo em assistência técnica, a Usiminas mandava gente, formava os quadros para operação da siderúrgica. O que foi feito foi uma nacionalização. Já saiu o primeiro pagamento da indenização, são US\$ 500 milhões que foram pagos, virão outros pagamentos, e pelo que soube da Usiminas, ninguém gosta de ter o seu negócio nacionalizado, mas foi seguido, pelo menos pelo que me chegou ao conhecimento, a ideia da indenização justa, que é o que acho que é o fundamental nesses casos.

Outro ponto que foi levantado aqui por outro Senador foi a questão de como a entrada da Venezuela pode influir em outros aspectos da relação. Então, foi comentado, por exemplo, o fato de o Presidente Chávez estar muito próximo ao Irã. Gostaria de dimensionar isso, o seguinte. No caso do Mercosul, há, por exemplo, outros países, há países já membros do Mercosul que tem posições diferentes, citaria, por exemplo, o caso do Paraguai. O Paraguai, não sei se já mudou isso, mas até bem pouco tempo reconhecia Taiwan e não reconhecia a República Popular da China. Não vi nenhuma alteração da posição brasileira, que era uma posição histórica de reconhecimento da República Popular da China em função de ter havido o Mercosul de o Presidente Collor ter iniciado o Mercosul na sua Presidência. Realmente não vi. Então, acho que, enfim, a preocupação é legítima, mas acho que a gente tem que observar isso de acordo com que realmente, a evolução das coisas.

O que eu verifiquei, outro ponto que acho interessante mencionar, é que vi o levantamento de muitas dúvidas, e eu acho que é

muito importante o contato com pessoas que possam esclarecer essas dúvidas. Eu acho que isso é positivo para o Senado. Acho que foi exatamente nesse contexto que o Ministro Amorim pediu que eu viesse aqui antes e falasse com os senadores. Eu tenho a impressão que eu não exerci bem o meu papel, porque as dúvidas ainda subsistem.

Minha presença atende a uma praxe muito antiga do Itamaraty, inclusive, quando trabalhei sob o comando do Ministro Lafer, na gestão do Presidente Fernando Henrique, lembro-me dele me recomendar que viesse falar com os parlamentares. Vim inúmeras vezes, inclusive alguns deles, por exemplo, o Senador Heráclito era uma pessoa que frequentava, infelizmente não está aqui agora, mas era uma pessoa que frequentava muito nossas delegações de Alca como observador parlamentar. E era a pessoa com quem eu vinha aqui discutir várias vezes. Na época, ele estava na Câmara, não estava no Senado, então vinha aqui prestar esse tipo de esclarecimento.

Evidentemente não são todos assuntos da política externa que vão demandar isso, mas, pelo que eu vi aqui, acho que confirma que os senadores estão realmente interessados. Sei também que o Embaixador da Venezuela, com quem conversei algumas vezes, visitou o Presidente da Comissão, esteve com o Senador João Pedro e com vários... Não sei se esteve com todos, não sei se foi tão obsessivo como sou, porque sou extremamente obsessivo em relação aos interesses do Brasil.

O meu trabalho como embaixador, e eu sou Embaixador do Brasil na Venezuela porque fui indicado pelo Presidente e, sobretudo, aprovado pelo Senado Federal. E quando o Senado me aprovou, o sentido que eu entendo do papel do Embaixador é assessorar o Senado, é dar informações ao Senado dos interesses brasileiros.

Eu preciso dizer e ser muito claro, como fui em minha exposição, como fui nos meus dados, como fui nas conversas, sobre o que eu vejo que há um interesse brasileiro lá e como esse interesse pode ser mais bem atendido ou como esse interesse pode ter algum tipo de ameaça, eu acho que esse é o meu papel. Agora, o papel do Senado, como órgão político, é um papel de tomar decisões. Não é o embaixador que toma decisões. É o Senado. Agora, acho extremamente importante que essas decisões possam ser decisões, as mais informadas possíveis, porque são decisões que vão ter realmente um impacto muito adiante na nossa relação. E vi, por exemplo, pelos comentários específicos da Senadora Rosalba, ela por exemplo me listou o desejo de conhecer uma série de coisas. Ela disse que queria conhecer as questões sociais da Venezuela, as questões da mulher, as questões da educação, as questões de saúde, as questões da infância e adolescência, as questões sobre eventual violência e como isso está sendo tratado, violência contra a mulher, enfim, contra a criança e

adolescente. Isso é uma demonstração de que há muito mais que a gente deva dizer.

E só para completar, gostaria de dizer o seguinte, estou muito acostumado, na minha vida diplomática, tenho quase 30 anos de Itamaraty. E sempre me tocou temas que não são temas muito fáceis. Se formos comparar a diplomacia com um baile, nunca danço com a moça mais, mas sempre nesses temas, seja a Alca, seja a Venezuela, sempre tive muito claro o interesse do Brasil. E vou perseguir esse interesse até o final, mesmo que tenha um custo político, porque acredito nisso, acredito neste país, tenho grande orgulho de ser embaixador no país que fornece o maior superávit da balança comercial brasileira. Tenho grande orgulho de poder contribuir um pouquinho para que isso continue. Quando um empresário reclama, vou lá na Cadiv, faço uma cartinha, telefone para o Manoel Barroso para ver se há alguma coisa que ele possa fazer. Isso é uma coisa extremamente importante. Fui menino pobre no Rio e tenho a oportunidade de conversar com os representantes do povo brasileiro, tudo que eu consegui na minha vida foi trabalhando muito, sempre acreditando no Brasil.

Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Antônio Simões. Antes de concluir então, Senador Fernando Collor está aqui desde as 9h30, não é Senador? Participou o tempo todo.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Obrigado, Senhor Presidente. A participação que vossa excelência teve, Embaixador, está tendo em todo esse processo é realmente, diria até comovente. Quando o senhor citou o exemplo do Ministro Lafer, que lhe deu uma missão em relação à Alca, vossa excelência não era representante do Brasil em nenhum país e sim estava tratando de um caso específico da Alca. E essa é uma praxe da secretaria de Estado, destacar embaixadores ou um dos seus integrantes, competentes, que entendam da área específica e o Chanceler pede então que ele faça os contatos devidos, seja no âmbito parlamentar, seja no âmbito de qualquer iniciativa humana. No caso, houve uma quebra de uma praxe.

Quando lhe fiz a pergunta se essa era uma prática da Secretaria de Estado de destacar um seu Embaixador para cumprir a tarefa que o senhor vem cumprindo, é porque sei que essa não é uma praxe. Essa não é uma praxe da Casa de Rio Branco, não é uma praxe do Itamaraty. O que houve foi uma inversão, porque esse trabalho era para ser executado, sim, pelo Embaixador da Venezuela no Brasil. E quem está pedindo, batendo na porta para entrar é a Venezuela. E quem bate na porta para entrar tem que se anunciar e dizer se vem para a paz ou para a guerra, se é amigo ou se é

inimigo. E se quer entrar, para tratar do que e com que objetivo. Isso não foi feito. Quem veio bater à porta foi um dos nossos, o senhor, Embaixador do Brasil em Caracas. E que vem fazendo um esforço descomunal, que é comovente.

A mim me comove quando encontro com o senhor e vejo isso que o senhor se referiu, vossa excelência se referiu, da obstinação e da defesa dos interesses que vossa excelência, da forma cabal, demonstra estar defendendo, porque acredita ser os interesses do Brasil. Então, gostaria de cumprimentá-lo, lamentar que o Itamaraty tenha tomado essa decisão, ao invés de incentivar o Embaixador venezuelano em Brasília fazer esse trabalho, e aí sim as informações acessórias que o Parlamento Brasileiro necessitasse, aí sim via aqueles que aqui estão lotados, a assessoria parlamentar ou até o Chefe de Departamento da

América do Sul, enfim, pessoas que já estão dentro do organograma do Itamaraty para realizar essas funções.

Mas quero lhe cumprimentar pelo seu trabalho, apesar de ter essa discordância de achar que vossa excelência não poderia ser chamado para uma tarefa como essa, porque foge inteiramente àquela praxis do Itamaraty, mas a forma como o senhor se desempenhou, a sua forma cordata, cordial, a sua paciência e sobretudo essa sua obstinação.

Meus parabéns e muito obrigado. Obrigado, senhor presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Agradeço, portanto, a presença dos senhores senadores e dos senhores convidados, está encerrada a sessão.

QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA

09 DE JULHO DE 2009



A quarta audiência pública teve um formato inovador: o de um grande seminário, que tomou todo o dia 9 de julho de 2009. Participaram das discussões convidados da oposição venezuelana. O Embaixador da Venezuela, Júlio García Montoya, enviou um fax declinando o convite. A reunião teve início às 10h26, foi suspensa às 14h12 para ser retomada às 15h00. O encerramento ocorreu por volta das 18h00.

O ex-Deputado Federal Neudo Campos (PP-RR) compartilhou, como ex-governador de estado, as expectativas do povo roraimense com o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Em seguida, falaram dois jovens integrantes da oposição venezuelana, o economista Leopoldo López, ex-Prefeito do Município de Chacao, na região metropolitana de Caracas; e o advogado e ativista dos direitos humanos Gustavo Tovar-Arroyo, autor do livro *Estudiantes por la Libertad*. Coube ao Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul, Darc Costa, encerrar a primeira parte do seminário.

Economista e membro do conselho do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, Darc Costa ocupou a Vice-Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Durante a tarde, participaram das discussões o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ex-Ministro das Relações Exteriores; o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Secretário-Geral das Relações Exteriores; e o Professor Carlos Pio, Professor e Coordenador do Curso de Especialização em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Professor Titular do Instituto Rio Branco e Presidente da Fulbright Alumni Association.

É importante ressaltar que as intervenções dos convidados estrangeiros foram registradas em vernáculo brasileiro a partir de intérpretes, como determina o Regimento do Senado.

Primeira Parte

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Senhoras e senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Vamos, agora, compor a mesa dessa Audiência Pública, para instruir o Projeto de Decreto Legislativo 430, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul. Atendimento ao requerimento nº 44/09, de minha autoria, do Senador Mozarildo, do Senador Efraim Morais, do Senador Fernando Collor e do Senador Inácio Arruda.

Teremos duas audiências, na verdade uma audiência continuada. A primeira, na parte da manhã. Faremos uma breve interrupção e voltaremos às 14h00. Então, nesse primeiro momento teremos a pre-

sença de quatro expositores. Quero apenas lembrar que já realizamos outras audiências públicas, todas elas de muito interesse, num nível muito elevado. Na reunião de 16 de abril, fizemos a primeira Audiência Pública, com a presença dos embaixadores Rubens Barbosa, Sérgio Amaral, Paulo Tarso Flecha de Lima, e do Diretor Executivo da CNI, José Augusto Coelho Fernandes.

Em 30 de abril, realizamos a segunda Audiência Pública com a presença do Chanceler Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; do Senhor Antonio José Ferreira Simões, Embaixador do Brasil na Venezuela; do Governador de Roraima, José Anchieta Júnior; e de Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

No dia 09 de junho, foi realizada a terceira Audiência Pública para instrução da matéria com a presença do Doutor Celso Lafer, ex-Ministro das Relações Exteriores; do Doutor Ives Gandra da Silva

Martins; da Doutora Maria Regina Soares de Lima, pesquisadora e professora do IUPERJ do Rio, e também do embaixador José Ferreira Simões, representante diplomático do Brasil na Venezuela.

Para hoje, convido para compor a Mesa o Deputado Federal Neudo Campos, ex-Governador pelo Estado de Roraima; o senhor Leopoldo López, ex-Prefeito do Município de Chacao, na região metropolitana de Caracas; o senhor Gustavo Tovar-Arroyo, escritor, e do Senhor Darc Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul.

Antes de iniciar as exposições, quero dar conhecimento aos senhores senadores que o Embaixador da Venezuela no Brasil, Júlio García Montoya, foi convidado oficialmente para essa Comissão, depois de aprovação de requerimento, para que comparecesse juntamente com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e o Embaixador Luiz Felipe Lampeira, na segunda parte da Audiência Pública.

Lamentavelmente, recebi, ontem, uma resposta. Faço a leitura a seguir: “Senhor Senador, venho pela presente agradecer o convite que vossa excelência me fez, me faz para a Audiência Pública que será promovida pela Comissão no dia 9 de julho, às 14h00, que deverá ter como tema as apreciações e opiniões objetivas dos convidados sobre as vantagens do ingresso da Venezuela no Mercosul, tanto para o Brasil quanto para o bloco, sendo que no transcurso de cinco anos de relacionamento da Venezuela com o Mercosul, desde a assinatura do primeiro acordo comercial entre o bloco e o meu país, acontecida durante a 13ª Reunião do Conselho de Ministros da Aladi, em 2004, no Uruguai, a Venezuela tem aderido a diversos protocolos do Mercosul, como o de Ushuaia e, considerando o fato de que durante esse tempo nenhum membro do bloco questionou formalmente a nossa vontade de fazer parte, a qual foi manifesta no outubro de 2005, estou certo de que a honorável Comissão de Relações Exteriores saberá avaliar com justeza os elementos substantivos e objetivos que determinam as vantagens estratégicas de nosso ingresso.

É meu dever também”, diz o embaixador, “considerar fatos importantes. Os méritos com que a Venezuela conta para fazer parte do bloco foram já avaliados positivamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da honorável Câmara dos Deputados, em 19 de setembro de 2007.

Da mesma forma temos uma verdade expressa inclusive pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, baseada nas várias reuniões dos grupos técnicos que as chancelarias venezuelana e brasileira designaram para negociar os aspectos técnicos do processo de adesão.

Que a Venezuela e o Brasil tem consolidadas as negociações técnicas, que representa a superação de uma importante etapa do processo. Quer dizer, que os fatores técnicos avançam afortunadamente, além das limitações de ordem político-ideológica que podem, mas não devem, entorpecer o processo de adesão da Venezuela ao Mercosul .”

Eu vou distribuir uma cópia para os senhores senadores também desta carta.

Diz ainda o embaixador: “Permitam-me assinalar o que foi dito anteriormente, atendendo ao fato de que o ingresso da Venezuela no Mercosul constitui uma razão de Estado de caráter supraideológico e, portanto, resulta, pelo menos, inconveniente para a consolidação dos interesses do Estado Brasileiro, que se limite a discussão e a análise do tema ao jogo de interesses de particularíssima condição política.

É um fato que o ingresso da Venezuela ao Mercosul representaria um aumento do mercado potencial para 260 milhões de pessoas, o que significa a subida de 11% no mercado potencial e de 8% no PIB do Bloco. Hoje, os países membros do Mercosul contribuem com 25% em termos de potencial de mercado. Com o ingresso da Venezuela a cifra chegaria a 40%.

É um elemento importante a considerar o fato de que nos últimos 10 anos o intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela, a balança brasileira cresceu 1.151%. Mas o comércio entre ambos os países poderia ser ainda maior se analisasse as necessidades de importações venezuelanas sobrepostas à participação do Brasil nesses fornecimentos. Isso é bem provável de se realizar, tendo a Venezuela dentro do Bloco.

Levando em conta cifras, não dá para entender porque demorar ou não querer a aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul.

Na verdade, se fosse cidadão brasileiro”, diz o Embaixador, “mais ainda, se fosse cidadão brasileiro com responsabilidade direta sobre o destino do país, não duvidaria em colocar toda a minha força para lutar pelo ingresso ao bloco de um país que vai representar tantas vantagens comerciais, além das estratégicas, na área geopolítica como a possibilidade de abrir uma porta ao Caribe para o mercado brasileiro.

Mas cabe à Comissão analisar e debater o tema e logo elaborar o relatório e ir à votação. Acredito, e comigo garanto isso também o Governo Bolivariano da Venezuela, que a Comissão de Relações Exteriores saberá estabelecer com clareza a objetividade do caso.

Três audiências anteriores já foram realizadas, com informações suficientes para termos bases consolidadas na análise. Isso é um fato assinalado por muitos dos Excelentíssimos senadores membros da CRE.

Acho”, diz ainda o Embaixador, “que se ainda persiste dúvidas são de caráter ideológico e até pessoal, e nisso nem a minha presença e palavra nem a de ninguém, na verdade, poderá fazer diferença alguma.

Na reunião que tive com vossa excelência Presidente da Comissão de Relações Exteriores e com o honorável Senador Tasso Jereissati em vossos gabinetes, no dia 14 de maio de 2009, deixei clara a vontade do Governo Bolivariano da Venezuela de trabalhar junto ao Brasil, unidos os interesses de nossos povos, da nossa classe política-empresarial, para favorecer uma via de análise concreta, limpa e definitiva para o tema de ingresso da Venezuela ao Mercosul.

Atendi as perguntas e inquietações, brindei informação técnica e política e me comprometi a manter as portas de nossa Embaixada abertas para qualquer requerimento que os senhores precisassem.

A minha palavra continua de pé. Vossas Excelências podem vir quando precisarem e serão recebidos como merecem, assim como são recebidos todos aqueles com quem já tenho dialogado sobre o tema do ingresso da Venezuela no Mercosul. Vários senadores, membros mesmo da CRE, uma boa quantidade de deputados, governadores, como o próprio governador de Roraima, no meu empenho por satisfazer as demandas de informação e de entendimento sobre a postura do Governo e o Estado Venezuelano no tema do ingresso da Venezuela no Mercosul.

Sinto-me satisfeito com o atendimento que tem dado àqueles que me ouviram e com a sua compreensão. O meu papel como embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil cumpre-se e seguirá cumprindo sob essa mesma disposição.

Agradeço mais uma vez a vossa excelência e peço que informe aos honoráveis senadores integrantes da Comissão de Relações Exteriores que, como disse, estarei disposto a brindar todo tipo de esclarecimento e informação dentro do espaço que me corresponde política, diplomática, técnica e moralmente nesse tema.

Considero que, sendo um tema em que o Estado Brasileiro debate a conveniência de honrar o espírito de institucionalização, aprofundamento e ampliação do Bloco Mercosul, gerado pelos Presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso e continuado pelo Governo Luiz Henrique...[sic] Luiz Inácio Lula da Silva, cabe só aos cidadãos brasileiros que mantêm posições diferentes a respeito, interagir para concluir as suas diferenças.

A Venezuela não tem diferença nem dúvida nenhuma e temos exposto suficientemente nossa realidade e vontade a frente de todas as vossa excelências e do próprio povo brasileiro.”

Assinado pelo Embaixador Júlio Garcia Montoya que, portanto, declina do convite para aqui comparecer.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Pela ordem, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Fernando Collor.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): A carta do senhor Embaixador da Venezuela no Brasil me pareceu, salvo melhor juízo, hostil aos integrantes desta Comissão e ao próprio Senado da República, na medida em que ele faz uma apreciação e um juízo do mérito das discussões que aqui estão sendo travadas.

Não há, em nenhum momento, qualquer tipo de conotação ideológica ou partidária nessa discussão. Nós todos somos senadores da República Federativa do Brasil, querendo o melhor para o nosso país, para os nossos vizinhos e para a política externa que o Brasil vem realizando, de aproximação com países que rezem pela cartilha da concórdia, pelo não confronto, pela não intervenção, de respeito aos

direitos humanos, de respeito à liberdade de informação, de respeito à liberdade de consciência, de respeito à propriedade privada, enfim.

E o Senhor embaixador também faz uma avaliação equivocada quando diz que, e isso é subjetivo, todas as informações que poderiam ser prestadas já foram prestadas. E a presença dele, quando foi solicitada a esta Comissão, foi um sinal evidente de que os senhores membros deste colegiado entenderam diferentemente do que afirma o Senhor embaixador em sua carta.

A presença dele é de fundamental importância para que alguns pontos sejam esclarecidos. Aqui foi dito em reuniões passadas, e que tentei de minha parte reverberar, que me causava profunda estranheza que o embaixador do Brasil em Caracas estivesse fazendo uma espécie de *lobby* junto a cada um dos senhores senadores, defendendo os interesses da Venezuela no Mercosul. Mercosul, que é este bloco econômico atacado pelo Senhor Presidente Chávez, sob a justificativa de que era um bloco anacrônico, fruto de uma política neoliberal, que não merecia por parte dele nenhum tipo de consideração. Isso foi afirmado por ele quando rompeu com a cúpula do Pacto Andino, em função do Peru e da Colômbia terem assinado um tratado de cooperação comercial com os Estados Unidos.

De modo que, de minha parte, Senhor Presidente, julgo conveniente que enviássemos este ofício ao Ministério das Relações Exteriores, manifestando a nossa estranheza. E gostaria também de apresentar um requerimento, com um voto de censura ao Senhor embaixador pelos termos que ele utilizou para se dirigir a esta Comissão e a esta Casa. Ele não pode considerar o Senado da República Federativa do Brasil como uma cubata de qualquer recanto deste mundo.

Aqui não. Temos regras. Aqui respiramos ares democráticos e precisamos definitivamente obter de sua excelência um maior interesse em ver que a Venezuela está realmente cumprindo todos os pré-requisitos exigidos pelo Mercosul para o ingresso no bloco. Eram essas as minhas considerações.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Fernando Collor.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Inácio, e, em seguida, o Senador Mozarildo.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Tenho um entendimento diferente do Senador Fernando Collor. Primeiro, o embaixador já esteve aqui na Casa com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, esteve com o relator, detalhou todas as questões relativas à entrada da Venezuela no Mercosul e os interesses de seu país.

E também tenho entendimento diferente do trabalho do embaixador brasileiro na Venezuela, o Embaixador Simões, que esteve aqui com todos os senadores, defendendo o interesse do Brasil de ter a Venezuela no Mercosul. Veio de forma aberta, tranquila. Acho que, inclusive, é uma atitude deselegante da nossa parte querer fazer uma censura ao seu esforço, porque é seu dever, sua obrigação. Acho que foi deselegante o tratamento que teve aqui, ao afirmarem que o seu trabalho seria de interesse venezuelano. Estamos defendendo o interesse do Brasil. Interessa ao Brasil ter a Venezuela no Mercosul. Essa é a questão central. Qualquer estado da nossa região, seja do Norte, seja da Região Nordeste, tem grande interesse nisso.

Mercosul para nós só vale se tiver Venezuela, se tiver Colômbia, se tiver Guiana. Mercosul só de Argentina, Uruguai e Paraguai, é um Mercosul só do Sul do Brasil, com a participação só do Sul do Brasil. E essa é mínima. Então, acho que o embaixador brasileiro faz um trabalho correto, inclusive deveria fazer mais em relação a essa questão. Quanto ao embaixador da Venezuela, acho que, por meio de uma carta, dá informações a essa Comissão respeitosamente. Claro, é evidente que existem posições no campo ideológico, sobre a questão da Venezuela. São explícitas as razões de muitos colegas senadores em relação ao ingresso da Venezuela no Mercosul.

Acho que também incomoda a qualquer país que você convoque a oposição do seu país para vir debater no Senado Brasileiro, algo absolutamente absurdo, mas que foi aprovado aqui. Não gostaria que fosse convocado para debater na Venezuela a situação da oposição no Brasil, que se opõe ao Governo em determinadas questões. No caso da Venezuela, a oposição ferrenha, aliás, a oposição golpista. Se falamos de cláusula democrática, como chamamos golpistas para debater? Isso incomodaria qualquer presidente brasileiro, qualquer embaixador brasileiro, em qualquer nação do mundo! Para ir debater em Washington, no Parlamento Europeu, no Parlamento do Mercosul ou na Venezuela, assuntos de interesse do Brasil.

A posição do embaixador venezuelano é mais do que pertinente e não merece censura alguma. Se fosse embaixador do Brasil na Venezuela e algo parecido ocorresse, mandaria uma carta de protesto contra essa interferência indébita, chamar a oposição golpista para debater assuntos de interesse de uma nação. Acho que essa é a questão central.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Collor.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Perfeitamente. Gostaria de dizer, Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, que em relação ao Embaixador do Brasil em Caracas, a atitude dele ao fazer esse trabalho, esse proselitismo, ir de gabinete em gabinete de cada um dos senhores senadores para defender o ingresso da Ve-

nezuela no Mercosul, foi um trabalho que me comoveu. Deixou-me profundamente comovido.

Quantas vezes vi o Embaixador perambulando pelos corredores do Senado, dentro do Plenário, buscando algum parlamentar com quem não tivesse mantido contato. Trazendo um papel, segundo ele, não oficial, em que elencava argumentos pessoais. Ele dizia, por exemplo, num dos determinados pontos, que a corrida armamentista da Venezuela era em função de uma ameaça dos Estados Unidos da América. Como se a compra de alguns submarinos, de algumas metralhadoras, desses apetrechos bélicos, pudessem contrastar com o poderio militar de qualquer uma das potências ocidentais.

Então, em nenhum momento aqui fiz, e nem quero jamais fazer, um voto de censura ao nosso Embaixador. Ele estava cumprindo uma tarefa. E até porque essa não é a prática da Secretaria de Estado. O Ministério das Relações Exteriores, pela sua prática, não age dessa forma. Ele, em geral, incentiva o Embaixador, no caso do país que quer entrar no bloco, a que faça esse trabalho. Sua excelência, o senhor Embaixador venezuelano negou-nos o privilégio de sua presença na Comissão, mas gostaríamos de tê-lo pessoalmente conosco, para que ele nos explicasse o que está acontecendo.

Ele, por exemplo, desconhece na carta que tudo isso, todo esse processo de integração nasceu em 1985, quando foi assinado a declaração de Iguazu, pelo ex-Presidente José Sarney e pelo Presidente Alfonsín. Ele desconhece na carta de que a criação do Mercosul foi constituída em Assunção quando era o presidente deste país. E realmente este não é um debate ideológico. Este é um debate de alto nível, em que todos queremos o melhor para o Brasil e para o nosso continente. O desejo de integração é enorme.

Todos desejamos que a integração econômica e a integração dos povos sul-americanos e latino-americanos seja rápida, vigorosa, e que nos possa trazer, de alguma forma, grandes proveitos, mas não podemos aceitar que um país queira ingressar num bloco sem cumprir minimamente as cláusulas colocadas no tratado de Assunção como condição *sine qua non* para que esse país ingresse.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Fernando Collor. Senador Inácio, considero que a carta, no mínimo, não é diplomática. Nós sempre ouvimos falar que diplomacia é dizer “não é verdade” em lugar de afirmar “é mentira.” Sempre brinco sobre isso lá em Minas Gerais. Então, acredito que ela, no mínimo, não é diplomática ao afirmar que “*se trata ao jogo de interesse de particularíssima condição política*”, ou, mais à frente, dizer que são de caráter ideológico e até pessoal. No mínimo, a carta não é diplomática.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Presidente, pela ordem. É que o Embaixador, acho até que ele até estava mais que dis-

posto a vir aqui. Vossa excelência conhece o Embaixador, sabe que é um diplomata e uma pessoa cortês, mas, diante de uma audiência que coloca a oposição do seu país na mesa...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Mas a audiência que ele está convidado é na parte da tarde com o Embaixador Lampreia e com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): ...Mas sua presença não se inseria no tema do painel. Não vi o protesto de muitos senadores aqui na hora que foi vetada a venda de aviões brasileiros para a Venezuela...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Houve protesto, sim...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): ...Alguns, pela Embraer. A Venezuela queria comprar aviões brasileiros, mas os americanos vetaram a venda porque há uma pecinha americana no aviãozinho da Embraer.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...É verdade. Possuía peças americanas...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): ...Então, esse é um problema também de natureza política, de interferência. Acho que é bom anotar as coisas. Porque senão ficamos preocupados, afirmando “o homem está se armando”, mas tem que comprar do Brasil...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Está bem. Vamos ouvir então o Senador Mozarildo e o Senador Suplicy. Coloco depois o requerimento em votação. Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Senador Eduardo Azeredo, Presidente dessa Comissão. Senhores senadores. Realmente o grande problema aqui não é classificar a carta do embaixador como hostil, não-diplomática, descortês. Ele rotula nossa posição e opina sobre a situação do Estado Brasileiro ao dizer: “*pelo menos inconveniente para a consolidação dos interesses do Estado Brasileiro*”; “*que se limite a discussão e análise do tema ao jogo de interesses de particularíssima condição política*”, e, mais na frente, “*senadores membros da CRE, acho que se ainda persistem dúvidas, são de caráter ideológico e até pessoal. E nisso nem a minha presença e palavra, nem a de ninguém, na verdade, poderá fazer diferença alguma.*”

Então, é uma carta descortês para com a Comissão de Relações Exteriores do Senado da República. Não aceito o rótulo de que tenha posição ideológica e nem de caráter pessoal. Já frisei em outras reuniões aqui que me coloco numa dupla situação, de senador de Roraima, que por questões todas, inclusive geográficas, quer o ingresso da Venezuela no Mercosul. E de senador da República, que tem a obrigação de observar a Constituição e a legislação. É isso que estamos que-

rendo esclarecer, os aspectos jurídicos, técnicos e econômicos, além da cláusula democrática, que estão dentro do Protocolo.

Ora, não estamos inventando nada. Em nenhum momento. Ao contrário, tenho prestado atenção em todos os debates, dos que falam a favor, dos que falam contra, porque quero amanhã dizer para os meus eleitores de Roraima e a toda a população do estado, que dei um voto consciente pela entrada da Venezuela no Mercosul.

Eu quero aqui elogiar, como fez o Senador Collor e também o Senador Arruda, o trabalho do embaixador do Brasil. Se o Brasil tem a convicção, por meio do Governo, de que é importante a entrada da Venezuela no Mercosul, acho importante o trabalho dele de convencimento. Agora, está fazendo um papel a favor da Venezuela melhor que do embaixador da Venezuela. Realmente é um desserviço que o embaixador da Venezuela está fazendo ao país dele. Como quem diz, em outras palavras, se vocês quiserem, muito bem; se não quiserem... Vocês senadores é que têm a responsabilidade.

E realmente temos responsabilidade. Somos uma democracia. Há quem pense como o Senador Arruda, como o Senador Suplicy, como o Senador Collor, como eu. Mas não aceito rótulo. Quero ter a consciência tranquila ao dar o voto sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul. Aquela história, nem contra nem a favor, quero é ser convencido de que realmente é importante para o Brasil e para o meu Estado. Senador Azeredo, sei de antemão que as pessoas que convidei são a favor do ingresso, como o do Amazonas, Eduardo Braga, que não pode vir, e o ex-governador de Roraima, Neudo Campos, que, reiteradamente, até em entrevistas públicas manifestou-se a favor.

Sei por que fomos várias vezes à Venezuela - eu como senador, ele como governador - tratar dos assuntos de interesse de Roraima, como a linha de transmissão de Guri, que traz a energia da Venezuela para Roraima, um trabalho do governador Neudo Campos com o nosso apoio. Então, não há posição pessoal nem ideológica, pelo menos em minha cabeça e, acho, na cabeça da maioria dos senadores. Agora, pensar diferente sobre um tema é próprio da democracia. Temos que respeitar, e isso acho que o embaixador não fez.

Era o que queria registrar.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo. Vamos, antes, ouvir o senador Eduardo Suplicy para depois passar a palavra aos expositores...

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Serei breve. Acho que o protesto expresso pelos senadores Fernando Collor e Mozarildo Cavalcanti já foi bem compreendido e certamente o embaixador está nos ouvindo. O Senador Inácio Arruda fez sua defesa. Não creio que a carta tenha sido desrespeitosa, mas gostaria de ter recebido a visita do Embaixador Júlio Garcia Montoya em nossa Comissão. Quero expressar isso, mas, agora, vamos para o debate, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito bem, Senador Suplicy, quero só finalizar que, pessoalmente, considero que ele não foi diplomático e que foi hostil sua ausência neste debate. E como estão vindo todos os outros, os ex-ministros, os Ministros Celso Amorim e Samuel Guimarães, de maneira que vamos agora passar à fase das exposições.

Concedo a palavra ao Deputado Neudo Campos, ex-governador do estado de Roraima, para fazer sua exposição. O tempo previsto, governador, é de cerca de 10 minutos. Evidentemente não é uma coisa rígida, mas seria bom se pudermos organizar e tivermos intervenções rápidas dos senhores senadores para que possamos ter melhor proveito das audiências.

Deputado Neudo Campos (PP-RR): Senhor Presidente, quero inicialmente agradecer a indicação do Senador Mozarildo Cavalcanti e, também, ao Presidente, Senador Eduardo Azeredo. Quero cumprimentar os senadores Inácio Arruda, Collor, Suplicy, Arthur Virgílio, o Deputado Efraim, o senhor Darc Costa e o senhor Leopoldo López, em nome dos venezuelanos aqui presentes.

Bem, primeiro, quero dizer que, como governador de Roraima por dois mandatos, procurei intensamente integrar Roraima à Venezuela. Estamos umbilicalmente e geograficamente, ligados ao país vizinho. Se olharmos no mapa temos a impressão que Roraima adentra a Venezuela. Onde, nós roraimenses, vamos passar as férias? A grande maioria vai lá para a Ilha de Margarita, como vou daqui a duas semanas. Por quê? Porque somos bem recebidos, somos bem tratados e é muito mais barato. O tanque de gasolina custa apenas R\$ 3.

Então, conhecemos a Venezuela e a Venezuela nos conhece. Desse conhecimento mútuo vem a certeza absoluta da importância da adesão da Venezuela ao Mercosul. Não consigo imaginar que possamos dizer não. Qual país preenche todos os requisitos? Quem cabe no figurino traçado pelo Tratado de Assunção, que estabelece exigências europeias para a América Latina?

Alguma coisa tem que ser feita. Na verdade, esse tratado deveria observar claramente as condições da América do Sul. Para mim, o Mercosul deveria ser uma grande área de livre comércio abrangendo toda a América do Sul. Quanto mais tempo estiver confinado ao Cone Sul irá passar a ideia de que fracassamos, de que não avançamos. E a Venezuela é um grande parceiro. Querer confundir a Venezuela com o Presidente Hugo Chávez não é justo. Porque há muitas coisas que ele fez e que não são divulgadas na imprensa brasileira.

Começamos a discutir a instalação de uma linha de transmissão de Guri sob o Governo do Presidente Rafael Caldera. Quando o Presidente Chávez assumiu, honrou o compromisso. Mais do que isso, ele se dedicou. Resolveu a parte que lhe cabia, esforçando-se pessoalmente. Quando a linha de transmissão atravessava áreas indígenas

venezuelanas, muitas vezes as torres metálicas, com espessura de 10 centímetros de aço, apareciam serradas. O Senador Augusto Botelho e o Senador Mozarildo Cavalcanti sabem disso. Exigia uma tecnologia que evidentemente os índios não tinham. Existiam interesses procurando derrubar, procurando impedir a ligação. E o Presidente Chávez respeitou, trabalhou e possibilitou que esse contrato ele se tornasse uma realidade no ano 2000.

Enfim, a Venezuela é importante para o Brasil. Roraima não está no Mercosul. O Amazonas, do Senador Arthur Virgílio, talvez até esteja pelo caso específico da Zona Franca, mas o Amapá não está, o Acre não está, o Pará não está, o Nordeste não está. Senador Arruda, o Nordeste não está no Mercosul.

Então, como Roraima entra no Mercosul? Só tem um jeito: com a entrada da Venezuela. Percebemos muitas vezes, quando ouço todas essas discussões que também aconteceram lá na Câmara, que os venezuelanos são descritos como se fossem hostis, e não são. Os venezuelanos têm uma identidade muito grande conosco. Os venezuelanos são descendentes de índios, de negros e de europeus.

Uma vez, estava no meu gabinete. Atrás, a sala de reunião estava cheia de jovens e pensei que eram brasileiros. Não, não eram. Eram venezuelanos. Somos muito parecidos e quanto mais acontece essa integração, cada vez isso fica mais evidente aos olhos de todos nós. Na fronteira, o Governo do estado de Roraima tem parceria com o Governo do Estado de Bolívar. As escolas ensinam em português e espanhol. Quando fui governador, professores da rede estadual de ensino de Roraima iam ensinar português nas escolas do estado de Monagas e professores venezuelanos vinham ensinar espanhol na nossa rede.

Enfim, há sim uma proximidade e há boa vontade por parte da Venezuela. Digo isso com a experiência de oito anos à frente do Governo do estado buscando realmente a integração. E o resultado disso foi a linha de transmissão de 800 quilômetros, que libertou Roraima do apagão permanente.

Eu nasci em Boa Vista, sempre sofremos apagões e isso foi resolvido, mas temos mais coisas a fazer. O Presidente Chávez venderia, Senador Arruda, 100 milhões de litros de gasolina e 100 milhões de litros de diesel a preços diferenciados para Roraima. Isso seria extremamente importante para o nosso desenvolvimento. E, surpreendentemente, foi a Petrobras que não permitiu que acontecesse.

Em Roraima tudo é mais caro, porque estamos mais longe. E aí, a Petrobras, com um argumento que nunca me convenceu, disse que isso criaria um precedente muito perigoso. No entanto, a boa vontade da Venezuela e do Presidente Chávez ficou demonstrada. Quero colocar que não podemos manter o Mercosul tão confinado. Precisamos nos expandir com a Venezuela, com a Colômbia, com a Bolívia,



“Querer confundir a Venezuela com o Presidente Hugo Chávez não é justo. Porque há muitas coisas que ele fez e que não são divulgadas na imprensa brasileira...”

(Deputado Neudo Campos, ex-governador de Roraima)

com o Peru. Não podemos copiar normas europeias para excluir países que têm enormes dificuldades.

O Brasil tem que ter visão para integrar. Ocupamos meio continente e temos a obrigação, por termos a maior economia, de promover a integração na América do Sul. Aliás, Jean Monnet, um dos arquitetos do Mercado Comum Europeu, dizia: “Não estamos coligando estados; estamos coligando pessoas.” Pessoas... E é isso que está acontecendo. Não vamos esperar que outros países da América Latina atinjam níveis econômicos, sociais tão grandes para entrar. Têm que entrar com os problemas que possuem. E vamos trabalhar para conviver e reduzir as barreiras que tanto nos maltratam.

Aliás, a Venezuela e o Brasil ficaram de costas por um longo tempo. Durante muito tempo, ambos estavam voltados para os Estados Unidos. O Presidente Hugo Chávez quando foi eleito, antes de assumir o Governo, veio duas vezes a Brasília. E os meus amigos lá da Venezuela diziam o seguinte: “Nosso interesse agora vai se voltar para o Sul.” E evidente. Estão aí os resultados da economia no Governo do Presidente Chávez. Números extraordinários. Um crescimento como nunca houve. Agora, as questões políticas devem ser olhadas como são. Coisas pequenas. O Mercosul deve ser muito maior do que é. Permanecer como está é se apegar, é se conformar com algo que não inclui sequer os estados do Norte e do Nordeste brasileiro. A entrada da Venezuela é emblemática. Significa que o Brasil abre os braços para o ingresso de novos países para buscar um mercado comum para toda a América do Sul, e não restrito ao Cone Sul.

Então, Senhor Presidente, eram essas, talvez, as palavras que tinha para dizer, com a experiência de quem vive e de quem conhece a Venezuela. Muitas vezes se fala mal do Governo do Chávez não sabe que, antes, a Venezuela exportava cimento para Roraima. Agora, não exporta mais porque o consumo já é tão grande, construindo escolas, fazendo uma ação social extraordinária, que não sobra. Então, eram essas as palavras que gostaria de dizer.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito obrigado Governador Neudo Campos pela sua participação. Quero só pedir ao Alexandre, nosso secretário...

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): ...Presidente, pela ordem, Senhor Presidente...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...cópia do requerimento de voto de censura apresentado pelo Senador Fernando Collor ao embaixador da Venezuela no Brasil e também a cópia da carta, para que, após as exposições, possamos decidir sobre o que fazer. Já passo a palavra...

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): ...Senhor Presidente, o Senador Eduardo Suplicy me disse que esse assunto, na minha ausência, já foi bastante discutido, mas não posso deixar de ressaltar

aqui um episódio, pelo menos um, o Senador Fernando Collor está aqui marcando mais... Mais reflexões a respeito da carta do embaixador venezuelano à Comissão, mas tem pelo menos uma que julgo, no mínimo rude, talvez grosseira e quase insultuosa.

Diz ele: “*Acho que se ainda persistem dúvidas são de caráter ideológico e até pessoal. E nisso, nem a minha presença e palavra, nem a de ninguém, na verdade, poderá fazer diferença alguma.*”

Eu considero uma manifestação injusta, pouco inteligente e inábil politicamente. Pessoal de quem e contra quem? Eu, por exemplo, não tenho nada de pessoal em jogo. Tenho dúvidas e questionamentos a fazer. Estimulei ao máximo, junto com outros senadores, a realização das audiências públicas. O tom é moderado e ouvimos com todo respeito os dois lados e há os dois lados, é muito importante que a Venezuela perceba isso, que é fundamental na democracia, se é democracia, ter os dois lados. Essa história de imaginar que só deve ter direito à palavra, à opinião, um lado, cria um ranço, autoritarismo que talvez esteja expresso aqui.

Não pode me mandar calar e nem calar o Senador Jereissati, nem o Senador Collor, mas de repente, nas entrelinhas diz que adoraria, quem sabe, poder calar. Adoraria, quem sabe, poder calar. Está aqui uma. Gostaria de colocar aqui meu repúdio pessoal muito claro, porque não. O embaixador está equivocado.

Na minha posição não tenho nada de pessoal, não tenho nada de ideológico, tenho a preocupação com a democracia, sim, e tenho a preocupação econômica. E, por isso, tantas Audiências Públicas. É por isso. Aqui não tem. Esse é um Congresso que trabalha no ritmo da sua independência, que é total. O Congresso, aqui, não está submetido a dictate de quem quer que seja, ele trabalha no seu tempo.

E está se tentando formar aqui um consenso sobre essa questão e perdendo inclusive e compreendendo os dissensos que possam surgir, que são próprios do embate democrático, mas o fato é que não gostaria de aceitar essas palavras do embaixador. Gostaria que o embaixador até refletisse e, quem sabe, enviasse outra carta sem isso. Porque seria melhor para ele, ele aqui não tem que ficar julgando a nenhum de nós e o direito de não vir é um direito dele, eu mesmo me questiono se seria apropriada sua presença ou não, embora seja apropriada a presença dos dois ilustres convidados venezuelanos.

Agora, dizer que as pessoas que, porventura, resistem à ideia da Venezuela no Mercosul estão embaixo de preconceitos ideológicos ou de questões pessoais, chega a ser absurda. Porque isso, isso reduziria também a relevância daqueles que defendem a Venezuela no Mercosul. Porque se poderia dizer a mesma coisa, com a mesma simplicidade com que agiu o embaixador. Poder-se-ia dizer o seguinte: estão também envolvidos na questão por razões ideológicas. E não

é assim que temos tratado essa questão, Senhor Presidente. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Quero só complementar que essa carta foi encaminhada ao meu gabinete. Sequer foi entregue pessoalmente a mim. O que acho que seria outro ponto de boa índole se realmente o embaixador pudesse, pelo menos, ter me comunicado por telefone ou que alguém pudesse trazer a carta. A carta foi entregue ao meu gabinete dessa maneira.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Queria fazer uma sugestão, Senhor Presidente, de que como o Senador Fernando Collor distribuiu agora um requerimento de censura à carta, que possamos então debater e decidir sobre isso logo após o debate que vossa excelência...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...Minha proposta é exatamente essa. Que após as exposições, possamos determinar sobre isso. O Senador Tasso Jereissati pede a palavra. Depois passaremos aos expositores venezuelanos.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Gostaria também, Senador Eduardo Azeredo, de fazer uma referência a essa carta porque no encontro que tivemos em meu gabinete com o ilustre embaixador venezuelano, fiz ver a ele que não tínhamos nenhum tipo de orientação ou nenhum tipo de ênfase dada a qualquer tipo de questão ideológica.

Fizemos ver a ele com toda clareza que temos restrições à falta, ainda, de importante aspectos técnicos do acordo que não foram firmados, e que não poderíamos simplesmente avalizar um acordo que não existia. Porque vários pontos que são fundamentais ao próprio acordo do Mercosul de uma maneira geral, não tinham sido ainda acordados pelo Governo venezuelano. E que esperávamos até que acontecesse uma reunião que estava marcada para o dia 19 e 20, para que aqueles pontos fossem alcançados.

Na verdade foi feita uma reunião e pedimos ao Itamaraty que nos mandasse uma informação sobre o resultado da reunião e o andamento foi que parte dos pontos que estavam faltando foram acertados na reunião, mas boa parte de assuntos especificamente técnicos não tinham sido acertados ainda.

Por isso, estranho profundamente a carta do Embaixador, porque isso ficou muito claro e disse para ele os pontos, e lamento não só a não vinda dele aqui, mas, enfim, lamento a pouca cortesia que ele teve em relação a essa Comissão e ao Senado Federal, lembrando, naturalmente, que, quando o embaixador fala, ele fala em nome do Governo venezuelano. E não é a primeira vez que o Governo venezuelano demonstra certa falta de consideração e, até em algum momento, desrespeito ao Senado e ao Congresso Brasileiro.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Tasso, o nosso secretário me informa inclusive que não houve nenhum emissário. Foi por meio de fax. Podia ter mandado, pelo menos, um secretário da Embaixada para fazer essa entrega. Vamos ouvir, vamos dar segmento à Audiência Pública...

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): ...O uso do cachimbo faz a boca torta. É isso...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): ...É, talvez. Vamos dar segmento, então, à Audiência Pública, ouvindo o escritor Gustavo Tovar-Arroyo, que, convidado por essa Comissão, veio da Venezuela, às suas próprias expensas, para nos dar informações. Com a palavra o senhor Gustavo Tovar-Arroyo. Só lembro aos senhores senadores que está sendo feita a tradução para aqueles que acharem necessário.

Senhor Gustavo Tovar-Arroyo: Muito obrigado, Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Eduardo Azeredo. Excelentíssimos senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores, Excelentíssimos Governadores, deputados, senhoras e senhores. Primeiramente, desejo agradecer-lhes, de modo bastante cordial, a possibilidade de estar aqui e falar-lhes, o que, na Venezuela, nos é negado.

No âmbito da discussão do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, de forma muito estranha foi sonogada a certa parte do país, e, sobretudo, àqueles setores mais afetados - os trabalhadores, os empresários, os acadêmicos - nenhum desses grupos foi consultado sobre a extraordinária possibilidade de formar parte de um mercado tão atraente e interessante. Dessa forma, como venezuelano, como cidadão da América do Sul e como cidadão que acredita que o norte é o sul, agradeço a oportunidade que nos foi dada de falar. Em termos técnicos, há uma Venezuela que quer reivindicar sua dignidade.

Além disso, desejo agradecer-lhes porque é preciso que faça esse comentário. Ele será muito curto. Nós, venezuelanos, não temos times de futebol. O time de futebol da Venezuela é o Brasil. E sofremos com vocês, sentimos com vocês todas as alegrias e satisfações que a cultura e o esporte brasileiro nos têm propiciado. E, assim, como disse bastante bem o Deputado Neudo Campos, somos uma cultura muito convergente, com muitas afinidades. E, certamente, essa confluência deve materializar-se em acordos de mercado, em acordos políticos, em acordos baseados em princípios democráticos. Considero uma dificuldade ter que referir ao meu Governo em instâncias internacionais, porque tenho um profundo amor pelo meu povo, pelo meu país, e acredito que as oportunidades de formar parte do bloco econômico do Mercosul, deve ser aplaudida e incentivada. Mas, como aqueles grandes rebeldes da história, Simón Bolívar, Francisco de Miranda, Túpac Amaru, é preciso que nos rebelamos diante de certas considerações que podem pesar sobre a dignidade humana.

E aqui estou em defesa da Venezuela e em defesa do povo do Mercosul e da América do Sul. De modo que aquilo que possa dizer não tem relação com o grande amor que sinto por um povo que é criativo, lutador e defensor da liberdade. Mas o que nos concerne, o que temos que fazer e tratar aqui é sobre a entrada, ou não, da Venezuela ao Mercado Comum do Sul. Nesse sentido, acredito que é preciso esclarecer, de uma vez por todas, que sinto que as pessoas que povoaram a América do Sul já deixaram para trás considerações não integracionistas. E acredito que todos que estamos aqui, Senador Collor de Mello, e todos os demais, acreditamos que o princípio da integração é fundamental. E estamos todos de acordo, de forma incontestável, de que isso é necessário.

Pois bem, a história da humanidade e a história da América do Sul nos possibilita demonstrar o seguinte: a integração apresenta alguns aspectos que a caracterizam. O Mercosul tem princípios, tem características que são, sem dúvida alguma, fundamentais na relação comercial, de mercado, entre os nossos povos, para a produção ou a facilitação caminho que leva da pobreza ao bem-estar, ou seja, do desenvolvimento dos povos. Os princípios do Mercosul são econômicos e evoluíram, à medida que os protocolos também o fizeram para princípios democráticos e que defendem as liberdades fundamentais dos Direitos Humanos. Mas esses princípios não podem ser descuidados.

Da mesma forma que, quando tentamos fazer parte de um jogo de futebol, é necessário respeitar suas regras. Nós não jogamos futebol, mas sabemos disso, que não podemos chegar num campo de futebol com um taco para jogar beisebol, que é o nosso esporte número um. Então, nesse aspecto da adesão ao Mercosul, de maneira pública e notória, o nosso Governo tem se posicionado de maneira contrária às aberturas de mercado e contrário, também, às possibilidades vinculadas ao desenvolvimento dos nossos povos, inclusive reduções tarifárias que redundem no fortalecimento das nossas economias.

Nossa economia tem se caracterizado pelo controle e pela falta de respeito à segurança jurídica e à propriedade privada. E é muito estranho, se falamos de regras e princípios, que o Governo da Venezuela pretenda, nesse momento, fazer parte de um mercado ou de uma instituição fundamentalmente econômica, mas sustentada por princípios e regras democráticas, como foram assumidas no Protocolo de Ushuaia e no Protocolo de Assunção. Basicamente defendem as liberdades pessoais, as liberdades humanas e os direitos fundamentais, como as instituições democráticas.

Ou seja, essas são as regras que devem fazer parte da possível adesão de um Estado ao Mercosul, de acordo com a nossa interpretação. E, nesse sentido, acreditamos que essa oportunidade extraordinária de formar parte do Mercado Comum do Sul deve estar regulamentada por aquilo que são as regras, já adotadas por essa instituição.

Nesse sentido, ficamos perplexos, e esse é um aspecto técnico que desejo que vocês avaliem, que, no protocolo de adesão da Venezuela ao Mercado Comum do Sul, por alguma razão que desconheço, não se fala do Protocolo de Ushuaia e tão pouco do Protocolo de Assunção. Basicamente, esses são os dois protocolos que defendem as instituições democráticas e os direitos fundamentais dos cidadãos.

Eu lhes convido para que, de alguma forma, solicitem ao Governo da Venezuela explicação sobre esse aspecto. Não venho aqui para dar opiniões pessoais, mas, sim, procuro ser objetivo sobre o que está acontecendo na Venezuela, no tocante aos Direitos Humanos, e com relação às nossas instituições democráticas. Refiro-me a uma instituição que nos congrega como latinos americanos, que é a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O informe anual da Comissão Interamericana de 2008, onde essa Comissão, integrada por vocês também, estabelece reclamações e demandas pontuais contra o Governo da Venezuela. Em sua introdução diz: “A Comissão constatou a existência de um ambiente hostil para o dissenso político, marcado pela existência de atos intimidatórios durante a campanha eleitoral...” É uma situação que deve ser avaliada pelo Governo da Venezuela. Não vou descer a detalhes, mas, aqui, existem alguns aspectos pontuais que foram levados à Comissão.

O primeiro discurso público do atual Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, na noite de três de fevereiro e na madrugada de quatro de fevereiro foi uma salva de tiros contra a humanidade. Foi um golpe de Estado. Eu, desta tribuna, afirmo que sou absolutamente contrário aos golpes de Estado. Não acredito neles por convicção. E, se existe alguma posição do Embaixador ou de qualquer outro que possa considerar e demonstrar que eu, alguma vez, estimei um golpe de Estado, por favor, que me deem disso conhecimento. Sou radicalmente contra os golpes de Estado e me atrevo a dizer que sou contrário ao que está ocorrendo em Honduras. Não acredito nos tanques, não acredito nas balas, não acredito nas armas para fazer política. Ou seja, não fui eu que dei um golpe de Estado e nem apoiei um golpe de Estado. E tenho sido permanentemente crítico da militarização do meu país, porque a militarização tende a impedir e negar a política.

Uma vez feitas essas considerações, falo-lhes brevemente sobre os direitos humanos na Venezuela. Acredito que o grande problema é a criminalização da oposição política. A política, basicamente, consiste em distintas visões no país. Se você é criminalizado porque tem uma visão diversa da que o Governo preconiza, isso é muito grave. Isso é um princípio fundamental não só da carta democrática, mas também de todos os princípios recolhidos nos protocolos, nos tratados. E no Tratado de Assunção consta a possibilidade de que possamos dialogar e debater, de maneira muito respeitosa, as nossas diferenças e idéias.



“Falo-lhes brevemente sobre os direitos humanos na Venezuela. Acredito que o grande problema é a criminalização da oposição política...”

(Gustavo Tovar-Arroyo, escritor e dirigente estudantil venezuelano)

Nesse sentido, verificamos, na Venezuela, que a oposição política, ou seja, a metade do país em termos numéricos, pessoas que venceram eleições, foi atacada por sua posição política. Como o Governador Miranda Capriles; o prefeito de Maracaibo, Rosales; o ex-prefeito de Chacao, Leopoldo López, que está aqui ao meu lado; o General Baduel, aquele que resgatou, de maneira bastante digna, a instituição democrática nos dias 11, 12, 13 e 14 de abril. E também, empresários, a Igreja Católica... Ou seja, toda dissidência política está acossada, presa no nosso país.

No caso do Leopoldo López, temos um paradigma porque representa uma nova geração. Ele não pode ser acusado de fazer parte da política antiga. Ganhou as eleições de maneira legítima, em seu segundo pleito obteve 84% de votação, um recorde absoluto. Seu modelo de Governo foi reconhecido em termos mundiais e, em virtude da grande possibilidade de ganhar a eleição presidencial, foi impugnado politicamente, junto a outros 54 nomes. Na Venezuela, consideramos que o Governo aproveita-se de sua posição de controle para usar os recursos do Estado. Existem outros aspectos muito importantes, como a separação dos poderes, onde todo o sistema jurídico está comprometido.

Existe também o aspecto da propriedade privada, que é, de fato, alarmante. Tem um senhor que vive agora em Roraima, um empresário venezuelano, desapropriado de todas as suas terras, do seu matadouro e que está abrigado no Brasil, produzindo. Nós sabemos que todos aqui acreditam na integração. Todos acreditamos que o livre mercado facilita a redução da pobreza na nossa população, mas tudo dentro do marco do respeito às leis. Pois, sobretudo após as Revoluções Americana e Francesa, descobrimos que a lei é libertadora.

Gostaria de concluir, de maneira muito respeitosa, muito objetiva e muito clara. Eu, sinceramente, acredito que seria necessário refletir. Por que um Governo que despreza o livre mercado, que acredita no esforço militar e preconiza a guerra quer fazer parte do Mercosul? Ele deseja o Mercosul como plataforma política. Nós acreditamos no Mercosul e nas possibilidades democráticas que ele nos abre. A nossa geração está sendo preparada da melhor forma para sair da pobreza, e esse é o nosso grande objetivo, mas não por meio de discursos, de balas, de tanques e de armas. Sim, através do diálogo e, sobretudo, pelo respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Muito obrigado por essa oportunidade, vocês não têm ideia de como estou agradecido.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, senhor Gustavo Tovar-Arroyo. Ouviremos agora o senhor Leopoldo López, ex-Prefeito do Município de Chacao, na região metropolitana de Caracas.

Senhor Leopoldo López: Bom dia a todos os presentes na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Senador Azeredo, senadores que aqui se encontram, deputados, representantes dos meios de comunicação, senhor ex-governador. Nós, venezuelanos, desejamos proceder à integração com o sul. Acreditamos que as vantagens econômicas, sociais e políticas são muito claras. É importante seguirmos com essa integração para que fortaleçamos a nossa economia, lamentavelmente cada dia mais dependente do petróleo, por meio de novas oportunidades de desenvolvimento econômico para superar a pobreza em uma base democrática. Mas não é só o aspecto e a lente econômica pela qual havemos de ver integração.

Existe, por exemplo, o aspecto político e o aspecto democrático, e desejo apelar precisamente para esses temas e esses assuntos. O Protocolo de Ushuaia é muito claro e, no seu artigo primeiro, ele diz o seguinte: “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos do presente protocolo.” Onde vamos encontrar essas condições essenciais? Nós podemos tê-las, certamente, na Carta Interamericana, que foi assinada por todos os países do continente, exceto por Cuba, no ano de 1990. Ali, na Carta Interamericana, está disposto, no artigo 3º, quais são as condições essenciais de uma democracia. Primeiro, a respeito dos direitos humanos e das liberdades.

Na Venezuela, há sérias questões em relação a como se consideram os Direitos Humanos por parte do Estado e com relação às liberdades que o Estado assume para si. Posso falar-lhes de minha experiência como vítima de um Estado que afrontou as liberdades. Fui eleito prefeito do meu município, pela vontade popular, fui reeleito, com mais de 80% dos votos, e seria o prefeito metropolitano da cidade de Caracas, com sete de cada dez votos dos cidadãos de Caracas. Lamentavelmente, pelo abuso de poder, sem nenhum julgamento, fui impugnado. Violentou-se a Constituição e também a Convenção Americana de Direitos Humanos, no artigo 23, que é muito claro, que estabelece que, para que se retire um candidato do processo eleitoral, é preciso que haja uma sentença penal que endosse isso. O meu caso se repetiu em 273 situações, nesse mesmo ano de 2008. A 273 venezuelanos foi negada a possibilidade de eleição, de eleger-se pelo voto popular. Não pude ser candidato, mas me comprometi com a opção da alternativa democrática nas eleições de Caracas, porque, assim, quiseram os caraquenhos. Então, assim, demos apoio à candidatura de um candidato que era do meu grupo. Esse candidato, Antonio Ledezma, foi eleito com 51% dos votos dos caraquenhos, eleito de acordo com a Constituição e com o apoio popular. Não obstante, é preciso que vocês entendam, com clareza, o que aconteceu, no tocante à falta de respeito à vontade popular. Alguns meses depois de ter sido eleito, o prefeito de Caracas foi proibido de entrar no Palácio de Governo. E isso aconteceu por força das organizações do Estado, do aparato de segurança. Ou seja, por uma ordem executiva, ele foi ali-

jado de todas as suas competências. Ou seja, ele não administra mais nenhum dos hospitais, nenhuma das escolas. A Polícia metropolitana e os Bombeiros foram afastados da sua alçada, retirou-se dele também todo o acesso ao orçamento e, por fim, a Assembléia Nacional impõe, por decisão do Executivo, um novo governador. Uma autoridade imposta, escolhida pela decisão de uma só pessoa, e não de 800 mil votos. Como podemos chamar isso, senão de golpe de Estado?

Os golpes de Estado também são dados em situações regionais. Caracas foi objeto de um golpe de Estado. Hoje, Caracas está sendo governada por uma autoridade imposta, ilegítima, ilegal e inconstitucional. E o prefeito metropolitano da cidade de Caracas, até 12 horas atrás, estava em greve de fome. Estava fazendo greve de fome, diante da Comissão Venezuelana da Organização dos Estados Americanos, demandando que alguma atenção fosse dada ao golpe de Estado da qual a autoridade metropolitana foi vítima e para que 10 mil trabalhadores, 10 mil famílias, que foram privadas do seu salário, recebessem esse dinheiro. Nós estamos solicitando legitimamente que a Organização dos Estados Americanos, volte o seu olhar com relação ao que está acontecendo em Caracas, a falta de respeito à vontade popular, em relação à inconstitucionalidade de todo este processo. Ainda de acordo com os casos estabelecidos no artigo 3º, da Carta Democrática, há também o Estado de Direito. No nosso país, não temos Estado de Direito. No nosso país, mais de 179 confiscos e desapropriações aconteceram nos últimos meses, sem nenhum tipo de oportunidade de defesa. 7% do PIB venezuelano foi desapropriado e nacionalizado. 23 bilhões de dólares foram comprometidos. O Presidente Chávez veio ao Brasil e disse: “Se empresas brasileiras forem nacionalizadas, pagaremos por elas, ou não tocamos nelas.” Pergunto: Isso é Estado de Direito? Isso é segurança jurídica, o que temos na Venezuela? Não acredito que isso seja uma postura sadia, no que tange ao respeito institucional e segurança jurídica.

Seguimos com a Carta, quando fala de eleições justas. Eleições justas, livres, competitivas e que respeitem a representação proporcional. Nesse momento, na Venezuela, existe um debate muito importante, já que há uma lei que pretende eliminar a representação das minorias. O partido que está estimulando a reação a essa lei não é da oposição; é o Partido Comunista. O Partido Comunista venezuelano opõe-se frontalmente a uma lei que os elimina, porque elimina a representação proporcional das minorias, elimina a possibilidade de que aqueles que possam ter uma representação na Assembléia Nacional; eleições justas, livres, competitivas e respeitadas, dentro do que significa a proporcionalidade. Entendamos, então, que esse não é um tema de Oposição e Governo, é um tema que tem a ver com a saúde da democracia. E, por isso, estamos aqui, como um cidadão do sul. Eu, como cidadão do sul, tive oportunidade de visitar Montevideu e apresentar o nosso caso. Apresentamos o nosso caso na Comissão de Direitos Humanos do Mercosul. E, por razões políticas, ainda espe-

ramos o parecer sobre esta apresentação. Nós respeitamos o Estado de Direito e a democracia. Nós respeitamos as minorias. Nós respeitamos um processo de integração que leve em conta e dê prioridade não somente ao aspecto econômico, mas também ao aspecto democrático. Da mesma forma, o artigo 3º apresenta a autonomia dos poderes públicos, autonomia e separação entre os poderes públicos. No nosso país, senhores senadores, isso já não existe. O que existe é uma hegemonia dos poderes, centralizados sob a alçada do Executivo. Alguns exemplos. Quem foi Presidente do Supremo Tribunal Eleitoral passou a ser vice-Presidente da República e, hoje, é um prefeito do partido do Governo. Quem, antes, era o Procurador Público Geral, agora é Deputado do Governo. Quem foi Procurador Fiscal da República, agora é Presidente da Assembléia. Há autonomia entre os poderes públicos?

Eu, formalmente, gostaria de apresentar-lhes, nessa digna Comissão, o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O informe que condensa, de maneira muito objetiva e clara, aquilo que são as violações aos Direitos Humanos e a fragilização da democracia no meu país. Leio algumas linhas para vocês. “A Comissão prestou especial atenção à situação da administração da justiça na Venezuela, manifestando a sua preocupação por aqueles aspectos que afetam a independência, particularmente pelas elevadas porcentagens de juízes e procuradores em situação de incerteza e não cumprimento de alguns procedimentos legais e constitucionais, no processo de designação de juízes. Da mesma forma, pela situação de impunidade e pelas violações dos Direitos Humanos.” Isso não foi dito por mim, foi dito pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é parte, da qual todos os Estados do continente são parte, exceto Cuba. Não obstante, a Venezuela manifestou formalmente desconhecer as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Hoje, na Venezuela, não há uma democracia saudável. Não há autonomia entre os poderes. Não há independência dos poderes públicos. Não há condições de igualdade no processo eleitoral. E, quando os eleitores se expressaram, o Governo rechaçou o resultado das urnas. Casos como o de Caracas, de Táchira, Mérida, Nova Esparta. Nós estamos aqui como cidadãos do sul, apelando pela democracia. Estamos aqui, pedindo que vocês, senadores, olhem um pouco para o norte, para que possamos olhar mais para o sul. Mas que vocês olhem para o norte, com a lente da democracia, e que vocês se coloquem na nossa posição, que se manifesta pelo nosso desejo de, com a democracia, impulsionar o desenvolvimento. Nós não queremos o caminho da violência, queremos o caminho da paz, da democracia, da vontade popular para apresentar aos venezuelanos uma alternativa. A integração do sul não é de um Governo, é de um povo e de um Estado, e, por essa razão, pedimos-lhes especial atenção, no que tange à saúde da democracia na Venezuela, que, neste momento, encontra-se acossada e sob assédio. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito obrigado, Senhor Leopoldo López, ex-Prefeito do Município de Chacao, na região metropolitana de Caracas. E, como último expositor, concedo a palavra ao Doutor Darc Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul e ex-vice-Presidente do BNDES.

Senhor Darc Costa: Senhor Senador Eduardo Azeredo, Governador Neudo Campos, venezuelanos, aqui, que compõem a Mesa comigo, Senador Tasso Jereissati, relator do tema, Senador Fernando Collor, Senador José Inácio Arruda, Senador Augusto Botelho, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Geraldo Mesquita. Pra mim, é uma honra estar aqui, participando desse debate sobre a entrada da Venezuela no Mercosul.

Fui avisado ontem, às seis horas da tarde, e não sabia o tempo que teria de exposição. Perdoem-me, também, meu tom professoral. Quem foi, aqui, professor sabe que se pratica um tom professoral, mas vou procurar fugir do tema conjuntural. Vou tentar abordar a questão de forma estrutural. Posso contribuir mais para essa Comissão se o fizer dessa forma. Diria que há três componentes centrais para se organizar essa discussão, em minha opinião, olhando o longo prazo. Uma componente econômica, que acho que deve ter sido bastante discutida aqui. É interessante colocar uma coisa que tem a ver com a questão geopolítica. O Brasil é um exportador de *commodities* no mundo, mas na América do Sul, o Brasil é um exportador de bens industriais, como qualquer estatística vai demonstrar isso. Por quê? Porque estamos no hemisfério sul, apartados das rotas centrais do comércio mundial. Quer dizer, nós, para colocarmos um bem industrial nas rotas centrais do comércio mundial, temos que deslocar, gastar energia, e os nossos bens têm que ser mais competitivos do que os bens lá produzidos, porque isso tem um custo. Mas, na América do Sul, aquilo que é desvantagem passa a ser uma grande vantagem, o fato de que temos uma proximidade. E essa proximidade cria as vantagens comparativas vocacionais. A nossa indústria tem uma condição muito favorecida com relação à América do Sul.

Vou abrir só um adendo para os senhores senadores se preocuparem, porque temos uma questão conjuntural. Vou abrir um adendo conjuntural, numa discussão estrutural. Hoje, estamos assistindo uma competição ferrenha da nossa indústria com a indústria chinesa, na América do Sul. Se olharmos o longo prazo, vou aí passar para o termo estratégico, recordando meu tempo de coordenador na Escola Superior de Guerra, do Centro de Estudos Estratégicos, mas tentando fazer uma digressão, em função do que pude observar do movimento mundial, nos últimos 40 anos. Quando termina a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos haviam atingido os quatro grandes objetivos estratégicos, que compõem a estratégia nacional desde a sua fundação. Quais são? Domínio da massa territorial norte do hemisfé-

rio ocidental. Para isso, os norte-americanos compraram a Louisiana dos franceses, compraram a Flórida dos espanhóis, fizeram guerra ao México, pegaram dois terços do território mexicano, fizeram guerra nas pradarias aos índios, compraram o Alasca dos russos e terminam o século XIX fazendo guerra à Espanha para tirar a Espanha de Porto Rico e de Cuba. Atingem o primeiro objetivo.

O segundo grande objetivo dos Estados Unidos – e aí a questão do Mercosul é uma questão complexa – é não permitir que nenhuma potência ou coligação de potências do hemisfério ocidental ameace ou predomine sobre a região. Sob esta ótica, de certa forma, faz do Mercosul um problema.

O objetivo estratégico é não permitir que nenhuma potência tenha o domínio completo da Eurásia, porque a Eurásia tem recursos suficientes para construir um processo diferente. E o quarto é o domínio da massa líquida que cerca o hemisfério ocidental, o Atlântico e o Pacífico. Os Estados Unidos, quando termina a Segunda Guerra era muito mais hegemônico do que foi quando caiu o Muro de Berlim. Porque os Estados Unidos, naquela época, tinha mais de 50% da produção industrial e era o único país que detinha a bomba atômica. De lá pra cá, os Estados Unidos tem, progressivamente, perdido poder na arena mundial. É preciso entender isso, porque, senão, fica difícil entender o porquê que estamos cada vez mais presentes na arena mundial.

Enquanto esse processo de perda de poder dos Estados Unidos vai se materializando, ele continua sendo hegemônico, e agora, com essa crise, ele passa a ter um poder protagônico, mas não mais hegemônico. Porque essa crise vai construir outro mosaico de relações de poder no mundo. É importante entender como os Estados Unidos construíram sua concepção estratégica dos últimos anos, que conduziu toda a Guerra Fria. Vou aproveitar aqui e tentar apresentar a vocês a minha visão desse processo, que é simples. Quando, em 1940, as tropas alemãs entram em Paris, estava de pé o **Pacto Molotov-Ribbentrop**. Então, os americanos olhavam aquilo com a ideia de que o totalitarismo havia conquistado a Eurásia. Por quê? Viam o Japão, viam a Rússia, viam a Alemanha, de certa forma, unidos num processo. Então, encomendam um estudo sobre a viabilidade de os Estados Unidos construírem a defesa das chamadas democracias liberais. Um professor holandês escreve um livro que é a base sobre a qual os Estados Unidos conduzem toda a Guerra Fria, chamado “Estados Unidos frente ao mundo.” Quais suas conclusões? Duas coisas. Primeiro, que os Estados Unidos poderia se manter como bastião das democracias porque tinha recursos suficientes para isso, no hemisfério ocidental, desde que colocasse esses recursos à disposição de Washington. E ele diz lá claramente: “É preciso entender que muitos desses países não vão aceitar isso de forma muito tranquila. É preciso se estruturar de uma forma organizada e temos



“Na Venezuela, há sérias questões em relação a como se consideram os Direitos Humanos por parte do Estado e com relação às liberdades que o Estado assume para si...”

(Leopoldo López, ex-prefeito do Município de Chacao)



“Existe uma mudança na política estratégica dos Estados Unidos, e temos que aproveitar esta oportunidade, porque estamos discutindo uma questão para os nossos netos. Nós estamos estruturando a possibilidade de construirmos um grande mercado na América do Sul...”

(Darc Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul)

que montar isso.” E a outra coisa que ele diz é que era necessário controlar o cordão das ilhas que existem no Atlântico e que separa a massa da Eurásia da massa do hemisfério ocidental. E eles conseguem isso, com o acordo que fazem com ingleses.

Digo isso tudo porque, também ali, estava presente o seguinte: diferentemente do que andam dizendo, ou o que já os políticos falam, não é quem domina o coração da Eurásia quem dominará o mundo. Nós estamos vendo aí que duas potências, nas fimbrias da Eurásia, dominam o mundo. Uma continental: Alemanha; outra insular: o Japão. Dizia lá no estudo dele. E temos que dar atenção em todos os nossos movimentos, daqui pra frente, às fimbrias. Isso explica por que os Estados Unidos não fizeram guerra na Checoslováquia, não fizeram guerra na Hungria, mas fizeram guerra no Vietnã, fizeram guerra na Coreia.

Essa concepção estratégica estava presente quando caiu o muro. Acontece que, ao longo da década de 90, os Estados Unidos fizeram um estudo detalhado das potencialidades de recursos naturais no hemisfério ocidental e descobriram um fato interessantíssimo. O hemisfério ocidental só tinha 14% do petróleo do mundo, porque 67% do petróleo do mundo, por um acidente geográfico, estava numa faixa que percorria o Golfo Pérsico, o Mar Cáspio e a Sibéria. Ora, toda concepção fica, de certa forma, enlaçada, à medida que os Estados Unidos consomem 25% do petróleo do mundo, tornou-se hegemônico na era do petróleo, e o hemisfério ocidental tinha 14% do petróleo do mundo. O hemisfério ocidental já não era tão mais importante para os Estados Unidos. Era necessário mudar a política estratégica norte-americana. Era necessário garantir o controle dos espaços detentores das reservas de petróleo. Isso explica o porquê de termos essa liberdade de atuar na América do Sul hoje. Nós, Brasil, temos essa liberdade.

Isso explica também por que existe um Governo tão reticente às posições norte-americanas na Venezuela. Isso não era imaginável há dez anos atrás ou há 15 anos atrás, como qualquer um dos senhores bem sabem. Existe uma mudança na política estratégica dos Estados Unidos, e temos que aproveitar esta oportunidade, porque estamos discutindo uma questão para os nossos netos. Nós estamos estruturando a possibilidade de construirmos um grande mercado na América do Sul. Porque é preciso entender uma coisa: o mundo moderno exige, necessariamente, mercado. Existem pessoas que compram. A China é o sucesso que é porque a China é um mercado de um bilhão e quinhentos milhões de pessoas. Está aí para ser explorado. E, ao estruturarmos o Mercosul ou UNASUL, nesse espaço, como é a política do Itamaraty, estamos construindo um mercado que nos possibilita desenvolver tecnologia, porque tecnologia exige escala, exige mercado, pessoas que comprem e diluam os custos do desenvolvimento. Senão, vamos perder o bonde da história, por maior que seja

o Brasil. E temos que entender que esse é o processo que temos que perseguir. Colocar-nos no centro. Porque, se há alguma coisa que o processo civilizatório demonstra, é que toda periferia quer ser centro e toda barbárie quer ser culta. Nós temos a vantagem de ter uma elite no Brasil, que os senhores fazem parte, que tem o mesmo projeto, diferente de outros países na América do Sul. E devemos manter a nossa unidade de projeto e unidade de elite. Não devemos deixar que nossa elite se divida pela divisão das elites dos outros. É isso que tinha a dizer para os senhores. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Agradeço ao Doutor Darc Costa. Chegamos, agora, ao Requerimento do Senador Fernando Collor, de um voto de censura ao Embaixador da Venezuela no Brasil, Senhor Júlio Garcia Montoya, pela desrespeitosa carta enviada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na tentativa de justificar sua ausência na Audiência Pública desta data, destinada a debater a adesão daquele país ao Mercosul. Indagaria ao Senador Geraldo Mesquita se quer usar da palavra, tendo em vista que o Senador Collor, o Senador Inácio, o Senador Mozarildo já se manifestaram. Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Senador Eduardo, li a carta enviada pelo Embaixador. Preferia que ele estivesse aqui. Seria um gesto mais democrático. Afinal, o debate pressupõe interesses contrários, posicionamentos contrários, mas, infelizmente, o Embaixador decidiu enviar-lhe uma carta, em seu nome, para a Comissão de Relações Exteriores. A carta, de certa maneira, pode ser entendida como algo que, no mundo diplomático, e não sou diplomata, pode ferir suscetibilidades. E aí volto para o mundo diplomático, mesmo sem ser diplomata. Acho que um erro não justifica o outro. Creio que algo possa ser considerado até certa grosseria, não pode justificar que também sejamos da mesma forma grosseiros. Eu, com todo respeito ao Presidente Collor, não assinarei embaixo, nesse voto que ele propõe. Preferiria continuar conversando. Talvez tentar até convencer o Embaixador a vir aqui, conversar conosco, ou outra situação que os amigos diplomatas possam nos sugerir. Esse voto, proposto pelo Presidente Collor, digo com todo respeito, não assinarei embaixo. Gostaria que uma solução alternativa surgisse na nossa Comissão, para que, repito, não possamos repetir o gesto, que pode ser considerado certa grosseria, com outra, que também poderia ser considerada uma reação ríspida ou algo despropositada, em se tratando de relações entre países e relações diplomáticas. É a minha opinião, Senhor Presidente.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senhor Presidente, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Queria apresentar uma solução conciliatória. É que essa carta fosse devolvida ao Embaixador, através do Itamaraty. Acho que a carta é impertinente, a carta é inoportuna, a carta é grosseira, ela não acrescenta nada. Mas, atendendo aqui ao espírito da proposta do Senador Geraldo Mesquita, acho que o melhor caminho era devolver esta carta. Devolver esta carta ao Senhor Embaixador, via Itamaraty, porque acho, realmente, que não tem sentido uma correspondência dessa natureza, se colocando em dúvida a intenção desta Comissão. Concordo com o Requerimento do Senador Fernando Collor, mas, em termos de conciliação, acho que esse seria um caminho: devolver a carta.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Fernando Collor, autor do Requerimento.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Com todo respeito às opiniões que aqui foram expressas, gostaria de lembrar aos senhores membros desta Comissão que o Embaixador venezuelano encaminhou esta carta ao Presidente da nossa Comissão, da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República Federativa do Brasil, por um fax, sem, ao menos, ter telefonado antes para dizer. Ou seja, desrespeitou institucionalmente a nossa Comissão, na figura do seu Presidente, Senador Eduardo Azeredo.

Em segundo lugar, os termos em que essa carta foi vazada não são termos nem diplomáticos, nem tampouco civilizados. Esses termos mais me parecem como grunhidos de alguém que quer interferir diretamente e fazer uma avaliação e uma apreciação sobre o porquê se trava, na Comissão de Relações Exteriores, uma discussão sobre a oportunidade do ingresso, ou não, da Venezuela, neste momento. Não está se tratando, na Comissão de Relações Exteriores, de dizer à Venezuela: “Não. Nós não queremos que você participe do Mercosul ou do nosso bloco de integração econômica do Cone Sul.” Estamos apenas discutindo se este é o melhor momento para que esta adesão se dê, até porque os pré-requisitos que o Tratado de Assunção, a Declaração de Ushuaia, a Declaração de Iguaçu, a Declaração de Ouro Preto, que tratam da cláusula democrática e também dos pré-requisitos técnicos, econômicos, comercial, a Venezuela não vem atendendo. Mas, voltando aos termos com que o Embaixador da Venezuela se refere ou expressa o seu sentimento, ele diz aqui, claramente: “Julga pelo menos inconveniente para a consolidação dos interesses do Estado Brasileiro...” Quem é ele para julgar inconveniente ou conveniente para o Estado Brasileiro a discussão que aqui se trava? Ele não tem essa procuração, ele não é um cidadão nacional brasileiro, ele é um cidadão venezuelano, que representa o seu Governo aqui. Essa é uma intromissão indevida. “Que se limite a discussão à análise do tema do jogo de interesses de particularíssima condição política.” Como particularíssima condição política? Como? Quem é ele? Ele não pode expressar aqui a sua opinião pessoal. Ele tem que expressar aqui a opi-

nião do Estado Venezuelano ou, no caso, a expressão do Presidente em exercício da Venezuela, o Senhor Chávez. Ele diz mais aqui: “Três audiências anteriores já foram realizadas, com informações suficientes para termos bases consolidadas na análise.” Quem é ele para julgar que essas três audiências anteriores já nos forneceram informações suficientes? Não tenho, ainda, as informações suficientes. Eu, como membro desta Comissão, não me sinto, ainda, em condições, por não ter as informações todas de que desejo, inclusive queria ouvir o senhor Embaixador aqui, e ele, por motivo outro, não compareceu, para dizer que as informações que a Comissão deseja ou desejaria já foram entregues a este Plenário. Quem é ele para afirmar isso? Que interferência é essa? Vai mais adiante. “Acho que, se ainda persistem dúvidas, são de caráter ideológico e até pessoal. Disso, nem a minha presença e palavra, nem a de ninguém, na verdade, poderá fazer diferença alguma.” Como? Quem é ele, o Senhor Embaixador, para dizer que as dúvidas que ainda existem aqui, no seio da Comissão, são de caráter ideológico ou pessoal? Ele está aqui, dentro das nossas consciências, para perscrutar o que estamos pensando ou sentindo? É uma carta desrespeitosa, hostil, que esta Comissão de Relações Exteriores, por intermédio do Requerimento assinado por mim e pelo Senador Arthur Virgílio, precisa dar uma resposta pronta a esse Embaixador, aprovando essa moção de censura para que ele respeite a Comissão de Relações Exteriores, como o seu chefe e Presidente não respeitou o Senado da República. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Bem, Senador Fernando Collor, continuamos aguardando, realmente, uma manifestação do Presidente Chávez, em relação ao Congresso Brasileiro, ao Senado, que ele não fez até hoje. Senador Suplicy pediu a palavra. Depois, o Senador Mozarildo. Senador Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Se o Senador Mozarildo quiser falar antes.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Presidente, gostaria de fazer umas considerações claras aqui. Primeiro, esse acordo ficou um ano na Câmara dos Deputados. Um ano e quatro meses, corrige-me o Senador Heráclito. Nesse período, o Presidente Chávez chegou a dar um prazo ao Congresso Nacional, até setembro do ano passado, para que, se não aprovasse, ele não entraria mais no Mercosul. Está aqui, no Senado, há quatro meses e estamos debatendo de maneira serena e madura. Nesse período, o Presidente Chávez disse que o Senado da República do Brasil era papagaio de pirata dos Estados Unidos. Publicado em toda a imprensa. E o Senado, no meu entender, não reagiu à altura. Agora, vem a carta do Embaixador, como o Presidente Collor acabou de reiterar, no mínimo, deselegante. Quer dizer, desconsiderando realmente o Senado do Brasil. Porque, ao desconsiderar os membros dessa Comissão, está desconsiderando o Senado do Brasil.

Então, é evidente que pode até haver, como disse o Senador Heráclito, uma posição intermediária, mas, se começarmos a condescender muito com essas agressões... Quer dizer, primeiro, somos papagaio de pirata; segundo, é-nos dado um prazo; terceiro, o Embaixador diz que estamos agindo aqui por questões mesquinhas, pessoais, ideológicas. Realmente não posso aceitar isso. E aprendi, pequenininho ainda, que quem não se faz respeitar, não é respeitado por ninguém. E acho que temos que nos fazer respeitar.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Suplicy. Depois, então, vamos passar para uma decisão.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Senhor Presidente, tendo em conta a iniciativa do Senador Fernando Collor de Mello, cujos termos, como já me manifestei, não seriam aqueles que gostaria de expressar aqui um voto de censura, mas gostaria de ter a presença do Embaixador Júlio Garcia Montoya. Quero até explicar ao Senhor Leopoldo López que precisei me ausentar coincidentemente com a sua exposição, exatamente porque resolvi telefonar ao Embaixador Júlio Garcia Montoya, para ponderar a ele que seria positivo que ele pudesse, ainda hoje, vir ao Senado Federal, até porque a audiência para a qual, pelo que entendi, ele foi convidado, é na parte da tarde. E que, inclusive, quando, aqui, se expressaram alguns senadores, como o Senador Fernando Collor, o Senador Tasso Jereissati, que é o relator, e ele havia mencionado que visitou senadores, inclusive estes, mas que ambos os senadores disseram que ainda tinham dúvidas. E que expressaram, como há pouco, o Senador Tasso Jereissati mencionou, que gostariam que o Governo da Venezuela, através de seu Embaixador, respondesse ainda sobre algumas questões.

Mencionei que, inclusive, na parte da tarde, estaria o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, assim como o ex-Ministro Lampraia e todos. Mas, enfim, procurei persuadi-lo de que seria bom ele vir. Entretanto, ele ponderou que ele não se sentia bem pelo fato de a Comissão ter convidado pessoas que, de alguma maneira, tinham agido de forma contrária ao que ele avalia como próprio frente à Legislação venezuelana hoje. Ele quer reiterar a sua posição de um democrata (acredita na democracia) e me disse também que ele não estaria se sentindo bem de vir aqui hoje, por isso, encaminhou esta carta, mas está disposto a dialogar com os senadores, tal como mencionei, que tinham, aqui, formulado as suas dúvidas, o Senador Fernando Collor, o Senador Tasso Jereissati, porque mencionei que diversos dos senadores, aqui, desta Comissão, ainda querem esclarecimentos adicionais para tomar a sua decisão. Mas, enfim, Presidente, quero transmitir aqui, respeitosamente, ao Senador Fernando Collor que não votarei nos termos que ele colocou, mas que, pelo menos, me empenhei para que o Embaixador venha aqui, e quero transmitir aos senadores que o Embaixador está disposto a dialogar. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Suplicy, agradeço. Queria propor uma decisão. A carta foi encaminhada a mim, como Presidente da Comissão, considero que foi uma atitude hostil. Queria propor aos senhores senadores, na mesma linha que o Senador Heráclito colocou, que devolvesse essa carta a ele. Do ponto de vista diplomático, isso é considerado como uma censura.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Para discutir, Senhor Presidente.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Para discutir, Presidente Collor, por favor.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Gostaria de defender os termos do Requerimento por mim firmado e pelo Senador Arthur Virgílio e também a sua votação, bem como o encaminhamento da carta ao Itamaraty. Porque houve um claro desrespeito ao Presidente desta Comissão e, por extensão, a todos os membros desta Comissão. Eu, pelo menos, senti-me agredido e ofendido. E, em defesa do Presidente desta Comissão, desta própria Comissão de Relações Exteriores e do Senado da República, gostaria, Senhor Presidente, *data venia*, que vossa excelência colocasse essa moção de censura em votação. Se ela não for aprovada, muito bem. A Comissão está dizendo que não considera, em nenhum momento, ofensivo os termos em que ele vazou a sua argumentação e que é extremamente desrespeitosa, é uma interferência indevida nos trabalhos desta Casa. Talvez a origem dele, como foi, agora, dito pelo Senador Suplicy, de ser militar e não ter uma formação diplomática, como também é o caso do Presidente da Venezuela, faça com que eles pensem somente nisso. É amigo, inimigo, é a favor ou é contra. Era isso que queria dizer. Muito obrigado ao Senador Flexa pela oportunidade.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Flexa primeiro, e, depois, Senador Geraldo Mesquita, para contestar. Senador Flexa, por favor.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Senhores senadores, senhores convidados, quero, primeiro, pedir ao autor do Requerimento, o Senador Arthur Virgílio e o Presidente Collor, que possa subscrevê-lo também. Não só me associo à posição de que se coloque em votação o Requerimento, como quero, também, trazer a minha solidariedade ao Presidente Eduardo Azeredo, pela agressão sofrida, da parte do Embaixador da Venezuela no Brasil. Acho que vossa excelência tem que devolver a carta e comunicar ao Itamaraty. E, da mesma forma, Senador Eduardo Azeredo, estava na Comissão de Infraestrutura tão bem presidida pelo Presidente Collor, numa Audiência Pública, e não pude ouvir as manifestações aqui proferidas, mas vou lê-las nas notas taquigráficas. Lamento muito que o Senador Suplicy mantenha, todas as vezes que há uma agressão à nação brasileira, mantenha essa postura dele de querer intermediar uma solução

em diminuição, no caso, aqui, do Senado Brasileiro. Dizer que ele tentou fazer um entendimento com o Embaixador e que o Embaixador se coloca à disposição para receber os senadores e não vindo a um convite desta Comissão. Senador Suplicy, vossa excelência que já tentou resolver o problema da extradição dos pugilistas cubanos, já interferiu em várias outras posições contrárias, diria, até da soberania nacional. Vossa excelência tem, de uma vez por todas, que aprender que o Brasil tem que ser defendido por nós, brasileiros, em todas as posições. A sua posição ideológica tem que ser menor que a sua posição de brasileiro.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Senhor Presidente, senhores senadores. É hora de introduzir aqui uma fala que represente a nossa experiência lá no Parlamento do Mercosul. É bom que as pessoas saibam que há uma representação parlamentar da Venezuela atuando no Parlamento do Mercosul. São parlamentares eleitos pelo povo da Venezuela, não tem direito a voto no Parlamento do Mercosul, e com eles convivemos mais de um ano. Quero, aqui, deixar meu testemunho do que tem representado esse convívio. Eles são parlamentares de convicção forte. Agora, o convívio é absolutamente normal. Quando há o contraditório, o contraditório é exercitado com a maior transparência, com a maior tranquilidade. Tem sido uma experiência muito interessante. Fui o único parlamentar brasileiro que esteve na Venezuela, em Caracas, por ocasião da aprovação, pelo Parlamento Venezuelano desse protocolo. Fui portador, pelo Parlamento Venezuelano, dos documentos. Entreguei na Mesa. Fui o único parlamentar brasileiro, naquela oportunidade, presente, lá na Venezuela. Foi uma cúpula que se realizou na Venezuela, por ocasião da aprovação desse protocolo pelo Parlamento Venezuelano.

O Presidente Lula disse uma vez que, no Congresso, tinham 300 picaretas. Foi uma incontinência verbal. Ele goza de prestígio, goza de respeitabilidade.

Eu não me lembro de a Câmara ter aprovado voto de censura, de coisa nenhuma. Ele, hoje, é um representante do povo brasileiro, com 80% de aprovação, segundo as pesquisas. Mencionei esse fato apenas para dizer que esses episódios são superáveis. Fiquei muito impressionado com a fala do Deputado Neudo, que testemunha lá, de corpo presente, um processo que pode se enriquecer muito ainda com o ingresso da Venezuela. Não se trata, como disse o Senador Mozarildo, de estarmos sendo condescendentes. Não se trata disso. Como disse o Presidente Collor, talvez o Embaixador não seja do ramo. Tenho quase certeza que não é. Porque, se fosse, não mandaria uma carta dessas. Não se trata de ser condescendente, Senador Mozarildo. Agora, vamos sacrificar algo que representa a integração. O Mercosul pode deixar de ser a integração do extremo sul do nosso

país e de outros países, para ser a integração da América do Sul. Com o ingresso da Colômbia, Bolívia, Peru. Não podemos ficar tropeçando nessas pequenas coisas. Para uns, não são pequenas. Reconheço. Há que se olhar à frente. Um Mercosul maior do que ele é hoje. A gente tem que transformar isso numa grande sociedade latino americana, para a alegria, satisfação e bem-estar do povo latino americano. Era isso que tinha a dizer.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Romero.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, apenas, em rápidas palavras, saudar o Deputado Neudo Campos, Doutor Darc Costa, os convidados irmãos venezuelanos. Todos sabem, aqui, claramente, que tenho defendido a rápida votação e o ingresso da Venezuela no Mercosul. Quero reafirmar a importância da integração da América do Sul, tudo isso que foi dito aqui, a questão de Roraima é fundamental. O Deputado Neudo já foi governador oito anos e criou uma relação muito estreita com a Venezuela. Quero lamentar a carta do Embaixador, foi uma inabilidade, na verdade. Mas não podemos transformar uma inabilidade em algo maior do que é. Se a inabilidade foi cometida por um lado, temos que tratar essa inabilidade como tal e não responder na mesma altura. Quer dizer, não temos que declarar guerra à Venezuela, por conta de um erro de um Embaixador.

Então, considero que a resposta deve ser proporcional ao fato, à importância do Embaixador nesse contexto. Então, gostaria de antecipar o meu voto com a proposta do Senador Heráclito Fortes, lamentar, dizer que não é dessa forma que se ajuda o processo, mas dar caráter menor a esse tipo de postura. Acho que não podemos nos pautar por essa questão. Não podemos transformar isso num cavalo de batalha e mais um motivo para não integrar a América do Sul. Nós não estamos discutindo aqui questões personalísticas. Nós estamos aqui, discutindo questões institucionais, e é nisso que quero me basear novamente, apelando para que possamos votar essa matéria, e, agora, no início de agosto, aprovar essa matéria que é fundamental para Roraima e muito importante para o Brasil e para toda a América do Sul. Obrigado.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Quero concordar com a proposta do Senador Heráclito, corroborada pelo líder do Governo, acho que é uma opinião que se pode ampliar. Acho que é uma medida mais ajustada, digamos assim. Creio que a proposta do Senador Heráclito, atende, em parte, ao Senador Collor.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Quero exatamente agradecer ao Senador Collor pela pronta reação, pela solidariedade principalmente a mim, pessoalmente, como Presidente da Comissão. Mas queria insistir, Senador Collor, realmente, que adotássemos essa solução, uma solução mais diplomática da nossa parte. Considero

que é um voto de censura ao Embaixador devolver a carta, através do Itamaraty.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Senhor Presidente, reitero que não retiro meu Requerimento. E peço à vossa excelência que vote o Requerimento, mesmo que ele não seja aprovado. Mas quero deixar registrado a minha total e absoluta solidariedade a esta Comissão, à vossa excelência e refutar, com o mesmo vigor e da mesma forma, essa interferência indevida do Embaixador, com o voto de censura a ele.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Perfeito. Então, vamos colocar em votação. Como vota o Senador Suplicy?

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Expresso a minha discordância em relação ao Requerimento, mas avalio como importante que o Embaixador Júlio Garcia Montoya possa tomar a iniciativa de responder pessoalmente às questões pendentes e relativas ao ingresso da Venezuela no Mercosul, expresso aqui, por diversos senadores.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Em relação ao Requerimento é sim ou não?

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Em relação ao Requerimento, disse que não. Estou de acordo com a proposta de devolver a carta.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim, mas o Senador Collor está pedindo que coloque o Requerimento dele em votação.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem para a votação. Quer dizer, rejeitado o Requerimento do Senador Collor, prevalece o do Senador Heráclito?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Sim? Então, votamos com o Senador Heráclito.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Diria que uma coisa não exclui a outra, Senhor Presidente. A aprovação do Requerimento não exclui a proposta do Senador Heráclito.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Exatamente. Então, Senador Suplicy, pelo que entendi, ele é contra o Requerimento do Senador Collor. Senador Geraldo Mesquita.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Voto com o Senador Heráclito.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Romero Jucá.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Com o Senador Heráclito.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Voto comigo e com o Senador Collor.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vamos ter que ter um dos dois votos. Vamos ter que considerar como abstenção.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Voto pela aprovação do Requerimento.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Fernando Collor não pode votar porque é o autor.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Onde é que está, no Regimento, que o autor do Requerimento não pode votar? Claro que vota. O voto já está expresso aí. Tanto o meu voto como o do Senador Arthur Virgílio.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Conta para efeito de quorum. Mas não é computado para efeito de voto. Tudo bem. É de menos importância. Está bem. Então, o voto é favorável, evidentemente.

Senador que ainda falta aqui, ainda, o Senador Inácio Arruda. O Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Voto com o Senador Collor.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Mozarildo, então, é suplente do Senador Collor. Senador Augusto Botelho.

Senador Augusto Botelho (PT-RR): Com o Senador Heráclito.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Presidente, por favor. Segundo o regimento, há uma interpretação. O que diz o § 8º, do artigo 132, é que o voto do autor da proposição. Isso não é uma proposição. Isso é um Requerimento. Fiz um Requerimento juntamente com o Senador Arthur Virgílio e com o Senador Flexa Ribeiro. Então, peço que sejam computados os nossos votos.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vou computar como decisão da Presidência. Então, temos aqui, ainda, o meu voto, que, como Presidente, também posso votar. Então, voto a favor do Requerimento. Então, teremos cinco votos 'não' e quatro votos a favor do Requerimento. Não sendo aprovado o Requerimento do Senador Collor, por cinco votos contra e quatro a favor. Então, prevalece a opção de devolução da carta.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Não, mas tem o voto... Desculpe, Presidente, mas tem o seu voto...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O meu voto está computado aí.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): O seu voto, o meu voto, o voto do Arthur Virgílio. Três.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Arthur não está presente.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Não, mas ele é autor também do Requerimento.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Mas ele não está presente. É votação nominal, Senador. Senador Tasso, Senador Flexa, o meu e o voto de vossa excelência Então, dão quatro. Mas o Senador Tasso não está presente. Não posso computar o voto dele. O Heráclito, ele foi contra.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Senhor Presidente, por favor, solicito que vossa excelência faça novamente essa contagem dos votos. Por favor. O Senador Heráclito vota sim pelo Requerimento. Voto sim, pelo Requerimento. Vossa excelência, idem. O Senador Flexa também e o Senador Tasso Jereissati também. São cinco votos.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Presidente.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Pela ordem, Senhor Presidente.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Presidente, duas questões.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Mas a proposição é diferente de Requerimento. Faço questão que seja computado esse voto.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Mas aqui não tem nenhum regimentalista. A minha opinião vale tanto quanto a daquele senador que acha que não é. Chegou aqui mais um senador. Senador Dornelles.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Não entre nessa. Não entre nessa, senador.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, está aprovado. Com o voto do Senador Dornelles, está aprovado. Não vou computar o voto do Senador Collor, mas vou computar o do Senador Dornelles.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Faço questão da computação do meu voto. O meu voto tem que ser computado.

Senador Augusto Botelho (PT-RR): Já tinha sido encerrada a votação, Senhor Presidente.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): E, depois, deliberaremos se é válido ou não.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Questão de Ordem, Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Romero Jucá, Questão de Ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Mas, independente do voto do Senador Collor, aí já teremos o número de cinco a quatro.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Não, temos cinco. Nós temos cinco votos. Não daria cinco a quatro.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Não, não está. Está aqui o Senador Suplicy, Senador Geraldo Mesquita, Senador Romero Jucá, Senador Augusto Botelho e Senador Inácio Arruda. Cinco. Senador Francisco Dornelles, Senador Heráclito Fortes, Senador Eduardo Azeredo, Senador Fernando Collor...

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Presidente, vossa excelência só vota em desempate, Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, vou votar em desempate.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Pela ordem, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): São cinco.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Pela ordem. Antes de completar a votação, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, vamos ouvir primeiro o Senador Romero e depois...

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Senhor Presidente, permita-me, pelo menos, explicar inclusive ao Senador Fernando Collor. O artigo 211 diz com clareza, não é um senador ou outro, é o Regimento Interno: “Consistem as proposições em proposta de PEC, projetos, requerimentos, indicações, pareceres e emendas.” Então...

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Agora, está dirimida a dúvida, porque trouxe no Regimento. Anteriormente à interpretação de um ou de outro, valiam a mesma coisa. Agora, estou vendo aqui o Regimento.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está bem. Então, nesse caso, teríamos, então, a derrota do Requerimento, que serão, então, cinco votos contra o Requerimento; Eduardo Suplicy, Geraldo

Mesquita, Romero Jucá, Augusto Botelho e Inácio Arruda. E a favor do Requerimento: Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes e Francisco Dornelles, que dá quatro. Então, é cinco a quatro, e eu, então, só votaria em caso de empate. É correta a interpretação.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Senhor Presidente, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Mas aí prevalece que vou devolver a carta, e é decisão minha pessoal.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Pediria a vossa excelência que, por gentileza, fizesse chegar, também, ao Embaixador da Venezuela no Brasil o resultado dessa votação. O resultado dessa votação. Que foi proposto, nesta Comissão, um voto de censura, uma moção de censura pela carta que ele dirigiu à Presidência dessa Casa, e que essa moção foi derrotada por cinco votos a quatro. E explicitar os senadores que votaram a favor e votaram contra. É o que peço à vossa excelência.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Farei. Senador Tasso Jereissati, para que possa questionar os nossos expositores.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Pela ordem, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Pela ordem, então, ainda, o Senador Heráclito.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Quero dizer a todos que essa votação, para mim, é histórica. Pela primeira vez, depois de sete anos nessa Casa, me reconhecem e me fazem justiça como um homem de esquerda. Tive, aqui, a votação unânime dos meus camaradas. É o registro que quero fazer.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Quase que vossa excelência perde essa posição. Quase. O Senador Collor colocou o senhor em dificuldade.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Tasso Jereissati, então, para que possa dirigir-se aos expositores. Senador Tasso é o relator e sou o primeiro autor do Requerimento, ele fala em meu nome.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Bom, Senador Eduardo Azeredo, Deputado Neudo Campos, Doutor Darc Costa, saudamos aqui a presença dos senhores, assim como do Senhor Leopoldo López e Senhor Gustavo Arroyo. Agradecemos a presença de todos os senhores, estamos honrados com as suas presenças.

Como relator do projeto, tenho tido um cuidado muito grande em realmente fazer um relatório que obedecesse aos critérios mais rígidos, técnicos, evidentemente levando em consideração também a cláusula democrática. São pontos importantes. No espírito do

Mercosul, ele não é apenas um acordo comercial, mas é um acordo que realmente visa a crescente integração dos países da América do Sul e que cada vez mais entre nós, o relacionamento tenha o primado da fraternidade.

Eu queria deixar claro que temos pendentes ainda alguns pontos de caráter exclusivamente técnico. De todos os pontos considerados como básicos no acordo existente do Mercosul, alguns ainda não foram devidamente equacionados entre a delegação brasileira e a delegação venezuelana.

Na questão democrática, apesar de ouvirmos com atenção o bom relatório feito pelo Professor Darc Costa temos que levar em consideração alguns pontos. A simples omissão em função de uma visão correta, estratégica de médio e longo prazo, mas a simples omissão em relação a Direitos Humanos, pode não parecer grave num primeiro momento. Mas pode trazer consequências graves para a integração. Isso já vi acontecer na Europa e em outras partes do mundo quando a questão dos Direitos Humanos foi colocado em segundo plano.

Queria dizer que até o argumento que o embaixador venezuelano usou com o Senador Suplicy de que não viria aqui em função da presença de dois membros da oposição venezuelana, demonstra certa intolerância em relação à oposição. Porque até para assegurar que não houvesse constrangimento, o Senador Azeredo teve o cuidado de colocar numa audiência os dois líderes da oposição venezuelana e na parte da tarde, noutra circunstância, noutra Mesa, o Embaixador venezuelano. O fato dele não aceitar a presença de dois líderes venezuelanos de oposição, realmente demonstra certa intolerância com a existência sequer de oposição, o que nos preocupa.

Ontem, recebi uma documentação que me levou a formular uma pergunta, que tencionava fazer ao Embaixador venezuelano, até porque gostaria de ouvir o outro lado. Mas já que ele não veio, vou indagar aqui ao Senhor Leopoldo e ao Senhor Gustavo se conhecem esse caso descrito por um advogado do empresário Eligio Cedeño. Não sei se conhecem esse empresário, que se encontra encarcerado em prisão preventiva desde fevereiro de 2007. Em 2009, quando venceu o prazo de dois anos de prisão preventiva, o empresário teve a prisão estendida por mais dois anos. E o julgamento que o teria inocentado foi anulado para se reiniciar o julgamento e ele continuará preso indefinidamente. O advogado deste caso explica mais, o julgamento teve origem a uma fraude ocorrida com a participação de funcionários da Comissão de Administração de Divisas (Cativ). A Cativ é uma excrescência do ponto de vista técnico nas relações entre Brasil e a Venezuela. É uma comissão que autoriza ou não o pagamento da troca cambial das empresas exportadoras, o que tem trazido enorme dificuldade às empresas brasileiras que exportam para a Venezuela. Porque elas ficam sujeitas, depois de um determinado período, a uma



Comissão que libera ou não o pagamento em dólares da empresa exportadora. Fica sujeito ao critério de algumas pessoas, e esse processo pode levar até mais de dois anos, o que leva evidentemente à possibilidade de corrupção. Então, este empresário estaria detido em função de uma acusação de corrupção que lhe teria sido feita, juntamente com funcionários da Cadiv.

A pergunta que faço, tem fundamento, procede, ouviram falar neste caso, especificamente? Se for verdade, se tem fundamento, existem outros casos como esse? E a outra pergunta é a seguinte, os exportadores brasileiros, em relação ao Cadiv, que posição teriam?

Novamente, queria que o Professor Darc Costa, que também é da Federação do Comércio, esclarecesse-me sobre esse assunto, como gostaria de saber dos dois representantes da Venezuela.

[troca de presidência]

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência: Senador Tasso, como vossa excelência é o relator, vou deixar que já haja a resposta dos expositores, mas, depois, queria propor aos senadores que pudéssemos ouvir dois, três ou quatro, e depois todos os expositores responderiam. Mas como o Senador Tasso é o relator, vou pedir então que os expositores, a começar pelo Doutor Darc, possam fazer suas considerações.

Senhor Darc Costa: Senador, o controle de divisas não nos é tão distante. Porque tivemos durante muito tempo nesse país con-

trole cambial. Nós tivemos um sério controle cambial na Cacex. Tivemos a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), Senhor Presidente. Tivemos também um período quando se implementaram os leilões de câmbio. Houve um sistema em que existiam cinco faixas de câmbio.

O problema que vejo nessa questão é que a Venezuela exerce uma política de controle de câmbio rígida em decorrência de fatos pretéritos. É importante entender o seguinte, uma vez na Venezuela, 36 bilhões de dólares desapareceram em dois dias. Isso na década passada. Existe essa política dentro do Governo venezuelano, porque eles têm um câmbio fixo, e existe uma escassez de divisas para determinados tipos de operação, o que gera um câmbio paralelo muito descolado do câmbio oficial. Para o senhor ter uma ideia hoje, o câmbio paralelo na Venezuela deve estar 6,5 bolívares fortes e oficial é 2,15. Entendo que a questão da Cadiv deva existir. O que tenho até comentado é que isso deveria estar dentro do Banco Central. Você devia ter uma única política cambial.

Orador não identificado: Tem critério?

Senhor Darc Costa: Tem critérios. Agora, eles utilizam isso, como já utilizamos no passado, como uma política de incentivo à produção nacional. Então, você restringe o câmbio de forma que se cria, vamos dizer, artificialmente, condições de você produzir nesse próprio país, na medida em que você não tem outro acesso a não ser a produção nacional. Porque você não tem o câmbio para fazer a transformação.

Agora, vejo que essa questão da Cadiv preocupa muito os empresários brasileiros. Vou-lhe dar um exemplo. Empresas brasileiras que exportam perfis de aço para a construção civil, na Venezuela. São feitas com peças produzidas no Brasil, que são exportadas para lá. Agora, quando houve a nacionalização da Sidor, o Governo Chávez disse: Por que não podemos fazer esse perfil? E aí adotam política de restrição ao câmbio na Cadiv. Coloca-se o produto na categoria dos que não necessitam câmbio favorecido como alimento e outras coisas mais. E o que acontece? Essa empresa, então, acaba adotando a seguinte opção: Vou acabar produzindo essas coisas na Venezuela. Isso é uma política de substituição de importações.

O Mercosul cria uma condição diferente porque coloca a Venezuela com acesso ao mercado brasileiro e cria um sistema de tarifas que é diferenciado do sistema praticado hoje.

Já a questão de liberação cambial decorre do contingenciamento de moeda que a Venezuela tem. Essa só será resolvida no momento em que a Venezuela tiver os recursos necessários para atender todas as importações ou exportações que ela tem que fazer. Agora, diria ao senhor o seguinte: essa questão é uma questão que está aí presente e o que eu acho é que a entrada da Venezuela no Mercosul incentiva o

país a abandonar o câmbio fixo e a usar o câmbio variável. A incorporação da Venezuela ao Mercosul vem a nosso favor, nesse caso. Porque evidente que não seremos nós que vamos adotar o câmbio fixo. Eles tendem a adotar o câmbio variável. É isso.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Pergunto aos demais expositores... Então, Doutor Leopoldo.

Senhor Leopoldo López: É uma pergunta bastante complexa. Então, primeiramente gostaria que vocês percebam o que é a intolerância no nosso país. Por exemplo, a questão do Embaixador venezuelano não comparecer porque estávamos aqui. Se isso acontece aqui, imagina como acontece na Venezuela. Na Venezuela estamos submetidos constantemente ao assédio. Eu fui alvo de três tentativas de homicídio. Na última delas, faleceu um colega de trabalho. Esse caso foi levado à Justiça. O autor material foi identificado, o autor material é deixado em liberdade e morre três meses depois. Eu já fui sequestrado.

Nos canais de televisão somos chamados de golpistas, traficantes, ladrões, usurpadores. Mas acredito que é importante que reforçemos a discussão sobre a democracia. Nós podemos ter posições diferentes e, mesmo assim, respeitar-nos. Assim como vocês se respeitaram nessa discussão. Uns votaram de uma maneira e outros de outra, mas vocês dão as mãos e se respeitam. Isso não acontece no nosso país. Não existe espaço para diálogo. Não há espaço para discussão. E o Embaixador falou na sua carta: “Sou militar.” E essa é a atitude com relação a quem pensa diferente. Quem pensa diferente não é considerado um adversário, é considerado um inimigo, que é por diferentes razões alvo de aniquilação. E é, assim, que temos que ver essa situação. Não dá pra haver integração econômica dessa forma. A Venezuela foi solidária, enquanto país democrático com as ditaduras do Sul do Chile, da Argentina e também com aquela que aconteceu no Brasil. Nós estamos pedindo essa solidariedade, que vocês entendam o que acontece em nosso país com relação à violação dos Direitos Humanos e não pedimos uma posição favorável para a nossa entrada, pedimos que vocês fiquem sabendo do que está acontecendo em nosso país. Eu insisto: imaginem o que significa a intolerância no nosso país quando aqui mesmo, o próprio embaixador diz: “Não vou”, porque estamos aqui. Eu não sou leproso. Eu não sou um doente que tem uma doença contagiosa. Eu sou um venezuelano, nascido na minha terra, no meu país, detentor de direitos. Também, obviamente, com deveres, mas mereço na minha terra ou fora dela respeito de que seja pelo menos escutado. Isso, lamentavelmente, apareceu aqui durante essa discussão e essa discussão deve ser projetada para que vocês entendam o que está acontecendo no nosso país.

O caso que vocês mencionam sobre o empresário Cedeño, é um como muitos outros. Ele está privado da sua liberdade há muitos anos

sem o devido processo, sem um julgamento. Mas existem outros, como o Senhor José Daker, um chofer, um motorista que cometeu o pecado mortal de, em fevereiro do ano de 2009, estar dirigindo um caminhão numa manifestação. O caminhão foi detido pelos militares, plantam provas contra ele, pedras e objetos de perfuração, e agora este senhor já de 60 anos, com problema de hipertensão, está preso com outros presos comuns. Ou seja, a situação dos presos políticos também é incidente no nosso país. Existem mais de 15 presos políticos para os quais também pedimos atenção. Nós não pedimos que vocês sejam condescendentes. Precisamos de atenção, precisamos de sensibilização para o que significa a nossa luta pela democracia, que vocês possam prestar atenção além do que pode significar uma integração no aspecto econômico, porque na Venezuela não existe uma democracia saudável.

É preciso prestar atenção, o Governo venezuelano tomou a decisão de suspender 240 emissoras de rádio; 40% das emissoras de rádio existentes foram suspensas. Porque eles têm uma posição contrária à linha editorial do Governo. E isso não é novo. Durante o ano de 2007 um canal foi fechado. Imagina que aqui fechem a Globo, porque não tem uma posição política favorável a quem está governando. Vejo aqui que o Presidente Lula é objeto de crítica. Os meios de comunicação o criticam, apesar de sua alta popularidade. Existe a possibilidade de que os meios de comunicação façam críticas ao Governo e o Governo, de maneira muito sadia e com liberdade de expressão – um dos elementos estabelecidos na carta democrática no artigo 4º – possa refutar essas críticas e apresentar suas posições. No nosso país, um importante canal de televisão foi fechado e, nesse momento, o único canal de notícias é um canal pequeno, um canal que tem pouca penetração; 3% da população assiste esse canal. Mesmo ele sofre o risco de fechar. A situação merece uma discussão mais profunda sobre democracia em nosso país. E, por isso, gostaria de fazer-lhes uma proposta depois de ter escutado, com uma sadia inveja a discussão que vocês tiveram aqui, muito democrática, alguns com uma opinião, e outros com outra, no final o que temos é o respeito à democracia.

Partindo do que estabelece o artigo 4º do Protocolo de Ushuaia, que diz que se existe alguma ruptura da ordem democrática, como acreditamos que existe, e diz: “*Serão promovidas consultas pertinentes entre os Estados com o Estado afetado.*” Consultas pertinentes. Como venezuelano, em nome de milhões de venezuelanos afetados por essa situação política de exclusão, pedimos que acionem o que foi estabelecido no Protocolo de Ushuaia. Formem uma Comissão e testemunhem vocês mesmos a situação. Visitem a Venezuela, estabeleçam contato com as partes, reúnam-se com o Governo. Reúnam-se com os Deputados, mas também se reúnam com os comerciantes, com os empresários, com os trabalhadores de Bolívar, os trabalhadores do ferro, do aço, da energia. Hoje, eles estão sendo atropelados nos seus direitos de organização sindical. Falem com eles. Este é um Governo

progressista. Governo com o qual nos identificamos, sua visão progressista na reivindicação dos direitos trabalhistas, sobretudo. Escutem a posição contrária àquela apresentada pelo Governo. Essa é uma luta semelhante à de Davi contra Goliás.

Nós estamos aqui aproveitando essa oportunidade para poder falar, para poder apresentar uma opinião, uma opção diferente daquela que permanentemente é apresentada com relação ao que acontece na Venezuela. Apliquem esse inciso, essa cláusula, que se faça uma Comissão de alto nível do Senado e talvez tomara também do Congresso como um todo e escutem as partes como é estabelecido no Protocolo de Ushuaia.

Com relação ao tema da Cadiv, que são os dólares e o tipo de câmbio. Totalmente arbitrário. Isso é uma estrutura que os nossos países têm usado. Mas ninguém pode negar na América Latina que essa estrutura é uma fonte de corrupção permanente. Nos anos 80 isso já aconteceu no nosso país. Mas, atualmente, é uma fonte de corrupção e é uma fonte de concessão de favores a umas indústrias e negá-los a outras. De evitar que uns setores avancem ou que haja promoção de outros setores. De maneira muito arbitrária pela decisão de uma assinatura, de um burocrata que decide para quem dar os dólares a dois bolívares e quem dar a seis. Obviamente, aquele que recebe a benção, o Governo também pede que seja consequente em termos políticos.

Não existe na Venezuela um só caso em que setores comerciais, setores da indústria produtiva nacional tenham apresentado uma posição distinta ao Governo e tenham sido favorecidos pelo tipo de câmbio. A ferramenta de controle de câmbio na Cadiv, é uma ferramenta de manipulação política. É uma forma de fechar as fronteiras e acredito que isso é um tema que vocês deveriam também avaliar em detalhe. E de ser possível que o façam na Venezuela e que escutem as partes envolvidas.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Antes de passar a palavra ao Doutor Gustavo, quero pedir que sejamos sucintos, porque temos outro painel que começa às 14 horas. Sem querer tolher a manifestação de ninguém, mas gostaria, portanto que houvesse essa capacidade de síntese.

Senhor Gustavo Tovar-Arroyo: De qualquer forma peço desculpas pela nossa delonga, mas talvez seja o resultado de não estarmos sendo escutados em nosso país. Quero agradecer mais uma vez o fato de vocês nos propiciarem essa possibilidade.

Eu quero agregar, de maneira bastante simples, a esse pedido do Leopoldo, o conteúdo do Protocolo de Assunção para Direitos Humanos. O tratado é original. O protocolo assinado em 2005 considera o tema das instituições democráticas e no seu artigo 1º fala da plena vigência das instituições democráticas e vigência dos Direitos Huma-



nos e liberdades fundamentais como condições fundamentais para a vigência e a evolução dos processos de integração entre as partes. Condições essenciais. E acrescenta o artigo 3º do mesmo protocolo que para tal efeito as demais partes também promovam a consulta com a parte afetada. E acredito que isso tem a ver basicamente com a proposta formal, técnica, que acaba de ser apresentada neste Senado pelo meu companheiro Leopoldo López.

Eu queria, por último, expor a dificuldade que vivemos e que vocês viram manifesta nessa Mesa. Outras nações já passaram por isso. Quando algum país discrepa das políticas, seja quais forem, do Governo ou do Comandante Chávez, viram-se envolvidas em situações muito delicadas, como aquela que vivemos. Como por exemplo, o caso da Colômbia, do México, o caso do Peru, o caso repetido dos Estados Unidos, o caso do Chile, onde em função de uma posição

contrária ao Governo do Presidente Chávez, tivemos debates muito hostis e manifestações muito hostis do nosso Governo.

Com o Governo Brasileiro também aconteceram desavenças, e creio que isso é preciso ser avaliado quando se discute aceitar o Governo do Presidente Chávez no seio desse tratado. Porque é possível que por condições basicamente pessoais ou ideológicas, as partes fiquem comprometidas como partes desse extraordinário tratado. Porque se eles consideram que no Mercosul existem desavenças ideológicas ou pessoais não descritas e não expostas, é muito provável que vocês se vejam envolvidos em situações realmente delicadas.

Isso era o que gostaria de lhes dizer.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Concedo a palavra ao ex-Governador Neudo Campos para suas considerações sobre o que foi abordado.

Deputado Neudo Campos (PP-RR): Abordando a questão de importação. O que acontece entre Brasil e a Venezuela é como se fosse uma relação arranhada, enferrujada ao longo do tempo. Por exemplo, a estrutura venezuelana de exportação e importação é toda litorânea. Nós de Roraima, que fazemos fronteira com a Venezuela, encontramos dificuldade por parte das estruturas venezuelanas. Mas também temos as nossas limitações. Quando se chega lá na fronteira, Senador, a impressão que se tem é a seguinte: A Venezuela dá mais atenção ao Sul da Venezuela do que o Brasil dá ao Norte do Brasil. Se chegar na Venezuela na parte de Santa Helena, ingressando em Pacaraima, a impressão que se tem é que a Venezuela é um país mais adiantado que o Brasil. Ambos estamos devendo nessa questão do comércio. E acredito que o ingresso da Venezuelana no Mercosul virá contribuir substancialmente para que todas essas pendências sejam sanadas.

Há cerca de três meses, estive em Caracas participando do encontro de duas comissões. A comissão brasileira, em que tinha representantes da Receita Federal, do Ministério das Relações Exteriores, da Polícia Federal, de todas as entidades envolvidas nas questões de importação e mesmo havendo por parte da Venezuela também os seus representantes, para que se pudesse conversar e encontrar as soluções para que possamos nos estruturar melhor, percebendo que a Venezuela deverá ingressar no Mercosul e cada vez mais deverá intensificar esse intercâmbio, que para nós, no caso de Roraima, é absolutamente essencial para o nosso futuro econômico. São apenas 200 quilômetros que separam Boa Vista da linha de fronteira. Então, acredito que o ingresso da Venezuela no Mercosul é extremamente importante para Roraima.

Com relação às questões políticas internas da Venezuela, não se pode, de maneira nenhuma, elogiar algumas coisas que possam estar acontecendo lá. Mas, é preciso destacar que existe outra conduta, outra atenção no sentido dessa proximidade. E lembrando que o mercado comum europeu, a comunidade econômica europeia começou com a economia e depois foi se integrando na parte de política e agora numa coesão social.

Enfim, meu posicionamento é esse. Era o que tinha a dizer a respeito.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência: Antes de passarmos às perguntas, o Doutor Darc pede um minuto para fazer uma consideração.

Senhor Darc Costa: Quero que os senhores guardem isso. Nós estamos importando da Venezuela, importamos o ano passado, como



os senhores sabem, 500 milhões de dólares. E exportamos cinco bilhões e meio de dólares. Isso é uma assimetria tremenda. Agora, isso pode ser revertido. Nós somos, hoje, o maior importador do mundo de uréia. Importamos da Ucrânia. A Venezuela teria todas as condições de fornecer uréia para nós. Alumínio, que é energia empacotada, a Venezuela tem condições de fornecer. Há casos em que exportamos bauxita para o Japão e trazemos as peças para usar na Zona Franca de Manaus. Tem o carvão da Venezuela, que a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) sentou em cima e que é o melhor carvão energético do mundo e que podemos acessar. Tem uma série de outros produtos, mas para isso é preciso que o empresariado brasileiro acorde e faça investimentos na Venezuela também. A dinâmica que isso pode trazer é um negócio enorme. E o Mercosul é o espaço onde isso pode se dar. Porque na verdade, o empresariado brasileiro está se expandindo em toda a América do Sul e está se defrontando, hoje, com os chineses.

Para os senhores terem uma idéia, as exportações da China para a Venezuela deslocaram grande parte do fluxo de comércio. No mundo inteiro. E ainda estão fazendo um negócio que eles descobriram muito inteligente. Eles não estão mais seguros que os bônus do Governo americano. Então, eles convertem isso em dólar e emprestam. Empréstaram até para a PETROBRAS. Quer dizer, na verdade eles estão construindo uma reserva de mercado num espaço que é nosso, que é da nossa indústria. Isso me parece ser o mais relevante nessa conjuntura.

Muito obrigado.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Bom, então vamos ouvir agora o Senador Collor, Senador Inácio Arruda, e eu que estava inscrito também

falarei. Então, nós três falaremos e ouviremos as considerações finais dos explanadores, porque temos que retornar às 14h30 para o segundo painel.

Senador Collor.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Muito obrigado, Senhor Presidente Mozarildo Cavalcanti, senhoras e senhores senadores, senhores expositores.

Eu gostaria aqui de voltar ao tema da cláusula democrática. Em 1985 o Presidente José Sarney, pelo Brasil, e o Presidente Alfonsín pela Argentina, assinaram a Declaração de Iguazu. Nós estávamos aqui no Cone Sul e em outras partes do nosso continente, mas, sobretudo aqui no Cone Sul, vivendo um momento de redemocratização. Aqui, no caso, o Presidente Sarney conduzindo o processo de transição democrática. Daí a lucidez e, portanto, a importância que foi dada na assinatura da Declaração de Iguazu à cláusula que dita e rege a exigência de plena vigência do regime democrático nos países que desejassem se integrar no que depois veio a ser o Mercosul.

No Tratado de Assunção, assinado em 1991, também tivemos o cuidado de ratificar essa cláusula democrática. Depois essa cláusula democrática veio a ser ratificada tanto em Ushuaia quanto em Ouro Preto, tornando-se, por assim dizer, uma cláusula pétrea. Ou seja, a Venezuela, do ponto de vista econômico, não vem cumprindo com nada, com nenhuma das exigências feitas. Até o momento não apresentou resposta a 169 das 783 normas que regem o espaço do Mercosul, quer colocar isso para depois da integração. Ela não definiu a lista de produtos para a adoção da tarifa externa, ela não se manifestou sobre o cronograma de liberalização comercial, e tampouco definiu as condições para se opor que o Brasil negocie com terceiros países. Isso no campo meramente econômico. Mas quero me fixar na questão da cláusula democrática.

A cláusula democrática, em todos os documentos de integração que foram firmados pelos países interessados, é a preocupação preponderante. Que a democracia esteja a prevalecer plenamente em cada um dos países que se disponham a integrar o bloco do Mercosul. Portanto, gostaria, Senhor Presidente, de fazer perguntas diretas e objetivas, e pediria apenas respostas sim ou não às minhas indagações aos eminentes convidados da Venezuela que aqui se encontram.

A minha pergunta primeira é a seguinte. É verdade que a Venezuela rompeu com o pacto andino devido à assinatura que a Colômbia e o Peru apuseram a um documento de comércio preferencial entre os seus países e os Estados Unidos? Foi por esse motivo que a Venezuela ou o Presidente da Venezuela, rompeu com o Pacto Andino? Sim ou não?

Orador não identificado: Sim, de maneira arbitrária e sem consulta.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Sim. Arbitrária. Rompeu com a Comunidade Andina de Nações porque Peru e Colômbia assinaram um acordo de livre comércio com os Estados Unidos.

Eu perguntaria aos senhores: Há segurança jurídica na Venezuela para os investidores estrangeiros? Os investidores estrangeiros que quiserem investir o seu dinheiro, implantar fábricas, eles têm a segurança jurídica de que em algum momento esses seus empreendimentos poderão ser expropriados ou não? Ou seja, há segurança jurídica para os investimentos estrangeiros na Venezuela, sim ou não?

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Presidente Collor, propus que eles anotassem suas perguntas e ao final respondessem.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Pois não. Então, essa é mais uma pergunta. É verdade que os direitos civis e políticos na Venezuela vêm sendo desrespeitados? Sim ou não? É verdade que o direito à propriedade não vem sendo respeitado na Venezuela, sim ou não? Em relação aos direitos civis e políticos, se os direitos civis e políticos vem sendo restringidos na Venezuela. Se o direito à propriedade vem sendo assegurado. Se a livre participação e organização política vem sendo respeitada. Se o livre acesso à informação está sendo respeitado. Se o Governo venezuelano interveio no currículo escolar buscando impor a sua visão ideológica, ou seja, que os livros escolares que estão sendo distribuídos nas escolas públicas e privadas da Venezuela receberam cunho ideológico com o objetivo de impor o pensamento único.

É verdade que tanto na questão agora do ocorrido em Honduras, que repudiamos, como também do ataque colombiano às FARC no Equador, o Presidente venezuelano ameaçou mobilizar tropas, tanto para Honduras como para o Equador, sim ou não?

É verdade que o Governo venezuelano, baseado num tratado de assessoria ou de assistência mútua, técnica, entre Venezuelana e Bolívia, tratado esse assinado na época em que era presidente boliviano o senhor Hugo Banzer, e que, com base nesse tratado que trata apenas da assistência técnica que ambos os países poderiam prestar um a outro, foi embutido nesse tratado, apoio militar para a Bolívia? Ou seja, recursos da Venezuelana por meio desse tratado sendo canalizados para o Governo boliviano armar o seu Exército e torná-lo mais competitivo diante do nosso continente, sim ou não?

Se as perguntas que aqui foram feitas, elas vierem a ser positivas, sim, significa, Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, que não há democracia vigendo na Venezuela. E se não há democracia na Venezuela, ela não está cumprindo com a cláusula pétrea que todas essas declarações de integração e todos os tratados assinados exigem dos seus membros. Não entro aqui nas questões de cunho econômico, porque essas exigências de cunho econômico não vêm sendo se-

guidas pelo Governo venezuelano, segundo os pré-requisitos que se exige para um país que queira se integrar no Mercosul.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Conforme combinado, vamos ouvir o Senador Inácio Arruda. Peço aos expositores que anotem as perguntas para responderem em seguida após todos os senadores terem se manifestado.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, convidados, acho que houve um levante em 1992, na Venezuela. As informações que chegaram ao Brasil é de que os principais líderes, entre eles o Senhor Hugo Frias, ficou detido. Mais propriamente, ficou preso. E parece que não foi apenas por um ano. Ficou mais de um ano preso. Quer dizer, pagou, digamos, assim, a sua participação num levante depois de um movimento popular gigantesco pelo que se teve notícia no Brasil, desde 1989, quando se começou a aplicar as tais políticas neoliberais, inclusive aqui no Brasil. A partir daí houve um levante popular imenso. No Brasil também aconteceram várias manifestações populares, na Venezuela, na Argentina, quer dizer, o continente foi infestado de manifestações contra a aplicação daquelas políticas que levavam o povo à miséria.

No Brasil, passamos por uma ditadura militar. Na América do Sul inteira, todas essas ditaduras foram apoiadas pelos americanos. Todas. Tiveram apoio, assessoria militar, dinheiro, recursos, com intervenção direta na nossa região. A Venezuela, tem uma ilha vizinha a Caracas, Curaçau, que dispõe de uma base militar americana. Não sei se já tiraram. Tiraram a base militar de lá? Mantém-se lá. Segundo consta na literatura, a força militar americana é a mais sofisticada do planeta. Não adianta ninguém se armar contra os americanos porque não há hipótese. Ou contra os russos, sei lá. Não sei se eles têm tanta força assim. Acho que os russos, hoje, parecem que não estão lá com essa força toda. Mas segundo consta nas apresentações, essa força americana é tão grande que ela é incontestável. Não adianta comprar Super Tucano, metralhadora, porque isso não vai valer nada. Mas está lá a base militar. A poucos minutos da capital da Venezuela. E, assim, ocorreu na América do Sul. O Equador também tinha uma base. Honduras, agora veja a situação, os americanos ameaçaram tirar a base de Honduras, diante do golpe.

Em 2002 teve outro golpe na Venezuela. Desta vez, não sei por quanto tempo os golpistas ficaram presos ou se ficaram muito tempo presos. Ou se continuaram livremente falando o que queriam, na televisão, no rádio. Nos Estados Unidos é normal as emissoras de rádio serem tiradas do ar. Aliás, tiraram do ar agora foi tudo, com a TV Digital. Quem não tinha TV Digital ficou apagado. E

as concessões de canal de rádio e televisão, como é aqui no Brasil, são concessões. Nos Estados Unidos isso é regular. Você suspender concessão de rádio, de televisão. Não vejo nem alvoroço. Não vi um protesto no Senado Brasileiro. Nem na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional. Do tempo que estou aqui, que são três mandatos de deputado federal e esse mandato agora de Senador da República. Nunca vi nenhuma contestação porque uma rádio americana perdeu a sua concessão. Nunca.

Eu estive na Venezuela em duas oportunidades. Nas duas oportunidades já durante o Governo do Presidente Hugo Chávez. A televisão venezuelana, os jornais venezuelanos, as emissoras de rádio venezuelana contestam o Presidente diariamente, todo dia, toda hora. Esse problema da democracia é uma coisa complicada no mundo. A democracia é a democracia que quero. Então, não quero que a Venezuela entre no Mercosul por razões que considero que são inadequadas para o Brasil e para outros países da região. Então, considero que lá não tem democracia. Mas esses mesmos critérios podem ser usados diferentemente. Nas últimas eleições da Venezuela estiveram representações de quase todos os países da América do Sul, dos Estados Unidos da América, da Fundação Carter.

Eu tive oportunidade de ser membro de uma Comissão que representava simultaneamente o Senado Brasileiro, a Câmara dos Deputados e o Mercosul. Porque fomos nessa condição de dupla representação do Parlamento do Mercosul e do Congresso Nacional brasileiro. Um ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Silva Jardim, é membro da Fundação Carter, e esteve conosco em La Paz, na Bolívia, para participar de um referendo na Bolívia. A oposição contestou o referendo. Denunciou, fez tudo que precisava fazer do ponto de vista da oposição, dos interesses da oposição. Mas, as instituições multilaterais que ali estavam, entre elas a Fundação Carter, Mercosul (sua representação do Mercosul era uma representação múltipla partidária, do ponto de vista de espectro político e ideológico), referendaram o referendo. Quer dizer, o referendo ocorreu dentro de um processo da maior lisura com a participação de todos, todos tiveram direito a voto, todos votaram livremente. Ampliou-se o processo democrático naquele país.

Eu vejo a questão mais do ponto de vista estratégico. Acho que o Professor Darc Costa situou bem a questão. Do ponto de vista estratégico, pensando de hoje para amanhã, ampliar o Mercosul com a Venezuela, com a Colômbia, porque não vejo nenhuma contestação a Uribe. Uribe quer terceiro mandato, nós tivemos segundo mandato no Brasil. Não se teve nenhuma contestação e nem se tem contestação a Uribe, que é um homem conservador, um homem da direita colombiana, ligado a esquemas pesadíssimos na Colômbia.

Agora, do ponto de vista geopolítico e estratégico, tem muitos interesses que são contrariados. Isso aqui sempre foi considerado um

quintal da potência do norte. A economia desses países era controlada com mão de ferro. Países riquíssimos, como o nosso e a Venezuela. O povo vivia na miséria. Tinha eleição para Presidente e não tinha eleição para Governador. Hoje, parece que já tem.

Então, do ponto de vista dos protocolos do Mercosul, ampliou-se a democracia. Tem mais democracia. Não tem menos democracia, não. Tem mais eleições, tem mais participação. Tem mais eleições porque os Governadores são eleitos pelo voto popular. E tem oposição. E tem contestação. E tem interesses contrários. E tem veículo de comunicação funcionando abertamente. Agora, se a gente começar a imiscuir demasiadamente no processo venezuelano ou no processo boliviano, ou mesmo aqui da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, do Chile, acho que o Brasil passa a ter que usar os mesmos métodos que condenamos da super potência do norte que tem interferido quase que permanentemente na política interna das nossas nações. Acho que a gente deve deixar que a soberania dessas nações se imponham porque elas sendo fortes, as suas economias se voltando mais para os interesses populares. Será mais interessante para o continente. Então, país riquíssimo e o povo na miséria, sem um programa social mais ativo, mais forte que pudesse resolver problemas básicos da nossa população. Aqui tivemos que enfrentar isso agora com expansão de escolas, escolas técnicas, universidades. Sabe como isso é tratado no Brasil? Como a ganância. Que o Lula demagogicamente faz uma ganância em ampliar as escolas técnicas, em garantir mais educação de qualidade para o povo. Isso também é usado aqui. É o populismo. É chamado populismo. Quando se apresenta mais próximo do povo, com programas mais próximos do povo, é chamado de ganância, de populismo. E ataques virulentos são lançados também na mídia do nosso país.

Então, acho que no exame da questão da Venezuela temos que explorar o terreno estratégico, que é de grande interesse para o Brasil. É de grande interesse para a nação brasileira. O Embaixador brasileiro está fazendo certíssimo. Tem que vir aqui, conversar com os senadores, convencê-los do interesse do Brasil. Interessa ao Brasil o ingresso da Venezuela. Aliás, interessa o mais rápido possível o ingresso da Venezuela.

E resalto a expressão do ex-Governador Neudo, que é o problema de que os protocolos normalmente parecem atender mais aos interesses europeus e de terceiros fora da nossa região do que aos nossos. Veja uma situação. Qual é o país da Europa, dos principais países europeus que atende a um critério que eles estabeleceram de não aceitar no seu país uma ganância pública? Qual é o que atende? A Alemanha? A França? Eles observam? Não. Não observam. Foi ao contrário. A França e a Alemanha tem sucessivamente desrespeitado o critério que foi de 3% do PIB das suas nações, eles ultrapassam sistematicamente. Não atendem a um critério básico que eles estabe-

leceram. Sabe por quê? Porque os grandes países da Europa estabeleceram esse critério para os países médios e pequenos da Europa. Não foi para eles cumprirem. Tanto que eles ultrapassam sistematicamente esse critério.

Nós devemos aprovar o ingresso da Venezuela. Os venezuelanos, espero, que continuem tendo oposição, continuem tendo eleições. Elejam Governadores como não elegiam antes e tenham espaço para discutir no seu país suas questões internas, que são muito significativas. Que aqui no Brasil também fazemos o mesmo. A oposição aqui fala o que quer, diz o que quer. Antes quando falávamos éramos considerados “xiitas” e loucos, quando estávamos na oposição. Não vejo a oposição aqui ser tratada como “xiita” e louco, no Brasil. Ela diz o que quer, faz o que quer, trabalha como quer. Então, se a gente começar a se envolver demais, a entrar demais nas questões internas da Venezuela, vamos ter que desfazer o Mercosul completamente. Não existirá mais Mercosul.

Eram essas questões, Senhor Presidente, que gostaria de levantar. Fiz aquela minha oposição ao Requerimento do nosso Senador Fernando Collor, mas ele sabe que tenho votado com ele em quase tudo na Comissão de Relações Exteriores e na Comissão de Infraestrutura. A mesma coisa ele tem feito com meus requerimentos. Às vezes não estou presente porque estou em outra audiência, outra Comissão, mas ele põe o Requerimento na pauta, vota o Requerimento, acho que isso é muito importante para todos nós.

Demos solução à questão da carta do Embaixador da Venezuela. Mas se fosse Embaixador do Brasil na Venezuela e a oposição brasileira mandasse para lá para me contestar, também protestaria e não apareceria no Parlamento venezuelano. Recusar-me-ia a ir debater com os que estão contestando abertamente o meu Governo, que tenho que representar.

Obrigado, Senhor Presidente.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Para colaborar com o tempo vou me abster de fazer perguntas. Quero só agradecer ao ex-Governador Neudo Campos, que veio aqui por um Requerimento meu, lamentar a ausência do Governador do Amazonas, embora saiba que tanto o Governador Neudo Campos quanto o Governador Eduardo Braga compartilham a mesma opinião, que é favorável ao ingresso da Venezuela. É discutir como vai ser feito o ingresso da Venezuela no Mercosul. Não sei se pelo meu defeito de formação, de ser parteiro, fico muito preocupado com essa história, de ser o mais rápido possível. Porque acho que tem que se fazer o mais seguro possível. E nesse particular temos que ver todos os pontos. Pontos econômicos, jurídicos, os pontos pactuados ou não, e também a cláusula democrática. Acho que a questão aí é de segurança. Por mim, como Senador de Roraima,

podia ter entrado ontem. Mas, por outro lado, como Senador da República, acho que temos que estar atentos a esses dados.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Como parceiro vossa excelência sabe que passados os nove meses cria um problema sério tanto para a criança como para a mãe.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Perfeitamente. É o tempo certo.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): No Congresso nós já estamos há quase dois anos.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Aqui no Senado, foram só quatro meses. Mas na Câmara um ano e quatro meses. Por que a pressa com o Senado? Não. Acho que temos que ter a serenidade de discutir de maneira muito correta. A Venezuela já saiu do Pacto Andino, já criou a Alternativa Bolivariana para as Américas. Coisas que me preocupam no contexto geral. Mas eu, como disse, quero economizar tempo porque temos o segundo painel e quero passar a palavra aos debatedores para que respondam as perguntas ou façam comentários finais para que possamos encerrar essa parte do primeiro painel.

Vamos começar pelo Doutor Darc, se desejar fazer alguma consideração.

Senhor Darc Costa: É basicamente agradecer o convite, a honra de ter participado dessa Audiência Pública e dizer da minha disposição em contribuir com o Senado.

Muito obrigado.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Deputado Neudo Campos, ex-Governador de Roraima.

Deputado Neudo Campos (PP-RR): Senhor Presidente, fico bastante temeroso quando verifico uma linha para admitir a adesão da Venezuela, focada na questão da democracia, nos ícones da democracia, nos requisitos da democracia, enfim. Isso tudo é relativo. É bem relativo. Se olharmos lá para a União Europeia, vamos encontrar o seguinte: iniciaram 12 países, e agora são 27. E aqueles países do Leste Europeu que não tinham nenhuma tradição democrática, já ingressaram no bloco.

Desde 1958 a Venezuela faz eleições democráticas. Aliás, nas últimas eleições um Deputado Federal do Acre, Nilson Mourão, foi observador político lá e conversei com ele. Ele me disse que o sistema de votação da Venezuela é mais seguro do que o do Brasil. Ele acompanhou atentamente o processo e me disse isso.

Então, preocupa-me muito a questão da exigência democrática. Nós estamos na América do Sul. Nós temos que pensar na América

do Sul. Nós temos que saber o que funciona e o que não funciona para a América do Sul. Será que vamos fazer exigências que nunca serão preenchidas? As exigências europeias que jamais serão alcançadas pelos países da América do Sul? Nós temos que conviver com a Venezuela, com o Peru, com a Colômbia, com a Bolívia, com o Equador, com o Paraguai, com o Chile. Enfim, é isso que temos.

Quando vejo, por exemplo, esse perigo aí, parece que é mais ou menos o seguinte: olha, não vamos admitir porque não preenche os requisitos da democracia. Isso para mim se aproxima muito da atitude do raciocínio que presidiu a ação dos Estados Unidos quando fez o bloqueio econômico contra Cuba. Foi isso. Não, não preenche os requisitos da democracia. E são já 50 anos. Após esses 50 anos de história, fica muito claro que foi uma atitude equivocada. Foi uma injustiça para com o povo cubano. Estive em Havana três vezes, conheço a realidade e sei o quanto aquele povo sofre, lutando com uma injustiça sem tamanho, sem ter oportunidade de crescer, de se recriar.

Então, acredito que a questão do bloqueio de Cuba deve ser estudada pelo Senado brasileiro como algo que não se deve fazer. Como dizer não a um país e impedir o seu ingresso em alguma organização ou bloco. A Venezuela preenche de sobra os requisitos para fazer parte do Mercosul. Nós queremos um Mercosul, repito, com o Sul significando a América do Sul. A América do Sul e não apenas Cone Sul.

Incumbe aos venezuelanos resolver as pendências políticas da Venezuela, as injustiças que existam lá. O Senador Inácio Arruda foi muito feliz nessa colocação, são os problemas venezuelanos, que os venezuelanos têm que resolver. Nós temos que pensar na Venezuela. Porque os momentos são diferentes. Quando a Venezuela era democracia e já tinha eleições, aqui era ditadura. Aqui, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. Era ditadura.

Meu posicionamento é que esses países preenchem os requisitos, claro que tem que ver a parte econômica, mas é claro que concordo com o Jean Monnet, um dos arquitetos da União Europeia. Nós temos que coligar não países, temos que coligar os povos, as pessoas. Isso é o importante. E acho que está nas mãos do Senado dar mostra de grandeza e tenho fundadas esperanças de que o Senado o fará. Vai dar ao Brasil e a toda a América do Sul o exemplo de que o ingresso da Venezuela pode ser seguido por outros países, e aí então teremos o Mercosul que se almeja.

Muito obrigado.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Concedo palavra ao Doutor Leopoldo.

Senhor Leopoldo López: Existem algumas perguntas. Primeiramente, gostaria de deixar muito claro que nossa posição é favorável à integração. Nós queremos que a Venezuela entre no Mercosul. Nós



não queremos ser mal interpretados. Queremos deixar isso muito claro porque não estamos com posição contrária aos nossos interesses pátrios. Na Venezuela já estão dizendo que somos traidores. Porque estamos aqui falando com vocês. E acredito sim que os problemas dos povos da América são os problemas de todos, e que se um país não tem democracia, isso é um problema da América inteira. Ou não é, assim, como está acontecendo em Honduras? É fato que quando falta democracia num país, falta democracia no continente. E isso é um dos avanços importantes que tivemos. Nós não podemos negar a liberdade política e plenitude democrática a um povo somente pelas considerações econômicas, pelo aspecto econômico. Nós acreditamos, e manifestamos e estamos certos de que no Brasil, na Venezuela, e o continente todo devemos nos unir. Mas não podemos esquecer e

virar o rosto aos problemas da democracia. Respondo, assim, as perguntas pontuais feitas pelo Senador Collor.

A Venezuela rompeu com a Comunidade Andina de Nações de maneira unilateral por conta desse acordo que o senhor mencionou. Segundo, na Venezuela, existe segurança jurídica? Respondo com um estudo do Banco Mundial do ano passado. Nosso país, de acordo com o Banco Mundial, em relação aos indicadores mundiais de bom Governo está posicionado junto com o Haiti, em último lugar. Isso significa que estamos ocupando o último lugar em relação aos países na luta contra a corrupção. Cito o Banco Mundial. Não estou dando minha opinião.

Não existe Estado de Direito ou mesmo segurança jurídica na Venezuela. Isso dito pelo estudo do Banco Mundial. Seria interessante que fosse solicitado ao Banco Mundial, aos especialistas que

fizeram esse estudo que eles respondam pelas conclusões que estou aqui relatando.

Com relação ao respeito dos direitos políticos e civis, coloco o meu próprio caso. Era um candidato. E seria o prefeito metropolitano da cidade de Caracas. Teria 70% dos votos dos caraquenhos. Sem nenhum julgamento, sem nenhuma sentença penal, fui impugnado. Como vocês veriam isso aqui no Brasil? Seria muito interessante para muitos dos atores políticos retirar simplesmente aquele opositor que o ameaça. Você simplesmente desloca do jogo político.

Existem direitos que amparam esses cidadãos. As que estão concorrendo. A carta democrática de Ushuaia, que coloca de uma maneira muito bonita, de uma maneira muito clara e contundente a defesa da democracia. Mas estamos aqui e agora com um problema real, ou o protocolo é apenas um enfeite? Ou a discussão da democracia é somente um enfeite? Ou vamos discutir sobre democracia somente depois que sejam violentadas e quebradas as cláusulas e os princípios que sustentam a nossa organização? Defendo que estejamos prevenidos sobre o que está acontecendo em termos democráticos no meu país.

Na Venezuela ocorreram 159 confiscos e desapropriações. E não são confiscos em grandes empresas. Um senhor com um terreno de não mais de três ou cinco hectares está fazendo greve de fome em frente à representação da OEA para defender o seu pequeno sítio. Ou seja, a segurança jurídica em relação à propriedade na Venezuela é uma discussão que se coloca. O Governo patrocina a segurança social, mas a Constituição defende a segurança privada. Cito o Presidente da Venezuela. Ele disse: *“A terra não pode ser privada. Ela é propriedade do Estado.”* Mas a discussão sobre a propriedade privada na Venezuela é um tema que neste momento sofre assédio.

Com relação à livre associação política. Existem, naturalmente, alguns partidos políticos que atuam de forma regular. Mas, estamos sendo assediados, estamos sendo acossados pela nossa opção de apresentar aos venezuelanos uma alternativa democrática. Nós estamos em perigo e tudo aquilo que significa associação e organização política no nosso país, também.

Com relação ao livre acesso à informação livre. Os meios de comunicação privados não têm acesso às fontes formais do Estado venezuelano. Eles não têm permissão regular para participar de entrevistas coletivas ou reuniões de imprensa convocadas pelo Estado venezuelano. As autorizações são expedidas a cada caso.

E com relação à ideologização da educação, existe sim um claro e marcado processo de proselitismo nas escolas venezuelanas. Se vocês quiserem podemos submeter a sua consideração os livros de texto que já estão impressos no nosso país onde claramente está expresso o processo de ideologização da educação na Venezuela.

É fato, é correto pensar que o Presidente da Venezuela ameaçou a Colômbia com envio de tropas. Eles de fato foram para as fronteiras, assim como aconteceu na semana passada e o Governo envolveu a Venezuela e os venezuelanos em Honduras, num conflito que não tem nada a ver com a Venezuela. Ou sim. Mas do nosso ponto de vista democrático isso não tem a ver com a Venezuela.

Finalmente, a pergunta sobre assistência militar na Bolívia. São fatos comprováveis, que ocorreram nos últimos meses.

Com relação ao que aconteceu em 1992, com todo respeito, Senador Arruda, em 1992 houve um golpe de Estado na Venezuela. Várias dezenas de mortos, tanques nas ruas, soldados armados. Não é possível classificá-lo de outro modo. E com certeza o Presidente Chávez esteve envolvido, mas ele foi perdoado, ele nunca foi sentenciado. A Corte Superior propôs, em agosto de 1998, a impugnação da candidatura do Presidente porque ele tinha dado um golpe de Estado. A Corte Suprema de Justiça, também em agosto de 1998, diz: *“Não é possível impugnar o Presidente porque ele não foi sentenciado, porque não foi julgado e, portanto tem seus direitos políticos mantidos e direito a um novo pleito.”*

Dez anos depois, em agosto de 2008, na mesma sala, a Corte Suprema já com outro nome, mas a mesma coisa, coloca que serão impugnados 276 venezuelanos. Minha candidatura foi impugnada, sou inabilitado porque paguei professores e bombeiros. Porque pagamos a iluminação pública. E, por isso, fui sentenciado à inabilitação. E não participamos de nenhum golpe de Estado, não tenho mortos no meu currículo. Mas o Presidente, em 1998, foi autorizado a candidatar-se, mesmo tendo isso no currículo.

Com relação ao que o senhor me indaga, Senador, acredito que a Organização dos Estados Americanos (OEA) é uma organização respeitável, e também aceito que em 2004, como o Senhor mesmo diz, perdemos as eleições. Nós perdemos o referendo e isso foi verificado pela Organização dos Estados Americanos. Mas igualmente respeitamos a OEA quando ela avalia a saúde democrática da Venezuela, como o fez a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nós acreditamos que em termos geopolíticos e do ponto de vista do interesse do nosso povo, a Venezuela deve ingressar no Mercosul. Cedo ou tarde temos que entrar. Nós seremos sempre vizinhos. Isso não é possível mudar. E quero deixar muito claro, não estamos aqui para dizer que a Venezuela não entre. Nós estamos aqui para que vocês avaliem também as condições da democracia que, sim, são elementos relevantes para qualquer senador, legislador, vereador, prefeito ou cidadão comum desse continente. É um tema que todos e cada um de nós devemos levar em consideração. Nosso pedido é muito humilde.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): No golpe de 2002, onde o Senhor estava?

Senhor Leopoldo López: Estava na Venezuela. Era prefeito.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Quando Pedro Carmona assumiu, o Senhor estava no Palácio Miraflores?

Senhor Leopoldo López: Não, não estava no Palácio Miraflores. Estava numa missa em Chuao, como Prefeito, em honra dos mortos que tinham falecido no dia anterior. Passados sete anos dessa tragédia, ainda não sabemos quem matou essas pessoas, porque não houve apuração, uma Comissão de Inquérito. Tomara pudéssemos discutir esses aspectos, mas somente se ela não for ideologizada, se não for politizada como coloca o Embaixador da Venezuela, dizendo que essa discussão aqui vai contra esse espírito democrático.

Nós insistimos, estamos aqui para apelar pela responsabilidade que todos, como cidadãos do Sul, têm com a democracia. Ou seja, se não for, assim, esses protocolos de Ushuaia e de Assunção passam a ser letra morta. Porque é obrigação de todos proteger, defender esses postulados e cuidar do que está disposto nas constituições.

Dizem, na Venezuela, para gente que, provavelmente, teremos que enfrentar julgamentos porque estamos aqui nos manifestando. Mas não vamos retroceder nenhum milímetro sequer na busca do aprofundamento da democracia dos nossos povos. Que os cidadãos sejam capazes de se expressar através de suas constituições e, assim, acreditamos na integração de nossos povos. Nós não podemos dar as costas a esse processo. Não vão nos retirar o sonho da democracia na Venezuela.

Muito obrigado.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): O próximo orador, Doutor Gustavo.

Senhor Gustavo Tovar-Arroyo: Gostaria de agradecer profundamente aos senadores, à Presidência do Senado, da Comissão de Relações Exteriores esta oportunidade que nos foi dada. Como o Senhor Leopoldo falou, retornaremos a Caracas com uma inveja sadia, vê-los debater e fraternalmente encetar uma relação política divergente sem agressões verbais, sem armas, com argumentos políticos. Acredito que tudo isso tenha sido muito inspirador.

Agradeço também ao Deputado Efraim Moraes, representante da juventude democrata que nos deu essa oportunidade também. E bom, a única coisa que nos resta fazer, à parte o que já estamos fazendo, é sonhar com uma nova América Latina, uma nova América do Sul. A nossa geração está comprometida com a erradicação da pobreza. Esse é o nosso ideal. Nós precisamos da sua sabedoria, do seu exemplo. Exemplo esse que nos foi dado hoje. Nós não vamos responder a violência com violência. Nós não somos violentos, acreditamos no pensamento cristão de Martin Luther King, de Gandhi, de Valença e se recebermos ataques, vamos resistir, sempre nesse espírito. Isso demanda muita tenacidade para reformular nosso país.

Contudo, isso tudo com muito profissionalismo e com grande desejo, grande afincamento na busca pela liberdade. Acredito que continuaremos trabalhando juntos porque acredito que isso seja uma missão comum. Muito obrigado.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), no exercício da Presidência:(PTB-RR): Suspendo essa sessão, nesse momento, para retornarmos para o segundo painel dentro de 30 minutos.

Segunda parte

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está reaberta a sessão. Nós vamos ter agora o segundo painel da Audiência Pública que visa instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 430 de 2008, que aprova o texto do protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul.

Convido para compor a mesa os convidados do segundo painel: o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ex-ministro das Relações Exteriores; o Embaixador Samuel Guimarães Neto, Secretário-Geral das

Relações Exteriores e o Professor Carlos Pio, professor da Universidade de Brasília.

Concedo a palavra ao Professor Carlos Pio, para que faça a sua exposição.

Professor Carlos Pio: Bom, boa tarde Senador Eduardo Azeredo – Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado – em nome de quem gostaria de agradecer a presença de todos, senhoras e senhores senadores e os que nos ouvem de casa.



Eu já estive em outras situações semelhantes para discutir, inclusive com o próprio Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, quando aquela Casa avaliava a mesma questão. É sempre uma satisfação poder prestar um serviço dessa natureza vindo da universidade onde somos normalmente acusados de fazer discussões etéreas e pouco produtivas. Naquela oportunidade discutimos na Comissão de Constituição e Justiça essencialmente a questão da democracia na Venezuela. E argumentávamos, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e eu, em flancos opostos a respeito da definição da democracia na Venezuela. Hoje pela manhã no primeiro painel dessa audiência, também tivemos a oportunidade de ver o mesmo debate. Há argumentos que tentam enfatizar os elementos mais estáticos, alguns *rankings* sobre liberdades civis e liberdades políticas na Venezuela; e argumentos mais dinâmicos, que tentam enfatizar a evolução desses dados nos últimos anos. De todo modo, desde novembro de 2007, quando participamos daquele debate na CCJ da Câmara, até hoje, tenho a impressão de que a evolução dos dados sobre liberdades civis e políticas na Venezuela corrobora bastante com a tese que defendia naquele momento, de que para todas as medidas disponíveis para esse tipo de indicador, a Venezuela se distanciava do flanco das democracias. Não vou fazer uma argumentação centrada nos aspectos políticos internos da Venezuela, mas enfatizar aspectos que dizem respeito à dinâmica própria do bloco do Mercosul e a questões econômicas e importantes para a tomada dessa decisão. Parece-me que, se considerarmos esses elementos quando discutimos o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, corremos o risco de que essa decisão não seja sustentável ao longo do tempo, exatamente pelos elementos que faço questão de frisar aqui.

Eu gostaria de chamar atenção, antes de passar a esses três elementos que me parecem mais significativos, de dizer que não se trata aqui de questionar a importância da ampliação do comércio internacional do Brasil ou dos membros do Mercosul. Parto, nas minhas colocações, de uma visão que considera o comércio como uma via fundamental para o crescimento econômico e para a inclusão social. Esse foi o consenso da Segunda Guerra Mundial: mais comércio, mais prosperidade, mais oportunidades para o cidadão comum poder buscar um emprego e buscar formas de sobrevivência e de melhoria das suas próprias condições. Então, de modo algum as minhas argumentações vão de encontro, questionam a validade das teses que dizem que o comércio internacional mais livre é uma ferramenta, é uma engrenagem fundamental para a prosperidade. Mas precisamos considerar que as áreas de livre comércio ou as uniões aduaneiras, como é o caso do Mercosul, não são casos típicos de livre comércio, não estamos avançando apenas na discussão sobre reduzir barreiras comerciais com a Ve-

nezuela ou com qualquer dos outros países que eventualmente queiram fazer parte do Mercosul. As áreas de livre comércio e as uniões aduaneiras são comércio discriminatório, são comércio entre membros escolhidos politicamente e que discriminam (porque impõem restrições a importações) os países que não são membros. E isso torna as áreas de livre comércio e as uniões aduaneiras temas de muito debate político, não apenas um debate econômico. De tal modo que todas as teses que chamam atenção para a importância de expandir transações comerciais com a Venezuela me são gratas, parecem-me sensatas. Não me parece que haja uma exigência de fazer esse crescimento do intercâmbio comercial com a Venezuela por meio da entrada deste país no bloco econômico do qual fazem parte Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai como membros plenos. Então, esse é o elemento. Comércio é importante, mas um bloco econômico não é livre comércio, de tal modo que continua havendo a opção de ampliar o comércio com a Venezuela sem a necessidade da entrada da Venezuela no Mercosul.

E quais são as razões, então? Passo a essa etapa mais significativa. Quais são as razões pelas quais me parece bastante fácil de contestar a entrada da Venezuela como algo que seja atinente aos interesses nacionais do Brasil. Vou fazer três colocações a esse respeito. Para a primeira dessas colocações, chamaria atenção para as palavras que recentemente o Diretor da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) pronunciou em Caracas, quando lá esteve para uma reunião quando disse que, especialmente nas circunstâncias atuais de crise financeira internacional, são necessários cinco elementos para o avanço da prosperidade na América Latina:

- 1º. Manter o comércio internacional como um motor para o desenvolvimento econômico;
- 2º. Políticas de defesa da concorrência devem garantir que práticas restritivas aos negócios não emperrem os benefícios da abertura de comércios e investimentos;
- 3º. É preciso mitigar os impactos dos choques econômicos e financeiros com políticas econômicas domésticas;
- 4º. É necessário manter abertas as linhas de financiamento externa ao desenvolvimento;
- 5º. A cooperação sul-sul não é substituta para a cooperação norte-sul.

Veja que em relação a esses cinco elementos, o que podemos dizer é que eles integram uma agenda de crescimento econômico num momento especialmente sensível da economia internacional, de cunho essencialmente capitalista e liberal. E a Venezuela não se coloca numa posição, pelo avanço das restrições às liberdades econômicas, políticas e civis, na condição de um país que é capaz de se



“A participação da Venezuela como membro pleno do Mercosul é uma ameaça a interesses nacionais brasileiros em razão do poder que os membros do bloco têm de paralisar as negociações comerciais com outros blocos e com outros países...”

(Professor Carlos Pio)

integrar ao mundo por meio de uma agenda como essa. A Venezuela não compartilha com o Brasil os princípios expressos nessa agenda. Em particular, todos aqueles que implicam em manter abertas as negociações comerciais com outros blocos, outros países e mesmo no âmbito da OMC.

Entre outras razões, a Venezuela não compartilha dessa agenda com o Brasil por fatores que são ideológicos – todos conhecemos o discurso do Presidente Chávez e a prática de construção de um dito socialismo do século XXI –, mas também por conta dos péssimos indicadores macroeconômicos, que tornam absolutamente impossível para um país como a Venezuela de hoje, manter seu comércio livre em relação a qualquer que seja o bloco ou o conjunto de países no mundo. Só para chamar atenção para alguns desses indicadores, esse é o segundo argumento que lanço aqui. Nós temos uma dívida do setor público que está estimada em 31% do PIB na Venezuela para esse ano, dados do Banco Mundial. Ao contrário de 5,8% no Brasil. Nós temos uma inflação que na Venezuela, pelas estimativas atuais, ultrapassa os 30% ao ano. As estimativas para 2010 são de 50% ao ano, e todos sabemos que dívida pública muito elevada – a Venezuela é o nº 202 no *ranking* do FMI em termos de proporção da dívida interna sobre o PIB – e um país que tem uma taxa de inflação muito alta não tem como manter equilíbrio cambial, não tem como manter uma taxa de câmbio compatível com o resto do mundo. Ninguém tem uma taxa de inflação tão significativa quanto essa. De tal modo que o que vai acontecer e já tem acontecido na Venezuela é algo muito mais significativo do que tem marcado as relações do Brasil com a Argentina nos últimos anos, em que o que essencialmente vem do nosso principal parceiro no Mercosul são demandas para a restrição da liberdade de importações. Nós temos acompanhado isso mês após mês, inclusive vários de nós temos criticado a postura para alguns lenientes do Governo Brasileiro na defesa dos interesses dos produtores do país, no comércio intrabloco.

O terceiro e último elemento que gostaria de chamar atenção, é que a participação da Venezuela como membro pleno do Mercosul é ainda uma ameaça a interesses nacionais brasileiros em razão do poder que os membros do bloco têm de paralisar as negociações comerciais com outros blocos e com outros países. Chamo atenção para um fato que não deveria escapar do nosso julgamento sobre as escolhas e estratégias do Brasil nos últimos 15 anos. O Mercosul fechou apenas um acordo de comércio em todo o período de sua vigência, e se deu com Israel há alguns meses atrás. No mesmo período, Chile e México – economias com graus de complexidade muito distintos do Brasil, mas também com uma tradição de política muito semelhante – fecharam dezenas de acordos de comércio. Agora, nenhum de nós se espante, que nem esse acordo com Israel teria saído, se eventualmente a Venezuela já fizesse parte do Mercosul, basta acompanhar

as declarações do Presidente Chávez a respeito de Israel e das políticas que envolvem este país no mundo. De tal modo que me parece no mínimo temeroso incluir a Venezuela com as circunstâncias que têm caracterizado a evolução dos últimos dez anos, como membro pleno do bloco capaz de exercer não apenas o direito de discutir as estratégias, mas de presidir o bloco, tendo em vista que a Presidência do Mercosul é rotativa. Então, não vamos nos espantar se em alguns anos depois, poucos anos depois da adesão da Venezuela ao Mercosul, tivermos o Presidente Chávez como seu Presidente.

Então, muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito obrigado. Nós é que agradecemos ao Professor Carlos Pio por aceitar nosso convite para aqui comparecer. Quero só lembrar que além do Professor Carlos Pio, do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e Embaixador Luiz Felipe Lampreia, foi também convidado o Embaixador Júlio Garcia Montoya da Venezuela, mas que encaminhou correspondência recusando o convite.

Dando seguimento, concedo, com muita honra, a palavra ao Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ex-ministro das Relações Exteriores no Brasil.

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: Muito obrigado, caro Presidente e amigo, Senador Eduardo Azeredo. Devo dizer que a questão da adesão da Venezuela ao Mercosul me coloca sentimentos ambivalentes, se posso confessar. Num sentido, creio que seria positivo, porque a Venezuela é um grande país latino americano, um país rico, um país que é um grande importador de modo geral, já que seus setores produtivos tanto agrícolas quanto industriais são bastante débeis. Portanto, é um grande mercado para o Brasil e um grande mercado para investimentos e atuação de empresas brasileiras de modo geral. É por causa de considerações desse gênero que o Governo Brasileiro tem feito um grande esforço de aproximação com a Venezuela, pelo menos desde os anos 80. Isso não surgiu agora, muito antes sequer da criação do Mercosul já havia acordos de cooperação econômica, já havia aproximação. Eu próprio como subsecretário, como secretário-geral, como ministro, fiz diversas viagens à Venezuela. Portanto, não tenho dúvida nenhuma de que a Venezuela deve ocupar um lugar de importância nas relações internacionais do Brasil e, possivelmente, no próprio Mercosul.

Porém, senhores senadores, tenho algumas colocações que queria fazer e que me parecem importantes a respeito da entrada da Venezuela no Mercosul. A primeira delas é que a entrada da Venezuela tem, evidentemente, um impacto relevante sobre as perspectivas de integração regional e de inserção internacional no Brasil. E por isso, naturalmente, merece a atenção especial do empresariado brasileiro e tenho participado de reuniões da coalizão empresarial brasileira e di-

versas associações, inclusive na condição de Presidente do Conselho Empresarial de Relações Internacionais da FIRJAN, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Há a preocupação de que os procedimentos para a entrada da Venezuela não foram totalmente cumpridos até agora. Se me permitem um breve retrospecto, em 04 de julho de 2006 foi assinado o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. Este protocolo já em si foi negociado de forma muito rápida. Essa negociação foi pouco transparente, diria de modo geral, o setor empresarial brasileiro não teve consulta a esse respeito. Mas, de qualquer modo, criou-se um Grupo de Trabalho, encarregado de definir cronogramas, condições e ações para o cumprimento, pela Venezuela, das obrigações relativas ao processo de adesão ao Mercosul. O que é normal, qualquer clube, qualquer associação, qualquer organização, ao admitir novos membros, exige que ele se pautar por determinadas regras dos seus estatutos, dos seus termos constitutivos. Isso, na verdade, ficou pendente. Esse grupo chegou ao fim do prazo estabelecido e não produziu resultados plenos.

Em maio de 2007, o Conselho do Mercosul criou o segundo Grupo de Trabalho e não recebemos, no setor empresarial, nenhuma informação a respeito da conclusão dos trabalhos do grupo. Pode ser que tenha havido, mas não conheço e a Coalizão Empresarial Brasileira e a FIRJAN não conhecem tampouco. Então, creio que há aí uma questão a verificar, porque a entrada da Venezuela no Mercosul, de certo modo, é um paradigma no sentido de que o Mercosul até, hoje, não admitiu nenhum país. Fez acordo de associação com o Chile, com a Bolívia, com outros países, mas não admitiu nenhum país como membro pleno. Portanto, a entrada da Venezuela criará um precedente, criará um paradigma. Portanto, creio que é necessário que haja um cumprimento pleno dos rituais para que isso ocorra.

Em segundo lugar, há outro fenômeno importante apontado também por diversos setores da indústria, do setor produtivo brasileiro, que é a existência na Venezuela de um sistema de restrição às exportações brasileiras. Inclusive, recentemente, houve uma ampliação dessas medidas. Em fevereiro de 2003 foi criada uma Comissão de Administração de Divisas, que gerencia o fluxo de divisas na Venezuela por meio da outorga de autorizações para aquisição de divisas; além de estabelecer requisitos, limitações, garantias e cobranças necessárias à permissão dessas aquisições. Esse processo exige que o importador, primeiro, comprove que há insuficiência ou mesmo inexistência de produção nacional para obter autorização para aquisição de divisas. Esses certificados, essas listas têm sido inclusive ampliadas e atualizadas. Recentemente, agora no dia 18 de maio, houve uma nova ampliação da lista dos produtos que requerem uma licença prévia que contempla um grande número de produtos para os quais os certificados são exigidos, e que pertencem a esses setores que o mercado venezuelano constitui importante destino para exportações

brasileiras. Esta me parece uma questão também muito importante do ponto de vista econômico.

Do ponto de vista político, é claro que é possível discutir se existe na Venezuela uma democracia tal como entendemos no Brasil e tal como é entendida nos países ocidentais, de modo geral. Ou seja, além das eleições, com separação de poderes, independência dos poderes, respeito ao Estado de Direito, à propriedade privada e todas as questões que constituem os cânones da democracia. É possível discutir se existe essa questão e, de todo modo, concordo com o argumento de que a realização regular de eleições não é condição suficiente para configurar uma situação de democracia plena. Agora, a cláusula democrática do Mercosul, que foi inaugurada em Ushuaia, numa reunião ministerial na qual tive a honra de comparecer, não especifica detalhadamente o que é a democracia e, portanto, não é possível submeter a situação política da Venezuela ao exame de um parâmetro de critérios e de definições precisas do que constitui a vigência de um regime democrático em termos específicos do Mercosul.

Por isso, Senhor Presidente, creio que há uma série de questões em aberto. Agora, volto a dizer que me parece que a importância econômica da Venezuela para o Brasil, sem dúvida nenhuma indiscutível e crescente, é um ingrediente fundamental para se decidir sobre a questão da sua adesão ao Mercosul. Não creio que haja ainda, no momento, condições precisas para uma definição exata sobre a Venezuela estar ou não credenciada a entrar para o Mercosul. Mas o assunto de todo modo merece uma análise cuidadosa e importante e um acompanhamento dos pré-requisitos que ainda não foram satisfeitos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Nós agradecemos ao Embaixador Luiz Felipe Lampreia. Concedo a palavra agora ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto para fazer sua exposição.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Boa tarde Presidente; boa tarde senhores senadores; meu colega de tantos anos, Luiz Felipe; Professor Carlos Pio.

A questão da Venezuela tem sido examinada em grande detalhe, inclusive nessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e na Câmara dos Deputados. Também tem sido discutida pela imprensa brasileira e pelos círculos acadêmicos; as opiniões são muito divididas. Queria fazer um comentário um pouco distinto do que é feito normalmente, que é da questão da Venezuela no contexto da nossa política na América do Sul. O Brasil tem fronteiras com dez países, é o terceiro país do mundo em número de países vizinhos, à frente de nós somente a Rússia e a China. Isso dá uma complexidade à política externa muito grande e, devido às assimetrias que existem entre o Brasil e cada um desses países, faz com que, para nós, o desen-



“Existe na Venezuela um sistema de restrição às exportações brasileiras...”

(Embaixador Luiz Felipe Lampreia)

volvimento e a estabilidade dos nossos vizinhos sejam essenciais para o nosso desenvolvimento e para a nossa estabilidade.

Então, essa assimetria em que o Brasil tem uma posição prevalente sob todos os ângulos, é um ponto importante para definir a política na América do Sul. Essa política tem como objetivo, digamos, ter relações com todos esses países da forma mais cordial, mais equânime – o que tem sido feito tradicionalmente pelo Brasil. Temos relações tão boas com a Venezuela como temos com a Colômbia, com o Peru, com o Equador, com a Bolívia, com o Chile, com o Uruguai e, assim, por diante.

Esse é um ponto importante e para demonstrá-lo, não posso afirmar que todos, mas praticamente todos os Presidentes eleitos na América do Sul pediram para visitar o Brasil e o Presidente da República. O que mostra, digamos, a equanimidade com que tratamos todos os vizinhos. No caso da Venezuela, temos um país extraordinariamente rico, não apenas em petróleo, mas em recursos naturais de uma forma geral: minério de ferro, bauxita, ouro, hidroeletricidade e, assim, por diante. Um país com a população relativamente pequena comparando com o Brasil, cerca de 26 ou 27 milhões de habitantes. Um país não-desenvolvido que tem um grande setor petrolífero, mas é um país que importa 75% de seu consumo.

Como disse o Ministro Lampreia agora a pouco, é um grande país importador, e isso tem se revelado nas relações comerciais conosco. Houve um aumento extraordinário das exportações brasileiras para a Venezuela e do nosso superávit comercial com este país. É também um destino extremamente importante para os investimentos brasileiros. Hoje, há investimentos da Gerdau, investimentos da Braskem e também para as empresas na área de engenharia. Porque o país está envolvido num esforço de desenvolvimento industrial, de substituição de importações, como já vivemos no passado. É um país engajado na realização de obras: rodoviárias, portos, aeroportos, metrô e, assim, por diante. É uma oportunidade extraordinária para o Brasil que tende a se consolidar com o ingresso da Venezuela no Mercosul. Inclusive porque, por definição, creio que o Professor Pio tenha mencionado, uma união aduaneira que inclui uma área de livre comércio é uma preferência de tratamento.

Quero dizer, as empresas brasileiras têm um tratamento preferencial no mercado venezuelano e isso tende a se estender às exportações brasileiras e às empresas também. Ora, na medida em que isso ocorrer, o ingresso da Venezuela no Mercosul vai permitir consolidar essa situação do Brasil como um grande parceiro do desenvolvimento industrial e econômico do país. Agora, proximamente, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) vai abrir um escritório na Venezuela. A Venezuela é o maior importador de bens de capital dos produtores brasileiros afiliados à ABIMAQ. Há toda uma oportunidade extraordinária.

Do ponto de vista dos temores com a eventual paralisação, precisamos verificar o seguinte: todas as negociações em que o Mercosul tem se envolvido recentemente, atendem às peculiaridades dos países. Elas tendem a criar regimes específicos para esses países. De modo que a Venezuela, acredito, jamais poderia impedir que os países do Mercosul viessem a negociar com outros países. A verdade, digamos, tem sido essa. Quer dizer, a Venezuela tem participado das reuniões com a União Europeia, sendo que na última reunião a delegação da União Europeia chegou, e não tendo ainda visto a delegação da Venezuela perguntou onde é que estavam os delegados venezuelanos. Isso porque as reuniões ocorrem em um ambiente de grande tranquilidade, não há nenhuma dificuldade.

Eu queria dizer também que a entrada da Venezuela no Mercosul nos permite ter a possibilidade de, em caso de descumprimento de normas, apelarmos para o Tribunal de Justiça Arbitral do Mercosul e termos um tratamento preferencial no caso da questão de divisas, como mencionou o Ministro Lampreia. A possibilidade de termos um tratamento melhor é maior com a Venezuela dentro do Mercosul do que com a Venezuela fora do Mercosul. Sabemos perfeitamente que, hoje em dia, há uma investida chinesa grande na América do Sul, na América Latina em geral. Uma investida que fez com que a China se tornasse praticamente o segundo maior país de destino das exportações brasileiras. No caso da Venezuela ocorre o mesmo: o aumento da importância da China como parceiro. A China é um grande competidor, no mundo todo isso ocorre. Então, temos uma preferência para as empresas brasileiras com o ingresso da Venezuela no Mercosul e isso nos permitirá competir melhor.

Queria só mencionar muito rapidamente o que já foi dito pelo Professor Pio. As opiniões divergem sobre se há democracia ou se não há. Agora, um fato objetivo é o seguinte: a realização de 12 eleições, cujos resultados foram acompanhados por observadores internacionais, pelo Centro Carter, pela União Europeia, pela OEA, sendo que todos eles atestaram para a lisura dessas eleições. O fato é que quem acompanha a imprensa venezuelana vê o ardor, o entusiasmo com que ela se dedica a criticar o Governo venezuelano, sem que isso cause nenhuma medida de parte do Governo. Isso é o que podemos verificar. E a liberdade de reunião e a existência de partidos políticos são preservadas, assim, por diante. Não há, que me conste, presos políticos na Venezuela, nem jornalistas presos. Não sei se, em outros países, o ardor da linguagem empregada pela imprensa teria consequências.

Enfim, tendo em vista o tratamento que o Governo Brasileiro e as empresas brasileiras têm recebido esses anos todos, as demonstrações de amizade, a preferência concedida às empresas brasileiras (tanto as comerciais como as investidoras), não podem indicar que, com o fato da Venezuela ingressar no Mercosul, isso vá mudar. Não

faz sentido, não pode fazer sentido. Quer dizer que a Venezuela, que tem se engajado em estreitar suas relações com o Brasil, aguardasse o seu ingresso no Mercosul para então prejudicar o Brasil, é difícil imaginar isso. Então, acredito que se poderia tratar de outros temas. Prefiro cessar por aqui, para dar maior tempo para as perguntas.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito obrigado, Embaixador. Então, vamos dar seguimento. Os autores do requerimento têm preferência, o Senador Fernando Collor, o Senador Inácio Arruda e o Senador Mozarildo, são os três autores junto comigo. Senador Inácio Arruda com a palavra.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, solicitei aos nossos dois colegas, que são autores também do requerimento, em função de compromisso vou ter que me ausentar do Congresso Nacional, e os dois gentilmente fizeram a cessão. Não sei se os dois pensam a mesma coisa, não. Os dois não pensam a mesma coisa, têm pontos em comum, mas têm pontos diferentes também.

Acho que a Mesa da tarde me pareceu uma Mesa mais pacífica. A Mesa da manhã foi mais entusiasmada, muito mais conflitiva, digamos assim. Achei muito interessante, acho que os posicionamentos, tanto do ex-Ministro Lampreia como do nosso Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do Itamaraty e do Professor Carlos Pio, vão mostrando mais claramente as divergências. São divergências de opinião, às vezes também são de enfoque, que se dá circunstancialmente a uma realidade.

No caso do problema comercial com a Venezuela, as vantagens do Brasil são tão grandes e a entrada deles elevaria essas vantagens tão substancialmente, que talvez seja esse o caminho que o povo venezuelano queira seguir. Aparte essa questão, a nossa força no continente é tão grande nessa região que quase obriga um Governo a buscar mecanismos de proteção. Quer dizer, como é que vamos nos proteger? Tem duas formas de você buscar proteção. Uma é utilizando barreiras tarifárias. Você pode dizer que, no caso do Mercosul isso cairia por terra. Eliminaria muitas dessas questões ou cada uma delas teria que ser objeto de delongas que criariam dificuldades para os dois países. A outra é você atraindo, criando mecanismos de facilidade para uma integração empresarial entre as duas partes. Se a ABIMAQ vai abrir um escritório em Caracas, seus objetivos são de mais largo alcance, ou seja, daqui a pouco também vou querer beneficiar produtos lá mesmo na Venezuela.

Pela manhã, estive discutindo, rapidamente, com o representante da Ford no Brasil sediada aqui em Brasília, porque há interesses nossos no Ceará com relação à Ford. Ela comprou uma empresa brasileira de construção de carros – Troller do Brasil – e esses interesses são comuns. Perguntei, então, se eles tinham uma empresa lá na Venezuela e eles têm. É interesse brasileiro produzir peças para vender

para a empresa americana sediada na Venezuela. É um mecanismo que visa estabelecer um grau de relação que protege mais a própria economia frente a um país com potencial de exportação grande para a região, como é o Brasil. E mesmo com a crise econômica, as vendas do Brasil para a Venezuela cresceram, diferentemente de outras regiões do mundo. Até maio, o boletim de comércio de exportação do Brasil é positivo com a Venezuela e com o resto do mundo, negativo. Então, é preciso a gente ter essa ideia do ponto de vista comercial.

Do ponto de vista da democracia, acho que o Embaixador Lampreia tem razão. Os tratados e protocolos de Constituição do Mercosul talvez não tivessem condições de entrar no detalhamento do que é o processo democrático. Porque veja, com o Hugo Chávez na Presidência e com a nova Constituição, estabeleceu-se até um critério de revogação dos mandatos a que pode submeter. Você pode dizer: “Bom, mas o ato revogatório é mais democrático ou menos democrático?” Antes desse processo, não tínhamos na Venezuela sequer eleição para Governadores de estado. Passou-se a ter. Quer dizer, muitos reclamam da falta de democracia, mas não tinha nem eleição para Governador, eram todos nomeados, por um ato do Presidente da República e acabou. Hoje, você já tem um processo de eleição dos Governadores, etc. Tem muito questionamento, porque há uma disputa política intensa entre os diversos setores daquele país. Um país que, com essa riqueza extraordinária do petróleo, do ferro e da produção de energia elétrica, quer dizer, uma riqueza espetacular. Dizem que se criou até uma síndrome, a síndrome holandesa (deve ter uma norueguesa também, deve ter de outro tipo também) de que se tem muito petróleo, é muito rico e o povo tem que viver na miséria. No mundo árabe formaram-se aqueles príncipes, emir, xerifes, xeiques, todos muito ricos e o povo na miséria. Esse é o caso da Venezuela, acho que o povo vive muita dificuldade.

E, por último, esse aspecto que foi levantado pela manhã que acho importante ressaltar, é o aspecto de um passo mais estratégico do Brasil. Acho que está um pouco vinculado a essa questão que o Embaixador Samuel levantou: dentro dessa composição geopolítica, considerando as nossas fronteiras com um conjunto de nações sul-americanas (quase todas elas); essa complexidade da relação direta, da gente não ter estabelecido ao longo da história uma relação mais próxima; e do papel que isso pode jogar para um desenvolvimento maior da região e do Brasil. As possibilidades do Brasil crescem à medida que você integra mais a América do Sul. Quanto mais integrado, mais força política e também mais força econômica. Ou seja, as vantagens brasileiras são muitas vezes superiores a qualquer outra nação da nossa região. Nenhuma tem força frente a essa situação do Brasil de hoje, do desenvolvimento que ele alcançou, nem mesmo a Argentina que é o país com mais condições industriais, porque se desenvolveu mais economicamente. Então, penso que as vantagens para o Brasil são sobejas. Porque tem também o problema do nosso



“O fato é que quem acompanha a imprensa venezuelana vê o ardor, o entusiasmo com que ela se dedica a criticar o Governo...”

(Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães)

gosto, da nossa opinião frente à situação política. Posso não concordar com a situação política de uma nação. Eu mesmo tenho dito aqui que no caso da Colômbia não sou partidário do Uribe, pelo contrário. Mas considero que a Colômbia deveria entrar, acho que deveríamos abrir. O Embaixador Lampreia, ex-ministro, levantou aqui a questão de que, no caso da Venezuela, vamos ter o primeiro país a ingressar depois da Constituição do bloco, é um fato paradigmático. Abre um espaço para você ampliar e fortalecer... Vejo desse ponto de vista, de que abre. Ao invés de ser uma situação que cria dificuldades, a ampliação chama a Colômbia, chama a Bolívia e chama o Peru e considero que isso é muito vantajoso para o Mercosul. É uma situação mais extraordinária criar um bloco econômico mais fortalecido. O Brasil como uma força muito grande, exponencialmente maior do que qualquer outra, tem mais condições de influir positivamente nos outros do que o inverso.

Então, acho que as condições são vantajosas para a nossa nação, para o Brasil. Examinando desse ponto de vista, de que a entrada da Venezuela abre, de fato, um caminho positivo para ampliarmos o bloco. Isso mexe com o interesse não só da região, obviamente. Quando você amplia a força de um bloco desse porte, você já começa a mexer com interesses de outra região. Aqui, evidentemente, foi citada a China, pela situação mais espetacular do momento, quando passa a ser um grande parceiro comercial com o mundo inteiro. Mas tem os outros grandes parceiros: Europa (com a União Europeia) e Estados Unidos da América. Ou não se mexe com esses interesses na hora em que você fortalece um bloco de tal monta e cria um mercado tão poderoso na região com a presença tão significativa do Brasil? Acho que mexe com esses interesses e, desse ponto de vista, é muito importante ampliar o Mercosul com a Venezuela. Advogo que a gente abra o espaço, crie as condições mais favoráveis para que as outras nações do hemisfério entrem como membros plenos do Mercosul, não apenas um sócio, como é o Chile ou a Bolívia. Porque acho que as condições são muito favoráveis para o Brasil e para a região. Quer dizer, nos ajuda e ajuda também a região sul-americana.

Obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio Arruda. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Gostaria, Senhor Presidente, de cumprimentar os palestrantes que estão aqui presentes, Professor Carlos Pio, Ministro Lampreia, Embaixador Secretário-Geral do Itamaraty, Doutor Samuel Guimarães Neto.

Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, ouvindo o Ministro Lampreia, o Ministro citou duas linhas de abordagem. Primeiro, no campo econômico e depois uma rápida passada na questão da cláusula democrática. Na questão econômica, segundo o *The Eco-*

nomist, que traz na sua penúltima edição um quadro com o ambiente de negócios no mundo e coloca a Venezuela com um ambiente para a realização de negócios igual a do Irã, pela falta de segurança jurídica que os empresários têm nos investimentos que eventualmente façam nesses dois países. Hoje, os investimentos estrangeiros na Venezuela chegam a praticamente zero. O único investidor que ainda permanece a realizar negócios com a Venezuela é o Brasil. E, mesmo assim, graças ao apoio decisivo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em relação ao risco país e o risco corporativo, vemos aqui o Brasil com risco de 100 e a Venezuela com um risco de 1.400 para investimentos hoje. A situação, portanto, do ponto de vista econômico para nós não é alvissareiro, até porque somente neste ano o Governo venezuelano desapropriou 174 propriedades e/ou empresas. Uma dessas propriedades, de apenas quatro hectares, pertence a um senhor que essa semana estava na OEA – Organização dos Estados Americanos – fazendo uma greve de fome para que o direito de propriedade dele fosse garantido pelo Governo.

Temos problemas também no âmbito político. Eleições são eleições. Mas como bem disse o Embaixador Lampreia, o fato de haver eleições, somente isso não é condição suficiente. É necessária, mas não é suficiente para afirmarmos que lá se vive uma democracia plena. Como aferir se há democracia ou não? Foi essa uma das questões e aí o Ushuaia, do qual o senhor participou. Isso vem desde a declaração de Iguazu, em 1985, passamos depois pelo Mercosul, depois por Ushuaia, Ouro Preto e, assim, por diante. Nós temos aqui o protocolo.

Antes dele, um documento da Organização dos Estados Americanos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. E essa Comissão publicou a carta democrática interamericana, que define quais são as precondições para avaliarmos se há democracia ou não, vigendo a pleno vapor no país considerado. Essa carta democrática interamericana volta a dizer, oriunda da Organização dos Estados Americanos, diz no seu artigo 3º: “São elementos essenciais da democracia representativa, entre outros: o respeito aos Direitos Humanos e às liberdades fundamentais; o acesso ao poder e o seu exercício com obediência ao Estado de Direito; a realização de eleições periódicas livres, justas e baseado no sufrágio universal (...).”

Nesse ponto cabe uma observação que nas últimas eleições realizadas na Venezuela, discricionariamente o Governo venezuelano afastou da disputa 174 candidatos, a prefeitos ou a governadores, e que estavam na dianteira da corrida eleitoral. Foram afastados 174 postulantes sem nenhum processo legal, sem nenhum tipo de acusação formalizada, sem nenhum processo a que estivessem respondendo. Então, continua o artigo 3º da carta democrática interamericana, “(...) a celebração de eleições periódicas livres, justas baseadas no sufrágio universal e secreto, como expressão da soberania do povo; o regime

pluralista de partidos e organizações políticas e a separação e independência dos poderes públicos.”

Em relação ao regime plural de partidos e organizações políticas, hoje, está havendo um movimento por parte do Governo, de impedir inclusive que os sindicatos possam se associar livremente. Estão havendo constrangimentos sérios em relação à livre associação sindical e em relação a organizações políticas também, a partidos políticos (inclusive o Partido Comunista Venezuelano).

Então, aqui está, vamos dizer, assim, o marco do que seria dado pela Organização dos Estados Americanos do que seria considerado como uma democracia. E tem também o Protocolo de Assunção que é de 1995 e diz o seguinte no seu artigo 1º: *“A plena vigência das instituições democráticas e o respeito aos Direitos Humanos e às liberdades fundamentais, são condições essenciais para a vigência e evolução do processo de integração entre as partes.”* No seu artigo 2º: *“As partes sempre irão cooperar mutuamente para a promoção e proteção efetiva dos Direitos Humanos e liberdades fundamentais através dos mecanismos institucionais estabelecidos dentro do Mercosul.”* De modo que temos aqui dois aspectos.

Eu não trato da rejeição do Brasil, Senhor Embaixador, em relação ao ingresso no bloco do Mercosul. Professor Carlos, Embaixador Lampreia, Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, não se trata disso. O que nós aqui estamos discutindo é quanto a oportunidade do ingresso da Venezuela agora no Mercosul.

O Professor Carlos Pio citou aqui algo bastante interessante: a Presidência do Mercosul se dá por rodízio a cada seis meses. Hoje, temos problemas nesse nosso entorno de grande monta. Temos pontos de inflamação na Bolívia, no Equador, no Paraguai. Neste último, temos a posição reafirmada pelo Presidente Lugo de rediscutir o Tratado de Itaipu. Imaginemos que a Venezuela ingressasse no Mercosul e no momento em que coubesse a ela presidir o bloco, esse assunto fosse levado pelo Paraguai à discussão. Como reagiria o Presidente Chávez? Ele reagiria dentro de um ambiente de tensão, de respeito às regras jurídicas e ao Direito Internacional, ou ele estaria inspirado por esse ânimo belicista que ele tem? Isso nos tira um pouco o sono, quando episódios como os que aconteceram recentemente na Colômbia e no Equador em que ele quis mobilizar tropas imediatamente. Agora em Honduras a sua primeira reação foi mobilizar tropas. E por que não mobilizar o corpo diplomático, por que não mobilizar a sua própria pessoa no sentido de evitar esses confrontos e esses conflitos?

De modo que gostaria de agradecer, em meu nome, a presença dos senhores, de Vossas Excelências aqui nesse nosso encontro em que, volto a dizer, não se está protelando nada. Estamos apenas buscando a saciedade, trazer aos senhores senadores as informações de

que eles precisam para decidir e deliberar corretamente a respeito da oportunidade do ingresso da Venezuela no bloco do Mercosul.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Agora vamos ouvir o Senador Arthur Virgílio e, em seguida, o Senador Mozarildo. Senador Arthur Virgílio com a palavra.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Pois não. Saúdo meu prezado Embaixador, Ministro Luiz Felipe Lampreia; prezado amigo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; Professor Carlos Pio, da Universidade de Brasília.

Antes de mais nada, Presidente, gostaria de dizer que, pela liderança do nosso partido, tive que me ausentar da proveitosa sessão da manhã e se ironicamente talvez pelo meu voto não se aprovou a carta de repúdio que tive a honra de assinar secundando o Presidente Fernando Collor, por outro lado, meditando bem, acho que ficou de bom tamanho a simples devolução da carta. Trata-se de um país amigo, houve excesso do Embaixador, e o repúdio seria talvez uma demasia. Hoje, medito que isso seja a expressão mais justa. O que foi aprovado revelou a sabedoria do consenso precário, mas que se formou aqui na Casa.

Eu teço algumas considerações. As intervenções foram todas muito equilibradas, muito corretas. E em relação à cláusula democrática, temos um fato bem recente. Dois intelectuais venezuelanos se manifestaram aqui hoje. E dá para se ver que a Venezuela não está tão atrasada, assim, no campo das telecomunicações, porque eles foram ameaçados on-line. Foram chamados de traidores da pátria nos seus celulares, enquanto aqui se manifestavam.

O prezado Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães se refere ao fato de que houve eleições, e homem afeito a disputar eleições como sou, com várias eleições nas costas, percebo que a eleição não é o simples fato dos dias imediatamente antecedentes a ela e nem apenas a contagem subsequente dos votos e, portanto, nem apenas o dia da eleição em si. Entendo que o processo eleitoral, ele se forja no clima que reina no país. Percebo um clima de forte coação à ação oposicionista na Venezuela, percebo esse clima. Percebo que por diversas razões, se tem lá um Governo de corte autoritário e não se tem uma ditadura completa, acho que ainda está longe disso. Mas há um Governo de corte autoritário porque a própria índole do governante, no quadro de uma democracia incipiente como é da Venezuela, leva a agir dessa forma. Por outro lado, até países que aprofundaram seus compromissos ditatoriais, elegeram sempre seus representantes: Cuba jamais deixou de fazer eleições, Portugal de Salazar, Paraguai do Stroessner. Certa vez Doutor Ulysses pretendia ser Presidente do Parlatino, meu pai era senador, Doutor Ulysses era deputado federal. E houve uma grande revolta da delegação brasileira, porque

um deputado comunista do Uruguai chamado Mendez, se não me engano, insinuava que a oposição brasileira ao regime autoritário era uma oposição paraguaia, e na verdade, sabemos que o Doutor Ulysses representava exatamente uma vigorosa manifestação civil contra tudo aquilo que aqui acontecia. Mas jamais deixou de haver eleição no Paraguai. Se, por um lado, eles realizam eleições seguindo esse modelo, por outro, temos, hoje, certo número, perto de 300 políticos, que buscaram asilo fora da Venezuela. E numa formatação que é de pouca capacidade de convencer uma pessoa de inteligência mediana como a minha, imagine inteligências efetivamente comprovadas como a dos senhores que lecionaram para nós hoje. Todos os 300 são acusados de corrupção, ou seja, todos os adversários do Presidente Chávez são corruptos. Olha, aqui para nós, o normal é que o adversário do Presidente fulano seja X% de corruptos, X% de radicais, X% de equivocados, X% de acertados, mas todos acusados de corrupção é um processo que mostra já uma enorme ascendência do Governo sobre a Justiça venezuelana. Todos acusados de corrupção, por um processo bastante sumário, ou sai ou é preso. Isso é uma coisa que a mim causa muita espécie.

Muito bem. Tenho uma preocupação que é econômica. Já a manifestei aqui, mas vou repeti-la. Antes de mais nada, devo dizer que essa decisão que está sendo tomada pelo Congresso Brasileiro, pelo Senado Federal, ela é uma decisão extremamente madura. Porque ouvimos várias nuances dos dois lados: diplomatas profissionais, professores (portanto o mundo acadêmico), empresários, Governadores de Estado, várias matizes dos dois lados. E vejo que tem um vício de nascença no Mercosul, isso já havia dito aqui na Comissão, que é o fato de que, ao contrário da União Europeia, aqui temos cada país com o mesmo peso.

Então, entra a Venezuela, daqui a pouco a Bolívia, do Presidente Evo Morales, depois o Equador do Presidente Rafael Correa e amanhã entra a Guiana e todos com o mesmo peso, ou seja, one state, one vote, isso não concordo. Entendo que deveríamos ter trabalhado algo parecido com a União Europeia em que a Hungria tem o seu peso e um peso bem diverso é o da França, da Alemanha. E percebi na fala do nosso prezado Ministro Celso Amorim, a garantia que ele deu de que estava saindo o acordo com Israel, de que não teríamos que nos assustar.

Eu pergunto: E os demais acordos que viriam? Ou seja, vamos apressar para fazer acordo com Israel antes que o homem entre porque ele é rompido com Israel, senão ele veta, ele pode perfeitamente usar o poder de veto que ele passaria a ter direito. E ao mesmo tempo me preocupo muito com os reflexos políticos e econômicos de certas parcerias dele, a predileção pelo Irã, certas bizarrices, esquisitices políticas, que o levam a negociar muito fortemente com os Estados Unidos. Tem uma retórica que...

Não sei, ideologicamente ele é uma miscelânea. Tem um conhecido meu, de todos nós, acredito - o Teodoro Petkoff - que disse uma vez pra mim: "ele não é de direita, ele não é de esquerda, ele tem um traço de golpista tradicional sul-americano, mas ele tem a convicção de que ele está fazendo algo parecido com que Fidel Castro está fazendo; e ele não está fazendo nada parecido com Fidel Castro, nada." É uma confusão que ele arma, enfim, que vem da própria confusão mental dele. Mas tenho muito medo.

Nós vimos agora a forma carinhosa que o Presidente Lula é tratado pelo Presidente Obama, não consigo achar que seja inteligente supormos que haja uma aliança melhor para o Brasil do que a aliança que passe por esse eixo Estados Unidos, União Europeia e, obviamente a articulação com os países emergentes parecidos conosco. Isso deve ser estimulado, devemos estar juntos. Somos muito do que o futuro pode esperar do ponto de vista da emergência de novas economias, mas essas bizarrices me preocupam profundamente. Não gostaria de ver ali um palanque antiamericano, estudantil. Não gostaria de ver isso.

E por outro lado, se formos estritamente para a questão econômica, vejo divergências e não convergências. Nós temos o quê? Aqui no Brasil, o país há 15 anos está gozando de estabilidade econômica. E com notícias boas de ontem dizendo que, apesar do leve crescimento da inflação do último trimestre, temos convergência para meta de inflação traçada pelo Governo. Então, lá a inflação dispara e é contida pela força da riqueza fundamental que está sendo explorada que é o petróleo, algo que a gente comemora com tanta ênfase, o pré-sal. É uma conquista da Petrobras mesmo, conquista da nação brasileira. Mas não sei se esse século reserva tanta importância, assim, ao petróleo. Está na hora de mudar essa matriz, ela está saindo de moda. A gente está comemorando uma determinada roupa, uma minissaia e, de repente, a roupa da moda vai ser outra. Os combustíveis fósseis obrigatoriamente têm que sair de moda na medida em que a gente tem que pensar no futuro dos nossos netos, bisnetos, trinets, dos que vêm por aí.

Mas do ponto de vista macroeconômico, eles vão para um lado e o Brasil vai para outro. Isso aqui é um elogio que faço ao Governo Brasileiro. É elogio que faço a Governos brasileiros há 15 anos. Percebo que a desorganização fiscal é muito grande. Em outras palavras, não se construiu a União Europeia num abrir e fechar de olhos. O Mercado Comum Europeu foi o primeiro passo, demorou décadas e décadas para se chegar a fatos como a moeda única e como o Parlamento. As entradas dos países do Leste vieram precedidas de salvaguardas que estabeleceram diversos pesos e medidas.

Devo dizer, Presidente Eduardo Azeredo, quando parableno vossa excelência mais uma vez, que não vi, nesse momento, tão deplorável que o Senado enfrenta, nada mais proveitoso, nada mais rico

do ponto de vista do choque de ideias do que esta série de seminários que vossa excelência organizou aqui na Comissão de Relações Exteriores, a qual vossa excelência preside tão bem. Porque, confesso, vi pessoas que ideologicamente pensam uma coisa e não mudam, seja para um lado, seja para o outro.

Eu cheguei aqui crente de que pura e simplesmente o meu papel era chegar aqui para dizer não, rejeitar e pronto. Positivamente rejeitar e acabou. Mas não estou com essa postura e nem está com essa postura o relator, o Senador Tasso Jereissati. Nós estamos discutindo se é o momento, estamos discutindo os prós e os contras. Estamos discutindo coisas óbvias. Alguém diz: “Ah, mas o comércio é de seis bilhões na ida e na volta.” E pergunto: “É? Sem estar no Mercosul? Então, precisaria estar no Mercosul para ser isso?” Alguém diz: “Ah, mas os chineses vão invadir a Venezuela.” Se os chineses invadem o Brasil, imagine se a simples presença da Venezuela no Mercosul vai impedir a agressividade dos produtos chineses, do jeito que são colocados, se isso é um empecilho.

Eu acho que há argumentos fortes, o argumento mais sólido é de que, e aqui de novo faço um elogio público ao Presidente da República, o argumento político que mais me seduz é dizer que é bom o Presidente Lula estar perto daquele pessoal. Eu prefiro, a estar longe. Sob esse aspecto, gosto da ideia do Presidente Lula perto do Evo. Vejo nele um ponto de equilíbrio pela força e pela liderança natural do Brasil, e pelo amadurecimento que ele próprio experimentou ao longo dos seus quase sete anos de Governo. Não sei se isso é suficiente para se dizer: “Vai entrar no Mercosul uma força tão diferente daquilo que a gente representa do ponto de vista do que já se construiu economicamente, enfim, do que se pensa do mundo lá fora.”

Sobre a questão democrática, nunca vi um país que acusasse todos os exilados do mesmo crime. Não sei se esses dois rapazes que falaram, hoje, aqui serão acusados também de corruptos, Presidente Collor, porque já foram acusados de traidores, receberam o aviso aqui on-line. Se expulsarem, de repente, 300 da Venezuela por corrupção e dois por traição, já começariam a diversificar um pouco. Mas, parece muito aquela coisa maciça. Tem razão o Embaixador Samuel, há uma oposição pela imprensa muito forte ao Coronel Chávez e há uma imprensa oficial muito forte, que ele usa o dia inteiro. Enfim, nesse ponto ele é parecido com Fidel, ele usa abusivamente a imprensa.

Há inegavelmente um clima de coação e intimidação nas ruas, isso eu percebo. Não é uma tarefa fácil e nem agradável ser oposição na Venezuela. Aqui no Brasil é natural e é normal ser oposição. Oposição por algum tempo é saudável. Sempre digo que oposição quatro anos, oito anos, é saudável. Depois de oito anos começa a virar sapato branco, que é aquela coisa que só é bonita nos outros, não é bonita na gente. Mas se quiserem que fiquemos mais não sei quantos anos na oposição, ficaremos, é o povo que vai definir isso. Mas não é

desconfortável ser oposição aqui no Brasil, é tão normal quanto ser governista porque o Brasil vive uma situação de democracia consolidada. Não sinto isso na Venezuela e não sei se será um elemento perturbador no Mercosul do jeito que a coisa está. Ainda assim, estamos nos encaminhando para seguir, nós do PSDB, o relatório do Senador Tasso Jereissati que será feito com enorme cuidado e preocupação técnica, em olhar cláusula por cláusula as exigências do Mercosul para deliberarmos de maneira consciente e pensando no país de maneira madura.

Muito obrigado, Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Vamos ouvir o Senador Mozarildo.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Senhor Presidente, quero cumprimentar os palestrantes, senhores senadores.

Como disse o Senador Inácio Arruda, realmente esse painel talvez tenha sido o mais tranquilo, o mais sereno de todos. Mas realmente, de manhã, tínhamos aqui dois opositores ao regime do Presidente Chávez e evidentemente a coisa foi um pouco mais acalorada. Tenho dito sempre nas minhas intervenções aqui, inclusive fui autor do requerimento para audiência, hoje, do ex-Governador Neudo Campos e do Governador do Amazonas, que infelizmente não pôde vir. Eu me sinto mais ou menos como o Embaixador Lampreia, tenho dois aspectos aqui que tenho que analisar.

Um como Senador de Roraima. Em tese, deveria querer que a Venezuela tivesse entrado ontem no Mercosul. Em tese, só. Porque se eu analisar também o Estado de Roraima, a nossa balança comercial é deficitária com a Venezuela. Nós pagamos a energia que vem da Venezuela, compramos praticamente tudo da Venezuela, até o rancho, até a comida a população vai comprar na cidade de Santa Helena, porque é uma Zona Franca. Então, na verdade até com Roraima há *déficit* hoje. Aliás, o grande superávit da balança comercial com o Brasil beneficia praticamente três estados: São Paulo, Rio e Minas, do Senador Eduardo Azeredo. Daí porque digo, como Senador de Roraima, poderia ter esses argumentos. Mas até mesmo sobre Roraima eu tenho reservas. Por exemplo, agora há pouco houve a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e foram desalojados daquela área cerca de oito produtores de arroz que tinham uma produção que corresponde a 25% do PIB do meu estado. Eles iam para a Venezuela e não foram por quê? Porque pouco antes, o Presidente Chávez estatizou, interveio nas empresas que produziam arroz na Venezuela e eles não foram. Estão indo para o Amazonas uma parte e outra parte talvez vá para a Guiana.

Com relação ao Brasil, aí vem a minha posição de Senador da República. Não há aqui o sentimento de dizer que não queremos o ingresso da Venezuela no Mercosul. O que queremos é ter elementos



realmente seguros para dizer: “Este é o momento da Venezuela ingressar no Mercosul.” E fico feliz de ter ouvido várias considerações nessa tarde, como também nas outras audiências, que apresentam as duas vertentes. Acho que nunca é demais, e aqui vou falar um pouquinho com o meu cacoete de médico, nós termos bastantes dados para formatar um diagnóstico e, portanto estabelecer o momento e a conduta que deva ser tomada. O Senador Azeredo já acertou que essa será a última audiência que vamos realizar sobre essa questão e fico muito preocupado com a pressa com que ela está sendo tratada no Senado. Um ano e quatro meses na Câmara e há quatro meses chegou ao Senado com uma pressa (uma sangria desatada) de se aprovar sem que possamos sequer termos devidamente esclarecidos os dados jurídicos, as questões econômicas, todas as cláusulas do acordo. Quero amanhã dizer para os meus concidadãos de Roraima que votei a

favor, não só porque poderia ser útil para Roraima, mas porque foi útil para o Brasil. E eu, quando convidei o Governador do Amazonas, queria ouvi-lo porque são os dois estados que possuem fronteira com a Venezuela. Roraima mais ainda, está encaixado dentro da Venezuela, não há como nós, geograficamente, nos apartarmos deste país.

No entanto, mesmo com isso tudo, quero apenas salientar o seguinte: em que momento e sob quais condições será efetivamente seguro para o Brasil e será benéfico para o meu estado o ingresso da Venezuela no Mercosul? Para continuarmos como estamos lá, vendo o comércio se passar pelo mar, pela costa, ou pelos ares, ou seja, por cima de Roraima, é melhor que fique como está. Entendo que temos que discutir bem. Pressa nenhuma existe porque temos um acordo comercial com a Venezuela até 2011 e se o ingresso da Venezuela no Mercosul vem trazer alguma vantagem, vamos fazer com toda

tranquilidade. Espero que possamos concluir esse ciclo de debates e partirmos para a análise do relatório do Senador Tasso Jereissati que, tenho certeza pela sua formação, pela sua serenidade, será capaz de nos dar segurança para isso.

Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo. Quero só esclarecer que, na realidade, não tenho pessoalmente nenhuma pressa. A questão foi só na minha função de tentar um consenso. Nós tínhamos acertado anteriormente duas audiências públicas, depois fizemos a terceira, fizemos uma quarta, esta mais longa, para poder ter um encaminhamento.

Agora, com relação à questão da venda da Fiat Iveco de Minas Gerais, eles chegaram a vender muito para a Venezuela, mas desde setembro não conseguem autorização de importação. Essa foi a informação trazida na reunião da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) pelos representantes da Fiat. Este ano, a exportação é zero porque, desde setembro, a guia de importação não está sendo liberada. Isso tem acontecido em outros setores que, às vezes, têm importação, mas não têm o pagamento por causa do câmbio centralizado. Casos dos setores de carnes e têxteis, em que os compradores pagam, mas o Banco Central da Venezuela retém o pagamento aos brasileiros.

Com a palavra, o Senador Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Senhor Presidente Senador Eduardo Azeredo, as perguntas formuladas pelos senadores Fernando Collor, Arthur Virgílio, Mozarildo, ao serem respondidas me ajudarão muito. Gostaria de pedir ao Embaixador e Secretário-Executivo Samuel Pinheiro Guimarães Neto que possa nos trazer uma informação mais precisa sobre os compromissos e obrigações de adesão da Venezuela no Mercosul estarem ou não completamente definidos, sobretudo, no que diz respeito ao programa de liberalização comercial, do acerto normativo do bloco e da sua nomenclatura comum. Preocupação que o nosso relator, Senador Tasso Jereissati, tem destacado aqui e que foi também mencionada pelo Senador Fernando Collor. Acredito que vossa excelência tenha acompanhado de perto o encontro havido em Salvador e o diálogo entre o Presidente Hugo Chávez e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Parece que desde aquele momento teria havido como que uma aceleração por parte do Governo da Venezuela para poder cumprir os compromissos que ainda faltariam. Esta é uma informação fundamental para a decisão que estamos por tomar.

O Embaixador Luiz Felipe Lampreia menciona a possibilidade de ter a Venezuela no Mercosul e a importância da Venezuela quanto a economia, a população e a posição estratégica, mas que é preciso que analisemos a melhor hora da sua aprovação. Tendo em conta

estas reflexões e as preocupações apresentadas pelo Professor Carlos Pio, gostaria de dizer que tenho uma convicção e uma intuição de que o ingresso da Venezuela no Mercosul colaborará para sua democratização, da mesma maneira como acredito que o término do bloqueio econômico, comercial e cultural dos Estados Unidos em relação a Cuba, contribuirá enormemente para a democratização daquela nação. Faço um paralelo entre os dois casos. Se alguns senadores, como o prezado Senador Fernando Collor dizem: “Puxa, imagine o Presidente Hugo Chávez de repente entra, com o seu ‘estado de espírito’ nas reuniões para tratar de temas como Foz do Iguaçu e Paraguai, o gás da Bolívia, dentre outros pendentes com nossos vizinhos, seja como membro, seja como presidente do Mercosul. Ele, de pronto, tomará uma atitude desta ou daquela ordem, que possa ser prejudicial ao Brasil.”

Gostaria de lhes pedir opinião, sobretudo ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que tem interagido e testemunhado os diálogos entre o Presidente Hugo Chávez e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tenho a impressão de que o ingresso no Mercosul vai colaborar para a democratização da Venezuela. Nesse sentido, gostaria até que a decisão fosse a mais rápida possível, por causa do que aconteceu aqui, hoje, com a presença de venezuelanos e a repercussão na Venezuela do que está sendo debatido no momento via imprensa, televisão, TV Senado, etc. Na Venezuela, em Caracas e por todo o país, isto vai contribuir para se ampliar enormemente e se abrir as janelas da democracia que, porventura, estejam um pouco fechadas. Portanto, só quero dizer que estou pronto para votar, se fosse, hoje, já votaria a favor. Quem sabe a recomendação do Ministro Luiz Felipe Lampreia seja de não votarmos hoje, mas sim em agosto. Era o que gostaria de dizer.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador João Tenório.

Senador João Tenório (PSDB-AL): Senhor Presidente, senhores que nos trazem tantas informações importantes, gostaria de dizer que esta Comissão tem cumprido com uma das suas obrigações e, de fato, essa é uma das ações mais importantes do Senado nos últimos tempos. É um tema extremamente delicado que tem merecido reflexões dos dois lados. Nós temos, tanto por parte do ex-Presidente Heráclito Fortes como do Presidente Eduardo Azeredo, uma preocupação muito grande de trazer pessoas que possam esclarecer cada vez mais aquilo que é melhor para o Brasil.

Se não na totalidade, na grande maioria das Audiências Públicas que tivemos, dois aspectos ficam muito claros e, até certo ponto, conflitantes. De um lado, os interesses econômicos mais imediatos do país, graças ao estímulo que o ingresso da Venezuela poderia proporcionar a um mercado que já vem crescendo; de outro lado uma questão mais estrutural, mais definitiva, mais importante, eu diria. Uma

pedra de toque que não acho que deva ser superada nem colocada de lado nessa questão das relações internacionais, particularmente na questão do Mercosul, quanto às exigências que seus estatutos fazem no sentido do comportamento político dos países que se propõem a ingressar. São duas coisas distintas. Uma de curto ou médio prazo: os interesses econômicos, que são flutuantes e voláteis. Ora pode estar de uma maneira, ora outra, depende apenas relativamente do ingresso da Venezuela no Mercosul. A coisa tem crescido, como diz o Senador Fernando Collor, e a Venezuela não se encontra ainda integrada ao Mercosul. Do outro lado, uma questão mais importante: a estrutura, a formatação política do Mercosul, que exige certos e determinados comportamentos ainda não realizados pela Venezuela. O Embaixador Luiz Felipe Lampreia coloca algo que me parece muito importante e fundamental. Já que existe essa dualidade de interesses, o primeiro de curto prazo, que é uma coisa real, é importante para o Brasil a integração da Venezuela sob o ponto de vista econômico e de mercado, sem sombra de dúvida e não se discute. Mas, por outro lado, é importante a manutenção dos fundamentos políticos e estruturais, para que algum país se proponha a entrar no Mercosul. O Embaixador Luiz Felipe Lampreia sugere, com muita propriedade, um pouco mais de tempo, um amadurecimento mais profundo dessa situação para que a Venezuela se decida mais concretamente sobre a sua posição política interna (democracia).

Eu acho que esses dois pontos são relativamente conflitantes e têm estado presentes em todas as Audiências Públicas realizadas aqui sobre esse tema. De um lado, os interesses econômicos mais imediatos. Do outro, a preocupação em não quebrar a formatação ideológica, política e democrática necessária para que um país possa participar desse grupo tão importante para toda a região e, particularmente, para o Brasil.

Gostaria de encerrar, registrando a presença do Doutor Carlos Pio. Tivemos oportunidade de uma convivência curta, mas que me permitiu absorver uma série de informações interessantíssimas, graças a sua inteligência e seu conhecimento, não apenas na área internacional, como nas questões econômicas e sociais do país.

Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

Senador Augusto Botelho (PT-RR): Senhor Presidente, senhores expositores.

Eu sou lá de Roraima e lá temos uma linha de fronteira que separa as duas terras, marcando seus limites. Mas falamos lá que a linha da fronteira une os nossos povos, tanto o pessoal do lado do Brasil como do lado da Venezuela. Eu, pessoalmente, sou favorável à entrada da Venezuela no Mercosul, mas também quero que essa

entrada se dê com o cumprimento de todos os ritos e todas as regras que têm que ser cumpridos. Porque o Mercosul é um organismo muito maior do que só o Brasil e a Venezuela. É uma entidade que vai permitir que a gente, que a América do Sul, torne-se uma organização mais forte economicamente beneficiando a todos do continente. Tenho certeza disso.

Quanto ao Senador Tasso Jereissati, conheço a isenção dele. Eu o respeito muito pela sua condição de homem correto, que tem posições firmes, e sei que o relatório dele vai ser um relatório sensato. Infelizmente não pude ouvir a palestra na parte da tarde porque estava discutindo a aprovação da LDO na Comissão de Orçamento, na Comissão Mista. Realmente torço para que a Venezuela entre. Para nós, os amazonenses, os roraimenses, ela é muito importante e creio que para o Brasil também. Eu me lembro quando, há uns 10, 15 anos atrás, começamos a exportar ônibus para a Venezuela, os ônibus saíam daqui, passavam por Roraima e tal. No começo das relações, antes do Cone Sul entrar no sistema, a gente exportava caderno. Em um dos anos foi o item de maior exportação lá de Roraima para a Venezuela porque o Estado era só um entreposto de exportação. Mas nós de Roraima estamos nos preparando para desenvolver o nosso setor primário e fornecer alimento para a Venezuela. Eles compram mais da metade do alimento que consomem. E nós em Roraima temos espaço, temos gente para trabalhar, temos tecnologia, temos conhecimento. A Embrapa desenvolve muita tecnologia para produzir alimentos para vender para a Venezuela, para ela ser a porta do Caribe. O país está bem ali na entrada do Caribe.

Então, quero manifestar meu voto favorável à entrada da Venezuela e espero que a nossa Comissão discuta e chegue a uma conclusão. Não precisa ser correndo, como o Mozarildo falou. Mas que saia essa solução porque interessa muito ao nosso estado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Senador Cristovam Buarque.

Senador Cristovam Buarque (PDT-DF): Presidente, senadores. Tenho a impressão de que existem duas maneiras de enfocar o assunto Venezuela-Mercosul. Creio que é aí que há tantas discordâncias onde não deveriam existir, porque estamos olhando por ângulos diferentes. Com todo respeito ao meu caro amigo Lampreia.

Eu acho que existe a visão comercial de curto prazo, que faz com que alguns defendam e alguns sejam contra a entrada, no curto prazo, de um Governo que não se enquadra com o desenho que temos de democracia. Não quero olhar por esse lado, Senador Tasso e Senador Collor. Olho pelo longo prazo.

O longo prazo busca formar uma comunidade, que espero um dia não seja só do Mercosul, nem só da América do Sul, nem só das Américas, mas do mundo inteiro. Nesse processo de formação de

uma comunidade de nações, a partir do nosso modesto bloco – o Mercosul –, a entrada da Venezuela é obviamente importante e positiva.

O que a gente poderia ter de negativo? Ter dentro do Mercosul um Governo que não se enquadre exatamente nos desenhos da democracia. Mas, por que não olhar pelo outro lado, a nossa influência sobre a Venezuela? Na medida em que a Venezuela fizer parte do Mercosul, as próximas eleições, por exemplo, terão representantes fiscais dos países do bloco com a legitimidade e o poder de influência maior do que tem em geral nos países. Inclusive o Presidente Carter esteve presente como fiscal. Ao entrar no Mercosul, a Venezuela ficaria submetida a uma influência desse conjunto de países que, hoje, não sentem necessidade que ela esteja no bloco, sobretudo por certa arrogância do Presidente Chávez. Mas é diferente,

quanto maior a participação de outros países em torno à Venezuela ou qualquer outro país que venha a ter regime autoritário, melhor. Além disso, não vejo como confundir o Chávez com a Venezuela. Chávez é passageiro. A gente vai esperar que ele mude para começar todo o processo de novo? Enquanto a gente está discutindo, vem outro golpe, outro General, outro Coronel ou outro regime autoritário. Aí para tudo de novo para a gente retomar? Nós temos que entender que está na hora de fazer a diferença entre países e dirigentes. Agora, claro que tem limite.

O que acontece, hoje, em Honduras justifica você tentar usar a influência para evitar seja o golpe do Presidente através de um plebiscito; seja o golpe ainda mais dramático que tirou o Presidente, porque nem com plebiscito foi. Naquele momento, e aí acho que temos que elogiar o Itamaraty, tem sabido se comportar, fazendo a diferença



entre medidas de pressão no curto prazo e medidas estratégicas de relações entre Estados. Por isso, volto a insistir que a decisão de não entrada da Venezuela... A gente está pensando que vai decidir se a Venezuela entra ou não. Não é mais isso. Hoje, a gente vai decidir que ela não entre. É uma decisão muito grave. Claro que é, Senador Mozarildo...

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

Senador Cristovam Buarque (PDT-DF): Muito bem, quando a Venezuela entra. A gente vai dizer que vai entrar quando, em novembro? Isso é um capricho brasileiro, não é política externa.

Outra coisa: não gostaria de ver o Brasil com um regime do tipo chavista. Mas o “cara” fez as eleições, fez os plebiscitos. Não gostaria de ver uma imprensa a serviço do Presidente da República, como vi na Venezuela. Mas existem os outros espaços. É lamentável que se use a TV estatal em promoção pessoal, mas existem as TVs e os jornais críticos e ninguém venha me dizer que não. O ruim é usar o Poder Público em benefício da própria promoção, como acontece praticamente em todos os países do Oriente Médio, onde existe uma cultura histórica de que o Presidente é uma espécie de chefe de clã. O Ben Ali, na Tunísia, já está no poder há 25 anos. Você chega lá e é como se ele fosse o pai. É outra coisa. O conceito de democracia não dá para ser imposto. Agora, lá, por ter as eleições a gente sabe que é um partido só que tem tudo.

O que houve na Venezuela, na verdade, foi um grande erro da oposição por não ter disputado as eleições. Esse foi um erro que eles reconhecem hoje. O primeiro grande erro. O segundo grande erro, e tenho dito isso porque tenho relações muito próximas com muitos dos opositores, é que eles não conseguem passar a ideia de serem alternativa. Quando a gente fala com qualquer um da oposição, a ideia é a volta ao passado. E não dá para querer trazer de volta o passado. A ideia de ser colônia, a ideia de ser uma aristocracia ultraprivilegiada, a ideia de não haver investimentos como não havia na educação popular (educação do povo). Eles não defendem algo novo. Um único tentou isso e, mesmo assim, não conseguiu formular uma alternativa, dizer nem Chávez nem o pré-Chávez, vamos construir o pós-Chávez. Não. Quando a gente conversa com eles, a sensação é do pré-Chávez, que é algo que passou. Acho bom que passe, porque não era melhor que o Chávez. Podia ter até mais liberdade, mas uma liberdade ilusória, que exclui. A população não participa. Que liberdade é essa? Aqui a gente tem liberdade de imprensa. Mas 14 milhões não sabem ler. É uma liberdade de imprensa parcial. Enquanto todo mundo não for alfabetizado, não conseguir entender um jornal, não puder comprar um jornal no Brasil, não poderemos dizer que tem liberdade de imprensa. Tem-se a liberdade de escrever o que quer, de

publicar o que quer, mas não é exatamente a plena liberdade de um povo educado.

Quero defender a posição de que a gente não deveria discutir e nem impedir, como estava dizendo. O Senador Mozarildo diz que não é bem, assim, mas a gente está votando a não entrada. Isso tem uma consequência muito ruim no cenário internacional como o país que impediu o outro de entrar num bloco. Se a Venezuela já fosse do Mercosul, antes do Chávez, a gente discutiria expulsar a Venezuela do Mercosul? Não discutiria, provavelmente. A não ser na hora que tivesse um golpe de tal maneira que ele fosse fascista, nazista, aí sim a gente poderia até discutir. Esta foi a interpretação dada para expulsar Cuba da OEA. Discordo, mas foi a interpretação. Naquela época se dizia: um regime comunista que se implanta nas Américas. Então, até existe certa lógica, embora não esteja de acordo. Pergunto aos que estão na Mesa, se a Venezuela já fizesse parte do Mercosul antes da eleição do Chávez, vocês defenderiam sua expulsão?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam. O Senador Fernando Collor pede a reinscrição e depois já passarei a palavra ao Embaixador Samuel Guimarães.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Senhor Presidente, senhores palestrantes, senhoras e senhores senadores. A figura do Chefe de Estado é indissociável da nação que ele governa. Não se pode separar o Chefe de Estado da nação que está sob seu comando. Uma coisa é a Venezuela sob o Governo do Senhor Chávez, como uma coisa foi os Estados Unidos da América sob o Governo do George W. Bush e é agora com o Governo do Presidente Barack Obama. É muito importante que também tenhamos consciência de que a nenhum país é dado o direito de ingressar, no caso de um bloco econômico como o Mercosul, sem que ele se disponha a cumprir os pré-requisitos que são exigidos para todos aqueles que queiram também este mesmo ingresso. Não podemos permitir, em nome da pressa ou em nome de qualquer outro argumento que não seja baseado na lógica dos fatos e das regras estabelecidas, que nenhum país entre no bloco do Mercosul pela janela. Tem que se cumprir as regras.

E no caso da Venezuela, até o presente momento, o país não concordou com 169 das 783 normas que regem o espaço do Cone Sul, que é uma condição prévia para a sua adesão. Se houver algum equívoco, por favor, solicitaria que o Ministro Samuel me corrigisse. Do mesmo modo, não definiu a lista de produtos para a adoção da Tarifa Externa Comum, assim como não se manifestou sobre o cronograma de liberalização do comércio entre o Brasil e a Venezuela. Também não definiu as condições para não se opor aos negócios do Brasil com outros países, que foi aqui um ponto colocado pelo Professor Carlos Pio.

Com o ingresso de qualquer país que seja, o dirigente deste país vai ter o poder de veto. Ele vai ter o poder de veto! E no caso que está se tratando hoje, não é em nenhum momento rechaçar o ingresso da Venezuela. O que se discute e o que se debate, hoje, é a oportunidade desse ingresso. Que sejam cumpridas todas as normas exigidas pelo Tratado de Assunção para que um determinado país ingresse no bloco. Que seja cumprida essa cláusula pétrea – a cláusula democrática que vem desde a Declaração de Iguazu até Ushuaia – para que possamos ter um parceiro e não um contendor dentro do Mercosul. Para que tenhamos alguém que venha agregar, que venha dirimir os conflitos com paciência e não com o espírito bélico que domina o Coronel Chávez, até pela sua formação castrense. Esse é o ponto. Não podemos andar rápido, seja porque o Presidente venezuelano demanda isso do Senado Brasileiro, nem porque A, B ou C acham que devemos agilizar o processo.

Eu acho que é uma decisão muito importante, essa que está, hoje, no Senado, para que possamos chegar a uma conclusão com profunda consciência por parte de cada um dos senhores senadores.

Obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, relator da proposta do Governo.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Professor Carlos Pio, senhores senadores.

Na verdade, acho que não existe esta consciência. Não tenho ouvido dos senadores nessas audiências públicas nenhuma disposição definitiva de não aceitar a Venezuela como parceiro no Mercosul. Pelo contrário, existe é uma disposição de aceitá-la, parece-me que de todos os senadores, inclusive do Senador Collor, que tem sido o mais veemente argumentador contra essa proposta. Existem dois questionamentos que me parecem importantes que acho que não estão claros para a maioria.

Uma é a questão da cláusula democrática que envolve não só a democracia em si, mas o que poderia resultar de termos uma figura personalista, populista, dentro de um conjunto que pretende ser o mais harmonioso possível e que, já nas circunstâncias atuais, sofre de constantes problemas e dificuldades, inclusive para se consolidar. Uma figura que naturalmente é polêmica e que gosta de polemizar e diria, talvez exagerando um pouco, que não é agregadora, é muito mais polêmica do que agregadora. Quais as implicações que essa personalidade poderia trazer à consolidação do Mercosul como um todo?

A outra questão é especificamente técnica. Estas questões técnicas que não foram resolvidas ainda foram levantadas pelo Embaixador Lampreia e, se não me engano, também pelo Senador Suplicy e pelo

Senador Collor. Essa é uma grande questão: por que vamos aprovar um assunto desta importância e em torno do qual existem essas dúvidas, sem que todas as cláusulas das discussões que estão sobre a Mesa entre Brasil e Venezuela tenham sido resolvidas de uma maneira mais clara? Se isso não seria inclusive um precedente perigoso. Isso eu gostaria de ver esclarecido, mas já foi perguntado aqui.

Ouvi também do Professor Carlos Pio suas dúvidas sobre a questão das desigualdades de política macroeconômica. Nós temos visto que, na União Europeia, por exemplo, é fundamental que todos os países se comprometam com determinadas metas. Evidentemente países completamente desequilibrados entre si não podem ter uma relação comercial saudável. Qual seria a implicação da entrada de um país que aparentemente não está equilibrado? Hoje mesmo vimos uma explicação aqui de manhã que na Venezuela a diferença entre o dólar oficial e o dólar paralelo é quase de 300%, se não me engano. Alguém disse, não estou me lembrando. É uma coisa absurda, vê-se o que pode estar acontecendo em termos de desorganização econômica da Venezuela.

Um ponto que foi levantado aqui, mas não foi perguntado é quanto a uma instituição que a Venezuela tem – o Cadastro de Administração de Divisas (Cadiv). Há muita reclamação dos exportadores brasileiros sobre o Cadiv, conselho que autoriza ou não a liberação do câmbio após a exportação ser feita. Todos acreditam que não tem nenhum critério ou que esse critério varia conforme as circunstâncias, conforme a política do Governo, conforme as amizades e conforme os interesses de política industrial do Governo da Venezuela. Por exemplo, se é entendimento do Governo que um determinado setor industrial deva ser estimulado naquele momento, se a importação, no caso da Venezuela for nesse setor, o câmbio seria tratado de maneira diferente. Seria um subsídio pessoal estranhíssimo e que contraria todas as normas de livre comércio entre países que procuram fazer uma associação deste tipo.

Se isso é verdade, gostaria de colocar para o Embaixador Samuel, se faria parte desse resto de negociação que estamos fazendo que os países que tivessem dentro do Mercosul, não tivessem que passar por esse tipo de controle que é altamente prejudicial e não dá segurança nenhuma e, acima de tudo, não é próprio de países que se tratam como parceiros comerciais entre si.

Essa é a questão que gostaria de ver esclarecida.

Senador Cristovam Buarque (PDT-DF): Presidente, quero comentar tanto a fala do Presidente Collor como a do Senador Tasso.

Veja bem, não discuto os aspectos técnicos de cláusulas. Quanto a isso não vou entrar em detalhes porque vou esperar que os técnicos do Itamaraty digam: cumpriu, não cumpriu. Aí a gente pode até mandar nossos consultores para nós próprios vermos se o Itamaraty agiu

certo ou não, tecnicamente. Se um só não for cumprido, Presidente Collor, estou de acordo que não entre, a não ser que dez não foram cumpridas, mas a gente diga: percebemos que são cláusulas ruins, vamos propor eliminá-las definitivamente, não só da Venezuela como dos outros países. Daí mudam-se as cláusulas, porque elas podem ser modernizadas. Agora, todas as cláusulas têm que ser cumpridas ou modificadas para todos, este é um assunto técnico. Supondo que houve o cumprimento das cláusulas, que o aspecto técnico está sendo cumprido, estou discutindo politicamente. Por exemplo, o próprio nível de moeda podre (vamos dizer que eles tenham) até hoje, não tentamos falar em moeda única nem Banco Central unificado, o que acho que seria positivo. Acho que devia começar a discutir o Banco Central do Mercosul para impedir que haja países com mercado negro de moeda, que de fato distorcem as relações internacionais. Mas se não discutimos isso ainda, não tem porque impor a um membro do bloco porque amanhã o Paraguai pode ter inflação, até mesmo o Brasil, se a gente relaxar um pouco, a inflação pode voltar.

Então, é isso que quero dizer. Minhas discussões não são técnicas. Técnica vou ouvir o Itamaraty, se eles não me convencerem, aí vou fazer um debate. Mas, hoje, vou fazer um debate puramente político e agregaria pretensiosamente histórico também.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito obrigado. Vou fazer só uma última pergunta, está até fora do assunto, Embaixador, mas é porque estou aproveitando sua honrosa presença conosco. É em relação à Coreia do Norte. O nobre Embaixador Arnaldo Carrilho foi aprovado por essa Comissão. Antes de assumir, o Governo brasileiro corretamente suspendeu a ida dele para a Coreia do Norte, e ele ficou aguardando em Pequim. As notícias dessa semana são de que ele já assumiu. Não era o caso de esperar um pouco mais? Com a palavra o Embaixador Samuel Guimarães.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Bem, queria mais uma vez renovar a minha admiração pelo fato de a Comissão ter dedicado um tempo grande para o exame desse acordo, desse processo, desse protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. É um tema realmente muito importante e o fato da Comissão ter organizado sob a Presidência de vossa excelência esse número de audiências públicas é extremamente alvissareiro.

Há tantas perguntas, tantos temas, não quero tomar todo o tempo. Queria, em primeiro lugar, dizer que há cerca de sete dias, recebemos da Venezuela as listas de produtos para serem considerados sensíveis. Era o que estava faltando, e ela está sendo examinada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em contato naturalmente com os empresários, para verificar se algum produto de interesse do Brasil estaria sendo afetado. De modo que este ponto está sendo cumprido, quer dizer, houve uma aceleração. Queria dizer com respeito a isso, que estamos tratando com o maior cuidado. A

Venezuela apresentou um número menor de itens chamados sensíveis do que seria possível apresentar (apenas 877 itens). Cerca de 500 seriam congelados até o momento de desgravação total. E como os senhores sabem, temos um acordo em vigor que vai até 2018. Pelo Protocolo de Adesão há uma antecipação da redução das tarifas.

Perdão, Senador.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Desculpe, Embaixador. 2018 ou 2014? É em relação ao Pacto Andino que o senhor fala?

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Não, estou me referindo ao Acordo de Complementação Econômica (ACE-59) entre Mercosul e Comunidade Andina que, naquela época, a Venezuela fazia parte...

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Exato. Mas o prazo é 2018? Não seria 2014?

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Não. Nós estamos puxando para 2014 os produtos sensíveis, que está previsto no Protocolo de Adesão. São seis mil itens tarifários divididos em oito cestas (grupos de produtos). Uns não são sensíveis, são produtos de menor sensibilidade econômica; outros são sensíveis. As concessões da Venezuela para o Brasil entram em vigor em 2012 e do Brasil para a Venezuela em 2010. Agora, os sensíveis estão de 2018 para 2014. Então, o fato importante nesse processo é que a Venezuela apresentou as listas. Foi retomado em decorrência do debate que se instaurou em torno dessa questão. Depois, no final, queria fazer um comentário sobre isso, mas não vou fazê-lo agora.

Eu podia dizer que assisti a várias reuniões entre o Presidente Chávez e o Presidente Lula e o ambiente é de grande cordialidade. Acho que foi uma pergunta que colocou o Senador Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Importante para que todos saibam desse seu testemunho.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: É verdade. É um ambiente de grande cordialidade, de nenhuma animosidade, assim como a participação da Venezuela nas diferentes reuniões de negociação com outros países é também perfeitamente adequada. Não nos causou nenhuma preocupação.

Queria fazer um comentário de ordem mais geral. Há uma diferença fundamental entre a União Europeia e o Mercosul, como os senhores sabem. Na União Europeia há um processo de formulação de políticas comuns: políticas de transporte, ciência e tecnologia. Há ainda um Banco Central Europeu, um banco de investimentos, uma moeda comum. O que temos no Mercosul é algo muito menos inclusivo. A influência da presença da Venezuela no Mercosul não afeta as políticas econômicas internas do Brasil, de nenhuma forma.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Mas desculpe, Embaixador. Diria o seguinte, não afeta, mas isso não agrava essas assimetrias? Nós vemos, hoje, o Mercosul na situação em que ele se encontra. Nós estamos abaixo do nosso benchmarking de 1991. Estamos vendo a Argentina, hoje, com essas medidas protecionistas e um conflito aberto. O Mercosul, assim, está em função da ausência de uma coordenação de políticas macroeconômicas e também de uma possibilidade de diminuir ou de aliviar um pouco as assimetrias já existentes.

Minha pergunta seria também um comentário: o ingresso da Venezuela ajudaria que essas assimetrias fossem mais bem ajustadas? Ajudaria numa coordenação macroeconômica mais eficiente?

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: O Tratado de Assunção, assinado durante o Governo de vossa excelência, que previa a coordenação de políticas macroeconômicas, já foi assinado há tanto tempo e, até hoje, não tivemos essa coordenação. De modo que, não sei se agravaria, mas certamente não modificaria situação que já existe. Nós vivemos hoje em dia, um momento de gravíssima crise internacional, em que os países com tradição e que possuem um discurso pró-mercado, estão adotando medidas intervencionistas em grande escala. Como é o caso dos Estados Unidos em relação à indústria automobilística, em relação ao sistema bancário. A mesma coisa os países europeus. Vivemos realmente um momento de grande ascensão. Nós temos, no caso da Argentina, a imposição de licenças não automáticas, porque são situações de extrema gravidade em que os países são mais ou menos afetados e procuram tomar medidas basicamente em defesa do emprego.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Mas que conspiram contra o processo de integração.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: De certa forma, a crise econômica internacional afeta todos os processos de integração. A começar pelo processo europeu, onde há uma grande discussão interna sobre as metas macroeconômicas. O que queria dizer é o seguinte: exigir de quem ainda não entrou que tenha as mesmas políticas macroeconômicas de quem já as possui afetaria a posição de quem está dentro e que também não têm coordenadas essas mesmas políticas. A inflação existe em outros países do Mercosul. Não quero entrar em detalhes, nem mencionar países que não estão em jogo, mas a inflação existe em outros países do Mercosul, é um fenômeno que ocorre. Se tomarmos o Mercosul como uma união aduaneira, o que ele é no momento, o fator inflacionário não tem maior importância. Claro que afeta o comércio exterior, afeta a questão cambial e tudo mais. Esse é um comentário que pode causar certa polêmica. Quando assinamos o Tratado de Assunção, não exigimos dos países que cumprissem pré-requisitos. Os requisitos foram cumpridos depois, como a adoção das reduções tarifárias...

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Mas isso para os membros fundadores. Porque a ideia era de se consolidar rapidamente o Mercosul. Então, dos quatro fundadores, então não ficou essa exigência. Mas...

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: A Venezuela tem um prazo de quatro anos para cumprir, para se adaptar à Tarifa Externa Comum, segundo o próprio Protocolo de Adesão.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Perfeitamente. Esse prazo existe, mas a discussão que se coloca aqui, Embaixador, é se esse prazo deveria ser seguido como está nesse Protocolo de Adesão. Porque vossa excelência informou que há sete dias a Venezuela finalmente enviou a relação dos produtos sensíveis e a primeira posição do país, lá atrás, era de simplesmente não apresentá-la. Simplesmente se negava a sentar e discutir essa questão. Então, como vossa excelência acaba de afirmar, foi um grande avanço que, finalmente, depois de dois anos e pouco, ele se dignou a entregar essa relação de produtos sensíveis.

Eu acredito que, pelas peculiaridades em que vive, hoje, a Venezuela, deveríamos ser mais rigorosos no sentido de que essas exigências fossem previamente cumpridas. Porque se deixarmos que isso venha a ocorrer depois, conhecendo a personalidade do Presidente Chávez, caso ele não cumpra, vai nos deixar dentro do bloco numa situação muito delicada. Essa é uma ponderação...

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Agradeço muito, Senador, e acredito que, talvez os debates que tenham se realizado em torno do ingresso da Venezuela ao Mercosul na Câmara, no Senado, nesta Comissão, tenham contribuído para que esses compromissos venham a ser mais bem definidos e equacionados. O que estou dizendo é que isso está ocorrendo. Segundo, a adesão da Venezuela ao Mercosul somente poderá ocorrer depois de aprovada pelo Congresso, depois de ratificado e depois dos depósitos dos instrumentos pelos quatro países fundadores. É a partir daí que se poderá verificar o cumprimento efetivo, e não antes. A Venezuela não pode começar a aplicar a Tarifa Externa Comum antes de o acordo estar em vigência. O acordo, isto é, o seu ingresso.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): A questão seria apenas que a decisão política causaria imediatamente um efeito importante.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Considerando as características da economia venezuelana, sua baixa diversificação, principalmente quando comparada com a diversificação da economia brasileira, que é a razão do nosso extraordinário superávit, o fato das preferências virem entrar em vigor, beneficiarão mais possivelmente uma parte do que outra. Por causa disto: porque há sempre uma diferença. Então, essas assimetrias a que vossa excelência se referiu e que são verdadeiras, basta compararmos os números



relativos ao Brasil e os números relativos ao Paraguai, ao Uruguai, e mesmo à própria Argentina – as assimetrias são muito grandes. Há um esforço nesse sentido com a criação do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) macroeconômica, que ainda tem um montante limitado, mas que já tem contribuído para aprovar uma série de projetos de infraestrutura nos países menos desenvolvidos do bloco: Paraguai e Uruguai.

Não sei se respondi aqui. Não acredito que haja um poder de veto dentro do Mercosul, quer dizer, não há essa circunstância. Em geral, o que ocorre é que as negociações, principalmente com outros blocos, têm procurado atender aos interesses dos distintos países, principalmente dos menos desenvolvidos. Então, dentro da própria negociação do acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina há listas de concessões separadas. Foi mencionado aqui que

o único acordo do Mercosul era com Israel. Há dois outros acordos: um acordo com a Comunidade dos Países da África Meridional, e o outro acordo com a Índia. São acordos de preferências tarifárias e que foram negociados com relações de produtos diferentes de um país para outro.

Senador Fernando Collor (PTB-AL): Parece que o acordo com Israel é...

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: É de livre comércio.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Senador Collor tem razão, o único que já foi votado foi o de Israel, recentemente.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Enfim, não vou me estender mais. Essa situação, hoje em dia, é extremamente grave, e dela poderemos ter certeza de algumas coisas.

A primeira delas é que a Venezuela é um país extremamente rico em recursos naturais. Segundo, é um país cujo atual Governo está engajado no processo de desenvolvimento industrial de diversificação da sua base produtiva e que, por circunstâncias até políticas, o Brasil pode vir a ter uma participação maior. Fossem outras circunstâncias, talvez o Brasil não tivesse. Então, é uma oportunidade extraordinária.

Do ponto de vista político quanto ao processo de formação de uma comunidade latino-americana isso é extremamente importante, como disse o Senador Suplicy e mencionou também o Senador Cristovam. Nós temos uma oportunidade histórica de consolidar um processo de integração na América do Sul, expansão do Mercosul e de certa forma, assegurar que a posição do Brasil – tanto das empresas exportadoras brasileiras como das empresas que estão investindo na Venezuela – seja consolidada. E teremos sempre os mecanismos do Tribunal Arbitral em caso de não cumprimento das cláusulas. Recentemente outros países entraram com ações, com demandas no Tribunal Arbitral, não só em relação ao Brasil, mas em relação a eles mesmos. Isso ocorre. Seria extremamente interessante que a Venezuela entrasse no Mercosul para criar uma situação difícil para ela mesma. Não vejo isso, porque eles têm interesse de ter a cooperação brasileira, até pelas circunstâncias políticas gerais em que vivem em relação a outros países no mundo. Mas é interessantíssimo verificar, por exemplo, a expansão do comércio entre a Venezuela e os Estados Unidos nos últimos três anos, é extraordinária.

Com respeito à questão da Cacex... Eu acho que foi o Senador Jereissati... Teremos que verificar a questão do câmbio. É verdade que outros países estão aplicando licenças porque a situação é muito grave. Naturalmente, a Venezuela tendo como seu principal produto de exportação o petróleo e tendo tido este uma queda recente (já está retomando os seus preços anteriores) isso facilitará a situação cambial e reduzirá essa circunstância. Mas levaremos certamente em conta esse aspecto. Outros países certamente estão aplicando licenças não automáticas e a situação é de tal natureza que a própria defesa dos interesses brasileiros exige que atuemos com cautela, devido a essas assimetrias. De uma forma geral, se elas nos favorecem, devemos lutar para que sejam superadas, porque somente a superação das assimetrias pode garantir um entorno para o Brasil na América do Sul, com melhores níveis de desenvolvimento, melhores níveis sociais, maior estabilidade política e, portanto, tudo mais favorável para o nosso país. Acredito que o ingresso da Venezuela neste momento, cumpridos esses requisitos... Se bem que os requi-

sitos são definidos antes, mas cumpridos depois que entra em vigor. Porque antes não seria possível.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Mas é importante que sejam definidos. Agora, a minha pergunta sobre o Cadiv: é oposto ao acordo comercial. Se você tem uma centralização do câmbio sem critérios e que diferencia caso a caso o tipo de exportador, evidentemente que isso fere princípios de qualquer acordo de comércio entre os países. Porque todas as informações que temos são de que a variação do câmbio é absolutamente sem critérios. Quer dizer, para o Senador Collor, faço o câmbio X, e para o Senador Suplicy, faço o X sobre dois, porque quero.

Eu quis fazer X sobre dois até para fazer meu sinal de boa vontade aqui. Mas isso não existe.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: O fato, Senador, é que se nós temos...

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): O que quero colocar, é que isso é condição *sine qua non* para um acordo. Não existe isso, não pode existir. Não estou falando apenas em centralização cambial, estou falando mais do que isso.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Senador, só queria fazer um comentário. Nós vivemos a situação de gravíssima crise internacional, no comércio exterior dos países, nos seus sistemas cambiais. É uma situação extremamente grave. Então, esse tipo de controle cambial já ocorreu no passado no Brasil. Como vamos dizer a outro país como ele deve administrar o seu câmbio?

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Além de afetar o comércio, não pode ter um câmbio discriminatório impessoal. Existe diferencial na descentralização cambial, que já é ruim para um acordo de livre comércio que tenha critérios definidos de tempo para recuperação. Não vai ser melhor para um ou para outro, não vou fazer um câmbio para um e para outro em função dos belos olhos de cada um. É isso o que está acontecendo e, evidentemente, isso não pode ser deixado dessa maneira. O que estou colocando é que isso tem que fazer parte de um acordo previamente definido de como é que vamos jogar. Senão não existe acordo.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Bem, só queria comentar, Senador, que apesar de reconhecer a importância do ponto que o senhor está mencionando, o Tratado de Assunção não se refere às questões cambiais, não determina regras cambiais para os países. Determina regras tarifárias, basicamente. Não faz parte do Protocolo de Adesão determinar qual é a política interna do país sobre a concessão de...

[sobreposição de falas]

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Embaixador Lampreia tem algumas informações a respeito.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Quer dizer, a tarifa é uma maneira de você proteger ou deixar de proteger. Se você faz isso via cambial, em vez de fazer tarifariamente, é uma tarifa que está se dando de uma maneira indireta. E não vamos ter essa ingenuidade que sei que não é própria de vossa excelência e nem do Embaixador Amorim.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Certamente do Embaixador Amorim não é.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Então, pronto. Não vamos acreditar que seja através... Uma diferenciação cambial é uma tarifa embutida disfarçada.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Não há dúvida, Senador. Há muitos países que são criticados pela sua política cambial, como por exemplo, a China. Ela é criticada por sua política cambial para os Estados Unidos. Isso ocorre fartamente.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Novamente, não é isso que estamos discutindo.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Eu sei que o senhor está se referindo à discriminação cambial entre empresas.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Ele está dizendo que existe subjetividade, ou seja, a empresa estava tendo que ir atrás, pedir a alguém: “Olha, vê se consegue liberar.” A informação que temos é de que está sendo assim. Inclusive o próprio Embaixador do Brasil na Venezuela confirmou que é procurado pelas empresas brasileiras que dizem: “Me ajuda porque não consigo.” A questão que o Senador Tasso está colocando é subjetividade.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Mas não podemos colocar subjetividade num acordo dessa natureza.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Ele está querendo o contrário, está querendo que não tenha subjetividade.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Nós queremos e faremos tudo para que não haja.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Que não haja subjetividade no acordo.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): É exatamente isso o que ele está querendo. Bom, vamos ouvir...

[sobreposição de falas]

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: É um pouco complexo entrarmos na área da subjetividade porque ocorre em muitos países. É extremamente complexo.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Aí estamos em discordância.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Não, em discordância...

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Se permitirmos que haja subjetividade tarifária, não tem acordo. Porque isso é uma tarifa. Se você favorece um ou outro, você está favorecendo tarifariamente. Isso é um anti-acordo.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto: Senador, desculpe-me. Eu queria dizer que, até o momento, tanto quanto eu saiba, o relacionamento comercial gerou um enorme *superávit* para o Brasil. A parte relativa às retenções é uma parcela pequena disso, compreende? Então, isso tudo se coloca dentro das práticas das administrações públicas dos países: questões que ocorrem na administração pública e que afetam os interesses das empresas. Vou lhe dar uma opinião pessoal, podemos fazer gestões para que isso não ocorra. Nós fazemos isso, nosso embaixador em Caracas faz gestões e ocorre com outros países. Nós temos, às vezes, situações com outros países em que há dificuldades para empresas brasileiras. Cabe à nossa Embaixada e ao nosso serviço exterior procurar defender nossas empresas e fazer com que elas tenham o melhor tratamento possível. É isso que temos feito sistemática e rigorosamente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Agradecemos. Vamos ouvir então o Embaixador Lampreia porque ele atua na área empresarial hoje. Ele tem algumas informações. Gostaria de ouvir o Embaixador Lampreia.

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: Pois não, Senador. A informação que tenho é de que o Cadiv, a que se refere o Senador Jereissati, foi criado em 2003, portanto, bastante antes da crise. Não é algo que tem a ver com a crise econômica atual. Foi criado para gerenciar o fluxo de divisas na Venezuela por meio de autorizações, de certificados, enfim, de licença de importação. No fundo, é exatamente a nossa velha “gaveta do Bené.” Quando o Governo não quer, nega a concessão dos tais certificados que são necessários para importar qualquer coisa, de uma maneira unilateral e não transparente. Essas listas de produtos que devem apresentar certificados têm sido ampliadas. Recentemente, em 18 de maio de 2009, houve uma ampliação em um grande número de produtos que foram incluídos com exigência de um certificado de importação. Segundo temos informação, incidem sobre produtos que são importantes, distintos para as importações brasileiras para a Venezuela.

É também significativo que os certificados são exigidos para todos os capítulos da nomenclatura tarifária venezuelana, com uma única exceção que é o capítulo 93 referente a “armas e munições, suas partes e acessórios.” Ou seja, todos os demais produtos estão sujei-

tos a uma decisão do Governo, pouco transparente e que, portanto, afeta e inviabiliza comercialmente uma operação. Se o importador dá entrada em um pedido de importação e um certificado e não sabe quando e nem se vai obtê-lo, evidentemente tem uma repercussão negativa sobre o negócio. Esse, eu acho, que é um ponto realmente importante, que deveria figurar na negociação.

Só para dar uma opinião breve, de certo modo reiterativa, concordo basicamente com o que disseram diversos senadores – o Senador Cristovam Buarque, o Senador Collor, vossa excelência [Senador Eduardo Azeredo], Senador Mozarildo e vários outros – acho que a questão não é saber se a Venezuela deve ou não entrar. Não é ter uma posição contra a Venezuela, certamente não é. Mas, para um Mercosul, que infelizmente está combalido... Como o Presidente Collor, tenho um compromisso de fundação com o Mercosul e tenho muita pena que o bloco esteja um tanto quanto debilitado hoje. Acho que seria muito lamentável que houvesse a entrada do primeiro novo membro que não tivesse preenchido todas as condições. Eu não estou a par do detalhe das listas que foram apresentadas ou não. Mas acho que é uma questão básica que haja o cumprimento das exigências e de todas as formalidades, como a adesão a qualquer organização. Não há por que dar à Venezuela um tratamento mais acelerado ou mais privilegiado do que os outros nessa circunstância, inclusive porque enfraquece o Mercosul. Se essas providências forem cumpridas e a Venezuela for inteiramente enquadrada dentro de todas as exigências, acho que não tenho objeção pessoal e fundamental a que a Venezuela ingresse no Mercosul.

Muito obrigado, Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado. Professor Carlos Pio.

Professor Carlos Pio: Bom, vou aproveitar as perguntas que foram feitas e iniciar meus comentários escolhendo a resposta aos itens econômicos. Especialmente porque acho que se formou aqui, nesse Plenário, a ideia que me parece equivocada, de que os assuntos econômicos são de curto prazo e menos importantes do que os assuntos estruturais, para usar as palavras do Senador João Tenório. Para ele os assuntos estruturais seriam os afeitos aos itens democráticos. O meu argumento é que os interesses econômicos envolvidos aqui são efetivamente de longo prazo e se expressam, entre outras coisas, nas inquietações do Senador Tasso Jereissati, do Senador Collor, do Senador Mozarildo e de tantos outros que se manifestaram. Na seguinte razão: O Mercosul é, hoje, uma união aduaneira imperfeita, porém é uma união aduaneira. Isso significa dizer que ele é tanto uma área de livre comércio quanto uma estrutura de defesa comum em relação a não-membros. Nesse sentido, é uma estrutura de comércio discriminatória, pois discrimina importações provenientes de não-membros.

E aí temos a pergunta forte do Senador Tasso: a questão de como incorporar um país que tem desequilíbrios macroeconômicos tão graves e que não são resultados de ciclo econômico, doméstico ou internacional. São desequilíbrios estruturais na sua economia que tem a ver com a própria estrutura do modelo de desenvolvimento defendido pelo seu Presidente. A crise cambial por que passa a Venezuela, não está relacionada significativamente nem com a baixa do petróleo, porque o petróleo há dois anos estava em patamar significativamente mais baixo do que esteve no último ano, em que ele chegou a 140 dólares; nem tem a ver com a crise atual. Os desequilíbrios estão relacionados com a estrutura imposta à produção no país e que envolve basicamente:

- 1) Desequilíbrio forte das contas públicas: 31% de déficit público ao ano;
- 2) Forte inflação (superior a 30%). Isso desorganiza qualquer moeda em relação às outras, qualquer paridade;
- 3) Redução dos direitos de propriedade. O Senador Collor trouxe, na sua intervenção, a informação de que houve quebra de direito de propriedade em pelo menos 150 casos no último ano.
- 4) A queda drástica da concorrência, provocada pela punição de empresas privadas, pelo alto grau de estatização e nacionalização e pela imposição de restrições ao comércio e ao câmbio.

De tal forma que, os desequilíbrios estruturais da Venezuela são isso mesmo, estruturais. Eles vieram para ficar. E sabemos o que é necessário para resolvê-los. Nós fizemos isso no passado.

O modelo de câmbio administrado de forma personalista, como diz o Senador Tasso, já foi adotado pelo Brasil. Isso se chama taxa múltipla de câmbio e dá uma arbitrariedade enorme ao decisor que pode, efetivamente, dizer quais são os produtos e em que momento são mais ou menos estratégicos. Obviamente, a gente sempre pode desejar mais estratégicos, não tem como lembrar os eleitores do seu estado, dizer que os “homens de olhos azuis” são mais estratégicos do que os que não têm olhos azuis, por exemplo. Então, há uma arbitrariedade e uma passividade na administração de políticas não apenas cambiais, mas também industriais e comerciais. E esse é o velho modelo latino-americano de desenvolvimento. Foi isso que não deu certo em todos os países ao longo das décadas de 1960, 1970 e que desembocou na crise forte dos anos 80. E é esse o socialismo do século XXI do Presidente Chávez. Quero enfatizar isso, porque nunca é demais repetir e aprender com o nosso próprio passado.

Agora, algumas correções importantes em relação ao que foi dito sobre semelhanças e diferenças entre União Europeia e Mercosul. É verdade, o processo da União Europeia é um processo muito mais profundo. No entanto, antes de ele se expressar com o desenho de uma moeda única e de uma formulação de políticas setoriais comuns,

os países europeus começaram a buscar políticas de coordenação cambial já nos anos 70, depois da liberalização dos regimes cambiais que deram sustentação ao modelo construído no pós-guerra. Em 1975, os países europeus começam a coordenar suas políticas cambiais, exatamente para evitar isso, levando em conta em primeiro lugar que a integração se deu pela via do comércio e que desequilíbrios cambiais como aqueles que o senhor fez referência, efetivamente inviabilizam o aprofundamento do processo de integração comercial. Não é por outra razão que temos verificado tantas reações negativas do Governo argentino, escolhendo produtos e setores para serem objeto de exceção na área de livre comércio, que supostamente já deveria ter entrado em vigor plenamente há vários anos. Mas não entrou.

Então, esse é um problema estrutural do bloco. Ele não é uma agremiação político-cultural, é essencialmente uma união aduaneira e desequilíbrios macroeconômicos estabelecidos de maneira tão profunda quanto os que a gente verifica, hoje, na Venezuela, inviabilizam não apenas o aprofundamento da integração dentro do bloco, entre os países, mas talvez ainda mais grave, as possibilidades de estabelecimento de novos acordos com outros países com mais peso e mais relevância do ponto de vista do comércio, dos investimentos e dos sistemas produtivos globais do que Israel. Mas que efetivamente dependem de se chegar internamente a um consenso. Eu chamaria atenção para que não tomemos a decisão achando que vamos transformar o Mercosul num grêmio cultural e político. Ele é fundamentalmente uma união aduaneira que afeta a vida das pessoas, dos produtores – muito lembrados aqui –, mas também e, principalmente, dos consumidores. Obrigado.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Pela ordem, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim. Nós já estamos encaminhando para encerrar. Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Sim. Acredito que o Embaixador da Venezuela no Brasil Sr. Júlio Garcia Montoya esteja nos assistindo, até porque foi convidado. Eu, hoje, fiz um apelo para



que ele estivesse aqui nesta tarde, mas ele avaliou que não seria o caso. Os dois venezuelanos que estiveram aqui, Leopoldo López e Gustavo Tovar-Arroyo, fizeram em alguns momentos, críticas à forma política com que, hoje, é conduzida a Venezuela.

Como Senador que participou da audiência, gostaria de fazer um apelo pessoal: que esses dois venezuelanos possam, ao voltarem ao seu país, não serem objetos de qualquer ação em função de suas declarações de hoje, convidados que foram por essa Comissão. Será importante, do ponto de vista do que esta Comissão está desenvolvendo, os debates no clima mais democrático possível. Era só o registro que gostaria de fazer.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito bem colocado, Senador Suplicy. É o que esperamos, porque eles vieram convidados por nós e até onde assisti, eles não fizeram nada ofensivo. De maneira que, apenas expressaram a opinião democrática. Se eles sofrerem algum tipo de penalidade, está claro que o regime realmente não é democrático.

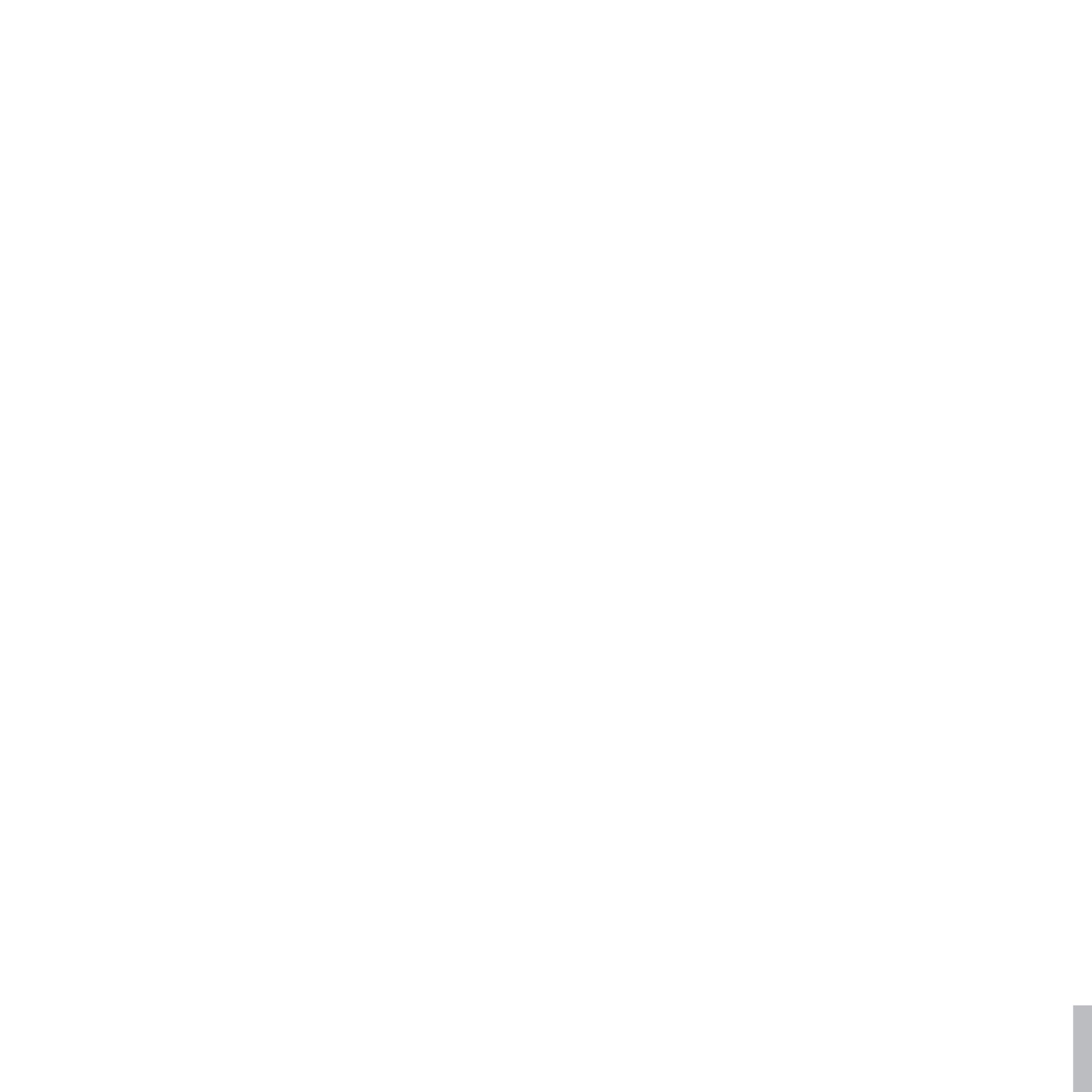
Queremos, então, agradecer ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ao Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ao Professor Carlos Pio, aos senhores senadores, a todos que participaram nesta audiência, que se encerra quase às seis horas da tarde.

Muito obrigado a todos.

QUINTA AUDIÊNCIA PÚBLICA

27 DE OUTUBRO DE 2009





A última audiência pública para instrução do processo de adesão da Venezuela ao Mercosul ocorreu às 14h20 de 27 de outubro de 2009. O relator da matéria, Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresentou seu voto, contrário à matéria, no dia 2 de outubro. Presente à reunião, o Senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do Governo, solicitou vistas. Dois dias depois da última audiência pública leria seu voto em separado, favorável à integração da Venezuela, tese que recebeu a maioria de votos no Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Participaram da última audiência, fechando um processo de seis meses de discussões, o Prefeito de Caracas, senhor Antonio Ledezma, e o Embaixador Régis Arslanian, Representante Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (Aladi).

O advogado Antonio Ledezma ocupou importantes cargos na vida política venezuelana. Além da Prefeitura Metropolitana da capital, participou do Congresso Nacional como deputado. Chegou a ser cotado como candidato à Presidência da República.

Na disputa para a Prefeitura Metropolitana de Caracas, Ledezma obteve 722.488 votos, 52,41% do total. O Presidente Hugo Chávez, logo após o pleito, esvaziou o cargo, criando, por decreto, a Autoridade Única do Distrito Federal. Em protesto, Ledezma realizou uma greve de fome e solicitou a intervenção da Organização dos Estados Americanos, obtendo parte de seus poderes de volta. Vale lembrar que as intervenções feitas pelo convidado estrangeiro foram registradas em vernáculo brasileiro a partir de intérprete, como está previsto no Regimento Interno do Senado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Está aprovada a Ata.

Passamos, agora, à apreciação da pauta.

Audiência Pública para discussão sobre a adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, em atendimento ao requerimento nº. 89, de minha autoria, aprovado dia 20 de outubro de 2009.

Quero convidar para compor a mesa o senhor Antonio Ledezma, Prefeito de Caracas, capital da Venezuela; e o Embaixador Régis Arslanian, Representante Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (Aladi).

Quero informar também aos senhores senadores que o Senhor David Bittan, Vice-Presidente da Confederação das Associações Israelitas da Venezuela, encaminhou correspondência, lamentando

não poder comparecer e manifestando sua opinião de que este não é um assunto da atribuição da Confederação das Associações Israelitas da Venezuela, mas manifestando todo o seu desejo de apoiar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, e combater, com todos os meios legítimos, a discriminação racial e/ou religiosa, especialmente o antissemitismo, em qualquer de suas formas e modalidades.

Ainda no caso do Mercosul, ele assevera que, mediante o acordo comercial existente entre Israel e o Brasil, ele espera que, caso a Venezuela ingresse no bloco, que isso sirva para iniciar um diálogo com aquele, com o qual mantém estreitos laços, por motivos ancestrais, religiosos e familiares.

Como os senhores todos estão a par, já tivemos, durante esses últimos seis meses, uma série de audiências públicas para discutir a proposta de adesão da Venezuela ao Mercosul. Foram quatro audiências públicas, e o voto do relator, Senador Tasso Jereissati, foi lido no início deste mês de outubro.

A data de 29 de outubro está acertada para a votação do relatório, tendo em vista o pedido de vistas, com apresentação de voto separado

pelo Senador Romero Jucá. Até o momento, o Senador Romero Jucá não entregou seu voto, mas a votação permanece marcada para o dia 29.

Eu vou, então, dar início à Audiência Pública. Esta é uma Reunião Extraordinária, e o objetivo é exatamente ouvirmos o Prefeito Antonio Ledezma, prefeito de Caracas, que recentemente esteve no Brasil e, em algumas entrevistas a jornais de circulação nacional, manifestou sua opinião sobre a adesão da Venezuela, e o Senador Eduardo Suplicy e outros senadores pediram que pudéssemos ter essa audiência.

Eu quero, de antemão, agradecer ao prefeito, seu esforço de estar aqui conosco, tendo retornado recentemente, de uma viagem à Europa, mas se dispôs a vir aqui conosco, para poder expor seu ponto de vista.

E agradecer, também, ao Embaixador Régis Arslanian. O Embaixador é o nosso anfitrião em todas as reuniões do Mercosul, em Montevideu, acompanha as questões da Aladi e o seu nome foi também aprovado, aqui, para que pudesse expor suas posições.

Embaixador Régis Arslanian: Obrigado, Presidente. Eu queria, antes de qualquer coisa, agradecer o convite da Comissão de Relações Exteriores para participar desta Audiência Pública.

É uma honra poder participar desta Audiência Pública sobre a possível adesão da Venezuela ao Mercosul.

Talvez a melhor contribuição que poderia dar para essa audiência pública seria falar de quanto a adesão da Venezuela poderia significar para o Mercosul, à luz dos interesses do Brasil. Quer dizer, qual seria o interesse da integração e do Mercosul na adesão da Venezuela?

Afinal, como embaixador junto ao Mercosul, junto à Aladi, cuido só de integração. Eu cuido de integração há quase 15 anos. Antes de ir para Montevideu, que é a sede do Mercosul, cuidava da agenda externa do Mercosul. Agora, cuido da agenda interna do bloco. Portanto, a palavra integração, para o meu trabalho, é a palavra-chave.

Se pensarmos em Brasil, dentro desse quadro de integração que, hoje, temos, tanto no Mercosul como na Aladi, o Brasil é talvez o maior ator. O Brasil é que tem impulsionado mais o projeto de integração, tanto no Mercosul, como na Aladi, mas vou falar mais de Mercosul.

Creio ser responsabilidade de o Brasil ser o mais ativo e o país a impulsionar mais a integração. Não é uma questão só de se considerar os princípios fundamentais da Constituição Brasileira, no artigo 4º, Parágrafo Único, que trata de promover a integração latino-americana, mas também verificar nossa conformação geográfica. Dez países fazem fronteiras com o Brasil.

A integração, portanto, é do nosso interesse. E não nos favorece uma vizinhança estagnada, pobre, uma vizinhança não tranquila, não em paz. Em tudo nos favorecerá uma vizinhança forte e se conseguirmos construir um continente forte e unido.

Eu acho que isso é do interesse do Brasil, e muito mais do nosso interesse do que de outros países latino-americanos, quer dizer, pela própria conformação geográfica que temos aqui. A adesão da Venezuela acho que se inseriria nesse quadro, no quadro de uma necessidade do Brasil de se integrar com os seus vizinhos. E não é uma questão de adesão da Venezuela. Amanhã, se a Colômbia também quiser aderir ao Mercosul, seria muito bem-vinda; se o Peru quiser; se o Chile quiser também.

Mas não é uma questão de pensarmos na adesão só da Venezuela, mas na adesão de todos os países latino-americanos. A própria Aladi já prevê, no Acordo de Complementação Econômica nº18 (ACE-18), que qualquer país latino-americano pode aderir ao Mercosul.

A adesão da Venezuela, terá uma implicação muito significativa para o Mercosul. Hoje em dia, quando a gente pensa em Mercosul, a gente pensa no Mercosul Cone Sul. Toda a integração do Mercosul está voltada, ou pelo menos está concentrada, mais ao sul.

Eu, como embaixador junto ao Mercosul e lá em Montevideu, nunca sou chamado para fazer uma exposição sobre Mercosul no norte (no Rio Grande do Norte ou no Ceará), já fui chamado pelo menos umas dez vezes a Porto Alegre, já fui chamado a Curitiba, já fui chamado a Florianópolis, a Foz do Iguaçu, mas nunca me chamaram para ir para o norte, porque o Mercosul não está no norte. Então, quem sabe com a adesão da Venezuela seria uma boa razão e uma boa justificativa para começar-se a lançar o Mercosul e a integração, porque a gente, quando fala de Mercosul, fala de integração, para o norte do Brasil.

Boa Vista, em Roraima, está muito mais perto de Caracas do que está de São Paulo ou do que está de Brasília. E, entre Boa Vista e Caracas existe uma estrada pavimentada. Se alguém tiver que vir de Boa Vista para São Paulo, tem que pegar um avião, não tem estrada, tem que pegar um avião.

A Venezuela, hoje, é um país voltado para o Caribe. Eu me lembro nos anos 80, não sei como estará hoje, mas se falava que o Caribe era o mare nostrum da Venezuela. E, também, o que a gente não deve esquecer, ainda mais importante para nós, como impulsionadores ou impulsores do Mercosul, da integração, a Venezuela igualmente é um país amazônico, e todos os interesses que temos na Amazônia nos levam a acreditar que uma maior integração desse lado da Amazônia, só poderá nos favorecer.



“A integração, portanto, é do nosso interesse. E não nos favorece uma vizinhança estagnada, pobre, uma vizinhança não tranquila, não em paz...”

(Embaixador Régis Arslanian)

Uma palavra apenas sobre as vantagens que poderão advir da adesão da Venezuela ao Mercosul. Um dos instrumentos talvez mais poderosos que, hoje em dia, temos no Mercosul é o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

Os europeus adotaram os fundos estruturais 20, 25 anos depois de iniciado o processo de integração europeu. Nós os adotamos há dois anos e meio e, hoje, o Focem é um êxito dentro do nosso trabalho de construção da integração. É um trabalho de construção, paciente, mas é.

O Focem, hoje, conta com quase US\$ 300 milhões de recursos a fundo perdido, em Montevidéu, onde se coordena todo o trabalho do Focem, dados para projetos de interesse para a integração, e foi, sobretudo, criado como forma de reduzir as assimetrias entre países menores e países maiores do Mercosul. Hoje, quando trabalhamos sobre o Focem, trabalhamos junto com os venezuelanos; os venezuelanos fazem parte das nossas deliberações em Montevidéu.

Por exemplo, estamos revendo a regulamentação toda do Focem. Estava previsto que se faria isso dois anos depois da existência do Focem. A Venezuela participa dessa negociação. Agora, na hora da contribuição, em que o Brasil dá 70% do total dos recursos do Focem, a Venezuela não pode fazer sua contribuição, porque não é membro pleno do Mercosul.

Talvez fosse o caso de pensar como seria se a Venezuela - país rico, país produtor de petróleo -, também pudesse participar da contribuição do Focem. Os fundos de convergência estrutural na União Europeia foram fundamentais para criar mais equilíbrio dentro da integração europeia; o caso, por exemplo, da adesão de Portugal e Espanha foi muito facilitada fazendo uso dos fundos de convergência da União Europeia. Hoje, o Focem é um sucesso no Mercosul, e a Venezuela não pode contribuir para o fundo, porque não é membro pleno do Mercosul.

O volume de recursos, Senhor Presidente, está em quase US\$ 290 milhões, em três anos. São recursos, como disse, a fundo perdido, que estão disponíveis nos bancos para projetos de integração no Mercosul.

Outro ponto que talvez fosse importante mencionar é a participação da Venezuela, da delegação venezuelana no nosso trabalho no Mercosul, no dia-a-dia lá de Montevidéu. Temos, hoje, no Mercosul, a Comissão de Comércio, que discute as tarifas, que discute os mercados dentro do Mercosul; temos o Parlamento do Mercosul, temos uma bancada brasileira. O senhor esteve agora lá, 10 ou 15 dias atrás, com a bancada brasileira de nove senadores e nove deputados que vão lá todos os meses e trabalham no parlamento do Mercosul, também participa a bancada venezuelana.

E temos o GMC, os Grupos de Mercado Comum, quer dizer, todas as instâncias de trabalho conjunto, trabalho permanente, que temos no dia-a-dia do Mercosul, sempre estão participando as delegações venezuelanas, e elas têm participado de uma forma muito construtiva e com grande sentido integracionista.

Um exemplo disso é a negociação difícil e complexa que temos tido na questão da eliminação da dupla cobrança, dentro do Mercosul. Quer dizer, o Mercosul é uma união aduaneira, e, até hoje, não se conseguiu eliminar a dupla cobrança, assim, um produto que entre no porto, por exemplo, de Santos e vai ao Paraguai, para a Cidade de Leste, paga tarifa pela segunda vez: paga em Santos e paga também em Cidade de Leste; isso é uma distorção da integração. Desde 2004, dentro do Mercosul, trabalha-se para tentar eliminar a dupla cobrança. Elaborou-se um código aduaneiro, de 800, 900 páginas. Fez-se a interconexão entre todas as alfândegas do Mercosul, isso já está pronto. A alfândega de Belém já está interconectada com a alfândega de Cidade de Leste. Ainda não se conseguiu fechar a questão da redistribuição da renda.

Por motivos até compreensíveis, o Paraguai disse: “Bom, mas qualquer produto que entra no Mercosul vai sempre entrar por um porto que seja da Argentina, do Uruguai ou do Brasil. Então, vamos ficar dependendo de aportes nessa redistribuição da renda.” Pois, nessa negociação, os venezuelanos foram muito positivos, tiveram apenas um ou dois problemas com relação ao código aduaneiro, que também são dois problemas compreensíveis, com relação à questão de zonas francas. Eles têm três ou quatro zonas francas e queriam que se limitasse a uma ou duas...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): ...A nossa zona franca está fora?

Embaixador Régis Arslanian: ...A nossa zona franca está até 2020...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): ...Desde o acordo de Ouro Preto está fora.

Embaixador Régis Arslanian: Está fora, Senador. Mas tem as zonas especiais de exportação. Então, o espírito que tem prevalecido, e tenho que dizer isso, nas negociações do dia a dia, pela Venezuela, é um espírito muito construtivo e muito positivo e tem ajudado muito nosso trabalho.

Quando se alcança concordância sobre algum projeto de acordo, apesar de eles terem participado de toda a negociação, esses resultados não são vinculantes para eles, não são obrigação para eles.

Um acordo, por exemplo, dentro do Focem não é vinculante, porque eles não podem contribuir para o Focem. Um acordo sobre a eliminação da dupla cobrança, também não será vinculante para eles.

Por exemplo, há duas semanas, uma importante delegação chefiada pelo secretário-executivo do Ministério da Justiça, e tiveram reuniões com os representantes das Justiças venezuelana, argentina, uruguaia e paraguaia. Chegou-se a entendimentos sobre cooperação na área de fronteira, sobre segurança jurídica, sobre migrações. A negociação contou com a participação das delegações venezuelanas, mas os acordos que resultarão dessas negociações e desses entendimentos não serão vinculantes e não terão efeito para os venezuelanos.

Eu me lembro a última vez que o Ministro Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos esteve em Montevideú e foi combinado que se trabalharia na área de cooperação de proteção à criança. Os venezuelanos participaram ativamente dessas negociações, desses entendimentos, mas não serão obrigados a participar dos resultados ou participar dos efeitos desses entendimentos.

Para resumir, rapidamente, acredito que o Brasil tem uma responsabilidade, e acho que a tem cumprido, de ser o grande incentivador da integração latino-americana. Isso tanto da parte do Mercosul como também no contexto um pouco maior da Aladi, uma vez que também participo das reuniões da Aladi, onde somos 12 países latino-americanos. Hoje, por exemplo, estamos trabalhando para constituir um espaço de livre comércio latino-americano, inclusive, com a participação do México, onde também a Venezuela tem tido um papel integracionista muito importante.

Considero que, uma última palavra, temos que ter uma visão estratégica; e isso cabe muito ao Brasil, mais do que a outros países. O Brasil tem essa responsabilidade, que é maior do que para o Uruguai ou de que outros países, de ter uma visão estratégica da integração, como da União Europeia. A União Europeia tem quase 60 anos de integração e é, até hoje, um projeto. Há pouco tempo, estava num seminário com um representante da comissão europeia, e ele dizia: “Não, porque o nosso projeto de integração.” E perguntei: “Mas que projeto de integração?.” Ele falou: “Não, até, hoje, é um projeto de integração, é uma construção, é uma construção que a gente vai...” E eles têm os problemas deles, até hoje, não existe moeda única em todos os países da União Europeia, eles não conseguiram aprovar a constituição deles de integração. Então, acho que estamos num projeto de construção, e é preciso ter uma visão estratégica, pensar na integração com seus vizinhos.

Se formos uma América Latina forte e unida, acho que a gente vai poder enfrentar melhor os desafios nos próximos 20, 30, 40 anos. Eu estava vendo, outro dia, o crescimento da China, entre 8% e 9%, é uma coisa impressionante. Ninguém sabe como é que vai ser. Não é uma questão de se defender contra a China, mas é uma questão de ser competitivo, também, de poder estar em condições iguais e equiparadas, com o que vier nos próximos 20, 30, 40 anos. Essa visão estratégica acho que cabe ao Brasil ter; é a nossa responsabilidade.

Eu queria, mais uma vez, agradecer, foi uma honra muito grande poder ser convidado pela Comissão de Relações Exteriores. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Régis Arslanian. Nós vamos ter, agora, a palavra do Prefeito Ledezma, e, logo depois, teremos, então, as questões dos senadores. Já estão inscritos os senhores senadores Renato Casagrande, João Pedro e Pedro Simon.

Senador Gerson Camata (PMDB-ES): Peço a minha inscrição, Senador.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, vamos agora ouvir, com muita honra, o Senhor Prefeito, a sua exposição. Pelo tempo que vossa excelência julgar necessário.

Senhor Prefeito Antonio Ledezma: Boa tarde. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senado brasileiro, e falo não somente a título pessoal mas igualmente em nome do povo da Venezuela, que, felizmente, foi ouvido neste fórum legislativo.

E também gostaria de reconhecer o esforço feito por esta Comissão, que é presidida pelo honrado Senador Azeredo, e gostaria de reconhecer, ainda, o trabalho que foi realizado nos estudos preliminares, com relação à incorporação do Estado venezuelano, o Governo da Venezuela, a adesão ao Mercosul, pelo Senador Tasso Jereissati, o estudo realizado por ele.

Gostaria de dizer, em primeiro lugar, que venho defender a vocação integracionista de nosso país. Não se pode confundir com uma política expansionista.

Eu estava ouvindo o Embaixador Arslanian, e ele citou a significação da Venezuela como um país produtor de petróleo, e, certamente, a Venezuela, na sua história recente (a história em que se escreveu a democracia, nas últimas décadas), usou o petróleo como uma forma de defesa da integração, mas nunca como um instrumento para domesticar os Governos ou governantes, que, por uma ou outra circunstância, tenham que lidar com problemas econômicos internos.

No marco dessa vocação integracionista, então, defendemos que o nosso país se incorpore ao Mercosul. Não é um pedido recente, essa tese começou a ser defendida desde a última administração do ex-Presidente Rafael Caldeira, que tinha essas preocupações e as partilhava com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com esse espírito integracionista, impulsionamos, na Venezuela, o estabelecimento da Comunidade Andina de Nações, o Grupo dos 13, a consolidação do que se conhece, hoje, como UNASUL. Nós vemos essas plataformas como um cenário mais que conveniente para desenvolver uma gama de políticas, não só

comerciais.

Eu estava ouvindo o Exmo. Embaixador falar da necessidade de incorporar a Venezuela, porque, assim, com a Venezuela, o Focem seria fortalecido. Políticas de intercâmbio poderiam ser desenvolvidas sobre hidrocarburos, também a questão das tarifas, ampliação dos mercados e as tarifas alfandegárias.

E acrescentaria, ao lado desses argumentos que, há, aspectos relacionados com os protocolos, que são também importantes, como o Protocolo de Ushuaia, o tema relacionado à resolução de controvérsias com terceiros países, que não podemos deixar de lado. São temas relacionados com os valores e virtudes da democracia, que também devem se incorporar à agenda do Mercosul.

O problema é que não se pode limitar à discussão sobre a quantidade de alimentos, às toneladas de alimento a serem vendidas e compradas entre a Argentina e o Brasil, mas também às relações que devem ser consolidadas, como no caso da Europa, o exemplo que foi citado na primeira fase deste debate tão importante.

É preciso uma preocupação, também, com a democracia e as regras de ouro da democracia. Eu estimo que há regras técnicas e protocolos que devem ser privilegiados, na hora da tomada de decisão sobre a adesão da Venezuela. Dirão, por exemplo, quando me refiro à caracterização do Governo da Venezuela, que o Governo da Venezuela desfruta de legitimidade de origem, e é verdade, porque foi eleito em eleições populares. O atual Presidente da República foi eleito democraticamente.

Assim, como é significativa essa legitimidade originária de um governante, também o deve ser a questão dos direitos humanos, os valores democráticos; observar, avaliar, tirar conclusões e seguir os passos do governante, é importante verificar como ele exerce o cargo. O sinônimo da democracia deve ser o respeito aos direitos humanos.

Eu gostaria de informar a esta honrada Comissão que o Governo da Venezuela não permite que entre em nosso território, há seis anos, uma representação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O sinônimo de democracia é o respeito aos direitos humanos, e o atual Poder Judiciário da Venezuela declarou, pela boca de seu Presidente, que os tratados em nível internacional que o Governo da Venezuela assinou, não têm validade em território venezuelano, se contrários às determinações do Presidente Chávez.

Na Venezuela, o estado de direito está sendo vilipendiado. Um exemplo realizou-se no ano de 2007, um referendo constitucional para que, por via democrática, os cidadãos do meu país, por meio do voto, se manifestassem se apoiavam ou não a reforma constitucional

proposta pelo Presidente Hugo Chávez, e a decisão majoritária ditou um veredicto, que rechaçava essa reforma constitucional. Contudo, o Presidente da República, cometendo fraude contra essa mesma Constituição, vem aplicando, capítulo por capítulo, essa reforma, que foi questionada democraticamente pelo nosso povo, através do referendo.

Outro sinônimo de democracia é a liberdade de expressão e, na Venezuela, a liberdade de expressão também está comprometida. Há exemplos incontestáveis, como o confisco da licença de funcionamento do canal mais importante do nosso país. A perseguição que está sendo feita contra o canal de notícias Globovisión, que foi depredado pelo atual regime, e também a retirada de concessão de mais de 34 transmissoras, emissoras de rádio e a autocensura que tem havido, através de uma política de intimidação pelo Governo venezuelano.

Mais um sinônimo de democracia é a existência de partidos políticos. Os funcionários públicos são praticamente obrigados a participar do partido do Governo; os opositores são encarcerados; centenas de venezuelanos que estão presos, são presos políticos. Caso concreto ocorre na cidade de Caracas, onde o Prefeito Richard Blanco está preso simplesmente por causa de um capricho do Presidente da República. Estão presos, também, 11 trabalhadores da Prefeitura Metropolitana de Caracas, simplesmente porque participaram de uma manifestação de protesto. E também, empresários, como Elísio Cedeño, militares aposentados e jornalistas.

Assim, na Venezuela, não se tolera dissidência, como se esperaria no regime democrático. E um sinônimo de democracia é o respeito aos resultados eleitorais. No dia 23 de novembro passado, fui eleito pela população de Caracas, como prefeito mas, logo em seguida, os resultados foram questionados, e vou entregar o relatório para o Presidente desta Comissão. Aconteceram mesmo ataques ao meu gabinete, houve um ataque com armas, fuzis, pessoas com rosto coberto e, quando reclamamos, quando pedimos a atuação do Presidente, o Presidente declarou que não se envolveria nesse problema, que esse era um problema de ordem local.

Três meses depois de ter sido designado Prefeito pelo povo, o Presidente ordenou ao parlamento que ele controla a elaboração de leis para criar uma estrutura que, contrariando o que foi estabelecido na Constituição, permitiram que o Governo Federal esvaziasse financeiramente a prefeitura, retirando cerca de 90% do orçamento da cidade de Caracas.

A situação da cidade chegou a atingir limites tais que tive que protagonizar uma greve de fome, na sede da OEA, reclamando recursos do Governo. Ocorreu a violação de artigos constitucionais a respeito da descentralização. É um processo que está sendo violado por decisões arbitrárias do Governo atual, que aplica leis inconstitucionais



“Na Venezuela, não se tolera dissidência, como se esperaria no regime democrático...”

(Antonio Ledezma, prefeito de Caracas)

para reverter os processos de transferência de competência aos governadores, aos prefeitos; leis existentes desde 89.

Democracia é um sinônimo de separação de poderes e, no momento, não há separação de poderes na Venezuela, o Poder Executivo controla o departamento, controla o Poder Judiciário e, por isso, esses assuntos devem ser de conhecimento dos senadores brasileiros.

Sempre há razões para que julguem nossas afirmações. Eu gostaria, nesta ocasião, de abrir um parêntese: graças à generosidade da Presidência da Comissão de Relações Exteriores, ao me conceder a palavra, gostaria de fazer um convite para que os senadores do Brasil visitem a Venezuela e conversem com vários setores da vida nacional, para que constatem a veracidade ou a falta de fundamento do que disse até o momento, nesta Comissão.

Eu disse que somos integracionistas e que o nosso mundo é cada vez mais interrelacionado, não podemos nos isolar, não creio no isolamento. Cuba, em vez de buscar a democracia, serviu para entronizar um regime de tutela, que dura até hoje.

Eu creio que a Venezuela deve retomar a sua atuação na Comunidade Andina de Nações, de onde saímos, pelo Presidente da República. Atualmente, a Venezuela não participa da comunidade. Creio que é importante administrar as relações, como diria o distinto Embaixador, há uma proximidade física entre a Colômbia e a Venezuela, mas não relações comerciais.

A Venezuela importava o equivalente a US\$ 5,6 bilhões em alimentos, medicamentos, e todas essas relações comerciais que antes existiam estão agora no limbo, decisões tomadas da noite para o dia pelo atual Presidente da República.

O que desejamos? O que proponho? Eu considero que uma coisa é o Estado da Venezuela e outra coisa é o Governo da Venezuela; uma coisa é o povo da Venezuela, e outra coisa é o Governo da Venezuela; o Estado é permanente, e as circunstâncias são as do atual Governo.

O primeiro que dá motivos para que se prolongue esse debate sobre a incorporação ou não da Venezuela ao Mercosul é a figura do Presidente da República, que está jogando uma política isolacionista. Por isso, proponho uma fórmula de reconhecer a necessidade da Venezuela se incorporar ao Mercosul, mas condicionando, o Governo a que dê garantias sobre o acatamento dos protocolos que já citamos, como o Protocolo de Ushuaia, a solução de controvérsias e o compromisso com países terceiros.

Gostaria de citar alguns exemplos. Se não me engano, há um protocolo de acordo com Israel, só que, no momento, não existe nem sequer o porteiro da Embaixada de Israel na Venezuela. Devido

ao conflito de Israel com a Palestina, a Venezuela tomou partido e a Venezuela rompeu relações com Israel e expulsou do território venezuelano o Embaixador e todo o pessoal da Embaixada israelense na Venezuela.

Como é possível, por outro lado, consolidar as relações, os protocolos e os interesses do Mercosul com a Colômbia, por exemplo, se há tantas discrepâncias entre o Governo da Venezuela e o Governo daquele país?

As regras do jogo são importantes, e o Presidente Chávez, quanto mais isolado ele estiver, mais perigoso isso vai ser para a integração e a paz do nosso continente.

Eu creio que o Mercosul tem que estar atento às tarifas alfandegárias. Não podemos menosprezar os direitos fundamentais da cidadania, o direito à liberdade, o direito à informação, o direito à propriedade, o direito à escolha.

Essas são as primeiras considerações que gostaria de fazer, na esperança que se interprete a preocupação que me fez abrir um espaço muito curto na minha agenda, como prefeito da cidade da Caracas, para viajar por algumas poucas horas para essa cidade tão acolhedora.

Senhor Presidente, senhores senadores, muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Agradecemos ao Prefeito pela sua exposição. Passamos, agora, à fase de debates.

O primeiro inscrito é o Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Eu quero dizer que fiquei muito feliz com a sobriedade e a tranquilidade com que o Embaixador Regis apresentou seu ponto de vista sobre essa questão e também com a presença do Prefeito de Caracas.

Creio, Senhor Presidente, que são convocações insuspeitas, porque foram feitas exatamente por parlamentares da base de Governo. Embora gostaria que essa questão não fosse colocada em termos de base do Governo, de um lado, e oposição ao Governo, de outro.

Nós estamos tratando, aqui, de uma questão internacional, que é muito importante para o Brasil e é, acima de tudo, muito importante para o futuro deste continente.

Todos sabemos, Senhor Prefeito, que o Mercosul, antes de se propor ser um bloco econômico forte, tinha como proposta alicerce a necessidade continental de ter uma democracia segura e, acima de tudo, constante.

A ação de três Presidentes – Sarney, Alfonsín e Sanguinetti – ensejou a criação do Mercosul. De lá para cá, testemunhamos no Brasil o maior período de democracia plena, com sucessões presidenciais ocorrendo dentro do que estabelecem as regras democráticas.

A questão da Venezuela no Mercosul, tem dois aspectos que devem ser analisados: o político (a questão democrática) e a questão de interesse eminentemente econômico. Falou-se, aqui, sobre a assimetria entre os países que compõem esse bloco.

O Embaixador Regis citou o distanciamento do Norte do país com o Mercosul. O Senador Arthur Virgílio está aqui, o Senador João Pedro e temos mais alguns senadores do Norte do Brasil. O que nos afastou foi a infelicidade da carta de Ouro Preto. Para que ela pudesse ser assinada naquela data, o Brasil teve que abrir mão de algumas conquistas na área comercial, e a mais grave de todas foi retirar os produtos da zona franca de Manaus da lista de bens cobertos pelo Acordo; isso, realmente, afastou-nos desse projeto de integração. O fato geográfico é de menos importância.

O Embaixador Regis levantou um ponto, aqui, que merece ser levado em conta. O Chile, em determinado momento, quis entrar no projeto, saiu porque não se enquadrava no perfil tarifário; esse mesmo perfil tarifário que a Venezuela, agora, se recusa a nele se enquadrar.

Se nós brasileiros vamos abrir mão do cumprimento do perfil tarifário para a Venezuela entrar, vamos ter que pedir desculpas ao Chile, porque, lá atrás, não aceitamos essas condições e não teremos mais autoridade para exigir a observância das regras para o acesso dos países ao Mercosul.

E aí vamos assumir a responsabilidade de que, o Mercosul, para nós, será um ônus e não um bônus. Poderemos até fazer a integração política, podemos até fazer a integração democrática, mas, economicamente, não cumprir essas regras será um fiasco.

Por esta razão, Senhor Presidente, o que esta Comissão precisa, antes da pressa dessa votação no dia 29, precisamos refletir um pouco sobre esta questão. E creio que, para que a vinda do Prefeito a esta Comissão tenha realmente um significado e em face de profundidade do que foi dito aqui, gostaria de apresentar uma sugestão: que uma comissão do Senado fosse à Venezuela, fosse à Caracas, onde o Prefeito sugerisse, para verificar se o que ele diz é verdade ou não. As prisões, a situação praticada e aqui relatada pelo prefeito da maior cidade da Venezuela. Daí porque faria um apelo, Senador Marco Maciel e Senador Simon, para que, antes de qualquer votação, esse fato fosse verificado *in loco*; é fundamental que isso ocorra.

Senhor Prefeito, estive recentemente em Genebra, na reunião da UPI (União Interparlamentar), e há uma questão envolvendo a realização de um congresso anual da UPI na Venezuela. O ano passado, a Venezuela propôs a realização desse encontro, e há um critério, dentro da UPI, que não aceita vetos à participação de qualquer país. E essa questão, há pouco relatada por vossa excelência, fez com que a Venezuela vetasse o acesso a alguns países ou não considerasse o visto

de entrada dos parlamentares e dos participantes. Saiu do processo, como a Inglaterra saiu, o Canadá saiu, porque as questões soberanas do país não podem afetar o espírito da UPI, que é uma entidade com atuação de mais de 100 anos.

Pois bem, de uma virada de jogo extraordinária, a bancada venezuelana exigiu a destituição do Secretário-Geral. Exigiu, em Plenário, a destituição do Senhor Anderson Johnson, que era o Secretário-Geral da Comissão, atribuindo a ele a reação a esse veto, o que, na verdade, não foi o que aconteceu.

Imaginem o tumulto criado. Questão de ordem, e os parlamentares venezuelanos, com uma convicção tremenda, defendendo os postulados democráticos, sem abrir mão de nenhum deles. E aí fomos ao voto e tivemos a manutenção do secretário geral por 177 votos a 45. Era claramente identificável o bloco de apoio a essa pretensão venezuelana.

Eu estou citando apenas esse fato para mostrar o que será o Mercosul com a direção atual dos dirigentes da Venezuela. Eu concordo, não podemos, não temos o direito de prejudicar a Venezuela como Nação, como país. Mas temos que ter cuidado com o momento que a Venezuela vive. Nós temos que ter cautela. E o Senado da República não pode aprovar ou rejeitar essa questão, sem uma discussão mais profunda sobre a matéria. Até porque, o próprio Governo do Paraguai, recentemente, retirou de pauta essa questão. E não podemos, simplesmente, atrelados a circunstâncias momentâneas, tomar uma decisão, Senhor Presidente, que pode custar muito caro ao país.

Eu queria ouvir do Embaixador Regis sobre essa questão do perfil tarifário. Por que é que o perfil tarifário do Chile não se enquadrou e como é que o da Venezuela vai se enquadrar?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito. Eu quero informar que tenho aqui em mesa o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti, no mesmo sentido do que vossa excelência defendeu, solicitando que cinco membros desta Comissão componham uma comissão temporária externa, com a finalidade de ir à Venezuela para verificar *in loco* a situação do país em face da análise nesta Comissão do projeto de Decreto Legislativo nº. 430/2008.

Eu vou aguardar o debate, para depois colocar em pauta este requerimento. E queria propor que pudéssemos agrupar duas perguntas, talvez fosse interessante.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Estamos diante de um debate importante, um debate relevante. É tão relevante que estamos todos aqui a ouvir o Prefeito e estamos há meses discutindo o tema, sem nenhuma intenção procrastinatória, o relatório do Senador

Tasso Jereissati sendo elogiado ou sendo criticado, e ele próprio passou outros tantos meses elaborando o relatório.

Então, eu, sinceramente, acredito que a melhor pressa, a pressa mais sábia nesse episódio é a pressa de sermos sensatos, ouvindo a quem de direito. Já ouvimos vários ângulos, estamos ouvindo o Embaixador Regis, que é uma figura do maior brilhantismo, estamos ouvindo agora o prefeito da principal cidade da Venezuela, uma figura proeminente da oposição venezuelana.

Eu, de minha parte, não tenho pressa nenhuma, acho muito importante, mais importante que o debate em Plenário.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Perfeito. Vamos, então, de dois em dois, fica mais dinâmico. Vamos ouvir, então, o Senador Renato Casagrande. Depois os dois expositores.

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): A primeira questão, fica claro para mim, Senhor Presidente, é de que não temos condições de rejeitar a entrada da Venezuela no Mercosul. O que poderá haver é uma complementação de informação e de averiguação do caso, para sabermos quais são as condições, porque temos uma visão e uma necessidade da integração muito grande.

É lógico que o Brasil, pelo tamanho que tem, às vezes, nós nos bastamos com os nossos problemas internos. Temos várias vezes o tamanho da Europa, temos 27 unidades federativas, somos muito grandes, somos um país continental e, às vezes, nossos problemas internos, das nossas unidades federativas, acabam sendo problemas que consomem o nosso debate e subtraem a importância do debate de visão de integração entre os Estados da América.

Mas está claro que, para os países vizinhos, a integração é muito importante e que, para nós, também, a integração é muito importante. Nós vencemos um debate sobre democracia na América, um debate que envolve posicionamentos contrários, de quem está aqui, olhando lá para a Venezuela, alguns apoiando as decisões do Presidente Chávez; outros rejeitando as decisões do Presidente Chávez. Quando se olha o Evo Morales na Bolívia, quando se olha a situação da Colômbia, o Uruguai, agora, vivendo uma eleição, com regras bastante claras e definidas. Mas a gente vive um processo de discussão democrática que, no Brasil, começou uma discussão sobre terceiro mandato, onde o Presidente Lula teve a maturidade de rejeitar o debate, e nós, no Congresso, tivemos a maturidade de rejeitar o debate, porque uma das características da democracia é a alternância; o que caracteriza uma democracia também é alternância. Não é só porque a população vai legitimando, elegendo, que isso caracteriza uma democracia. Porque quem está no poder, muitas vezes, tem a faculdade e a condição de estabelecer relações de dependência com segmentos importantes da sociedade.

Então, a alternância também é pré-condição para que possamos consolidar a democracia. Contudo, cada país faz a sua análise, de acordo com a sua história. Não tem como você fazer uma análise sem ter uma referência. A referência é de cada país. Às vezes, achamos um absurdo, mas a cultura de um país, a história de um país pode dizer que aquilo não é um absurdo.

A Venezuela está buscando, há algum tempo, o melhor modelo para que haja o exercício da democracia. Viveu problemas sérios, antes de Chávez. E Chávez veio e ele radicalizou o processo de consulta à sociedade venezuelana.

Na minha avaliação pessoal, passou do ponto. É um estilo que busca a perpetuação no poder. Cumpriu um papel, mas passou do ponto. Não é nem partidária, é pessoal. Mas sou um defensor da entrada da Venezuela no Mercosul, tenho a posição muito parecida com a posição do prefeito, de que, numa visão de integração, é melhor que tenhamos a Venezuela no debate do que não buscar a integração regional.

Faço essa defesa. Creio que esse assunto merece aprofundar a verificação. Está claro que não podemos rejeitar a entrada da Venezuela. Há que haver uma discussão para que a gente busque essa ampliação da integração política dos países da América do Sul. Essa é a posição, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Casagrande.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Presidente, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Tasso.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Eu ouvi uma frase do Senador Casagrande, que acho importante esclarecer, porque meu entendimento daquilo que foi dito pelo prefeito foi um pouco diferente, do que teve o Senador Casagrande, e queria pedir ao prefeito esse esclarecimento.

Pelo que entendi, vossa excelência, Prefeito de Caracas, que nos honra com sua visita, disse que é favorável à entrada da Venezuela, do Estado venezuelano no Mercosul, desde que o Governo dê garantias de que as regras básicas que fazem o Mercosul, sejam elas de direitos políticos ou direitos econômicos, sejam respeitadas dentro dessas condições. É isso que entendi? Só para o esclarecimento de todos.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vamos ouvir, então, o Prefeito Ledezma sobre essas duas perguntas, complementadas com a pergunta do Senador Tasso.

Senhor Prefeito Antonio Ledezma: É exatamente assim. Uma coisa é o Estado venezuelano, e outra coisa é o Governo

venezuelano, que se propugna à incorporação do Estado da Venezuela ao Mercosul e condições ao Governo, como figura circunstancial, de garantia de respeito e acatamento ao protocolo.

Como diziam os senadores, aqui não podemos destacar diferenças políticas. Eu posso ter diferença com o Presidente Chávez, mas não posso ter diferenças com meu país. Não posso me afastar da minha vocação integracionista. A minha proposta, Senador Tasso, é que se admita o Estado venezuelano, mas que há uma preocupação pelas regras de ouro da democracia, para garantir a proposta do futuro do Mercosul.

E agradeço muito, Senador, a possibilidade de uma comissão do Senado Brasileiro poder vir ao meu país, o que seria interessantíssimo e ajudaria muito. Que uma Comissão do Senado possa vir para se reunir com diferentes setores, inclusive no Governo, e possamos

debater novamente tudo quanto aqui viemos colocar.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Embaixador Régis.

Embaixador Régis Arslanian: Obrigado, Presidente. Sobre a questão do perfil tarifário com o Chile, há 12 ou 13 anos, 14 anos atrás, quando houve a negociação para a incorporação como membro pleno do Chile ao Mercosul, havia uma diferença muito grande entre o perfil tarifário do Mercosul, na época, e o do Chile. O Chile sempre teve tarifas baixíssimas: 3%, 3,5%. A nossa média tarifária, me lembro, era 17%, 18%; hoje, está em 12,5%. Mas, de qualquer maneira, com relação ao perfil tarifário da Venezuela, pelo Acordo de Complementação Econômica que o Mercosul tem com a Venezuela, a Bolívia e o Equador, até 2018, vai ser zerado, ou seja, haverá uma cobertura de 90%, 95% dos produtos das linhas tarifárias, da NCM,



da nomenclatura do Mercosul, será tudo zerado. Portanto, estamos a meio caminho. Quer dizer, o ACE-59, em 2018, fará com que todos os produtos fiquem a zero, tarifa zero, pelo menos a maioria; haverá sempre exceções, produtos mais sensíveis e tudo.

Hoje, as preferências do ACE 59 fazem com que tenhamos um mercado preferencial na Venezuela, quer dizer, o perfil tarifário, hoje, da Venezuela está muito mais baixo do que seria para outros países. Daí nosso comércio ter aumentado muito com a Venezuela.

A Venezuela tem um mercado não tão competitivo como o do Brasil, hoje em dia. Nas negociações com a União Europeia, os europeus perguntaram: “Mas vocês não têm problema com relação à agricultura?” Na negociação com a União Europeia, estavam lá os venezuelanos, nas últimas reuniões que tivemos, na última reunião no Rio de Janeiro.

Eu disse: “Não, não temos problema.” E os próprios europeus falaram, assim: “Bom, mas então, estamos interessados no mercado de vocês de serviço.” Não houve problema em matéria de tarifas, com relação à Venezuela, nunca houve. E, além do mais, com o ACE 59, que termina em 2018, caso a Venezuela entre para o ACE 18, que é o Mercosul, haverá uma antecipação dessa liberalização comercial para 2014.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Por que a Venezuela, então, não assina todos esses acordos, todos esses protocolos? Qual é a dificuldade da Venezuela...?

Embaixador Régis Arslanian: O senhor diz do acerto normativo no Mercosul?

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Sim.

Embaixador Régis Arslanian: No momento em que a Venezuela assinou o tratado de adesão, ela já se comprometeu, automaticamente, a aderir a toda normativa no momento em que entrar em vigência, inclusive ao Tratado de Assunção, prioritariamente, e ao Protocolo de Ushuaia. Isso é automático, ela já assumiu esse compromisso.

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): Os bolivianos já assumiram?

Embaixador Régis Arslanian: Já assumiram ao ter assinado o Tratado de Adesão, em 2006. Quer dizer, o compromisso dela já foi feito e já foi ratificado pelo congresso venezuelano?

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): É intenção.

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): Foi assinatura, foi assinado.

Ela já assinou o Protocolo de Ushuaia.

Embaixador Régis Arslanian: Ou seja, a normativa Mercosul, ela já assumiu o compromisso de aderir, de assumir. Agora,

tem que entrar em vigência.

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): A garantia.

Embaixador Régis Arslanian: O Protocolo de Ushuaia faz parte do Tratado de Assunção.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Mozarildo.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Uma indagação: o Chile também não tinha assinado?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Não, o Chile não chegou a assinar.

Embaixador Régis Arslanian: O Chile é um país associado ao Mercosul, tem um acordo de livre comércio.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Não fez a proposta de adesão?

Embaixador Régis Arslanian: Houve uma negociação de adesão plena, mas não se chegou a bom termo.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Chile não chegou a assinar? Bom, vamos ouvir agora o Senador João Pedro e Pedro Simon. João Pedro com a palavra.

Senador João Pedro (PT-AM): Senhor Presidente, senhores senadores, Embaixador Régis, Prefeito Antonio Ledezma.

Prefeito, a Venezuela deve ou não entrar no bloco? Porque vossa excelência falou de condicionantes, e gostaria que, na resposta, vossa excelência abordasse novamente a entrada ou não da Venezuela no Mercosul.

Eu quero refletir sobre esse ponto, sobre os questionamentos sobre a democracia, o valor da democracia como valor universal. Vossa excelência é uma das maiores lideranças da oposição ao Governo de Hugo Chávez e é o prefeito da maior cidade da Venezuela, uma cidade que tem mais de cinco milhões de habitantes. Para mim isso é relevante, como é relevante vossa excelência ter dito, aqui: “Eu acabei de sair da Venezuela, reservei”, sair para mim é significativo. “Eu saí, saio e volto”, isso é importante para mim.

E o respeito à eleição porque o que se diz sobre a falta de democracia é uma coisa extremamente repugnante, mas vossa excelência é prefeito e é reconhecido dentro da Venezuela como uma liderança da oposição. Considero importante o posicionamento de vossa excelência, a vinda aqui à discussão.

A Venezuela, na realidade, tem realizado várias eleições nesses últimos anos. O referendo para mim é uma novidade na América Latina. Eu quero destacar isso como extremamente positivo, do ponto de vista da sociedade na Venezuela, a prática do referendo.

E os dois últimos referendos, eles foram acompanhados por comissões internacionais, e não houve questionamento acerca do resultado, houve respeito pelas decisões dos referendos.

Segundo, foi levantado pelo Embaixador, e quero refletir sobre a ausência da cultura do Brasil em ter uma relação profunda com os países ao norte do nosso país. O Brasil rapidamente se relaciona com o Uruguai, com o Paraguai, com o Chile, com a Argentina. Há uma dificuldade histórica uma relação respeitosa, com profundidade, com a Colômbia, com a Venezuela, com o Suriname, com a Guiana.

Presidente Azeredo, precisamos acabar com isso. A Pan-Amazônia é prejudicada, do ponto de vista social, econômico, cultural, por conta dessa relação. Nós vamos esperar que o povo da Venezuela derrote o projeto de Hugo Chávez para termos, para celebrarmos essa ampliação do Mercosul? Nós não temos que discutir isso do ponto de vista da relação Brasil-Venezuela, mas do ponto de vista estratégico da importância do Mercosul. O Mercosul sofre pressões. Ou vamos esquecer a pressão dos Estados Unidos contra a consolidação do Mercosul? Ou vamos esquecer, na hora de discutir, ampliar o Mercosul, da Alca para a América Latina?

Então, precisamos ampliar isso, e nada mais importante do que ampliar com a Venezuela, com o quinto produtor de petróleo do mundo. Apesar da luta dura política entre Estados Unidos e Venezuela, 15% do petróleo dos Estados Unidos é comprado na Venezuela, e aí eles não abrem mão da relação comercial.

O Brasil precisa entender isso. A minha região, lá na Amazônia, tem uma relação muito forte com a Venezuela. Nós não podemos esperar a mudança ideológica, temos que respeitar a soberania popular, do voto do povo da Venezuela. O Mercosul, evidentemente, não vai ter ingerência em nenhum país, mas precisamos zelar pela consolidação da democracia na América Latina.

Então, penso que será um erro este poder, o Senado do Estado brasileiro, não aprovar a adesão do Estado da Venezuela. Será um erro do século XXI. Nós precisamos votar do ponto de vista social, cultural, econômico, nunca vamos ter ingerência dentro da Venezuela, e nem a Venezuela aqui dentro do Brasil, mas podemos cuidar do ponto de vista estratégico dentro de um bloco, que é o Mercosul.

Então, Prefeito, gostaria de uma posição acerca da Venezuela no Mercosul, que ficasse mais claro. Eu confesso que acabei achando que vossa excelência defende o ingresso, mas colocou umas condicionantes. Eu gostaria de ouvi-lo. Mas parabenizá-lo por participar deste debate aqui no Senado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Pedro Simon. Em seguida, ouviremos o Embaixador.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Em primeiro lugar, meu carinho a vossa excelência, Embaixador Regis, cuja competência, cuja credibilidade no mundo diplomático todos conhecemos e a quem o nosso Mercosul deve muito por seu trabalho e à sua ação.

Eu fico magoado de vê-lo chegar, assim, de repente, porque acho que a delegação do Brasil no Mercosul tinha que recebê-lo, não digo com as homenagens que recebemos em Montevidéu, mas com as obrigações que tínhamos em agradecer a orientação, o esclarecimento, a gentileza de vossa excelência.

Senhor Prefeito, não há dúvida de que a presença de vossa excelência aqui ainda é uma boa demonstração de que, com todas as dificuldades, vivemos em um ambiente de relativa democracia, digamos assim. Teve uma época em que nós, aqui no Brasil, e que esses países, à exceção da Venezuela, que hoje fazem parte do Mercosul, se reuniam com os generais-presidentes nomeados para discutir a tortura, a violência. Assim, foi o Brasil da ditadura militar, assim foi o Uruguai, assim foi a Argentina e assim foi o Paraguai e mais o Chile.

O Cone Sul foi, em determinado momento, no mundo inteiro, a região mais triste, mais dolorosa, de mais violência e de mais falta de democracia. Nós estamos tentando reabrir a democracia, o Brasil está fazendo isso e o Brasil pagou um preço muito caro, muito caro. O Uruguai também, a Argentina também, o Chile também e o Paraguai também. Por isso, vê-lo aqui como prefeito da capital, a cidade mais importante, e líder da oposição, que veio aqui e expressou com muita firmeza as suas convicções, para nós é muito importante.

Vossa excelência avançou, inclusive, em alguns aspectos que a gente não sabia, com relação a atos do Governo que não correspondem àquilo que desejamos para um verdadeiro país.

Eu digo a vossa excelência, com o maior respeito, Senhor Prefeito, meu ponto de vista. Eu sou favorável à entrada da Venezuela, apesar do Lula e apesar do Hugo Chávez, porque vejo na Venezuela muito mais do que o Senhor Hugo Chávez, vejo essa tese do Mercosul, Senhor Prefeito, como um luta muito importante da América. É triste vermos a América do Sul apontar junto com a África como o continente mais humilhado, mais pobre, com mais desgraça, com mais fome, com mais crianças abandonadas. E a nossa América do Sul tem riqueza, tem potencial, tem petróleo com a Venezuela, tem terras agricultáveis com o Brasil. É uma região com todas as condições para ser uma grande região. Mas, durante muito tempo, não conversávamos com nós mesmos, então no Brasil, falando português, uma língua diferente, muito mais ainda. Nós falávamos com a Europa, com os Estados Unidos, mas achávamos que o nosso inimigo era a Argentina. Então, durante muito tempo aconteceu isso. E, agora, o que a gente sente, o que a gente vê, Senhor Prefeito, é uma perspectiva de iniciarmos aquilo que aqui é muito

mais fácil do que na Europa. Quem diria que, com todas as guerras, com todas as violências, com tudo o que aconteceu na Europa, com tudo o que aconteceu, a Europa, hoje, é praticamente uma nação. É uma federação com a mesma moeda, com parlamento comum, com uma unidade de pensamento, com uma unidade econômica. Nós achamos que esse é o caminho, e achamos que, no momento em que avançarmos nesse caminho, temos condição de buscar um desenvolvimento para todos nós.

E, com relação à democracia que é tão importante, senhor, achamos que uma coisa é termos o Mercosul, uma coisa é termos os países da América todos integrados no Mercosul e com a ideologia, com o pensamento, com a doutrina do Mercosul, que diz que só pode fazer parte do Mercosul o país onde tem democracia. Há pouco tempo, ali no Paraguai, não queriam deixar o vice assumir e queriam dar um golpe. O Presidente do Brasil e o Presidente da Argentina interferiram e disseram: “Não, ou assume o Vice-Presidente ou você sai do Mercosul”, e assumiu o Vice-Presidente.

Então, o que achamos é que, em primeiro lugar, se decidirmos, porque a Argentina já votou favorável, o Uruguai já votou favorável, a Câmara dos Deputados já votou favorável, está na nossa mão, no Senado. Se decidirmos votar contra, o que vai ficar na história não é que o Senado brasileiro votou contra, porque era contra o Hugo Chávez. O Hugo Chávez vai passar. O que vai ficar na história é que houve um determinado momento em que o Senado brasileiro votou contra a entrada da Venezuela.

E nós, Brasil, que fizemos um esforço enorme, dramático, porque esse é o mérito nosso, modéstia à parte, porque sempre fomos olhados com antipatia, porque falávamos o português, porque éramos um continente muito grande, apesar de nós nunca termos tido uma guerra de conquista, apesar de nunca termos ido buscar meio metro do território de ninguém, éramos olhados com restrição. Foi muito difícil fazermos uma integração com a Argentina, fazer uma amizade com os argentinos. Hoje, a não ser no futebol, que eles são muito ruins mesmo [risos], somos amigos fraternos e de boa convivência; e isso está se espalhando, está se expandindo.

Então, nós achamos, nós ouvimos, com muita firmeza, a dureza das suas explicações, e quero lhe felicitar, o senhor veio usando uma linguagem de bom diplomata, da elegância, falou o que tinha que falar. Eu sinto como lhe deve ter doído falar essas coisas num outro país, mas vossa excelência cumpriu, com muito respeito, seu papel. Mas creio e, aqui, gostaria, para ter maior compreensão do pensamento de vossa excelência, se tivéssemos que decidir entre votar contra ou a favor da Venezuela, afirmando com toda a clareza, que somos a favor da entrada da Venezuela – mas fazemos as maiores restrições ao atual Governo – e, a partir de então, isso que o senhor está pedindo aqui, que vá uma comissão do Brasil, do Senado

brasileiro lá na Venezuela, que pode ir, mas não tem efeito nenhum. Nós podemos fazer no Mercosul, exigir que vá uma representação do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai, uma representação do Mercosul para visitar a Venezuela, e aí, se for o caso, pedir, inclusive, a suspensão da Venezuela do Mercosul, porque a democracia não está sendo cumprida.

Então, o que achamos é que, se incorporarmos a Venezuela no Mercosul, nós estamos dando um passo a favor da democracia. Agora, se recusarmos, o Senhor Hugo Chávez vai falar às repúblicas bolivarianas, vai ser outro acordo, outro entendimento, vai criar outra entidade de divisão e de diversificação do pensamento na América Latina. Era isso, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Prefeito Doutor Ledezma com a palavra.

Senhor Prefeito Antonio Ledezma: Muito obrigado. Sua excelência disse algo muito certo. Eu sou o Prefeito da cidade de Caracas e tenho a legitimidade que saiu de uma consulta popular, mas esse prefeito, assim, como outro governante, como o governador do Estado Táchira, o Governador Vivas, não podemos despachar do nosso próprio gabinete, porque foram invadidos. Tiraram atribuições nossas, que tínhamos, como a de administrar hospitais, escolas, ou seja, um país em que não se respeitam as regras de ouro da democracia, em que o Presidente não admite que uma pessoa contrária à revolução despache no centro da cidade.

A constituição estabelece as questões de cidadania, mas o Presidente nos chama de contrarrevolucionários. E, nesse momento, fui acusado de traição à pátria, por ter cometido, segundo um representante do Governo atual da Venezuela, eles me acusaram de enviar uma carta ao Senador Sarney, pedindo fossem respeitadas as condições que os próprios países do Mercosul estabeleceram.

E assim, esclareço que não vim impor condições, por respeito aos senhores e por reconhecer as regras e as condições existentes, que deram início a essa iniciativa. Eu não vim aqui inventar as fórmulas de Ushuaia e nem de Outro Preto, nem os demais protocolos. Não vim aqui propor fórmulas para resolução de controvérsias, isso já foi decidido, já existe. Não proponho que se derrube Chávez, para que a Venezuela entre no Mercosul, não é preciso que ninguém substitua Chávez, isso poderia ser decidido futuramente, respeitando-se as regras de democracia venezuelana pelas eleições.

Vocês têm o direito de duvidar das minhas palavras, mas a obrigação moral com nosso país, como vizinhos, como irmãos, como dizia o nobre senador, seria verificar se é verdade ou não que existem prisioneiros políticos. O jornalista García, está preso na Venezuela, assim, como o estudante Júlio Ribas, de 22 anos, que estava preso simplesmente por participar de uma marcha contra a lei de educação,



que busca ideologizar as crianças venezuelanas. Na Venezuela, emissoras de rádio perderam a licença.

Os senhores podem constatar e verificar se falsifiquei a história ou se estou transmitindo algo além da verdade, nada mais que a verdade.

O Governo da Venezuela não permite que entre no nosso território um único funcionário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O Mercosul tem seus próprios controles, seus próprios “sistemas imunológicos” mas, quando me perguntam se devemos votar a favor ou contra a entrada da Venezuela, sou partidário da integração, porque creio nessa vocação de integração. Não se trata de que sejamos socialistas, social-democratas, neoliberais, não se trata

da permanência ou não de Chávez no poder. Quando se propôs a entrada da Venezuela no Mercosul, Chávez nem estava no poder, era a época do Presidente Caldeira, então, iniciou-se um processo de consulta que não se renovou agora, com os empresários, com os comerciantes, para ver até que ponto somos competitivos, para ver até que ponto podemos adequar nossa estrutura econômica e comercial às exigências de um cenário como o Mercosul.

E reitero que proponho o reconhecimento do Estado da Venezuela como parte do Mercosul, mas que os senhores, como senadores, também são obrigados a proteger o Mercosul e, para proteger o Mercosul, também é preciso colocar na balança o peso de figuras que, por seu desenvolvimento, não respeitaram as regras do jogo. E quem pode impedir que um senador eleito pelo povo do Brasil entre nesta sessão? Ninguém pode impedir, não se pode quebrar as regras do jogo.

E, quando recordo as regras de ouro da democracia, esses aspectos contam muito, os valores e as virtudes da democracia.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Muito obrigado, prefeito. Vamos ouvir, agora, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Geraldo Mesquita. Depois, então, ouviremos novamente o Prefeito.

Antes, quero registrar a presença entre nós do Deputado Federal Germano Bonow, que também é membro do Parlamento do Mercosul. Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Senhor Prefeito da cidade de Caracas, Antonio Ledezma, senhor Embaixador Regis Arslanian, a quem agradeço a presença, nesta Comissão.

Eu disse, aqui, quando li o relatório sobre a discussão da participação da Venezuela no Mercosul, minha enorme dificuldade em lidar com problema tão delicado, em que, de um lado, vinha a minha convicção e vocação integracionista, da visão clara de que a integração na América Latina é essencial para o futuro dos nossos povos. Que essa integração deverá e terá que ser feita passando por cima de vários obstáculos que aparecerão durante essa caminhada.

Por outro lado, diante do receio de ficar omissos como representante do Senado brasileiro e de um processo muito claro, na minha opinião que se tornava a cada dia mais claro, de uma arquitetura de um projeto de poder ditatorial e autoritário, que estava sendo construído na Venezuela.

À medida que essa minha dúvida, que esse meu dilema crescia e passava com o tempo, vários fatos novos vieram ratificar essa convicção e essa visão de que estava sendo construído um Estado autoritário. Havia um projeto de construção em andamento, não fechado, mas em andamento. O projeto autoritário na Venezuela e que tinha, também, claramente, uma vocação de exportação desse projeto, e essa visão também se foi ratificando, à medida que os acontecimentos iam se repetindo, culminando, agora, com a mais recente participação confessa e também declarada, pelo Governo Brasileiro, de que a montagem da volta do Presidente hondurenho para Honduras, jogando no colo da Embaixada brasileira, foi feito pelo Governo da Venezuela.

Ninguém aqui está enaltecendo o golpe que houve em Honduras, mas revelando o envolvimento direto de aviões venezuelanos, equipamentos venezuelanos, num terceiro país, violando, assim, um princípio que também é muito caro a todos nós, que é da não-intervenção, da não-ingerência em outros países.

E essa minha convicção se tornou maior ainda quando percebi que essa vocação autoritária vinha recheada de uma série de visões perigosas, não somente para a democracia, mas perigosas para os

direitos humanos, universalmente aceitos e consagrados por todos os povos do mundo.

Ao lermos o relatório da OEA, em que se registrou a invasão por parte de milicianos da sede da comunidade (não sei o nome exatamente), mas da sede da comunidade judaica na Venezuela, com todas as características que vêm carregadas daqueles poderes autoritários e que usam determinados preconceitos como arma para a manutenção do poder, instigando o preconceito e a divisão, fez-me consolidar ainda mais esta convicção.

Evidentemente que este lado tinha que se acoplar com outro lado, o outro lado qual é? A visão integracionista. E onde deveria pesar a visão integracionista? Seria na proteção do Mercosul. Um Mercosul que está começando, e o Embaixador é um dos pilares da manutenção, dessa difícil missão. É um mecanismo inicial, que foi construído já há algum tempo e vem-se consolidando com idas e vindas, aos poucos, passando por muitas dificuldades, mas que representa uma instituição que, como toda organização do mundo, tem que ter regras básicas de convivência e de participação.

Seja na ONU, seja na OEA, seja na União Europeia, seja em qualquer outra instituição, essa constituição, essa organização baseia-se no acordo mútuo de aceitação de regras básicas. Há avaliações – e aqui eu queria muito falar para aqueles que lutaram tanto contra isso aqui no Brasil. Falou-se em violação dos direitos humanos, presos políticos, inabilitação de candidatos a postos eletivos, a interferência nos três Poderes, a falta de respeito à separação entre os três Poderes, a falta da liberdade de imprensa, diz respeito, claro, ao direito de propriedade, que aí, Senhor Embaixador, entra também na questão econômica. Como pode haver a integração entre dois sistemas que são completamente, ou que tendem a ser completamente diferentes entre si? E agora, a repetição de preconceitos que pensávamos já superados em termos racionais, pelo menos na nossa região.

Evidentemente que ninguém – e acho que passamos, no nosso relatório, toda essa noção –, que ninguém é contra a Venezuela no Mercosul. Nós todos somos a favor da Venezuela no Mercosul, queremos e muito a Venezuela integrada conosco, e aqui, o Senador João Pedro disse algo que compartilho: a necessidade da integração do Norte, para nós dos estados do Nordeste, é mais importante ainda, porque estamos vendo o Brasil se desenvolvendo e fazendo eixos comerciais do Centro-Sul para baixo, e nada vem crescendo do Centro para o Norte e para o Nordeste. Então, para nós isso é fundamental.

Agora, a história está cansada de ver a omissão de princípios básicos de direitos humanos e democracia, em nome de interesses comerciais imediatos; a omissão, diante de uma visão de curtíssimo prazo, em nome de visões básicas da liberdade humana e da conduta da relação e de valores entre os povos, é um erro histórico provado e

comprovado, por tudo aquilo que se viu, principalmente na história do século XX, principalmente na história do século XX.

Cansamos de ver Dom Hélder e Paulo Brossard, fazendo conferência lá fora sobre a democracia brasileira quando vivemos uma ditadura duríssima. E mais, vossa excelência descreveu o processo muito bem. Apesar de eleito prefeito, todos os poderes da sua prefeitura, direito à administração dos hospitais da sua cidade, direito à administração das escolas da sua cidade, foram retirados. E estou aqui disposto a fazer todo o possível para contribuir para que a Venezuela entre no Mercosul e que a democracia olhe para o futuro, dentro da nossa América do Sul, e não olhe para o passado.

E como se disse, aqui, disseram todos, o Brasil, hoje, é um líder, é um líder, sim, na América Latina, pelo que representa, mas tem a convicção e a história da não intervenção, mas também tem que exercer seu papel de liderança, não derrubando ninguém, não interferindo em outros países, mas, do ponto de vista moral, dizendo um basta, quando os direitos humanos fundamentais estão sendo violados.

E é isso o que queria dizer se for possível uma construção de fato, em que se aprove a entrada da Venezuela no Mercosul, desde que haja garantias concretas de que esta evolução e essa exportação de modelo autoritário e preconceituoso não serão feitas – e teremos ferramentas para impedir essa evolução –, estou disposto a estudar, para que possamos chegar a uma conclusão, mas algo concreto. Porque entendo que essa é a sua visão, e nem poderia vossa excelência, estando fora do seu país, e dizer que não aceitaria ou não veria com bons olhos a integração da Venezuela, onde vossa excelência, evidentemente, hoje, está numa posição de sacrifício, enfrentando dificuldades, e portanto, demonstra o amor que tem por vosso país, chegar aqui e se expor dessa maneira.

Estou perfeitamente ciente da delicadeza do momento e creio que todos aqui, hoje, que têm essa preocupação da não omissão, estamos dispostos a estudar uma forma de adesão da Venezuela que possa ser concreta e aceitável.

Quero, ao encerrar, Presidente, me estendi um pouco demais, mas, como relator, dei-me esse direito e peço a sua permissão de dizer o seguinte: novamente ratificar o nosso interesse pela participação, pela construção do Mercosul total, total. Agora, o próprio Mercosul – e aí a história está cansada de provar –, ao entrar elementos com características de dispersão, de divisão corre um risco, porque o Embaixador sabe mais do que eu, o Mercosul não está tão forte, num momento de consolidação, quanto poderia e queríamos que estivesse.

Essa é a colocação que queria fazer, apenas, enfim, parabenizando e agradecendo pela presença dos senhores aqui. E dizer que, da minha parte, também, acho que seria imensamente contribuinte para esse debate a presença que o Senador Flávio Torres

já manifestou interesse da Venezuela, aqui, de que fosse uma comissão deste Senado à Venezuela.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, vamos ouvir agora o Senador Geraldo Mesquita e, depois, ouviremos, então, o Prefeito.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Senhor Presidente, senhores senadores presentes, quero saudar o Prefeito de Caracas, desejar-lhe uma boa estada no nosso país. Seja bem vindo, Prefeito. E quero saudar muito especialmente, também, meu prezado amigo Embaixador Régis.

Quero, aqui, dizer da importância da presença e da participação do Embaixador Régis.

Eu atribuo, com absoluta sinceridade, grande parte de positivo que conseguimos produzir nesse pouco espaço de tempo em que o Parlamento do Mercosul funciona, à contribuição, à colaboração e à presença do Embaixador Régis em Montevidéu, pois ele é Embaixador do Brasil para o Mercosul e Aladi.

Com relação à discussão, mais uma vez travada nesta importante Comissão, haverá sempre alguma razão para que não aprovemos o ingresso da Venezuela no Mercosul, mas ao mesmo tempo, existirão muitas razões para que aprovemos o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Eu comparo essa situação à situação vivida pela Comunidade Europeia em face do ingresso de países, por exemplo, do leste europeu. Ali também sempre existiria alguma razão para o não-ingresso de um ou outro país, mas a Comunidade Europeia, em boa hora, decidiu considerar as muitas razões para o ingresso de alguns países que, hoje, fazem parte da Comunidade Europeia.

Cabe recordar que o protocolo constitutivo do Mercosul, no que diz respeito ao funcionamento do nosso parlamento, Parlamento do Mercosul, estabelece, e seu regimento interno dispõe que, anualmente, a Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul haverá de elaborar um relatório sobre a situação dos direitos humanos nos países que compõem o Mercosul.

Eu tive o privilégio de ser relator do primeiro relatório, relativo ao exercício de 2008. Está sendo apreciado pelo pleno do Parlamento. Qual foi a sistemática utilizada? Audiências públicas nos países integrantes do Mercosul. Realizamos nos quatro países, colhemos depoimentos os mais contundentes e emocionantes, na Argentina, no Paraguai, no Uruguai, também aqui, no nosso país. Essa é a sistemática.

Eu estou ansioso pelo ingresso da Venezuela no Mercosul, porque ela, tornando-se membro pleno do Mercosul e do Parlamento do Mercosul, por conseguinte, essas audiências públicas serão realizadas por imperativo normativo; não haverá ninguém, em sã consciência,



que poderá impedir a presença da Comissão de Direitos Humanos, da qual tenho a honra de fazer parte, em território venezuelano, para apurar seja o que for, ouvir quem quer que seja. Isso é um imperativo normativo. Eu já me preparo para essa circunstância.

Registro que – e uso até uma expressão utilizada pelo Senador Arthur Virgílio –, caso seja constituída esta comissão para ir à Venezuela quero que “me incluam fora dela.” Eu iria lá se essa comissão do Senado fosse convidada pelo Governo venezuelano ou pelo Parlamento venezuelano, do contrário, sentir-me-ia muito desconfortável.

Já como membro da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, vou a cavaleiro, assim, que a Comissão marcar a audiência a ser realizada ou as audiências a serem realizadas em território venezuelano.

É apenas para marcar a diferença do que entendo que é apropriado e do que, do meu ponto de vista, não seria de todo adequado.

E não se trata aqui, de se estabelecer um tratamento diferenciado com a Venezuela. Revelo um fato ocorrido, na última reunião do Parlamento do Mercosul. Tive que me manifestar de forma contundente, durante a realização da reunião da Comissão Diretiva do Parlamento do Mercosul, porque houve uma tentativa deliberada de cercear o funcionamento da Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul.

Eu fiz uma intervenção dura, dizendo que isso seria um absurdo. Eu estou revelando esses fatos para mostrar que não se trata de tratamento diferenciado à Venezuela.

O Mercosul precisa do ingresso de outros países para se tornar algo maior, mais abrangente, mais solidário, aqui na América Latina.

Esse é o meu entendimento. O ingresso da Venezuela? Eu sou favorável. É um ingresso crítico? É, é um ingresso crítico, meu voto é pelo ingresso crítico da Venezuela. Se pretendemos a integração da América Latina, não podemos colocar vetos a essa integração. Precisamos atrair todos, e ninguém aqui se iluda que o processo será pacífico, será tranquilo, será morno. Jamais. O Mercosul será sempre palco de dissensão, de discordância, de contraditório, e assim é que tem que ser.

É preciso dar vida ao Mercosul, e essa vida depende do ingresso de mais países que compõem a América Latina; do contrário, estamos fadados a viver essa modorrenta relação que temos, hoje, do Mercosul. Isso não vai para lugar nenhum, só cresce e se desenvolve se fizermos ingressar no Mercosul países que estão aí, aguardando ansiosamente.

Aí sim, vou passar a acreditar com muito mais entusiasmo no Mercosul, no seu futuro; do contrário, estamos fadados ao isolamento na América Latina, cada um cuidando do seu próprio umbigo, não olhando para seu vizinho e não integrando um fantástico bloco político, social e econômico que temos capacidade e competência para formar aqui na América Latina. Obrigado, Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. Vamos ouvir novamente o Prefeito Antonio Ledezma. Depois, ouviremos Mozarildo Cavalcanti, Flávio Torres, Arthur Virgílio e Inácio Arruda.

Senhor Prefeito Antonio Ledezma: Eu confirmo o que disse nas minhas primeiras intervenções. Nossa vocação para a integração vai além de qualquer interferência. Quando invocamos os protocolos, as regras do jogo, acredito que ativa-se um instinto de preservação. A ideia de proteger esse cenário, de atuações relacionadas aos impulsos de querer vetar, como mencionou o nobre Senador Geraldo Mesquita. Quem vetou o Parlamento brasileiro foi o presidente Chávez. Eu nem me atrevo a repetir as frases usadas para desqualificar os nobres senadores, que continham adjetivos impronunciáveis. Isso ocorreu simplesmente porque aqui foram feitas observações, questionamentos que, em nenhum caso – como entendi a intervenção do Senador Tasso, queriam sustar ou negar o reconhecimento da Venezuela. O que queriam era garantir que os Governos – que repito, são transitórios, motivo pelo qual privilegio o conceito de Estado, que é o que deve ser reconhecido o quanto antes –, comprometam-se a respeitar essas regras, esses protocolos, que foram mencionados várias vezes durante essa conversa. Isso é o que queria dizer, porque o resto já foi dito.

Nós aprovamos a adesão da Venezuela ao Mercosul. Mas, como também já foi dito aqui, não podemos pensar somente no cenário comercial e ignorar aspectos que estão intimamente ligados aos direitos humanos. É penoso vir até aqui falar de certas coisas que vivemos. Teria vergonha se pensassem que estou fingindo, que estou exagerando para chamar a atenção dos senhores. Também não quero que pensem que vimos até aqui para pedir clemência. O que queremos é solidariedade com nosso país, com nosso povo, com os que são fustigados. Podem ver pela internet quantos julgamentos foram iniciados por traição à pátria, por conspiração, por desestabilização. Também houve os julgamentos iniciados contra os governadores dos Estados de Zulia e Táchira, mandatários legitimamente eleitos em suas regiões, que foram acusados pelo Presidente da República de serem sócios dos paramilitares, ou como mandantes de franco-atiradores para cometer um suposto magnicídio.

Na Venezuela, os direitos humanos têm sido desrespeitados constantemente. Não quero dar detalhes das coisas a que somos submetidos, até para salvaguardar nossos nacionais. Isso também deve ser levado em conta. Porque a ideia é fortalecer o Mercosul, e a presença da Venezuela o fortaleceria sem dúvida, mas sempre e quando houver o compromisso de respeitar, de reconhecer esses protocolos e essas regras tantas vezes citados nesse debate.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Prefeito. Senador Mozarildo.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Senador Eduardo Azeredo, Presidente desta Comissão, Senhor Prefeito, Senhor Embaixador. Dentre os senadores aqui presentes, acho que não tem nenhum que esteja tão ligado à Venezuela quanto eu. Eu sou senador de Roraima. Roraima, a geografia nos colocou encaixados dentro da Venezuela. Tenho aqui, reiteradas vezes, dito que gostaria que a Venezuela tivesse entrado no Mercosul, quando este foi fundado. Agora, aprendi, na vida e na prática da minha profissão de médico, que realmente a pressa é inimiga da perfeição e sei que todo obstetra quer que uma mulher tenha uma boa gravidez, um bom pré-natal e um bom parto, e esse parto que estamos fazendo, que é a entrada na Venezuela no Mercosul, tem que ser realmente cuidado com muito carinho.

O que quero, como senador de Roraima, é que aconteça a adesão da Venezuela, como quer o Prefeito, mas como Senador da República, me preocupo com o cumprimento de determinadas condições, bem relatadas no voto do Senador Tasso Jereissati. Preocupo-me mais, quando leio o jornal de hoje, que diz assim: “Governo já tem votos para pôr Venezuela no Mercosul”, Quer dizer, a questão da adesão da Venezuela no Mercosul não está sendo uma questão de Estado, está sendo uma questão de Governo. E, quando se fala em governo, se fala que os governos são transitórios, Fidel também era transitório. Então, a transitoriedade é muito relativa nessa questão.

Mas o que me preocupa, também, usando o argumento do jornal, é que diz aqui: “como o Governo já tem maioria para botar a Venezuela no Mercosul; dos 19 membros da Comissão de Relações Exteriores, o Governo tem onze já favoráveis”. Então, teoricamente, estaríamos aqui discutindo à toa, porque não é uma questão de concepção de Estado, mas é uma questão de postura de Governo. E o Senado, diferentemente do que pensa o Presidente Hugo Chávez, que afirma sermos “papagaios de pirata” dos Estados Unidos, discute com seriedade, com isenção, essa questão.

Estamos convergindo para uma posição, com viés, esses diferentes: uns querem já de qualquer maneira, outros querem, como até digo, para ontem; obedecidas as pré-condições. Mas, aqui, vejam bem, os argumentos do interesse brasileiro. A Venezuela importa 75% dos alimentos e consome bens industriais; o país quer diversificar seus fornecedores, o que abre espaço para os produtos e serviços brasileiros.

O Brasil aumentou o *superávit* com a Venezuela, sem ela estar no Mercosul. Mas quem foi que vendeu para a Venezuela? Minas Gerais e São Paulo. Nós do Norte vendemos quase nada. Pelo contrário, o Presidente Hugo Chávez agora vetou a compra de celulares da Zona Franca de Manaus.

Não há tranquilidade jurídica nessa questão. Daí porque, coincidentemente, apresentei um requerimento a esta Comissão, no dia 2 de setembro, pedindo que a Comissão nomeasse um grupo de senadores para ir lá. Nós ouvimos, aqui, dois representantes da Venezuela. Agora, estamos ouvindo o Prefeito de Caracas, por sinal, por iniciativa do Senador Suplicy. Nós estamos ouvindo posições que são convergentes. O Prefeito apóia a adesão, também, até porque esperamos que esse Governo seja o mais transitório possível, porque, lamentavelmente, não é realmente nessa democracia que acredito; uma democracia muito adjetivada não funciona.

Vou dar um exemplo, aqui, da insegurança, senhores senadores, Senhor Prefeito. Um empresário de Roraima está há 80 dias sequestrado na Venezuela, pelas FARC, que já fez o contato com a sua esposa, que mora em Roraima, exigindo o resgate. Foi sequestrado no território venezuelano, na cidade de Ciudad Guayana e levado para a Colômbia.

Então, está há 80 dias, praticamente três meses, sequestrado. E, apesar das intermediações feitas, não se tem notícia desse empresário.

Então, temos fatos concretos que nos preocupam com essa adesão, sim. A Câmara debateu a matéria por mais de um ano. Nós estamos discutindo, debatendo, dando oportunidade a todos. Tinha-se estabelecido aqui que não se ouviria mais ninguém. O Senador Suplicy fez o apelo para ouvir o Prefeito de Caracas, o que foi muito bom.

Temos que ter a tranquilidade de fazer esse parto bem feito. Para que não fiquem sequelas nem para a Venezuela, que é a mãe, e nem para nós, que vamos dizer, assim, vamos ficar com essa criança para cuidar.

Então, espero mesmo que o convite, agora feito pelo Prefeito de Caracas, que reforça meu requerimento, possa ser aceito. Para que possamos ir lá. Alguma coisa demais? Diz o Senador Geraldo que, se o convite fosse formulado pelo Presidente ou pelo Parlamento seria conveniente. Então, vamos pedir para que façam esse convite.

Se a oposição, que quer a adesão, representada aqui pelo Prefeito, faz esse convite, nada mais elegante que esta Comissão aceitar o convite e designar os senadores que se dispuserem a ir. Porque, se as coisas são reais, se tudo está bem lá, não há por que temer que possamos fazer uma visita.

Então, espero, Senhor Presidente, que acatemos o convite. Porque então ficaria com minha consciência tranquila, como sei que os senadores ficarão, de termos dado um voto que permitirá, amanhã, que todos estejamos em paz. Eu não estou. Quando vejo um sequestro feito dentro do território da Venezuela, de um brasileiro, lá de Roraima, e que as FARC fazem contato com a esposa dele, pedindo o resgate, e não vejo nenhuma providência da Venezuela. Eu fico preocupado. É uma questão de direitos humanos.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo. Senador Flávio Torres.

Senador Flávio Torres (PDT-CE): Senhor Prefeito, muito obrigado pelo senhor ter vindo. E queria dizer o seguinte: a minha posição não é uma posição de Governo ou de base de Governo ou de Oposição.

Confesso aos meus colegas e ao Brasil que, durante muito tempo fiz muita força para gostar do Chávez, fiz uma força enorme. O que ele fez para a educação, o discurso voltado para os pobres. Mas estou jogando a toalha. Eu estou jogando a toalha e, se fosse à Venezuela, não iria para averiguar se o senhor diz a verdade. O senhor diz a verdade, vê-se isso todo dia na imprensa. Essa não é a questão. A gota d’água para mim foi uma declaração que vi semana passada, de que ele não vai financiar “Professor Pardal” para pesquisar atmosfera de Vênus. Que os pesquisadores deveriam sair das redomas e ir para as favelas, para fazer uma ciência para favelado.

Senhor Prefeito, essa declaração me assusta muito, porque, é de uma ignorância abismal. Apesar disso, baseado no princípio da autodeterminação dos povos, esse problema é muito mais dos venezuelanos do que nosso. O problema do regime, da luta, do embate é do prefeito de Caracas, é dos governadores, dos políticos, e não nosso. Concordo com a tônica dos pronunciamentos de que, é

importante que a Venezuela pertença ao Mercosul, é importante que uma comissão nossa possa ir lá e possa ir lá com legitimidade, porque a Venezuela faz parte do Mercosul.

A adesão vai perturbar o Mercosul? Vai. Eu não tenho a menor dúvida, mas acho que perturbação maior seria se não aceitarmos a Venezuela no Mercosul e deixar que ela comece a falar ou em outro “merco” ou olhar para o Irã ou para a China. É importantíssimo que façamos, que tentemos construir um mercado que seja nosso. Um que tenha a identidade da América Latina, que sempre buscamos. O Mercosul existente, hoje, não é muito tranquilo. Protocolos não foram cumpridos. É um processo de construção mesmo. A Venezuela requer esforço, requer dedicação, compreensão e respeito pela autodeterminação, porque isso é importantíssimo.

O problema do Brasil nós resolvemos. O problema da Venezuela os venezuelanos resolvem. Claro, vamos nos solidarizar toda vez que alguém tiver seus direitos básicos atacados.

Isso é o que tinha a dizer.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Eu vou passar a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Presidente, Embaixador Regis Arslanian, querido amigo e Prefeito Ledezma. Antes de mais nada, lamento a ausência e gostaria muito de ter um contato pessoal com o Senhor David Bittan, porque essa questão do antissemitismo para mim é fundamental.

O relatório do Senador Tasso Jereissati é um relatório sem preconceitos. Procurou analisar o mais tecnicamente essa questão. Mas não pode deixar de dar uma pincelada política. E, agora, compreendemos bem o que vossa excelência declarou a um jornal do seu país, em relação à questão do ingresso ou não da Venezuela no Mercosul.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que, mais dia ou menos dia, mais ano, menos ano, se o Mercosul não se dissolver, a Venezuela entrará no Mercosul. Não tenho dúvida disso. Eu faço, meu prezado Regis, uma observação. Vejo pontos muito relevantes na política externa brasileira. Tenho pelo Ministro Celso Amorim um carinho muito grande. Agora, não vejo o Mercosul como uma prioridade efetiva da política externa brasileira. Entendo que isso aí foi trocado, por exemplo, pelo sonho da cadeira permanente no Conselho de Segurança de uma ONU que já não existe mais, que está com cara de Liga das Nações.

A minha pergunta é outra. Esse Mercosul que está aí, que não está bem, aguenta a convivência com o Senhor Chávez por alguns anos? Essa é minha pergunta. Portanto, não se trata de negar nada à Venezuela, mas, sim, de saber se vetá-la no Mercosul é ou não é uma

forma de proteger o Mercosul. Essa é uma questão.

E, sob o aspecto da convergência das políticas macroeconômicas, vejo o Brasil mais perto do Uruguai, muito mais perto do Chile, e é um elogio que faço ao Governo Brasileiro, inclusive, e muito mais longe da Venezuela, do Equador, da Bolívia do Senhor Evo Morales, mas muito mais longe.

Eu vejo a democracia venezuelana capengando; eu a vejo se agarrando nas paredes. Não é uma ditadura, mas é um regime autoritário. Eu não vejo o Presidente Chávez como um homem de esquerda, a rigor. Tem um conhecido meu, que quem sabe é muito mais conhecido seu, venezuelano, seu patrício, que é o Teodoro Petkoff. Esse sim, um homem de esquerda, com uma trajetória na esquerda muito bonita, muito corajosa, que ele diz: “Olha, o maior delírio do Coronel Chávez é ele pensar que ele é o Fidel Castro, e ele não é.”

Na verdade, ele não toma atitude nenhuma que leve ao rumo do socialismo, tal como ele é visto por Fidel Castro. É mais uma falsa reforma agrária, é mais uma fantasia, enfim. Então, não o vejo como um homem de esquerda, eu o vejo mais como um militar à antiga. Um militar que, em certo momento, tentou o golpe, em outro momento sofreu um golpe e, num novo momento, já golpeou várias vezes as instituições venezuelanas, inclusive, o Congresso que aí está, que é um Congresso sem legitimidade. Porque só participam dele praticamente figuras ligadas ao Presidente Chávez, e com sucessivas agressões à Constituição venezuelana. Eu também considero muito importante que vá uma comissão de parlamentares brasileiros à Venezuela.

E, sinceramente, não tenho preconceito, se fosse um convite do Presidente Chávez, iria. Se a Comissão me designasse, eu iria a convite do Prefeito de Caracas. Não vejo mal algum, gostaria apenas que tivéssemos liberdade muito plena para *in loco* e de maneira plural avaliar a situação.

Eu tenho ainda algumas observações a fazer. Há violação de direitos humanos na Venezuela, de maneira muito mais primária do que no Brasil. O Brasil é uma democracia politicamente consolidada, enquanto a Venezuela marcha para um regime autoritário.

Eu queria dizer ainda a vossa excelência que ouvi alguns companheiros falarem em eleições. A ditadura brasileira sempre conviveu com eleições e, aliás, não conheço nenhuma ditadura que não pratique eleições. Até porque é a forma mais falsa, porém a forma mais comum de as ditaduras tentarem fingir que não são. Então, o Brasil teve. Eu estava lembrando algumas. Negrão de Lima e Israel Pinheiro ganham eleições em 1965, pessoas de oposição. O Chagas Freitas, uma oposição meio envergonhada, até eu mesmo tinha vergonha dele, enfim, mas era oposição, teoricamente. Mais adiante,

em 1982, quando o regime mostrava sinais de cansaço, Leonel Brizola, André Franco Montoro, Tancredo Neves e mais seis governadores de oposição ganharam eleições. Isso foi muito importante para que atingíssemos a eleição direta para Presidente da República no Brasil.

O simples fato de estarmos discutindo a adesão da Venezuela aqui é porque existem problemas; se fosse o Peru não haveria esse problema todo, embora não me arrependa, em nenhum momento, de participar de uma discussão tão rica, que é um momento tão brilhante da nossa Comissão de Relações Exteriores.

Eu me preocupo muito com a questão do referendo, ou seja, não sei se não é uma deliberada preocupação do Coronel Chávez de, a cada momento, diminuir o poder congressional, a cada momento, tentar um contato direto com o povo, que é muito próprio de políticos populistas, que fazem aquela trajetória que é lamentável: alguém quer ser ditador, consegue ou não. Se conseguir, é porque sufocou a oposição; sufoca a oposição, aí é assassinado ou é deposto; e, se isso não acontecer, vai à guerra, faz a guerra com alguém. E percebemos que esse não é um caminho estranho ao que o seu país já viveu e não é um caminho estranho essa trajetória que esse cidadão vem descrevendo.

Meu partido vai seguir o relatório do Senador Tasso Jereissati. Nós temos a votação aqui, teremos a votação no Plenário. A capacidade que temos de, em não havendo acordo, obstruir votações, é muito grande. Porque, no Senado, a correlação de forças é muito semelhante, equipara bastante o governo à oposição.

Eu entendo que, do jeito respeitoso com o que Senador Tasso tratou essa questão, nada ideológico, nada de sim ou não, procurou ver o talvez, procurou ver o que havia de intermediário nisso. Nós entendemos que era importante uma comissão ir à Venezuela, para verificar *in loco*, que haja tantos presos políticos. O Brasil não tem preso político, hoje. O Brasil tem presos que a sociedade injusta forja, mas não tem preso políticos.

Considero como uma situação esdrúxula e estranha, que merece um exame acurado, portanto, sua palavra é muito importante. Quando vossa excelência diz que não devemos deixar a Venezuela só, estou plenamente de acordo. Quero pensar além do que seria o interesse imediato da Venezuela e além do que seria o interesse imediato supostamente do Brasil. Queria pensar no Mercosul, que não tem sido, meu prezado Regis, a meu ver, uma priorização efetiva da política externa brasileira. Queria pensar se o Mercosul resiste ao que venha do Coronel Chávez. Se ele não está praticando, e por isso, vejo que ele não é um esquerdista coisa alguma, certo antiamericanismo ultrapassado, anos 50, modelo Cadillac rabo de peixe, não sei se não é isso.

Eu entendo que o ideal seria que ele assumisse compromissos, quem sabe ficar sem voto, com voz, que levassem a Venezuela a

condições econômicas e políticas praticadas pelo Brasil, pelo Uruguai, por exemplo, pelo Chile, que é um sócio nosso, sem ser permanente. E mais, entendo que o Mercosul tem vícios de origem. Quando a União Europeia se expandiu, aceitando uma porção de competidores do Brasil, em matéria de agronegócio, a União Europeia tomou cuidados. Por exemplo, o voto da França e o voto da Alemanha não são equivalentes ao voto de uma Romênia, de uma Hungria, não são, o peso é maior, e não há o poder de veto que há aqui.

Uma vez a Venezuela dentro do Mercosul, o Presidente Chávez poderá exercer poder de veto contra seus inimigos ideológicos. O Brasil não tem que comprar as inimizades ideológicas de um homem que, a meu ver, tem arruinado a qualidade dos poços de petróleo na Venezuela, tem mantido o atraso tecnológico por que vem passando a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), é uma situação bastante complicada.

Sua presença, Prefeito, honra-nos muito. Gostaria muito de ver essa comissão composta, convidado seja lá por quem for, até porque gostaria muito de saber se, nesses ingredientes todos da crise venezuelana (e acho que é uma crise, sim), se ainda tem mais esse que julgava banido da América Latina, que é essa prática abominável, do antissemitismo.

Mas é um prazer muito grande recebê-lo, vejo que vossa excelência é um quadro de alta expressão. E lhe desejo, um futuro político à altura da capacidade que aqui demonstrou.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. E vamos ouvir o Senador Inácio.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, senhor Embaixador Regis Arslanian, quero também me congratular com o trabalho de vossa excelência, na Aladi e na representação brasileira no Mercosul. A atenção, o cuidado com os representantes brasileiros, seja do Governo e, especialmente, do Parlamento brasileiro, que têm sido recebidos com muita atenção pelo senhor e por toda a equipe que o senhor conduz no Mercosul e na Aladi.

Senhor Antonio Ledezma, prefeito de Caracas, considero que, de toda sorte, temos feito uma discussão quase que *sui generis* na nossa Comissão, em relação a um tratado. Acho que é a primeira vez que um tratado é tão discutido na nossa Comissão. Demonstra, (eu sei que o Senador Eduardo Azeredo vai ficar meio rubro), a atenção com que ele tem conduzido os trabalhos da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu considero a importância da Venezuela a partir de um grande interesse da nossa região. Considero que não é boa a intenção de examinar qual é a condução política e ideológica de Chávez, porque torço pelo dia em que meu partido, o Partido Comunista do Brasil, ganhe as eleições no Brasil. E gostaria de governar o nosso país, e governar as nossas cidades e não gostaria de restrição ideológica,



embora saiba que essa é uma questão que sempre é posta na ordem do dia, sempre. Por quê? Porque esses interesses ideológicos estão permanentemente em conflito.

Então, essa é uma questão central. O principal, o mais importante para a América do Sul é a nossa integração. Existem muitos obstáculos, obstáculos grandes na Argentina, grandes no Uruguai, muito grandes obstáculos no Paraguai, na Bolívia, na Colômbia. A Colômbia enfrenta uma guerra interna, não foi criada pelo Chávez, pelo que sei, tem mais que 40 anos ou pouco mais.

Essa questão central é a que tem mais força política. Esses países, especialmente os países que formam, hoje, o Mercosul, eles foram muito importantes para evitar a formação de outro bloco, que, do ponto de vista econômico, do peso de uma única nação, tornava essas nações quase que colônias, que era a formação do bloco Alca.

Então, essas atuais nações que estão no Mercosul examinaram e concluíram que o mais importante era fortalecer o Mercosul, mesmo que haja diferenças substanciais entre essas nações, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social e do ponto de vista político.

Eu quero lembrar que, desse ponto de vista da questão dos direitos humanos, que considero muito relevante, a garantia essencial que temos que examinar, no Congresso brasileiro, é a garantia do Governo. Quem assinou o Protocolo de Adesão foi a Venezuela, foi o Estado venezuelano, vamos então, concluir e questionar o Estado venezuelano, através do seu representante que, embora se questione do ponto de vista da democracia, todos concordam, inclusive o prefeito de Caracas que, do ponto de vista originário, a democracia está garantida.

Então, do ponto de vista originário, estamos resolvidos. O nosso problema é a condução, como se conduz o processo democrático

na Venezuela. Lembro que aqui consolidamos a democracia e, num determinado período, um determinado governo resolveu que tinha que ter reeleição. Nós éramos contra, mas passamos a ter reeleição, é o problema de como se conduz o processo democrático. No Brasil, se deu assim, estabeleceu-se a reeleição.

No período da Constituinte, o Presidente Sarney viu-se numa situação em que seu mandato poderia ser reduzido para quatro anos. O Presidente Sarney queria os seus seis anos, que era o que a Constituição anterior, feita pelos militares, determinava. Ele queria os seis. Todos queriam seis, ninguém queria reduzir mandato. Mas a Constituição chegou a um meio termo ou um bom termo e pôs cinco anos para o Presidente Sarney.

Então, vejo que é um processo de conduta política, de exame democrático. Num determinado momento, ou num largo período, na Venezuela, que eu saiba, não tivemos eleição para os governadores, o que chamamos aqui de governadores ou de prefeitos. Era atribuição da Presidência. O Presidente escolhia quem ia ser o prefeito de Caracas, o governador, quem iam ser os representantes do Executivo nos estados venezuelanos. Isso também se alterou. Tem eleições, de toda sorte.

Então, é preciso examinar essas questões todas. São muitos os problemas que poderíamos arguir, do ponto de vista dos direitos humanos. A ONU tem uma Comissão de Direitos Humanos, se a Venezuela fosse examinar agora, o ingresso do Brasil no Mercosul, provavelmente arguiria muitas violações aos direitos humanos, porque o relatório das Nações Unidas em relação ao Brasil é gravíssimo, em relação à questão de direitos humanos.

Então, se for examinar de lá para cá, também se pode dizer: “De que direitos humanos você está falando?” O relatório da ONU em relação ao Brasil condena o Brasil e tem condenado muitas políticas nossas. Mas o que examino é que, nessa região da América do Sul, não fizemos a reforma democrática ainda; no Brasil, não, em relação à imprensa, não. A imprensa é concentradíssima em poucas mãos, de poucas famílias, nacionalmente e nos estados. São poucas as famílias nos estados que dominam a mídia, dominam a informação, controlam a informação e praticam censura interna nos seus órgãos de comunicação. Todas, praticamente.

Essa reforma não fizemos ainda. Fazer uma conferência de comunicação no Brasil está sendo uma dureza, está sendo uma dificuldade. Então, temos que atentar para esses detalhes todos. O mais importante é consolidar o nosso bloco. Vai ser a primeira oportunidade de ampliarmos o Mercosul. Esse é um fato histórico. É a primeira oportunidade de alargar o Mercosul. As repercussões serão importantes, porque outras nações da América do Sul também vão querer aderir após a Venezuela.

É claro que podemos argumentar. Vejamos o caso da Europa. O problema dos déficits nominais na Europa. Quem foi que cumpriu? A França? A Alemanha? Esses países principais da Europa cumpriram o que está no Estatuto da União Europeia? Não cumpriram.

A Espanha ingressou na União Europeia a despeito dos bascos, que é um problema da Espanha e da França. Contudo, tanto a Espanha como a França estão dentro da União Europeia. E a Turquia não está, porque o peso democrático da Turquia desequilibra a força da França e da Alemanha, não tem nada com democracia, não tem nada com islamismo, não tem nada com judaísmo, não tem nada com cristianismo. Não tem nada disso, não, é que desequilibra o peso da União Europeia, do ponto de vista da representação, por isso, há um tempo a mais para a Turquia, retarda-se o ingresso da Turquia na União Europeia.

Então, gostaria de tratar os nossos problemas em relação à Venezuela do ponto de vista político, do ponto de vista econômico e do ponto de vista social e que, realmente, a questão ideológica, porque a retórica do Chávez deve ser mais para dentro. Então, falando mais para dentro, a retórica dele é mais ofensiva, para poder sustentar sua posição.

Então, examinar desses pontos de vista e considerar que esse aspecto seria impeditivo, considero que não seria correto, do nosso ponto de vista. Lembro que, às vezes, a gente pode querer dizer assim: “Não, isso não tem muita importância.”

Eu faria referência a um nordestino, aliás, são dois nordestinos muito afeiçoados pela Venezuela: Abreu e Lima, que dá nome a uma refinaria, agora, em processo de compartilhamento com a Venezuela; e o Celso Furtado, ele era um paraibano, formou-se em Direito. Celso Furtado foi examinar o problema da Venezuela. Na primeira iniciativa, a pedido da CEPAL. Esse trabalho dele foi impedido de ser publicado, pelo Governo venezuelano, à época, em 1957. Só agora o BNDES, que tem o Instituto Celso Furtado, resolveu publicar. O trabalho do Celso Furtado de 1957 e, depois, o trabalho dele de 1974 estão num livrinho muito pequenininho, muito sucinto, mas demonstra o que é deixar um povo na miséria, num mar de riquezas. Então, acho que esse é um problema crucial do ponto de vista social.

Então, advogo que, primeiro, votemos favoravelmente ao ingresso da Venezuela. Seria um erro histórico não fazê-lo. O outro aspecto é em relação a enviar uma comissão de senadores brasileiros. Agora, formarmos aqui uma comissão para irmos examinar, antes do ingresso da Venezuela no Mercosul, como bem disse o Senador Mesquita, quando há uma comissão que está fechando agora os trabalhos de verificação dos direitos humanos nos países que formam atualmente o bloco. Nós estamos fazendo isso. Então, acho que não seria o mais adequado, do nosso ponto de vista.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O requerimento não será colocado em votação hoje. Vamos deixar para votar na quinta-feira, que é uma reunião ordinária. Mas agradeço. Passo a palavra para o Prefeito. E, depois, vamos ter ainda quatro oradores, Suplicy, Romeu Tuma, Valdir Raupp e José Agripino. O senhor prefere, prefeito, que ouçamos todos?

Senhor Prefeito Antonio Ledezma: Sim.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, vamos ouvir todos. Vamos, então, agora, ao Senador Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Embaixador Regis e prezado Prefeito Antonio Ledezma, de Caracas. Considero muito importante seu depoimento, avalio que, quando o senhor deu entrevistas à imprensa, mencionando que, do ponto de vista até da oposição e do processo de democratização da Venezuela, será muito melhor que o Governo Hugo Chávez e a Venezuela não sintam isolados, longe do Mercosul, porque, com a interação com os demais países, sobretudo o Mercosul, o senhor terá muito maior condição de estar, inclusive, expondo as coisas que acontecem na Venezuela. Foi esse o entendimento que tive, inclusive, para pressionar ou persuadir o Presidente Hugo Chávez a adotar um procedimento o mais democrático e, inclusive, conforme entrevista, que no próximo Natal não existam mais presos políticos.

E gostaria de lhe afirmar: eu, como Senador da base de Governo do Partido dos Trabalhadores, sou solidário a este propósito, mas considero muito importante e, por isso, inclusive, fui favorável, fui um dos que propôs o requerimento, ao lado de outros, para que o senhor fosse aqui convidado. Avalio como importante que possamos, conforme havíamos acordado, votar, no próximo dia 29, depois de amanhã, o ingresso da Venezuela no Mercosul e que possamos, então, realizar uma visita de senadores à Venezuela e estar-lhe ajudando em seu propósito; inclusive, a própria vinda do senhor aqui para dialogar conosco e dizer estas coisas, certamente, deverá estar tendo uma influência positiva para o objetivo da democratização e do respeito aos direitos humanos na Venezuela, de tal maneira que considero que o propósito da visita do senhor aqui é importante e é importante que possamos aprovar a adesão da Venezuela, nessa quinta-feira, e ajudarmos o propósito de abertura da Venezuela, com a Venezuela não isolada do Mercosul. Obrigado, Senhor Presidente.

Senador Romeu Tuma (PTB-SP): Presidente, vou procurar ser rápido, visto que o tempo do nosso prefeito é escasso.

Então, queria saudar e agradecer a presença do Prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, que com a coragem, com a disposição aqui comparece para expor seu sentimento sobre o ingresso ou não da Venezuela no Mercosul. E não poderia, de forma alguma, passar em

branco as nossas homenagens ao Embaixador Regis Arslanian, nosso armênio do coração. E ele é gentil e é o nosso guia. Faz reuniões matinais, antes de irmos ao Mercosul, onde ele expõe todos os pontos que estão sendo discutidos na alta esfera do Mercosul, das discussões de Presidentes ou de embaixadores.

Então, quero agradecer publicamente todo o trabalho que o senhor tem feito, em benefício do país e, principalmente, da nossa Comissão do Mercosul. Muito obrigado. E à sua esposa, também, que tão amável é conosco, oferecendo sempre uma recepção, para que pudéssemos trocar, juntos, alguns aspectos importantes da discussão.

Senador Eduardo Azeredo, queria cumprimentar vossa excelência, quando recebeu o projeto para entrada do Mercosul, analisou quais dos membros desta Comissão poderia ser o relator isento e que buscasse, através de pesquisa, de informações, elaborar um relatório, desprendido de qualquer vocação político-partidária, e o Senador Tasso Jereissati trouxe um relatório brilhante, com todos os aspectos a serem analisados por seus membros.

O Arthur Virgílio, agora, deu seu ponto de vista de embaixador, de diplomata, também fazendo uma análise de comportamento governamental da política externa brasileira.

E estava aqui para falar sobre a entrevista de vossa excelência publicada, hoje, em o Estado de São Paulo. Matéria muito clara sobre os objetivos do Chávez, que não condizem com a presença da Venezuela no Mercosul. Ele vai querer ter um poder imenso sobre o Mercosul atual, para comandar suas decisões dentro da América do Sul, e terá um instrumento dele, pelo que diz *O Estadão*. Não tenho por que duvidar muito do artigo, se os senhores lerem por completo o artigo.

Então, e, aqui, o senhor Embaixador Regis e o nosso prefeito podem analisar as divergências de opinião, não há consenso firme para votação, porque não se consegue separar o interesse da entrada da Venezuela, do povo venezuelano, com o comando do Hugo Chávez, em usar toda a sua estrutura político-partidária, inclusive intervindo nos municípios, claramente, como nos informou o prefeito Antonio Ledezma.

Eu acho que ainda não há, realmente, um consenso e talvez seja oportuno uma discussão mais aprofundada. Acho difícil uma comissão ir voluntariamente lá.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Senador Valdir Raupp e, depois, Senador José Agripino, e aí concluiremos.

Senador Valdir Raupp (PMDB-RO): Senhor Presidente, Senhor Prefeito Antonio Ledezma, senhor Embaixador Regis, da Aladi, senhoras e senhores senadores, serei bastante breve, Senhor Presidente.

Já se falou do requerimento, que não deve se votado hoje, só quinta-feira, o requerimento que o Senador Mozarildo apresenta, propondo a criação de uma comissão externa para averiguar a situação da Venezuela, no que se refere à democracia e respeito aos direitos humanos, e votar a matéria só depois desta averiguação. Queria dizer, Senhor Presidente, com todo respeito ao nobre colega Mozarildo, que o requerimento é antirregimental, não há previsão de criação de comissão externa para tal fim, apenas para representar o Senado em eventos específicos. Ademais, quando da discussão do voto contrário do relator Senador Tasso, ficou acordado que, no dia 29, portanto, na próxima quinta-feira, seria apresentado pelo Senador Jucá o voto em separado para ser votado.

E concordo, também, com alguns senadores que me antecederam, como o Senador Inácio Arruda, que o regime de Chávez passa, o Chávez vai passar, a República da Venezuela vai ficar. E não vejo diferença, já que Brasil reconheceu a China como economia de mercado, que é também espécie de uma ditadura, uma democracia popular. Mas o regime do Chávez está mais curto do que a gente possa imaginar. Então, não vejo nenhum problema em aceitar, até para atrair também novos parceiros para o Mercosul. Estamos restritos apenas a quatro países, precisamos ampliar a composição do grupo, e a Venezuela é uma parceira importante.

Então, repito, o regime do Governo Chávez vai passar, a Venezuela vai ficar, o PMDB não é a favor do regime do Chávez, mas é favorável à entrada da Venezuela no Mercosul. Obrigado, Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Ouviremos agora, o último orador, o Senador José Agripino. Foram 14 oradores que quiseram usar a palavra aqui. Senador José Agripino.

Senador José Agripino (DEM-RN): Senhor Presidente, Senador Azeredo; Senhor Prefeito de Caracas, Doutor Antonio Ledezma; Embaixador Regis Arslanian. Prefeito Antonio Ledezma, acho que vossa excelência, claro, não tem conhecimento ou informação sobre como se processaram, até agora, os ingressos dos diversos parceiros do Brasil no Mercosul. Muitos tiveram seu ingresso muito pacífico, sem discussão. O ingresso do seu país, da Venezuela, é, nesse momento, objeto de grandes discussões e de grandes conflitos de opinião, não pelo povo venezuelano, que é extremamente estimado por nós brasileiros, mas pela figura do condutor do país, o Coronel Chávez.

O que é que a mim preocupa? Importarmos dificuldades que não temos. Nós acabamos de importar uma dificuldade. O Brasil ofereceu asilo ao Presidente Zelaya, na Embaixada brasileira, em Tegucigalpa, e, a partir daí, o Brasil passou a viver constrangimentos diplomáticos desnecessários, indesejáveis e não previstos, ou seja, a

política externa do Brasil, em alguns segmentos da América Latina, está possibilitando a importação de dificuldades desnecessárias e indesejáveis. É o que temo com relação à Venezuela.

O Presidente do seu país, Prefeito, é um homem que tem muito prestígio dentro da Venezuela, suponho eu. Ele tem seguidores e tem contestadores, ele é amado e não é amado, é odiado, dentro da Venezuela. Essa é uma questão que diz respeito à Venezuela e aos venezuelanos, não temos nada que mexer com isso. Mas, à medida que as posições do Presidente Chávez possam importar dificuldades para o bloco do Mercosul, aí sim, nós, congressistas brasileiros, temos que nos mover.

O Brasil é um país pacífico, tem relações diplomáticas cordiais com Israel, com a Jordânia, com a Síria, com o Egito, com o Afeganistão, com o mundo todo. O Mercosul é um bloco que convive também pacificamente, muito embora tenhamos dificuldades intestinas, muitas vezes, entre Brasil e Argentina, Brasil e Paraguai, Brasil e Uruguai, vamos convivendo e não temos conflitos com parceiros externos, nem com os Estados Unidos, nem com a União Europeia, nem com o Japão, com ninguém.

O que é que temo? Recentemente, o Presidente Chávez foi obrigado ou a desapropriar ou a comprar ativos de empresas americanas, em função de posicionamentos políticos do Governo. O Presidente Chávez tem uma relação conflituosa com os Presidentes americanos e, com alguns dirigentes de países europeus. Aceito no Mercosul, evidentemente que posições do mandatário venezuelano vão ter que receber a solidariedade do bloco. Na medida em que haja um conflito com o Presidente Chávez com o Presidente americano, supõe-se que possa haver a solidariedade do Mercosul, e aí se inclui o Brasil. E aí estaremos importando dificuldades que não temos.

A minha pergunta é muito clara e muito objetiva, muito pragmática e é dirigida ao Embaixador Regis. Recentemente, o Presidente Chávez, em nome da Venezuela, rompeu relações diplomáticas com Israel, que é um país com quem temos, nós brasileiros, relações antigas, muito consolidadas, muito sólidas. A própria criação do Estado de Israel está baseada na ação de Oswaldo Aranha, numa ação pessoal de um brasileiro ilustre. Há uma colônia israelense do Brasil fortemente investidora. A relação pessoal de brasileiros com judeus, a relação econômica do Estado de Israel com o Brasil é muito sólida.

Como é que o Mercosul, que tem tratado bilateral com Israel, como é o que Presidente Chávez vai se comportar? Será que ele vai aceitar, vai desdizer a posição que tomou recentemente. Vai nos deixar confortáveis ou vai entrar em rota de colisão, deixando nós brasileiros mais uma vez em situação de desconforto?

São questões como essas que nos levam a dúvidas com relação ao ingresso da Venezuela no Mercosul, e é a oportunidade que temos de ver esse tipo de dúvida dirimida.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Agripino, líder dos Democratas. O Prefeito Antonio Ledezma, para suas considerações finais.

Senhor Prefeito Antonio Ledezma: Sobre o assunto do isolamento. O isolamento não é conveniente, sob nenhum ponto de vista. O exemplo citado foi o de Cuba. O bloqueio a Cuba serviu apenas para prolongar, por muitos anos, o que inicialmente era circunstancial. E também se falou, aqui, e falo como venezuelano, parodiando as palavras do honroso Senador, não vim aqui como oposição, se viesse aqui com picardia, poderia dizer: “Aprovem e suportem um personagem dessa natureza.”

Se vocês perguntarem sobre o processo eleitoral e de consultas, é necessário respeitar as eleições e como são realizadas as eleições. O Presidente Chávez, por exemplo, já está no poder há 11 anos, e as próximas eleições presidenciais serão no ano de 2012, ou seja, ele estará no poder durante 14 anos. E ele já declarou que a única pessoa apta para governar a Venezuela é ele mesmo. E numa das reformas sobre as Forças Armadas, o Presidente retomou sua atuação militar da ativa. Ele comanda as Forças Armadas e, assim, o poder civil está submetido ao poderio militar.

Valores democráticos, fala-se de pobreza. A Venezuela, nos últimos anos, investiu US\$ 950 bilhões no combate à pobreza, mas, ainda assim, há uma crise nos hospitais, há apagões, há crises nos hospitais, crises de água, e a última resposta do Presidente, em cadeia de televisão que, diariamente, transmitem discursos de quatro, cinco, até seis horas do Presidente, a solução defendida pelo Presidente é que o problema vem dos ricos, porque os ricos têm piscinas.

Então, em vez de dar água ao povo, a água é represada nas piscinas dos ricos, e a solução dos apagões, proposta pelo Presidente, é fechar os centros comerciais dos ricos. Assim, os ricos dos centros comerciais, dos shoppings, devem comprar geradores elétricos. São shoppings como os que vemos em Brasília e em São Paulo.

Então, não é um problema de ricos ou de pobres. A pobreza é um problema que deve ser combatido por políticas públicas eficientes, como no Brasil e em outros países do mundo. Na Venezuela, acontecem desapropriações.

O Presidente Chávez, participou de cúpulas em Margarita, com países representantes da África, da Ásia e, depois de voltar da Ilha de Margarita, dessa cúpula, ele declarou na televisão que houve um problema de segurança e que lhe atenderam mal.

Então, determinou que fosse interdito o Hotel Hilton, devido a um problema de segurança. Mas, na verdade, que problema o Hotel Hilton pode representar para a segurança de um país? Não é essa a questão, não é uma questão de interditar um restaurante ou uma loja. Na Venezuela, existem presos políticos. O governador de Maracaibo está exilado no Peru.

Empresários estão presos, porque o Presidente da República, assim, determinou. Richard Blanco, a segunda autoridade de Caracas, também está preso devido a um capricho do Presidente da República.

Na Venezuela, publicaram-se listas para perseguir os dissidentes do Governo no país. É um problema ideológico. O Chávez está perdido num labirinto ideológico. Ideologicamente, Chávez é a favor do Pinochet, no dia seguinte, ele é favor de Mao Zedong, no dia seguinte, é a favor de Fidel Castro.

O Presidente Chávez sempre denuncia o imperialismo americano mas, na verdade, é um problema de ambição desmedida de poder. É necessário que existam ideologias para se preservar o cenário político, mas o problema não é só a ideologia, mas é um problema de desempenho. Alguém pode se declarar socialista, como faz o Presidente Zapatero, na Espanha. Alguém pode se proclamar de direita, como fazem as autoridades da Alemanha, e alguém pode se proclamar social-democrata, mas, ao lado da ideologia de cada governante, está também o desempenho, como se exercem os cargos. E as democracias dependem fundamentalmente de princípios, é preciso haver separação de poderes.

Assim, concluo, mostrando nada mais que isto: uma fotografia, vocês podem ver inclusive na Internet, algo que aconteceu no início do mês de março. O Prefeito da cidade de Caracas foi impedido de entrar no Parlamento na Venezuela. Fui impedido de entrar, simplesmente porque queria levar uma carta, pedindo um direito de palavra, para ser ouvido pelo Parlamento. A lei permite. E, quando se pretende fazer alguma reforma das leis que governam a cidade de Caracas, a autoridade deve ser ouvida, a autoridade em vigor, mas fui impedido, pela força, de entrar no parlamento. Esse é um oficial das Forças Armadas da Venezuela, e, quando pedimos ao Governo, a resposta do Ministro de Relações Exteriores foi que teria que pedir por escrito, previamente, uma permissão para circular pela cidade de Caracas. E, a 25 metros da Assembleia Nacional está o meu gabinete, como o prefeito metropolitano de Caracas. Essa é a realidade que estamos vivendo em Caracas e na Venezuela.

Os senhores não estão no mercado, querendo comprar problemas com a Venezuela, e não venho pedir clemência. Peço dignidade e, por necessidade, vim pedir solidariedade. Dou graças a Deus por ter sido ouvido por esta Comissão, porque muitas portas

nos foram fechadas. E, quando pedimos que visitem Caracas, é para que conheçam o que vivemos.

O que diria o senhor, como senador da República se, depois de sair de Brasília, do aeroporto de Brasília o Presidente do Congresso brasileiro transmitisse, em sessão ordinária, o seu deslocamento no aeroporto de Brasília. Isso me aconteceu recentemente, quando viajei, acompanhado da minha esposa, mediante um convite de Buenos Aires, e fui acusado de estar promovendo conspirações internacionais, e projetaram minha imagem numa tela gigante, na Assembleia Nacional, ou seja, no Congresso da Venezuela, violando os meus direitos fundamentais como ser humano. Isso ocorre na Venezuela, Senador. Por isso, eu os convido a que visitem Caracas.

A Venezuela precisa da sua presença lá, para que escutem todos os sinos, para que possam verificar até que ponto estamos dizendo a verdade ou simplesmente agindo por impulso ou se estamos exagerando ou dizendo coisas que não correspondem à realidade sobre esses problemas que enfrentamos, problemas que nos causam tanta angústia.

Assim, confirmo o que acabei de dizer. A Venezuela deve entrar no Mercosul, mas o Governo da Venezuela deve respeitar as regras do jogo.

Então, agradeço a todos, em nome do povo da Venezuela, por me terem ouvido. Muito obrigado a todos.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, prefeito [palmas]. Embaixador, para responder rapidamente à pergunta do Senador Agripino.

Embaixador Régis Arslanian: Obrigado, Presidente.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Permita, Embaixador. Queria uma brevíssima pergunta. Talvez o senhor saiba, mas também o Prefeito Antonio Ledezma, nossa sessão, a visita, a audiência com o Embaixador Régis e com o Prefeito Ledezma será provavelmente bem divulgada, hoje, pela imprensa, pelos meios de comunicação da Venezuela? Agradeço se puderem responder.

Embaixador Régis Arslanian: Melhor o prefeito responder isso.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Pela ordem, Senhor Presidente. Eu não concluí, também, fazendo felicitações de o que prefeito de Caracas pode vir ao Brasil, porque, quando o Chávez sofreu o golpe, ficou preso da cadeia, não pode vir, não.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vamos ouvir, agora, o Embaixador, para terminar.

Embaixador Régis Arslanian: A pergunta do Senador José Agripino sobre Israel. O acordo de livre comércio que temos com Israel, o acordo de livre comércio que o Mercosul tem com Israel é um acordo internacional, quer dizer, não será com a adesão da Venezuela que deixaremos de ter esse acordo. Esse é um acordo complexo, muito abrangente em termos de produtos. Então, esse acordo é um acordo internacional e continuará sendo.

A Venezuela tem, pelo Protocolo de Adesão, a possibilidade de aderir ao acordo. Então, ela terá que aderir ao acordo pelo próprio Protocolo de Adesão, ou seja, ao entrar em vigência o acordo de adesão, ela tem quatro anos para aderir, para negociar com cada um dos nossos interlocutores. Após decisão de aderir a este acordo, qualquer Estado que se torne parte do Mercosul, após a data de assinatura deste acordo, depositará os instrumentos de adesão ante o depositário, portanto, a decisão será da Venezuela de aderir ou não, no momento de ter seu protocolo de adesão vigente.

Senador José Agripino (DEM-RN): É possível um Estado membro no Mercosul não ter aderido aos acordos bilaterais do bloco com países ou com outros blocos? É possível a adesão? Ao que me consta, não.

Embaixador Régis Arslanian: É um acordo já assinado, um acordo já concluído, que os países membros se obrigariam a se curvar a esses acordos.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): E os próximos? Os que virão pela frente?

Embaixador Régis Arslanian: Os próximos, os acordos que vêm pela frente, eles terão que negociar junto conosco. São novos acordos.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Com poder de veto?

Embaixador Régis Arslanian: Como?

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Com poder de veto?

Embaixador Régis Arslanian: Não, é como vossa excelência disse, quer dizer, por consenso.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Há direito de veto. Por exemplo, a Romênia não pode vetar sozinha nada?

Embaixador Régis Arslanian: Não, porque, como vossa excelência disse, aí é o poder, é o peso de votação.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Senhor Prefeito, por favor. O Senador Suplicy fez uma pergunta ao senhor. Ele perguntou

se esse nosso debate, aqui, esse debate protagonizado pelo senhor, pelo Embaixador Régis e pelos senadores brasileiros desta Comissão, se esse debate alcançará repercussão forte na imprensa venezuelana. E aí faço um adendo, qual o nível de isenção da imprensa venezuelana, hoje, para dar a notícia pura e simplesmente? Enfim. Primeiro, vai haver repercussão? Segundo, qual o nível de isenção da imprensa hoje? Em que nível ela funciona, do ponto de vista da sua liberdade de informar, de contraditar, de contrariar o poder vigente?

Senhor Prefeito Antonio Ledezma: Isso já é notícia na Venezuela, porque eles estão muito atentos a isso, desta sessão e de outras. A imprensa da Venezuela acompanha de perto o tema do Mercosul. Então, há um debate que vale a pena escutar e um debate

de muita repercussão, com os diferentes pontos de vista, que são muito prolixos, na verdade, algo muito próprio de um povo que é muito politizado, no melhor sentido da palavra.

E os meios de comunicação estão muito atentos sobre minha meta de vir aqui, expor aqui e também do que ouvimos aqui nesta reunião, ou seja, há uma vontade a favor da Venezuela, o reconhecimento do que significa a Venezuela e, também, uma preocupação pelos fatos políticos que estão ocorrendo no meu país.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, quero agradecer a todos os senhores senadores, agradecer ao Prefeito Antonio Ledezma, agradecer ao Embaixador Régis Arslanian. Está encerrada a reunião.



SESSÃO DE 1º DE OUTUBRO DE 2009:

**LEITURA DO RELATÓRIO
PREPARADO PELO SENADOR
TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)**





No dia primeiro de outubro de 2009, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) recomendou a rejeição da proposta de adesão da Venezuela ao Mercosul para a Comissão de Relações Exteriores do Senado. O bloco do Governo, no entanto, já estava pronto para o relatório e o senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu vista à matéria, adiando a votação para 29 de outubro. O voto do relator foi elogiado pelo detalhamento, analisando as questões sob ponto de vista técnico e político. A sessão começou às 11h43 e foi encerrada às 13h40.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas de reuniões anteriores. Senhoras Senadoras e senhores Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Antes de dar início à pauta, informo aos membros da Comissão que conforme anunciado na reunião de 20 de agosto, o Governo de Moçambique transmitiu um convite à CPLP, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, para que esta participe na observação das eleições presidenciais legislativas e provinciais daquele país, eleições gerais, que ocorrerão em 28 de outubro próximo. Em 2008, foram enviadas comissões da CPLP às eleições de Angola e Guiné-Bissau. Em 2009, as eleições antecipadas presidenciais em Guiné-Bissau também contaram com observadores da CPLP. Quero só consultar os senhores Senadores se há interesse em participar dessa missão de observação eleitoral da CPLP em Moçambique. Se alguém tiver interesse, por favor, me comunique pois estamos na fase final já de definição junto ao Itamaraty para o dia 28 de outubro. É importante que o Brasil esteja presente, já que não participou em momentos anteriores.

O item um da pauta é o Projeto de Lei nº. 84, de 2005, que submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira, de autoria do Senador Pedro Simon com relatoria do Senador Romeu Tuma, que tem o parecer pela aprovação nos termos da emenda nº. 01. Em discussão, portanto, a matéria. Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

Senador Romeu Tuma (PTB-SP): A ideia do Senador Simon é para evitar consolidação de pretensões inidôneas desses contratos entre empresas brasileiras e estrangeiras. Hoje, nós estivemos no Tribunal de Contas e eles estão também pedindo algumas alterações legais para tornar a área de fiscalização mais rigorosa. De forma que sou favorável, mas tenho certeza que um pedido de vista poderá melhorar ou provavelmente encontrar um outro caminho. Então, esse é o voto, o relatório, acho que é desnecessário a leitura por inteiro, visto que vai ter pedido de verificação.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Roberto Cavalcanti.

Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB): Maior respeito e admiração aos dois Senadores da autoria, o Senador Pedro Simon e o Senador Romeu Tuma, meu dileto amigo da qual tive a gentileza de pré-avisar o pedido de vista...

Senador Romeu Tuma (PTB-SP): Houve muita gentileza de vossa excelência

Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB): vossa excelência merece muito mais do que isso. E o objetivo básico é fazer revisão tendo em vista que a origem deste projeto oriundo do ex-Senador, nobre amigo e ex-Presidente da República Itamar Franco. Como vem há algum tempo nessa Casa, talvez necessite de algumas adequações em função da realidade de globalização brasileira. Só em função disso e prometo devolver na maior celeridade possível.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vista concedida. Passamos ao item dois, que é projeto terminativo que já esteve na pauta por várias vezes e é de muita importância e nós estamos com o quorum. Ele dispõe sobre a obrigatoriedade da União de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior, em outras palavras, brasileiro pobre que não tenha condição de transportar o corpo para cá. O relatório já foi lido em 25 de junho e já se encerrou a discussão. De autoria do Senador Expedito Júnior e relatoria do Senador Eduardo Suplicy, que não está presente. O voto é pela aprovação com duas emendas e o projeto é terminativo, portanto, exigindo quorum qualificado. São duas votações, tendo em vista que já foram feitas as discussões. Uma votação para o projeto e duas para as emendas. Portanto, vou colocar em votação o Projeto nº. 516. Os titulares, Senador Roberto Cavalcanti.

Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB): Com o relator.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Com o relator.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador João Tenório. Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Com o relator.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Flávio Torres.

Senador Flávio Torres (PDT-CE): Com o relator.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Flávio Arns.

Senador Flávio Arns (S/Partido-PR): Sim.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Renato Casagrande... Senador Augusto Botelho.

Senador Augusto Botelho (PT-RR): Favorável.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma.

Senador Romeu Tuma (PTB-SP): Com o relator.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Alvaro Dias. Senador Tasso Jereissati. Portanto, está aprovado com dez votos. Eu não voto como Presidente. A votação se repete para as emendas, estando os Senadores de acordo repetimos os votos. Todos de acordo, portanto estão aprovadas também as emendas. Aprovado o projeto e as emendas nº. 1 e 2 da CRE, a matéria será encaminhada para a Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Passamos, portanto agora ao item três, não terminativo, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 430, de 2008 que aprova o texto do protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas em 04 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados partes do Mercosul e da Venezuela. A autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, relator é o Senador Tasso Jereissati, a quem passo a palavra para a leitura do relatório.

Eu queria convidar o Senador Tasso Jereissati para que venha aqui à Mesa para a leitura do relatório tendo em vista o interesse de todos os Senadores.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Senhor Presidente, senhores Senadores. O Poder Executivo por meio de mensagem nº. 82, de 2007, submete ao Congresso Nacional o texto de protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul assinado em Caracas em 04 de julho de 2006. O acordo foi, inicialmente, apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou Projeto de Decreto Legislativo decorrente da mensagem presidencial formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado também no Plenário da Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2008. O acordo foi, em seguida, apreciado e aprovado pela representação brasileira no Parlamento do Mercosul, em 18 de fevereiro de 2009. No Senado a proposição foi recebida nessa Comissão em 12 de março, e não tendo recebido proposta de emendas, foi-nos encaminhada para relatar no dia 24 de mesmo mês. Realizaram-se quatro audiências públicas, as duas primeiras por requerimento nosso complementado pelo Senador Eduardo Azeredo. As duas últimas por iniciativa do Senador Fernando

Collor e com aditamento do Senador Eduardo Suplicy. Das audiências participaram conhecidos e renomados embaixadores brasileiros, tanto do atual Governo quanto de governos anteriores, além de diversas autoridades, estudiosos do Direito Internacional, bem como políticos da região amazônica e convidados venezuelanos. A todos reiteramos nossos agradecimentos por suas valorosas contribuições.

Cabe registrar que o Embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil foi convidado para participar de uma das audiências, tendo declinado do convite por meio de um fax enviado ao Presidente da Comissão.

Para dirimir dúvidas e preencher lacunas, o protocolo foi objeto de três requerimentos de informações ao Ministério das Relações Exteriores. O primeiro de nossa autoria foi respondido pelo Chanceler Celso Amorim, em 03 de julho. O segundo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo teve as informações enviadas em 29 de julho, e o terceiro, dos Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy foi respondido em 10 de setembro.

As contribuições das Audiências Públicas e das informações recebidas em resposta aos requerimentos estão disseminadas ao longo deste parecer e serviram sobremaneira para formar as convicções aqui expressas. Não detalharemos o conteúdo do protocolo de adesão por constar do relatório e já ser de amplo conhecimento de todos.

Passo agora à análise da matéria. Procuramos analisar a proposta de adesão da Venezuela ao Mercosul sob enfoques objetivos, para chegarmos a uma decisão racional e desapassionada da matéria. Todas as nossas considerações estão fundamentadas em informações e documentações que estão citados ao longo do nosso parecer, já encaminhado aos outros Senadores. Apesar da entrada da Venezuela no Mercosul do ponto de vista dos países da região ser uma decisão política, há, contudo, um exame técnico que o Governo e o Congresso Nacional em suas respectivas esferas de competência têm o dever de realizar. Existem condições que devem ser cumpridas e elas constam do próprio Protocolo de Adesão. É de se destacar a importância da decisão que tomaremos. Trata-se do primeiro caso de adesão ao Mercosul e firmará precedente que irá ser invocado em casos futuros. Para organizar a nossa análise, iremos segmentá-lo em três aspectos: Primeiro, o fato de que o ingresso da Venezuela é uma decisão política do Governo Brasileiro e seus pares no Mercosul, com base em interesses políticos, comerciais e estratégicos. Segundo, que o protocolo de adesão deve ser examinado com rigor do ponto de vista técnico e jurídico formal. E terceiro, sobre a relevância dos aspectos políticos internos e externos da Venezuela e de seus reflexos na região.

Começaremos com os aspectos econômicos e estratégicos. Uma discussão central no Mercosul e entre seus estudiosos é sobre a prioridade entre se alargar o bloco, incluir novos membros ou apro-

fundar e consolidar as instituições. Até o presente, a opção era pelo fortalecimento do Mercosul. É bom que se frise que o desempenho comercial intrabloco em comparação com o crescimento do comércio brasileiro com o resto do mundo, nos últimos anos, ou mesmo em relação a outros acordos subregionais de comércio, não vem sendo tão expressivo. O problema central é que o Mercosul não avança em termos de livre comércio e em termos de Tarifa Externa Comum. Pode-se até constatar certos retrocessos, como os que assistem ciclicamente nas relações Brasil-Argentina. Preocupante também é a falta de segurança jurídica no Mercosul. Uma empresa que exporta para a Argentina não sabe por quanto tempo poderá fazê-lo, porque a todo momento poderão sobrevir medidas protecionistas ou novas regras. Neste aspecto, o ingresso da Venezuela irá agravar o quadro já que ela vem adotando medidas impróprias, como é o caso, por exemplo, das restrições à exportação de celulares para a Venezuela. Além disso, vem atrasando o pagamento de produtos importados, inclusive do Brasil, por meio de um exótico mecanismo burocrático de autorização para liquidação cambial. Em sentido contrário, os dados realçam a importância da eventual participação da Venezuela. O comércio Brasil/Venezuela cresceu 885% nos últimos dez anos. Hoje a Venezuela é responsável por 2,6% das nossas exportações e a sua participação nas importações do Brasil é de apenas 0,31%. O comércio com a Venezuela foi o que mais contribuiu para o superávit da balança comercial brasileira em 2008. 18% do saldo brasileiro vêm das exportações para aquele vizinho. O Brasil tem acesso ao mercado venezuelano graças a uma herança de preferências que pertenciam ao pacto andino e que deixaram de existir quando a Venezuela deixou a comunidade andina; essas preferências terminarão em 2011, abrigando-se uma lacuna se a Venezuela não estiver no Mercosul. Tudo, então, terá que ser negociado bilateralmente.

Em relação ao Mercosul, a participação da Venezuela no nosso comércio exterior é de igualmente digna de nota. Em 2008, o Brasil exportou 21,74 bilhões para o conjunto Mercosul e somente para a Venezuela, 5,15 bilhões de dólares. O Produto Interno Bruto da Venezuela é de 300 bilhões de dólares. Esse potencial econômico atrai investimentos de um conjunto expressivo de empresas brasileiras, especialmente na área da construção pesada. Outro ponto estratégico potencialmente vantajoso para o Brasil é a possibilidade de entendimento regional sobre energia, no qual a Venezuela desempenharia um papel importante no continente em razão de suas formidáveis reservas de petróleo. No caso recente da Bolívia, foi a Venezuela, no entanto, quem deu a ela todo o suporte necessário na revisão do contrato de fornecimento de gás para o Brasil. Assim, fica difícil vislumbrar a Venezuela de hoje como fator positivo na integração energética regional. A entrada da Venezuela, entre outros possíveis benefícios, permitiria ampliar a abrangência do Mercosul, que tem privilegiado o sul do continente. Essa adesão sinalizaria forma mais nítida para sua

transformação em uma área de integração do continente. A entrada da Venezuela poderá estimular o ingresso de outros países do arco norte do continente, o que consolidaria o bloco em toda a região. Os estados do Norte, particularmente Roraima, estão muito próximos geográfica e economicamente da Venezuela, da Guiana e do Caribe. Para essa parte do Brasil, a adesão se reveste ainda de maior importância.

Passemos agora ao aspecto jurídico formais. Aqui analisaremos o procedimento técnico de adesão e as condições que foram negociadas com a Venezuela para tanto, e que estão incorporadas no protocolo de adesão. Não são condições substantivas, são requisitos processuais para a negociação. Cuida-se da fixação de programas e cronogramas para a incorporação do acervo normativo do Mercosul, para a adoção da nomenclatura de linhas tarifárias e para a liberalização de sua economia para os sócios do bloco. Quando o Tratado de Assunção foi firmado em 91, todos os compromissos para os quatro países foram estabelecidos no anexo 1 daquele ato. A adesão da Venezuela é o primeiro movimento de ampliação do bloco e talvez até pelo pioneirismo, há uma percepção que faltam regras, critérios e prazos claros, embora a sistemática existente não seja de todo omissa.

Na União Europeia, aos candidatos a membros se impõe uma lista de condições, enquanto não as cumprem, não são aceitos, este processo leva anos para ser concluído. A negociação para adesão de novos membros vai além da negociação de tarifas, o país candidato deve ter instituições estáveis que garantam a democracia e o Estado de Direito, economia de mercado apta a enfrentar a concorrência das forças de mercado dos outros países membros e capacidade de assumir as obrigações decorrentes do Estatuto de Estado membro. Em 1995, a União Europeia estabeleceu mais uma condição prévia: O país que tem interesse em ingressar no bloco precisa promover prévia adaptação de suas estruturas administrativas em conformidade com os padrões da União Europeia. Da mesma forma a adesão à Organização Mundial do Comércio está condicionada ao cumprimento de requisitos bastante severos. Com a Rússia, por exemplo, esse processo tem se estendido por muitos anos sem que até agora tenha sido aceita na OMC. No Tratado de Assunção, a adesão ao Mercosul está prevista em seu art. 20, que condiciona a necessidade de negociações para esse ingresso. Porém, o conteúdo do que necessita ser negociado nunca foi totalmente regulamentado, e em 2005, por meio da decisão do Conselho do Mercado Comum n.º. 28, tentou-se preencher essa lacuna. Diz o art. 3.º: Após a aprovação da solicitação do Conselho do Mercado Comum, instruirá o Grupo Mercado Comum a negociar com os representantes do estado aderente, as condições e termos específicos da adesão, os quais deverão necessariamente compreender: 1) A adesão ao Tratado de Assunção, ao Protocolo de Ouro Preto e ao Protocolo de Olivos, para a solução de controvérsias do Mercosul. 2) A adoção de Tarifa Externa Comum do Mercosul mediante a defini-

ção em seu caso, de um cronograma de convergência para a aplicação. 3) A adesão do estado aderente ao Acordo de Complementação Econômica n.º.18 e seus protocolos adicionais, através da adoção de um programa de liberalização comercial. 4) Adoção do acervo normativo do Mercosul, incluindo as normas em processos de incorporação. 5) Adoção dos instrumentos internacionais celebrados no marco do Tratado de Assunção. 6) A modalidade de incorporação aos acordos celebrados no âmbito do Mercosul com terceiros países ou grupo de países, bem como sua participação nas negociações externas em caso. Aceita a solicitação do ingresso, devem ser iniciadas de imediato as negociações relativas a todos os temas técnicos referidos. Os resultados dessas negociações serão consagrados em um protocolo de adesão, o qual deverá ser incorporado ao ordenamento jurídico dos estados signatários. Por conseguinte, os resultados dessa negociação deveriam já contar do Protocolo de Adesão. No entanto, no caso específico, preferiu-se em franco descumprimento àquela decisão, fazer negociações a posteriori. Por conta disso, o Congresso Nacional vê-se obrigado a pronunciar-se sobre um texto que terá que ser incorporado à ordem jurídica interna sem ter todas as informações necessárias sobre as negociações e mais, sem ter a certeza de que os seus resultados estão conformes ao interesse nacional.

A Venezuela, por seguidas manobras dilatórias, adiou seguidamente a negociação no âmbito do Protocolo de Adesão. Somente no início deste ano foram retomados os entendimentos que, segundo informações transmitidas para o Itamaraty, avançaram sem, contudo, serem concluídos. A decisão de não incorporar seus resultados no texto do protocolo de adesão impõe, sem dúvida, um constrangimento indevido ao Congresso Nacional. Por isso, independentemente de qualquer resultado sobre a entrada da Venezuela, resolvemos apresentar um projeto de resolução para disciplinar o procedimento de decisão do Congresso Nacional sobre protocolo de adesão de novos membros do Mercosul, tornando obrigatório o encaminhamento dos resultados de todas as negociações técnicas.

Ao longo desses 18 anos de história, os quatro países do Mercosul foram construindo acervo de normas, incluindo decisões institucionais, reduções tarifárias e acordo com terceiros países ou blocos. Qualquer país que queira pertencer ao Mercosul tem que, obrigatoriamente, incorporar essa herança normativa. O pressuposto é que todos tenham regras iguais, tarifas iguais e idênticos acordos comerciais com outros países ou bloco. O processo de adesão é justamente para que, em prazo pré-determinado, o país se adeque institucionalmente a esses requisitos. No caso da Venezuela, é certo que o prazo de forma não foi usual. Foi estabelecido para se contar a partir da entrada em vigor do presente protocolo e não previamente, como seria lógico e consoante outros padrões de adesões a bloco de nações. Pelo art. 11 do Protocolo, criou-se um Grupo de Trabalho para coordenar as negociações decorrentes. Esse grupo realizou cinco

reuniões no lapso de 180 dias e elaborou relatório que foi aprovado pelo Presidente da República no Conselho do Mercosul, pelos Presidentes da República no Conselho do Mercosul, por meio da Decisão n.º. 12, de 22 de maio de 2007. O relatório deixou muitas pendências, e o Conselho nessa mesma decisão, constituiu um grupo de trabalho ad hoc com mais 180 dias prorrogáveis por igual período, contados de sua primeira reunião para concluir as tratativas. Segundo informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores, em resposta ao nosso Requerimento de Informações n.º. 445, a negociação do Protocolo Brasil/Venezuela foi objeto de quatro reuniões bilaterais ao longo de 2008. Neste Grupo de Trabalho seriam negociados os compromissos assumidos pela Venezuela no Protocolo de Adesão no primeiro relatório.

Basicamente os seguintes, cronograma de adesão ao acervo normativo do Mercosul, atendida pelo relatório do Grupo de Trabalho da seguinte forma: Primeira fase, até seis meses contado a partir da entrada em vigor do protocolo. Segunda fase, até um ano contado a partir da entrada em vigor do protocolo. Terceira fase, até dois anos contado a partir de entrada em vigor do protocolo. Quarta fase, até três anos contados a partir da entrada em vigor do protocolo e quinta fase, até quatro anos contados a partir da entrada em vigor do protocolo. O cronograma se aplicará ao acervo normativo vigente, classificado no relatório e que inclui as normas referentes a temas vinculados ao relacionamento externo do Mercosul.

Cronograma de adesão à Tarifa Externa Comum e a nomenclatura comercial do Mercosul, atendida pelo relatório do Grupo de Trabalho da seguinte forma, contado a partir da entrada em vigor do protocolo: A) Em até 60 dias pelo menos 3% das linhas tarifárias da nomenclatura comum do Mercosul. B) A partir do segundo ano, pelo menos 20% das linhas tarifárias da nomenclatura comum. C) A partir do quarto ano as linhas tarifárias restantes. Entretanto, pelo mesmo relatório foi determinado que a Venezuela apresentaria até 02 de setembro de 2007, as listas na nomenclatura comum dos produtos das etapas do cronograma de adoção acima reproduzido e este ponto não foi cumprido.

Cronograma para implementação do livre comércio entre os quatro países e a Venezuela. Os cronogramas entre a Venezuela, Paraguai e Venezuela e Uruguai foram aprovados. Entretanto, com a Argentina e o Brasil, o relatório do Grupo de Trabalho informa que se estabelecerão prazo de até 180 dias da data de aprovação do relatório. Já se vão dois anos e esse cronograma ainda não foi adotado. Adesão da Venezuela aos acordos celebrados com terceiros países, como é o caso, por exemplo, do acordo comercial Mercosul/Israel.

Em resumo, até a data de recebimento desse processado, a Venezuela não tinha entregue a lista dos produtos a serem compreendidos por cada item da nomenclatura, não concluiu os cronogramas relati-



“O que assistimos na Venezuela é um processo acelerado de desmonte das liberdades democráticas, objetivando a perpetuação do Presidente Chávez no poder”...

Senador Tasso Jereissati (relator da matéria)

vos à liberalização com o Brasil e com a Argentina, nem apresentou a lista de produtos que ficaria fora do processo de liberalização, a chamada lista de exceção. Além do mais, o Governo venezuelano com o beneplácito do Governo Brasileiro decidiu concentrar a adesão de mais de 75% dos produtos no final do período concedido, e não gradualmente como seria de esperar. Portanto, não atendeu o que seriam condições mínimas comparando-se com outros acordos comerciais ou mesmo com a prática internacional.

Com relação aos acordos com terceiros países, segundo a resposta do Requerimento 445, de nossa autoria, o Embaixador Amorim informou que estão sendo realizadas tarefas preparatórias pelo Mercosul e pela Venezuela tendo assinalado um prazo de 270 dias para a Venezuela analisar os acordos externos e propor o início de consulta com as contrapartes. Pelo exame estrito dos fatos e das normas aplicáveis, observa-se que os países do Mercosul não conseguiram concluir as negociações com a Venezuela. A aprovação do protocolo antes da conclusão das negociações significará que a Venezuela se tornará um membro pleno do Mercosul sem que estejam definidas as condições em que serão cumpridos os compromissos aceitos no protocolo. Isto faz com que o Senado Federal não se sinta à vontade em recomendar ou sugerir a sua aprovação. Mesmo se considerarmos que as últimas informações prestadas pelo Ministro Celso Amorim, referidas no relatório, atendem ao requisito do protocolo, as muitas dúvidas levantadas por diversos setores ao longo desses últimos anos justifica a adoção de maiores cautelas no projeto do Decreto Legislativo em análise. No procedimento de elaboração deste parecer em resposta ao Requerimento de Informações 596, recebemos informações sobre os resultados da reunião negociadora realizado entre Brasil e Venezuela nos últimos dias 19 e 26 de maio em Brasília e Salvador, Bahia, para tratar do programa de liberalização comercial no âmbito do protocolo.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, os dois países chegaram a acordos sobre os cronogramas a serem aplicados a desgravação tarifária no comércio bilateral a partir da entrada em vigor daquele protocolo. Os cronogramas, assim como os critérios para seu estabelecimento, constam do informe do Itamaraty. A manifestação ministerial revela ainda que a relação completa dos itens tarifários e sua distribuição entre os diferentes cronogramas serão finalizados proximamente e que será proposto um regime de adequação para a Venezuela entre 2014 e 2018, a exemplo do que ocorreu entre os sócios originais nos primeiros anos do Mercosul. Só poderão fazer parte do regime de adequação itens tarifários incluído nas listas de produtos sensíveis para a Venezuela nos respectivos acordos bilaterais. A concessão de extensão de prazo de quatro anos por mais quatro pelo regime de adequação, não estava previsto no Protocolo de Adesão, e adiará ainda mais a liberalização do comércio entre os dois países. A isso se acrescenta a incerteza quanto ao conteúdo da lista de inserção,

ainda não negociada, e que excluirá certamente produtos de interesse brasileiro. Apesar dessas lacunas, nós temos informações prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores do ponto de vista do Brasil o cronograma aprovado conclui os elementos centrais da negociação bilateral prévia a entrada da Venezuela no Mercosul, conforme disposto pelo protocolo de adesão.

Como visto, encontramos grandes dificuldades em analisar o cumprimento dos aspectos jurídico-formais relativos ao ingresso da Venezuela no Mercosul. Portanto, no intuito de contribuir para aperfeiçoamento dos mecanismos de agregação de novos membros ao bloco, sugerimos que se considere junto a esse Projeto de Decreto Legislativo uma proposta de resolução do Congresso Nacional com disciplina mais rígida para a tramitação de protocolos de adesão nos Estados parte do Mercosul. Essa proposta foi desenhada com base na decisão do Conselho do Mercado Comum, já em vigor a adicionada de outros critérios para essa discussão, demonstrou serem essenciais e adaptadas aos moldes do processo legislativo.

Eu gostaria de pedir à minha assessoria, por favor, que distribuisse a tabelinha que nós fizemos para simplificar a todos os Senadores no aspecto puramente comercial quais são os pontos que ficaram pendentes na negociação. É uma tabelinha síntese para que fique claro os pontos que não foram, com certeza, ainda finalizadas na negociação.

Finalmente, passamos agora a analisar o aspecto político da questão. A inclusão de novos membros do Mercosul é uma área de integração baseada em regionalismo aberto. Tem fundamentalmente dois requisitos: democracia e liberdade de comércio. Nessa ótica é necessário aferir quão estáveis encontram-se estes princípios na Venezuela, para não se colocar em risco a própria identidade do bloco. Do ponto de vista estratégico de médio e longo prazo, como já destacamos, é importante o ingresso da Venezuela no Mercosul. Trata-se da terceira economia da América do Sul e possui um comércio pujante e crescente com o Brasil. Sua entrada no bloco estenderia da terra do fogo ao Caribe.

Portanto, desde o início a componente geoeconômica foi ressaltada em minha análise, ainda mais porque o processo de inserção da Venezuela no Mercosul teve como dos seus principais incentivadores o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando governava o Brasil. Mas, dadas as condições políticas institucionais por que passa a Venezuela sob o Governo do Presidente Hugo Chávez, impõe-se analisar com acurado realce os aspectos políticos. O problema que certamente incomoda muitos setores da sociedade brasileira e nos demais países do bloco, como se sabe, está no desenrolar do processo político que vem ocorrendo na Venezuela, subordinado à personalidade e ao modus operandi do seu Presidente, que trazem incertezas quanto ao cumprimento dos compromissos que a Venezuela necessa-

riamente deverá assumir no âmbito do Mercosul. Além da análise dos números e de eventuais vantagens que teria o bloco com a entrada da Venezuela, deve-se focar de forma ampla e profunda, as aplicações políticas da sua aceitação como membro pleno do Mercosul.

As preocupações políticas são de diversas ordens. Do ponto de vista do Mercosul, coloca-se em primeiro lugar o imperativo democrático do Protocolo de Ushuaia, que vincula o bloco na imprescibilidade da normalidade institucional para seus membros. O princípio de tal protocolo seriam já potencialmente aplicáveis ao regime político da Venezuela? A cláusula democrática do Mercosul refere-se a um único aspecto, a ruptura democrática. E foi acordada em face ao que acontecia no Paraguai, à beira de um golpe de Estado. Não se está discutindo ruptura democrática, porém, na Venezuela. O Senado Brasileiro em sua decisão soberana, não pode deixar de considerar os aspectos democráticos em geral de um país que pretenda ingressar no bloco. Se por um lado não há ruptura democrática na Venezuela *stricto sensu*, por outro, fica cada hora mais evidente o processo de cerceamento das liberdades democráticas naquele país, com sucessivas mudanças jurídicas, políticas e na ordem econômica promovidas pelo governo central.

Eu gostaria agora de pedir à minha assessoria que distribuísse também no aspecto político... Já foi distribuído. Os pontos que nós vamos levantar a seguir. A preocupação com a normalidade democrática nos países do Mercosul está expressa em diversos documentos, como a Declaração Presidencial de Las Leñas, de 27 de junho de 92, que afirma ser a plena vigência das instituições democráticas, condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do bloco ou a Declaração Presidencial de Porto Iguazu, de 08 de julho de 204, que destaca a alta prioridade atribuída às liberdades fundamentais de todas as pessoas que habitam o Mercosul, entre outras. Importante destacar a aprovação, em agosto, por essa Comissão de Relações Exteriores, do Projeto de Decreto Legislativo 48609, relatada pelo Senador Efraim Morais, que aprova o texto do Protocolo de Assunção, sob o compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos no Mercosul. Este compromisso impõe os princípios de respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais na região, por meio de cláusula específica, a exemplo da cláusula democrática. O ato, assinado em 20 de junho de 2005 pelos Presidentes dos países do bloco, reforçam o entendimento de que o processo de integração no Mercosul é muito mais do que econômico, é político e social e dá-se sob império dos verdadeiros princípios democráticos. O Congresso Nacional, em particular o Senado Federal, cometeria grave omissão se analisasse superficialmente a questão democrática na Venezuela circunscrito ao argumento de que a aplicação do protocolo de Ushuaia limitar-se-ia ao caso de ruptura democrática. As diversas Audiências Públicas realizadas e a má instrução do protocolo quanto aos aspectos técnicos da negociação com aquele país, fizeram com que se alongasse o pro-

cesso de análise. Os depoimentos prestados levantaram preocupantes dados sobre a questão política venezuelana e com o passar do tempo a evolução dos acontecimentos naquele país desenham um quadro cada vez mais grave de desrespeito às liberdades democráticas. A história recente do século XX testemunha que é um erro grave priorizar os aspectos econômicos em detrimento dos políticos, quando não se negocia com Estado onde os princípios democráticos foram subordinados ao império da vontade dos seus governantes. Na Europa cometeram esse erro, tanto os países governados por regime de direita quanto de esquerda, o que demonstra ser esta uma consideração que vai além das questões partidária e ideológicas.

Não há como ignorar a legitimidade das eleições havidas na Venezuela, no que se refere ao Presidente Hugo Chávez. Porém, não se pode dizer que exista legitimidade no processo eleitoral como um todo; políticos são proibidos de concorrer, candidatos eleitos de oposição são praticamente impedidos de governar e mudanças políticas e no processo eleitoral são promovidas para privilegiar a eleição de candidatos comprometidos com o projeto chavista. Hoje, o Presidente governa de forma quase ditatorial, uma vez que conta com o Congresso submetido aos seus interesses. É bom lembrar que a oposição daquele país reconhece, hoje, como grave erro ter retirado seus candidatos nas eleições para a Assembleia Nacional de dezembro de 2005, além de ter promovido uma campanha abstencionista. O Judiciário venezuelano, por sua vez, passou por processo de desmonte semelhante. Chávez reformou com a criação de novas cortes, estabelecimento de novas regras para promoção de juízes fiéis aos seus propósitos, tudo visando ao controle da justiça, submetendo ao seu controle. O Presidente Hugo Chávez tem seguido uma estratégia bastante conhecida de destruição da democracia e implantação de um regime autoritário, utilizando-se dos instrumentos democráticos, dos recursos do petróleo e de uma milícia própria que já supera, e isso é importante, a milícia própria que já supera em número as Forças Armadas, conseguiu dominar os poderes Legislativo e Judiciário, e partiu então para controlar seu país. Fechou um dos maiores canais de televisão e vem fechando rádios e perseguindo sistematicamente a rede de TV Globovisión, utilizando-se para tanto dos mecanismos legais e burocráticos existentes, criando outros e quando não suficientes, partindo para a intimidação pura e simples, como testemunha no passado ataque de chavistas com bombas e granadas às suas instalações. Não podemos esquecer também de outros violentos atos contra a imprensa ocorridos recentemente e relatados na mídia internacional. Além de perseguir os meios de comunicação oposicionistas, Chávez encaminhou à Assembleia Nacional a lei dos delitos midiáticos, que criminaliza as opiniões que não forem ao encontro das posições e políticas oficiais. É uma verdadeira lei de censura para intimidar a todos, já que atinge jornalistas e também, “os conferencistas, os artistas ou qualquer pessoa que se expresse por qualquer meio”. O



Projeto de Lei foi depois retirado pelo Governo em função da forte reação interna e críticas externas. Porém, a trajetória de Chávez indica que tão logo haja o momento propício, ele aprovará a matéria. Ao final do mês de agosto passado, o Governo venezuelano aprovou na Assembleia Nacional uma polêmica lei da educação, que entre outras medidas estabelece punição para os meios de comunicação que transmitirem conteúdo que exerça influência negativa sobre as crianças, o que muitos temem ser este um instrumento velado para os fins de censura e intimidação.

Todas essas questões relativas ao processo interno do desmonte de instrumentos democráticos na Venezuela e de desrespeito aos direitos humanos encontram-se refletidos nos quatro relatórios da Organização dos Estados Americanos. Quero frisar aqui que nenhuma dessas colocações que nós estamos colocando no nosso relatório são de opinião própria ou apenas informações de ouvido, informações de terceiros. Estão nos relatórios, quatro relatórios da Organização dos Estados Americanos, que nos foram encaminhadas pelo Ministério das Relações Exteriores em 10 de setembro, em atendimento ao Requerimento nº. 775 de autoria dos Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy. Esses relatórios foram pedidos pelos Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy, onde trazem essas informações que estou agora aqui colocando em nosso relatório.

Em resumo, a Comissão da OEA em seu relatório de 2008, apontou a existência dos problemas e denúncias que foram objeto de justificativas apresentadas pelo Governo venezuelano. São elas: Em relação aos direitos humanos. Acusações e intimidações dirigidas a organizações não governamentais e defensores de direitos humanos em função do seu trabalho de monitoramento da gestão governamental. Impunidade em relação a denúncias de homicídios e execuções extrajudiciais. Como resultado, a Comissão da OEA instou o

Estado venezuelano a cumprir com as obrigações internacionais a que se submeteu a ratificar a convenção americana.

Em relação a direitos políticos, atos de intimidação contra setores da sociedade que são críticos ao Governo, em especial no contexto das eleições de novembro de 2008. Inabilitação majoritariamente de possíveis candidatos de oposição à disputa eleitoral de novembro de 2008 por meio de lista encaminhada pelo Controlador-Geral da República ao Conselho Eleitoral Nacional. Manifestações públicas feitas pelas mais altas esferas do Estado, intimidatórias e ameaçadoras aos eleitores e aos postulantes a cargos públicos. Manifestações ameaçadoras feitas pelo Presidente Chávez, incitando o uso da violência contra candidatos de oposição. Como resultado, a Comissão da OEA conclamou o Estado venezuelano a que promova dentro do processo eleitoral o respeito à pluralidade de ideias e opiniões que garantam a participação dos diversos partidos e movimentos políticos venezuelanos.

Outros aspectos preocupantes apontados no relatório da OEA: 1) Perseguição, ataques, ameaça e expulsão do país de defensores dos direitos humanos na Venezuela. 2) Utilização de meios judiciais para instauração de processos penais contra defensores dos direitos humanos, sem provas, com intuito de intimidar. 3) Desrespeito ao art. 12 da convenção americana, que trata da liberdade de consciência e religião, no que se refere a pronunciamentos e incidentes de caráter antissemitas, como por exemplo a operação de mandato de busca e apreensão realizado em dezembro de 2007 contra a sede do Centro Social Cultural e Desportivo Hebraica de Caracas, protagonizada por 30 funcionários da Direção de Serviços de Inteligência e Prevenção, sem motivos aparentes, que seja criar tensão entre a comunidade judaica venezuelana e Governo Nacional e esse ponto acho que é muito importante ser notado... Muito grave.

Prosegue o relatório. Isso não está contido no relatório da OEA, pedido pelos Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): senhor Relator, sabe vossa excelência dizer com que objetivo esses nobres Senadores pediram esse relatório?

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Realmente não posso afirmar a vossa excelência, mas me parece que foi para pedir esclarecimentos sobre se havia ou não havia democracia genuína e verdadeira na Venezuela.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Estão prestando um excelente serviço à democracia brasileira. Quero registrar um voto de louvor dos Senadores que propiciaram o acesso de vossa excelência, o subsídio que vossa excelência está tendo nessa Comissão por iniciativa desses dois Senadores, que devem ter feito de maneira isenta, até

porque são da base do Governo e do Partido dos Trabalhadores. Faço esse registro, senhor Presidente.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Está no processo.

Senador Augusto Botelho (PT-RR): Nós sabemos que o Senador Suplicy é transparente. Acho que faz parte de seu espírito de transparência trazer as coisas para a realidade.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Perfeito.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Prossegue o relatório, apontando e enumerando diversos casos de perseguição impostas aos meios de comunicação daquele país e a jornalistas, alguns deles já mencionados em nosso parecer. Além disso, trata da questão da subordinação do Poder Judiciário aos interesses do Executivo. Por meio de expediente também já citados em nosso relatório, destacando especialmente, e isso é muito importante, senhores Senadores, no relatório da OEA, destacando especialmente a nomeação, em 2008, de 1.407 juízes, dentre eles 919 temporários, 322 acidentais e 159 provisórios, apesar do art. 255 da Constituição venezuelana exigir concurso público para o cargo de Juiz, sob o manto da urgência as vagas vão sendo preenchidas e promoções são feitas por livre provimento. Esta talvez seja uma das informações, do ponto de vista institucional, mais importantes. Vou repetir: Trata da questão... Destacando especialmente nomeação em... 1.407 juízes, dentre eles 919 temporários, 322 acidentais e 159 provisórios.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Presidente. Relator, Senador Tasso.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Provisório, acidental, temporário... Tudo a mesma coisa.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Gostaria de saber a diferença entre temporários, acidentais e provisórios.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Não sei. Não sei lhe dizer, nós podemos consultar um jurista para dizer o que é isso. Mas o importante, o foco é que é nomeado sem concurso e é por livre provimento. Seria como no caso o Presidente da República aqui sair nomeando... O mesmo procedimento, e gostaria de continuar aqui prestando atenção que esses são dados muito graves. O mesmo procedimento se dá em relação à nomeação dos Procuradores Públicos, lá denominados de fiscais, Senador Pedro Simon. Apesar do relatório específico referente às eleições do Presidente Hugo Chávez atestar a lisura do processo, não se pode ignorar a gravidade do que é apontado em relação ao desmonte dos instrumentos democráticos naquele país com a progressiva restrição às liberdades democráticas.

Por outro lado, como afirmamos no início desse tópico, além das questões internas de desrespeito às liberdades democráticas na Venezuela, a outra ótica de análise do aspecto político relativo ao seu

ingresso no Mercosul, refere-se ao papel por ela desempenhado no cenário sul-americano. Há em muitos setores brasileiros preocupação com a grave situação política do entorno do nosso território, onde há sinais de crises potencialmente danosas aos interesses do país. Para estes setores vislumbra-se um arco de instabilidade nos países fronteiriços. Quando o Tratado de Assunção foi assinado em 1991, o mundo passava por profundas transformações, terminava a guerra fria e se afirmava as forças da globalização. Delineavam-se ou consolidavam-se grandes espaços econômicos na América do Norte, Europa e Ásia. O caminho para sobreviver e prosperaram da integração. A formação do Mercosul era imperativo e sua argamassa foi e continua sendo a solidariedade, o respeito e a confiança. Para tanto, a paz e a democracia eram e são pressupostos essenciais. Atualmente, por exemplo, a Bolívia debate-se com movimento autonomista de alguns departamentos, onde há estabelecida numerosa população brasileira. Como ingrediente, recorde-se o ímpeto nacionalizante do Presidente Morales em relação às refinarias da PETROBRAS. No Paraguai, além da atitude oficial de insuflar a população com manipulação de sentimentos antibrasileiros, com a bandeira da renegociação do Tratado de Itaipu, assiste-se a provocação aos brasileiros lá estabelecidos e trabalhando há décadas no campo. Na Colômbia estão as Forças Armadas revolucionárias da Colômbia, e a crescente possibilidade de incursões em território brasileiro, na medida em que forem mais acuadas por operações do Governo colombiano. Além disso, a ampliação da presença norte-americana em bases militares naquele país, visando o combate ao narcotráfico abriu um novo flanco de apreensões que está sendo utilizado como justificativa para o aprofundamento dos gastos militares na região. O Equador dedica-se a atitudes provocadoras em relação a empresas e a um banco de desenvolvimento governamental brasileiro, em detrimento de normas adequadas e conversações diplomáticas. A Argentina tem primado em adotar medidas protecionistas, que são antítese da integração e dos objetivos do Mercosul.

A questão que se coloca nessa órbita de preocupações de caráter estratégico é: nas situações de potenciais conflitos, como as mencionadas, como procederá o Presidente Chávez? O seu comportamento tem sido considerado não por poucos analistas e forças políticas do continente, belicoso, provocativo e fomentador de divisões. Para muitos há evidências de que se dedica a um projeto de poder que não coaduna com os interesses do Brasil e do Mercosul. Embora pregando publicamente a integração regional, a Venezuela de Chávez por suas posições radicais tem sido instrumento de divisão e desintegração na América do Sul, acentuada pela criação da Alba e pelas atitudes confrontacionistas em relação à Colômbia e aos Estados Unidos. Nesse contexto, a Venezuela está trazendo... E em determinado momento ao México também. Nesse contexto, a Venezuela está

trazendo para a região uma agenda externa que não é a nossa, nem é do nosso interesse.

Um manifesto envolvimento do Governo venezuelano no episódio da volta a Honduras do ex-Presidente Manoel Zelaya, é mais um dos problemas criados por Chávez. O Governo Brasileiro acredita que a infraestrutura e a logística para o retorno de Zelaya, inclusive a escolha da embaixada brasileira para destino final, tiveram a participação direta do Presidente venezuelano. Se foi isso que realmente ocorreu, mais uma vez Chávez é responsável por dificuldades e embaraços ao Governo Brasileiro. Hugo Chávez tem procurado aumentar sua influência regional com o concurso da renda do petróleo. Porém, não como fator de União e integração, mas como elemento de discórdia. Foi nesse sentido que agiu no episódio das *FARC* e é nessa linha que busca interferir em assuntos bolivianos. Em todo esse quadro de instabilidade frequentemente nos deparamos com novos fatos complicadores que apontam para a Venezuela. São acusações de ações intervencionistas em outros países e também de iniciativas que atacam os ânimos em nosso continente. Só para citar dois exemplos recentes, tivemos a denúncia de que armas de origem sueca e de propriedade das forças armadas venezuelanas foram encontradas em poder dos membros das *FARC* na Colômbia. Além disso, na última reunião da Unasul discutiu-se a inclusão por proposta de Chávez de uma dúbia declaração a respeito da responsabilidade ética da imprensa em nosso continente, posição que foi fortemente rejeitada por Uruguai e Chile.

Tradicionalmente, a atuação da diplomacia brasileira tem sido essencialmente pragmática e centrada nos interesses nacionais de longo prazo, independente de posições ideológicas. Porém, em relação ao Governo Chávez, temos visto o Brasil perigosamente adotar a política de dois pesos e duas medidas nas relações com nossos vizinhos da América do Sul. Esse inédito engajamento ideológico acrescenta fator de grande preocupação sobre as nossas futuras relações com a Venezuela do Presidente Chávez. Quando houver outros governantes do Brasil de outras tendências políticas, passaremos então a ser considerados como inimigos do Presidente Chávez? Como ficarão nossas empresas e nossos investimentos se houver uma mudança de tendências diferentes no poder brasileiro? Com quem Chávez se alinhará no Mercosul? O comportamento do Governo da Venezuela gera tantas dúvidas, que conforme amplamente noticiado pela imprensa, há poucas semanas o Governo do Paraguai retirou do Congresso daquele país projeto semelhante ao que ora relato, por ele encaminhado para análise. Essa iniciativa objetivou evitar a rejeição da proposta, uma vez que os Parlamentares paraguaios, provavelmente, em razão de preocupações similares as por mim expostas nesse parecer, não se dispunham a aprová-lo.

Feitas todas essas considerações, é importante também registrar que na análise desse projeto de resolução, lidamos com problemas técnicos relativos à instrução insuficiente do projeto e com aspectos políticos complicados no que refere a práticas democráticas na Venezuela. Não bastassem essas dificuldades, nos defrontamos adicionalmente com fator de ordem institucional dentro do processo decisório do Mercosul que se apresentaram como agravantes aos problemas identificados. Nesse sentido é importante termos em mente que quando um acordo de livre comércio passa a ser uma união aduaneira, as condições se modificam. Passam a existir decisões que são mais sensíveis para os países membros e entre eles mais ainda para uns do que para outros. O avanço do Mercosul exigirá uma coordenação de políticas econômicas. O processo de integração como aconteceu na Europa inevitavelmente ascende a novas etapas do processo de entrosamento, como por exemplo, decisões relativas à política externa. E é por esta razão que a União Europeia passou muitos anos discutindo qual seria a sua estrutura jurídica para uma nova fase do alargamento e um dos pontos centrais foi a ponderação de votos. Ponderação de votos que já havia antes, mas que foi reforçada com a adesão de dez novos membros.

O desejável no caso do Mercosul seria discutir a ampliação depois de resolvida essa questão. O sistema de decisão por consenso adotado pelo Mercosul no Tratado de Assunção tem de ser revisto, especialmente na medida em que o bloco aumenta. É fundamental para um país como o Brasil, que possui metade do PIB latino-americano, propor uma nova disciplina no que diz respeito a tomada de decisão dentro do bloco, para que os países tenham representatividade que guarde alguma proporcionalidade ao peso de seu PIB. A proporcionalidade das representações dos países no Parlamento do Mercosul foi o primeiro caso em que se reconhece uma diferença de tratamento para os países na tomada de decisões. Temos que ter uma regra de negociação conjunta que dê a cada parceiro do bloco um poder ponderado de voto. A experiência recente de Doha mostra que tivemos que nos dissociar do nosso principal parceiro, a Argentina, por não possuímos tal regra.

Com base nesses pontos, apresentamos ao final deste parecer uma proposta de indicação à representação brasileira no Parlamento do Mercosul para que inste o Conselho do Mercado Comum a reformar o sistema de tomada de decisão de forma a torná-lo mais assente com os povos e as economias dos países do bloco.

O nosso voto, por todo o exposto, verifica-se o quanto a questão de adesão da Venezuela ao Mercosul é desafiadora. Além dos critérios objetivos que priorizamos de início, um componente subjetivo e de difícil ponderação sobressaiu-se visivelmente durante o processamento no Congresso Nacional. Inicialmente, um fator de menor relevância em nosso espectro de análise, os argumentos sobre a natu-

reza da solidez institucional na Venezuela e sobre a personalidade e forma de agir do Presidente Hugo Chávez, assumiram posição central na fundamentação deste voto.

Não obstante, o argumento de que os governantes são passageiros e os estados são permanentes, o que assistimos na Venezuela é um processo acelerado de desmonte das liberdades democráticas, objetivando a perpetuação do Presidente Chávez no poder, de militarização do país, de promoção de um projeto político ideológico regional expansionista e de constante intervenção provocativa em assuntos externos de outros países.

Durante a elaboração do presente parecer, recebi todas as contribuições que me foram oferecidas, diversos representantes de empresas nacionais que preconizavam a entrada da Venezuela no Mercosul como forma de criar o ambiente mais propício à ampliação dos negócios e a realização de investimentos naquele país. Mesmo estes demonstravam alguma reserva em relação ao comportamento do Presidente, porém, confiavam que o Brasil seria capaz de lidar com o problema. Infelizmente, não posso concordar com esse posicionamento. Se no atual quadro isto é possível, bastará uma natural mudança política no comando do Brasil para que o relacionamento entre nossos países corra o risco de sofrer uma perigosa mudança de rumos. Como o Presidente Chávez tem demonstrado pouca consideração a acordos e contratos e costuma pautar suas relações internacionais entre amigos e inimigos, as empresas, investidores e o próprio Governo Brasileiro poderão encontrar no futuro situações difíceis e complicadas. Como aqui demonstrado, há aspectos positivos e, de outro lado, riscos excessivos na admissão da Venezuela ao Mercosul. Estes foram ainda agravados pela decisão do Governo Brasileiro de relativizar aspectos técnicos da negociação em função de uma clara opção política.

Por tudo isso e por todas as razões expostas ao longo deste parecer, entendemos que não deve ser aprovado a adesão da Venezuela ao Mercosul e, portanto, somos pela rejeição do Projeto do Decreto Legislativo nº. 430, de 2008.

Em seguida, Presidente, faço aqui duas propostas que já foram comentadas. A proposta de resolução do Congresso Nacional para que se dê uma estrutura definitiva para que chegue as propostas de novas adesões a esta Comissão, e que não deixe esta Comissão e o Congresso Nacional novamente numa situação constrangedora, e que para isso seja definitivo visto que essa... E não sei se vale a pena ler, já que todos vão ter a oportunidade de estudar. E a outra é um processo de indicação para... O acordo comum, no sentido de que seja apressada o processo de ponderação dos votos entre seus membros.

É isso, Presidente, o nosso voto. Só gostaria de colocar aqui, foi uma análise bastante profunda, detalhada, racional, minuciosa que nós fizemos, a nossa assessoria, principalmente, contando com a colaboração de várias outras personalidades importantes ligadas ao Direito Internacional e que coloco a essa Comissão para exame.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Cumprimento o Senador Tasso Jereissati pelo relatório denso, detalhado e importante que aqui profere. Senador Romero Jucá.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, já havia solicitado a palavra. Vou pedir vista do relatório do Senador Tasso Jereissati, mas quero fazer também uma ponderação. Primeiro, registrar a competência, a profundidade do relatório, o trabalho bem feito do Senador Tasso Jereissati, todos nós temos que reconhecer isso. Algumas questões importantes foram colocadas no relatório, questões que merecem e precisam ter resposta, para que nós possamos votar a matéria, estamos conscientes disso também. Estamos todos aqui trabalhando, entendo numa mesma direção, pode haver posicionamento divergente quanto a algum detalhe, algum posicionamento, mas a liberdade democrática, a democracia, o fortalecimento da América Latina são pontos comuns a todos nós. Então, peço vista da matéria e queria fazer uma ponderação, farei um voto em separado e espero poder ter no meu voto em separado a condição de apreciar todas as questões levantadas pelo Senador Tasso Jereissati. Todos sabem aqui da minha posição favorável à aprovação da entrada da Venezuela no Mercosul.

Então, gostaria de ponderar e pedir a vossa excelência que sendo dado vista coletiva, que nós tivéssemos 15 dias, portanto, pudéssemos vir para o dia quinze e não no dia oito apresentar esse voto, exatamente para que tivéssemos tempo até por questões internacionais de levantar alguns posicionamentos, algumas informações e podermos fazer um debate aqui dentro da discussão, dentro da excepcionalidade, dentro da competência do trabalho que fez o Senador Tasso Jereissati. Portanto, fica aqui o meu pedido de vistas e o meu pedido que possa entregar o voto em separado no dia 15, inclusive em respeito ao trabalho, ao levantamento feito pelo Senador Tasso Jereissati.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O prazo regimental é de cinco dias, mas se o Plenário estiver de acordo, podemos passar para quinze dias.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, gostaria também, para que a vista seja efetivamente coletiva, como é líder do Governo achou que a vista é coletiva.

Senador Demóstenes Torres (DEM-GO): Duas semanas, Presidente. Duas semanas.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Para materializar, considero até que duas semanas... Porque são muitas as questões que



“Algumas questões importantes foram colocadas no relatório, questões que merecem e precisam ter resposta. A liberdade democrática e o fortalecimento da América Latina são pontos comuns a todos nós. Então, peço vista da matéria” ...

Senador Romero Jucá (líder do Governo)

o Senador Tasso Jereissati alinhavou aqui no seu relatório. Então, acho que talvez precisasse até de um tempo um pouco maior.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Pode ser dois anos, não é?

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Vinte dias, etc. Sei que a Mesa tem celeridade em resolver rapidamente, mas talvez uns vinte dias fossem mais adequados para que pudéssemos ter um voto em separado.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Trinta dias, senhor Presidente, trinta dias.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Queria ponderar, então, que nós pudéssemos marcar o dia 22, que seria uma data mais adequada, também pela agenda aqui da própria Comissão, tem outros pontos que precisamos discutir.

Senador Demóstenes Torres (DEM-GO): Dia 22, não me encontro aqui. Gostaria de votar contra a Venezuela. Não tem jeito?

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senhor Presidente, acho razoável, diante das argumentações, um prazo de trinta dias. Esse é um assunto delicado.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Também concordo. Vamos deixar trinta dias.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): O relatório... O relatório do Senador Tasso é um relatório perfeito, de difícil contestação, mas nós temos que compreender a posição do Senador Romero Jucá, ele é um homem de conciliação, é um homem com a visão voltada para o futuro. E, evidentemente, que, como líder do Governo, recebeu essa missão de relatar um assunto que tenho certeza não é da sua querência, mas vai cumprir a missão de líder e vai assumir esse papel. Evidentemente que ele terá como subsídio uma grande contribuição dada a ele por dois companheiros de base, que são os Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy. Acho até que ele deve ouvir aos dois porque esta colaboração do Senador Suplicy e do Senador João Pedro, elas são de fundamental importância para que nós conheçamos alguns aspectos até então desconhecidos. Somente alguém que tinha acesso aos fatos que realmente ocorrem na Venezuela, como os dois Senadores em tela, poderiam nos proporcionar o acesso a essas informações. Daí porque pondero que seja dado, se o relator concordar, um prazo de trinta dias.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Pedro Simon, com a palavra.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Para discutir, senhor Presidente.

Falas sobrepostas.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Tendo pedido de vista, talvez precisássemos adiar a discussão, por que...

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Não é discussão. Vossa excelência já teve a palavra. [soa a campainha]

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Se tem um pedido de vista, senhor Presidente, pondero sobre a discussão, porque ela se dará com os votos separados.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Mas nós não estamos ainda discutindo a matéria. Estamos discutindo apenas o prazo do pedido de ordem. E o Senador Romeu Tuma... Já tinha dado a palavra ao Pedro Simon, mas Senador Romeu Tuma pede pela ordem. Então, Senador Romeu Tuma pela ordem. [soa a campainha]

Falas sobrepostas.

Senador Romeu Tuma (PTB-SP): Questão de ordem que perfaço. Primeiro, não posso deixar de elogiar o relatório, pela cautela, pela grandiosidade de todos os fatos que surgiram durante esses últimos meses. Mas ele apresenta duas propostas complementares. Nós temos duas coisas para votar. Ele dá indicativo de mandar para a Mesa um novo projeto de resolução para adoção de ingresso de novos membros do Mercosul, que não está objetivamente dentro do relatório. O relatório é pela rejeição. E esta proposta acho interessante não só para a Mesa, mas também para a Comissão no Mercosul. E pergunto se a votação será em separado ou se está incluída numa só com esse pedido de vista.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Essa votação será em separado. Será votação para o projeto e outra para as propostas.

Senador Romeu Tuma (PTB-SP): Não sei se ele pediu vistas das resoluções.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Não, pedi vistas do conjunto, do relatório. A proposta de resolução faz parte do relatório.

Senador Romeu Tuma (PTB-SP): Não, não faz parte. Pelo menos não entendo isso.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Bom, ela faz parte, mas a votação seria em separado.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): A votação seria em separado. Mas estou pedindo vista do relatório e do pacote. Da proposta conjunta. Que, aliás, é muito bem feita.

Senador Alvaro Dias (PSDB-PR): Pela ordem, Presidente.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Temos que registrar a profundidade do trabalho. Senhor Presidente, nós temos aqui a op-

ção do dia 15 e dia 22. Vossa excelência adentrou a possibilidade do dia 22; dia 22 não é feriado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O relator não estará aqui.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Dia 15 ele não estará aqui.

Senador Alvaro Dias (PSDB-PR): Pela ordem, senhor Presidente. Opinar sobre... senhor Presidente, para opinar sobre a data.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Alvaro Dias.

Senador Alvaro Dias (PSDB-PR): Senhor Presidente, creio que a pressa não deve ser do Brasil. Nós não devemos ter pressa. Acho que tentar antecipar uma decisão, pela importância da decisão que teremos que adotar aqui, é comprometer o resultado final dela e, sobretudo, desvalorizar o trabalho do Senador Tasso Jereissati, que foi um trabalho de profundidade, que consultou especialistas e que não ignorou nenhum dos aspectos que devem ser avaliados para a nossa conclusão final. Senador Tasso Jereissati se preocupou com os assuntos de natureza econômica, de natureza essencialmente comercial, e se preocupou acima de tudo com a questão política, com democracia, direitos humanos, justiça. Nós não podemos analisar um relatório tão importante e de tanta profundidade em poucos dias. Daí, senhor Presidente, entendo que nós deveríamos, primeiramente, deliberar sobre o projeto de resolução, creio que esse seria o cronograma adequado. Nós deveríamos aprovar o projeto de resolução, discutir o projeto de resolução, aprovar ou rejeitar, estabelecendo as novas normas para a decisão dessa natureza, especialmente em razão da relevância internacional de uma decisão do Senado Federal, essa é uma decisão que terá repercussão internacional. Nós estamos aí com a exacerbação política na América Latina a partir dos episódios de Honduras e dos reiterados episódios da Venezuela. Uma decisão nossa que terá peso político certamente repercutirá internacionalmente.

Por isso a minha sugestão é que deixemos para o mês de novembro a deliberação sobre essa questão. A discussão, o debate sobre o relatório do Senador Tasso Jereissati e a votação para o mês de novembro, senhor Presidente. É a nossa sugestão.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Alvaro Dias, no momento, como tem o pedido de vista não dá para separar os dois. Eventualmente, poderá ser separado em dois projetos, mas no momento não há como separar.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senhor Presidente, dentro do que defende o Senador Alvaro Dias, queria solicitar, se fosse possível, que o Senador Tasso Jereissati desse conhecimento a

todos os companheiros da íntegra desse documento remetido pela OEA, por solicitação de dois companheiros Senadores. Que fosse feita a distribuição para cada um de nós. É fundamental o acesso a isso, Senador Romero Jucá.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Também acho.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Daí porque proponho a data do dia 29. Porque nós estamos...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Pois é. Só o Senador Flexa Ribeiro e aí define a data.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Só para fazer esclarecimento ao Senador Heráclito, esse documento, a íntegra dele, já está aqui.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vou pedir à secretaria que distribua para todos. Senador Flexa Ribeiro e depois nós discutimos a data. Aí o Senador Simon poder falar... Ainda sobre a data, Senador Flexa?

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): A minha sugestão vai ao encontro do que foi dito aqui pelos senadores Alvaro e Heráclito. Acho que o dia 29 é uma data que pode conciliar com os interesses do Senador Jucá. Agora, gostaria de parabenizá-lo, Senador Tasso Jereissati. O parecer de vossa excelência merece os aplausos de todos nós, não só da Comissão de Relações Exteriores, mas de todos os outros Senadores, que mesmo não participando do debate na Comissão de Relações Exteriores, com a leitura do parecer de vossa excelência, vão poder votar com a informação bastante detalhada. Vossa excelência se aprofundou em detalhes da maior importância, econômicos, políticos, de interesse da nação brasileira. Quero parabenizá-lo.

Se não fosse lido hoje, pediria uma nova audiência. Recebi vários documentos que demonstram a atitude do Governo venezuelano de impedir a liberdade de expressão, de manter em cárcere privado empresários de expressões de oposição na Venezuela. Pela leitura do parecer não é possível fazermos mais essas Audiências Públicas, vou encaminhar à Presidência parte do documento que recebi, bastante substancial, e gostaria que fosse, Presidente Azeredo, distribuído aos Senadores membros da Comissão e aos demais senadores, para que todos tomassem conhecimento. E lamento apenas, Senador Heráclito, não contarmos aqui com a presença do Senador Suplicy. Não sei o motivo que o impediu de participar desta reunião.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está em São Paulo.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Ele está em São Paulo como poderia estar aqui, ele tem o interesse.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Só comunicou.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Mas quero dizer ao Senador Heráclito, parabenizá-lo também pela solicitação de distribuição do relatório da OEA. Tendo a impressão... Só concluindo, Senador Azeredo, tenho a impressão que o Senador Suplicy, Senador Heráclito, não veio à reunião em função do relatório que ele solicitou que fosse entregue ao relator Tasso Jereissati, da OEA. Em função do relatório, ele resolveu não vir mais à reunião da Comissão de Relações Exteriores, porque se tivesse vindo, Senador Eduardo Azeredo, se tivesse vindo, era a hora apropriada do Senador Suplicy fazer uso do seu cartão vermelho para o Presidente Chávez no Mercosul.

Falas sobrepostas.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vamos optar então pelo dia 29. Seria quinta-feira.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Quero fazer uma proposta concreta e objetiva. É que o Senador Romero Jucá, como relator, solicite, requisiute um avião da FAB e vá à Venezuela constatar a veracidade dessas denúncias.

Orador não identificado: Mas você tem que ir junto, Heráclito.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Não, quem deve ir com ele são os dois Senadores signatários...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Romero está com a palavra.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): ...Mas acho fundamental o Senador Romero Jucá empreender essa viagem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Gostaríamos de ouvir o Senador Pedro Simon, mas ainda pela ordem, Senador Romero.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, concordo com a proposição, registrando que já foi dado vista, portanto votaremos a matéria no dia 29. É o compromisso da Comissão. Inclusive, apresentarei um pouco antes, não deixarei para entregar no dia meu voto em separado, apresentarei um pouco antes para que todos os Senadores possam ter conhecimento...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Isso é importante.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): ...para votarmos essa matéria no dia 29. Portanto, fica acordado, então, assim, senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Pedro Simon com a palavra agora.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Sei que estou ficando numa posição de isolamento, senhor Presidente, mas...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Em absoluto. Sua palavra é sempre muito importante.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Fui o primeiro a pedir a palavra...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim, mas é porque os outros pediram pela ordem, Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Eu estou respondendo às minhas assessorias, meus amigos, por que não sou relator de nada. Eles dizem:

– Mas o senhor é um Senador muito vagabundo, o senhor não trabalha.

Eu respondo:

– Não, é que ninguém me dá nada para relatar, sou uma pessoa marcada.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Não nessa Comissão, Senador.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Senador Tasso Jereissati, o senhor sabe do carinho e admiração que tenho por vossa excelência. Defendi vossa excelência para Ministro da Fazenda do Governo Sarney, reconheço em vossa excelência uma grande liderança, uma grande competência, mas, ao contrário de todos, lamento o seu relatório. Estranho que uma pessoa como vossa excelência, com sua capacidade, com sua inteligência, não tenha citado no seu relatório o mais importante, que é o Mercosul. Vossa excelência ficou na análise do debate, das questões do Chávez e se esqueceu de uma luta histórica que vem ao longo da história, que é a integração da América do Sul, algo que nunca se conseguiu. Durante 50 anos, metade do Exército Brasileiro estava lá na fronteira com a Argentina.

Eu não quero ler o relatório da OEA. Claro que a OEA não quer. Claro que os norte-americanos não querem a integração da América do Sul. Eles querem a OEA, porque lá o americano manda, impõe, faz. Agora, uma integração da América do Sul, os países da América do Sul se unindo, se entendendo, se respeitando... Claro que eles não querem. Claro que a OEA não quer. Nem quero ler o relatório da OEA.

Agora, meu querido e ilustre líder, Senador relator fala tudo que falou, brilhante. Dou nota 10 ao seu relatório, no que fez. Mas dou uma nota muito baixa no que não fez. Vossa excelência tinha que ter citado, vossa excelência tinha que ter citado a história do que é o Mercosul, da luta extraordinária. Veja agora quando vossa excelência diz no seu relatório, o melhor aliado do Brasil é a Argentina. Mas em 200 anos quando é que alguém disse uma frase como essa, que o melhor aliado do Brasil é a Argentina, o maior inimigo do mundo do Brasil

era a Argentina. Era assim que a gente via. Foi uma obra fantástica do Presidente Sarney, foi uma grande realização do Presidente Sarney. Foi um diálogo extraordinário, participei como Governador do Rio Grande do Sul, como Ministro da Agricultura, vi como foi feita a integração do Mercosul.

No início, buscamos a integração de todos, mas tinha o Pacto Andino, tinha várias outras entidades. Mas o nosso objetivo é a integração da América do Sul, o nosso objetivo é darmos forças à América do Sul. E quando a gente vê o que aconteceu na Europa, como eles se integraram, como se deram mão, como eles fizeram força, a gente vê como ela é importante. Lá na União Europeia tem país onde não tem nem democracia. Tem países que eram ontem colônias soviéticas e hoje estão aí e ainda não sabem para onde vão. Não sabem qual é o caminho. Mas estão no mercado comum. Estão entrando e se integrando, e dão um exemplo fantástico. Essa mudança que estão vendo, essa crise mundial mudou. Por quê? Porque o Europa está diferente. O americano não é mais dono, não é mais chefe. O euro é muito mais importante do que o dólar em nível internacional em termos de peso. Mas vossa excelência não dá uma palavra sobre o Mercosul, sobre a importância, sobre o significado do Mercosul. Vossa excelência...

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Senador Simon, tenho a impressão...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Pelo amor de Deus, Senador, não é possível. Essa Comissão... Não entendo, juro por Deus que vou sair. Sou o Joãozinho de passo certo. Vejo vocês brilhantes, caminhando de um jeito... Eu caminho errado, parece que sou o doido. Então vou embora. Não aceito que essa Comissão vote o seu relatório. Acho um absurdo. Deixe-me falar, depois você... Acho um absurdo. O que importa é a integração do Mercosul. O que importa é nós nos darmos força, é nos darmos as mãos. Até porque, integrando a Venezuela ao Mercosul, vamos conduzi-la para o caminho direto. Como fizemos com o Paraguai, onde havia um golpe de estado atrás do outro. Quando o Presidente da República, eleito, renunciou, eles queriam dar outro golpe. Aí, o Lula e o Presidente da República brasileiro, foram lá e garantiram:

– Ou assume o vice-Presidente ou vocês caem fora do Mercosul.

Senador Alvaro Dias (PSDB-PR): Permite em aparte, Senador Pedro Simon?

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não, primeiro eu vou falar. Eu estou desabafando. Estou quase explodindo. Então, o vice-Presidente assumiu e manteve a democracia no Paraguai. Se a Venezuela estiver no Mercosul, vamos integrar. Teremos uma Comissão do Mercosul que vai cobrar, que vai ver, que vai analisar. Podemos, inclusive, amanhã ou depois, até pedir a exclusão, porque o estatuto do Mercosul diz que só país democrata é que pode fazer parte do blo-

co. Pode entrar hoje e se, amanhã, acontecer qualquer coisa, pedimos a exclusão, aí podemos mandar embora. Agora, o Brasil negar... Quer dizer, o Brasil vai matar o Mercosul. O Senado, nem é o Brasil, porque a Câmara foi favorável. A Argentina foi favorável e o Uruguai foi favorável. O Senado Brasileiro vai matar o Mercosul. No momento que decidir contra a entrada da Venezuela, ela fará o pacto bolivariano com a Bolívia, com o Peru, sei lá o quê. Não fez ainda, não. Não, tem conversa... O pacto não existe.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não, tem o Pacto Andino. O bolivariano não existe.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Alba.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Eu quero falar agora, porque vossa excelência está falando sobre o outro relatório, não é o meu. Eu falei o tempo todo em Mercosul. Vossa excelência não ouviu o meu relatório. Nem leu. Eu gostaria de discutir, pelo respeito que tenho por vossa excelência, eu gostaria que vossa excelência lesse o meu relatório e depois disso nós pudéssemos discutir. Eu não vou ler em cima de um discurso apaixonado de quem não leu o relatório.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Eu não li. Agora...

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Nem ouviu.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Eu não li.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): E nem ouviu.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Agora, eu não sei se vossa excelência leu o relatório que vossa excelência fez. Porque ouvi o relatório. Ouvi com muita calma. Exagerada calma.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Não ouviu, não. Se ouvisse não estaria falando isso. Eu não admito...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Eu quero falar a essa Casa. O Mercosul foi uma obra extraordinária. Tem gestos bonitos. O Sarney, para poder se aproximar da Argentina, foi lá no Uruguai. E o Presidente Sanguinetti teve uma atitude fantástica, fez a aproximação do Sarney com o Presidente argentino. Uma pessoa antipática, muito seca. Brilhante, extraordinário, mas muito antipático. E casualmente eu estava junto, lá em Montevideu. Brasil e Uruguai conversaram para fazer o entendimento do Brasil com a Argentina, e depois do entendimento do Brasil e da Argentina, fizemos o Mercosul.

Está todo mundo contra. Eu só não entendo porque, meu querido amigo Senador Suplicy foi pedir o relatório da OEA. Mas eu



não tinha nenhuma dúvida, a OEA é contra, é radicalmente contra. Como muita gente é contra. O que levou o Suplicy a pedir esse relatório, que não quero nem ler, porque sei que é contra. Eu sei que ele é contra. Agora, pelo amor de Deus, em primeiro lugar nós não temos autoridade. Quem nos ouve falar aqui, parece que somos os Senadores espetaculares... “Ô, o Brasil é uma democracia, uma maravilha. O Brasil tem liberdade de imprensa. No Brasil o respeito sempre existiu”. Coisa nenhuma! O Brasil até ontem era o pacto do Cone Sul. Da ditadura do Brasil, com a ditadura do Paraguai, com a ditadura do Chile, com a ditadura da Argentina, com a ditadura da Bolívia e com a ditadura do Uruguai.

Esses generais torturaram, governaram com violência. Esse é o pacto que tinha, o pacto mais vergonhoso do mundo, numa época em que predominou a ditadura, o arbítrio e a violência. Esse era o Brasil.

E se formos olhar hoje, não temos dignidade de olhar um pra cara do outro... “Somos a perfeição, como vamos deixar esses caras entrar?” Nós também não somos santos, senhor Presidente, também temos os nossos equívocos, temos os nossos erros, também temos nossas imperfeições. Tem muita coisa para fazer para virarmos uma grande democracia. Eu acho, com toda sinceridade, com a Venezuela entrando no Mercosul virão outros países e teremos condições de fazer que a integração da América do Sul se transforme em realidade. A decisão do Senado Federal de vetar a entrada, acaba o Mercosul. Acaba o Mercosul. E eu não quero ser responsável. Muito obrigado, senhor Presidente.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, pela ordem.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Pela ordem, senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Antes de pela ordem, o Senador Pedro Simon falou que não tem recebido propostas, que ele fica...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não, não. Pelo amor de Deus, eu erreí, não é nessa Comissão. É em outras.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está bom. Tudo bem.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Deve ser na Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Pelo amor de Deus.

Falas sobrepostas.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, pela ordem, apenas para justificar...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Romero Jucá.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Apenas para fazer uma justificativa. O Senador Eduardo Suplicy não se encontra em São Paulo, está em Quito, fazendo uma palestra. Ele conversou comigo, inclusive preocupado, e eu lhe disse que pediria vista da matéria e, portanto, que ele poderia viajar com tranquilidade, que o debate não seria hoje, seria em outro momento. Então, quero fazer primeiro esse registro.

Discordo do Senador Pedro Simon, acho que temos que ver o relatório da OEA. Agora, temos que analisar o relatório da OEA não só quanto à Venezuela. Vamos analisar também o que diziam do Brasil, o que diziam de outros países da América do Sul, para verificar efetivamente qual é o critério de julgamento e onde a gente precisa avançar. Não sou daqueles que acha que deve desconsiderar, não. Temos que considerar tudo. Agora, a decisão dessa Casa será uma decisão política, olhando para trás ou para frente. Vamos ter que decidir. Então, com muita tranquilidade, quero louvar o trabalho do Senador Tasso Jereissati, quero registrar a importância do trabalho. Acho que é um roteiro para debate, para a discussão, que será acalorada. Existem posturas políticas diferenciadas, inclusive partidárias. Agora, vamos procurar colocar no nosso voto separado todas as questões que foram levantadas, com o maior respeito ao trabalho do Senador Tasso Jereissati, aduzindo esse processo e procedimento para o futuro. Não vejo como se colocar um muro na fronteira de Roraima com a Venezuela. Não vejo. Já bastam as áreas indígenas que foram colocadas. Acho que temos que ter, sim, é a consciência, a criatividade, responsabilidade de

agregar, de abrir as fronteiras e de gerar procedimentos que possam forçar comportamentos nos diversos países da América Latina.

Portanto, farei meu voto, senhor Presidente, com muita tranquilidade, registro a ausência do Senador Eduardo Suplicy e quero louvar novamente o trabalho com profundidade, com responsabilidade feita pelo Senador Tasso Jereissati.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Tem razão, Senador Romero, o Senador Suplicy também me comunicou, realmente não era São Paulo, me enganei, era Equador. Senador Tasso Jereissati. Senador Flexa pediu pela ordem? Heráclito?

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então Senador Heráclito e depois Senador Tasso.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Lamentavelmente o Senador Pedro Simon não ouviu o relatório do Senador Tasso Jereissati na sua totalidade.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): vossa excelência não está ouvindo novamente, Senador Pedro Simon. Vossa excelência não está ouvindo novamente. Assim como não estava ouvindo agora, não está ouvindo novamente.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): vossa excelência não ouviu o relatório do Senador...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não adianta, vossa excelência Senador Tasso, comigo não adianta levantar a voz. O senhor recebe carinho e afeto que vossa excelência sabe que eu tenho.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Não. Eu não levantei a voz, não. Quem levantou a voz foi vossa excelência que inclusive disse que estava por aqui.

Risos

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): E dando uma de ditador, coisa que nunca vi na biografia do nosso querido Pedro Simon. Por isso eu queria pedir ao Senador Pedro Simon, com a serenidade que sempre caracterizou a sua vida pública, que desse uma lida profunda no relatório. Porque se há uma coisa que esse relatório faz é enaltecer e preservar os fundamentos da criação do Mercosul. Todos nós sabemos que o grande gerador da criação desse bloco foi a necessidade da continuidade democrática no continente. E o que se procura evitar nesse momento é exatamente que essa continuidade democrática sofra abalos. Com as movimentações que estão sendo feitas, de maneira deliberada, comprometendo a democracia continental.

Senador Pedro Simon, nós podemos valer esse relatório por vários aspectos. O primeiro deles é o técnico e o prático. Por que a Venezuela se nega a responder o questionário técnico, que é o princí-

pio de tudo isso? Talvez, se nós não tivéssemos aqui nesse debate, Senador Simon, se de maneira humilde a Venezuela respeitasse a regra do jogo e respondesse tecnicamente e esse questionário foi colocado aqui não na sua totalidade, mas alguns aspectos fundamentais pelo relator Tasso Jereissati. Aliás, quero dizer que nos meus oito anos de Senado, esse foi o relatório mais profundo, mais detalhado, mais estudado que eu vi nesta Casa. É um relatório isento, tão isento que ele traz como peça de informação uma consulta feita por dois Senadores da base do Governo. E francamente defensores da Venezuela. Mostra a isenção e mostra um estudo. Omitir essa resposta da OEA, seja ela contra ou seja ela a favor, seria um erro imperdoável dessa Casa e um erro imperdoável do relator. Não foi o relator que foi buscar essas informações da OEA.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): O erro foi do Senador Suplicy, porque a resposta a gente já sabia.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): vossa excelência sabia por que tem contatos permanentes com a OEA. Eu, por exemplo, não sabia. Eu não sabia o que a OEA iria responder e o que a OEA iria pensar. Agora, Senador Pedro Simon, a biografia de vossa excelência é de uma luta permanente pela democracia, a luta de vossa excelência tem sido durante todos os anos da sua vida em defesa da democracia, combateu ditaduras pelas ruas desse país, querer permitir que nós afrouxemos nesse momento a guarda com relação ao retorno de regimes de força no continente, é uma incoerência que a biografia de vossa excelência não permite caber. Vossa excelência há de convir que a cautela que nós estamos tendo, que o relator tem se diz respeito a única e exclusivamente à estabilidade democrática do sistema. A estabilidade e essa cautela, ela aumenta quando nós vemos um Presidente hoje bafejado pelo alto preço do petróleo, a fazer manobras que não são manobras desenvolvimentistas, mas são manobras ameaçadoras por todos os países vizinhos à procura de criar um novo tempo e um novo rumo para a política da América do Sul. Foi assim na Bolívia, foi assim no Equador, foi assim na disputa entre a Colômbia e o Equador e tem sido assim em Honduras.

Se não dermos limites a essa ação bolivariana, nós vamos permitir que o Brasil amanhã seja caudatário desse processo. Porque o mais grave de tudo isso é que os fatos mostram que nós estamos sendo levados a reboque. E nós estamos... Estão tentando nos levar a reboque e a diplomacia brasileira mais uma vez se agacha, se acocora porque não quer pelo menos que o Governo da Venezuela cumpra uma regra do jogo, que é assinar um protocolo. No protocolo no qual ele tem que dizer que respeita a democracia, que respeita a regra do jogo com relação aos itens de importação e exportação que estão aí.

Nós já perdemos muito no Mercosul num ato de boa vontade na Carta de Ouro Preto quando abrimos mãos de algumas conquistas industriais e comerciais nossas, em nome da integração. Não é possí-

vel agora, num momento como esse, se fazer concessões exageradas. E veja bem, Senador Simon, o próprio Paraguai recuou. Recuou por quê? Por temer prejuízos futuros nessa correlação. Daí porque, meu caro amigo Senador Pedro Simon, vossa excelência não pode cometer injustiça de dizer que este documento não fez a exaltação que deveria fazer ao Mercosul. Apenas [ininteligível] e aí concordo com vossa excelência. Exaltou menos o Senador Sarney, o Presidente Sarney como deveria. Talvez sua frustração seja essa, mas ainda há tempo de reparar.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Permite um aparte, Senador? vossa excelência se referiu tanto a mim... Quero dizer apenas o seguinte, estou plenamente de acordo com tudo que se fala do Presidente da Venezuela, estou totalmente de acordo de que realmente ele está tomando posições obviamente negativas. O que quero dizer com muita serenidade agora, é que se nós aprovarmos a entrada dele para o Mercosul e ele entrar no Mercosul, o Mercosul a democracia na Venezuela estará sendo garantida porque, caso contrário, ele vai ser expulso do Mercosul. Isso aconteceu, repito, com o Paraguai. Quando o Paraguai depois de uma ditadura enorme determinou que o Presidente caía e ia assumir um General, o Lula e o Presidente uruguaio, argentino, foram lá e disseram: “Não, se o Paraguai fizer isso ele cai fora do Mercosul”. E assumiu o vice-Presidente. Se a Venezuela entrar no Mercosul, nós teremos condições de coordenar, de fazer o trabalho para que mantenha a democracia. Podemos até aí no futuro, sim, pedir a demissão, a rua... Agora, nós sair, impedir a Venezuela de entrar no Mercosul, nós estamos marcando o Mercosul. Estamos destruindo o Mercosul. E isso eu acho ruim.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Presidente.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Dei um aparte aqui ao Senador Simon. Senador Simon, vamos fazer a coisa pelo lado certo. Veja bem...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Quero só esclarecer... A discussão. Nós temos...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Apenas dei um aparte, concedi um aparte ao Senador Simon. A maneira mais simples de nós resolvermos isso, Senador Simon pode colaborar, é convencer o senhor Chávez e a Venezuela a aceitarem a regra do jogo e assinar a carta de intenções, preenchendo os itens necessários, Senador Simon. O que nós não podemos deixar...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Com tudo isso, eu concordo.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): ...Nós não queremos que a Venezuela entre no Mercosul pela porta do fundo. Nós queremos que a Venezuela entre pela porta da frente.



Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Concordo. O que eu não concordo é vetar a entrada da Venezuela no Mercosul. Vetar é ao que eu sou contrário.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Mas nós não estamos vetando. Nós estamos exigindo que a Venezuela cumpra aquilo que é necessário cumprir. [soa a campainha]

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Para concluir. A discussão da matéria será no dia 29, não será hoje. Nós estamos aqui apenas porque a palavra foi pedida. Mas o Senador Tasso Jereissati, que é o relator, pede a palavra para exatamente esclarecer o que foi colocado pelo Senador Pedro Simon.

Senador Romeu Tuma (PTB-SP): Senador Tasso, até a metade do relatório, Senador Tasso, tive o cuidado de contar, vossa excelência citou 45 vezes Mercosul. Na metade do relatório ainda estou. Tem 45 citações do Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então vamos ouvir o Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Senador Pedro Simon, confesso que fiquei bastante surpreso, não com sua opinião, mas com a sua exaltação e com a sua qualificação em relação ao trabalho que nós fizemos com muito cuidado. Com muito cuidado. Eu queria colocar a vossa excelência, até porque vossa excelência sabe do imenso respeito que não é de hoje, não é do Senado, é de muitos anos

que tenho por vossa excelência. Este meu relatório é essencialmente sobre tudo ao redor da integração latino-americana e do Mercosul. É totalmente concentrado neste ponto. E já tinha ouvido sua opinião algumas vezes aqui nessa mesma sessão e entendo perfeitamente que tenhamos posições diferentes sobre o seguinte ponto: trazer o Chávez para dentro do Mercosul ajuda esta integração ou ela atrapalha esta integração? O meu relatório foi totalmente sobre esse assunto. Sobre a integração latino-americana, o Mercosul, e justamente por esta razão, e falei até a palavra constrangimento, que propus esse projeto de resolução para que, daqui por diante, as premissas básicas do Mercosul já venham incorporadas no protocolo de adesão. Para que nós não tenhamos que discuti-lo aqui. Justamente para que não haja uma desintegração do Mercosul.

Foi longo esse relatório, não faz parte inclusive do meu hábito aqui nessa Casa. Faço relação de todos os desentendimentos que estão havendo não apenas no Mercosul, mas dentro da América do Sul recentemente. A América do Sul e a América Central recentemente, levando, inclusive, até talvez, lá para os anos 1950, mas não me lembro, na época de Perón, alguma coisa, ter havido clima de tensão maior interno dentro da América do Sul do que recentemente. Recentemente... Brasil e Argentina. Mas, recentemente, nós estamos vendo focos de tensão acontecendo em toda a América Latina. No Equador, na Venezuela, na Colômbia, na Bolívia, agora na América Central, com o envolvimento direto dos países da América Latina, o que é a guerra, a belicosidade, a ingerência externa, que foi um ponto que vossa excelência defendeu a vida inteira. Tanto que a questão do americano, que o americano que fazia ingerência interna nesse continente durante a história. Hoje não é mais o americano que está fazendo ingerência externa. Neste território, na nossa região. Essa ingerência externa está sendo feito de uma maneira errática, com vários países, um entrando na questão do outro, e isso é a desintegração. A base da integração, a meu ver, é a paz. Não há integração sem paz. E não há integração sem democracia. São as duas bases. O resto é conversa. O comércio é decorrência da paz, os acordos bilaterais são decorrência da paz e da democracia. O ponto de vista que tenho diferente de vossa excelência é esse. Nós estamos trazendo para dentro de um projeto...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Eu concordo com vossa excelência Quer dizer, acho que trazer a Venezuela para o Mercosul, nós estamos consolidando o Mercosul e dando força para a democracia na Venezuela.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Essa é a nossa discordância. Mas vossa excelência, e eu não aceito, dizer que no meu projeto, no meu relatório não se falou da importância do Mercosul, não se falou da história do Mercosul, não se falou da integração da América do Sul como elemento central da discussão, isso é que não

posso aceitar, por isso que disse que vossa excelência acha que não leu o meu projeto. Toda a minha argumentação é na enorme carga desagregadora, tanto do ponto de vista comercial, e aqui tem alguns pontos de vista formais também, tanto do ponto de vista comercial... Porque a Venezuela ainda não aceitou uma série de pontos que já são aceitos por todos os países do Mercosul. Então, da função desagregadora que tem tido o Presidente Chávez na América Latina, no lado comercial como na função desagregadora política que ele tem tido. Tanto que faço lá para tantas uma referência. Assim como a Venezuela não é só Chávez, o Brasil não é só Lula. Todo o tratamento que nós temos visto na história, na visão política do Presidente Chávez é uma visão muito personalista. É uma visão muito personalista. O Presidente Chávez já rompeu em determinado momento, só para fazer um breve histórico, com o México. Ele mandou retirar o Embaixador do México em determinado momento da história. Já foi protagonista de uma cena de violência verbal com o ex-Presidente da Espanha. Já foi desagregador... Veja bem, já foi desagregador, quando uso a palavra desagregador, não tenho nada a ver com os assuntos internos da Venezuela, não quero trazer esse problema para cá para dentro. Já foi desagregador com o nosso Senado, não sei me lembro, foi o papagaio...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Papagaio do Congresso americano.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): O Embaixador recentemente foi desagregador. Acho que é o único caso na história recente de um Embaixador que se negou a vir ao Senado. Nós convidamos para debater, inclusive ele me visitou e tive uma conversa bastante intensa, pessoal...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): É que tinham, naquele dia, dois golpistas na Mesa.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Ele poderia vir em outro dia. Com a Colômbia. Já mandou retirar, já puxou, já teve atos com a Colômbia. Enfim, o elemento desagregador que representa isso é o meu receio. A visão é oposta a vossa excelência, vossa excelência diz: “Trazendo ele para dentro nós vamos consertar isso tudo”, e a minha visão é diferente. É um elemento por DNA desagregador, tanto no aspecto democrático, não vou falar de democracia para vossa excelência porque vossa excelência tem uma luta democrática muito mais longa e até mais sofrida que a minha. Não vou falar em não ingerência porque também sei que faz parte dessa história. Mas tudo isso está sendo feito o oposto. Afora disso, e tenho falado, é da personalidade desagregadora. Vamos dizer que ganhe um Presidente aqui do ano que vem que ele não goste. Como é que vai ser? Porque tem sido historicamente a sua posição.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Se estiver no Mercosul, ou assume o Presidente ou a Venezuela cai fora.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Eu acho que é esse o debate, e acho que é essa a questão, se desagrega ou não. Vou até lhe contar aqui, primeiro, duas informações. Ele criou e já existe uma outra instituição na América Latina que chama Alternativa Bolivariana para as Américas. Existe, está formada, inclusive o Zelaya agora faz parte dessa Alba. Ou seja, existe uma contradição, ele faz parte de uma da qual é o chefe, e que tem como fundo de pano uma identidade chamada de “bolivariana”, que não sei o que quer dizer até hoje. Tentei entender o que quer dizer e não sei.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Vem de Simón Bolívar, um grande lutador pela independência dos países da América, mas naquela época não se falava nem em comunismo nem em socialismo. Eu não tenho uma linha, não vejo uma vírgula em qualquer pronunciamento de Simón Bolívar onde ele fala em comunismo ou socialismo. E agora a Venezuela é a pátria socialista do Simón Bolívar. É uma piada.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Mas sabe que na época o Abreu Lima escreveu um dos primeiros livros na América sobre o socialismo.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Só aí vossa excelência vê, Senador Pedro Simon, um elemento de contradição. Ao mesmo tempo em que ele pleiteia entrar no Mercosul, criou outra organização latino-americana da qual é líder incontestado. Na Europa, os países que não obedeceram aos critérios básicos, vamos lembrar, inclusive, recentemente, a briga da gigantesca da Turquia para entrar. E são poucos os países do leste europeu que já entraram. Aqui não há razão em abrir exceção para a Venezuela em determinados pontos, quando nós não agimos assim com outros países. E coloquei também a relação da precedência. Se nós fizermos isso, nós vamos ter que fazer daqui por diante, aí nós não vamos ter integração de maneira alguma. Mas vou lhe dizer, tive muitas dúvidas em relação a esse relatório. Confesso, inclusive, e disse ao Senador Azeredo diversas vezes, que no início eu iria colocar aprovação com ressalvas. No entanto, à medida que os acontecimentos foram. Eu não pedi esse relatório da OEA, chegou às minhas mãos por...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): A Comissão.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): A pedido de quem?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Pedido de João Pedro e Eduardo Suplicy.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Não, o João Pedro... Não pedi esse relatório. Faz parte de todos os documentos que nós andamos, a nossa assessoria aqui andou estudando.



Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): [ininteligível] pela Comissão?

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Não, esse relatório pela OEA.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Mas foi a pedido da Comissão? De membros da Comissão?

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Foi de membros da Comissão.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Então ele veio oficialmente, atendendo a pedido de membros da Comissão.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim, sim.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): E não poderia desconhecer o relatório. Vossa excelência é católico, como eu, e aqui não vai nenhuma comparação direta aos regimes impostos, mas acabei de ler um livro sobre a vida do Papa Pio XII. O título do livro é péssimo, chama-se *O Papa de Hitler*.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Tem um livro muito bom que saiu, sobre São Francisco. Vossa excelência deveria ler também.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Impressionou-me muito as acusações que são feitas ao Pio XII de colaborar com o nazismo e com o fascismo italiano.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Ou, pelo menos, que teria assistido sem participar de nada e deixar as coisas acontecerem.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Mas aí vem toda a justificativa dada no livro, que é um livro muito bom. Vou até lhe dar um de presente. O livro diz...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): E lhe dou um de São Francisco.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): É dando que se recebe.
Risos.

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): Esse livro diz o seguinte: O Papa Pio XII foi considerado colaborador do nazismo porque foi para Berlim em 1933, se não me engano, como núncio apostólico, encarregado por Pio XI de negociar uma concordata da Alemanha com o Vaticano. Essa era a grande missão dele. Como vossa excelência sabe, houve, no início do século 20, uma grande perseguição aos católicos na Alemanha. Então, a preocupação fundamental do Pio XI era firmar uma concordata com o Governo alemão. Em nome desse pragmatismo, Pio XII assistiu a evolução do nazismo de bico calado, fingindo que não estava vendo, apesar de ser contra, porque achava que qualquer intromissão atrapalharia sua missão. Por incrível que pareça esse livro foi elemento de convicção fundamental ao decidir, pois fiquei muito tempo em dúvida. Eu estou assistindo hoje na América Latina uma série de políticos populistas, não democratas, com tendências ditatoriais, uma ingerência gigantesca de países em outros, inclusive até o Brasil começando a se entusiasmar um pouco com essa ideia de que é a grande potência agora...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Com relação ao Brasil, justiça seja feita que o Lula mandou arquivar a terceira reeleição. Mérito dele...

Senador Tasso Jereissati (PMDB-RS): ...Concordo inteiramente. Isso não tenho dúvida, também mérito do Lula. Nasci do lado da democracia, contra o golpe, contra os militares. Toda e total repulsa ao golpe de Honduras, mas ao mesmo tempo...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): vossa excelência está falando daquele golpe que o Senador Mercadante participou em 64 com nove anos de idade? Onde uma revelação... Um menino prodígio.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): ...eu notei, e aí pode ser uma percepção equivocada minha, um certo deslumbramento do

Ministério das Relações Exteriores do Brasil em ser o foco das atenções naquele momento. Esse deslumbramento é perigoso. À medida que o Brasil hoje é sem dúvida nenhuma uma das grandes presenças no mundo. Não nego a liderança do Lula hoje, sua própria história, sua figura importantíssima, no contexto mundial, mas começar a nascer um gostinho de interfere aqui, interfere ali, mexe ali. Porque nós é que somos a liderança e temos o sonho de ocupar o lugar do irmão do norte nesse policiamento latino-americano. É isso que queria colocar e mais uma vez dizendo, só aqui falo o tempo todo sobre integração, são 20 páginas, falo sobre o assunto.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Nós temos daqui uma hora a visita do Almirante...

Falas sobrepostas.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Presidente, estou inscrito por um minuto.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Qualquer coisa que tenha exagerado, peço desculpas a vossa excelência

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senador Tasso, se não for pedir demais à vossa excelência, eu gostaria...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Tenho por vossa excelência maior carinho, maior admiração. Vossa excelência sabe disso. Eu estranhei um pouco, mas eu... Qualquer coisa que tenha feito, eu peço desculpas.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Presidente.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Eu vou lhe contar aqui uma coisa que me passou pela cabeça. O Simon cometeu o mesmo erro que o Fernando Collor cometeu. Recebeu informação errada lá fora e veio para cá [ininteligível]. O Collor foi injusto com ele no Plenário o mês passado e uma coisa exatamente... Não ouviu o que o Simon tinha dito, chegou com aquela truculência. O Simon tem uns decibéis a menos, foi mais comedido, foi mais educado, ele é um gentleman, mas ele cometeu a mesma coisa com vossa excelência.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Eu fico emocionado com a comparação de vossa excelência Muito obrigado. Nunca imaginava que partisse de vossa excelência Muito obrigado.

Risos.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): [soa a campanha]. Senador, o Senador Flexa Ribeiro pede a palavra por um minuto, mas quero lembrar que nós temos daqui uma hora a visita do Almirante Chefe de Estado-Maior da República Francesa às 2h30. Eu preciso...

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon... Ele está saindo. [soa a campanha]. Gostaria que vossa excelência ouvisse. Eu serei breve, em respeito...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim, porque nós temos que voltar daqui a uma hora.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Concorda que breve não é uma característica de vossa excelência

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Serei breve, em respeito à admiração que tenho por vossa excelência. É, sem sombra de dúvida, um dos ícones do Senado Federal. Eu quero dizer que o Senador Tasso, ele realmente, no seu parecer, buscou defender a integração do Mercosul. E a questão está se a entrada da Venezuela desagrega ou não. Mas ouvi vossa excelência fazer uma referência, queria só que vossa excelência confirmasse isso, que vossa excelência, Senador Simon, Senador Heráclito... Senador Simon, só gostaria que vossa excelência confirmasse aquilo que vossa excelência disse, que é de acordo que a Venezuela cumpra as exigências que são já definidas para que possa ser aceito no Mercosul, e que conluo já, e que pelo relatório e por tudo do Senador Tasso e por tudo que nós tomamos conhecimento, o Presidente Hugo Chávez não cumpre e quer ser aceito na marra no Mercosul. Vossa excelência disse que é de acordo que ele cumpra. Aí pergunto: ele não cumprindo, vossa excelência vai admiti-lo no Mercosul?

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Eu sou favorável a fazer qualquer tipo de concessão para a Venezuela entrar no Mercosul.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Mesmo para não cumprir? Então vossa excelência está se desdizendo.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não, não. Um momentinho. Eu sou favorável a nós permitirmos o ingresso da Venezuela no Mercosul, porque, permitindo o ingresso da Venezuela, nós do Mercosul estaremos garantindo a democracia lá. Porque nós teremos condições, vossa excelência sabe, Presidente, nós teremos condições de influenciar. Agora, se nós decretarmos a não entrada da Venezuela, nós estamos decretando o fim do Mercosul, algo que se levou 200 anos para se criar, talvez só daqui a 200 anos se crie de novo.

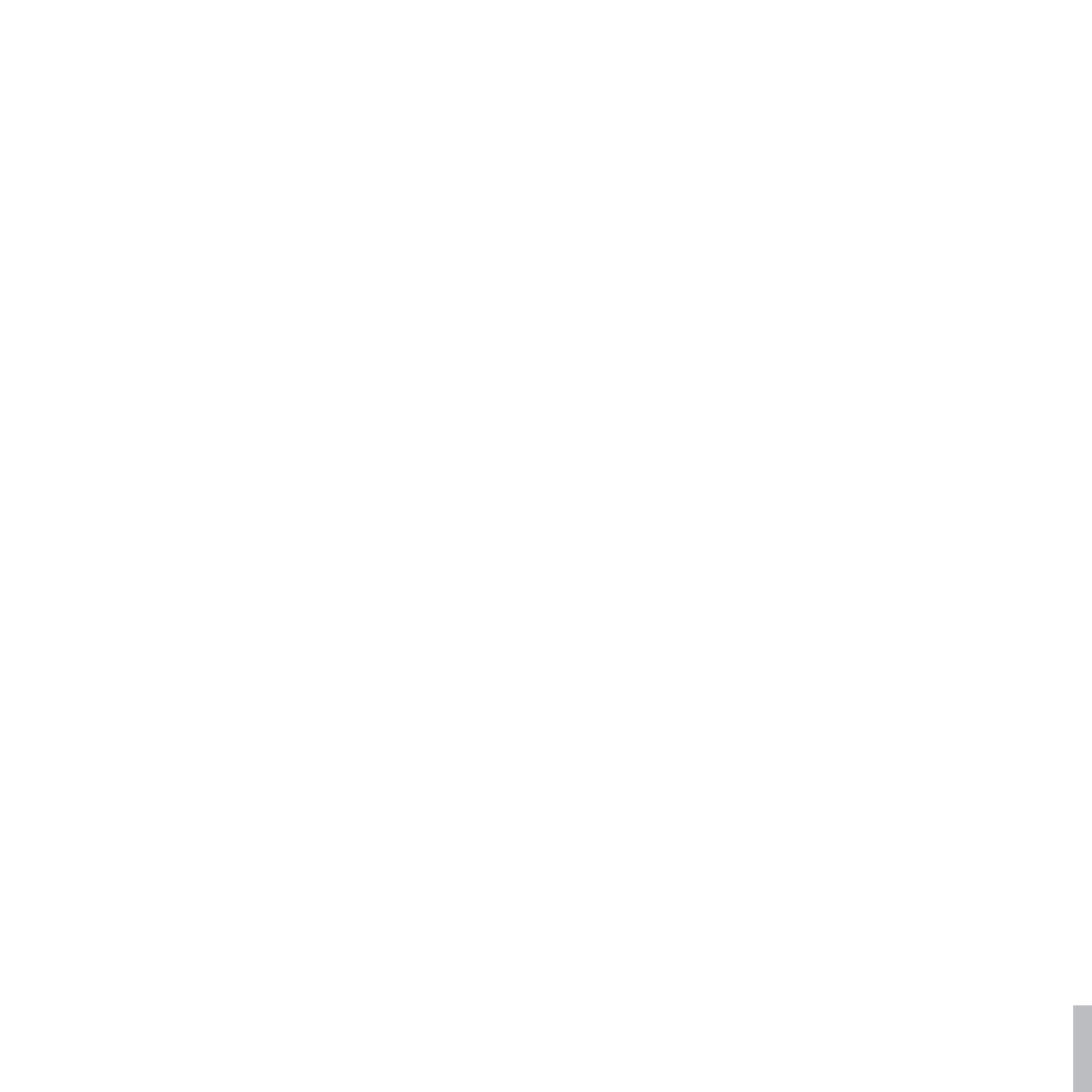
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Mas não foi isso que vossa excelência falou. Está registrado nas notas taquigráficas.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está encerrada a reunião. Muito obrigado a todos.

SESSÃO DE 29 DE OUTUBRO DE 2009

**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO
PREPARADO PELO SENADOR TASSO JEREISSATI
(PSDB-CE). DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO VOTO
EM SEPARADO PREPARADO PELO SENADOR
ROMERO JUCÁ (PMDB-RR)**





No dia 29 de outubro de 2009, a Comissão de Relações Exteriores do Senado realizou a última sessão para discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 430, de 2008 que trata do ingresso da República Bolivariana da Venezuela no Mercosul. No dia primeiro do mesmo mês, o relator da matéria, Tasso Jereissati (PSDB-CE), leu seu voto, contrário à proposta. O líder do Governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu vista e ficou acordada a data para apresentação do seu parecer.

A sessão começou às 10h44 e terminou às 14h23 e caracterizou-se por um intenso debate entre os parlamentares. Ao final, venceu a tese do governo, por 12 votos a cinco. Antes, o parecer do relator Tasso Jereissati fora derrubado por 12 votos contrários, seis a favor e uma abstenção. A proposta tramitava no Congresso desde fevereiro de 2007, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou mensagem pedindo a aprovação das duas Casas para a ampliação dos membros do Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Senhoras Senadoras e senhores senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada a Ata. Antes de dar início à pauta, informo aos membros da Comissão o recebimento de correspondência do Prefeito de Caracas, Senhor Antonio Ledezma, que esteve aqui na última terça-feira, na qual ele expressa os agradecimentos por sua participação na Audiência Pública e formaliza convite para que delegação desta Casa possa verificar in loco os aspectos que o Senhor Prefeito teve oportunidade de relatar nesta Comissão sobre a democracia na Venezuela, em particular, a relação dos presos e perseguidos políticos, a liberdade de expressão, a situação dos direitos humanos e de governos locais e regionais conduzidos por opositores ao partido do Presidente da República.

O Prefeito ressalta que, tal como se manifestou pessoalmente, a sociedade venezuelana valorizaria amplamente a visita à Venezuela de uma representação do Senado Brasileiro.

Passamos, agora, à apreciação da pauta. Está suspensa a indicação de membros da Comissão de Relações Exteriores para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Foi alterado o regimento da Comissão, mas ainda não o da ABIN. Portanto, não há como, legalmente, fazer essa indicação, que seria por votação secreta.

O que se objetiva é que a Comissão, para melhor funcionamento, amplie seus quadros, além dos seis membros atuais, teria outros seis membros. Hoje, os integrantes são os líderes da maioria e minoria na Câmara e no Senado e o Presidente da Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado. Nós estamos ampliando para outros seis membros, que seriam indicados pela própria Comissão, mas surgiu ontem uma dúvida jurídica, e, portanto, teremos que adiar essa definição.

O nome do Senador Romeu Tuma foi indicado pela sua experiência. Ficou pendente da última reunião o requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti propondo a ida da Comissão de membros...

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, pela ordem. Queria saber qual é o teor do requerimento, se é apenas uma visita à Venezuela ou se tem algum condicionante com a votação do relatório e também da matéria no Plenário. Porque, se for uma visita à Venezuela, da Comissão, em qualquer momento, não temos nada a obstar. Agora, se for uma Comissão para segurar a votação ou, efetivamente, ir perguntar ao Presidente Chávez se ele vai cumprir ou não vai cumprir o que está escrito, gostaria de discutir o requerimento. Como não conheço o teor, gostaria que vossa excelência dissesse qual...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vou ler o requerimento. Agora, quero lembrar, Senador Romero Jucá, que vamos votar hoje. O requerimento não impossibilita a votação. Então, o requerimento:

“Nos termos do artigo 39, inciso I e 40... Inciso I, e 40, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requero autorização para que a delegação de senadores desta Casa realizem viagem oficial à Venezuela, em data a ser definida oportunamente, atendendo a convite do Senhor Antonio Ledezma, prefeito da cidade de Caracas, formulado por meio de correspondência enviada a esta Comissão, no dia 28 de outubro do corrente. Diante da importância e da relevância da missão a ser cumprida pelos representantes da Casa, requero autorização para a realização da viagem e as necessárias providências



“Acho importante que os fatos relatados pelo Prefeito de Caracas sejam verificados. Ele fala em prisão de políticos e de jornalistas; atentado a jornais e a televisões. Fala em perseguição a judeus e em outras coisas que nenhum de nós acha que pode fazer parte da política do Mercosul”...

Senador Tasso Jereissati (relator da matéria)

para pagar as despesas que serão incorridas.” Assinado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Pela ordem, só. Queria fazer uma questão...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Portanto, não há nenhuma menção à restrição de votação, seja aqui ou em Plenário.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Essa não seria atribuição do Plenário?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Não, pelo artigo 40, todas as viagens internacionais, inclusive de qualquer membro de qualquer Comissão, têm sido aprovadas por esta Comissão.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Como ficou bem claro na redação e na leitura do requerimento, não está condicionando a votação aqui na Comissão de Relações Exteriores e no Plenário, embora haja entendimento de que essa viagem pudesse ser feita entre a votação aqui na Comissão de Relações Exteriores e a votação em Plenário. Não vejo por que uma semana de alteração complicaria algo. Até porque, vamos aprovar hoje, como está claro. Eu vou votar a favor, com ressalvas, tem um voto em separado, a favor com ressalvas. Agora, acho que, não só pelo convite feito, mas até para completar o debate sério que fizemos nesta Comissão, ouvindo todos os lados, não vejo nenhum problema. Falei hoje com o assessor político da Embaixada da Venezuela de que seria oportuno e simpático que o próprio Presidente Chávez aproveitasse a estada do Presidente Lula lá e fizesse o convite para a Comissão. Com isso, não teríamos qualquer reserva. Não vejo nenhum obstáculo se aprovar uma ida de membros da Comissão de Relações Exteriores.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Romero.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Uma coisa é uma comissão de senadores visitar a Venezuela para discutir sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul. Outra, uma Comissão de senadores ir à Venezuela para verificar se há preso político, enfim, uma atividade que, efetivamente, terá uma mídia claramente política, interna. e, portanto, estaríamos nos envolvendo na disputa.

Gostaria de registrar que tentaremos pautar essa votação no Plenário para a próxima semana. A pauta está liberada, é um acordo importante. Portanto, encaminharemos contrário ao requerimento, não pela intenção. Acho que é uma viagem importante, mas preocupa-me a leitura política que pode se dar a esta Comissão indo à Venezuela,

a convite da oposição, para investigar a existência de presos políticos, se há liberdade, e, como a imprensa noticiou, de cobrar ao Presidente Chávez se ele vai cumprir ou não a palavra.

Temos de nos colocar ao lado dos venezuelanos. Sei qual seria a reação do Senado brasileiro se senadores americanos ou franceses dissessem: “Vamos ao Brasil ver se vai cumprir o acordo, vai cumprir a palavra”. A nossa posição é fazer uma avaliação técnica, política, tenho um voto em separado contestando, com muito respeito, o relatório do Senador Tasso Jereissati, feito com serenidade, com equilíbrio, um trabalho técnico, de profundidade. Deu-nos trabalho contestar as colocações do Senador Tasso Jereissati. Essa discussão deve se pautar não pela criação de fatos políticos exógenos em outro país, mas, sobretudo, pelo equilíbrio e pela decisão interna do Brasil. Para o Brasil é bom ou não é bom a entrada da Venezuela no Mercosul? Nós não estamos discutindo política interna da Venezuela.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Tasso Jereissati pede a palavra.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Senhor Presidente, senhores senadores. Gostaria de lembrar alguns aspectos importantes. Não considero irrelevante que deixemos de ver o que está acontecendo na Venezuela, até porque vi o depoimento impressionante do Prefeito de Caracas, quando ele falou ser favorável, com ressalvas concretas, mas ser favorável. Ele é citado em todas as entrevistas e todas as colocações e, pelo que li, no próprio relatório do nosso líder do Governo, Senador Romero Jucá. Sempre é citado. Se metade do que o prefeito disse for verdade, seria uma violação clara de toda a tradição da política externa brasileira e uma violação importante dos acordos de Assunção e do Acordo de Ushuaia, que fazem parte essencial do Mercosul. Isso é muito importante.

E queria lembrar ao Senador Romero Jucá – ele, talvez, por ser muito novo não lembre –, mas na época da ditadura militar, era comum recebermos comissões de direitos humanos. Senador Pedro Simon, queria apenas lembrar, porque o Senador Romero Jucá é muito jovem, não lembra da época da ditadura militar, quando era comum recebermos comissões de outros países, inclusive parlamentares, que vinham estudar as condições da democracia brasileira. Isso era feito com alguma constância. O Senador Suplicy, com certeza, também se lembra disso, já que é um pouquinho mais velho. E essas visitas eram muito bem recebidas por nós, que fazíamos oposição no país. Aclamávamos como importantíssimo para os direitos humanos, que a comunidade internacional acompanhasse de uma maneira clara, de maneira ostensiva, porque só beneficiava a nós, brasileiros.

Acho importante que os fatos relatados pelo Prefeito de Caracas sejam verificados. Ele fala em prisão de políticos e de jornalistas; atentado a jornais e a televisões. Fala em perseguição a judeus e em

uma série de outras coisas que, sem dúvida nenhuma, nenhum de nós acha que pode fazer parte da política do Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador, quero dizer que o relatório deixado pelo Prefeito Ledezma está à disposição de todos na secretaria da Comissão.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, pela ordem. No momento oportuno, gostaria de apresentar meu voto em separado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim, chegaremos a ele. Agora, vamos concluir a votação do requerimento. Dentro das normas dos artigos 39 e 40, há necessidade de um relator para o requerimento. Então, designo relator o Senador João Tenório, a quem concedo a palavra. A inscrição está aberta, inclusive, para as discussões posteriores.

Senador João Tenório (PSDB-AL): A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob o Regimento nº. 93/09, CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que requer, nos termos do artigo 39, inciso I, e 40, inciso II do Regimento Interno, a necessária autorização da Presidência do Senado Federal para que a delegação de senadores desta Casa realize visita oficial à Venezuela.

Relatório. Esta Comissão é chamada a pronunciar sobre o Requerimento nº. 93/09, da Comissão de Relações Exteriores, requerendo a necessária autorização para que uma delegação, composta por cinco senadores desta Casa, realize viagem oficial à Venezuela, em data a ser definida oportunamente, atendendo o convite do Senhor Antonio Ledezma, prefeito da cidade de Caracas, formulado por meio de correspondência enviada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 28 de outubro do corrente.

O artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal prevê que a ausência do senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão do país ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo, ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a Comissão que tiver maior pertinência.

O autor do requerimento informa, em cumprimento ao disposto no artigo 39, inciso I, do Regimento Interno, que a data da viagem será definida oportunamente e solicita as necessárias providências para o pagamento de diárias e passagem aérea em favor dos senadores designados para compor tal delegação.

O voto. Diante do exposto, meu voto é pela aprovação dessa solicitação.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Em discussão o relatório.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, pelos motivos que já defendi, encaminho contrário ao requerimento.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador João Pedro? Vamos colocar, somente se mais ninguém quiser discutir...

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Senhor Presidente, gostaria, muito brevemente, dizer...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): ...que sou favorável a que uma comissão de senadores possa visitar a Venezuela, inclusive a convite do Prefeito Antonio Ledezma, mas sem qualquer condicionalidade à votação. Portanto, poderíamos fazer isso num momento oportuno e quem sabe em novembro ainda. Então, sou favorável, mas sem condicionalidade...

Senador Efraim Morais (DEM-PB): Aí, depois de decidido, passa a ser turismo.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Não, ao contrário.

Orador não identificado: Não, é que eles querem condicionar depois.

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Primeiro, o Senador João Pedro.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Perdão, é porque o Senador Efraim mencionou que depois seria uma viagem de turismo. Quero aqui ressaltar que tenho a convicção de que uma visita de senadores, inclusive para conversar com o Presidente...

Senador Efraim Morais (DEM-PB): Não, mas pode ser entendido como disse Romero.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): ...para conversar com os parlamentares, com o prefeito, com a oposição, com o Presidente Hugo Chávez e transmitir a importância de ele bem cumprir este acordo, isso é fundamental...

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Senador Suplicy, permite um aparte?

Falas sobrepostas.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O Senador João Pedro pediu a palavra primeiro.

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): Estou inscrito, Presidente?

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Quero só esclarecer ao Senador Suplicy, se bem prestou atenção no requerimento, que não estabeleço data ou condiciono à votação. Essa questão é para

discutir. Entendi o porquê da urgência de votar hoje. O Presidente Lula está indo hoje para a Venezuela. Estará lá na Venezuela, hoje e amanhã. Então, vamos votar hoje, aqui na Comissão de Relações Exteriores. Qual é... Votar... Ou pelo menos está na pauta.

Agora, nós não podemos sequer aprovar um requerimento para ir à Venezuela e, o requerimento não estabelece data. Cabe à Comissão decidir: vai ser antes ou depois da votação em Plenário. Entendo que, pelo que os jornais dizem, o Governo já tem maioria para votar, mesmo, que não sou do Governo, não sou da base do Governo, embora meu partido seja, vou votar a favor, com condicionantes. Por quê? O Senador Jucá, que é o líder do Governo, não quer, mais do que eu, o ingresso da Venezuela no Mercosul. No entanto, quero que se respeite certas condições que estão no relatório do Senador Tasso Jereissati.

Então, o meu requerimento não tem a intenção, Senador Suplicy, de procrastinar a votação nem aqui e nem no Plenário. Agora, acho que é pertinente, sim, porque, como vossa excelência disse, ir lá e ouvir não só a oposição, não. Devíamos também conversar com o Presidente Chávez, com todo mundo. Acho que é altamente pertinente, e repito: ninguém aqui quer mais a entrada da Venezuela no Mercosul do que eu. Só que não quero a qualquer custo e de qualquer forma.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador João Pedro, que tinha pedido a palavra, depois, Senador Antônio Carlos e Senador Flexa.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Permita. É fato que, na redação do requerimento, não há esse condicionante. O Senador Mozarildo esclarece e... Só para...

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): O que quero levantar é o seguinte: uma coisa é uma Comissão do Senado brasileiro ir a convite da oposição para verificar denúncias. Isso é uma inserção numa disputa interna, política, de um país. A outra coisa, que nós podemos providenciar, é um convite conjunto do governo venezuelano e da prefeitura para se falar com todos... É diferente.

Senador Efraim Morais (DEM-PB): Romero, não é uma democracia? Se é uma democracia, qual é o problema? A oposição existe.

Falas sobrepostas.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Nós vamos tomar partido de determinado segmento de oposição. Essa não é uma questão interna nossa.

Senador Efraim Morais (DEM-PB): Se é uma democracia, a oposição é legítima. Pode convidar uma comissão de senadores. Essa é a democracia em que a oposição não pode convidar...

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Não é papel nosso.

Senador Efraim Morais (DEM-PB): Parece-me que quem tem razão, mesmo, é Chávez, quando chama o nosso Senado de paggaio do Congresso americano, parece que...

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente. Senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vamos ouvir o Senador João Pedro, primeiro. Senador João Pedro, com a palavra.

Senador João Pedro (PT-AM): Presidente, pedi para discutir e me dirigi a vossa excelência, que está presidindo, e quem encaminha a palavra é vossa excelência.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está com a palavra.

Senador João Pedro (PT-AM): Senhor Presidente, vou acompanhar o voto do líder do Governo, Senador Romero Jucá. E quero dialogar com o Senador Tasso Jereissati, uma pessoa importante da oposição no Brasil. Dialogar no sentido dos argumentos. No Brasil, de fato, as prisões políticas foram decorrentes do Golpe Militar de 64. O golpe existiu. Não é o caso da Venezuela, senhor Presidente, senhores senadores. O Presidente Hugo Chávez, presidente eleito pelo voto, tem mandato. Podemos ter divergência, mas temos que ter uma relação respeitosa, do ponto de vista na relação de Estado a Estado. Também cabe destacar que não estamos discutindo, aqui, uma relação bilateral. Não é Brasil e Venezuela, é o Mercosul. É multilateral. É um bloco econômico, fundamentalmente. Tem condicionantes? Tem. E é importante nós observarmos. Mas ir à Venezuela, no debate da aprovação do Mercosul, a convite do prefeito, para visitar as prisões, não ajuda.

Então, precisamos ter muito cuidado, porque estamos votando interesses do Mercosul, tratando e zelando a liderança do Brasil na América Latina e no Bloco. Voto contrário ao requerimento e não abro mão de uma visita do Senado. Podemos pautar não só a questão das prisões, mas outras de interesse do Estado brasileiro na Venezuela. Aí tem acordo, e podemos tratar com tranquilidade o assunto, mas não no debate, não na hora em que nós estamos discutindo uma política de Estado multilateral, de interesse não do Brasil, mas de interesse do Mercosul, onde o Brasil faz parte. Muito obrigado.

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): Presidente, quero crer que a intenção do Senador Mozarildo Cavalcanti, ao apresentar este requerimento, é de boa-fé. Não acredito, de forma nenhuma, que o objetivo seja criar dificuldades ao ingresso da Venezuela no bloco econômico do Mercosul. Quero crer que, com a aprovação, pelo Senado Federal, da participação da Venezuela no Mercosul, estão criadas todas as condições para que o Brasil, como integrante deste

bloco econômico, não só o Brasil como os demais possam, até por resoluções já aprovadas pelo Mercosul, terem o direito de visitarem a Venezuela para conhecer in loco as providências desse país com relação às exigências para sua participação no bloco.

Eu acho que é da maior importância essa visita, proposta pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, mas depois da aprovação da matéria, porque, afinal de contas, há uma relação bilateral respeitosa entre o Brasil e a Venezuela.

Suponhamos que, por exemplo, no caso da acusação dos Estados Unidos com relação ao dumping que o Brasil estaria praticando ao colocar no mercado externo a laranja mais barato, venha uma comissão de deputados, de senadores, para o Brasil fiscalizar os motivos. É uma interferência indevida de um país estrangeiro nas condições internas do Brasil, de modo que sou favorável ao requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti e que ele seja aprovado, realmente, depois que nós decidirmos a respeito do ingresso da Venezuela no Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vamos ouvir o Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, acredito que o Senador Mozarildo tem toda a razão de propor, por meio desse requerimento, uma ida de senadores à Venezuela. Não interessa se o convite veio da oposição ou do Governo. Defendo a ida dos senadores, e, principalmente dos que defendem, agora, a entrada da Venezuela no Mercosul. Esses é que devem ir, para que possam realmente tomar conhecimento.

Talvez o Senador João Pedro e o Senador Jucá não queiram que se faça essa viagem porque temem que aqueles que lá forem e hoje têm uma posição favorável à entrada no Mercosul mudem de opinião, depois de conhecerem a realidade daquele país. Talvez, Senador Mozarildo, seja essa a grande preocupação do Senador Jucá. É impressionante a capacidade midiática do Presidente Lula. Hoje, enquanto estamos votando, aqui, na Comissão de Relações Exteriores o parecer do Senador Tasso Jereissati, contrário à entrada no Mercosul e bastante aprofundado, o Presidente Lula está visitando a Venezuela...

Orador não identificado: O Lula tinha marcado anteriormente.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Não, não. Isso é um desrespeito para com o Senado Federal. É um desrespeito, Senador Suplicy. Porque ele vai querer, com sua presença lá, afrontar os senadores.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Permita, Senador Flexa Ribeiro, essa viagem estava marcada há tempos, e vossa excelência concordou...

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Não lhe concedi aparte! Eu lhe ouvi, vossa excelência ouça.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Estou ouvindo.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): O que o Presidente Hugo Chávez quer é dobrar o Senado brasileiro, fazendo com que a entrada da Venezuela seja feita da forma autoritária e ditatorial, como costuma agir em seu país. Lamentavelmente, porque, se ele quer, Senador Mozarildo, se ele quer que a Venezuela faça parte do Mercosul deveria atender às condições necessárias para isso, como fizeram os outros países. Seria a forma correta. E ele não o fez, não o faz e não o fará.

Lamento o uso do rolo compressor da base do Governo para aprovar o processo de adesão no Senado. Se fosse prefeito de Caracas, viria aqui defender a entrada da Venezuela no Mercosul. É lógico. Faria a mesma coisa. O problema da entrada da Venezuela no Mercosul não é para a Venezuela, é para o Brasil. Este é o ponto.

Então, defendo o requerimento do Senador Mozarildo, acho que teríamos que ir lá, principalmente os senadores que concordam com a entrada da Venezuela, porque tenho certeza absoluta, Senador Efraim, que modificariam seu voto.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, só para dar uma informação para esclarecer o ponto colocado pelo Senador Flexa. De três em três meses, o Governo brasileiro e o Governo venezuelano mantêm uma reunião bilateral. Uma reunião é num país, na Venezuela, e outra no país Brasil. Essa reunião em Caracas foi marcada há algum tempo. Fomos nós que marcamos o dia 29, a agenda do Presidente Lula não foi ajustada à nossa reunião. Então, gostaria de fazer justiça, dizer que essa reunião corriqueira, que ocorre de três em três meses, será, no início do ano, em Boa Vista, quando deveremos assinar uma série de atos conjuntos, entre Brasil e Venezuela.

Falas sobrepostas.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Permite, Senador Romero, porque o Senador Flexa Ribeiro, como membro da Comissão, deve ter participado do voto consensual para que marcássemos hoje, dia 29. Era isso que queria dizer, ele preferiu não me ouvir, com falta de respeito.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Só uma informação, o Brasil tem também esse sistema de reuniões trimestrais com a Argentina, que é nosso maior parceiro?

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Não. Há um acordo bilateral entre Brasil e Venezuela, exatamente preparando para a entrada no Mercosul...

Senador Efraim Morais (DEM-PB): Com o Paraguai e Uruguai, que são do Mercosul também?

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Aí é o grupo do Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Não.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Pelo amor de Deus! É a reunião do Mercosul.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Brasil reúne com a Argentina, o Presidente Lula reúne...

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Já é a reunião do Mercosul, claro, já é a reunião do Mercosul.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Reúne sistematicamente, Senador Eduardo Azeredo.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): A Venezuela não faz parte ainda.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Casagrande.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Senador Azeredo, me permita 30 segundos.

Falas sobrepostas.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vamos seguir a ordem.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Senador Casagrande, 30 segundos. Fui alertado pelo Senador Wellington Salgado que tenho...

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Trinta segundos. Tem que conceder os apartes ao Senador Suplicy, quando ele solicitar, ou mesmo me interromper a qualquer um de nós, porque ele é o super-homem do Senado Federal.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Casagrande.

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Pessoalmente, tenho vontade de conhecer a realidade política da Venezuela. Não conheço. Acho que é importante, mas concordo que uma ida de uma Comissão, neste momento seria uma intromissão na política interna, e já estamos com problemas em alguns outros países da América Latina. Então, seria bom que fosse sobrestado o requerimento, porque votar para não irmos é ruim, mas votarmos neste momento é pior. Está certo? De qualquer maneira, neste momento, de fato, uma aprovação pareceria uma intromissão.

O Mercosul tem uma Comissão de direitos humanos que poderá ser acionada para poder fazer a averiguação, investigação e inspeção. Tenho questionamentos com relação à forma como o Governo Chávez conduz a sua política interna, mas acho que a votação neste momento do requerimento poderia, de fato, caracterizar uma intromissão. Essa é a minha posição, Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Gostaria apenas de colocar um pouco de coerência nas discussões, entre nós que estamos avaliando a questão da Venezuela de uma maneira crítica e a posição do Governo. O mínimo de coerência no raciocínio. As palavras do prefeito valem ou não valem? Então, se as palavras do prefeito não têm credibilidade, é bom não citá-las. Alguns pontos que vi, mas um, já para começar, é que nossa visita, nesse momento, seria ingerência na política interna venezuelana, que tomaríamos partido na disputa entre oposição e Governo. Isso é um absurdo! Ao mesmo tempo, não vi ninguém ficar espantado quando o Presidente da Venezuela, Chávez, disse que a candidata dele era a Dilma aqui no Brasil e que declarou voto para a Dilma. Ninguém achou isso uma intromissão, que estava tomando partido de um lado ou de outro.

Vamos ter o mínimo de coerência nessa discussão e que os argumentos tenham uma linha. Se a gente ficar chutando de lá para cá, fica completamente irracional e não vamos a uma conclusão boa para o país. Vamos discutir para ganhar por ganhar, na marra, atropelando, ou em cima de uma maioria que nós sabemos que existe.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Senhor Presidente, pela ordem.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Inácio.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Fizemos um grande trabalho na Comissão, conduzido por vossa excelência e pelo relator, ao ouvir um conjunto grande da sociedade brasileira e, inclusive, a oposição venezuelana, que se manifestou nesta Casa. O que está marcado para hoje é a votação do relatório, do parecer. Apelo ao nosso colega, que acho estar imbuído das melhores intenções, para que possamos sobrestar o requerimento. E vamos diretamente à questão central que marcamos de comum acordo. Estava aqui quando o Senador Demóstenes Torres, ao sugerirmos o dia 22, pediu que colocasse na semana seguinte, porque ele estaria viajando e gostaria de participar. Por isso aceitamos o dia 29. Então, considerando a boa vontade de todos os lados, proporia que se sobrestasse o requerimento, nos termos que solicitou aqui o nosso colega Casagrande, e passemos direto à discussão da matéria, que é a votação do relatório.

Senador Efraim Morais (DEM-PB): Para discutir, senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Mozarildo.

Senador Efraim Morais (DEM-PB): Não, mas, antes do Senador Mozarildo, até iria...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Efraim, primeiro.

Senador Efraim Morais (DEM-PB): ...se vossa excelência me permitir, concordo com o Senador Inácio. Vamos sobrestar o requerimento e, no intervalo da votação no Plenário, faremos a visita. E votamos direto a matéria, no acordo, aprovaremos a matéria. E faremos, no intervalo, essa visita. É uma proposta. Vamos resolver com diplomacia. Se não queremos tomar partido entre Governo e oposição, da forma como agiu Hugo Chávez, como o Senador Tasso lembrou, escolhendo o candidato dele e interferindo na nossa política interna, vamos, diplomaticamente, vamos sobrestar e votar com o Senador Inácio. Para que se tenha uma ideia, a próxima reunião do Mercosul, a próxima reunião do Mercosul, do qual sou parlamentar e vossa excelência também, Senador Inácio também, Senador Tuma, que está aqui, Senador Geraldo, que se encontra aqui, só vai ocorrer no final do mês de novembro. Então, dá tempo suficiente de se fazer a viagem, de se votar.

Senador Pedro Simon, desculpe-me, não lhe vi, que é membro também do Parlamento do Mercosul, não nenhum absurdo na visita de uma Comissão que terá a maioria do Governo. Senador Mozarildo, vossa excelência estará, evidentemente, presente, e nós votaremos a matéria. Se nos convenceremos, votaremos por unanimidade. Acho que é uma proposta bastante saudável. Agora, se quer ir para o rolo compressor, aí é diferente. Aí não tem diplomacia e, lamentavelmente, vai ficar muito ruim para os nossos diplomatas justificarem uma verdadeira guerra entre os parlamentares brasileiros, porque os próprios parlamentares se negaram a formar uma Comissão para visitar a Venezuela, atendendo ao que deseja o Presidente Hugo Chávez, que já começa a mandar aqui dentro.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Mozarildo deseja falar. Senador Pedro Simon ainda quer usar a palavra. Vamos deixar o Mozarildo para o fim, então. Senador Pedro Simon, primeiro, Senador Romero. Senador Pedro Simon e, depois, Senador Mozarildo, e partimos para a votação.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Senhor Presidente...

Senador José Agripino (DEM-RN): Senhor Presidente, queria minha inscrição, também.

Falas sobrepostas.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Pedro Simon com a palavra.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Com toda sinceridade, não nos demos conta de um detalhe. É muito, muito delicado enviarmos uma comissão de parlamentares à Venezuela para fazer uma análise do que não será, para nós, nenhuma novidade. Sabemos, inclusive, que muito do que o prefeito disse é verdade. Não precisamos ir lá para ver. Agora, ir uma comissão para discutir se vai ou não permitir a entrada da Venezuela, vamos causar um ambiente tremendo. Vai ser uma guerra...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador, só para esclarecer. O requerimento não fala que seja agora, antes da votação. Tanto é que não coloquei em votação na última reunião.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não tem problema. Depois da votação não tem problema nenhum.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): A visita não condiciona a votação.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Depois da votação em Plenário não tem problema. Uma visita oficial. O Governo da Venezuela convida, o prefeito convida, e uma comissão vai, ouvindo os dois lados, mas depois da votação. Antes, não. Antes é ingerência.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vamos voltar a palavra ao Senador Simon. Eu só fiz o esclarecimento. Por favor, Senador Flexa.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Flexa, posso falar?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Flexa, o Senador Pedro Simon está com a palavra.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Se é para nós irmos lá depois de tomar a decisão, seja qual for a decisão, para entrar ou para não entrar, sou a favor. Agora, antes de tomar a decisão, com expectativa geral: o que vai acontecer? Vai ser um caos. Não sei o que vai acontecer...

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): vossa excelência permite, Senador Pedro...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): ...e, outra coisa, vamos voltar de lá e dizer: não é para entrar. Aí seremos os responsáveis por tudo. A Argentina foi a favor, o Uruguai foi a favor, o Paraguai foi a favor, a Câmara foi a favor. E o Senado, vai ser contra? Acho muito delicada essa posição. Porque, cá entre nós, não precisa ir lá para ver. Eu, por exemplo, acho que quase tudo que o prefeito falou é verdade. Não preciso ir lá para ver. É aquilo que ele disse. Então, podemos votar agora, independente de ir. Vamos pensar o que vai acontecer. Olha, vai ser manchete no mundo inteiro. Não vou. Com toda a sinceridade, acho que, antes de nós decidirmos, é um equívoco muito grande.



“O isolamento não espalha a democracia, senão, o muro de Berlim não tinha caído e a Alemanha Oriental estaria viva e seria um grande país democrata, mas a história mostrou exatamente o contrário”...

Senador Romero Jucá (líder do Governo)



Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador José Agripino, depois, Senador Geraldo Mesquita.

Senador José Agripino (DEM-RN): Senhor Presidente, tenho uma preocupação muito grande com a necessidade de as pessoas marcarem posição. Queria fazer, aqui, uma reflexão com os companheiros senadores que vão votar. Quando a refinaria da Petrobras na Bolívia foi invadida, foi cercada por militares da Bolívia, quem é que chegou lá para hipotecar solidariedade à Bolívia? O Presidente Chávez. Na hora em tivemos desavenças no Equador, com o Presidente Rafael Correa, com quem é que Chávez ficou? Com o Equador. Na hora em que se discute a elevação de tarifa da energia elétrica de Itaipu, com quem é que o Chávez está? Com o Lugo. Ele está sempre contra o interesse dos brasileiros.

Na hora em que nós cometemos equívocos em diplomacia, como no recente caso de Honduras, na minha visão, o Brasil ofereceu a casa, e o Presidente Chávez ofereceu o avião para o Zelaya chegar em Tegucigalpa. Entramos num rabo de foguete, na minha opinião. O que estamos oportunizando? A chance de um país amigo, a Venezuela, entrar para um bloco e dar para o Presidente da República do país o direito de veto. Nós já temos grandes dificuldades. O Mercosul está fragilizado pelas dificuldades econômicas, pelos conflitos de interesses. Nós vamos importar dificuldades.

Agora, os que vão votar a favor do ingresso da Venezuela vão assumir a responsabilidade, porque o objetivo da viagem é ver o estado democrático da Venezuela. O que se quer é isso. É observar se existe democracia, se a Suprema Corte tem uma composição correta, se o Congresso é independente. É isso. Porque Mercosul não vai poder

arbitrar direitos humanos. Não tem fórum para isso. O fórum é a OEA. Temos interesses econômicos e, para mim, está muito claro: o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, por razões diversas, manifestou-se contrário ao ingresso venezuelano no Mercosul. Contrário.

Somos brasileiros para defender interesses do Brasil. Está na hora de cada qual assumir seu compromisso com o Brasil. Está na hora de tomar, aqui, pelo voto, compromisso com o futuro. Acho que o ingresso da Venezuela sem salvaguardas claras é um risco ao interesse do Brasil. E essa viagem serve para marcar posição para o futuro.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita, Senador Mozarildo, e aí decidimos.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Presidente Eduardo, senhoras e senhores senadores. Queria apenas lembrar um pequeníssimo detalhe, que envolve essa discussão. Como membro da Comissão de Relações Exteriores, já visitei, se não me engano, três continentes em missão oficial. Todas essas missões foram precedidas de acerto entre as diplomacias. Do contrário, não poderíamos ter viajado. Fomos ao Timor Leste, ao Haiti, a vários países do Caribe e da Ásia, mas essas visitas foram precedidas de acordos diplomáticos entre Brasil e os países visitados.

Eu não imagino uma visita dessas sem que isso também ocorra. Essa é minha única preocupação de a gente sair daqui, ir à Venezuela numa missão de investigação, mesmo, porque a missão será essa, investigação. Sem que essa visita seja precedida do entendimento diplomático entre os países envolvidos com a questão. Era só esse pequeníssimo detalhe que queria lembrar.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita, nosso Vice-Presidente, quero só dizer assim, que o requerimento fala no convite do prefeito, mas ela será uma viagem negociada com o Itamaraty, nosso embaixador nos acompanhará, será feita uma visita ao Governo, também, não apenas à oposição. Eu pelo menos entendo assim.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Estou falando das duas diplomacias, a nossa e a de lá.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Sim. Exatamente. Mas entendo que, apesar de o convite inicial ser do prefeito, a viagem seria ampla. Não seria só ao prefeito, ela seria a todas as autoridades constituídas, como é qualquer viagem oficial.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Senador, não discuto isso. Estou apenas chamando atenção para o fato de que há necessidade de as duas diplomacias se entenderem com relação à viagem. Do contrário...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está certo, mas aí vossa excelência me força a lembrar que o embaixador da Venezuela no Brasil não quis vir a esta Comissão. Ele foi grosseiro. Aí me força a ter que lembrar esse detalhe. Senador Mozarildo.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Senhor Presidente, senhores senadores. Ninguém, nem mesmo o Senador Jucá, também eleito por Roraima, quer mais a entrada da Venezuela do que eu. A diferença está em que quero a entrada de maneira cuidadosa, para termos realmente a tranquilidade, amanhã, de dizer que não cometemos equívocos. Meu requerimento, como está dito, está bem claro, não marquei data. Não disse que tem que ser antes da decisão desta comissão, que, no meu entender, pelos números, já está sacramentada pela decisão do Governo de aprovar hoje, para coincidir com a presença do Presidente Lula lá. Isso também para mim é secundário. E aí talvez seja meu cacoete de médico. O Senador Simon disse que não precisa ir lá para saber o que está acontecendo. Em tese, não precisa mesmo, mas se estou num consultório e chega uma pessoa e diz:

– Olha, meu marido está doente. Queixa-se disso e daquilo e vim aqui para consultá-lo.

Não vou diagnosticar. Vou querer examinar o paciente.

Essa visita não é uma visita de investigação, é, realmente, de constatação. Para conversar com o Presidente Chávez. Falei, hoje, com o assessor político da Embaixada da Venezuela, comuniquei-lhe sobre esse requerimento e minha posição. Ele me falou, inclusive, que o embaixador estava na Venezuela e que, no meio-dia, vai ter um contato e que ele acha interessante. E até lhe disse que seria simpático receber um convite do Governo da Venezuela, por meio de seu embaixador ou do próprio Presidente Chávez. Ficaria o convite de ambas as partes. Estou preocupado com essa pressão para aprovar hoje e para que viajemos antes da votação em Plenário. Não consigo entender onde prejudica.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, está mantido o requerimento?

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Mantido o requerimento.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, vamos passar à votação. O requerimento está mantido...

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Gostaria de propor uma forma alternativa, aliás, inclusive, à luz das suas reflexões. Se pudermos, aqui, acordar que nós vamos aprovar o requerimento proposto pelo Senador Mozarildo, mas aguardar que haja, então, o convite que, conforme vossa excelência acaba de nos informar, provavelmente vai ser feito por parte das autoridades do Governo venezuelano, como

a própria Embaixada, lhe transmitiu isso. O Senador Romero Jucá também observa que, muito provavelmente, vai ocorrer o convite. Então, que, invés de votarmos hoje, fica o compromisso de que nós votemos mais adiante, para que tenhamos, inclusive, o convite de ambas as partes, do prefeito Antonio Ledezma e do Governo venezuelano.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Acertada uma data posterior à aprovação do bloco.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): E que isso já fique aprovado como um consenso entre nós...

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Senador Suplicy, o Senador Jucá quer colocar uma coisa no requerimento que não tem. Que a visita ocorra depois da aprovação. Vossa excelência está querendo condicionar...

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): ...eu também gostaria que fosse após a votação. A viagem pode ser feita após a aprovação.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): ...vossa excelência está querendo condicionar que venha também o convite do Governo da Venezuela. Então, é o seguinte, vamos votar como está.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Como está, não tem data. Vamos colocar em votação.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): A minha posição é essa...

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Gostaria que fosse...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Considerando que temos um grande número de membros, vou fazer a votação nominal. Senador Suplicy, a favor ou contra o requerimento?

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Para ser votado posteriormente. Hoje, voto contrário.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Voto não. Antonio Carlos Valadares.

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): Contra.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): João Ribeiro.

Senador João Ribeiro (PR-TO): Contra.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): João Pedro.

Senador João Pedro (PT-AM): Contra, senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Roberto Cavalcanti não está. Pedro Simon. Francisco Dornelles. Não. Geraldo Mesquita. Romero Jucá.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Contra.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Paulo Duque. Efraim Morais.

Senador Efraim Morais (DEM-PB): A favor.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Demóstenes não está. Marco Maciel. A favor do requerimento. João Tenório. A favor. Flexa Ribeiro.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): A favor.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Flávio Torres não está... Vamos mais um primeiro suplente aqui do... Aloizio Mercadante não está, Marina, Renato Casagrande. Contra. Do PMDB está completo... Então, faltam três votos, aqui. Rosalba. José Agripino.

Senador José Agripino (DEM-RN): A favor. Para marcar a posição claramente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): E Romeu Tuma. Mozarildo, o autor do voto. E do PDT não está, nem Flávio Torres nem Cristovam Buarque.

Então são... Está concluído. Foram dez votos não e oito votos a favor. O requerimento está rejeitado. Passamos, portanto, agora, já ao objeto da reunião. Item um. Projeto de Decreto Legislativo nº. 430, que aprova o texto do protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul. Assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos Estados partes do Mercosul e da Venezuela. Autoria da Comissão de Relações Exteriores. Relator é o Senador Tasso Jereissati. O parecer é pela rejeição da matéria, com a apresentação de propostas complementares ao projeto de resolução e uma indicação. As propostas serão votadas separadamente.

Eu quero lembrar que, em 30 de abril, foi realizada uma Audiência Pública para instrução da matéria, com a presença dos convidados Chanceler Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores; Antônio José Ferreira Simões, embaixador do Brasil na Venezuela; José de Anchieta Júnior, governador de Roraima e Reginaldo Braga Arcuri, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Em 9 de junho foi realizada a terceira Audiência Pública, para instrução da matéria, com a presença dos convidados doutor Celso Lafer, doutor Ives Gandra, doutora Maria Regina Soares Lima e, ainda, novamente o Embaixador Antônio Simões.

Em 9 de julho foi realizada a quarta Audiência Pública, com a presença do Senhor Darc Costa, presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul; Deputado Neudo Campos, ex-Governador de Roraima; Leopoldo Lopes, ex-Prefeito do Município de Chacal, na região metropolitana de Caracas; Gustavo Tovar-Arroyo, escritor e membro de movimentos de direitos humanos e do movimento estudantil venezuelano.



E, também, um segundo painel que o Embaixador Samuel Guimarães, com o Embaixador Luiz Felipe Lampreia e com o professor Carlos Pio, da Universidade de Brasília. A primeira audiência foi realizada ainda no mês também de abril, com a presença dos embaixadores Rubem Barbosa, Sérgio Amaral, Paulo Tarso Flecha de Lima. E, na última terça-feira, tivemos a presença do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, e também do Embaixador Regis Arslanian, embaixador do Brasil, junto à ALADI. Portanto, foram ao total seis rodadas de discussões.

Na reunião do dia 1º de outubro, relator Tasso Jereissati leu seu relatório, e, em seguida, foi concedida vista coletiva. Indago ao relator Tasso Jereissati se deseja fazer alguma consideração sobre o relatório. Senador Tasso, quer fazer alguma consideração sobre o relatório?

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Senhor Presidente, se for possível, gostaria de ouvir as razões do voto do Senador Romero e, se concordarem, de poder discuti-lo.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): No último dia 28, foram apresentados dois votos em separado. O primeiro pelo Senador Romero Jucá e outro, senhores senadores, pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Concedo a palavra, portanto, ao Senador Romero Jucá, para a leitura do voto em separado .

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores. Senhor Presidente, o voto que escrevi contesta, com muito respeito, o relatório apresentado pelo Senador Tasso Jereissati, feito com profundidade, circunstanciado, com aspectos técnicos. Deu-nos muito trabalho contestar ponto a ponto. Não vou ler o relatório, vou fazer alguns comentários, tendo em vista que

o voto foi distribuído ontem, inclusive pelo site, para a imprensa e todos os gabinetes. Meu voto relata as diversas audiências e os fatos que ocorreram aqui; registra a importância da entrada da Venezuela, pelo volume da sua economia, no bloco do Mercosul; ressalta a importância para Roraima, meu estado, da importância do ingresso da Venezuela no Mercosul, ainda mais agora, quando se negocia com a Venezuela, por meio do Presidente Chávez e do Presidente Lula, uma integração maior da Amazônia Ocidental, ou seja, de Roraima e do Estado do Amazonas, com os estados do sul da Venezuela, que formam a área menos desenvolvida do país vizinho.

O que nós estamos tratando? Estamos buscando substituir importações colombianas pela Venezuela. Há uma decisão de comprar menos da Colômbia e comprar mais do Brasil. Isso fará com que aquela região possa ser impulsionada de uma forma muito forte. Para se ter uma ideia, a Venezuela compra da Colômbia mais do que compra do Brasil. Compra mais de US\$ 7 bilhões por ano. E, sem dúvida nenhuma, uma parte disso é formada por alimentos, materiais e equipamentos que poderão ser fornecidos pelo Brasil.

Eu relato os 12 artigos do Acordo do Mercosul, cada um dos pontos, no meu voto em separado, comento cada um e, depois, faço uma análise do relatório do Senador Tasso Jereissati, dividindo essa análise em seis pontos. Primeiro, a ótica do Estado versus a ótica do Governo. Ressalto, senhor Presidente, que o que estamos avaliando aqui, não é o Governo do Presidente Chávez. Estamos avaliando o Estado da Venezuela e o Estado brasileiro. É o acordo entre países. Os governantes passam, e os países continuam.

Estamos tratando de um acordo institucional. Portanto, relato a relação do Brasil com a Venezuela, os passos que foram dados pelos dois países. Descrevo minha visita em 1995, quando o Presidente Fernando Henrique, ao falar para o Congresso venezuelano, exortou-o o país vizinho a entrar no Mercosul.

O Presidente Fernando Henrique manteve cinco reuniões com o Governo da Venezuela, tratando da questão do Mercosul. O Presidente Fernando Henrique tem credibilidade e tem visão de estadista para ver o que representava isso para o futuro da Venezuela, do Brasil e da América do Sul, senhor Presidente. Depois, no segundo item, descrevo o interesse do Estado brasileiro. E aí falo das exportações, do acordo comercial que existe e ressalto que, hoje, a Venezuela é o sexto destino brasileiro de exportação. E que o superávit que temos na balança comercial, de US\$ 4,6 bilhões, é duas vezes e meia maior do que o superávit com os Estados Unidos da América. Não podemos jogar isso janela abaixo. O Governo brasileiro tem responsabilidade com a geração de empregos, como está fazendo, para sair da crise mundial. Seria um contrassenso, até uma irresponsabilidade, não termos a condição de pactuar um acordo econômico ainda mais forte,

visando à substituição da importação da Colômbia. Também relato a questão do Pacto Andino.

No item terceiro, relato o interesse do Mercosul em ter a Venezuela como integrante do bloco. Refuto colocações do Senador Tasso Jereissati, discutindo o momento difícil que vive o Mercosul, o protecionismo argentino, ressaltando que, diferente da Argentina, a Venezuela importa 70% do que consome e, hoje, importa a maioria da Colômbia e dos Estados Unidos. Então, temos, efetivamente, um quadro econômico bastante diferenciado e positivo.

O item quarto trata dos requisitos técnicos. Concordo com o Senador Tasso Jereissati, quando diz que a questão deve ser técnica. E a questão é técnica. Comparo o ingresso da Venezuela com os procedimentos e as decisões políticas tomadas pela União Europeia, quando ingressaram a Espanha e Portugal e os países do Leste Europeu.

Então, nós temos, aqui, todas as razões para aprovar tecnicamente esse voto, também, de entrada da Venezuela. Respondo, item a item, a questão da Venezuela como elemento de perturbação do Mercosul. Falo do caso do Zelaya, das relações com a guerrilha das FARC. Refuto, ponto a ponto, com posições oficiais do Itamaraty, que é o órgão efetivamente preparado para acompanhar essa questão, e dou as explicações necessárias. Além disso, trato das questões de democracia e direitos humanos, no item seis, senhor Presidente.

E, aqui, gostaria de dizer o seguinte: o isolamento não espalha a democracia, senão, o muro de Berlim não tinha caído e a Alemanha Oriental estaria viva e seria um grande país democrata, ma a história mostrou exatamente o contrário. Se existem problemas, e reconheço que existem problemas, o remédio é abertura, é transparência, é mediação internacional, é a disposição do Brasil, como país mais forte da região, de poder ajudar nos entendimentos políticos.

Vimos aqui membros da oposição venezuelana, pela imprensa e aqui presentes, dizendo que é positivo o ingresso de seu país no Mercosul, como instrumento de promoção da democracia. Se a oposição venezuelana quer o Mercosul como garantia institucional e democrática, porque a oposição brasileira vai ser contra o ingresso? Sinceramente, não entendo, senhor Presidente.

Levantamos, aqui, a evolução do processo democrático da Venezuela. O pacto firmado na cidade de Punto Fijo, em 1957, que firmou a posição das elites venezuelanas, que levou para a pobreza absoluta quase 70% da população da Venezuela, resgatada, agora, independente das questões internas. Não podemos contestar os números de diminuição da pobreza, de eleição e de outras questões, inclusive com declarações de instituições internacionais e do próprio Presidente Jimmy Carter, que acompanhou as eleições venezuelanas.

Então, relato tudo isso, senhor Presidente. Levanto, mais uma vez, diversos segmentos que apóiam o ingresso da Venezuela, e trans-

crevo uma declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* que diz que é preciso que a Venezuela entre no Mercosul. Estamos discutindo tecnicamente e politicamente uma questão que é fundamental. O Governo brasileiro vai dizer se veta a Venezuela ou não. É um ato de extrema responsabilidade. Nós podemos estar banindo um país do processo de integração da América do Sul, que efetivamente é importante que seja feito.

O protocolo atende plenamente os interesses nacionais do Estado brasileiro, atende os interesses do Mercosul e atende as preocupações existentes com relação a desenvolvimento político dentro da Venezuela, em matéria de democracia, direitos humanos, paz e estabilidade. Por tudo isso, pela paz e pela integração latino-americana e pela democracia é que voto pela aprovação da Venezuela no Mercosul. Esse é o voto, senhor Presidente.

Senador José Agripino (DEM-RN): Para discutir, senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Quero lembrar qual será o sistema de votação. Temos o relatório do Senador Tasso Jereissati. Caso não seja aprovado, aí votaremos o relatório em separado, do Senador Romero Jucá. Se o relatório do Senador Romero Jucá também não for aprovado, aí votaríamos o relatório em separado do Senador Mozarildo. Mas, antes de passar à discussão, Senador Agripino, vamos ouvir o Senador Mozarildo, que apresentou outro voto em separado. A lista de inscrição está aqui: Senador Suplicy, Senador Dornelles. Senador Mozarildo, vossa excelência já está inscrito.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Senhor Presidente, como tenho reiterado, desde o primeiro dia de discussão, sou favorável à entrada da Venezuela no Mercosul, mas não sem nenhum condicionante. Há várias formas de querer uma coisa: uma é querer de qualquer jeito e a outra é querer dentro de preceitos.

Por isso, não posso acompanhar integralmente o voto do Senador Tasso Jereissati, que é contra, e nem posso aceitar os argumentos do senador líder do Governo, porque, primeiro, ele confirma a existência de problemas e afirma que o Chávez é passageiro. Então, está definida uma situação anômala na Venezuela. Diz exatamente outra coisa importante, que não é isolando que vamos resolver o problema de democracia. Então, significa que concorda que não há democracia na Venezuela. Por isso apresentei um voto em separado, que tenta ficar no meio termo. É muito curto, nem duas páginas completas.

Na eminência da apreciação, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo nº. 430, que aprova o protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados partes do Mercosul e da Venezuela, venho

manifestar, nos termos do artigo 132(F), § 6º, inciso I do Regimento Interno desta Casa, meu voto em separado, nos seguintes termos:

“Tendo em vista a aceitação da Venezuela no Mercosul, que a aceitação será de grande importância para a consolidação deste bloco econômico ao nível mundial, relevando-se, também, o fato de que o Mercosul existe antes do atual Governo venezuelano e permanecerá depois deste, ressaltando a importância do cumprimento do artigo 1º do Protocolo de Ushuaia, parte integrante do Tratado de Assunción, por todos os membros do bloco, destacando, também, o fato de não cumprimento do estabelecido na regulamentação do artigo 20 do Tratado de Assunción, por meio da Decisão nº. 28/2005, do conselho do mercado comum, voto pela aprovação do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, portanto, voto pelo ingresso da Venezuela no Mercosul, após a adequação deste ao preceituado na Decisão nº. 28/05, da CMC, e pelo sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº. 430/08, até que sejam efetuadas as modificações necessárias para o fiel cumprimento do Tratado de Assunción, no que tange ao ingresso no Mercosul.”

Portanto, traduzindo em miúdos, sou a favor. Quero que entre, mas quero que entre direito. Quero que entre sem pressa, sem agonia, sem sangria desatada. E, mais importante, já que já temos a demonstração de que vamos... Vamos, não, vai ser aprovado hoje, aqui, até porque é uma data simbólica, o Presidente Lula está na Venezuela, vamos aprovar aqui hoje. E aí?

Agora, a forma de aprovar é que onde discordo. Discordo que seja aprovado, dizendo que a Venezuela não é uma democracia, que o Chávez vai passar, que não sei quê. A única coisa que concordo é que realmente a tática de isolar não é a tática correta para garantir a democracia. Se fosse assim, Cuba não teria ficado até hoje com essa democracia relativizada que existe lá.

Então, realmente quero o ingresso, até porque, repito, como Senador de Roraima, meu estado é a parte do Brasil mais interessada. Agora, argumentar com superávit. Foi conseguido superávit com o quê? Com acordo bilateral que existe e que vai até 2011. E quais foram os estados que mais venderam? Aliás, quase que os únicos beneficiados: São Paulo e Minas.

Estou preocupado com que a região Norte, notadamente meu Estado, tenha uma outra visão nessa questão. E acho muito pouco provável que vá mudar essa realidade. De qualquer forma, concluo: voto pela aprovação, com as condicionantes que apresento.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo. Então, vamos já, agora, colocar em discussão o relatório inicial, que é o relatório pela rejeição da matéria, apresentado pelo Senador Tasso Jereissati, a quem concedo a palavra, inicialmente.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Azeredo. Gostaria, aqui, de fazer alguns comentários. Primeiro, parabenizando aí a elegância do voto do Senador Romero Jucá, cada vez mais aprimorando suas habilidades de líder. Senhor Presidente, senhores senadores: meu relatório foi relatório demorado e baseou-se nos interesses do Mercosul e do Brasil, não nos interesses da Venezuela. Quando levantamos sistematicamente a questão da democracia na Venezuela, não há qualquer tipo de tentativa de ingerência. Estamos colocando uma razão técnica muito clara, que existe em todas as organizações internacionais que pretendem formar um conjunto de países ou de nações ou de Estados que tenham interesses comuns, sejam eles comerciais, sejam eles políticos.

Qualquer organização dessas começa por estabelecimento de regras básicas, que vão respeitar a convivência entre os países. Do ponto de vista econômico, por exemplo, é impossível se fazer um acordo tarifário comum com filosofias econômicas, sistemas tributários ou políticas fiscais completamente diferentes entre si. Gostaria que houvesse – apenas estou voltando à palavra coerência – que houvesse coerência nesses raciocínios. Na União Europeia, citada tantas vezes aqui, algumas regras são fundamentais, como o estabelecimento de superávit primário. Todos os países que pertencem ao bloco buscam objetivos mais ou menos comuns, com faixas de superávit e metas de inflação. Aquele país que não atingir determinada taxa de inflação sai do mercado. A política cambial tem que ser necessariamente comum.

Os mecanismos macroeconômicos têm que ser comuns. Mas vou falar, Senador Marco Maciel, basicamente na questão cambial. Se tenho um acordo tarifário com um país vizinho e tenho uma política, por exemplo, de desvalorização artificial da minha moeda, esse acordo tarifário não vale nada, porque barateio meus produtos e levo uma vantagem comparativa fantástica, em relação a outro, mesmo que as tarifas alfandegárias sejam as mesmas. Então, são obrigatórias normas mínimas comuns. Nós não temos essas políticas comuns, que são técnicas.

A Confederação Nacional da Indústria, Senador Agripino, colocou-se contra, justamente por uma série de aspectos técnicos não foram obedecidos. Na Venezuela, hoje, existe um sistema de centralização cambial. Não existe o câmbio livre, como existe aqui. Existe um sistema de centralização cambial.

Senador José Agripino (DEM-RN): Que já foi usado contra o Brasil, em negociações. Já foi usado contra o Brasil.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Que já foi usado contra o Brasil, porque esse sistema de centralização cambial não obedece a nenhum tipo de regra, não obedece a nenhuma institucionalização, obedece, simplesmente, à vontade do momento do Presidente Chávez.

vez. Isto é uma regra inaceitável, em qualquer organização civilizada de comércio. Pelo amor de Deus! Isso é básico. Não se pode haver organização de comércio com coisas desse tipo.

Segundo, a Venezuela não aceitou, até agora, o tratado de respeito às tarifas comuns com terceiros países. Ora, se nós formamos um grupo, evidentemente que qualquer acordo comercial que seja feito com terceiros países tem que ser cumprido, senão, toda a estrutura do bloco vai embora, porque os membros começarão a fazer tratados bilaterais, destruindo o sistema comum tarifário.

O Senador Agripino, aqui na última reunião, levantou uma questão bastante técnica, concreta e objetiva. Disse ao embaixador brasileiro no Mercosul:

– Embaixador. Claramente, existe um problema. Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, por meio do Mercosul, firmaram um acordo com Israel, tarifário e comercial. A Venezuela rompeu relações, expulsou todos os membros da embaixada e não aceita qualquer tipo de diálogo com Israel, inclusive, tem colocado, em alguns fóruns, a não aceitação do Estado de Israel.

Em seguida, o Senador Agripino perguntou, e acompanhei atentamente:

– Concretamente, o que vai acontecer no momento seguinte em que a Venezuela entrar no Mercosul? Ela vai reatar e reconhecer Israel e, portanto, se integrar nas regras básicas do mercado comum? Não existe mercado comum sem isso. Regra básica. Ou nós vamos deixar Israel de fora. A Venezuela de fora desse acordo? Se deixar de fora desse acordo, começamos aí a destruição do Mercosul, neste momento, nesse primeiro espaço.

Quando estou cito os aspectos políticos, não falo em ideologia. Não me importa se o Chávez é de direita, nem ninguém aqui, se é de esquerda, o que me importa são nossas convenções. Lembrem que o Mercosul começou, e aqui vamos lembrar, com Presidente Sarney e com o Presidente Alfonsín, a partir de países que saíram de uma ditadura. A partir de países e de uma América Latina que vinha de períodos autoritários.

O Mercosul serviria, também, de mecanismo para evitar retrocessos nas instituições da América do Sul. Esta foi uma das bases da união. Era comercial e política, nesse sentido. Era o grande ideal de uma América do Sul integrada, unida e democrática, não sujeita mais àquelas turbulências institucionais que tanto atrapalharam a nossa vida.

Não temos, e aqui volto a repetir, nenhum interesse em ingerência na Venezuela. Nós temos é respeitar o Mercosul, para que não seja destruído definitivamente, já que anda muito mal das pernas. E mantemos as regras básicas dos fundadores. Volto a dizer, todas as

questões colocadas aqui foram colocadas nos tratados de Assunción e no Tratado de Ushuaia como pressupostos da união entre os países, da conjunção desses fundamentos democráticos. E, aqui, já que nós citamos tanto, e aí peço novamente a coerência, se falamos da unidade europeia como exemplo, vamos seguir a unidade europeia como exemplo.

O prefeito de Caracas elencou, aqui, uma série de violações à democracia no país. E pede ao Senado Federal, não acreditem em mim, senhores senadores, para ir à Venezuela ver se o que estava dizendo é verdade ou não.

Aqui, vários senadores acreditam que é verdade. Ora, volto a pedir coerência dos senhores. Vou repetir, aqui, palavras do prefeito.

Ele disse: “Sinônimo de democracia é respeito aos direitos humanos. Há seis anos a Venezuela não permite ingresso de uma comissão de direitos humanos. O Poder Judiciário”, declarou, isso é importante, muito importante, para senadores que têm sua história baseada nisso. “O Poder Judiciário da Venezuela declarou não reconhecer tratados internacionais subscritos pelos países que afetem os interesses chavistas, declarações inclusive de direitos humanos.”

Peço um pouco de coerência à história de cada um. Sinônimo de democracia é a existência do Estado de Direito. Na Venezuela nem as instituições estão submetidas ao império da lei. O referendo de 2007, que negou, por via do voto, reformas constitucionais propostas pelo Presidente Chávez, vem sendo burlado e promovido em capítulos. Sobre a existência de liberdade de expressão, lembrou: “Na Venezuela, os meios de comunicação são perseguidos, fechando-se televisões e rádios de oposição.”

E dá um exemplo concreto: “O diretor do periódico *Novo País* encontra-se na prisão e outros jornalistas em autoexílio. Na Venezuela, os servidores públicos são obrigados a filiarem-se ao partido oficial. Na Venezuela, há presos políticos.”

O respeito aos resultados eleitorais é sinônimo de democracia. O prefeito citou seu próprio exemplo: “Na Venezuela, os governantes eleitos pela oposição têm seus poderes, cargos e orçamentos esvaziados e sua capacidade de governar cerceada.”

A existência da separação de poderes é sinônimo de democracia. O Poder Executivo venezuelano controla o Parlamento e o Poder Judiciário. Espero que a gente não esteja chegando perto disso. Portanto, o que estamos falando são aspectos técnicos, de tratados comerciais e políticos firmados entre o Mercosul e países que venham a querer fazer parte do tratado.

Quero dizer também que nós estamos abrindo precedente perigosíssimo, porque é o primeiro país não fundador a entrar, depois da sua formação. E vamos abrir precedente para que, de agora em dian-

te, países entrem desrespeitando normas comerciais e/ou políticas, fazendo dessa organização um grande faz de conta, sem nenhuma realidade concreta. Foi lembrado pelo Senador Agripino, que, independente disso, em todos os conflitos que nós tivemos aqui, internacionais, girando ao redor da América Latina, nesses últimos anos, a Venezuela participou ativamente contra o Brasil.

Nós tivemos nossos interesses feridos na Bolívia, com clara participação do Senhor Chávez. Tivemos nossos direitos feridos no Equador, com clara participação do Senhor Chávez contra o Brasil. Nós tivemos problemas em tratados internacionais com o Paraguai, de energia, com clara interferência do Senhor Chávez contra o Brasil. Portanto, estamos defendendo o Brasil e, tecnicamente, os interesses do Mercosul, sejam eles políticos ou comerciais.

Peço aos senhores que raciocinem um pouco. Há senadores aqui, todos muito ilustres, que têm sua história vinculada à defesa da democracia neste país. E, agora, vamos simplesmente dizer: preso político é um pequeno detalhe; liberdade de imprensa é um pequeno detalhe; prisão de jornalistas é um pequeno detalhe. Não cumprimento de contratos e de acordos internacionais e mais um pequeno detalhe. Diante da história dessas pessoas, é absolutamente incompreensível.

É essa a minha resposta, dando meu respeito ao relatório do Senador Romero Jucá, muito bem feito, muito profundo, porém cheio de equívocos e incoerências compreensíveis, para quem defende o Governo com tanta habilidade.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Tasso Jereissati, que é o relator da matéria. Nós vamos passar, então, agora, à lista de inscrição. O primeiro é o Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Senhor Presidente, gostaria de iniciar, primeiro, com uma observação ao Senador Romero Jucá. Considero a elaboração de seu voto em separado, com tanto respeito para com o trabalho do Senador Tasso Jereissati, como um dos seus pontos mais altos na liderança do Governo no Senado. Vossa excelência combinou sua experiência como líder do Governo Fernando Henrique Cardoso e, também, do Governo do Presidente Lula, ao recordar o empenho do Presidente Fernando Henrique Cardoso para que a Venezuela ingressasse no Mercosul.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Nos dois casos, foi o líder do Governo que influenciou os presidentes.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Exato. E com tanta habilidade. Ontem, estava admirando a maneira como vossa excelência, às vezes, é capaz de assimilar os projetos, como as três medidas provisórias – a relativa ao BNDES, a prorrogação de contratos por tempo determinado, as questões relativas aos sistemas isolados – e a PEC

da Senadora Lúcia Vânia. Vossa excelência estava a par de tudo e são assuntos de grande complexidade. E vossa excelência, apesar de tão empenhado naquilo, com tanta habilidade hoje nos proporciona um parecer, tanto por escrito como oralmente, de excepcional qualidade e com muito respeito às observações do Senador Tasso Jereissati.

Vossa excelência assinalou, e tenho a convicção, que o Brasil terá maior condição, se nós, aqui, aprovarmos o ingresso da Venezuela no Mercosul, de superar tais situações observadas pelo senadores Agripino Tasso Jereissati, seja nas questões relativas ao Presidente do Equador, Rafael Correa; da Bolívia, Evo Morales ou Fernando Lugo, do Paraguai.

Lembrando, inclusive, que foi exatamente a iniciativa do Presidente Lula de criar os amigos da Venezuela, agregando Estados Unidos, México, Colômbia, Brasil e outros, que permitiu a normalização da situação da Venezuela. O que mostra a capacidade de o Brasil proporcionar condições democráticas, algo que é do espírito comum tanto do Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto do Presidente Lula.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Quería um aparte, Senador Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Pois não.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Quando o Presidente Chávez foi deposto, foi o Presidente Fernando Henrique um dos que exigiu a volta do Presidente Chávez. Quando a PDVSA parou a Venezuela e havia uma crise imensa de combustível na Venezuela, ao final do Governo do Presidente Fernando Henrique, já tinha havido a eleição do Presidente Lula, foi o Presidente Fernando Henrique quem enviou um navio de combustível para não deixar que a Venezuela parasse. Portanto, duas intervenções a favor da democracia, a favor do respeito e da integração.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Só gostaria, só um minuto, para dizer que faria o mesmo. E faria o mesmo agora, novamente. Não é isso que estou discutindo. Nós não queremos derrubar o Governo Chávez. Queremos respeito às regras do Mercosul.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): E quero lhe dizer, Senador Tasso Jereissati que tenho afinidade com seu respeito aos direitos humanos, às normas democráticas e quero, inclusive, aproveitar esta oportunidade. Primeiro, ressaltar que me impressionou, por isso fui tão a favor de que o Prefeito Antonio Ledezma viesse aqui, quando ele mencionou que será pior para o país e para a oposição da Venezuela que isolemos o Hugo Chávez, não permitindo o ingresso no Mercosul. Por isso é tão positivo lembrar a palavra de Ledezma e a do Presidente Lula ao Presidente Barack Obama, de que é preciso acabar o bloqueio norte-americano contra Cuba, porque a quebra do isolamento só ajudará a democratização em Cuba.

E gostaria de ressaltar, porque isso é de interesse de todos nós, que os principais jornais da oposição na Venezuela, isso já citei ontem no Plenário, o *El Universal* e o *El Nacional*, deram grande destaque, uma página de cobertura e na primeira página para o depoimento do Prefeito Antonio Ledezma.

E quero aqui dizer, gostaria e ao embaixador da Venezuela, que deve estar ouvindo esta Sessão, faço um apelo, nós queremos, sim, aprovar, hoje, nesta Comissão e no Plenário, se possível terça-feira, o ingresso da Venezuela no Mercosul. Mas quero também transmitir, quero somar o apelo que fez o Antonio Ledezma, prefeito de Caracas aqui, para que este Natal na Venezuela seja um Natal sem presos políticos. E quem sabe possamos, alguns senadores aqui, fazer a visita à Venezuela e testemunhar isso em Caracas. Portanto, sou a favor do parecer do Senador Romero Jucá, a favor da Venezuela no Mercosul.

O Senador Geraldo Mesquita Júnior assume a presidência.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Tempo concedido ao Senador Francisco Dornelles.

Senador Francisco Dornelles (PP-RJ): Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores. A Comissão de Relações Exteriores do Senado vai tomar, hoje, uma importante decisão relacionada com a entrada da Venezuela no Mercosul.

O Senador Tasso Jereissati apresentou um parecer, onde analisa, com a maior profundidade e competência, aspectos relacionados ao assunto, sobre o qual a Comissão vai hoje deliberar. O parecer do Senador Tasso Jereissati é um trabalho que honra o Senado brasileiro, pelo seu conteúdo de pesquisa e estudos por ele realizados. O Senador Tasso Jereissati mostrou a interferência indevida do Presidente da República da Venezuela em assuntos do Poder Legislativo e Judiciário, o desrespeito mostrado pelo Presidente Hugo Chávez das liberdades políticas, principalmente no que concerne à atuação da imprensa. Existem evidências, e mostrou o Senador Tasso Jereissati, da interferência do Presidente Hugo Chávez em questões religiosas.

Senhor Presidente, uma das características que vem sendo visualizada no Presidente Chávez é seu deslumbramento. O deslumbrado se supervaloriza, se coloca acima das pessoas e das instituições, passa a ignorá-las e a desrespeitá-las. A história mostra que os mais conhecidos ditadores do mundo viveram fase de grande prestígio e deslumbramento, quase sempre seguida pelo caos e pela depressão.

O Presidente Hugo Chávez, nas suas relações com os Poderes Executivo e Judiciário do país, bem como com a imprensa e até mesmo com outros países, vem assumindo posições altamente desrespeitosas. O ilustre e competente Ministro Celso Amorim narrou nesta Comissão que o Presidente Chávez colocou, em um avião da Venezuela, o Presidente Zelaya, levou para Honduras, colocou-o dentro



da Embaixada brasileira, sem qualquer consulta prévia ao Governo brasileiro. Nesse momento, Senador Jucá, nesse momento de deslumbramento do Presidente Chávez, ele levou ao mundo a seguinte mensagem: “No Brasil mando eu”.

Senhor Presidente, partilho integralmente da análise do ilustre Senador Tasso Jereissati, sobre a atuação do Presidente Hugo Chávez e seu pouco respeito pelos princípios que regem o Estado democrático.

O ilustre Senador Romero Jucá apresentou a esta Comissão um relatório também muito bem elaborado, onde analisa com profundidade e competência diversos aspectos da entrada da Venezuela no Mercosul.

A Venezuela, senhor Presidente, é o sexto país mais populoso da América Latina, e seu PIB fica atrás somente do México e da Argentina. Em 2008, representou o segundo maior saldo comercial do Brasil. Nos últimos dez anos, o volume de nossas exportações para lá aumentou 858%. Nosso superávit comercial atinge quatro, cinco bilhões de dólares, mantendo um ritmo de crescimento muito superior ao de outros clientes tradicionais do país.

O Brasil se tornou o segundo maior fornecedor de automóveis e de eletrônicos para a Venezuela; o terceiro de máquinas e equipamentos; o quinto de alimentos; e o sexto de produtos farmacêuticos. Sob o aspecto estatístico, a Venezuela já responde por 10% de nossas exportações totais de medicamento; de 8% das exportações de máquinas e materiais elétricos; de 7% de nossas exportações de automóveis.

Soma-se a isso o fato que, de acordo com os dados do Banco Central do Brasil, entre 2001 e 2005, quintuplicou a presença no mercado da Venezuela de empresas brasileiras nacionais e multinacionais ali sediadas. O resultado de tudo isso é que, em 2008, o superávit com a Venezuela respondeu a 20% do superávit comercial do Brasil.

Tudo isso, senhor Presidente, pode se perder – vou terminar – caso não haja permissão para a Venezuela integrar no Mercosul. Isso porque, com essa expectativa, a Venezuela abandonou a comunidade andina das nações. Contudo, até este momento, as nossas exportações vêm sendo beneficiadas por tarifas preferenciais, ainda decorrentes do acordo de complementação econômica n.º. 59, firmado entre o Mercosul, quando a Venezuela ainda era membro desse bloco.

Prejudicada a adesão da Venezuela do Mercosul, quero chamar atenção dos senhores senadores, perderemos, já em 2011, as preferências tarifárias, e os produtos brasileiros, que estariam isentos de tarifas, serão majorados em percentuais que, muito provavelmente, vão inviabilizar a exportação de alguns deles.

Os automóveis, por exemplo, terão suas tarifas reajustadas de 23% para 35%; os frangos congelados, de 13% para 20%; os pneus, de % para 15%; os bovinos, de 4% para 10%. Isso apenas para citar alguns daqueles produtos.

Desnecessário dizer, senhor Presidente, que os impactos sobre a economia brasileira serão perversos, caso isso realmente venha a ocorrer.

Senhor Presidente, para terminar, como disse anteriormente, concordo plenamente com a análise feita pelo Senador Tasso Jereissati, em relação ao pouco respeito do Presidente Chávez em relação aos princípios de um Estado democrático. Discordo, entretanto, da sua conclusão. Entendo que o ingresso da Venezuela no Mercosul levará esse país a assumir compromisso com os princípios de um Estado democrático, premissa do Mercosul, e que, conseqüentemente, darão ao Brasil e a outros Estados membros maiores condições de exigir do presidente da Venezuela que sejam honrados os princípios democráticos inerentes, os princípios inerentes ao Estado democrático.

Considero, pois, que a entrada da Venezuela no Mercosul pode contribuir para o fortalecimento da democracia na Venezuela. No que concerne aos aspectos financeiros e econômicos, a não entrada da Venezuela no Mercosul, como disse anteriormente, poderá ter impactos extremamente perversos para a economia brasileira.

Por esse motivo, senhor Presidente, voto favoravelmente ao ingresso da Venezuela no Mercosul.

O Senador Eduardo Azeredo reassume a presidência.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Dornelles. Senador João Pedro.

Senador João Pedro (PT-AM): Senhor Presidente, senhores senadores. Esta matéria chegou ao Senado depois de praticamente um ano na Câmara, depois de muitos debates, e não foi diferente aqui no Senado. Participei, Senador Azeredo, de todas as audiências realizadas. Com as duas visões. Dou testemunho de que, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, foi travado um bom debate, com profundidade. Culminou com a vinda do prefeito de Caracas. A principal cidade, além de capital, cinco milhões de pessoas vivem em Caracas.

É o principal líder da oposição. E quero, outra vez, dialogar com o Senador Tasso Jereissati, porque não podemos apagar o que disse o líder da oposição acerca do Presidente Hugo Chávez, do governo. Mas sobre o Mercosul, o que disse o prefeito? E aí os jornais de ontem, na Venezuela, transcreveram toda a sua opinião. Não cortaram. E quero dizer aqui. Criticou as prisões, o desrespeito, falou à vontade, com liberdade. Mas, sobre o Mercosul, segundo os jornais de Caracas, afirmou: “Sugiro aos senadores que se incorpore o Estado da Venezuela ao Mercosul. Pois uma coisa é o Estado, e a outra coisa é seu governo. O Estado é permanente, e os venezuelanos não podemos ser castigados pelos erros e pelos procedimentos inconstitucionais que comete o Presidente da República.”

É isso. E continua: “É a proposta que formulo.” Esse foi o recado do alcaide Antonio Ledezma aos senadores brasileiros. É isso. O líder da oposição foi claro. Mais na frente, ele diz: “Não isolem Hugo Chávez.” Está aqui transcrito. E foi isso que ele disse sobre o Mercosul.

E quero destacar o relatório do Senador Jucá, muito bem elaborado. Como o do Senador Tasso, mas tem aspectos que são relevantes. No programa *Roda Vida*, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso defende a Venezuela. Essa Venezuela presidida por Hugo Chávez. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Temos uma grande responsabilidade. Evidente que nós devemos aceitar a conduta, a postura, os posicionamentos do Presidente Hugo Chávez. Nós estamos tratando, aqui, de uma estratégia de fortalecimento de um bloco da América Latina, Presidente Azeredo. É o bloco. Não é de uma relação bilateral, mas sim a de um bloco importante, que sofre pressões de outros blocos econômicos. Pressões fortíssimas.

Precisamos fortalecer a América Latina. Ah, está fraca? Há pouco, o Senador Tasso falou da debilidade do bloco. E a não adesão da Venezuela ajuda ou atrapalha? É claro que a economia da Venezuela, o quinto produtor de petróleo do mundo, ajuda o bloco, senhores senadores. Não podemos julgar o Presidente Hugo Chávez, que tem mandato para começar e terminar. Precisamos trabalhar a importân-

cia estratégica da Venezuela, com sua economia, com a história do seu povo, com a cultura latino-americana. Isso é estratégico para o fortalecimento do Mercosul.

Nós, com a adesão, estamos construindo e consolidando este bloco. Da mesma forma que o Senador Jucá falou da importância da Venezuela para seu estado, quero dizer da importância da Venezuela para meu estado, o Amazonas, que tem uma produção significativa na indústria eletroeletrônica que é comprada pela Venezuela.

Senhores Senadores, voto favoravelmente à adesão da Venezuela ao Mercosul, voto com o voto em separado do Senador Romero Jucá. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Pedro. Quem é o próximo, aqui? Senador Casagrande. Senador Tasso, primeiro, que é o relator.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Tinha antecipado apenas para dizer que não é com a ponta de alegria que vejo a enorme consideração do PT e da base do Governo pelas opiniões do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Acho que vai se tornar ainda líder do PT [risos].

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não tenho dúvida que o Jucá é capaz de conseguir isso. Jucá está nesse caminho.

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): Jucá já é o líder do próximo governo. Bem, Presidente, senadores e senadoras. Não há dúvidas, senhor Presidente, com relação aos argumentos econômicos da integração e da inclusão da Venezuela no Mercosul. Não há dúvida. Já o relatório do Senador Romero Jucá, o voto do Senador Francisco Dornelles foram posições importantes, que caracterizaram a importância da inclusão da Venezuela no Mercosul.

A questão do Norte do Brasil. O Norte do Brasil, hoje, não se sente no Mercosul. A possibilidade de o Norte do Brasil se sentir uma região incluída na política de integração do Mercosul é uma questão importante e fundamental. E, sem dúvida, nós, como o país mais importante economicamente, ampliar este relacionamento é muito importante.

Então, não há dúvida com relação às questões econômicas. A dúvida que tem é com relação à questão política. E, aqui, já quero parabenizar a instituição Senado, a Comissão de Relações Exteriores, porque o debate já é um ponto importante, que rebate e repercute na Venezuela. Se quem vai votar favoravelmente tem questionamentos à forma de governar do Presidente Hugo Chávez, mesmo com esses questionamentos, vamos votar favorável, pois a repercussão desse debate na Venezuela já ajuda a despertar o interesse da região sobre a forma de governar do Presidente Hugo Chávez.

Então, primeiro, reconhecemos de que esse debate é um ponto positivo para o aperfeiçoamento da Venezuela e de toda a América Latina, um trabalho que o Brasil deve exercer como líder regional. Entre outras questões políticas que acho importante, lembro que a Venezuela assinou o Protocolo de Ushuaia. Assinou. Confirmado pelo embaixador e reafirmado já por outros diplomatas que aqui estiveram.

O pilar central da minha posição e a de muitos aqui é que estamos discutindo a adesão da Venezuela, não estamos discutindo o Governo Chávez. Se fossemos avaliar apenas o Presidente Chávez, teríamos, também, muitas restrições. Apesar de todas as tentativas de perpetuação, Chávez passará. Nós estamos discutindo a Venezuela.

Segundo ponto. O Brasil continuará líder na região e um líder tem que exercer um papel de aproximação. A Venezuela ainda trabalha na consolidação do seu processo democrático e é fundamental que não abandonemos esse irmão. É fundamental que puxemos para perto e que possamos debater, discutir e construir um caminho para a democracia na América Latina.

A democracia ainda não é uma prática e um valor consolidado totalmente na América Latina, pelo histórico de governos autoritários que tivemos na região. Então, é fundamental que nós brasileiros possamos ser, além de um Estado líder na área econômica, possamos ser líder na área política. Não líder para dominar, mas para agregar, para cultivar práticas da democracia. É nessa visão de integração político-econômica e do papel do Brasil exercendo uma liderança humilde que manifesto meu voto no parecer do Senador Romero Jucá, com todo respeito ao Senador Tasso, porque reconheço o trabalho feito, e ao Senador Mozarildo.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Casagrande. Com a palavra o Senador José Agripino e, em seguida, Antonio Carlos Valadares.

Senador José Agripino (DEM-RN): Senhor Presidente, não quero tecer considerações econômicas, porque acho que a manifestação na CNI já fala por si só. O principal órgão da indústria brasileira adotou uma postura refletida e manifesta-se contrário ao ingresso da Venezuela. Não precisaria recorrer ao que já acontece nas relações comerciais entre a Venezuela e os Estados Unidos. Quem não conhece, Senador Marco Maciel, as rusgas permanentes de Chávez com Bush, Chávez com Obama? No entanto, o campeão nas relações comerciais da Venezuela são os Estados Unidos. Por uma razão básica, o que prevalece são os interesses de parte a parte. É o que comanda. É como o resto do mundo capitalista. É isso que interessa.

O que me preocupa, e aqui quero me referir a duas coisas, uma falada pelo Senador Dornelles, que falou sobre o deslumbramento do Chávez, e outra sobre o que o Senador Casagrande acaba de dizer:

“O Chávez passará”. É minha dúvida, Senador Casagrande. Porque ele domina o Supremo Tribunal, a Suprema Corte da Venezuela, e o Congresso venezuelano. Ele está conseguindo tudo o que precisa para se eternizar, inclusive a reeleição indefinida. A menos que a gente consiga, neste episódio, produzir resultados permanentes. Vou votar contra nesta Comissão, mas votarei a favor no Plenário se duas coisas acontecerem. Se, como disse ao Senador Dornelles, o deslumbrado Presidente Chávez adotar uma postura de concórdia com o Mercosul e voltar atrás na sua postura com Israel, respeitando uma cláusula do Mercosul. O Mercosul – Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina – firmaram um acordo bilateral com Israel, que é um país que tem relações com o Brasil atávicas.

A criação do Estado de Israel ocorreu pelas mãos de Osvaldo Aranha, na ONU. A colônia judaica no Brasil é expressiva, forte. Temos relações robustas e muito interessantes com Israel. Mas, independente disso, o Mercosul tem o acordo bilateral.

É notório, Senador Tasso Jereissati, que o Presidente Chávez expulsou o embaixador e todos os membros da Embaixada. Como é que, agora, quer participar de um bloco econômico que tem como cláusula pétrea o respeito, o endosso aos acordos bilaterais preexistentes? Se ele declarar: “Em nome do ingresso no Mercosul, que é uma coisa que interessa ao povo venezuelano, vou voltar atrás e reatar relações com Israel, vou firmar o documento em que o Mercosul, como bloco, tem uma posição de acordo bilateral mantido com Israel”, está resolvido.

A cláusula democrática é fundamental, Senador Casagrande. É fundamental. Do contrário, a história de vida dos senhores, aqui, não vale a pena. O tão mencionado prefeito de Caracas esteve aqui e, a par de pedir a aprovação do ingresso da Venezuela no Mercosul, em nome do fim de um isolamento, ele explicitou uma série de agressões ao regime democrático, dentre os quais, agressão a direitos humanos com a existência de presos políticos.

Tão fácil seria, e voto a favor, voto, se o Presidente Chávez chegar e dizer: “Em nome da cláusula democrática respeitada, que é cláusula pétrea para ingresso de um país no Mercosul, convido uma delegação da OEA para investigar as denúncias de agressão aos direitos humanos.” Faça as duas coisas, que voto tranquilamente, porque teremos dado passos no sentido de recuo, de posições muito intransigentes, de um governante que só trabalha no rumo...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Porque a OEA...

Senador José Agripino (DEM-RN): Um instante só. Só trabalha no rumo de contrariar os interesses do povo brasileiro. Pois não.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Porque a OEA e não o Mercosul?

Senador José Agripino (DEM-RN): Por uma razão muito simples, Senador. O Mercosul não atua em direitos humanos. Estudei esse assunto. O órgão da América que atua diretamente em direitos humanos é a OEA, que está prontinha para atuar. Se ele desse uma sinalização, voto, na hora, a favor.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Senador Agripino, o protocolo constitutivo do Mercosul, relativo ao Parlamento do Mercosul atribui à Comissão de Relações Exteriores do Mercosul a atribuição de verificar a situação dos direitos humanos nos países que fazem parte do Mercosul, sendo obrigado, inclusive, a emitir um relatório anual sobre essa condição.

Eu falo isso em razão da pergunta que lhe fez o Senador Pedro Simon. Há um órgão do Mercosul, dentro do Parlamento do Mercosul, encarregado dessa verificação e desse informe. Anual, inclusive.

Senador José Agripino (DEM-RN): Senador Geraldo Mesquita, consultei o Itamaraty sobre isso. Agora, até pelo fato de a Venezuela não estar participando do Mercosul, acho que o árbitro, para analisar esse tipo de questão, até a votação, seria o órgão que está à disposição, a OEA.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): O regimento prevê...

Senador José Agripino (DEM-RN): ...Se for possível o Mercosul entrar, o Mercosul, ou a OEA. Agora, que ele convide.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): O regimento prevê, inclusive, que essa verificação pode ser feita nos Estados associados, desde que a Mesa diretiva do Parlamento autorize.

Senador José Agripino (DEM-RN): Ou a OEA convida um membro da nossa comissão. O que me interessa é dar um passo para frente no rumo do cumprimento de exigências do Mercosul, que é a cláusula democrática? Aí entraria ou a OEA, como me foi dito, ou a Comissão do Mercosul para investigar os casos de agressões a direitos humanos.

E, no caso do deslumbrado, por que não concordar, até para não passar a imagem de deslumbrado, remitente? Por que não concordar com um recuo tático, com o acordo bilateral feito do Mercosul com Israel? Que deve ter sido feito, porque é importante para o bloco. Se essas duas coisas forem feitas, são duas coisas de pequena monta, voto tranquilamente a favor.

Agora, fora isso, estarei dando uma contribuição, no meu entendimento, a uma quebra dos princípios do Mercosul. Estarei dando a minha contribuição para o futuro. E nessa não quero entrar.



Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado. Senador José Agripino. Passamos. Agora, a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): Senhor Presidente, é quase unânime o pensamento de que o Presidente Chávez pratica uma política individualista, do ponto de vista interno, e, do ponto de vista externo, temerária, com uma atuação marcada pelo divisionismo. E o relatório do Senador Tasso Jereissati foi muito preciso a respeito desse assunto, entrou em profundidade na questão política, e nós todos não podemos deixar de reconhecer o trabalho exitoso, profundo, brilhante do Senador Tasso Jereissati.

O relatório do Senador Romero Jucá reconhece as fragilidades políticas do Presidente Chávez. E o relatório foi reforçado pela palavra balizada do nosso colega, que tem o respeito de todos nós, Senador Francisco Dornelles, que reconheceu esse panorama de dificuldades políticas, de antipatias aos procedimentos discricionários do Presidente Chávez.

É possível, e aqui já se falou, que, com a entrada da Venezuela no bloco, no nosso bloco econômico, quem sabe, nós poderemos au-

mentar o nosso relacionamento econômico, e ele será, se continuar com essa sua doutrinação bolivariana, será voz isolada no bloco econômico do Mercosul.

E há, como o Senador Geraldo Mesquita se referiu, normas bem claras a respeito do comportamento dos membros do Mercosul. Nenhum membro do Mercosul pode agir individualmente, em prejuízo do bloco, porque as decisões não são individuais, são coletivas.

A União Europeia, senhor Presidente, para aceitar o ingresso de qualquer país, faz debates calorosos, como aqui nós estamos fazendo no Senado Federal. Os debates aqui travados repercutem não só na Venezuela como no mundo inteiro.

O Senado Federal não poderia deixar de fazer essa discussão pormenorizada, inclusive para fortalecer o sistema democrático da Venezuela. Nisso quero parabenizar o trabalho da oposição aqui no Senado Federal. Temos que reconhecer que isso vai render bons frutos. Aprovando o ingresso da Venezuela, o Brasil continuará participando deste debate internamente no Mercosul, exigindo providências no respeito aos direitos humanos, no respeito às cláusulas

do acordo da Venezuela com todos os membros do Mercosul e para fortalecer a democracia no continente sul-americano.

Tenho certeza, senhor. Há quem diga que a entrada do Senhor Hugo Chávez, ou melhor, da Venezuela, pode ser o desaparecimento do Mercosul. Quem sabe, com sua entrada, a Venezuela vai ganhar politicamente, com a abertura democrática mais acentuada e, também, com ingresso de outros países que ainda estão em dúvida da participação no Mercosul.

Portanto, Presidente, quero parabenizar e saio daqui, tenho certeza absoluta, mais consciente do papel que cada um de nós deve exercer nesta Casa. A oposição exerceu com dignidade seu papel, que é reconhecido pelo Governo, mas, infelizmente, não posso votar com a oposição. Votarei com o Brasil. Votarei, em respeito às relações econômicas mantidas pelo Brasil com a Venezuela, pelo histórico, pelo passado de uma boa relação bilateral com a Venezuela.

E vamos construir, dentro do Mercosul, uma individualização, harmonização, no sentido do fortalecimento da democracia interna na Venezuela. Agradeço a vossa excelência.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Vamos ouvir, agora, o Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Senhor Presidente, gostaria de salientar a emoção que tenho ao falar sobre essa matéria. É um assunto a que me dedico desde jovem. Presidente da junta governativa da UNE, realizamos o primeiro Congresso de Estudantes de Direito da América Latina, para debater as questões da América Latina, 1958.

E ali foi aprovada uma moção por unanimidade para fundar uma entidade que representasse e buscasse a unificação dos países da América do Sul. Como Ministro da Agricultura do Presidente Sarney, acompanhei o Mercosul desde seu início. Venho do Rio Grande do Sul, e nós do Rio Grande do Sul pagamos um preço muito caro por essa inconformidade do Brasil com a América Latina. Durante meio século, defenderam a tese de que a guerra da Argentina com o Brasil era inevitável. E, durante meio século, metade do Exército brasileiro ficou na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina. Alegrete tem seis quartéis. Uruguiana tem cinco. Santiago tem seis.

No Rio Grande do Sul, o trem é bitola estreita, porque na Argentina é bitola larga. De Santa Catarina para cá é bitola larga. Então, nosso é bitola estreita, para, quando a Argentina nos invadissem, tivesse mais dificuldade em entrar no Brasil. Até hoje, numa faixa de 100 quilômetros da fronteira com a Argentina, não pode ter indústria. E a região mais rica e mais próspera do Rio Grande do Sul, que era a fronteira do Rio Grande do Sul, hoje vive quase na miséria. Sempre defendemos a integração com a América do Sul, mas o Brasil sempre

foi visto com antipatia. Falamos português, os outros todos falam espanhol. Um país continental, do tamanho de um mundo. Quando a gente discutia nos congressos, eles respondiam o seguinte: “Mas não são os norte-americanos que mandam lá?” E eles respondiam: “É, mas prefiro os norte-americanos do que os brasileiros.”

Então, havia uma antipatia generalizada contra o Brasil. O Sarney teve um grande papel e, modéstia à parte, como seu Ministro da Agricultura, participei. O regime militar respeitou o Itamaraty. E justiça seja feita, o Itamaraty, no regime militar, teve independência, atuou, avançou e deu prioridade à integração com a África. A Nova República surgiu, houve necessidade de uma movimentação diferente. E a tese que surgiu foi a da integração da América Latina.

Convidado para a reunião, fui um dos primeiros que disse: “Presidente Sarney, não adianta querer fazer a integração da América Latina se, antes, não houver um entendimento, entre o Brasil e Argentina. Se não nos acertarmos com a Argentina, não sai nada.” Como íamos conversar? O Presidente Alfonsín, era um grande cidadão, mas introvertido. E o Ministro das Relações Exteriores da Argentina era um sujeito antipático, grosseiro. Aí fomos falar, o Presidente Sarney, o Ministro das Relações Exteriores e eu, como Ministro da Agricultura, fomos falar no Uruguai com o Presidente Sanguinetti. Ele, que depois foi Ministro das Relações Exteriores, que, depois, foi Presidente do Banco Interamericano.

Aí o Sanguinetti teve um grande papel ao fazer a ligação do Brasil com a Argentina. E as primeiras reuniões foram Brasil e Argentina com o Uruguai. E daí surgiram os entendimentos e surgiu o Mercosul, que era para ter mais países. O Chile não entrou, porque estava em lua de mel com os Estados Unidos, acordos formidáveis, e era muito melhor para ele ficar lá do que ficar do lado de cá.

Senhor Presidente, com toda sinceridade, assino tudo o que o Senador Tasso Jereissati falou. Estou de acordo com ele. Tudo. E, quando ele cobra das pessoas, e, entre elas, me incluo, que viveram aquele regime do arbítrio, da ditadura. É claro, assino seu manifesto nesse sentido e acho que temos que ver com maior restrição, com maior resistência, com maior mágoa o que está acontecendo na Venezuela. Se depender de nós, vamos terminar.

Aliás, nesse sentido, estou lendo no jornal que o nosso líder do Governo está indo para a Venezuela, acompanhar o Presidente. Já pode levar mais alguém para começar as negociações. Ele tem potencial nesse sentido. O que digo é o seguinte, tem razão, Senador Tasso, tudo o que senhor disse tem razão, mas acho que estou ficando velho demais, não tenho mais o poder de argumentar, outro dia, fui fazer um discurso... O Tasso ficou bravo comigo, e, no fundo, fui ver que errei na minha maneira de fazer, depois pedi desculpa, mas vi que não

sou mais o mesmo. A velhice. Está na hora de ir para casa, mas o que queria dizer é uma coisa muito singela.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Mas está cada vez melhor, Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Estamos vivendo uma hora muito importante. Olhem os Estados Unidos e a Europa. A crise que estourou no mercado financeiro americano ocorreu porque espalharam dinheiro à vontade para financiamento imobiliário e consumo. Os bancos americanos, por um dólar na conta, financiavam mais de cem. Foi diferente do que aconteceu na crise da Argentina, na crise da China, na crise da Rússia. O processo não atingiu com força a União Europeia porque lá existem regras duras. Até a Inglaterra, que é cachorrinho do americano, não pôde agir isoladamente. O euro, hoje, é uma moeda que vale mais do que o dólar. Então, eles estão unidos. Vamos analisar as dificuldades que tiveram de ultrapassar. Como a França aceitou a Alemanha, que a invadiu duas vezes e tomou Paris? Como a Inglaterra aceitou a Alemanha, se Londres foi bombardeada e quase reduzida a zero? Mas colocaram essas questões de lado, e, no início, era horrível.

Quando a gente se queixa, no Mercosul: “Mas está muito ruim, a gente não consegue andar”. Os europeus dizem: “Mas aqui também foi assim”. Lá foi assim durante muito tempo. E, hoje, o Parlamento europeu é muito mais importante que a Câmara dos Comuns da Inglaterra ou que a Assembleia França. O euro é a moeda mais forte que tem. O resto desapareceu.

Então, nesse momento, aprovo o parecer do Senador Tasso. E, como membro do Mercosul, me responsabilizo. Aprovada a entrada da Venezuela, vou ser dos primeiros a propor que uma Comissão do Mercosul, de parlamentares do Mercosul, vá à Venezuela cobrar tudo o que ele está falando. Vá na Venezuela cobrar tudo o que está sendo feito. Vamos sair da primeira coisa, me proponho a ser o primeiro a assinar, claro que não sou, porque tem gente mais importante do que eu, não vai deixar ser, mas vou assinar que no Mercosul... Podermos até tomar essa decisão já, agora. Aprovado, nós vamos fazer uma comissão para ir lá cobrar essas coisas.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Vossa excelência vai à Venezuela conosco?

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Depois de entrar, vou. Porque aí é tranquilo. Agora, antes de entrar, não sou louco, é uma briga que estoura e não sei como termina.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Nesta comissão que vossa excelência propõe, do Mercosul.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não... Com 80 anos, que segurança tenho?

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): É importante sua presença nesta do Mercosul.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Então, o que quero dizer... Gostaria que meu amigo Tasso pelo menos entendesse minha posição. O que está acontecendo na Venezuela é grave, mas, há alguns anos, estávamos aqui discutindo o pacto entre as ditaduras do Brasil, da Argentina, do Chile, do Uruguai e do Paraguai. O Cone Sul era, no mundo, a zona mais vergonhosa, tomada pelo autoritarismo, tortura, violência. Nós conhecemos e sabemos como é, temos competência de lutar contra isso. Hugo Chávez desaparece. Amanhã ou depois, ele termina. Cá entre nós, quem começou essa história toda foi nosso querido amigo Fernando Henrique. Ele lutou por sua reeleição, criou moda, e todo mundo fez igual. Esse é um mérito do Lula. Justiça seja feita, porque o Lula não aceitou a tese de mais um mandato. Porque com aprovação de 80%, se tivesse feito um carnaval por sua reeleição, estaríamos discutindo a questão. Mas não tenho nenhuma dúvida. Esse presidente da Venezuela acaba e acaba mal.

Agora, temos que ser tranquilos. O parecer do Senador Tasso é muito claro. Ele não está rejeitando, ele quer que a Venezuela cumpra alguns compromissos antes de entrar. Isso está muito claro, aqui. Mas sabemos que o que vale não é o fato, é a versão do fato. E a versão do fato, em nível internacional, seria a de que o Senado brasileiro vetou a entrada da Venezuela. Então, vamos ser os responsáveis pela Venezuela não entrar e, daqui a dez anos, ninguém mais se lembra do Hugo Chávez, mas a nossa decisão durará o resto da vida.

Então, gostaria de assinar uma moção, à margem disso, se for aprovada: “Votamos a favor, mas queremos dizer que somos contra o que está acontecendo”. Até porque vamos ser claros, só democracias podem participar do Mercosul. E, modéstia à parte, o Mercosul, com todos os erros, já deu exemplo. Afastaram o Presidente do Paraguai, iam tirar o Vice-Presidente, botar uma ditadura. O Lula e o Presidente da Argentina interferiram e...

Orador não identificado: O Fernando Henrique.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): O Fernando Henrique, perdão, e o Presidente da Argentina interferiram e disseram: “Não. Ou assume o vice ou vocês caem fora do Mercosul”. E assumiu o vice. O Mercosul já deu exemplo de garantia da democracia. Senador Tasso, se, por acaso, for aprovado o ingresso, vamos assinar um memorial de cobrança.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Seguramente, vai ser necessário fazer esse trabalho no Mercosul. A próxima inscrita é a Senadora Rosalba. Permuta com o Senador Heráclito Fortes. Então, Senador Heráclito Fortes. Depois Senador Flexa.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente, é evidente que o que se discute aqui, exaustivamente, nesta Sessão, não mudará um voto, nem contra nem a favor. Todos já chegaram aqui com suas convicções. Lamentavelmente, algumas sugestões e requerimentos feitos não serviram para formar opinião. Há um requerimento de dois colegas que pediu um parecer da OEA sobre a situação da Venezuela. O parecer faz parte do relatório do Senador Tasso Jereissati. E precisa-se ver o que diz esse relatório a respeito da democracia praticada no país vizinho.

Segundo lugar, solicitou-se, aqui, a presença do prefeito de Caracas. Os argumentos que temos para mostrar e demonstrar a inconveniência da Venezuela, no momento, entre os integrantes do Mercosul nos foram dados pela própria base, por aqueles que querem defender, a qualquer custo e a qualquer jeito, a presença imediata do Senhor Chávez no Mercosul.

A presença do prefeito de Caracas aqui deve ter sido um banho de água fria nos autores da ideia da sua convocação, mas, nem por isso, modifica a convicção de cada um. E usam como argumento o fato da Venezuela, por meio de a imprensa colocar nas primeiras páginas, a posição do prefeito, dando a falsa ideia de que é uma posição favorável ao Chávez. Esqueceram-se de dizer, aqui nesta Casa, que os jornais que fazem essa divulgação são, até por obrigação ou por falta de opção, favoráveis ao Governo do senhor Chávez.

Temos argumentos para contestar o ingresso imediato, seja pela questão política, seja pela questão econômica, se a lógica prevalecer. É só uma questão de opção. A questão econômica, é mais grave. O Mercosul, ao ser criado, já criou prejuízos irrecuperáveis para o Brasil, mas vamos esquecer o Tratado de Ouro Preto. Vamos para as consequências posteriores. Quero lembrar que, há três anos, aproximadamente, o Chile quis participar do Mercosul. E os países fundadores foram contra, porque o Chile não se adaptou, não quis se adaptar às cláusulas tarifárias. Como, agora, vamos abrir mão? Ao abrir mão para a Venezuela...

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Há um equívoco, com todo respeito, Senador.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Pois não, Excelência.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): O Mercosul só faltou se ajoelhar aos pés do Chile para ele entrar, ele é que não quis entrar.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Porque não se adaptava às cláusulas tributárias, tarifárias.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não, ao contrário. Ele não quis entrar...

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Não se adaptou. Tinha prejuízo, atendendo à regra do jogo. Como é que nós vamos

abrir mão agora para a Venezuela? Temos que chamar o Chile, pedir desculpa pela decisão anterior, e não vamos ter o direito, a partir de agora, de exigir que nenhum país cumpra o questionamento técnico exigido para as novas adesões. É só uma questão de opção, mas, Senador Simon, vamos ser bem práticos e bem pragmáticos nessa questão. Se quisermos ver o retrato da expectativa que se gera no país a respeito da Venezuela entrar ou não, fomos visitar os corredores da Fiesp, que é a porta-voz do empresariado, que maior conexão tem com o país, com a Venezuela. E aí você vê uma coisa interessante. Durante três, quatro meses, os empresários... Não estou falando dos grandes empresários. Estou falando dos pequenos empresários, que são sufocados, Senador Tasso Jereissati, na Venezuela. São contrários, porque estão com o pagamento atrasado, e o Senhor Chávez ameaça o empresariado brasileiro. Essas questões é que precisam ser vistas. Se defender, aqui, eminentemente a questão comercial, colocando de lado nossa soberania, estamos cometendo um erro de difícil reparação no futuro.

Quero lembrar mais aqui um fato: a questão dos direitos humanos. E a oposição questionou que o Mercosul tem, na sua estrutura, órgãos de defesa dos direitos humanos. Mas onde estão os parlamentares brasileiros que estavam no Mercosul, quando uma delegação de advogados venezuelanos foi para o Plenário do Mercosul exigir dos membros daquele Parlamento que tomassem providências com relação ao sofrimento do povo venezuelano no que diz respeito ao cerceamento da democracia naquele país? Quando os argumentos são contrários, joga-se de lado. Não é possível.

Outra coisa inaceitável é se falar, aqui, em trazer ou se ouvir o Embaixador da Venezuela no Brasil, esse embaixador que agrediu o Senado da República e, quando agrediu o Senado da República, não agrediu apenas os que são contra a entrada da Venezuela no Mercosul, agrediu o Senado como instituição, agrediu a Casa como um todo. E não respeitou os que são contra e nem os que são a favor. Desrespeitou a instituição, porque respeito nenhum eles têm a ela, até porque o Senado da República venezuelana foi fechado, para atender aos caprichos do Senhor Chávez.

Portanto, meus caros colegas, sei que nada mudará essa decisão. E isso será um voto da consciência de cada um. Eu só espero, senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, é que, depois desse brilhante relatório feito pelo Senador Romero Jucá, onde se evoca diversas vezes o sempre inspirador de todos, que é o Presidente Fernando Henrique, só espero, meu caro Senador Mozarildo, que seu colega de representação não passe por um constrangimento, que espero que não aconteça, de o Chávez invadir Roraima. Aí quero ver o que Romero vai dizer ao povo daquele Estado. Muito obrigado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Vamos ouvir, agora, o Senador Flexa

Ribeiro e, em seguida, ainda depois, Arthur Virgílio, substituindo o João Tenório.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Presidente, Senador Eduardo Azeredo, ouvi atentamente a todos os senadores que se pronunciaram a respeito da votação da entrada da Venezuela ao Mercosul.

Falas sobrepostas.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Posso continuar, Senador Jucá? Posso continuar? Fico bastante intrigado, Senador Eduardo Azeredo, que estamos aqui em um consenso, Senador Tasso Jereissati, num consenso. Todos nós, tanto os que declaram voto a favor da entrada imediata da Venezuela como contra, temos uma posição consensual de que a Venezuela não atende os requisitos necessários para sua inclusão no Mercosul. Tanto que se pretende que seja feita a votação, permitindo a entrada, e, após, se faça uma missão de senadores àquele país, cobrando do Presidente Hugo Chávez que ele atenda, Senador Suplicy, às exigências que vossa excelência reconhece que não foram completadas.

Estamos invertendo a ordem dessa questão, colocando a carroça à frente do boi. Por que nós vamos fazer a votação antes do Governo da Venezuela, do Presidente Hugo Chávez, cumprir com suas obrigações junto ao Mercosul? Por um capricho do Presidente Hugo Chávez? Porque ele faz questão de, de forma autoritária, ter sua adesão ao Mercosul da forma como ele quer, e não da forma como está previsto nos acordos. Tenho absoluta certeza de que estamos aqui, todos nós, conscientes, tomando uma posição que é importante para o futuro do nosso país. Lamento somente, Senador Eduardo Azeredo, que não tenhamos, aqui, hoje, o Senador Collor, que, ao longo desses meses, foi um defensor combativo da não entrada da Venezuela no Mercosul, com argumentos fortes, pela sua competência, pela sua inteligência.

Ele seria um aliado nosso, hoje, Senador Tasso Jereissati, na possibilidade de inverter os votos da base do Governo. Espero poder contar com o Senador Collor no Plenário, quando formos lá, Senador Wellington Salgado, votar, referendando ou não o que for aqui discutido ou aprovado na Comissão de Relações Exteriores. Espero, sinceramente, que possamos ter o Senador Collor, defendendo a não entrada da Venezuela no Mercosul, como sempre fez, em todas as suas intervenções ao longo desse debate.

O Presidente Hugo Chávez demonstrou que deseja o Mercosul apenas como um estágio, um passo tático para sua integração bolivariana, de cunho indefinido e baseada em teses econômicas, sociais e políticas superadas. Hugo Chávez não tem priorizado. Aí gostaria que o Senador Jucá estivesse aqui, para que pudesse me orientar melhor. Posso até mudar meu voto, Senador Jucá. O Hugo Chávez não tem

priorizado, em repetidos pronunciamentos, o Mercosul, como plataforma prioritária de inserção regional, ressaltando sempre a integração bolivariana e outros atores fora da órbita do Mercosul.

O receio é que esse procedimento sinaliza para a adoção de medidas unilaterais, conflitantes com os interesses do bloco. A união aduaneira, que é o Mercosul, negocia e assina acordos com diversos países e blocos do mundo, inclusive alguns que têm sido alvos da artilharia retórica e até de medidas concretas, restritivas do Presidente Hugo Chávez, como foi a questão aqui levantada pelo Senador Agripino.

Como ficariam as negociações do Mercosul, doravante, tendo como membro pleno um país cujo governante pode adotar restrições unilaterais que prejudiquem as negociações? Uma das salvaguardas do Mercosul é o Protocolo de Ushuaia, sobre o compromisso democrático. Mesmo havendo essas garantias, os riscos que o Mercosul correria, admitindo um membro que não se tem conduzido com a ortodoxia democrática que se pratica na maior parte do mundo, é muito grave.

É bem possível que a ação truculenta de Hugo Chávez traga riscos concretos de supressão de liberdades democráticas, e, por consequência, comprometimento da estabilidade do Mercosul. Do ponto de vista político, surge a dúvida de que o novo membro não somaria nas discussões com os grandes parceiros comerciais do Mercosul. Ao contrário, pode representar mais um embaraço. Como diz o editorial da terça-feira passada de o *Estadão*, nenhum político responsável tem o direito de manter ilusões.

O jornal *O Globo* de hoje, em seu editorial, também afirma que é ilusão achar que o caudilho se curvará aos estatutos do Mercosul, onde consta a cláusula democrática. Ao contrário, ele tentará redesenhar o acordo comercial à imagem e semelhança da Alternativa Bolivariana para as Américas, Alba.

Sob todos os pontos de vista, quem perde é o Brasil e o Mercosul. A questão central é que, ao contrário do que diz o Palácio do Planalto, o acordo será, sim, com Hugo Chávez, cuja figura se confunde com o Estado venezuelano. Então, Senador Eduardo Azeredo...

Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG): Senador Flexa, queria uma cópia desse documento, depois, se vossa excelência puder...

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Encaminharei a vossa excelência, e vossa excelência poderá pedir as notas taquigráficas, que terá também. Mas quero dizer, terminando, Senador Eduardo Azeredo, que vamos tomar, hoje, uma decisão, aqui na Comissão de Relações Exteriores, que não é terminativa, porque terminativo será no Plenário do Senado, e que diria é morte anunciada. Senador Arthur Virgílio, que fique bem claro. Não somos contra a entrada da Vene-

zuela. Nós aceitamos, queremos a entrada da Venezuela, desde que o Presidente Hugo Chávez cumpra os pré-requisitos para que isso seja feito. Diferentemente do que quer o bloco do Governo, Senador Sulpicy. Quer que ele seja admitido, para depois cumprir as exigências do Mercosul.

Eu voto contrário, voto a favor do parecer do Senador Tasso Jereissati, parabenizando o parecer de vossa excelência, em que se debruçou ao longo de vários meses. Fez uma peça que ficará nos anais do Senado Federal, para que, no futuro, Deus queira que isso não aconteça, lá no futuro, se houver aquilo que se imagina que possa acontecer com o Presidente Hugo Chávez no Mercosul, a Nação brasileira esteja atenta, diferentemente do parecer do Senador Jucá, construído em 24 horas, para atender a vontade do Presidente Lula.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu ia pedir aos senadores para desistirem de falar, porque aí colocava em votação, e nós teríamos ter resultado diferente, mas o Senador Inácio acaba de chegar, já complicou. [risos]. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Senhor Presidente, senhoras e senhores senadores. Encaro com a maior seriedade a sessão de hoje. E não duvido que seja essa a percepção dos demais senadores com assento nesta Comissão. Comissão que atrai, inclusive, senadores de outros colegiados.

Hoje, estamos antecipando a missa de sétimo dia do Mercosul. A tendência, com a entrada da Venezuela, será do isolamento do bloco, que já não vai bem das pernas, que não é uma prioridade do Governo atual. É um encargo econômico-financeiro para o Brasil. O Brasil tem feito concessões incríveis, ao longo do tempo, para manter o Mercosul e aceita um Estado nacional governado por um homem que não tem compromisso com a cláusula democrática, que vai em marcha batida para instaurar uma ditadura no seu país e que trabalha com conceitos econômicos que tendem a levá-lo ao isolamento e, certamente, levarão ao isolamento o próprio Mercosul.

É uma decisão que estamos tomando. Aqui, é fácil saber, o Senador Azeredo, em tom de muito bom humor, falava da eventual maioria que a oposição teria neste momento. Mas nós sabemos até o resultado, sabemos quanto vai dar. Entendo que não foi em vão todo esse debate, porque diminuiu em muito o número de senadores que exaltavam as qualidades do Presidente Hugo Chávez, como se ele fosse um norte ou um guia condutor dos povos.

Hoje em dia, praticamente, as exceções são ilustres e raras, todos os que ouvi aqui se manifestarem falam que, apesar de Chávez, a Venezuela deve ser admitida. Apesar de Chávez. O Senador Jereissati me manda um bilhete extremamente arguto, inteligente, perguntando se seria possível a União Europeia se consolidar como se conso-

lidou com Hitler dirigindo a Alemanha, Mussolini dirigindo a Itália, Franco dirigindo a Espanha, e acrescento, Portugal sendo comandado por Oliveira Salazar. Os argumentos foram ricos. O pronunciamento do Senador José Agripino foi brilhante. O pronunciamento do Senador Simon reflete sua alma pura, sua alma correta, mas tem um ovo de Colombo. Por que a pressa? Por que não estabelecer uma área de livre comércio pura e simples para se começar a conversar? Não haveria prejuízo, portanto, para tão decantada negociação comercial entre os dois países. Enquanto isso, a Venezuela teria todo tempo para se adaptar às exigências democráticas e às exigências econômicas.

E, aqui, vai um elogio ao Governo brasileiro, como vai um elogio ao Governo do Uruguai. E não posso fazer o mesmo elogio ao Governo da Argentina, neste momento. As condições econômicas, macroeconômicas. O Brasil caminha para a inflação baixa e demonstra preocupação, que não está cumprindo com muita correção, com o equilíbrio fiscal. A Venezuela se sustenta a peso de estiolar a única riqueza natural que lhe foi prodigalizada, que é o petróleo.

A PDVSA piora a cada momento. Os poços de petróleo da Venezuela se empobrecem, porque não são explorados de maneira correta, mas pergunto, senhor Presidente, se nós estamos ou não estamos, hoje, tomando uma decisão grave. O Senador Simon e o Senador Heráclito travaram um debate muito interessante sobre a entrada do Chile. E os dois tinham, cada um, parte da razão. Mas o fato é que o Chile, querendo entrar, ele entra à hora que ele quiser, sem esse debate todo. A Venezuela entrará porque existe uma maioria disposta a fazê-la entrar no Mercosul. Não existe uma unanimidade a admitir seu ingresso. Isso, para mim, mostra que nós avançamos em muito.

Já cheguei a ouvir elogios aqui, e essas coisas esqueço, porque estimo todos meus colegas, cheguei a ouvir elogios àquela figura que usa sapato alto, da Coreia do Norte. Como se aquilo fosse uma expressão do anti-imperialismo, da luta contra o imperialismo americano, enfim.

Estamos diante de um momento muito sério. A pergunta que faço é muito simples: o Mercosul, que tem um início torto, com cláusula de veto, que impede que os países se desenvolvam a partir de acordos bilaterais, que tem sido um ônus para o Brasil. Entendo que é desejável a entrada eventual do Estado venezuelano, e as pessoas dizem: “Chávez um dia passará”. Ouvi esse argumento até dos mais ilustres defensores do Coronel Chávez. Todos argumentam que Chávez passará. E nem quero que ele morra tão rapidamente assim, embora o destino de ditador, hoje em dia, Senador Inácio Arruda, seja inclusive a decretação de prisão, como aconteceu com Pinochet, condenado na Espanha. Não vejo diferença entre Fidel Castro e Pinochet. Ditador é ditador. Atentado aos direitos humanos é atentado aos direitos humanos, seja praticado por gente de direita, de esquerda, de bola, de rebola, de carambola, de centro, de lado, de outro lado, de

qualquer lado. Ditadura é ditadura, e advogo liberdade democrática para todos e advogo respeito aos respeitos fundamentais da pessoa humana.

A vida de ex-ditador não é uma vida fácil, hoje. Um Juiz da Espanha pode prender um ditador. E todos os ditadores, sem exceção, acumulam fortunas no exterior. Todos, sem exceção. Não importa o discurso que usem, acumulam fortuna no exterior, porque toda ditadura leva, inevitavelmente, à corrupção daquele que controla o poder do Estado. Tenha o discurso que tenha. Tenha ou não barba. Mas todos eles são, sem dúvida alguma, capazes de acumular fortunas pessoais, imaginando que terão, ao caírem, e todos caem um dia, terão vida farta no exterior.

Eu vejo que o Coronel Chávez vai passar, mas a pergunta que faço é se o tempo que ele permanecerá no poder permitirá ao Mercosul resistir. Se ele fica mais dois anos, três anos, dez anos. O Senador Simon disse: “Daqui a dez anos não se fala mais isso”. A intenção dele é ficar, Senador Simon, mais do que isso no poder. Ele pretende eleições ilimitadas. E eleições com cerceamento às campanhas eleitorais. Com um Congresso a sua imagem e semelhança, sem uma oposição atuante, como àquela contra Fernando Henrique e contra Lula. Aliás, nem contra Fernando Henrique, nem contra Lula. Uma fiscalizou Fernando Henrique e outra fiscaliza Lula. E a que fiscalizará quem quer que vença a eleição.

Lá isso não existe. Há um clima de coação às pessoas que divergem do poder. E, se o poder não é mais autoritário e mais absoluto, é porque as condições práticas não foram dadas ao Coronel, que gostaria muito de exercer o poder autoritário e ilimitado sobre a Venezuela. Voto com a maior tranquilidade. Concordo com os argumentos, Senador Jereissati, que vossa excelência arrolou. Seguiremos sua orientação. Os argumentos são da maior sensatez. Voto com a maior tranquilidade. Recebo pressão de empresários do meu Estado, que dizem: “É bom para o Amazonas”. É bom para o Amazonas que tenhamos o fortalecimento da democracia no subcontinente latino americano.

O argumento do doutor Marcondes Neto, empresário, se contrapõe do Armando Monteiro. Marcondes Neto diz, apressadamente, que o comércio depende disso. E pergunto: então, por que não área de livre comércio, se estamos falando apenas de comércio? E por que floresce o comércio da Venezuela com os Estados Unidos, se há um antagonismo tão grande e ideológico entre Chávez e o Presidente Obama, agora, e muito maior, antes, entre ele e o Presidente Bush? Por quê? Por que não se fazer área de livre comércio?

Armando Monteiro diz devíamos começar pela área de livre comércio. E, a partir daí, darmos passos mais ousados pelo merecimento do parceiro que integraria conosco o Mercosul. Eu, sinceramente,



vou encerrar dizendo que não creio no Mercosul. Não acredito que o Mercosul floresça. Vejo que o Mercosul se desintegrará, e vamos ver quem está com a razão. Espero, sinceramente, que o equívoco seja meu. Espero, sinceramente, que seja uma coisa muito boa para o Brasil.

Com a Venezuela, acredito no isolamento do Mercosul, mas acredito, senhor Presidente, senhoras e senhores senadores, que a decisão grave que estamos tomando, neste momento, com resultados

previsíveis. Se todos votarem, sabemos, como o Senador Romero Jucá, homem experiente sabe, quantos votos haverá para cada lado.

E vamos ver no Plenário como a coisa se desenrola, mas voto com a maior tranquilidade, com a mesma certeza com que votei contra a prorrogação da CPMF. Com a mesma certeza com que costumo dar os meus votos. Votos que podem ser equivocados aos olhos de alguns, e respeito as posições em contrário, até porque, ao contrário de Chávez, sou um democrata que pratica a democracia e respeita seus adversários. Não quero calar a voz de ninguém e não aceitaria nunca que minha voz fosse, ela própria, calada. Senador Simon.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): E vossa excelência vota como Senador e como membro do corpo diplomático brasileiro.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Neste momento, voto como Senador. E, por isso mesmo, acabei não ficando no Itamaraty, porque teria muita dificuldade de aceitar posições de Estado com as quais não concordasse. Por isso optei por seguir os passos de vossa excelência, até buscando segui-lo na independência com que se porta nos seus momentos de vida pública.

Senhor Presidente, esta é uma das decisões mais importantes que esse Congresso tomará. É um momento brilhante para a Comissão de Relações Exteriores. Mas chamo atenção para um fato. Todos aqui dizem: “Apesar de Chávez, a Venezuela deve entrar”. Quase que desejando que ele cumpra o destino dos ditadores. Ditador procura abafar a oposição, implantar o poder autoritário, depois disso, ele ou é deposto, é assassinado ou faz a guerra com algum país. E o país mais fácil para ele fazer a guerra é a pequena Guiana, porque ele não pode fazer a guerra com a Colômbia ou contra o Brasil. Seria fragorosamente derrotado. Com a Guiana é possível, é a trajetória tradicional dos ditadores desse nosso infeliz subcontinente. É a trajetória infeliz desse nosso infeliz e indigitado continente sul-americano.

Vimos o crescimento do Mercado Comum Europeu, que demorou décadas até chegar à moeda única da União Europeia, da qual não escapará o Reino Unido que terá que a esse tratado aderir. O Reino Unido não tem futuro, a partir dos movimentos da economia mundial, se não aderir à zona do euro. Estamos falando de uma realidade de pujança econômica. Em contraposição ao Mercosul, uma união que não realizou seus fins e que vê problemas econômicos e políticos à sua frente. A cláusula democrática sendo desafiada e, ao mesmo tempo, problemas econômicos que virão.

Eu não sei como será o Brasil, nas próximas rodadas de Doha, com a Venezuela ao nosso lado. Os parceiros da Venezuela são parceiros que, de jeito algum, interessariam ao Brasil, sequer do ponto de vista econômico. O delírio bolivariano vai transformar o Mercosul em um palco estudantil. E nós vamos ver, depois, se isso é ou não é uma verdade que, se Deus quiser, será desmentida.

Eu gostaria de ver as verdades que aqui coloco do meu coração desmentidas pela prática de um homem que até hoje só me decepcionou. Esse homem, Senador Jereissati, e encerro, não cumpre suas palavras. Certa vez, fiz uma visita a ele, no governo passado, como ministro do Presidente Fernando Henrique, levei a ele uma carta. O Presidente Fernando Henrique me pediu que lesse a carta e fechasse o envelope. Li a carta e fiquei envergonhado. Era uma carta em que uma pessoa adulta passava um pito no sobrinho; “Trabalhe com as oposições, não feche as portas do diálogo.” Eu fechei a carta. Lá fui recebido e tirei uma foto com ele. Ficou de me mandar a foto. Até hoje não mandou. Imagine o compromisso democrático, que é o que ele não quer cumprir. E fui oferecer a solidariedade a ele, porque, naquele momento, ele havia sido vítima de uma tentativa de golpe, depois virou ele o golpista.

Percebo que temos uma decisão muito grave a tomar. Gostaria muito que nós tivéssemos livres dessa peia de oposição votar de um jeito e Governo votar de outro. Percebo a grande vontade de tantos dos senhores de fazerem condicionantes. O Senador Mozarildo vota a favor, é de Roraima, sofre pressões terríveis, mas fez aqui um voto em separado com suas condicionantes. E percebo que talvez nenhum de nós esteja tranquilo. Eu não estou, até porque, estou com uma certeza quase absoluta de que nós estamos, hoje, dando um golpe de morte naquilo que poderia ser uma união econômica com economia maior do que a economia da Alemanha, se tivesse havido efetiva priorização e um correto direcionamento para os caminhos do Mercosul. Isso apesar de odiar ter certezas absolutas, porque o caminho mais célere para a estupidez é alguém que vive de certezas absolutas, procuro não ser estúpido e, portanto, procuro não viver de certezas absolutas, mas...

Portanto, Senador Jereissati, voto seguindo sua orientação e, mais do que tudo, seguindo minha consciência, voto contra o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC): Presidente, pela ordem. Queria fazer mais um apelo para que a gente iniciasse o processo de votação. Tenho um compromisso, vou ter que me ausentar. Caso isso não seja concretizado...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Geraldo, o problema é que realmente não dá para começar o processo de votação, porque os outros querem ainda falar. Nós temos ainda inscritos Inácio Arruda, Flávio Torres, João Ribeiro, Rosalba, que foi permuta com o Heráclito, Mozarildo Cavalcanti e José Nery. Sim, Senadora.

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN): Presidente, se o Senador Inácio quiser me dar permissão, o meu é muito rápido. Vou usar só cinco minutos.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Então, vamos ouvir primeiro a Senadora Rosalba.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Se todos falarem brevemente...

Senador João Ribeiro (PR-TO): Queria dar a seguinte sugestão, porque ninguém vai mudar o voto por causa de discurso. Todo mundo já está definido. Já sei como vou votar. O povo está nos vendendo. Então, senhor Presidente...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Pois é, mas a votação, ela vai ser feita tomando os votos...

Senador João Ribeiro (PR-TO): Senhor Presidente, sei perfeitamente. Mas, como vossa excelência me concedeu pela ordem, quero concluir, dizendo o seguinte: se todos abrirem mão eu também abrirei, para acelerar o processo de votação, porque estou aqui desde o início. Fui um dos primeiros a chegar, mas abrirei. Cancelei viagem para estar aqui, tinha compromisso importante em meu Estado. Então, se todos abrirem mão, abrirei. Se...

Orador não identificado: Mas ninguém vai abrir mão, não.

Senador João Ribeiro (PR-TO): Então, vamos falar.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vamos ouvir a Senadora Rosalba, por favor.

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN): Essa é uma decisão muito séria, realmente grave. Depois de ter ouvido, analisado tanto o relatório do Senador Romero como o relatório do Senador Tasso, a minha posição é favorável à entrada da Venezuela, sim. Não podemos, de forma nenhuma, deixar de ter mais um país participando do Mercosul, pensando apenas nas questões que são de ordem política. Se esse é o caminho para resolver algumas questões que vão de encontro à falta de liberdade, à falta de democracia, dentro do país. Estou convencida de que, realmente, a Venezuela não é um país em que todas as ações do seu governante sejam democráticas. Até porque as palavras dos senadores que estão defendendo a entrada – como o Senador Suplicy, o Senador João Pedro e o Senador Romero – colocam que isolar seria pior. Para que possamos avançar, também, nas questões democráticas.

Então, a minha posição é essa. E queria, aqui, deixar muito clara, porque se trata de uma questão de ação de Estado, não de um governante.

Torcendo, de boa-fé, que realmente o Presidente Chávez tenha refletido bastante e veja que sua entrada no Mercosul não será para criar dificuldades para nosso país nem com os outros sócios do Mercosul. Muito pelo contrário, seja para promover uma integração maior e, com isso, nosso país possa ampliar, não somente continuar,

mas ampliar todas as suas relações econômicas e de comércio com a Venezuela e com o restante da América. Muito obrigada.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senadora Rosalba. Senador Inácio Arruda.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Vamos aproveitar o tempo que vossa excelência poupou [risos]. Quero dizer, senhor Presidente, que o conjunto razoável das opiniões que temos defendido, aqui no Congresso Nacional, em relação ao Mercosul estão contidas no voto em separado, apresentado pelo Senador Romero Jucá em conjunto, trabalhamos intensamente. Não foi em 24 horas, foi um voto trabalhado, pensado, discutido, com consulta às assessorias. Oferecemos opiniões.

Considero que seria uma visão limitada, extremamente limitada, arguirmos, aqui, a questão do ingresso da Venezuela, localizando o problema no presidente venezuelano. Isso seria uma limitação grande se examinarmos a trajetória da Venezuela durante no período em que ela era colocada como um exemplo de democracia para um continente tomados por ditaduras.

O chamado pacto de Punto Fijo foi uma democracia excludente. Não tinha eleições para prefeito, não tinha eleições para governadores, e as contestações a esse pacto foram feitas na base do massacre. Em 1989, quem não lembra do “Caracaço”, onde milhares de corpos ficaram estendidos no meio da rua da capital, fuzilados. Houve milhares de presos na Venezuela. Na verdade, era uma contestação à exclusão política e, sobretudo, econômica. O povo não tinha direito a nada. Quem chegava à Venezuela tinha um choque, porque um país riquíssimo, uma elite multibilionária e um país numa extrema miséria. A cidade de Caracas é miserável. Foi a isso que levou o conjunto de governos anteriores ao Governo de Hugo Chávez.

Hoje, evidente, a situação econômica melhorou substancialmente. O povo tem mais acesso a saúde, educação e há um programa de moradia permanente, de infraestrutura. Só para lembrar, a cidade de São Paulo, entre 1976 e 2009, vai chegar a 70 quilômetros de metrô. Em cinco anos, uma empresa brasileira no Estado venezuelano, a Norberto Odebrecht, vai entregar 40 quilômetros de metrô. Olha que Caracas é bem menor que São Paulo. Então, imagino que não devemos tratar da questão da Venezuela fazendo uma pontuação meramente ideológica.

Se formos considerar, meus colegas senadores, a União Europeia, uma boa parte dos países centrais da União Europeia não cumprem as determinações. É, Alemanha e França não cumprem as determinações do pacto da União Europeia, em relação a cláusulas econômicas. Então, se não há esse cumprimento nesse pacto, que é o mais avançado de todos, o que dirá de um que está no nascedouro, que é o Mercosul, estratégico para nós brasileiros.

Aqui está uma das declarações feitas pelo prefeito de Caracas, não ouvi a declaração dele aqui, mas na imprensa: “Chávez não quer entrar no Mercosul”. Por que talvez não quisesse? É porque há assimetria, senhores senadores, e os senhores acho que não andam só na Europa e nos Estados Unidos, andam na América do Sul por obrigação parlamentar. Na América do Sul, a assimetria entre o Brasil e os três maiores, Argentina, Colômbia e Venezuela, é brutal. Não estou falando de Bolívia, de Equador, de Uruguai, de Paraguai, de Chile. Com esses, companheiros, a assimetria é incomparável.

Então, interessa ao Brasil. Politicamente, fortalece a posição brasileira. No fundo, talvez esse seja o problema. Ter a América do Sul mais unida, mais fortalecida, mais agregada, fortalece a posição brasileira. Não fortalece a posição venezuelana, não. Pelo contrário, se eles fossem olhar estritamente do ponto de vista econômico, sinceramente, interessa a nós, interessa ao Brasil. E acho que temos que votar nesses termos. Esse é o problema grave, a assimetria brutal entre Equador e Brasil, entre Bolívia e Brasil. Os tratados talvez fossem brutais com eles. Quem tratou de amenizar a questão foi o Governo brasileiro que fez articulações políticas, diplomáticas com essas nações, porque era importante para o Brasil.

É importante para o Brasil o Equador mais próximo do Brasil. É importante a Venezuela mais próxima. Acho que é desse ponto de vista que nós temos que analisar. Interessa ao Brasil votar contrário a essa matéria? Não interessa ao Brasil. Esse posicionamento contrário não ajuda o Brasil. Agora, votar para fortalecer o Mercosul, mesmo com esses problemas, é muito importante para a nossa Nação. É muito importante para o Brasil.

Eu acho que, nesse sentido, temos que votar. Por isso trabalhei em conjunto com o Senador Romero Jucá, não para contestar o Senador Tasso Jereissati, para que a gente pudesse aproveitar a oportunidade de alargar um dos instrumentos mais importantes para consolidar o processo político e democrático na América do Sul. A democracia está se ampliando na América do Sul, não está se restringindo. Acho que é nesse sentido que voto com o Senador Romero Jucá, meu caro Eduardo Azeredo.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Inácio Arruda. Vamos ouvir, agora, o Senador Flávio Torres.

Senador Flávio Torres (PDT-CE): Muito dificilmente, senhor Presidente, alguém que fala agora não repetiria argumentos. Queria, rapidamente, tirar a carapuça que me botou o final do pronunciamento do Senador Tasso Jereissati: “Logo você, que lutou por direitos humanos, logo você que lutou pela anistia, está defendendo que se prenda gente por pensamento, está defendendo que se cerceie o trabalho da oposição.” Quero deixar bem claro que vou votar a favor da Venezuela, mas não voto a favor do que acontece na Venezuela.

Sou dos que concordam com o relatório do Senador Tasso até a penúltima página, até porque não foi ele que disse, foi a OEA. Não concordo com a última página, quando ele diz que por isso devemos votar contra. Por isso vou votar a favor, para a Venezuela ficar mais perto, para o Brasil poder ter ingerência, para a gente plantar a semente de uma coisa que nasce torta, começa errada, começa capenga, mas começa. Começa uma coisa nossa, na América Latina.

E quero um pouco mais. Não sei se sou ingênuo, pelos meus quatro meses aqui, ou se sou mesmo besta. Mas vi que estamos muito perto de uma coisa que seria muito bonita, distante do que vejo todo dia, de o Governo votar no Governo e de a oposição votar na oposição. Isso para mim é decepcionante. Não vejo o Senador Arthur Virgílio, de vez em quando, divergir do Tasso. Não vejo o João Pedro, de vez em quando, divergir do Jucá...

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Isso é porque vossa excelência não sabe como a gente diverge quando a gente está...

Senador Flávio Torres (PDT-CE): ...mas, no Plenário, é tudo muito arrumadinho, como aqui está muito arrumadinho. “Vou seguir o parecer do Tasso”, de um lado. Do outro: “Eu vou seguir o parecer do Jucá”. Gostaria muito de seguir os dois pareceres. Vou botar uma crítica no Tasso e vou votar a favor da entrada da Venezuela. Porque senti que o Senador Tasso andou bem perto dessa idéia. Só achei que condicionantes... Como é que a gente pode condicionar o Chávez? Que vamos ter problema com o Chávez, não tenho a menor dúvida. É um maluco, vamos ter muitos problemas com ele [risos], mas vamos ter muito mais sem ele. Com ele próximo, vamos poder lidar com esses problemas.

Hoje, os caminhões estão parados na fronteira argentina porque não pode entrar alimento. Então, vamos ter sempre divergências. Queria fazer, aqui, um apelo que pode ser de um ingênuo, de um iniciante, que é o seguinte: Senador Tasso Jereissati, concorde em votar pela entrada da Venezuela no Mercosul e peça ao líder Jucá que assinemos um manifesto expondo todas essas preocupações, porque não quero concordar com preso político, não quero concordar com fechamento de jornal, não quero concordar com governador que se elege e não toma posse. Não quero concordar com milícia, não quero concordar com educação ideologizada e dirigida, não quero concordar com isso.

Então, quero discordar publicamente disso, mas a Venezuela entra. Vou votar a favor, mas votaria melhor. Iria para casa mais satisfeito, se conseguirmos o que parece ser uma façanha, mas para mim é uma coisa muito próxima de acontecer. Senhor Presidente, era o que tinha a dizer. Espero não ter me repetido.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flávio. Senador Tasso Jereissati, relator.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Presidente, coloquei, em determinado momento, e ontem, depois que ouvimos a palavra do prefeito de Caracas e que ele colocou uma posição, lida aqui pela metade. Ele disse o seguinte: “Nós achamos que é importante a aprovação da entrada da Venezuela, do Estado da Venezuela no Mercosul, desde que a entrada da Venezuela no Mercosul seja acompanhada dos...”, A palavra que ele usou foi garantias dadas pelo Governo venezuelano de que tais princípios, tais pontos seriam modificados de uma maneira concreta. Essa foi a palavra dele.

Eu me lembro, inclusive, que, quando da interpelação do Senador Casagrande, que falou que via que o prefeito de Caracas estava aceitando a entrada no Mercosul, pedi para ele esclarecer se a aceitação dele era pura e simples. Ele disse: “Não. A aceitação não é pura e simples. A aceitação seria desde que o Governo”, e a palavra que ele usou, Senador Casagrande, tenho quase certeza, que fossem dadas garantias democráticas. E me lembro, inclusive, que o Senador Casagrande disse: “Foi isso mesmo que entendi”, não é isso ou estou enganado? Foi isso mesmo que entendi.

Diante disso, saí e disse que aceitaria repensar, diante do que teria colocado o prefeito de Caracas e cheguei a conversar com vossa excelência, Presidente, e vossa excelência me disse que a posição do Governo seria, hoje, votar, independente de qualquer acordo, o relatório do Senador Romero Jucá contra nosso relatório. Foi isso a colocação que foi feita. Então, se houver a possibilidade de uma coisa parecida. Evidente que vamos ter que adiar porque precisamos preparar um texto paralelo, etc. Então, concordo com a sugestão do Senador Agripino e do Senador Arthur Virgílio. Coloco que concordo, desde que seja feito concomitantemente com essas condições. Senador Agripino. Se é possível essa construção, acho salutar.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Não há concordância na proposta, senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): A proposta do Senador Tasso Jereissati não foi aceita pelo Senador Romero. Então, vamos ouvir, agora, o Senador João Ribeiro. Senador Tasso está propondo fazer o entendimento. Senador João Ribeiro.

Senador João Ribeiro (PR-TO): Senhor Presidente, prometo que vou ser breve, inspirado na figura de Fidel Castro, que nunca faz discursos menores que seis, oito horas. Senhor Presidente, é só para descontrair. Há mais ou menos duas semanas participei de reunião, aliás, a primeira como Senador da República, no estado do Amapá, na cidade de Macapá, quando ouvi a opinião de todos os governadores da Amazônia, sobretudo da região Norte, quando se discutia a questão da preservação, a questão ecológica, a reunião que o Brasil participará em Copenhague, no mês de dezembro, e que os governadores estarão para defender a posição da Amazônia. Observei atentamente

os discursos, inclusive do governador, do Senador Arthur Virgílio e do Senador João Pedro, do Amazonas, Eduardo Braga, e de tantos outros que defendem a entrada da Venezuela no Mercosul.

Assim como fez o senador que me antecedeu, que, aliás, fez uma fala muito interessante, ninguém, em sã consciência, vai apoiar as loucuras de Hugo Chávez. Mas não ouvi nenhum pronunciamento, Senador Agripino, de um governador da região Norte e da Amazônia que fosse contrário à entrada da Venezuela no Mercosul. De todos que lá estavam. Acabei ficando até o final do encontro. Sou da região Norte, sou da Amazônia, mas sou também brasileiro. Vou votar a favor da entrada da Venezuela, não vou discutir o problema político local. Hoje não tem espaço para ditador. Ditadura não é boa para ninguém. Nós sabemos disso, mas em política existem alguns chavões. É preferível você ter o inimigo próximo de você. Se o Hugo Chávez é esse inimigo que nós achamos que ele é, e tem gente que acha que é, é melhor que a Venezuela esteja no Mercosul. Até porque o comércio da região, senhor Presidente, da minha região, vai ser fortalecido com a entrada da Venezuela no Mercosul.

Então, é por isso que voto. Pela questão econômica e por achar que é bom para o país. Vamos ver, o tempo nos dirá quem tinha razão e quem está errado nesse dia de hoje. Voto a favor do substitutivo do Senador Romero Jucá, que é da região Norte.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Agora, temos dois últimos oradores: Mozarildo Cavalcanti e José Nery. Mozarildo Cavalcanti com a palavra.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Presidente, na verdade, não quero fazer como aquele amigo, na época que lançaram o vídeo cassete, que gravava o jogo e depois ia para a casa do sogro dele, botava a fita e apostava no resultado. Nós já sabemos o resultado, mas, no entanto, algumas coisas ficaram bem marcadas. Primeiro, hoje, é uma data emblemática. O Presidente Lula já deve ter decolado, às 13h30, para a Venezuela. Chega lá às 17h30, na hora local, e, daqui a pouco, a votação se dará, mas minha posição é clara, Senador Eduardo. Sou a favor e quero, inclusive, adotar meu voto em separado, já que, se for aprovado um dos dois, o meu não será apreciado, quero adotar como declaração de voto. Então, voto a favor, com as ressalvas do meu voto em separado, que são justamente as contidas no parecer do Senador Tasso Jereissati.

Mas vou cobrar depois, quando a Venezuela estiver no Mercosul, os senadores que com ênfase defenderam, porque vai beneficiar a região Norte. Porque hoje não existe essa preocupação. Mas concluí o que é quase uma unanimidade: de que Chávez realmente não é adequado. E aí fico em dúvida se a música que deve ser cantada aqui é aquela da novela recente que é “você não vale nada, mas gosto de



você”, ou se é aquela outra do Chico Buarque, que “apesar de você, amanhã será outro dia.”

Então, estamos nesse dilema. É, realmente, um argumento importante dos defensores, de que a Venezuela, não sendo uma democracia, é melhor não isolá-la. Aliás, o prefeito de Caracas disse isso aqui. Então, em um beco sem saída. Votar sim ou não, não podemos alterar o acordo, não podemos botar condicionantes. Então, como Senador de Roraima, voto pela entrada da Venezuela, com as ressalvas contidas no meu voto em separado.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Está, portanto, registrado o voto do Senador Mozarildo. E o último orador é o Senador José Nery.

Senador José Nery (PSOL-PA): Senhor Presidente, Senador Eduardo Azeredo, senhoras e senhores senadores. Todo esse debate em relação ao ingresso da Venezuela no Mercosul decorre da nossa dificuldade de compreender o processo de transformação que viveu a Venezuela e os parâmetros da democracia venezuelana, que guarda diferenças fundamentais com nossa própria experiência. É uma democracia direta, com a participação da população nas grandes decisões nacionais, por meio dos referendos e plebiscitos. Como acusar de ditadura um país que realiza eleições a cada dois anos, e a vontade da maioria do seu povo tem afirmado aquele processo que guarda profunda experiência com a nossa própria experiência e de outros países da América Latina.

Portanto, subestimar, de forma recorrente, a capacidade política do povo venezuelano de escolher seu próprio caminho não é apenas, como muitas vezes aqui se manifesta, apenas para alguns a condenação de eventuais excessos que poderiam ser cometidos pelo Presidente Hugo Chávez, trata-se, na verdade, de uma falta de reconhecimento da capacidade do povo venezuelano escolher o seu próprio

futuro, do ponto de vista político, dos caminhos que melhor interessa à afirmação do seu país e de sua gente.

Portanto, é difícil compreender que lá a companhia de petróleo, e pude testemunhar isso visitando os bairros pobres de Caracas, participando do esforço de construção de inclusão social, de democracia e de participação do povo. Áreas enormes da PDVSA sendo destinadas à construção de escolas, de centros sociais, de postos de saúde. Ouvindo diretamente o povo, que até ontem não tinha voz, no conselho comunitário, dizer quais são as obras públicas que devem ser construídas.

Isso é uma qualidade diferente de democracia, de participação, que não estamos acostumados e não conseguimos entender. Portanto, recusar o ingresso da Venezuela no Mercosul é rejeitar o sonho da integração latino-americana, que defendo, seja expandida paulatinamente aos demais países, ao Peru, à Bolívia, ao Chile, ao Equador e à Colômbia, inclusive, com as quais temos profundas divergências, mas acho, também, que o futuro que nós queremos da integração deve garantir a presença de todos os países, sem nenhum tipo de restrição.

Portanto, senhoras e senhores senadores, o grande óbice ao ingresso da Venezuela não é de natureza econômica, diplomática, social ou de qualquer natureza. É um óbice pura e exclusivamente de natureza política e ideológica, porque somos incapazes de compreender o que se processa na Venezuela e as mudanças que fazem com que seu próprio povo seja o agente e construtor das próprias transformações.

De certa forma, sob a experiência das elites, que, historicamente, têm governado nosso país, não temos e não estamos acostumados a esse tipo de controle social, de participação política, que coloca o povo como instrumento fundamental das mudanças. É essa nossa posição, senhor Presidente. Muito obrigado.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Em votação, senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Obrigado, Senador José Nery. Mais algum orador deseja participar? Senador Sérgio Guerra pede a palavra. Já abri a exceção para o Senador Nery, que também não é membro. Então, vamos ouvir o Senador Sérgio Guerra, que é Presidente do PSDB. Está bem, são cinco minutos.

Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE): A gente tem juízo no PSDB. Então, não vamos perder tempo com uma dúvida que não existe. Não há nenhuma hipótese de fortalecer o regime de Hugo Chávez e servir a democracia. Nenhuma. O Chávez produz autoritarismo, ditadura e populismo e exporta essas três coisas. E há sinais visíveis e preocupantes aqui no Brasil. Por exemplo, querer calar o Tribunal de Contas da União. Por que calar o Tribunal de Contas da União? Porque a Ministra bate na mesa, ela gosta de fazer isso, e

o Tribunal de Contas questionando as obras do PAC. Tem que ver, porque estão, em grande parte, irregulares.

Nós queremos, aqui, criar um ambiente muito parecido com o da Venezuela. Houve um ensaio de terceiro mandato, tem uma candidata que não respeita a democracia, fizeram, agora, no interior do Nordeste, uma festa para ver uma obra que não está com 15% de execução. Perguntei às empresas que estão trabalhando lá, está com menos de 10%. Passaram três dias para ver uma coisa que vi em 30 minutos.

Então, tudo que não precisamos é desse Governo que reclama da imprensa. Que a imprensa não pode fiscalizar, que a imprensa não pode falar, que ninguém pode ter opinião, que despreza o Congresso, quando o Congresso é contra ele, que adora fazer negócio com Judas, com o diabo. O Mensalão é consequência das alianças que o presidente fez com o diabo e continua a fazer. Vamos conciliar com Hugo Chávez? Nem pensar. Nosso partido não vota com isso, é contra isso. Votamos com o relatório do Senador Tasso Jereissati.

Falas sobrepostas.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Encerrada a discussão, nós vamos colocar em votação. Primeiro, o parecer do Senador Tasso Jereissati .

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Presidente, apenas uma observação que queria fazer.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Acabou a discussão.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): A discussão já está encerrada, mas o Senador Tasso pediu só pela ordem a palavra. Senador Tasso. É o relator.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Eu sei que vai ser difícil ganhar, aqui, porque a maioria pertence ao Governo e não quer sequer a hipótese de fazer algum tipo de acordo...

Senador João Pedro (PT-AM): Chávez foi eleito pelo voto, senhor Presidente.

Falas sobrepostas.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Mas gostaria de dizer, Senador ...

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): É a palavra final do relator. Vamos levar a sério. A gente já sabe o resultado, vamos levar a sério.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Gostaria de dizer que já considero uma vitória pessoal. Eu, que fui a vida inteira chamado pelo PT de “porco capitalista”, vejo finalmente que meus princípios,

valores democráticos e valores morais são muito mais altos do que o vil metal de um mero superávit comercial.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Em votação. Depois da votação.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Vou fazer votação nominal.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Votação nominal, a orientação do voto. Primeiro o relator, a primeira votação é do relator...

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Tasso Jereissati.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Senador Romero assumiu a Presidência?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Quem votar com o Tasso vota sim. Quem votar não, vota contra o relatório do Tasso.

Falas sobrepostas.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Para encaminhar, senhor Presidente. Apenas para orientar, sem fazer futurologia, orientar os seis votos da oposição. O voto é sim, pelo relatório do Senador Tasso Jereissati.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Não posso votar, só no caso de desempate. Então, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Sou o mais antigo Senador do PT. Nunca ouvi qualquer senador se referir ao Senador Tasso Jereissati nos termos citados. Então, com todo respeito ao seu parecer, voto não.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): Não.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador João Ribeiro.

Senador João Ribeiro (PR-TO): Não.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador João Pedro.

Senador João Pedro (PT-AM): Não.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon (PMDB-RS): Não.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Não podia fazer secreta a votação?

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Francisco Dornelles. Senador Geraldo Mesquita não está mais. Senador Romero Jucá. Senador Paulo Duque. Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Sim.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador João Tenório.

Senador João Tenório (PSDB-AL): Sim.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): A favor do Brasil. Sim.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador José Agripino.

Senador José Agripino (DEM-RN): Sim.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Sim. E acho que, se o voto fosse secreto, ia ser mais de seis para nós.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): E o Senador Tasso Jereissati é voto conhecido.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador do PTB, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Meu voto, Senador, no caso do relatório do Senador Tasso, é pela abstenção, porque não posso votar contra a entrada.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Abstenção do Senador Mozarildo. E do PDT, Senador Flávio Torres.

Senador Flávio Torres (PDT-CE): Não. Voto não.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Bom, então, nós temos aqui... Ainda falta... Falta ainda um do bloco de apoio ao Governo, é o que está presente, Senador Renato Casagrande. Renato Casagrande também não. E mais um ainda do PMDB. Bloco PMDB, PP, Almeida e Inácio Arruda. São, portanto, 11 votos não, seis votos sim e uma abstenção. Portanto, está rejeitado o relatório do Senador Tasso Jereissati. Rejeitado o parecer do Senador Tasso Jereissati, passamos à votação do voto em separado. Tem preferência o voto do Senador Romero Jucá, apresentado primeiro. Em votação o voto em separado. Senador Suplicy.

Senador Eduardo Suplicy (PT-SP): Voto sim, no parecer do Senador Romero Jucá.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE): Sim.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador João Ribeiro.

Senador João Ribeiro (PR-TO): Sim.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador João Pedro.

Senador João Pedro (PT-AM): Sim.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Pedro Simon. Senador Francisco Dornelles. Senador Romero Jucá.

Senador Romero Jucá (PMDB-RR): Sim.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Paulo Duque. Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito Fortes (DEM-PI): Não.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador João Tenório. João Tenório. Saiu? Senador Flexa Ribeiro.

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA): Não.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador José Agripino.

Senador José Agripino (DEM-RN): Não. Voto não.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM): Não.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): Não.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Senador Mozarildo.

Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR): Quero dizer que voto sim pela entrada, mas com a declaração de voto do meu voto em separado, porque não concordo com as demais alegações. Voto sim, com ressalvas, como voto em separado meu.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): O voto, então, é sim, mas com a ressalva. Com a declaração de voto. Senador Flávio Torres.

Senador Flávio Torres (PDT-CE): Queria votar sim, mas me confesso decepcionado com a posição do líder do Governo. Dizer para ele que matemática é melhor do que aritmética. É mais possante.



Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Voto sim. Senador Renato Casagrande.

Senador Renato Casagrande (PSB-ES): Sim, senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): E Senador Inácio Arruda.

Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE): Sim, senhor Presidente.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Da oposição está faltando dois votos... Um voto só, já que não voto, mas não há nenhum outro presente do bloco...

Orador não identificado: Tem a Rosalba que votou e saiu.

Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG): Cadê o João Tenório? Então... Está aprovado por 12 votos sim, cinco votos não. Doze votos sim, cinco não. Está aprovado, portanto, o relatório do Senador Romero Jucá. Está encerrada a Sessão.

ANEXOS



ANEXO 1

PROTOCOLO DE ADESÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA AO MERCOSUL

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai e a República Bolivariana da Venezuela, doravante as Partes:

REAFIRMANDO os princípios e objetivos do Tratado de Montevideu de 1980 e do Tratado de Assunção de 1991;

VISTO o Acordo Quadro para a Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, subscrito em 8 de dezembro de 2005;

REAFIRMANDO a importância da adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul para a consolidação do processo de integração da América do Sul no contexto da integração latino-americana;

CONSIDERANDO que o processo de integração deve ser um instrumento para promover o desenvolvimento integral, enfrentar a pobreza e a exclusão social e baseado na complementação, na solidariedade e na cooperação;

TENDO EM VISTA que a República Bolivariana da Venezuela desenvolverá sua integração no Mercosul conforme os compromissos emanados deste Protocolo, sob os princípios da gradualidade, flexibilidade e equilíbrio, o reconhecimento das assimetrias e do tratamento diferenciado, assim como dos princípios de segurança alimentar, meios de subsistência e desenvolvimento rural integral.

ACORDAM:

ARTIGO 1

A República Bolivariana da Venezuela adere ao Tratado de Assunção, ao Protocolo de Ouro Preto, ao Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, que constam como anexos I, II e III, respectivamente, nos termos estabelecidos no artigo 20 do Tratado de Assunção.

As Partes se comprometem a realizar as modificações necessárias na normativa Mercosul para a aplicação do presente Protocolo.

ARTIGO 2

O mecanismo de solução de controvérsias estabelecido no Protocolo de Olivos aplicar-se-á à República Bolivariana da Venezuela nas controvérsias relacionadas com as normas do Mercosul anteriores à vigência do presente Protocolo, à medida que a República Bolivariana da Venezuela adote progressivamente tais normas.

ARTIGO 3

A República Bolivariana da Venezuela adotará o acervo normativo vigente do Mercosul, de forma gradual, no mais tardar em quatro anos contados a partir da data de entrada em vigência do presente instrumento. Para tanto, o Grupo de Trabalho criado no Artigo 11 deste Protocolo estabelecerá o cronograma de adoção da referida normativa.

As normas do Mercosul que, na data da entrada em vigor do presente instrumento, estiverem em trâmite de incorporação, entrarão em vigência com a incorporação ao ordenamento jurídico interno dos Estados Partes originais do Mercosul. A adoção de tais normas por parte da República Bolivariana da Venezuela realizar-se-á nos termos do parágrafo anterior.

ARTIGO 4

No mais tardar em quatro anos contados a partir da data da entrada em vigência do presente instrumento, a República Bolivariana da Venezuela adotará a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e a Tarifa Externa Comum (TEC). Para esse fim, o Grupo de Trabalho criado no Artigo 11 deste Protocolo estabelecerá o cronograma de adoção da TEC contemplando as eventuais exceções à mesma, de acordo com as normas pertinentes do Mercosul.

ARTIGO 5

As Partes se comprometem a alcançar o livre comércio nos seguintes prazos máximos:

- Da Argentina para a Venezuela: 1º de janeiro de 2010 *
- Do Brasil para a Venezuela: 1º de janeiro de 2010 *
- Do Paraguai para a Venezuela: 1º de janeiro de 2013 *
- Do Uruguai para a Venezuela: 1º de janeiro de 2013 *
- Da Venezuela para a Argentina: 1º de janeiro de 2012 *
- Da Venezuela para o Brasil: 1º de janeiro de 2012 *
- Da Venezuela para o Paraguai: 1º de janeiro de 2012 **
- Da Venezuela para o Uruguai: 1º de janeiro de 2012 **

* exceto para produtos sensíveis em relação aos quais o prazo poderá estender-se até 1º de janeiro de 2014.

** exceto para os principais produtos de sua oferta exportável, incluídos no anexo IV do presente Protocolo, que gozarão de desgravação total e imediata e acesso efetivo.

Para esse fim, o Grupo de Trabalho criado no Artigo 11 deste Protocolo estabelecerá um programa de liberalização comercial com seus respectivos cronogramas.

O programa de liberalização comercial aplicar-se-á sobre o total das tarifas e medidas de efeito equivalente, salvo as exceções contempladas na normativa Mercosul vigente.

Durante o período de transição do programa de liberalização comercial e até que a República Bolivariana da Venezuela adote o Regime de Origem do Mercosul, aplicar-se-á o Regime de Origem previsto no Acordo de Complementação Econômica N° 59.

ARTIGO 6

No mais tardar em 1 de janeiro de 2014 ficarão sem efeito as normas e disciplinas previstas no Acordo de Complementação Econômica N° 59 para a relação entre as Partes.

ARTIGO 7

O Grupo de Trabalho criado no Artigo 11 deste Protocolo definirá as condições e os cursos de ação a serem negociados com os terceiros países ou grupos de países envolvidos para a adesão, por parte da República Bolivariana da Venezuela, aos instrumentos internacionais e Acordos celebrados com os mesmos no âmbito do Tratado de Assunção.

ARTIGO 8

As Partes acordam que, a partir da subscrição do presente Protocolo, e até a data de sua entrada em vigor, a República Bolivariana da Venezuela integrará a Delegação do Mercosul nas negociações com terceiros.

ARTIGO 9

Com vistas ao aprofundamento do Mercosul, as Partes reafirmam seu compromisso de trabalhar de forma conjunta para identificar e aplicar medidas destinadas a impulsionar a inclusão social e assegurar condições de vida digna para seus povos.

ARTIGO 10

A partir da data da entrada em vigência do presente Protocolo, a República Bolivariana da Venezuela adquirirá a condição de Estado Parte e participará com todos os direitos e obrigações no Mercosul, de acordo com o Artigo 2 do Tratado de Assunção e nos termos do presente Protocolo.

ARTIGO 11

A fim de desenvolver as tarefas previstas no presente Protocolo, cria-se um Grupo de Trabalho, integrado por representantes das Partes. O Grupo de Trabalho deverá realizar sua primeira reunião dentro de trinta (30) dias contados a partir da data de subscrição do presente Protocolo, e concluir tais tarefas no mais tardar em um prazo de cento e oitenta (180) dias, a partir da realização da referida reunião.

ARTIGO 12

O presente Protocolo, instrumento adicional ao Tratado de Assunção, entrará em vigência no trigésimo dia contado a partir da data de depósito do quinto instrumento de ratificação.

A República do Paraguai será depositária do presente Protocolo e dos instrumentos de ratificação e notificará às Partes a data dos depósitos desses instrumentos.

Feito na cidade de Caracas, República Bolivariana da Venezuela, aos quatro dias do mês de julho de dois mil e seis em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

NESTOR KIRCHNER

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LUIS INACIO LULA DA SILVA

PELA REPÚBLICA DO PARAGUAI

NICANOR DUARTE FRUTOS

PELA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

TABARÉ VÁZQUEZ

PELA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

HUGO CHÁVEZ FRIAS

ANEXO 2

Voto preparado pelo relator Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo N° 430, de 2008 (PDC n° 387, de 2007, na origem), de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela.

I – RELATÓRIO

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem n° 82, de 22 de fevereiro de 2007, submete ao Congresso Nacional o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem Presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após ser apreciado, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2008. No plano congressional, por se tratar de matéria de interesse do Mercosul, nos termos da Resolução n° 1, de 2007, o Acordo foi em seguida apreciado e aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul em 18 de fevereiro de 2009.

No Senado Federal, a proposição foi recebida nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 12 de março de 2009. Transcorrido prazo regimental sem recebimento de propostas de emendas, foi-me encaminhada para relatar no dia 24 de março seguinte.

Na qualidade de Relator, requeri, e a Comissão aprovou a realização de duas audiências públicas para instruir o assunto. Os nomes foram complementados por requerimento do Senador Eduardo Azeredo. A primeira foi realizada no dia 16 de abril de 2009, com a presença dos senhores embaixadores Paulo de Tarso Flecha de Lima, Rubens Barbosa e Sergio Amaral, e do Sr. José Augusto Coelho Fernandes, Diretor Executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), representando seu presidente, Deputado Federal Armando Monteiro.

A segunda ocorreu em 30 de abril de 2009, com a participação do Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, do Governador do Estado de Roraima, Sr. José Anchieta Júnior, e do Sr. Antônio José Ferreira Simões, embaixador do Brasil na Venezuela, e do Sr. Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Posteriormente, por requerimento do Senador Fernando Collor, aditado por requerimento do Senador Eduardo Suplicy, realizou-se audiência pública, no dia 9 de junho de 2009, com a presença do Dr. Celso Lafer, ex-Ministro de Relações Exteriores, Dr. Ives Gandra da Silva Martins, Dra. Maria Regina Soares de Lima, Pesquisadora e Professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro e Embaixador Antônio José Ferreira Simões, Embaixador do Brasil na Venezuela.

Ainda para instruir a matéria, em 9 de julho de 2009, por novo requerimento do Senador Fernando Collor, realizou-se uma quarta audiência pública, dividida em duas partes, com a presença, na primeira etapa, dos senhores Neudo Campos, ex-Governador e Deputado Federal pelo Estado de Roraima, Leopoldo Lopes, ex-Prefeito do Município de Chacao, na região metropolitana de Caracas, Gustavo Tovar Arroyo, escritor, e Darc Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul.

No mesmo dia, na parte da tarde, a Comissão escutou e debateu com os senhores embaixadores Luiz Felipe Lampreia, ex-ministro das Relações Exteriores, e Samuel Guimarães Neto, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, e com o Professor Carlos Pio, professor da Universidade de Brasília.

Deve ser registrado neste parecer que uma das autoridades convidadas para esta audiência pública foi o Embaixador da República Bolivariana da Venezuela no Brasil, o Sr. Julio Garcia Montoya, e Sua Excelência declinou do convite por meio de um fax enviado ao Presidente da Comissão.

Para dirimir dúvidas e preencher lacunas, durante a tramitação nesta Comissão, o Protocolo foi objeto de três requerimentos de in-

formações ao Ministro das Relações Exteriores. O primeiro de minha autoria, de nº 445, foi aprovado pela Comissão Diretora do Senado Federal em 28 de maio de 2009, foi respondido pelo Chanceler Celso Amorim em 3 de julho; o segundo, de nº 596, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, teve as informações enviadas em 29 de julho; e o terceiro, de nº 775, de autoria dos Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy, respondido em 10 de setembro de 2009.

As contribuições das audiências públicas e das informações recebidas em resposta aos requerimentos estão disseminadas ao longo deste parecer e serviram sobremaneira para formar as convicções aqui expressas. Segundo a Exposição de Motivos Nº 453 do Ministério das Relações Exteriores que acompanha a mensagem presidencial, o Tratado de Assunção, que instituiu o Mercosul, dispõe, em seu Artigo 20, que os países da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) poderão aderir ao Mercosul mediante negociação e por decisão unânime dos Estados Partes. Ainda de acordo com o informe ministerial, com a adesão da Venezuela o Mercosul passa a constituir um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, 12,7 milhões de km² de área, PIB superior a um trilhão de dólares (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e comércio exterior global superior a US\$ 300 bilhões, e que, nesta nova configuração, o Mercado Comum do Sul torna-se um dos mais significativos produtores mundiais de alimentos, energia e manufaturados.

A Exposição de Motivos acrescenta que o adensamento dos fluxos comerciais Mercosul-Venezuela impulsionará o desenvolvimento da infraestrutura de transportes e comunicação da porção setentrional da América do Sul, o que contribuirá para a consecução da meta de promover o desenvolvimento integral, enfrentar a pobreza e a exclusão social, proporcionando melhores condições de vida para as populações dos Estados Partes do bloco.

O Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul é um ato internacional singelo, com 12 artigos, embora de alta densidade de conteúdo.

Em seu Artigo 1º, o Protocolo de Adesão estabelece que a República Bolivariana da Venezuela adere ao Tratado de Assunção, ao Protocolo de Ouro Preto e ao Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias, instrumentos vinculantes dos Estados Partes do Mercosul, nos termos estipulados no artigo 20 do Tratado de Assunção. Os textos do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto e do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias figuram como anexos I, II e III, respectivamente, do presente ato internacional.

O Artigo 2º do Protocolo de Adesão estipula que o mecanismo de solução de controvérsias do Protocolo de Olivos aplicar-se-á à República Bolivariana da Venezuela nas disputas relacionadas com as normas do Mercosul anteriores à vigência do presente Protocolo, à

medida que a Venezuela adote tais normas. Dessa forma, assegura-se a aplicação da normativa do Mercosul mesmo às controvérsias surgidas ao longo do processo de adesão.

No Artigo 3º é estabelecido o prazo máximo de quatro anos, contados a partir da entrada em vigor do Protocolo de Adesão, para que a República Bolivariana da Venezuela adote o acervo normativo vigente do Mercosul. Em relação às normas que ainda estiverem em trâmite de incorporação na data da entrada em vigor do presente Protocolo, o prazo será contado a partir da internalização de tais normas à ordem jurídica dos Estados Partes originais. O texto do Artigo 3º também esclarece que o Grupo de Trabalho criado pelo Artigo 11 do Protocolo de Adesão estabelecerá cronograma para a adoção, pela República Bolivariana da Venezuela, da normativa do Mercosul.

O mesmo prazo de quatro anos, contados a partir da entrada em vigor do presente Protocolo, é imposto no texto do Artigo 4º para que a República Bolivariana da Venezuela adote a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e a Tarifa Externa Comum (TEC). O Grupo de Trabalho referido no Artigo 11 do Protocolo em apreço estabelecerá o cronograma de adoção da TEC, levando em consideração as eventuais exceções à mesma.

No Artigo 5º, são estipulados os prazos para a consecução da área de livre comércio entre a República Bolivariana da Venezuela e os Estados Partes originais do Mercosul. Os bens originários da Argentina e do Brasil, sócios mais desenvolvidos do Mercosul, deverão entrar sem tarifas e restrições no mercado da Venezuela até 1º de janeiro de 2012, excetuando os denominados produtos sensíveis, para os quais o prazo poderá estender-se até 1º de janeiro de 2014. Os países de menor desenvolvimento do Mercosul (Paraguai e Uruguai) terão, entretanto, tratamento diferenciado, conforme diretriz inscrita nos *consideranda* do Protocolo. Assim, embora o prazo limite geral para o ingresso sem restrições dos bens oriundos desses países no mercado da Venezuela seja também 1º de janeiro de 2012, os principais produtos da pauta exportadora do Paraguai e do Uruguai terão “desgravação total e imediata”, isto é, poderão ingressar no mercado venezuelano com tarifa zero, logo após a entrada em vigor do Protocolo de Adesão.

De outro lado, os bens produzidos na Venezuela deverão entrar sem restrições nos mercados da Argentina e do Brasil até 1º de janeiro de 2010, excetuando os produtos considerados sensíveis, para os quais o prazo se estende até 1º de janeiro de 2014. Saliente-se que o Brasil tem comércio bilateral fortemente superavitário com a Venezuela (cerca de US\$ 4,6 bilhões, em 2008), de modo que as condições e os prazos distintos estipulados no Artigo 5º do Protocolo não afetarão negativamente a nossa economia.

O Artigo 5º do ato internacional em pauta dispõe também que, durante o período de transição do programa de liberalização comercial e até que a República Bolivariana da Venezuela adote o Regime de Origem do Mercosul, aplicar-se-á ao comércio entre aquele país e os membros originários do Mercosul o Regime de Origem do Acordo de Complementação Econômica N° 59 (ACE 59) firmado entre o Mercosul e a Comunidade Andina.

Ainda com respeito à aplicação da normativa de transição, o Protocolo de Adesão estipula, em seu Artigo 6º, que, no mais tardar até 1º de janeiro de 2014, ficarão sem efeito as normas e disciplinas previstas no Acordo de Complementação Econômica N° 59 (ACE 59). Dessa forma, até aquela data o processo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul deverá estar inteiramente concluído.

No Artigo 7º, é disposto que o Grupo de Trabalho criado pelo Artigo 11 do Protocolo de Adesão definirá as condições para que a República Bolivariana da Venezuela proceda à adesão aos instrumentos internacionais firmados entre o Mercosul e terceiros países ou grupos de países. Obviamente, tal adesão é essencial para que os tratados e acordos celebrados pelo Mercosul com outras nações incorporem o novo membro, de forma a que os compromissos internacionais do bloco mantenham-se em sua integralidade.

Uma regra de transição importante é estabelecida pelo Artigo 8º do Protocolo de Adesão. Com efeito, o seu texto determina que, a partir da subscrição do Protocolo e até a data de sua entrada em vigor, “a República Bolivariana da Venezuela integrará a Delegação do Mercosul nas negociações com terceiros”. Embora o Protocolo de Adesão não faça menção à natureza precisa da participação da Venezuela nas negociações do Mercosul com terceiros países ao longo desse período de transição, parece-nos óbvio que ela terá de ser necessariamente restrita, uma vez que o Artigo 10 do ato internacional em apreço estabelece que a República Bolivariana da Venezuela só adquirirá a condição de Estado Parte a partir da entrada em vigência do Protocolo.

O Artigo 9º estipula que as Partes reafirmam seu compromisso de trabalhar de forma conjunta para aplicar medidas que visem impulsionar a inclusão social e assegurar condições de vida digna a seus povos, com o objetivo de promover o aprofundamento do Mercosul. Trata-se de mera declaração de princípios e de compromisso com a erradicação da pobreza, que não tem vinculação direta e específica com as regras de adesão.

No Artigo 10, como já mencionamos, determina-se que a República Bolivariana da Venezuela se tornará Estado Parte e participará de todos os direitos e obrigações do Mercosul, a partir da entrada em vigor do Protocolo de Adesão, conforme o que reza o Artigo 2º do Tratado de Assunção, e nos termos do ato internacional em discussão. Deve-se esclarecer que o Artigo 2º do Tratado de Assunção estabelece

que o Mercosul está fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes. Assim, esse princípio da reciprocidade obriga a todos os Membros do Mercosul a participarem, sem distinções e exclusões, dos direitos e deveres constituídos pelo bloco.

Para se atingir o cumprimento das tarefas impostas pelo Protocolo de Adesão, o seu Artigo 11 cria o já mencionado Grupo de Trabalho, integrado por representantes das Partes. De acordo com essa cláusula do presente ato internacional, o Grupo de Trabalho deveria realizar a sua primeira reunião após 30 dias contados da data de subscrição do Protocolo e concluir a suas tarefas no prazo máximo de 180 dias, a partir da realização da referida reunião.

Por último, o Artigo 12 dispõe que o Protocolo de Adesão, instrumento adicional ao Tratado de Assunção, entrará em vigor “no trigésimo dia contado a partir da data de depósito do quinto instrumento de ratificação” e que a República do Paraguai será a sua depositária, bem como dos instrumentos de ratificação. O derradeiro artigo do ato internacional esclarece, ainda, que o Protocolo foi feito nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos “igualmente idênticos”.

II – ANÁLISE

O objetivo deste Parecer é que a proposta de adesão da Venezuela ao Mercosul seja analisada sob enfoques objetivos nos aspectos econômicos, políticos e jurídicos, que propiciem uma decisão técnica, baseada em uma visão racional e desapassionada do problema. Nesse procedimento, a reflexão sobre o Protocolo resultou também, ao final, em propostas de contribuições para o aperfeiçoamento do arcabouço normativo que rege as relações do Brasil no concerto sul-americano das nações.

A entrada da Venezuela, do ponto de vista dos países da região, é uma decisão política. Contudo, há também o exame técnico que o Governo e o Congresso Nacional, em suas respectivas esferas de competência, têm o dever de realizar. Há que se recordar, por exemplo, que, em circunstâncias distintas, os parlamentos da Argentina e do Uruguai aprovaram o Protocolo de Adesão alguns dias após sua assinatura, tendo ali preponderado, legitimamente, o peso político para a decisão.

Portanto, apesar de ser um processo político, há condições que devem ser cumpridas, e elas constam do Protocolo de Adesão. O que o Senado necessita discutir e decidir é se, a partir das informações transmitidas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, poder-se-ia considerar o procedimento completado ou, pelo menos, apto a receber a chancela do Congresso em razão de justificativas e perspectivas favoráveis.

Portanto, a decisão que tomaremos aqui é, em todos os sentidos, muito importante. Trata-se do primeiro caso de adesão ao Mercosul

e firmará precedente que há de ser invocado em casos futuros. Se o Parlamento brasileiro decidir aprovar o protocolo sem examinar com rigor os detalhes técnicos, a Venezuela entra para o Mercosul sem compromissos firmes, e qualquer outro país poderá reivindicar o mesmo tratamento.

O exame do Protocolo de Adesão e seus anexos, com o auxílio das audiências públicas realizadas na CRE e dos documentos recebidos, levam-nos a considerar que a análise do tema pode ser segmentada em três itens. Primeiro, o fato de que o ingresso da Venezuela é uma decisão política do governo brasileiro e de seus pares no Mercosul, com base em interesses políticos, comerciais e estratégicos. Segundo, que o Protocolo de Adesão deve ser examinado com rigor do ponto de vista técnico e jurídico-formal. E terceiro, sobre a relevância dos aspectos políticos internos da Venezuela e de seus reflexos na região.

Aspectos econômicos e estratégicos

Uma discussão central no Mercosul é entre seus estudiosos é sobre a prioridade entre se alargar o bloco, incluir novos membros, ou aprofundar e consolidar as instituições. Os Estados Partes, prudentemente, vinham optando pelo caminho de reforçar as instituições. Com a discussão sobre a proposta de entrada da Venezuela, para alguns setores esse acréscimo pode parecer precipitado, porque se faz exatamente no momento em que o Mercosul enfrenta riscos políticos e econômicos.

O comércio intrabloco cresceu de 2001 a 2006 em termos absolutos de forma muito expressiva – 76% –, porém, em termos relativos, menos significativamente, uma vez que este é, mais ou menos, o índice do crescimento do comércio brasileiro com o resto do mundo. Comparando-se o crescimento no âmbito do Mercosul com o crescimento havido com outros acordos subregionais de comércio, o crescimento no Mercosul é menor. Com o grupo andino foi de 100% e 123% com o México. Portanto, o Mercosul não apresenta um desempenho superlativo que justifique tanta liberalidade no que diz respeito ao entendimento e à aplicação de suas regras.

O mesmo quadro se visualiza ao se examinar o comércio intraregional do Mercosul em comparação com o comércio intrabloco de outros grupos sub-regionais de outras partes do mundo.

O comércio intrarregional representa, no mercado centroamericano, 18%; na Comunidade do Caribe (Caricom), 14%; e na Comunidade Andina, 10%. No Mercosul é de 13%. Ao passo que o comércio intra-regional no âmbito do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) é de 53% e no contexto integracionista europeu, mais de 60%. Em outras palavras, o Mercosul não cresce tanto quando comparado com regimes análogos no globo.

Entretanto, o problema central é que o Mercosul não avança em termos de livre comércio e em termos de tarifa externa comum, podendo-se constatar até certos retrocessos como os que se assiste ciclicamente nas relações Brasil-Argentina, em que se verifica número crescente de licenças não automáticas, uso abusivo do “antidumping” e a falta de cumprimento de acordos, como é o caso do acordo automotivo que deveria ter entrado na faixa do livre comércio, e que continua como um comércio administrado.

Em relação à tarifa externa comum, temos setores inteiros que estão fora como, por exemplo, o de bens e capital e de informática. A tarifa externa comum aplica-se apenas a cerca de 35% dos produtos.

Outro aspecto preocupante, é a falta de segurança jurídica no Mercosul. Uma empresa que exporta para a Argentina não sabe por quanto tempo poderá fazê-lo, porque a todo momento poderão sobrevir medidas protecionistas ou novas regras e instituições, como o programa de ajustamento competitivo, que é uma forma disfarçada de subsídios, e portanto avesso a um acordo de livre comércio e a uma união aduaneira.

Certamente, o ingresso da Venezuela não tenderá a contribuir para maior segurança jurídica, uma vez que o governo da Venezuela também tem incorrido em adoção de medidas impróprias, como é o caso, por exemplo, recentemente das restrições sobre as exportações de celulares para a Venezuela. Além de aumentar a insegurança no comércio exterior da região pelo inaceitável adiamento, por vários meses, do pagamento de produtos importados, inclusive do Brasil, por meio de um exótico mecanismo burocrático de autorização para a liquidação cambial.

Em sentido contrário, os dados realçam a importância de eventual participação da Venezuela. O comércio exterior desse país com o Brasil aumentou. Atualmente a Venezuela é responsável por 2,6% das nossas exportações, e a sua participação nas importações do Brasil é de cerca de 0,31%. O comércio com a Venezuela foi o que mais contribuiu para o superávit da balança comercial brasileira em 2008: 18% do saldo brasileiro vêm das exportações para aquele país vizinho.

O comércio Brasil-Venezuela cresceu 885% nos últimos dez anos. Hoje o Brasil tem acesso ao mercado venezuelano graças a uma herança de preferências que pertenciam ao Pacto Andino que deixaram de vigor quando a Venezuela deixou a Comunidade Andina. Quando essas preferências terminarem, em 2011, se a Venezuela não estiver no Mercosul, os veículos brasileiros, que atualmente pagam 21% de tributos, passarão a pagar 35%, um aumento quase proibitivo a esse intercâmbio.

Em relação ao Mercosul, a participação da Venezuela é igualmente digna de nota. Em 2008, o Brasil exportou US\$ 21,74 bilhões

para o conjunto do Mercosul e, apenas para a Venezuela, US\$ 5,15 bilhões.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Venezuela é de 300 bilhões de dólares e seu potencial econômico atrai um conjunto expressivo de empresas brasileiras, especialmente na área de construção pesada, que investe na Venezuela, com projetos importantes.

Outro ponto estratégico potencialmente vantajoso para o Brasil é a possibilidade de um entendimento regional sobre energia, no qual a Venezuela desempenharia um papel importante no continente em razão de suas formidáveis reservas de petróleo. Não se poderia, assim, desprezar a participação venezuelana nos desdobramentos do setor energético no futuro próximo, tendo o Mercosul, como palco desse diálogo. Entretanto, não é isso o que está ocorrendo na realidade atual. A Venezuela, por exemplo, deu todo o suporte necessário para a Bolívia na revisão do contrato de fornecimento de gás para o Brasil. É difícil vislumbrar a Venezuela hoje como um fator positivo na integração energética da região.

A entrada da Venezuela, entre outros possíveis benefícios, permitiria ampliar a abrangência do Mercosul, que tem privilegiado o sul do continente. Essa adesão sinalizaria, de forma mais nítida, para sua transformação em uma área de integração do continente. A entrada da Venezuela poderá estimular o ingresso de outros países do arco norte do continente, o que consolidaria o bloco em toda a região.

Os estados do Norte, particularmente Roraima, estão muito próximos geográfica e economicamente da Venezuela, da Guiana e do Caribe. Para essa parte do Brasil a adesão se reveste ainda de maior importância.

Aspectos jurídico-formais

Esse ponto diz respeito ao procedimento técnico de adesão e às condições que foram negociadas com a Venezuela para tanto e que estão incorporadas no Protocolo de adesão. Não são condições substantivas, são requisitos processuais para negociação. Cuida-se da fixação de programas e cronogramas para a incorporação do acervo normativo do Mercosul, para a adoção da nomenclatura de linhas tarifárias e para a liberalização da economia para os sócios do bloco.

Quando o Tratado de Assunção foi firmado, em 1991, todos os compromissos para os quatro países foram estabelecidos no Anexo I daquele ato. Passados 18 anos, a adesão da Venezuela é o primeiro movimento de ampliação do bloco. Talvez até por esse pioneirismo, há uma percepção de que faltam regras, critérios e prazos claros para o alargamento do bloco, embora a sistemática existente não seja de todo omissa.

Na União Européia, aos candidatos a membros se impõe uma lista de condições e enquanto não as cumprem não são aceitos. Esse

processo em geral leva anos para ser concluído. Segundo os critérios da Declaração de Copenhague, da União Européia, de dezembro de 1993, a negociação para adesão de novos membros vai além da negociação de tarifas. O país candidato deve ter instituições estáveis que garantam a democracia e o estado de direito; economia de mercado, apta a enfrentar a concorrência das forças de mercado dos outros países-membro e capacidade de assumir as obrigações decorrentes do estatuto de Estado-Membro. Em 1995, a União Européia estabeleceu mais uma condição prévia: o país que tem interesse em ingressar no bloco precisa promover prévia adaptação de suas estruturas administrativas em conformidade com os padrões da União Européia.

Requisitos também bastante severos são necessários para a adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC). Ali, processa-se uma negociação prévia, onde, além das regras gerais, há um componente individual. O país candidato precisa negociar individualmente com os outros países membros. Com a Rússia, por exemplo, esse processo tem se estendido por muitos anos e até agora esse país não conseguiu ser aceito na OMC.

O Tratado de Assunção não é omissivo sobre o tema de acréscimo de novos membros. Mas talvez não tenha sido exaustivo, o que é previsível, cuidando-se de acordos-quadro. Posteriormente, em 2005, sobreveio a Decisão 28, de 2005, do Conselho do Mercado Comum, para tratar especificamente de adesão de novos membros, mas que, ainda assim, se mostrou insuficiente em certos aspectos.

A adesão de novos membros ao Mercosul está prevista da seguinte forma no Artigo 20 do Tratado de Assunção:

ARTIGO 20

O presente Tratado estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado.

Observa-se que a intenção de incorporar os demais países da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) ao bloco estava prevista explicitamente no seu tratado fundador e impõe uma condicionalidade às adesões de novos membros: elas só poderão ocorrer *mediante negociação*.

Entretanto, o conteúdo do que necessita ser negociado nunca foi regulamentado. Em 2005, por meio da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 28, de 2005, que dispõe sobre a “Regulamentação do Artigo 20 do Tratado de Assunção”, tentou-se preencher a lacuna. Seu art. 3º tem a seguinte redação:

Art. 3º Após a aprovação da solicitação, o Conselho do Mercado Comum instruirá o Grupo Mercado Comum a negociar com os representantes do Estado aderente as condições e termos específicos

da adesão, os quais deverão necessariamente compreender: (grifo nosso)

I – a adesão ao Tratado de Assunção, ao Protocolo de Ouro Preto e ao Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias do Mercosul;

II – a adoção da Tarifa Externa Comum do Mercosul, mediante a definição, em seu caso, de um cronograma de convergência para sua aplicação se for o caso;

III – a adesão do Estado aderente ao Acordo de Complementação Econômica N° 18 e seus Protocolos Adicionais através da adoção de um programa de liberalização comercial;

IV – a adoção do acervo normativo do Mercosul, incluindo as normas em processo de incorporação;

V – a adoção dos instrumentos internacionais celebrados no marco do Tratado de Assunção; e

VI – a modalidade de incorporação aos acordos celebrados no âmbito do Mercosul com terceiros países ou grupos de países, bem como sua participação nas negociações externas em curso.

Aceta a solicitação do ingresso, portanto, devem ser iniciadas, de imediato, as negociações relativas a todos os temas técnicos referidos. Mais atenção ainda merece o art. 6° da Decisão do CMC, que preceitua que *os resultados dessas negociações serão consagrados em um Protocolo de Adesão, o qual deverá ser incorporado ao ordenamento jurídico dos Estados signatários.* (grifo nosso)

Por conseguinte, é cristalino que a regulamentação do Artigo 20 do Tratado de Assunção previu que o Protocolo de Adesão, encaminhado aos Legislativos dos Estados Partes, já teria de conter, em seu texto, os resultados dessas negociações. No entanto, no caso específico deste Protocolo de Adesão referente à Venezuela, preferiu-se, em franco descumprimento da Decisão do Conselho Mercado Comum n° 28, de 2005, fazer tais negociações *a posteriori*.

Não se trata aqui de um mero tecnicismo jurídico. Essa decisão teve implicações graves. O Congresso Nacional vê-se, agora, obrigado a pronunciar-se sobre um texto, que terá de ser incorporado à ordem jurídica interna, sem ter todas as informações necessárias sobre as negociações. Mais: sem ter a certeza de que os seus resultados estão conformes ao interesse nacional.

A Venezuela, por seguidas manobras dilatórias, adiou seguidamente a negociação no âmbito do Protocolo de Adesão. Somente no início deste ano foram retomados os entendimentos, que, segundo as informações transmitidas pelo Itamaraty, avançaram sem, contudo, serem concluídos.

A decisão de não incorporar os seus resultados no texto do Protocolo de Adesão impõe, sem dúvida, um constrangimento indevido ao Congresso Nacional. Por isso, independentemente de qualquer resultado sobre a entrada da Venezuela, resolvemos apresentar um Projeto de Resolução para disciplinar o procedimento de decisão do Congresso Nacional sobre Protocolos de Adesão de novos membros ao Mercosul. Nesse projeto, se estabelece que os textos dos Protocolos de Adesão, enviados ao Congresso Nacional para apreciação, deverão necessariamente conter, nos termos do artigo 6° da Decisão do Conselho Mercado Comum n° 28, de 2005, os resultados de todas as negociações técnicas.

Há de se lamentar, também, o fato de o governo brasileiro não ter enviado ao Congresso Nacional o texto do Anexo IV do Protocolo de Adesão em apreço. Com efeito, o Protocolo em debate tem quatro anexos, mas só foram enviados na mensagem presidencial os textos dos primeiros três anexos.

Os textos do Anexo IV dizem respeito às listas de produtos do Paraguai e do Uruguai que gozarão de desgravação tarifária imediata no mercado da Venezuela, por terem esses países as menores economias do bloco. Embora tais listas não tenham relação direta com os interesses brasileiros, é preciso frisar que o Anexo IV é mencionado explicitamente no Artigo 5° do Protocolo. Ademais, os artigos primeiros dessas listas esclarecem que o Anexo IV *é parte integrante e indissolúvel* do Protocolo de Adesão.

Para corroborar essa opinião, assinale-se que na República Argentina, que também não tem seus interesses afetados diretamente por essas listas, o governo enviou ao Congresso daquele país o texto do Anexo IV. Além disso, o Legislativo argentino aprovou o texto do Protocolo de Adesão e o texto do Anexo IV, e não o fez com os textos dos outros anexos, porque eles se referem a atos internacionais (Tratado de Assunção, Protocolo de Ouro Preto e Protocolo de Olivos) já internalizados por todos os Estados Partes. Dessa forma, coerentemente, o texto do Anexo IV consta da lei argentina que introduziu o Protocolo de Adesão na ordem jurídica interna daquele país.

Felizmente, essa injustificável omissão já está superada. Não pela correção do erro, mas pelos fatos. É que, em virtude da demora da entrada em vigor do Protocolo em apreço, as listas do Anexo IV foram transformadas em Acordos de Complementação Econômica (ACEs n°s 63 e 64) da ALADI, celebrados entre Venezuela e Uruguai e Venezuela e Paraguai.

Não obstante, julgamos conveniente registrar no Parecer essa atitude que demonstra desrespeito ao Congresso Nacional. Não é dessa forma que se constrói uma relação construtiva de colaboração entre Executivo e Legislativo, no complexo e delicado campo da política externa.

No caso da adesão da Venezuela ao Mercosul, o Protocolo foi assinado entre os Países Membros e a Venezuela em julho de 2006. Ele procurou fixar politicamente os critérios para a Venezuela ajustar-se ao bloco.

Ao longo destes 18 anos de história, os quatro países do Mercosul foram construindo acervo de normas, incluindo decisões institucionais, reduções tarifárias e acordos com terceiros países ou blocos. Qualquer país que queira pertencer ao Mercosul tem que obrigatoriamente incorporar essa herança normativa. O pressuposto é que todos tenham regras iguais, tarifas iguais e idênticos acordos comerciais com outros países ou blocos. O processo de adesão é justamente para que, em prazo pré-determinado, o país se adeque institucionalmente a esses requisitos. No caso da Venezuela, é certo que o prazo, de forma não usual, foi estabelecido para se contar **a partir** da entrada em vigor do presente Protocolo e não **previamente**, como seria lógico e consoante outros padrões de adesões a blocos de nações.

Pelo art. 11 do Protocolo, criou-se um grupo de trabalho (GT) para coordenar as negociações decorrentes. Esse grupo realizou cinco reuniões num lapso de 180 dias e elaborou relatório que foi aprovado pelos presidentes da República no Conselho do Mercosul por meio da Decisão nº 12/07, de 22 de maio de 2007.

O relatório deixou muitas pendências e o Conselho, nesta mesma Decisão, constituiu um grupo de trabalho *ad hoc*, com mais 180 dias, prorrogáveis por igual período, contados de sua primeira reunião, para concluir as tratativas. Segundo informações prestadas pelo Ministro das Relações Exteriores no Ofício nº 16 G/SG/SGAS/AFE-PA/PARL MSUL VENE, de 03 de julho de 2009, em resposta ao Requerimento de Informações nº 445/09, de nossa autoria, a negociação do PLC Brasil-Venezuela foi objeto de quatro reuniões bilaterais ao longo de 2008.

Neste grupo de trabalho seriam negociados os compromissos assumidos pela Venezuela no Protocolo de Adesão e no primeiro relatório. Basicamente, os seguintes:

Cronograma de adesão ao acervo normativo do Mercosul (art. 3º do Protocolo de Adesão).

Atendido pelo relatório do GT da seguinte forma:

Primeira fase: até 6 meses contados a partir da entrada em vigor do Protocolo;

Segunda fase: até um ano contado a partir da entrada em vigor do Protocolo;

Terceira fase: até 2 anos contados a partir da entrada em vigor do Protocolo;

Quarta fase: até 3 anos contados a partir da entrada em vigor do Protocolo; e

Quinta fase: até 4 anos contados a partir da entrada em vigor do Protocolo.

O cronograma se aplicará ao acervo normativo vigente classificado no relatório, e que inclui as normas referentes a temas vinculados ao relacionamento externo do Mercosul.

Cronograma de adesão à tarifa externa comum e à nomenclatura comercial do Mercosul (art. 4º do Protocolo),

Atendido pelo relatório do GT da seguinte forma, contado a partir da entrada em vigor do Protocolo:

a) em até 60 dias, pelo menos 3% das linhas tarifárias da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM);

b) a partir do segundo ano, pelo menos 20% das linhas tarifárias da NCM; e

c) a partir do quarto ano, as linhas tarifárias restantes.

Entretanto, pelo mesmo relatório, foi determinado que a Venezuela apresentaria, até 2 de setembro de 2007 (ou até a entrada em vigor do Protocolo, se tivesse sido em data anterior), as listas em NCM dos produtos das etapas do cronograma de adoção acima reproduzido e esse ponto não foi cumprido.

Cronograma para implementação do livre comércio entre os quatro países e a Venezuela (art. 5º do Protocolo).

Os cronogramas entre Venezuela e Paraguai e Venezuela e Uruguai foram aprovados.

Entretanto, com a Argentina e o Brasil, o relatório do GT informa que se estabelecerão em um prazo de até 180 dias da data da aprovação do relatório. Já se vão dois anos e esse cronograma ainda não foi adotado.

Adesão da Venezuela aos acordos celebrados com terceiros países, como é o caso do Acordo Comercial Mercosul-Israel.

Em resumo, até a data de recebimento deste processado, a Venezuela não tinha entregue a lista dos produtos a serem compreendidos por cada item da nomenclatura, não concluiu os cronogramas relativos à liberalização com o Brasil e com a Argentina, nem apresentou a lista de produtos que ficaria fora do processo de liberalização (lista de exceção). Além do mais, o governo venezuelano, com o beneplácito do governo brasileiro, decidiu concentrar a adesão de mais de 75% dos produtos no final do período concedido e não gradualmente como seria de esperar. Portanto, não atendeu o que seriam condições mínimas, comparando-se com outros acordos comerciais ou mesmo com a prática internacional.

Com relação aos acordos com terceiros países, segundo a resposta ao Requerimento 445, de minha autoria, o Embaixador Amorim informou que estão sendo realizadas tarefas preparatórias pelo Mercosul e pela Venezuela, tendo sido assinalado um prazo de 270 dias para a Venezuela analisar os acordos externos e propor o início de consultas com as contrapartes.

Pelo exame estrito dos fatos e das normas aplicáveis, observa-se que os países do Mercosul não conseguiram concluir as negociações com a Venezuela.

A aprovação do Protocolo, antes da conclusão das negociações, significará que a Venezuela se tornará um membro pleno do Mercosul sem que estejam definidas as condições em que serão cumpridos os compromissos aceitos no Protocolo. Isto faz com que o Senado Federal não se sinta à vontade em recomendar ou sugerir a sua aprovação.

Mesmo se consideramos que as últimas informações prestadas pelo Ministro Celso Amorim, referidas no Relatório, atendem ao requisito do Protocolo, as muitas dúvidas levantadas por diversos setores ao longo desses últimos anos justifica a adoção de maiores cautelas no projeto de decreto legislativo em análise.

No procedimento de elaboração deste Parecer, em resposta ao Requerimento de Informações 596/09, recebemos o Ofício nº 18 G/SG/DIR I/DAM IV/DMC/XCOR BRAS VENE, de 29 de julho de 2009, do Exmo. Sr. Ministro Celso Amorim, contendo informações sobre os resultados da reunião negociadora realizada entre Brasil e Venezuela nos dias 19 e 26 de maio de 2009, em Brasília e Salvador, Bahia, para tratar do Programa de Liberalização Comercial (PLC) no âmbito do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, os dois países chegaram a acordo sobre os cronogramas a serem aplicados à desgravação tarifária no comércio bilateral a partir da entrada em vigor daquele Protocolo. Os cronogramas, assim como os critérios para seu estabelecimento, constam do informe do Itamaraty.

A manifestação ministerial revela ainda que a relação completa dos itens tarifários e sua distribuição entre os diferentes cronogramas serão finalizados proximamente e que será proposto um regime de adequação para a Venezuela, entre 2014 e 2018, a exemplo do que ocorreu entre os sócios originais nos primeiros anos do Mercosul. Só poderão fazer parte do regime de adequação itens tarifários incluídos nas listas de produtos sensíveis para a Venezuela nos respectivos PLCs bilaterais. A concessão de uma extensão do prazo de 4 anos por mais 4 pelo regime de adequação não estava prevista no Protocolo de Adesão e adiará ainda mais a liberalização do comércio entre os dois países. A isso se acrescenta a incerteza quanto ao conteúdo da lista de

exceção, ainda não negociada, que excluirá certamente produtos de interesse brasileiro.

Apesar dessas lacunas, nos termos da informação prestada pelo Ministério das Relações Exteriores, do ponto de vista do Brasil, o cronograma aprovado conclui os elementos centrais da negociação bilateral prévia à entrada da Venezuela no Mercosul, conforme disposto pelo Protocolo de Adesão.

No processo de relatar o presente Projeto de Decreto Legislativo, vivenciamos uma grande oportunidade para se discutir essa questão técnica fundamental, que vai se juntar aos temas da ponderação do voto no Mercosul, da negociação conjunta com terceiros países ou blocos e do rigor democrático nos países membros e, com isto, formar um corpo de recomendações que deve necessariamente ser aprovado no Congresso Nacional junto com a decisão sobre a adesão. Trata-se de sinalizar que o Congresso Nacional não estará disposto a considerar mais adesão ou ampliação do Mercosul, enquanto essas questões não forem tratadas de maneira completa e exaustiva.

Portanto, no intuito de contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos de agregação de novos membros ao bloco, sugerimos, destarte, que se considere, junto a este Projeto de Decreto Legislativo uma proposta de Resolução do Congresso Nacional com disciplina mais rígida para a tramitação de protocolos de adesão de Estados Partes ao Mercosul, desenhada com base na Decisão do Conselho do Mercado Comum, já em vigor, adicionada de outros critérios que essa discussão demonstrou serem essenciais e adaptada aos moldes do processo legislativo.

Aspectos políticos

A inclusão de novos membros no Mercosul, que é uma área de integração baseada em regionalismo aberto, tem, fundamentalmente, dois requisitos: democracia e liberdade de comércio. Nessa ótica, é necessário aferir quão estáveis encontram-se estes princípios na Venezuela para não colocar em risco a própria identidade do bloco.

Do ponto de vista estratégico de médio e longo prazo, como destacamos nesse parecer, é importante o ingresso da Venezuela no Mercosul. A Venezuela é a terceira economia da América do Sul e possui um comércio pujante e crescente com o Brasil. Sua entrada no bloco o estenderia da Terra do Fogo ao Caribe.

Portanto, desde o início, a componente geoeconômica foi ressaltada em minha análise, ainda mais porque o processo de inserção da Venezuela no Mercosul teve como um de seus principais incentivadores o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, quando governava o Brasil, eleito pelo PSDB. Mas, dadas as condições políticas e institucionais porque passa a Venezuela, sob o governo do Presidente Hugo Chávez, impõe-se analisar com acurado realce os aspectos políticos.

O problema que certamente incomoda a muitos setores da sociedade brasileira e nos demais países do bloco, como se sabe, está no desenrolar do processo político que vem ocorrendo na Venezuela, subordinado à personalidade e ao *modus operandi* do seu presidente, que trazem incertezas quanto ao cumprimento dos compromissos que a Venezuela necessariamente deverá assumir no âmbito do Mercosul.

Além da análise dos números e de eventuais vantagens que teria o bloco com a entrada da Venezuela, deve-se focar de forma ampla e profunda as implicações políticas de sua aceitação como membro pleno do Mercosul.

As preocupações políticas são de diversas ordens. Do ponto de vista do Mercosul, coloca-se em primeiro lugar o imperativo democrático do Protocolo de Ushuaia, que vincula o bloco na imprescindibilidade da normalidade institucional para os seus membros. Os princípios de tal Protocolo seriam já potencialmente aplicáveis ao regime político da Venezuela?

A cláusula democrática do Mercosul refere-se a um único aspecto – a ruptura democrática –, e foi acordada em face ao que acontecia no Paraguai, à beira de um golpe de Estado. Não se está discutindo ruptura democrática na Venezuela, porém, o Senado brasileiro, em sua decisão soberana, não pode deixar de considerar os aspectos democráticos em geral de um país que pretenda ingressar no bloco. Se, por um lado não há ruptura democrática na Venezuela *extricto sensu*, por outro, fica a cada hora mais evidente o processo de cerceamento das liberdades democráticas naquele país, com sucessivas mudanças jurídicas, políticas e na ordem econômica, promovidas pelo governo central.

A preocupação com a normalidade democrática nos países do bloco está expressa em diversos documentos, como a Declaração Presidencial de Las Leñas de 27 de junho de 1992, que afirma ser a plena vigência das instituições democráticas condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do Mercosul, ou a Declaração Presidencial de Porto Iguazu, de 8 de julho de 2004, que destaca a alta prioridade atribuída às liberdades fundamentais de todas as pessoas que habitam o Mercosul, entre outras.

Importante destacar a aprovação em 13 de agosto, por esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo 486/09, relatado pelo Senador Efraim Moraes, que aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos no Mercosul, impondo os princípios de respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais na região, por meio de cláusula específica, a exemplo da cláusula democrática. Este ato, assinado em 20 de junho de 2005 pelos presidentes dos países do bloco, reforça o entendimento de que o processo de integração no Mercosul é muito mais do que

econômico, é político e social e dá-se sob o império dos verdadeiros princípios democráticos.

O Congresso Nacional, em particular o Senado, cometeria grave omissão se analisasse superficialmente a questão democrática na Venezuela, circunscrito ao falso argumento de que a aplicação do Protocolo de Ushuaia limitar-se-ia aos casos de ruptura democrática.

As diversas audiências públicas, convocadas pelos membros do colegiado da comissão e a má instrução do Protocolo quanto aos aspectos técnicos da negociação do Brasil com aquele país – que nos obrigou a solicitar 3 esclarecimentos ao Ministério das Relações Exteriores – fizeram com que se alongasse o processo de análise. Os depoimentos prestados levantaram preocupantes dados sobre a questão política venezuelana e, com o passar do tempo, a evolução dos acontecimentos naquele país desenha um quadro cada vez mais grave de desrespeito às liberdades democráticas.

A história recente do século XX testemunha que é um grave erro priorizar os aspectos econômicos em detrimento dos políticos, quando se negocia com estados onde os princípios democráticos foram subordinados ao império da vontade de seus governantes. Na Europa cometeram esse erro, tanto países governados por regimes de “direita”, quanto de “esquerda”, o que demonstra ser esta uma consideração que vai além das questões partidário/ideológicas.

Não há como ignorar a legitimidade das eleições havidas na Venezuela no que se refere ao Presidente Hugo Chávez. Porém, não se pode dizer que exista legitimidade no processo eleitoral como um todo. Políticos são proibidos de concorrer, candidatos eleitos de oposição são praticamente impedidos de governar e mudanças políticas e no processo eleitoral são promovidas para privilegiar a eleição de candidatos comprometidos com o projeto chavista. Hoje, o presidente governa de forma quase ditatorial, uma vez que conta com um Congresso totalmente submetido a seus interesses. É bom lembrar o grave erro cometido pela oposição daquele país que retirou seus candidatos nas eleições para a Assembléia Nacional de dezembro de 2005, além de promover uma campanha abstencionista.

O Judiciário venezuelano, por sua vez, passou por processo de desmonte semelhante. Chávez reformou-o com a criação de novas cortes, estabelecimento de regras novas para a promoção de juízes fiéis a seus propósitos, tudo visando ao controle da Justiça, submetendo-a a seu controle.

O presidente Hugo Chávez tem seguido uma estratégia bastante conhecida de destruição da democracia e implantação de um regime autoritário.

Utilizando-se dos instrumentos democráticos, dos recursos do petróleo e de uma milícia própria, que já supera em números as Forças Armadas, conseguiu dominar os poderes legislativo e judiciário

e partiu então para controlar a imprensa de seu país. Fechou um dos maiores canais de televisão, vem fechando rádios e perseguindo sistematicamente a rede de TV Globovisión, utilizando-se, para tanto, dos mecanismos legais e burocráticos existentes, criando outros e, quando não suficientes, partindo para a intimidação pura e simples, como testemunham, no passado, ataques de chavistas com bombas e granadas a suas instalações. Não podemos esquecer, também, de outros violentos atos contra a imprensa, ocorridos recentemente e relatados na mídia internacional.

Além de perseguir os meios de comunicação oposicionistas, Chávez encaminhou à Assembléia Nacional a lei dos delitos midiáticos, que criminaliza as opiniões que não forem ao encontro das posições e políticas oficiais. É uma verdadeira lei de censura para intimidar a todos, já que atinge jornalistas e também “*os conferencistas, os artistas ou qualquer pessoa que se expresse por qualquer meio*”. O projeto de lei foi, depois, retirado pelo governo, em função da forte reação interna e críticas externas. Porém, a trajetória de Chávez indica que tão logo haja um momento propício ele aprovará a matéria.

Ao final do mês de agosto passado, o governo venezuelano aprovou na Assembléia Nacional uma polêmica Lei da Educação que, entre outras medidas, estabelece punição para os meios de comunicação que transmitirem conteúdo que exerça influência negativa sobre as crianças, o que muitos temem ser este um instrumento velado para fins de censura e intimidação.

Todas essas questões, relativas ao processo interno de desmonte dos instrumentos democráticos na Venezuela e de desrespeito aos Direitos Humanos, encontram-se refletidas nos relatórios da Organização dos Estados Americanos encaminhados pelo Ministério das Relações Exteriores por meio do Ofício nº 28 G/AFEPA/SGAP I/SGAS/PARL SHUM CIDH OEA, de 10 de setembro de 2009, que atendeu ao Requerimento nº 775/2009.

Foram enviados os seguintes relatórios: “Informe Anual de La Comisión Interamericana de Derechos Humanos 2008, Capítulo IV”; “Informe Anual de La Comisión Interamericana de Derechos Humanos 2008 – Volume III”, (seleção de trechos relativos à Venezuela); “Informe sobre La situación de los Derechos Humanos em Venezuela”, de 2003; e “Informe Final de la Misión de Observación Electoral de la OEA sobre las elecciones presidenciales celebradas em Venezuela el 3 de diciembre de 2006”.

Em resumo, a Comissão da OEA, em seu relatório de 2008, apontou a existência dos seguintes problemas e denúncias, que foram objeto de justificativas apresentadas pelo governo venezuelano:

Em relação aos Direitos Humanos:

- Acusações e intimidações dirigidas a organizações não governamentais e defensores de direitos humanos, em função de seu trabalho de monitoramento da gestão governamental;

- Impunidade em relação a denúncias de homicídios e execuções extrajudiciais.

Como resultado, a Comissão instou o Estado Venezuelano a cumprir com as obrigações internacionais a que se submeteu ao ratificar a Convenção Americana.

Em relação aos Direitos Políticos:

- Atos de intimidação contra setores da sociedade que são críticos ao governo, em especial no contexto das eleições de novembro de 2008;

- Inabilitação, majoritariamente, de possíveis candidatos de oposição à disputa eleitoral de novembro de 2008, por meio de lista encaminhada pelo Controlador Geral da República ao Conselho Eleitoral Nacional;

- Manifestações públicas feitas pelas mais altas esferas do Estado intimidatórias e ameaçadoras aos eleitores e aos postulantes a cargos públicos;

- Manifestações ameaçadoras feitas pelo Presidente Chávez incitando o uso da violência contra candidatos de oposição. Como resultado, a Comissão conclamou o Estado Venezuelano a que promova, dentro do processo eleitoral, o respeito à pluralidade de idéias e opiniões que garantam a participação dos diversos partidos e movimentos políticos venezuelanos.

Outros aspectos preocupantes apontados no relatório:

- Perseguição, ataques, ameaças e expulsão do país de defensores dos Direitos Humanos na Venezuela;

- Utilização de meios judiciais para instauração de processos penais contra defensores dos direitos humanos, sem provas, com intuito de intimidar;

- Desrespeito ao Artigo 12 da Convenção Americana que trata da liberdade de Consciência e Religião, no que se refere a pronunciamentos e incidente de caráter antissemitas, como, por exemplo, a operação de mandato de busca e apreensão realizada em 2 de dezembro de 2007 contra a sede do Centro Social Cultural y Desportivo Hebraica, de Caracas, protagonizada por 30 funcionários da Dirección de Servicios de Inteligencia y Prevención (DISIP), sem motivos aparentes, que seja criar tensão entre a comunidade judaica venezuelana e o Governo nacional.

Prossegue o relatório apontando e enumerando diversos casos de perseguição imposta aos meios de comunicação daquele país e a jornalistas, alguns deles já mencionados em nosso parecer. Além dis-

so, trata da questão da subordinação do Poder Judiciário aos interesses do Executivo, por meio de expedientes também já citados em nosso relatório, destacando, especialmente, a nomeação, em 2008, de 1407 juízes, dentre eles 919 temporários, 322 acidentais e 159 provisórios. Apesar de o artigo 255 da Constituição venezuelana exigir concurso público para o cargo de juiz, sob o manto da urgência as vagas vão sendo preenchidas e promoções são feitas por livre provimento. O mesmo procedimento se dá em relação à nomeação dos procuradores públicos, lá denominados “fiscais”.

Apesar de o relatório específico referente às eleições do Presidente Hugo Chávez atestar a lisura do processo, não se pode ignorar a gravidade do que é apontado em relação ao desmonte dos instrumentos democráticos daquele país, com a progressiva restrição às liberdades democráticas.

Por outro lado, como afirmamos ao início deste tópico, além das questões internas de respeito às liberdades democráticas na Venezuela, a outra ótica de análise do aspecto político relativo ao seu ingresso no Mercosul refere-se ao papel por ela desempenhado no cenário sul-americano.

Há, em muitos setores brasileiros, preocupação com a grave situação política do entorno do nosso território, onde há sinais de crises potencialmente danosas aos interesses do País. Para estes setores, vislumbra-se um arco de instabilidade nos países fronteiriços.

Quando o Tratado de Assunção foi assinado, em 1991, o mundo passava por profundas transformações. Terminava a guerra fria e se afirmavam as forças da globalização. Delineavam-se ou consolidavam-se grandes espaços econômicos na América do Norte, Europa e Ásia. O caminho para sobreviver e prosperar era o da integração.

A formação do Mercosul era um imperativo e sua argamassa foi e continua sendo a solidariedade, o respeito e a confiança. Para tanto, a paz e a democracia eram e são pressupostos essenciais. Atualmente, a Bolívia debate-se com o movimento autonomista de alguns departamentos, onde há estabelecida numerosa população brasileira. Como ingrediente, recorde-se o ímpeto nacionalizante do Presidente Evo Morales em relação às refinarias da Petrobras.

No Paraguai, além da atitude oficial de insuflar a população com a manipulação de sentimentos antibrasileiros, com a bandeira da renegociação do Tratado de Itaipu, assiste-se à provocação aos brasileiros lá estabelecidos e trabalhando há décadas no campo.

Na Colômbia estão as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e a crescente possibilidade de incursões em território brasileiro, na medida em que forem mais acuadas por operações do governo colombiano. Além disso, a ampliação da presença norte-americana em bases militares naquele país, visando o combate ao narcotráfico, abriu um novo flanco de apreensões, o que está sendo

utilizado como justificativa para o aprofundamento dos gastos militares na região e, em especial, na Venezuela.

O Equador dedica-se a atitudes provocadoras em relação a empresas e a um banco de desenvolvimento brasileiros em detrimento de normais e adequadas conversações diplomáticas.

A Argentina prima em adotar medidas protecionistas que são a antítese da integração e dos objetivos do Mercosul.

A questão que se coloca, nessa órbita de preocupações de caráter estratégico, é: nas situações de potenciais conflitos, como as mencionadas, como procederá o presidente Hugo Chávez? Seu comportamento tem sido considerado, não por poucos analistas e forças políticas do continente, belicoso, provocativo e fomentador de divisões. Para muitos, há evidências de que se dedica a um projeto de poder que não coaduna com os interesses do Brasil e do Mercosul.

Embora pregando publicamente a integração regional, a Venezuela de Chávez, por suas posições radicais, tem sido um instrumento de divisão e de desintegração na América do Sul, acentuado pela criação da ALBA e pelas atitudes confrontacionistas em relação à Colômbia e aos EUA. Nesse contexto, a Venezuela está trazendo para a região uma agenda externa que não é a nossa, nem é de nosso interesse.

O manifesto envolvimento do governo venezuelano no episódio da volta a Honduras do ex-presidente Manuel Zelaya é mais um exemplo dos problemas criados por Chávez. O governo brasileiro acredita que a infraestrutura e a logística para o retorno de Zelaya, inclusive a escolha da Embaixada brasileira para o destino final, tiveram a participação do Presidente venezuelano. Se foi isso o que realmente ocorreu, mais uma vez Chávez é responsável por dificuldades e embaraço ao governo brasileiro.

Hugo Chávez tem procurado aumentar sua influência regional com o concurso da renda do petróleo. Porém, não como fator de união e integração, mas como elemento de discórdia. Foi nesse sentido que agiu no episódio das FARC, e é nessa linha que busca interferir em assuntos bolivianos. Tomou a iniciativa de desligar-se da Comunidade Andina das nações, com a qual a Venezuela tem natural afinidade alegando, entre outras coisas, que os tratados de livre comércio da Colômbia e do Peru com os Estados Unidos da América causavam dano irreparável à comunidade.

Em todo esse quadro de instabilidade freqüentemente nos deparamos com novos fatos complicadores que apontam para a Venezuela. São acusações de ações intervencionistas em outros países e, também, de iniciativas que atizam os ânimos em nosso continente. Só para citar dois exemplos recentes, tivemos a denúncia de que armas de origem sueca e de propriedade das Forças Armadas venezuelanas foram encontradas em poder dos membros das FARC, na Colômbia.

Além disso, na última reunião da UNASUL, discutiu-se a inclusão, por proposta de Chávez, de uma dúbida declaração a respeito da “responsabilidade ética da imprensa” em nosso continente, posição que foi fortemente rejeitada por Uruguai e Chile.

Tradicionalmente a atuação da diplomacia brasileira tem sido essencialmente pragmática e centrada nos interesses nacionais de longo prazo, independentemente de posições ideológicas. Porém, em relação ao governo Chávez, temos visto o Brasil, perigosamente, adotar a política de dois pesos e duas medidas nas relações com nossos vizinhos da América do Sul. Esse inédito engajamento ideológico acrescenta um fator de grande preocupação sobre as nossas futuras relações com a Venezuela do Presidente Chávez. Quando houver outros governantes no Brasil, de outras tendências políticas, passaremos então a ser considerados os novos inimigos? Como ficarão nossas empresas e nossos investimentos? Com quem Chávez se alinhará no Mercosul?

O comportamento do governo da Venezuela gera tantas dúvidas que, conforme amplamente noticiado pela imprensa, há poucas semanas, o governo do Paraguai retirou do Congresso daquele país projeto semelhante ao que ora relato, por ele encaminhado para análise. Essa iniciativa objetivou evitar a rejeição da proposta, uma vez que os parlamentares paraguaios – provavelmente em razão de preocupações similares às por mim expostas neste parecer – não se dispunham a aprová-lo.

Feitas todas essas considerações, é importante, também, registrar que na análise deste Projeto de Resolução lidamos com problemas técnicos relativos à instrução insuficiente do Projeto e com aspectos políticos complicados, no que se refere às práticas democráticas na Venezuela. Não bastassem essas dificuldades, nos defrontamos, adicionalmente, com fatores de ordem institucional dentro do processo decisório do Mercosul que se apresentaram como agravantes aos problemas identificados.

Neste sentido, é importante termos em mente que quando um acordo de livre comércio passa a ser uma união aduaneira as condições se modificam. Passam a existir decisões que são mais sensíveis para os países membros e, entre eles, mais ainda para uns que outros. O avanço do Mercosul exigirá uma coordenação de políticas econômicas. O processo de integração, como aconteceu na Europa, inevitavelmente, ascende a novas etapas do processo de entrosamento como, por exemplo, decisões relativas à política externa. E é por esta razão que a União Européia passou muitos anos discutindo qual seria a sua estrutura jurídica para uma nova fase do alargamento, e um dos pontos centrais foi a ponderação de votos. Ponderação de votos que já havia antes, mas que foi reforçada com a adesão de dez novos membros.

O desejável, no caso do Mercosul, seria discutir a ampliação depois de resolvida essa questão. O sistema de decisão por consenso adotado pelo Mercosul no Tratado de Assunção, tem de ser revisto, especialmente na medida em que o bloco aumenta. É fundamental para um país como o Brasil, que possui metade do PIB latino-americano, propor uma nova disciplina no que respeita à tomada de decisão dentro do bloco, para que os países tenham representatividade que guarde alguma proporcionalidade ao peso de seu PIB. A proporcionalidade da representação dos países no Parlamento do Mercosul foi o primeiro caso em que se reconhece uma diferença de tratamento para os países na tomada de decisões.

Temos que ter uma regra de negociação conjunta que dê a cada parceiro do bloco um poder ponderado de voto. A experiência recente de Doha mostra que tivemos que nos dissociar do nosso principal parceiro – a Argentina –, por não possuímos tal regra.

Com base nesses pontos, apresenta-se ao final proposta de indicação à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para que inste o Conselho do Mercado Comum a reformar o sistema de tomada de decisão de forma a torná-lo mais assente com os povos e as economias dos países do bloco.

III – VOTO

Por todo o exposto, verifica-se o quanto a questão da adesão da Venezuela ao Mercosul é desafiadora. Além dos critérios objetivos, que priorizamos de início, um componente subjetivo e de difícil ponderação sobressaiu-se visivelmente durante o processamento de sua apreciação no Congresso Nacional.

Inicialmente um fator de menor relevância em nosso espectro de análise, os argumentos sobre a natureza da solidez institucional na Venezuela e sobre a personalidade e forma de agir do presidente Hugo Chávez assumiram posição central na fundamentação deste Voto.

Não obstante o argumento de que os Governantes são passageiros e os Estados são permanentes, o que assistimos na Venezuela é um processo acelerado de desmonte das liberdades democráticas, objetivando a perpetuação do Presidente Chávez no poder, de militarização do país, de promoção de um projeto político/ideológico regional expansionista e de constante intervenção provocativa em assuntos internos de outros países.

Durante a elaboração do presente parecer recebi todas as contribuições que me foram oferecidas. Ouvi diversos representantes de empresas nacionais que preconizavam a entrada da Venezuela no Mercosul, como forma de criar um ambiente mais propício à ampliação de negócios e realização de investimentos naquele país. Mesmos esses demonstravam alguma reserva em relação ao comportamento

do presidente, porém confiavam que o Brasil seria capaz de lidar com o problema.

Infelizmente não posso concordar com esse posicionamento. Se no atual quadro isto é possível, bastará uma natural mudança política no comando do Brasil para que o relacionamento entre nossos países corra o risco de sofrer uma perigosa mudança de rumos. Como o Presidente Chávez tem demonstrado pouca consideração a acordos e contratos, e costuma pautar suas relações internacionais entre amigos e inimigos, as empresas, investidores e o próprio governo brasileiro poderão encontrar, no futuro, situações difíceis e complicadas.

Como aqui demonstrado, há aspectos positivos e, de outro lado, riscos excessivos na admissão da Venezuela ao Mercosul. Estes foram, ainda, agravados pela decisão do Governo brasileiro de relativizar aspectos técnicos da negociação em função de uma clara opção política.

Por tudo isto, e por todas as razões expostas ao longo deste parecer, entendemos que não deve ser aprovada a adesão da Venezuela ao Mercosul e, portanto, somos pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008.

Para que no futuro, em novas análises de ingresso de países no Mercosul, o Senado Federal não seja, novamente, constrangido a examinar o projeto sem os elementos necessários para a devida instrução e para que o processo decisório no âmbito do Mercosul espelhe de forma mais condizente a representatividade de cada país no bloco, acompanhamos este voto com duas propostas complementares, a saber:

PROPOSTAS COMPLEMENTARES

a) aprovação e encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional de projeto de Resolução de regulamentação da tramitação de protocolos de adesão ao Mercosul, com a seguinte redação:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº , DE 2009

Dispõe sobre a apreciação pelo Congresso Nacional dos Protocolos de Adesão de Países- Membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) ao Mercosul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Resolução dita as normas relativas à decisão definitiva do Congresso Nacional, referida no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, sobre Protocolos de Adesão de Países-Membros da Associação Latino- Americana de Integração (ALADI) ao Mercosul.

Art. 2º Nos termos do Art. 6º da Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 28, de 2005, que regulamentou o Artigo 20 do Tra-

tado de Assunção, os Protocolos de Adesão deverão necessariamente conter, em seus textos, para serem aprovados pelo Congresso Nacional, os resultados das negociações técnicas entre o Estado aderente e os Estados Partes do Mercosul relativas à:

I – adesão ao Tratado de Assunção, ao Protocolo de Ouro Preto e ao Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias do Mercosul;

II – adoção da Tarifa Externa Comum do Mercosul, mediante a definição de um cronograma de convergência para sua aplicação, se for o caso;

III – adesão do Estado aderente ao Acordo de Complementação Econômica Nº 18 e seus Protocolos Adicionais através da adoção de um programa de liberalização comercial;

IV – adoção do acervo normativo do Mercosul, incluindo as normas em processo de incorporação; V – adoção dos instrumentos internacionais celebrados no marco do Tratado de Assunção; e

VI – modalidade de incorporação aos acordos celebrados no âmbito do Mercosul com terceiros países ou grupos de países, bem como sua participação nas negociações externas em curso.

Art. 3º Para fundamentar a apreciação de Protocolos de Adesão previstos nesta resolução, a Mensagem enviada ao Congresso Nacional deverá incluir:

a) Relatório circunstanciado dos impactos positivos e negativos, por setor econômico nacional, da adesão do novo membro ao bloco;

b) Avaliação geoestratégica da nova adesão; e

c) Relatório do Observatório da Democracia do Mercosul com a análise sobre a situação do país no que concerne às atividades de competência do Observatório.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A decisão sobre a adesão de um novo Membro ao Mercosul é uma tarefa extremamente complexa e de grande responsabilidade, face aos inúmeros impactos econômicos, comerciais, sociais e políticos que tal decisão inelutavelmente acarreta.

Por isso, a Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 28, de 2005, que regulamentou o Artigo 20 do Tratado de Assunção, dispôs, em seu Art. 6º, que os **resultados** das negociações técnicas, entre o Estado Aderente e os Estados Partes do Mercosul, relativas à incorporação da nomenclatura do bloco, à liberalização do comércio, a adesão à TEC, a adesão dos acordos com terceiros países, etc., teriam de já estar incorporados aos textos dos Protocolos de Adesão.

Contudo, no caso específico da adesão da Venezuela ao Mercosul, verifica-se que isso não ocorreu. Preferiu-se criar o Grupo Negociador *a posteriori*, e não *a priori*.

Esse procedimento colocou o Congresso Nacional na constrangedora posição de avaliar um protocolo que ainda demanda o cumprimento de certas exigências técnicas.

Embora julguemos que, neste caso específico, tais exigências já estejam sendo cumpridas, parece-nos de todo conveniente que o Congresso Nacional, no exercício soberano da sua prerrogativa constitucional exclusiva prevista no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, dite normas precisas e consistentes para a futura apreciação de novas adesões ao Mercosul.

Além das exigências técnicas já previstas na referida Decisão do CMC, incluímos também, como subsídios à apreciação do Congresso Nacional, a serem enviados na Mensagem presidencial, relatório circunstanciado dos impactos positivos e negativos, por setor econômico nacional, da adesão do novo membro ao bloco, avaliação geoestratégica da nova adesão e relatório do Observatório da Democracia do Mercosul, na esfera de sua competência, sobre a prática política do Estado aderente.

Temos certeza que, ao assegurar que os resultados das negociações estejam incluídos nos textos dos Protocolos de Adesão e ao prever o envio, na Mensagem presidencial, dos subsídios mencionados, o Congresso Nacional poderá pronunciar-se com segurança e propriedade sobre eventuais futuras adesões de novos países ao Mercosul. Ao mesmo tempo, este projeto fortalece as prerrogativas do Congresso Nacional relativas à política externa do país.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares a esta importante propositura.

b) aprovação e encaminhamento à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul de proposta de Indicação, com a seguinte redação:

INDICAÇÃO Nº , DE 2009

Nos termos do art. 224 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, nos limites de suas atribuições, estude, avalie e proponha aos órgãos decisórios do Mercosul:

- revisão da sistemática de tomada de decisão em suas instâncias deliberativas para que incorpore critérios de ponderação socioeconômica na quantificação dos votos;
- adoção de vinculação para negociação em bloco de acordos multilaterais; e
- controle das possibilidades de vetos individuais em razão das matérias.

O incremento do grau de integração no Mercosul dependerá em grande parte da capacidade que tenhamos de modernizar o sistema decisório para que se torne realmente representativo do peso de cada Estado Parte. A desejada supranacionalidade reveste-se dessas duas faces. A cessão de parcelas de soberania e aquisição de responsabilidades por decisões conjuntas.

Com esse entendimento, e sem a necessidade de aprofundá-lo aqui, o que é justamente a finalidade do atendimento à Indicação, estou seguro que a contribuição da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul muito contribuirá para o avanço e consolidação de nosso bloco.

Sala da Comissão,

Tasso Jereissati

Relator

ANEXO 3

Voto preparado pelo líder do Governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR)

VOTO EM SEPARADO

Perante a COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008 (PDC nº 387, de 2007, na origem), de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela.

I-RELATÓRIO

Com fulcro no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 82, de 22 de fevereiro de 2007, encaminhou ao Congresso Nacional o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006.

O Protocolo de Adesão foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem Presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após ser apreciado, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2008. No plano congressional, por se tratar de matéria de interesse do Mercosul, nos termos da Resolução nº 1, de 2007, o Acordo foi em seguida apreciado e aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul em 18 de fevereiro de 2009.

No Senado Federal, a proposição foi recebida nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 12 de março de 2009.

Transcorrido prazo regimental sem recebimento de propostas de emendas, foi designado para relatá-la o ilustre Senador Tasso Jereissati em dia 24 de março seguinte.

Por requerimento do Relator, a Comissão aprovou a realização de duas audiências públicas para instruir o assunto. Os nomes foram complementados por requerimento do Senador Eduardo Azeredo. A primeira foi realizada no dia 16 de abril de 2009, com a presença

dos senhores embaixadores Paulo de Tarso Flecha de Lima, Rubens Barbosa e Sergio Amaral, e do Sr. José Augusto Coelho Fernandes, Diretor Executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), representando seu presidente, Deputado Federal Armando Monteiro.

A segunda ocorreu em 30 de abril de 2009, com a participação do Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, do Governador do Estado de Roraima, Sr. José Anchieta Júnior, do Sr. Antônio José Ferreira Simões, embaixador do Brasil na Venezuela, e do Sr. Reginaldo Braga Arcuri, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Posteriormente, por requerimento do Senador Fernando Collor, aditado por outro requerimento do Senador Eduardo Suplicy, realizou-se audiência pública, no dia 9 de junho de 2009, com a presença do Dr. Celso Lafer, ex Ministro de Relações Exteriores, do Dr. Ives Gandra da Silva Martins, da Dra. Maria Regina Soares de Lima, Pesquisadora e Professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro e do Embaixador Antônio José Ferreira Simões, Embaixador do Brasil na Venezuela.

Ainda para instruir a matéria, em 9 de julho de 2009, por novo requerimento do Senador Fernando Collor, realizou-se uma quarta audiência pública, dividida em duas partes, com a presença, na primeira etapa, dos senhores Neudo Campos, ex-Governador e Deputado Federal pelo Estado de Roraima, Leopoldo Lopes, ex-Prefeito do Município de Chacao, na região metropolitana de Caracas, Gustavo Tovar Arroyo, escritor, e Darc Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul.

No mesmo dia, na parte da tarde, na Comissão, houve um debate com os senhores embaixadores Luiz Felipe Lampreia, ex-ministro das Relações Exteriores, e Samuel Guimarães Neto, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, e com o Professor Carlos Pio, professor da Universidade de Brasília.

Durante a tramitação na CRE, o Protocolo foi objeto de três requerimentos de informações ao Ministro das Relações Exteriores. O primeiro, de nº 445, de autoria do Relator, Senador Tasso Jereissati, foi aprovado pela Comissão Diretora do Senado Federal em 28 de maio de 2009, e respondido pelo Chanceler Celso Amorim em 3 de julho; o segundo, de nº 596, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, teve as informações enviadas em 29 de julho; e o terceiro, de nº 775,

de autoria dos Senadores João Pedro e Eduardo Suplicy, foi respondido em 10 de setembro de 2009.

Segundo a Exposição de Motivos nº 453 do Ministério das Relações Exteriores que acompanha a mensagem presidencial, o Tratado de Assunção, que instituiu o Mercosul, dispõe, em seu Artigo 20, que os países da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) poderão aderir ao Mercosul mediante negociação e por decisão unânime dos Estados Partes.

Ainda de acordo com o informe ministerial, com a adesão da Venezuela, o Mercosul passa a constituir um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, 12,7 milhões de km² de área, PIB superior a um trilhão de dólares (aproximadamente 76% do PIB da América do Sul) e comércio exterior global superior a US\$ 300 bilhões, e que, nesta nova configuração, o Mercado Comum do Sul torna-se um dos mais significativos produtores mundiais de alimentos, energia e manufaturados.

A Exposição de Motivos acrescenta que o adensamento dos fluxos comerciais Mercosul-Venezuela impulsionará o desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e comunicação da porção setentrional da América do Sul, o que contribuirá para a consecução da meta de promover o desenvolvimento integral, enfrentar a pobreza e a exclusão social, proporcionando melhores condições de vida para as populações dos Estados Partes do bloco.

O Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul é um ato internacional singular, com 12 artigos, embora de alta densidade de conteúdo.

Em seu Artigo 1º, o Protocolo de Adesão estabelece que a República Bolivariana da Venezuela adere ao Tratado de Assunção, ao Protocolo de Ouro Preto e ao Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias, instrumentos vinculantes dos Estados Partes do Mercosul, nos termos estipulados no artigo 20 do Tratado de Assunção. Os textos do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto e do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias figuram como anexos I, II e III, respectivamente, do presente ato internacional.

O Artigo 2º do Protocolo de Adesão estipula que o mecanismo de solução de controvérsias do Protocolo de Olivos aplicar-se-á à República Bolivariana da Venezuela nas disputas relacionadas com as normas do Mercosul anteriores à vigência do presente Protocolo, à medida que a Venezuela adote tais normas. Dessa forma, assegura-se a aplicação da normativa do Mercosul mesmo às controvérsias surgidas ao longo do processo de adesão.

No Artigo 3º é estabelecido o prazo máximo de quatro anos, contados a partir da entrada em vigor do Protocolo de Adesão, para que a República Bolivariana da Venezuela adote o acervo normativo vigente do Mercosul. Em relação às normas que ainda estiverem em

trâmite de incorporação na data da entrada em vigor do presente Protocolo, o prazo será contado a partir da internalização de tais normas à ordem jurídica dos Estados Partes originais. O texto do Artigo 3º também esclarece que o Grupo de Trabalho criado pelo Artigo 11 do Protocolo de Adesão estabelecerá cronograma para a adoção, pela República Bolivariana da Venezuela, da normativa do Mercosul.

O mesmo prazo de quatro anos, contados a partir da entrada em vigor do presente Protocolo, é imposto no texto do Artigo 4º para que a República Bolivariana da Venezuela adote a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e a Tarifa Externa Comum (TEC). O Grupo de Trabalho referido no Artigo 11 do Protocolo em apreço estabelecerá o cronograma de adoção da TEC, levando em consideração as eventuais exceções a ela existentes.

No Artigo 5º, são estipulados os prazos para a consecução da área de livre comércio entre a República Bolivariana da Venezuela e os Estados Partes originais do Mercosul. Os bens originários da Argentina e do Brasil, sócios mais desenvolvidos do Mercosul, deverão entrar sem tarifas e restrições no mercado da Venezuela até 1º de janeiro de 2012, excetuando os denominados produtos sensíveis, para os quais o prazo poderá estender-se até 1º de janeiro de 2014. Os países de menor desenvolvimento do Mercosul (Paraguai e Uruguai) terão, entretanto, tratamento diferenciado, conforme diretriz inscrita nos consideranda do Protocolo. Assim, embora o prazo limite geral para o ingresso sem restrições dos bens oriundos desses países no mercado na Venezuela seja também 1º de janeiro de 2012, os principais produtos da pauta exportadora do Paraguai e do Uruguai terão “desgravação total e imediata”, isto é, poderão ingressar no mercado venezuelano com tarifa zero, logo após a entrada em vigor do Protocolo de Adesão.

De outro lado, os bens produzidos na Venezuela deverão entrar sem restrições nos mercados da Argentina e do Brasil até 1º de janeiro de 2010, excetuando os produtos considerados sensíveis, para os quais o prazo se estende até 1º de janeiro de 2014. Saliente-se que o Brasil tem comércio bilateral fortemente superavitário com a Venezuela (cerca de US\$ 4,6 bilhões, em 2008), de modo que as condições e os prazos distintos estipulados no Artigo 5º do Protocolo não afetarão negativamente a nossa economia.

O Artigo 5º do ato internacional em pauta dispõe também que, durante o período de transição do programa de liberalização comercial e até que a República Bolivariana da Venezuela adote o Regime de Origem do Mercosul, aplicar-se-á ao comércio entre aquele país e os membros originários do Mercosul o Regime de Origem do Acordo de Complementação Econômica Nº 59 (ACE 59) firmado entre o Mercosul e a Comunidade Andina.

Ainda com respeito à aplicação da normativa de transição, o Protocolo de Adesão estipula, em seu Artigo 6º, que, no mais tardar até 1º de janeiro de 2014, ficarão sem efeito as normas e disciplinas previstas no Acordo de Complementação Econômica N° 59 (ACE 59). Dessa forma, até aquela data o processo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul deverá estar inteiramente concluído.

No Artigo 7º, é disposto que o Grupo de Trabalho criado pelo Artigo 11 do Protocolo de Adesão definirá as condições para que a República Bolivariana da Venezuela proceda à adesão aos instrumentos internacionais firmados entre o Mercosul e terceiros países ou grupos de países. Obviamente, tal adesão é essencial para que os tratados e acordos celebrados pelo Mercosul com outras nações incorporem o novo membro, de forma a que os compromissos internacionais do bloco mantenham-se em sua integralidade.

Uma regra de transição importante é estabelecida pelo Artigo 8º do Protocolo de Adesão. Com efeito, o seu texto determina que, a partir da subscrição do Protocolo e até a data de sua entrada em vigor, “a República Bolivariana da Venezuela integrará a Delegação do Mercosul nas negociações com terceiros”. Embora o Protocolo de Adesão não faça menção à natureza precisa da participação da Venezuela nas negociações do Mercosul com terceiros países ao longo desse período de transição, parece-nos óbvio que ela terá de ser necessariamente restrita, uma vez que o Artigo 10 do ato internacional em apreço estabelece que a República Bolivariana da Venezuela só adquirirá a condição de Estado Parte a partir da entrada em vigor do Protocolo.

O Artigo 9º estipula que as Partes reafirmam seu compromisso de trabalhar de forma conjunta para aplicar medidas que visem impulsionar a inclusão social e assegurar condições de vida digna a seus povos, com o objetivo de promover o aprofundamento do Mercosul. Trata-se de mera declaração de princípios e de compromisso com a erradicação da pobreza, que não tem vinculação direta e específica com as regras de adesão

No Artigo 10, como já mencionamos, determina-se que a República Bolivariana da Venezuela se tornará Estado Parte e participará de todos os direitos e obrigações do Mercosul, a partir da entrada em vigor do Protocolo de Adesão, conforme reza o Artigo 2º do Tratado de Assunção, e nos termos do ato internacional em discussão. Deve-se esclarecer que o Artigo 2º do Tratado de Assunção estabelece que o Mercosul está fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes. Assim, esse princípio da reciprocidade obriga a todos os Membros do Mercosul a participarem, sem distinções e exclusões, dos direitos e deveres constituídos pelo bloco.

Para se atingir o cumprimento das tarefas impostas pelo Protocolo de Adesão, o Artigo 11 cria o já mencionado Grupo de Trabalho, integrado por representantes das Partes. De acordo com essa cláusula

do presente ato internacional, o Grupo de Trabalho deveria realizar a sua primeira reunião após 30 dias contados da data de subscrição do Protocolo e concluir as suas tarefas no prazo máximo de 180 dias, a partir da realização da referida reunião.

Por último, o Artigo 12 dispõe que o Protocolo de Adesão, instrumento adicional ao Tratado de Assunção, entrará em vigor “no trigésimo dia contado a partir da data de depósito do quinto instrumento de ratificação” e que a República do Paraguai será a sua depositária, bem como será a depositária dos instrumentos de ratificação. O derradeiro artigo do ato internacional esclarece, ainda, que o Protocolo foi feito nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos “igualmente idênticos”.

II – ANÁLISE

O alentado parecer do ilustre Senador Tasso Jereissati, que conclui pela rejeição do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, mereceu toda nossa atenção e, sem embargo, nos levou a apresentar o presente voto em separado, para contrapor argumentos ao seu arrazoado, que esperamos possa igualmente subsidiar a reflexão de todos e conduzir à recomendação pela aceitação da Venezuela no bloco.

A perspectiva de um veto à entrada da Venezuela no Mercosul é preocupante, pois representaria um ato de hostilidade do Estado brasileiro contra um país amigo. Iria no sentido contrário ao disposto no art. 4º da Constituição brasileira, relativo à construção do espaço latino-americano de integração e acarretaria graves conseqüências para os interesses comerciais, industriais, políticos e estratégicos do País e do Mercosul.

Os temas relacionados à adesão da Venezuela ao Mercosul são complexos e multifacetados. Portanto, para uma melhor compreensão e também para poder correlacionar com a ótica do relatório do Senador Tasso Jereissati, sistematizamos as principais questões em seis pontos:

1. Ótica de Estado versus ótica de Governo

O instrumento internacional em consideração diz respeito à inclusão de um novo membro, a República da Venezuela, em um arcabouço institucional, o Mercosul – o que significa inserir o Estado venezuelano no marco de determinados princípios, normas, regras e procedimentos, em nome de objetivos a serem alcançados em conjunto com os Estados do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Esses objetivos são conhecidos: o fortalecimento da segurança jurídica para os negócios e a política; o desenvolvimento e crescimento sinérgico, inclusive por meio da liberalização comercial e de investimentos; o fortalecimento da paz, da confiança mútua, da democracia e das liberdades fundamentais.

Áreas de integração, como o Mercosul, são instituições integradas por Estados; não se confundem com acordos celebrados entre governos. Seus objetivos, estabelecidos em arcabouço normativo complexo, são de longo prazo. O que distingue uma instituição internacional de um acordo entre governos é a permanência.

O Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul guarda a oportunidade de fortalecer — pela via do direito internacional e das instituições do Mercosul — a segurança jurídica do relacionamento entre, por um lado, os Estados fundadores do Mercosul e, por outro, o da Venezuela. Segurança jurídica significa não apenas o conjunto das relações comerciais e contratuais, mas também as relações de natureza política.

Assim, esse é menos um debate sobre questões da política interna da Venezuela do que sobre os interesses estratégicos do Estado brasileiro no tabuleiro internacional. Quem solicita a adesão ao Mercosul não é o governo venezuelano, mas o Estado venezuelano. O governo da Venezuela é transitório; a Venezuela continuará, ao longo da história, a ser vizinha do Brasil.

O que está em discussão é a posição que o Brasil pretende ocupar na América do Sul e no cenário internacional no médio e longo prazo. O debate mais meritório é se e como seremos capazes de construir, na América do Sul, um bloco caracterizado pelo fortalecimento progressivo do comércio, dos investimentos, da democracia e das liberdades fundamentais.

O Mercosul não seria necessário se esses objetivos já tivessem sido alcançados isoladamente. A análise do pedido de adesão de um novo Estado deve ter como parâmetro essencial os interesses estratégicos dos Estados Membros e do próprio Mercosul e deve ser feita de forma suprapartidária.

O parecer Tasso Jereissati apropriadamente defende que se adote “uma decisão técnica, baseada em uma visão racional e desapaixonada do problema”. Observa-se, porém, ao longo do texto a ênfase da análise centrada em riscos hipotéticos e em especulações, relegando-se a plano secundário os interesses concretos e objetivos e a capacidade de os Estados Membros e do bloco de sanar eventuais problemas. Ora, subsumir uma decisão de política externa tão importante a um contexto político circunstancial revela certa miopia estratégica que é perigosa para o interesse nacional.

A política externa brasileira reflete, além das preferências dos governos, uma clara visão de Estado. A diplomacia brasileira tem longa tradição de pragmatismo e racionalidade. Em 1975, por exemplo, em plena ditadura militar, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo marxista do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA). Considerou-se que era do interesse estratégico do Estado brasileiro, no longo prazo, a aproximação com a África portuguesa que saía do

processo de colonização. Ninguém na época pensou, simploriamente, que o governo militar brasileiro havia se curvado ao marxismo. Tivessem prevalecido as antipatias ideológicas, o Brasil teria perdido a oportunidade de aumentar seu protagonismo no continente africano.

O pedido de adesão da Venezuela ao Mercosul é resultado de um processo histórico do relacionamento entre nossos Estados — e perpassa a política partidária ou os governos de turno. Insere-se no processo de construção dos vetores econômicos, políticos e estratégicos de aproximação bilateral e regional. Tem como fundamento os interesses convergentes de ambos os Estados, que são, como vimos, distintos dos governos. Pode-se dividir o processo histórico do relacionamento Brasil- Venezuela, sistematicamente, em três fases:

a) 1ª fase — “Distanciamento cordial” (até 1980). Em razão de sua condição de grande exportador de petróleo, a Venezuela privilegiou desenvolver “relações especiais” com os EUA, potência em cuja órbita de influência política, econômica e cultural foi inserida. Na década de 60, aprofundou esse isolamento com a Doutrina Bétancourt, restringindo suas relações diplomáticas a países que tivessem governos eleitos democraticamente. Aderiu tardiamente ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e à Comunidade Andina. O Brasil também voltava suas atenções externas para os grandes centros econômicos mundiais, menosprezando a importância da Venezuela e da América do Sul;

b) 2ª fase — “Identificação dos potenciais de integração” (1980-1995). A crise da dívida dos anos 80 revelou as contradições da Venezuela, entre as quais a de ser um Estado rico com uma população pobre e miserável, e levou o país a buscar identificar as potencialidades das relações com os vizinhos. Fatores semelhantes ocorreram no Brasil. Em 1993, o Itamaraty elaborou, em colaboração com especialistas de ambos os países, um diagnóstico das potencialidades da cooperação Brasil- Venezuela, tendo identificado interesses convergentes, como a integração energética para enfrentar os gargalos de infraestrutura, a complementaridade das economias brasileira e venezuelana, com grande dependência agrícola e industrial desta última, e a importância da ocupação organizada da região amazônica. Com base nesses entendimentos, em 1994, os presidentes Rafael Caldera e Itamar Franco firmaram o Protocolo de La Guzmanía, com diretrizes e parâmetros para uma moderna cooperação bilateral e lançando o objetivo de criação de uma zona de livre comércio na América do Sul;

c) 3ª fase — “Preparando a integração”. A relação com a Venezuela foi consideravelmente ampliada ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Acompanhei, na qualidade de senador da República, a primeira viagem oficial à Venezuela, em julho de 1995, do presidente brasileiro que, em discurso proferido no parlamento venezuelano, suscitou pela primeira vez o tema da adesão

da Venezuela ao Mercosul, afirmando que “O Mercosul começa a identificar novos parceiros na América do Sul (...) Entre essas áreas, com sentido de prioridade dada pela vizinhança e pela intensidade da agenda, a aproximação com a Venezuela é natural”. A eleição de Hugo Chávez, no final de 1998, acelerou o processo, tendo ele realizado sua primeira viagem como Presidente-eleito ao Brasil para encontrar-se com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 18 meses, realizaram-se nada menos que cinco encontros entre os dois Presidentes. A eleição do Presidente Lula, em 2002, deu novo e definitivo ímpeto ao processo. A inclusão da Venezuela no Mercosul representa, hoje, a possibilidade de avançar-se para uma 4ª fase, que corresponde à culminação de um processo de adensamento das relações entre os Estados do Brasil e da Venezuela, a partir de interesses concretos, iniciado no governo Itamar Franco, executado no governo Fernando Henrique Cardoso e amadurecido no Governo Lula. A adesão da Venezuela ao Mercosul não tem, portanto, nada de intempestivo, estando assentada em interesses de longo prazo do Estado brasileiro e não pode ser subordinada a interesses partidários.

2. Interesses do Estado brasileiro

No exame da adesão de um país a uma área de integração é preciso que se tenha em foco o principal e o objetivo, e não o acessório e o hipotético. A pergunta central é em que medida a adesão da Venezuela ao Mercosul ajuda os interesses brasileiros – em termos de exportação, geração de emprego e de renda, de inserção das nossas relações comerciais num arcabouço institucional que promova a segurança jurídica ou de projeção do modelo de economia política do Brasil na América do Sul?

Do ponto de vista da indústria e da agricultura brasileiras, a entrada da Venezuela no Mercosul deverá propiciar uma oportunidade única, porque abre as portas para um mercado rico, em que nossos produtos têm fortíssima demanda. O incrível crescimento das exportações do Brasil para a Venezuela e dos investimentos públicos e privados efetuados em âmbito bilateral, ocorrido nos últimos anos, dão uma mostra do potencial dessa relação. Entre 2003 e 2008, as exportações brasileiras para a Venezuela passaram de US\$ 608 milhões para US\$ 5,15 bilhões, um crescimento de 758% em apenas cinco anos. Além da quantidade, é preciso também ressaltar a qualidade desse comércio. Cerca de 72% das nossas exportações para a Venezuela são de produtos industrializados, com elevado valor agregado e alto potencial de geração de empregos. Hoje, o Brasil tem com a Venezuela seu maior saldo comercial: US\$ 4,6 bilhões dólares, 2,5 vezes superior ao obtido com os EUA (US\$ 1,8 bilhão).

No campo dos contratos existentes e projetados entre empresas brasileiras e venezuelanas, o montante agregado ascende hoje a US\$ 15 bilhões – cifra notável. Estão presentes no país grande empresas brasileiras, como a Odebrecht (contratos de mais de 10 bilhões de

dólares, que incluem obras de construção de 80 km do metrô de Caracas, da ponte sobre o Orinoco e projetos agropecuários); Camargo Corrêa (contratos de US\$ 1 bilhão), Andrade Gutierrez (contratos de US\$ 4 bilhões). Além disso, várias outras empresas têm investimentos, como a Gerdau (92 milhões de dólares) e a Braskem (1,5 bilhão de dólares). Há projetos bilaterais de enorme vulto em execução, como o da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco e o da construção do metrô de Caracas, que poderão ser significativamente robustecidos.

Ao realizar investimentos no exterior, o Brasil começa a ganhar perfil de país desenvolvido. O espaço para esse processo de transnacionalização das empresas nacionais é, sobretudo, os países em desenvolvimento de elevada renda – exatamente como a Venezuela. Os demais mercados ou não têm renda suficiente ou estão saturados pela concorrência de transnacionais de outros países. Graças à sua receita petrolífera, a Venezuela conta com grandes fundos de desenvolvimento, como o *Fondo de Desarrollo Nacional*, atualmente com recursos de US\$ 17 bilhões, que têm financiado empresas brasileiras.

Alguns opinam que o comércio Brasil-Venezuela cresceu muito nos últimos dez anos graças a uma herança de preferências que pertenciam ao Pacto Andino que deixaram de vigor quando a Venezuela deixou a Comunidade Andina. As preferências que pertenciam ao Pacto Andino não deixaram de vigor, uma vez que a saída da Venezuela somente passará a produzir efeitos transcorridos cinco anos da denúncia do Acordo, ou seja, a partir de dezembro de 2010. Na realidade, o crescimento do comércio Brasil-Venezuela está muito menos vinculado a preferências comerciais do que ao quadro mais geral da relação política bilateral. O Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Venezuela (ACE-59), em vigor desde 2004, não permitiu um aumento equânime das exportações da Argentina e do Brasil para a Venezuela: enquanto a Argentina não exporta mais do que US\$ 1,5 bi para a Venezuela, as exportações brasileiras já passaram dos US\$ 5 bilhões em 2008.

Isso requer que destaquemos as razões que levaram a Venezuela a privilegiar o Brasil como novo parceiro. Em particular no Governo Chávez, tem sido implementada uma política de diversificação de fontes de abastecimento, antes concentradas nos EUA e na Colômbia, o que era visto como fator de vulnerabilidade. Cabe lembrar que a Venezuela especializou sua economia na produção de petróleo e depende de importações, o que deixa seus fornecedores com a capacidade política de afetar o abastecimento nacional do país. Nesta conjuntura, a Venezuela, ao elevar suas compras do Brasil, vê o nosso país como um parceiro confiável. Está em curso uma mudança estratégica do eixo das relações econômicas da Venezuela: do norte (EUA) para o Sul (Brasil e Mercosul).

É preciso que, estrategicamente, saibamos aproveitar esse momento raro. Neste aspecto, ganham relevância os inúmeros benefícios para as regiões Norte e Nordeste e, particularmente, para o nosso Estado de Roraima, dada a sua condição de fronteira com a Venezuela. A Amazônia Ocidental poderá ter um papel preponderante neste relação econômica e de integração.

A entrada da Venezuela no Mercosul deverá aumentar substancialmente os números do relacionamento comercial crucial para o Brasil. O potencial econômico-comercial da relação apenas começou a ser explorado. Em face da complementaridade das duas economias, não há dúvida de que, no longo prazo, independentemente da evolução da crise mundial, a Venezuela deverá se converter, caso ingresse no Mercosul, num dos primeiros parceiros econômicos e comerciais do Brasil. Hoje, ela já está na 6ª posição, à frente de países ricos como a Itália e o Reino Unido.

Por isso constatamos que o relatório não tratou de forma integral e com o destaque necessário esta questão fulcral: quais são os interesses do Estado brasileiro em ter a Venezuela no Mercosul? Embora alinhando alguns interesses reais, concentrou-se mais em uma análise dos riscos hipotéticos. Por exemplo, se a Venezuela representa o maior superávit da balança comercial brasileira e já é nosso 6º maior destino comercial, como podemos menosprezar isso e focalizar a preocupação em eventuais restrições pontuais? Se a Venezuela importa 70% de tudo o que consome, por que temer-lhe as tentações protecionistas: sua verdadeira preocupação não seria precisamente o abastecimento, em particular sua segurança alimentar?

A adesão da Venezuela é também uma grande oportunidade diante da conjuntura de grave crise mundial. A inevitável redução dos fluxos mundiais de comércio e de investimentos que a crise já vem acarretando, demanda medidas fortes de estímulo ao comércio regional e aos investimentos intrabloco. Por isso, o Parlamento do Mercosul aprovou recomendação ao Conselho do Mercado Comum, na qual coloca-se ênfase na necessidade de promover os fluxos comerciais e de investimentos regionais e de ampliar e consolidar do processo de integração.

Deve-se alertar, contudo, que a intensidade do comércio entre o Brasil e a Venezuela poderá ser gravemente revertida, caso o Senado Federal brasileiro negue a adesão venezuelana ao Mercosul. Poderíamos perder, dessa forma, uma oportunidade histórica única para consolidarmos nossa posição no rico e promissor mercado da Venezuela.

Assinale-se, nesse sentido, que o comércio bilateral China-Venezuela vem crescendo de forma exponencial. Conforme as estatísticas do Banco de Comércio Exterior da Venezuela (Bancoex) para o ano de 2008, o comércio bilateral entre China e Venezuela já está

em torno de US\$ 9 bilhões anuais, com as importações venezuelanas superando a casa dos US\$ 4 bilhões. Como os chineses são nossos concorrentes em produtos manufaturados no mercado venezuelano, a rejeição da entrada da Venezuela no Mercosul acabaria por nos excluir, ao menos parcialmente, desse país.

3. Interesses do Mercosul

A integração das nações sul-americanas acompanha uma inescapável tendência do mundo atual. De fato, não há alternativa promissora para nossos povos fora da cooperação regional. Alguns suscitam a questão da escolha entre o aprofundamento e o alargamento do Mercosul. Observam as dificuldades vividas pelo Mercosul e concluem ser necessário manter o aprofundamento, antes de proceder ao alargamento. As observações sobre as dificuldades vividas pelo Mercosul são corretas. No entanto, a conclusão está equivocada.

O Mercosul vive hoje um momento de indefinição diante do desgaste causado pela dificuldade de sua implementação plena. Está claro que o Mercosul vive uma crise. Segundo o parecer Tasso Jereissati, “a Argentina prima em adotar medidas protecionistas que são a antítese da integração e dos objetivos do Mercosul”. É verdade. A causa disso não é, contudo, a falta de esforços – tema ao qual se dedicaram amplamente o Governo Fernando Henrique Cardoso e o Governo Lula –, mas a própria dificuldade de impor a um país como a Argentina medidas de livre comércio que ameaçam determinados setores industriais.

O Mercosul não foi criado para que “vença o melhor”, mas para distribuir benefícios a todos os membros com a possível equidade. É falaciosa a conclusão de que se deve concentrar o esforço em aprofundar o Mercosul. Não há condições políticas óbvias para isso no médio prazo. Vamos ter que aprender a viver com as imperfeições e corrigi-las progressivamente no longo prazo. A Cláusula de Adaptação Competitiva, negociada com a Argentina, constitui o reconhecimento de que ambições excessivas podem prejudicar a unidade do bloco. Cabe notar, por outro lado, que os demais sócios do Brasil também se queixam de práticas brasileiras que, segundo eles, são protecionistas. Um exemplo são as dificuldades encontradas pelo Uruguai para exportar arroz para o Brasil, diante da sensibilidade dos produtores gaúchos ao produto uruguaio. Nos casos em que há legítima sensibilidade comercial, seria um erro pretender forçar o aprofundamento do bloco.

O alargamento do Mercosul, contudo, abre a oportunidade de compensar as dificuldades encontradas no aprofundamento do bloco. A política de alargamento, iniciada no Governo Fernando Henrique Cardoso, revitalizaria rapidamente o bloco com a ampliação dos mercados. No caso da Venezuela, esse impulso seria notável, diante de seu peso econômico (3º PIB da América do Sul) e sua população (28 milhões, com PIB/capita de US\$ 13.000 em termos de paridade

de poder de compra, superior em 30% ao do Brasil). A economia petrolífera prejudicou o desenvolvimento agrícola e industrial, transformando a Venezuela em grande importador de alimentos e bens industriais: importa 75% do que consome e é mercado cobiçado pelos grandes países exportadores (EUA, União Européia, China, etc.).

Ademais, o Mercosul tem o desafio de tornar-se o bloco comercial de referência da América do Sul. O que está em jogo na América do Sul, como esteve na Europa, é a concorrência de outros modelos de economia política: o modelo do Mercosul é desafiado por propostas como o NAFTA – ao qual aderiu o México – ou os Tratados de Livre Comércio (TLC) bilaterais – como o celebrado entre a Colômbia e os EUA. Esses acordos, caso venham a reproduzir-se e, em particular, envolver países membros do Mercosul, colocam nosso bloco em posição inconveniente.

Nesse sentido, ao desligar-se da Comunidade Andina, diante da incompatibilidade criada pelos tratados de livre comércio celebrados unilateralmente por membros desse bloco, a Venezuela abriu uma oportunidade histórica para a ampliação do Mercosul, antes restrito ao Sul da América do Sul. A medida pode ser criticada da ótica da CAN, mas é uma oportunidade do ponto de vista do Mercosul. Se o Mercosul não avançar, os TLC ou novas propostas avançarão. É preciso que o Mercosul ocupe rapidamente seu espaço – e esse espaço passa pela Venezuela. O Mercosul não pode perder oportunidades de alargar-se diante dos modelos de integração alternativos promovidos por outras potências: existe uma concorrência lá fora e é preciso agir rápido.

Na América do Sul, está claro que não haverá integração energética sem a participação da Venezuela. A Venezuela tem a 6ª maior reserva de petróleo certificada do mundo: 80 bilhões de barris. Há estimativas de cerca de 236 bilhões de barris adicionais na região do Orinoco, tornando-a a 1ª reserva mundial. As reservas de gás são de 151 trilhões de pés cúbicos (9ª maior reserva), tendo havido descobertas recentes que a tornariam a 5ª reserva mundial.

Diferentemente da percepção na mídia, o Governo Chávez foi quem modificou a orientação energética da Venezuela e a voltou para a integração sul-americana. Anteriormente, a Venezuela praticou um isolacionismo energético, privilegiando o fornecimento de petróleo para os EUA e restringindo seu mercado produtor a empresas transnacionais ocidentais. O Governo venezuelano atual modificou esse eixo, sediando a Cúpula Energética da UNASUL, na Ilha de Margarita em abril de 2007; concedendo áreas de exploração de petróleo na Faixa do Orinoco para companhias como a Petrobras; negociando projetos conjuntos como a Refinaria Abreu e Lima e o Pólo Petroquímico Braskem-Pequiven (que será o maior das Américas).

4. Requisitos técnicos

O parecer Jereissati dá a impressão de que não foram cumpridos os requisitos para a adesão da Venezuela ao Mercosul, conclusão que merece ser aqui esclarecida. A percepção equivocada se dá em razão da extensão das observações a respeito de questões que têm a ver, na essência, com a dificuldade inerente a negociações entre Estados.

É preciso ressaltar, contudo, que o próprio parecer, em determinado ponto, observa que as exigências estão sendo cumpridas. De fato, na data de hoje, estão cumpridas as condições para a aprovação da adesão da Venezuela ao bloco, em particular as listas de desgravação tarifária para o comércio com a Venezuela, os cronogramas e as condições gerais para o cumprimento dos demais compromissos. Sempre se poderá invocar a ausência de determinados pormenores. No entanto, a Venezuela, hoje, preencheu as mesmas condições cumpridas pelos sócios do Mercosul quando da fundação do bloco. Como se sabe, o cronograma de liberalização tarifária para o comércio recíproco foi o único compromisso definido em detalhe no Tratado de Assunção (Anexo I). No caso da Tarifa Externa Comum, as condições foram negociadas já em pleno funcionamento do Mercosul, e consagradas pela Decisão CMC Nº 7/94. A disciplina da Tarifa Externa Comum segue até hoje no âmbito do bloco, com renovação de listas de exceções e exame de casos específicos, como os regimes especiais de Bens de Capital e Bens de Informação e Tecnologia.

Alguns criticam a falta de regras, critérios e prazos claros para o alargamento do bloco e citam como referência os exigentes requisitos aplicados pela União Européia nos processos de alargamento. Opinião que, em razão da reciprocidade, todos os Membros do Mercosul estão obrigados, sem distinções e exclusões, dos direitos e deveres constituídos pelo bloco.

Academicamente, essa opinião está correta. Politicamente, está errada. Não há integração sem pragmatismo. É preciso reconhecer que nenhum dos sócios fundadores do Mercosul cumpre, até hoje, plenamente todas as obrigações assumidas. O próprio Brasil é criticado por países vizinhos por não aplicar plenamente o livre-comércio. Entre os fatores originais que explicam as dificuldades do Mercosul esteve a falta de distinção entre os tamanhos relativos dos membros. Isso se manifestou na relação entre o Brasil e a Argentina e, em particular, desses dois sócios maiores com o Uruguai e o Paraguai. Até 2003, existiu no Mercosul a percepção de que a distribuição dos benefícios de participação no bloco não eram iguais, favorecendo aos Estados mais competitivos em termos comerciais. Posturas rígidas poderiam ser consideradas, portanto, contrárias ao espírito constitucional. A partir de 2003, por iniciativa brasileira, o Mercosul incorporou o conceito de “assimetria”, que reconhece as disparidades entre os sócios e põe em marcha modalidades para corrigi-las. A reciprocidade foi, assim, relativizada em nome do interesse comum de manter

a coesão do bloco. Devemos parar com as recriminações mútuas e reconhecer que o Mercosul deve avançar de forma pragmática. Isso não invalida o Mercosul, que é mais um exercício de construção do que um edifício pronto.

Embora tenham sua devida importância, é um erro focalizar esta análise apenas em questões técnicas, como os cronogramas. No caso da Venezuela, isso é particularmente verdadeiro. A desgravação seria muito mais relevante se a Venezuela fosse um país fechado, tal como era a Argentina ou o Brasil no início do Mercosul – pois a negociação diria respeito à velocidade de sua abertura comercial. Ora, a Venezuela é um país especializado na exportação de petróleo e possivelmente o mais aberto de todo o Mercosul. Por que preocupar-se com tentativas protecionistas venezuelanas, quando, na verdade, a preocupação crucial da Venezuela diz respeito a seu abastecimento?

5. Concepções equivocadas sobre o relacionamento da Venezuela na América do Sul

Sob esse aspecto, um conjunto de equívocos precisa ser esclarecido para que a avaliação esteja baseada em fundamentos sólidos. Alguns desses equívocos surgem no parecer apresentado pelo relator.

1ª equívoco: “O Mercosul deve seguir o exemplo da União Européia”

Para comparar o Mercosul com a União Européia (UE), é preciso considerar as diferenças nos processos e nas realidades sul-americana e europeia. Em particular, no tocante ao processo de adesões, no período inicial de sua formação, nos anos 1950, a UE não impôs critérios técnicos rígidos para ingresso de novos membros. Foi apenas em dezembro de 1993 – ou seja, 42 anos depois da criação da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço –, que se estabeleceram os “critérios de Copenhague”.

Até então, a UE orientou-se por interesses estratégicos – ou seja, garantir primeiro sua expansão e seu predomínio perante outras propostas de integração (como a defendida pelo Reino Unido e Suíça) para depois aprofundar o cumprimento das normas em cada Estado Membro. Ainda depois de trinta anos, em 1986, a UE admitiu Portugal e Espanha, então considerados países subdesenvolvidos da Europa e com forte tradição autoritária – hoje modelos de democracia e prosperidade. Hoje, mesmo após a adoção dos Critérios de Copenhague, a UE mostra flexibilidade em nome de interesses políticos. Haja vista a importância de projetar-se no Leste europeu, admitiu a Bulgária e a Romênia, em 2007. Os requisitos não foram plenamente cumpridos, mas a UE flexibilizou-os e estabeleceu que faria sua verificação *a posteriori* – e não *a priori*.

É preciso também lembrar que a Comunidade Econômica Européia cometeu alguns erros – como o veto da França gaullista ao ingresso do Reino Unido, admitido apenas em 1973. Em retrospectiva, está claro que foi equivocado o temor de que Londres fosse um “ca-

valo de Tróia”. Hoje se reconhece que melhor é “ter o Reino Unido a bordo” do que “trabalhando contra”. A discussão atual na Europa diz respeito à eleição de um Presidente da União Européia e é precisamente um britânico, o ex-Primeiro-Ministro Tony Blair, que é cotado para o cargo.

Temos de ter, no Mercosul, a mesma tolerância e visão estratégica da União Européia, que soube consolidar-se apesar de notáveis diferenças políticas conjunturais e de retrocessos eventuais. Essa é uma das coisas que devemos copiar dos europeus. Processos de integração nunca são harmônicos: eles passam pela administração das diferenças em nome do interesse comum, que é o de fortalecer a união para alcançar objetivos que, individualmente, nenhum país conseguiria obter.

Alguns defendem que, como a UE, seja criado um sistema de voto ponderado, que reflita o poder relativo do Brasil perante os demais parceiros no Mercosul. Isso é desnecessário. O poder decisório do Brasil já está hoje garantido pela ausência de um sistema de voto: as decisões são tomadas por consenso. Isso significa que o Brasil tem poder de veto: sem nossa concordância, nada é feito no Mercosul. Ademais, mesmo sem recorrer ao veto, ante o enorme peso econômico, demográfico, territorial e político do Brasil no Mercosul parece-nos impossível que o Mercosul adote decisões que vão contra a vontade do Brasil. A prática de 18 anos do Mercosul comprova esse postulado.

De todo modo, o Mercosul não segue necessariamente o modelo europeu, que deve servir apenas de inspiração e não de norte absoluto. O Mercosul adota uma criatividade própria e cria conceitos próprios a uma integração sul-americana, feita entre países semelhantes social e culturalmente, porém assimétricos em termos econômicos e políticos.

2ª equívoco: “a Venezuela perturbará o Mercosul”

O segundo equívoco é o de que o governo Chávez tem prejudicado interesses brasileiros e que poderia “perturbar” o Mercosul. Com dramaticidade, há quem afirme estar-se criando um “um arco de instabilidade nos países fronteiriços” e se dedique a apontar fatos negativos, porém isolados, nas relações com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai, com a Venezuela. Registrou-se no parecer, de forma ligeira, a alegada intromissão do Presidente Chávez em questões como a nacionalização do gás pelo Governo Evo Morales; a ida do Presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, à Embaixada brasileira em Tegucigalpa; o tráfico ilícito de armas venezuelanas para as FARC; a guerra entre as FARC e o Governo colombiano; e o Acordo Militar para o uso de bases militares pelos EUA na Colômbia.

Essas questões não podem ser tratadas, contudo, com base apenas nas fontes da imprensa, sendo preciso registrar as avaliações

técnicas e aprofundadas de órgãos como o Itamaraty. Sem entrar em detalhes, bastará registrar que é exagerada a idéia de que teria sido a Venezuela quem motivou a Bolívia a tomar a decisão de nacionalizar o gás: essa intenção já havia sido tema da campanha eleitoral do candidato Morales, bem como de vários outros candidatos. A nacionalização dos hidrocarbonetos foi aprovada previamente à eleição de Morales, em plebiscito popular. O caso da escolha da Embaixada brasileira pelo Presidente Zelaya foi esclarecido por ele próprio, que declarou ter planejado as rotas e do local de abrigo, uma vez tendo ele ingressado no território de seu país. Segundo informações noticiosas, ele teria, antes de procurar a Embaixada do Brasil, buscado proteção na representação dos EUA, que lhe teria fechado as portas. É uma mera especulação atribuir ao Presidente da Venezuela esses desenvolvimentos. No caso das armas venezuelanas encontradas em território colombiano, citadas no relatório, faltou contar a segunda parte da história: tratava-se de carcaças de armas descartáveis e há documentos oficiais que comprovam terem elas sido roubadas por assaltos das FARC contra quartéis, em território da Venezuela, antes do Governo Chávez.

As análises internas do Governo brasileiro confirmam que não há apoio da Venezuela às FARC, mas uma preocupação de Caracas em que o problema criado pela guerrilha seja tratado a partir de uma solução coletiva. A solução unilateral defendida pela Colômbia – a via militar – não atende às preocupações da Venezuela, que tem dois milhões de colombianos refugiados, transfere tensão para a fronteira com a Venezuela, elevando a criminalidade e forçando a entrada de paramilitares colombianos. A Venezuela defende uma solução colegiada, aberta à participação dos países vizinhos da Colômbia, de forma a que suas preocupações também sejam atendidas. Isso não pode ser interpretado, como fazem setores da imprensa, como apoio às FARC. O Presidente Chávez, em recente entrevista a canal de TV colombiano, declarou que, se as FARC entrassem em território venezuelano, seriam recebidas “com tiros”.

O relatório também cita o caso das bases militares a serem utilizadas pelos EUA na Colômbia. É incorreto dizer que a Venezuela está “trazendo para a região uma agenda que não é nossa”. O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deixou claro que não foi a Venezuela quem influenciou as posições de inquietação do Brasil. Mesmo se a Venezuela – ou qualquer outro país – não se manifestasse, o Brasil teria as mesmas preocupações, que têm a ver com a projeção de poder de uma potência extrarregional em nossa vizinhança e potencialmente sobre nosso próprio território, em particular a Amazônia. O Brasil já deixara clara sua posição quanto ao retorno da IV Frota da Marinha dos EUA para patrulhar o Atlântico Sul. A sensibilidade do Brasil com a movimentação na Amazônia data do início do Estado brasileiro e não responde aos interesses de governantes de países vizinhos. O que há é uma oportuna coincidência na posição do Brasil

e da Venezuela – o que serve para fortalecer-nos. No passado, a instalação de uma base norte-americana na região – como no Equador em 1995 – nem sequer teria sido discutida. Hoje, graças à proximidade política entre os países da região, foi discutida amplamente na UNASUL, que expressou suas expectativas de obter garantias de que as bases não ameacem os interesses dos países da América do Sul. O Brasil tem interesses concretos a defender – a começar pela Amazônia. Não se pode tampouco desdenhar as preocupações da Venezuela – que sofreu um golpe de Estado em 2002, ocasião em que aeronaves militares norte-americanas entraram em território venezuelano. Na realidade, a introdução, em nosso subcontinente, de uma anacrônica agenda da Guerra Fria, manifestada na reativação da Quarta Frota e na ampliação da presença militar norte-americana na Colômbia, foi uma iniciativa que não partiu, obviamente, do governo venezuelano.

As análises dos nossos especialistas militares mostram que as compras de armas pela Venezuela não constituem qualquer ameaça contra o Brasil. Caracas busca reforçar suas condições de defesa, de forma a dissuadir eventuais ações de ingerência externa. Não obstante as aquisições de armas realizadas, a Venezuela não está em condições de sustentar uma ofensiva militar contra qualquer país, podendo, no máximo, elevar suas condições de defesa. Seus objetivos são claramente defensivos e não ofensivos. Ela tem vulnerabilidades militares importantes. É preciso começar a análise por questões básicas de logística militar: por exemplo, como é que um país que importa 75% de sua comida, em particular da Colômbia, poderá pretender sustentar a crucial alimentação de suas tropas ofensivas? A Venezuela não é ameaça para ninguém e, acima de tudo, tem o direito de defender-se.

Considere-se, adicionalmente, que, de acordo com os dados do *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*, a instituição mais reconhecida mundialmente em pesquisa sobre armamentismo, o país da América do Sul que mais gasta com forças armadas em proporção ao PIB é a Colômbia (4%), muito além dos gastos exibidos por vizinhos como Brasil (1,5%) e Venezuela (1,3%).

No sentido contrário, a análise do Governo brasileiro indica que, no balanço geral, a Venezuela tem sido um parceiro importante para a promoção dos interesses do Brasil. Em vez de “perturbar”, ela tem “ajudado” o Brasil. Basicamente, devemos lembrar que foi Chávez quem operou a reorientação das relações externas da Venezuela no sentido de privilegiar as relações com o Sul e apostar na integração sul-americana. Antes dele, a projeção do Brasil ao norte da América do Sul era limitada.

Como se pode falar num “arco de instabilidade” em torno do Brasil quando registramos, nos últimos anos, avanços sem precedentes históricos na nossa aproximação: a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), o Conselho de Defesa da América do Sul, o Conselho Energético, o Parlamento do Mercosul, entre outros? A

Venezuela tem sistematicamente dado seu apoio a pretensões brasileiras – como a candidatura do Rio de Janeiro a sede das Olimpíadas de 2016, a candidatura do Juiz brasileiro para a Corte Internacional de Justiça (CIJ), a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Estas são conquistas institucionais, ou seja, de longo prazo e muito mais relevantes do que eventuais dificuldades registradas. No caso da Venezuela, em vez das notícias negativas, deveríamos estar celebrando hoje sua decisão de adotar o padrão nipo-brasileiro de TV digital. Isso marca um rompimento com a sistemática adoção de padrões norte-americanos em boa parte da América do Sul. O Governo venezuelano indicou que se juntará às gestões internacionais para promover sistema nipo-brasileiro em toda América Latina. Manifestou empenho particular para que países da Aliança Bolivariana para as Américas adotem padrão ISTB-T. O padrão nipo-brasileiro poderia, assim, estender-se para Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Equador, Dominica, Honduras, Nicarágua e São Vicente e Granadinas.

É preciso também ressaltar que o Brasil jamais teve problemas relacionados a nacionalizações realizadas pelo Governo venezuelano, tendo o próprio Presidente Chávez declarado que não tocará nos investimentos brasileiros. Devemos respeitar as opções que a Venezuela possa fazer para alcançar seu desenvolvimento, notadamente quando reproduz experiências históricas nossas. É preciso também reconhecer que a Venezuela cumpriu fielmente suas obrigações de indenização justa pelas nacionalizações que realizou, de acordo com o Direito internacional. No caso do Banco da Venezuela, pertencente ao Grupo Santander, da Espanha, a indenização não apenas atendeu às expectativas espanholas, mas também foi paga em mais de 50% à vista. Observe-se que o objetivo de Caracas é transformar o Banco da Venezuela segundo o modelo da Caixa Econômica Federal, ou seja, de um banco público dedicado ao desenvolvimento social.

Alguns dizem que o Presidente Chávez poderia “mudar de posição se o Governo brasileiro mudasse”, com eventual vitória da oposição nas eleições de 2010. É uma mera especulação, que não pode ser confirmada historicamente. Como vimos, o fato é que a Venezuela de Chávez teve um excelente relacionamento com o Brasil sob o Governo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, a quem o Presidente Chávez chamava de “mi maestro”. É preciso, novamente, abstrair-nos de visões partidárias e entender que a Venezuela, como Estado, busca criar uma parceria com o Brasil, como Estado, para a planejada reorientação de sua inserção internacional. O que interessa ao Estado venezuelano é associar-se ao crescente peso do Brasil no cenário internacional, de forma a diminuir sua dependência de outras potências. Em troca, oferece-nos a oportunidade de projetarmos nossos interesses, em particular na ampliação do Mercosul. São interesses de Estado, independentemente dos governos de turno.

É preciso também ter claro, no Brasil, que a Venezuela é objeto de uma campanha de desinformação. A reorientação econômica da Venezuela, que se volta para o Sul e busca valorizar seus recursos energéticos, prejudica interesses de países, como os EUA, que não querem “perder a Venezuela”. Uma decisão do Senado brasileiro sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul deve basear-se em análises mais isentas e aprofundadas das instituições do Estado brasileiro e os interesses da sociedade do País.

6. Democracia e direitos humanos

Enfatiza-se que a situação interna na Venezuela – em termos de democracia e direitos humanos – não é compatível com sua adesão ao Mercosul. Essa avaliação está equivocada porque pressupõe que o Mercosul é um clube de países-modelo em termos de democracia e direitos humanos. Ele é, na verdade, um quadro institucional destinado precisamente a fortalecer a democracia e os direitos humanos. São os países mais débeis nesses quesitos que mais precisam do Mercosul.

Na União Européia, aprenderam a conviver harmoniosamente, não obstante dificuldades iniciais, regimes tão distintos como monarquias, repúblicas, sistemas presidencialistas e parlamentaristas; com longa tradição democrática, como o Reino Unido, ou com forte tradição autoritária, como Portugal e Espanha; com modelos econômicos liberais, como o Reino Unido, dirigistas, como a França, ou socialistas, como a Suécia. Integração não significa eliminação da diversidade e do pluralismo. Significa trabalhar juntos para alcançar objetivos comuns. No cenário internacional, os Estados não escolhem seus parceiros por afinidades, mas por interesses. Os Estados apresentam assimetrias não apenas econômicas, mas também políticas – que são um dado inescapável da realidade. Se fôssemos invocar as diferenças políticas como critério, mal teríamos relações internacionais.

A democracia é certamente um objetivo comum do Mercosul. O Brasil, que lutou para conquistá-la em 1985, deve refleti-lo em sua atuação internacional. Antes de ser eleito Presidente, Fernando Henrique Cardoso examinou, em obra ilustre, o que chamou de “construção da democracia” no Brasil. O tempo histórico de cada nação é próprio – e não há como acelerar esse processo, contínuo, de construção democrática.

Não se pode comparar a situação democrática de um país com a de outro. A exportação forçada da democracia promovida pelo Governo do Presidente George W. Bush a partir de 2005 apenas contribuiu para gerar mais instabilidade no Oriente Médio. O que, sim, é possível avaliar é o sentido – positivo ou negativo – tomado por um país em comparação com seus próprios antecedentes históricos. Assim, podemos comparar o Brasil de hoje com o Brasil de há cin-

qüenta anos; ou a Venezuela de hoje com a Venezuela de há algumas décadas.

Não se pode avaliar a democracia na Venezuela sem uma visão histórica. Cabe observar que durante a Guerra Fria, a Venezuela foi apresentada como um exemplo raro de democracia na América do Sul. Trata-se de uma falácia. O país vivia sob o regime do *Punto Fijo*, articulado pelos EUA em 1957, pelo qual os partidos tradicionais e conservadores aceitaram alternar-se no poder, sem permitir a entrada de novos partidos. O objetivo, para os EUA, era garantir alguma estabilidade na Venezuela, diante de sua importância como fornecedora de petróleo.

Os historiadores comparam o Pacto de Punto Fijo à Política do “café-com-leite” da República Velha brasileira: por trás de uma fachada de democracia, escondeu-se um sistema oligárquico. Avalia-se que cerca de 50% da população era excluída do exercício do voto desde os anos 60. O sistema eleitoral era excludente, diante de artimanhas diversas (o voto era obrigatório, mas o registro eleitoral era facultativo e, na prática, impunha muita dificuldade à população de baixa renda; os cartórios eleitorais se concentravam nas zonas prósperas do país e não eram facilmente alcançados pelos mais pobres; as zonas eleitorais eram remanejadas segundo cálculos eleitorais do governo de turno). O federalismo venezuelano foi profundamente autoritário, cabendo ao Presidente da República nomear todos os governadores e prefeitos biônicos, muitos dos quais hoje militam na oposição venezuelana. Apenas em 1989 foram realizadas as primeiras eleições para prefeitos e governadores. Eram comuns as prisões de jornalistas, em razão da publicação de matérias que denunciavam questões como o tráfico de armas para as FARC ou emprego das forças armadas para fins privados (como ocorreu, entre centenas de outros casos, com o professor Pablo Antillano, em 1968, atual professor da Universidade Central da Venezuela). Hoje, não existem jornalistas presos na Venezuela.

A Venezuela chegava ao fim do século XX com uma contradição evidente: apesar das grandes riquezas derivadas da exportação de petróleo, 70% de sua população vivia abaixo da linha de pobreza. Em 1989, no contexto da crise econômica, manifestações populares se multiplicaram por todo o país. Uma delas, o “Caracazo”, foi duramente reprimida pelo Estado, cujas forças mataram indiscriminadamente entre 1.000 e 3.000 pessoas. As manifestações estudantis foram também reprimidas, tendo sido ordenado o fechamento da Universidade Central da Venezuela, que durou três anos.

A eleição de Hugo Chávez em 1998 se insere no colapso do Pacto de Punto Fijo: para uma população desprovida de sistemas públicos incluídos (saúde, educação, moradia, etc.), a plataforma política de Chávez surgiu como proposta sem precedentes na história do país, o que explica, em grande parte, a sua popularidade nas camadas historicamente excluídas do povo venezuelano. Dez anos depois, a

pobreza havia diminuído para 20% dos habitantes, fato que incomoda sobremaneira as oligarquias políticas que negaram perspectivas promissoras à maioria da população.

É, portanto, equivocado o argumento de que, antes da eleição de Chávez, a Venezuela vivia uma democracia plena e que, hoje, ela estaria sendo “destruída”. Essa versão não encontra base na história da Venezuela e não pode servir como subsídio para orientar a análise do Estado brasileiro a respeito da adesão da Venezuela ao Mercosul. Importa observar que a propensão histórica de setores venezuelanos a utilizar meios de força não está restrita ao século XIX: em 2002, a oposição venezuelana organizou um golpe de Estado que derrubou o Presidente Chávez por dois dias. A ação durou poucos dias, porque houve um levante popular que obrigou os militares a restaurarem o Presidente legitimamente eleito. Na época, o Governo brasileiro, presidido por Fernando Henrique Cardoso, condenou o golpe de Estado e exigiu o retorno incondicional de Hugo Chávez à Presidência. Frise-se que, no dia do golpe, Chávez telefonou para apenas dois presidentes: Fidel Castro e Fernando Henrique Cardoso. Saliente-se que o Conselho Permanente da OEA chegou a ser acionado com base na Carta Democrática Interamericana. A Venezuela só não foi excluída da OEA porque o golpe foi prontamente revertido.

Não há dúvida sobre a legitimidade do Presidente Chávez. Ele disputou doze eleições desde 1998. Ganhou 11 e perdeu uma (referendum de reforma constitucional, em 2007). Em 1998, obteve 56% dos votos (3,7 milhões). Em 2006, 63% (7,3 milhões de votos). Em 2009, 54,85% dos eleitores aprovaram emenda constitucional que autoriza a reeleição. Chávez deverá ser candidato para o mandato 2013-2019. O sistema eleitoral, em 2009, foi completamente informatizado e contém salvaguardas antifraude adicionais às que existem no Brasil. Todas as eleições foram consideradas livres e legítimas pelos observadores internacionais (Centro Carter, ONU e OEA, Governos estrangeiros), inclusive brasileiros. É notoriamente elevado o grau de consciência política entre a população hoje.

Isso não significa que não haja desentendimentos na política interna da Venezuela – ainda marcada pela polarização política e pela tensão – que não possam suscitar preocupações no exterior, inclusive no que tange aos limites à alternância de poder, suscitados pela possibilidade de muitas reeleições consecutivas. Sem prejuízo dos cuidados que o Brasil deve ter em respeito à soberania venezuelana e à não-interferência nos assuntos internos, é legítimo que possamos acompanhar os desenvolvimentos em outros países, como a Venezuela.

Para conciliar esse interesse com o princípio da não-ingerência, o Itamaraty elaborou, durante a crise de 2002-2003, o que quase levou a um enfrentamento entre governos e oposição na Venezuela, a doutrina da “não-interferência, porém sem indiferença”. Isso signi-

fica que devemos estar dispostos a dialogar com ambos os lados, para facilitar o entendimento e as soluções pacíficas. Significa que não podemos simplesmente colocarmo-nos como juízes do processo interno venezuelano, emitindo críticas à distância, e isolando a Venezuela, fora do Mercosul. Pressupõe, sobretudo, que tenhamos credenciais para sermos vistos como ator com uma contribuição positiva para a solução de crises internas.

Há questões que justificam a “não-indiferença” do Brasil na Venezuela. O golpe de 2002 introduziu um sentido de desconfiança sobre os métodos a que poderiam recorrer os opositores a Chávez. As forças armadas mostraram que poderiam ser divididas e utilizadas politicamente. Foram intensificados os financiamentos internacionais direcionados para a oposição, embora isso seja proibido por Lei na Venezuela, tal como o é no Brasil.

Observe-se que o golpe de Estado de 2002 foi apenas uma primeira tentativa da oposição venezuelana de desestabilizar o Governo Chávez. No final de 2002, início de 2003, a PDVSA foi paralisada por iniciativa de diretores nomeados durante o Governo anterior. Como é fonte de 70% das receitas do Estado, a PDVSA é fortemente disputada pelos setores políticos. Não obstante ter sido eleito em 1998, Chávez não logrou fazer cumprir suas diretrizes dentro da empresa, em razão da inexistência de uma burocracia profissional na PDVSA e da politização de seus quadros, até proceder a uma ampla reforma de sua estrutura de recursos humanos. Isso ocorreu apenas depois da traumática experiência da “greve petroleira” de 2002/2003. Cabe lembrar que, na época, o Presidente Fernando Henrique Cardoso buscou apoiar o Presidente Chávez e enviou um carregamento emergencial de gasolina brasileira, iniciativa considerada decisiva para a sobrevivência do governo venezuelano à greve interna.

É no contexto da politização de diversas instituições do Estado que devemos compreender o esforço do Governo Chávez para a renovação dos quadros, como iniciado na PDVSA e realizado também na esfera do Judiciário e das autoridades eleitorais. Pode-se dizer que a Venezuela vive hoje um momento de transição, em que se busca desmontar o controle político das instituições do Estado por parte de setores políticos opositores, processo que desperta preocupações, pois há o risco de que, nessa transição, o controle político apenas mude de mãos, sem que se criem estruturas públicas caracterizadas pela imparcialidade e pela impessoalidade. Esse objetivo, contudo, somente pode ser alcançado por meio de um apoio firme, inclusive internacional, ao aperfeiçoamento da administração pública — e não com simples denúncias de seu controle pelo Estado ou outros setores.

Não se pode afirmar que a Venezuela vive sob um regime que não admite oposição e contestação. A verdade é que são muito atuantes na Venezuela os partidos contrários ao Governo, como o COPEI

e a Ação Democrática, de histórico enraizamento na sociedade venezuelana. Nos últimos anos, houve crescimento significativo da oposição — como na derrota, em dezembro de 2007, do referendo relativo à reforma da Constituição da Venezuela. Isso provou que as eleições não são fraudulentas e que a oposição tem condições de ganhar. Nas eleições provinciais de novembro de 2008, embora o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), chavista, tenha obtido a maior parte dos votos no cômputo geral, a oposição conseguiu importantes vitórias nos estados mais populosos e economicamente dinâmicos (Carabobo, Táchira, Nueva Esparta e Miranda), bem como na capital, Caracas, e na cidade de Maracaibo.

Observe-se, além disso, que em todos os pleitos eleitorais realizados ao longo do governo Chávez, acompanhados por inúmeros observadores internacionais, não houve denúncias comprovadas de fraudes e vícios que tivessem comprometido os resultados, o que poderia ter afetado, de fato, a ordem democrática venezuelana. Conforme observou o ex-Presidente dos EUA, Jimmy Carter, que conduziu observadores no referendo revocatório de 2004, existe uma tendência da oposição venezuelana a exagerar os fatos e negar as credenciais democráticas do regime: “Visitamos o Conselho Nacional Eleitoral, que respondeu a todas as nossas perguntas. Ficamos satisfeitos. Nossa próxima reunião foi com líderes da oposição, onde ouvimos uma sucessão de previsões catastróficas, sobre fraudes, intimidação e violência planejada pelo Governo. (...) Ainda que o país estivesse em paz, alguns líderes da oposição diziam-se angustiados, sentimento também dado pelos jornais com manchetes como ‘Catástrofe’, ‘Fraude Permanente’ e ‘Sérias’ Dúvidas.” (...) Oferecemos aos sempre irados líderes da oposição nossos serviços para esclarecer as dúvidas que tinham, antes de partir” (...)

A questão da liberdade de imprensa precisa ser analisada de forma aprofundada. Segundo o ex-Presidente dos EUA, Jimmy Carter: “há claramente liberdade de expressão, de associação e de imprensa”. A Venezuela tem uma imprensa bastante atuante que faz oposição ferrenha ao governo Chávez, o que assegura a divulgação livre de informações própria dos regimes democráticos.

O problema está na guerra midiática entre Governo e oposição. Ao longo dos anos 90, o sistema partidário venezuelano colapsou, tendo havido uma migração da política para os sistemas de rádio e televisão. Os canais se transformaram em braços dos partidos políticos. Ninguém no Brasil poderia pretender comprar um canal de televisão e fazer horário contínuo de propaganda política, invocando seu direito de liberdade de imprensa. Temos, no Brasil, regras estritas sobre a propaganda política, que não existem na Venezuela. Canais como a Globovisión concentram sua programação em entrevistas, declarações e análises de políticos de oposição — uma espécie de horário eleitoral contínuo, que não contribui para um debate real-

mente democrático e ponderado sobre as questões venezuelanas. Em reação, os canais do Governo buscam, no outro extremo, defender os programas governamentais. Essa polarização alcançou momentos paroxísticos de crise – como durante o golpe de Estado de 2002, em que a RCTV transmitiu imagens de desenho animado para prevenir a mobilização popular; ou em 2008, quando a Globovisión transmitiu entrevista em que editor de jornal previa (e apoiava) que o Presidente Chávez “acabaria morto como Mussolini, pendurado pelos pés, de cabeça para baixo”.

O Brasil pode contribuir para apaziguar os ânimos inflamados da oposição e do Governo na Venezuela. Não podemos, contudo, pretender emitir um julgamento, que não nos cabe. A democracia e as liberdades políticas na Venezuela são um processo em construção. Uma posição puramente crítica apenas contribuiria para que o Brasil perdesse sua hoje valiosa capacidade de influir. Ademais, estaríamos reproduzindo um comportamento que, ao longo de nossa história, sempre rechaçamos energicamente quando aplicado por potências externas ao Brasil. O Congresso brasileiro já se manifestou no passado em repúdio a opiniões externas relativas a questões internas do nosso país – como em matéria de direitos humanos e de processos eleitorais.

Alguns citam violações de direitos humanos na Venezuela referindo-se a relatórios de alguns organismos internacionais. Até mesmo acusações dramáticas e sensacionalistas de antisemitismo foram suscitadas, as quais se revelaram exageradas, conforme as análises internas do Governo brasileiro. Sem desqualificar o importante trabalho das organizações internacionais, é preciso reconhecer que suas avaliações nem sempre são neutras, porque são formuladas com base nas políticas de seus membros, notadamente os mais poderosos.

Não podemos assumir, como sendo uma descrição perfeita da realidade, relatórios de direitos humanos passíveis de motivações políticas. O Brasil defendeu, em Genebra, a despolitização dos trabalhos em matéria de direitos humanos. A abordagem brasileira para a questão dos direitos humanos é pró-ativa: não somos juízes, porque não queremos ser julgados por outros países; somos solidários com as dificuldades de outros, que queremos ajudar a solucionar, da mesma forma como queremos ser ajudados a solucionar as nossas dificuldades. Novamente, os direitos humanos são algo a ser construído à luz do tempo histórico de cada país. Nesse contexto, relatórios críticos sobre direitos humanos, desde que isentos, são muito bem-vindos, pois ajudam países e governos a corrigir as sempre presentes imperfeições na plena implantação dos direitos humanos.

É preciso considerar que o próprio Brasil não pode ser encarado como um modelo, no que tange ao respeito aos direitos humanos. Infelizmente, ainda há no País tortura contra presos comuns, trabalho em condições de escravidão, discriminação de gênero e raça,

falta de acesso universal à educação e à saúde, e vários outros fatores que afetam o desfrute dos direitos humanos. Na realidade, são muito poucos os países do mundo que podem ser considerados exemplares em termos de democracia e direitos humanos. Mesmo países desenvolvidos, com os EUA, por exemplo, podem ser questionados, nesse aspecto. Assim, se adotarmos uma postura muito rígida nesse campo, como pré-requisito para estabelecermos relações mais estreitas com outros países, ficaríamos bastante isolados. Obviamente, o limite deve ser dado, no caso do Mercosul, pelo Protocolo de Ushuaia, que prevê eventuais sanções contra membros do bloco, apenas no caso estrito de ruptura da ordem democrática, o que, como o próprio Relator da matéria reconhece, não aconteceu na Venezuela.

O importante é assegurar que haja uma evolução positiva da paciente e sempre inacabada construção das democracias e dos arcabouços institucionais e jurídicos relativos aos direitos humanos. Nesse sentido, deve-se observar que tal evolução é robustecida e acelerada pelos processos de integração, como a experiência européia demonstra, ao passo que o isolamento normalmente resulta em retrocesso.

Assim, se existe preocupação com a evolução democrática ou dos direitos humanos na Venezuela, a forma para equacioná-la é inseri-la nos mecanismos de defesa da democracia existentes no Mercosul ao invés de isolá-la. É interessante notar que, depois de defender que a Venezuela não fosse admitida ao Mercosul, em carta dirigida ao Presidente do Senado José Sarney, o principal líder da oposição venezuelana, Antonio Ledezma, Prefeito Maior de Caracas, mudou de posição. Depois da apresentação do relatório do Senador Tasso Jereisati, veio ao Brasil, em outubro de 2009, tendo-se encontrado com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em entrevista ao Estado de S. Paulo (7.10.2009), deixou clara sua posição (que foi reafirmada, ontem, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal):

“Digo isso muito sinceramente: é preciso que o Brasil e os demais países-membros aceitem a Venezuela no Mercosul. E isso por uma razão que me parece lógica: Chávez é muito mais perigoso isolado. Para nós, a oposição, é importante que Chávez esteja na Comunidade Andina, na OEA, no Mercosul e em tantos outros fóruns internacionais que possam pôr limites às suas ações. Essa seria uma medida muito positiva para a democracia venezuelana.”

Como pretendemos ajudar a causa democrática na Venezuela rejeitando sua adesão ao Mercosul, quando até mesmo a oposição venezuelana nos pede que aprovemos essa adesão? Estaríamos fazendo um desserviço à democracia e contradizendo nosso próprio discurso.

Vale lembrar que, entre os compromissos já assumidos, a Venezuela aderiu ao Protocolo em 2005, na condição de Estado Associado ao Mercosul, tendo-o ratificado em fevereiro de 2007. O Protocolo

está em vigor, servindo de marco promotor da democracia venezuelana. Assim, caso sua adesão ao Mercosul seja rejeitada, a Venezuela poderá considerar-se fora do Protocolo de Ushuaia. Isso excluiria o Mercosul como marco para a defesa da democracia na Venezuela. Em vez de ajudar, o Brasil estaria prejudicando a democracia na Venezuela. A melhor defesa da democracia na Venezuela é sua manutenção no Protocolo de Ushuaia, o que ora requer sua admissão plena ao Mercosul.

O Mercosul pode, até como exemplo, ser entendido como uma escola. Os alunos não transformam a escola. É a escola que educa os alunos, com seus princípios, normas, regras e procedimentos. Manter os alunos fora da escola significa mantê-los marginalizados da sociedade no futuro. Trazê-los para dentro da escola é a única alternativa.

III – VOTO

Em síntese, consideramos que não há fatos que consubstanciem a rejeição ao ingresso da Venezuela no Mercosul. Pelo contrário, está claro que a adesão desse país irmão:

atende plenamente aos interesses nacionais do Estado brasileiro, fortalecendo a segurança jurídica no relacionamento com um país vizinho e muito contribuindo para os interesses econômicos, comerciais, industriais, agrícolas, trabalhistas e regionais do Brasil;

atende aos interesses do Mercosul, em termos de sua revitalização interna e reprojção no cenário internacional, notadamente em termos energéticos e na vertente amazônica e caribenha;

atende às preocupações existentes com relação aos desenvolvimentos políticos dentro da Venezuela – em matéria de democracia, direitos humanos, paz e estabilidade.

É preciso ressaltar que a intensificação das relações econômicas com o Brasil, nos últimos anos, deriva de uma decisão política do Estado venezuelano de orientar em nossa direção sua nova estratégia de inserção econômica internacional e tem como premissa elementar que a associação bilateral será institucionalizada no Mercosul. Se essa premissa não se confirmar, a Venezuela poderá revisar seus planos de inserção internacional e, naturalmente, se afastará do Brasil e do Mercosul.

Assim, não aprovando a adesão da Venezuela estaremos convidando um país vizinho – nosso 6º maior cliente no mundo – a procurar outros parceiros. As primeiras vítimas serão nossas exportações, hoje da ordem de US\$ 5 bi, que geraram em 2008 o maior superávit do comércio internacional do País, além de nossos contratos, hoje da ordem de US\$ 15 bi. As segundas vítimas serão nossas aspirações de construir, tal como definido na Constituição Federal, um espaço de integração da América Latina. As últimas vítimas serão os próprios interesses do Estado brasileiro no longo prazo, em particular os do Estado de Roraima, vizinho da Venezuela. bem como os interesses dos outros Estados Partes e do Mercosul como um todo. Não se pode desconsiderar também, como uma possível vítima dessa decisão que isolaria a Venezuela, a ainda instável democracia venezuelana.

Por todo o exposto votamos pela democracia, pela paz, pela integração latino-americana e, portanto, pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008, que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul.

Sala da Comissão

Senador Romero Jucá

Senador Inácio Arruda

Senador João Pedro

Senador Eduardo Suplicy

Senador Francisco Dornelles

Senador João Ribeiro

Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senador Pedro Simon

Senador Renato Casagrande

Senador Antônio Carlos Valadares

Senador Flávio Torres

ANEXO 4

Voto em separado preparado pelo Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

Aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela.

Na iminência da apreciação, por esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 430, de 2008, que “aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela”, venho manifestar, nos termos do art. 132, § 6º, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, meu VOTO EM SEPARADO NOS TERMOS A SEGUIR:

a. Tendo em vista que a aceitação da Venezuela no Mercado Comum do Sul – Mercosul – será de grande importância para a consolidação deste bloco econômico ao nível mundial;

b. Relevando-se também o fato de que o Mercosul existe antes do atual governo venezuelano e permanecerá depois deste;

c. Ressaltando a importância do cumprimento do art. 1º do protocolo de Ushuaia, parte integrante do Tratado de Assunción, por todos os membros do Bloco;

d. Destacando, também, o fato do não cumprimento do estabelecido na regulamentação do art. 20 do Tratado de Assunción, através da Decisão n.º 28, de 2005, do Conselho do Mercado Comum;

Voto pela APROVAÇÃO do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL, APÓS A ADEQUAÇÃO DESTE ao preceituado na Decisão n.º 28, de 2005, do CMC, e pelo SOBRES-TAMENTO do Projeto de Decreto Legislativo n.º 430, de 2008, até sejam efetuadas as modificações necessárias para o fiel cumprimento do Tratado de Assunción no que tange ao ingresso de novo membro ao Bloco.

Sala da Comissão

Senador Mozarildo Cavalcanti

VENEZUELA E MERCOSUL
CICLO DE DEBATES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

Capa: Paulo@eminho